

Geografia em Movimento

CAMPOS EM TRANSIÇÃO

A semente foi plantada

as raízes paulistas
do movimento
sindical camponês
no Brasil, 1924-1964

Clifford Andrew Welch

expressão
POPULAR

**A SEMENTE FOI PLANTADA:
AS RAÍZES PAULISTAS DO MOVIMENTO
SINDICAL CAMPONÊS
NO BRASIL, 1924-1964**



CLIFFORD ANDREW WELCH

**A SEMENTE FOI PLANTADA:
AS RAÍZES PAULISTAS DO MOVIMENTO
SINDICAL CAMPONÊS
NO BRASIL, 1924-1964**

1ª edição
Editora Expressão Popular
São Paulo – 2010

Copyright © 2010 Universidade Estadual Paulista (UNESP)
Faculdade de Ciências e Tecnologia
Campus de Presidente Prudente – SP
Programa de Pós-Graduação em Geografia

Tradução: *Melissa Fortes e Andrei Cunha*
Revisado e atualizado por: *Clifford Andrew Welch*
Revisão técnica: *Venceslau Alves de Souza*
Capa: *Maria Rosa Juliane*
Arte da capa: *Cana, 1938 – Candido Portinari*
Diagramação: *Maria Rosa Juliani – Sociedade Editorial Brasil de Fato*
Referências e Índice remissivo: *Rosana Akemi Pafunda*
Impressão: *Cromosete*

PCT MDA/IICA – Apoio às Políticas e à Participação Social no Desenvolvimento Rural Sustentável.

A coleção Geografia em Movimento tem Conselho Editorial indicado pela coordenação do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia – FCT da Universidade Estadual Paulista – UNESP, campus de Presidente Prudente. Por essa razão, suas publicações podem se diferenciar da linha editorial da Editora Expressão Popular.

Conselho Editorial:
Bernardo Maçano Fernandes (presidente)
Eliseu Savério Spósito
Flávia Akemi Ikuta
João Lima Sant'Anna Neto

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro
pode ser utilizada ou reproduzida sem a autorização da editora.

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

Welch, Clifford Andrew
W439s A semente foi plantada: as raízes paulistas do
movimento sindical camponês no Brasil, 1924-1964 / Clifford
Andrew Welch --1.ed. -- São Paulo : Expressão Popular,
2010.
480 p. : il., mapas, fotos.

Indexado em GeoDados - <http://www.geodados.uem.br>
ISBN 978-85-7743-139-7

1. Sindicato – São Paulo (SP). 2. Movimento sindical –
São Paulo (SP). 3. Sindicalismo. I. Título.

CDD 335.82
331.880981

Catalogação na Publicação: Eliane M. S. Jovanovich CRB 9/1250

1ª edição: fevereiro de 2010

EDITORA EXPRESSÃO POPULAR
Rua Abolição, 197 – Bela Vista
CEP 01319-010 – São Paulo – SP
Fone/Fax: (11) 3105-9500
www.expressaopopular.com.br
vendas@expressaopopular.com.br

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
Faculdade de Ciências e Tecnologia – FCT
Universidade Estadual Paulista – UNESP
Rua Roberto Simonsen, 305
CEP 19060-900 – Presidente Prudente – SP
Fone/Fax (18) 3229-5352 / 3223-4519
www.fct.unesp.br

À Patrícia



SUMÁRIO

PREFÁCIO.....	9
AGRADECIMENTOS.....	13
PRÓLOGO:	
OS CAMPONESES DE SÃO PAULO	
E A HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL	21
1. TERRITÓRIO DE FRONTEIRA:	
CONFRONTANDO O MUNDO DOS FAZENDEIROS	45
2. PREPARANDO O SOLO:	
TORNANDO-SE UM PROBLEMA BUROCRÁTICO	91
3. PLANTANDO A SEMENTE:	
PROCURANDO OPORTUNIDADES NAS NOVAS POLÍTICAS	129
4. TERRENO MOVEDIÇO:	
LUTANDO CONTRA OS LIMITES FATAIS DA INCORPORAÇÃO	151
5. CULTIVANDO O SOLO:	
APROPRIANDO-SE DAS FERRAMENTAS DA INCORPORAÇÃO.....	193
6. FORMANDO A ÁRVORE:	
MOBILIZAÇÃO PARA FAZER VALER AS LEIS	
PROTEGENDO O CAMPESINATO.....	241
7. OS PRIMEIROS FRUTOS:	
A COLHEITA DE SINDICATOS DE TRABALHADORES RURAIS.....	293
8. DECEPADO A MACHADADAS:	
A REPRESSÃO DE UM MOVIMENTO CRESCENTE	355
EPÍLOGO:	
OS CAMPONESES DE SÃO PAULO	
E A TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA	419
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	439
ÍNDICE REMISSIVO.....	457

MAPAS, TABELAS, FIGURAS E FOTOS

MAPAS

1. Pontos históricos da luta camponesa no estado de São Paulo, 1924-1964
2. Municípios da Alta Mogiana, região do estado de São Paulo

TABELAS

1. Resultados das Eleições para Governador de São Paulo, 19 de Janeiro de 1947
2. Resultados das Eleições para governador de Alta Mogiana, 19 de Janeiro de 1947
3. Resultados das Eleições Municipais na Alta Mogiana, 9 de Novembro de 1947
4. Quantidade e Valor do Café Exportado Anualmente para o Porto de Santos, São Paulo, 1942-1953
5. Comparação entre o Café Exportado do Porto de Santos e os Preços Recebidos pelos Fazendeiros, 1948-1958
6. Comparação entre o Poder Aquisitivo do Fazendeiro de Café em relação ao do Colono no Estado de São Paulo, 1949-1958
7. Imigração para o Estado de São Paulo, 1920-1970
8. Pessoas Economicamente Ativas em Grandes e Médias Fazendas do Estado de São Paulo, 1950-1970
9. Resultados das Eleições para Governador dividida em algumas Zonas Eleitorais do Estado de São Paulo, 3 de Outubro de 1954
10. Resultados das Eleições Presidenciais em Alta Mogiana, 3 de Outubro de 1955
11. Junta de Trabalho da Região de Ribeirão Preto: Reclamações e Reclamantes camponesas, Maio de 1957 a Dezembro de 1964
12. Junta de Trabalho de Ribeirão Preto: Processos Trabalhistas Rurais de Maio de 1957 a Dezembro de 1964, Organizados por Tipo de Estabelecimento Agrícola

FIGURAS

1. “Confisco Cambial”? Comparação dos índices de preços de café recebidos pelos fazendeiros e exportadores, 1948-1958
2. O fruto da terra. Comparação de índices da renda dos fazendeiros e salários dos colonos, 1949-1958
3. Greves rurais no Estado de São Paulo, segunda a imprensa comunista, 1949-1964

FOTOS

1. Sebastiana e Irineu Luís de Moraes em Ribeirão Preto em maio de 1989
2. Geremia Lunardelli, cafeicultor, julho de 1952
3. Presidente Getúlio Vargas em Rio Grande do Sul em setembro de 1952
4. Geremia Lunardelli recebe medalha de Presidente Vargas em julho de 1952
5. Nazareno Ciavatta em Ribeirão Preto em outubro de 1988
6. Francisco Julião no sindicato dos metalúrgicos de São Paulo em março de 1962
7. Lyndolpho Silva e Jôfre Corrêa Netto em Mirassol, São Paulo, em dezembro de 1960
8. Franco Montoro com líderes sindicais em setembro de 1961
9. Presidente João Goulart apresenta seu discurso de 1º de maio de 1963
10. João Pinheiro Neto em Sapê, Paraíba, em julho de 1963
11. Presidente Goulart assina o regulamento da Supra em novembro de 1963
12. John Fishburn em Woodstock, Virginia, em 27 de abril de 1985
13. Elio Neves em Araraquara, São Paulo, em julho de 1997

PREFÁCIO

Um evento que não aconteceu pode ter muita importância para se conhecer as derrotas e conquistas de uma classe social. As falas das pessoas comuns também são fundamentais para conhecer melhor a história dos fatos, embora predominantemente elas não tenham voz. Estes são alguns dos temas que valorizam este livro. Em março de 1964, o Presidente João Goulart participaria de um comício em Ribeirão Preto para inaugurar um órgão regional de reforma agrária, mas o golpe militar mudou o rumo da história. Cliff Welch analisa por meio de uma narrativa peculiar as trajetórias da lutas dos trabalhadores na construção de seus caminhos fazendo a história do campesinato paulista. O comício que não aconteceu está contextualizado – e muito bem documentado – no golpe militar de 1964, ponto de partida e de chegada deste livro que nos faz viajar na história em que o autor apresenta sua leitura dos fatos. Este método de diálogo entre as memórias de camponeses e as histórias das instituições é singular e possibilita uma leitura qualificada para a compreensão da História de São Paulo.

Este livro é uma versão ampliada da obra *The seed was planted: the São Paulo roots of Brazil's Rural Labor Movement, 1924-1964*, publicado em 1999, pela Pennsylvania State University Press. Eu li este livro em 2001, quando conheci pessoalmente o professor Clifford Andrew Welch, na reunião anual do Latin American Studies Association, na primeira semana de setembro em Washington, DC. Em 1993, durante minhas pesquisas sobre o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) no Estado de São Paulo eu havia conhecido uma preciosidade organizada por Cliff Welch e Sebastião Geraldo, *Lutas camponesas no interior paulista: memórias de Irineu Luís de Moraes* publicado pela Paz e Terra, 1992. Estas duas obras entre outras que Cliff escreveu ou organizou são referências indispensáveis para o conhecimento da história camponesa paulista. Ao ler *The seed was planted* observei estar diante de uma obra imprescindível e que precisava ser publicada no Brasil. Uma década depois, conseguimos realizar esta intenção.

“A semente foi plantada” revela uma opção de método de Cliff Welch em partir da voz de um sujeito histórico determinado: o campesinato. Esta escolha expõe os pensamentos do autor presentes em sua análise explicitada em sua narrativa, bem como na interpretação das obras de vários pesquisadores que estudaram os mesmos temas. Ele valoriza tanto um livro de um renomado intelectual quanto a memória de um camponês. A amplitude da bibliografia e a profundidade da análise possibilitaram a leitura de Cliff Welch sobre as lutas camponesas, suas organizações e as relações com outras instituições. Esta é a vi-

são de um estadunidense a partir de uma variedade enorme de fontes brasileiras e dos EUA, analisando também a geopolítica das relações entre as instituições dos dois países na formação do sistema capitalista e nas tentativas de controlar e subordinar trabalhadores e camponeses. Esta visão é o diferencial que delimita a identidade deste trabalho. Por isso, este trabalho é indubitavelmente único.

Este caráter singular tem sua intencionalidade. O objetivo do autor é compreender como as formas de resistências e persistências do campesinato criam diversos espaços e sujeitos. E Cliff escolheu alguns para narrar analiticamente essa história que se atualiza cotidianamente, exigindo de nós essas referências para a compreensão da atual questão agrária. A reforma agrária é central nas lutas camponesas e este livro ajuda a compreender que esta política não foi superada e, portanto, se mantém atual. O autor demonstra como a classe capitalista jamais cedeu à democracia no sentido de dividir a terra e as muitas formas de poder construídas a partir dos seus territórios. Esta afirmação pode parecer estranha, pois o capitalismo sempre defende a liberdade, mas é a liberdade de ser subalterno ao capital. Este ponto é gerador de conflitualidades permanentes como as que ocorrem hoje no campo paulista nos enfrentamentos entre camponeses sem-terra, latifúndio e agronegócio.

Este trabalho não permite visões simplórias de que o capital abrirá espaço para os camponeses desenvolverem seus projetos com liberdade. De fato, este é um livro de história que qualquer leitor compreende com facilidade, por causa de sua linguagem fluída e por ser uma referência qualificada para entendermos como capital e campesinato produzem territórios distintos que se expandem e refluem na constante conflitualidade de diferentes modelos de desenvolvimento. É um esforço analítico do que significou o golpe de 1964 como uma forma de ruptura e outra de continuação dos movimentos camponeses. Ao debater as questões concernentes à autonomia dos movimentos camponeses em suas relações com governos e partidos políticos, *A semente foi plantada* revela esperança na luta e na superação, não se contendo na história de um movimento, mas sim nas espacialidades onde as lutas camponesas colhem seus frutos e replantam a semente, recriando-se e contrariando os que tentarem determinar seu fim. A semente foi plantada e replantada várias vezes.

Organizados para mudar a ordem das coisas que lhe foram impostas, os camponeses impõe outra ordem. Este protagonismo irrita os capitalistas porque esse “caboclo”, “caipira” não se comporta como os patrões gostariam. Cliff se dedica inteiramente na análise desta relação de poder entre estas duas classes. Para tentar controlar os camponeses, os fazendeiros procuram impedir a luta pelos direitos utilizando de várias formas de repressão. Da escravidão à reforma agrária, a classe dominante se organizou para impedir a democratização do Brasil. Sempre tentou impedir a liberdade do poder de decisão, os direitos

trabalhistas e o direito à terra. Do latifúndio ao agronegócio, as relações entre campesinato e capital são carregadas de conflitos em que dominação, subalternidade e resistência se reproduzem com novas formas de expressão, demonstrando serem elementos estruturais da questão agrária. Nessa história, criminalização e a judicialização das lutas camponesas são expressões do poder do capital para impedir a garantia dos direitos e da cidadania.

Por exemplo, este livro registra que durante todo o século XX, os camponeses lutaram pela terra e pelos direitos. Lutas que continuam até hoje. Basta observar que os dados do *Caderno Conflitos no Campo* da Comissão Pastoral da Terra e do *Relatório Dataluta* registram a cada ano que São Paulo está entre os Estados com maior número de ocupações de terra. Esta obra é uma demonstração da assertiva de que quanto mais conhecemos, mais temos a conhecer. Esta leitura de Cliff sobre o campesinato paulista é reveladora das falas dos que lutam e fazem a história. Ainda hoje, criminalizados pela judicialização da luta camponesa, a maior parte desses trabalhadores não tem espaço na imprensa corporativa que os descreve como baderneiros e subversivos na continuidade da postura histórica de dominação que Cliff revela com rigor nesta extensa e rica obra.

A espacialidade na análise da Cliff não se limita apenas à demonstração do desenvolvimento da luta na multiplicidade de possibilidades construídas pela resistência camponesa. É assim que compreendemos que o fim de uma organização camponesa significa término e passagem para uma nova fase da luta, na recriação com o nascimento de novos movimentos em outros lugares com outras pessoas. Mas esta análise vai além das escalas e das relações e mostra como fatos locais estão relacionados com movimentos em outras partes do país e do mundo. Os fatos aqui analisados nos permitem compreender que a luta camponesa é declaradamente uma luta contra o capital, ao enfatizar os processos de cooptação e subalternidade.

Cliff é contundente com alguns intelectuais brasileiros, o que certamente vai ampliar o debate entre os estudiosos da questão agrária. O autor é categórico por que conhece o território em que está pisando e esta é, aliás, uma de suas melhores qualidades. Cliff é pesquisador “pé no chão”. Visitou a maior parte dos lugares pesquisados e entrevistou as pessoas que deram a ele as referências principais para sua leitura. O rigor de sua pesquisa é irrefutável, o que qualifica ainda mais este livro sobre o campesinato paulista. Depois de ler *A semente foi plantada*, compreende-se o quanto são risíveis os livros de história do campesinato que tentam contar uma relação fraterna com o capital e negam os conflitos.

Leia e comprove. Ou discorde.

Presidente Prudente, 25 de janeiro de 2010.

Bernardo Mançano Fernandes



AGRADECIMENTOS

Após 12 anos de pesquisa e escrita, em 1999 a edição inglesa deste livro foi publicada. Quando comecei a conceituar o livro, no ano de 1985, não existia obra secundária sobre o assunto e tão pouco a situação havia mudado no momento em que fui buscar uma editora brasileira para publicar sua versão em português. Na procura pela editora, a lacuna na historiografia acabou por se tornar uma vantagem. Contudo, compensar tanto silêncio, exigia do livro um tamanho excepcional, o que provou ser uma grande desvantagem. Para superar este obstáculo, duas contribuições foram cruciais e ambas podem ser atribuídas a um homem singular, o geógrafo militante Bernardo Mançano Fernandes, fundador do Nera – Núcleo de Estudos, Projetos e Pesquisas de Reforma Agrária da Unesp – Universidade Estadual Paulista, Campus de Presidente Prudente.

Enquanto eu ainda morava fora do Brasil, o professor dr. Bernardo levou o livro a todas as editoras que eram possíveis de se pensar. Quando ficou claro que as editoras não iriam bancar o custo da tradução de um livro tão grande, voltado a um mercado relativamente especializado – e o pior, ainda mais sobre um tema rural num pequeno mundo de leitores onde quase todos se interessam preferencialmente, por temas urbanos –, ele me ajudou a encontrar apoio financeiro para a tradução e publicação por meio de duas entidades do Ministério de Desenvolvimento Agrário: o Nead – Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural e o Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Por estas duas contribuições, sem mencionar sua amizade incansável e colaboração em muitos outros projetos, expresso aqui meus profundos agradecimentos.

No início das pesquisas nos anos de 1980, o desafio em reconstruir a história destes eventos me deixou desanimado por muitas vezes, porém, havia uma pessoa que sempre acreditava no sucesso do projeto e que me encorajou, o professor. dr. Michael M. Hall da Unicamp – Universidade Estadual de Campinas. A ele também sou muito grato. E, assim como eu, Michael foi inspirado pelas grandes mobilizações dos trabalhadores rurais da época, cuja imprensa trazia diariamente novidades da luta amarga de tantos homens e mulheres por uma condição de trabalho mais justa. No entanto, assim que a pesquisa tomou corpo e rumo, ninguém podia sustentá-la melhor do que os sujeitos dela mesma em si. O contato com batalhadores heroicos tão pouco reconhecidos como Irineu Luís de Moraes, João Guerreiro Filho, Celso Ibson de Syllos e Jôfre Corrêa Netto, para não estender demais a lista, desmanchou angústias e me inspirou com um sentido de dever. Suas memórias são a carne e o osso deste livro. Uma

vez conhecendo-os, passei a me perguntar se, de fato, tinha uma narrativa para contar e comecei a refletir na maneira pela qual poderia montar uma história passível a reembolsar estes espíritos tão corajosos que confiaram à minha pessoa suas preciosas experiências de vida. A publicação desta versão portuguesa é fundamental para quitar esta dívida.

Começava a perceber um esboço do quebra-cabeça que viria a ser o livro quando conheci Sebastião Geraldo na Cúria da Arquidiocese de Ribeirão Preto. Assim como eu, ele era um jovem intelectual proveniente da classe trabalhadora que tentava construir a história trabalhista da região, só que seu foco era o urbano. Aos poucos, nossa amizade se fortaleceu, tal como a colaboração em muitos projetos pessoais e profissionais. Dada a sua descendência ítalo-brasileira, não demorou a abrir as portas de sua residência (e cozinha!) para mim, fazendo de sua casa um lar para mim e minha família. É difícil calcular a profundidade do conhecimento que me proporcionou ou como eu poderia, adequadamente, o agradecer, e também à sua companheira Maria Amélia de Oliveira Geraldo e crianças Roberta e Lucas, sem falar no clã geral das famílias Oliveira e Geraldo.

Em 1989, eu ainda estava com pouca certeza aonde me levariam as nove malas de livros, documentos xerocados, anotações, fitas e transcrições de pesquisa que carreguei do Brasil aos Estados Unidos, quando recebi uma carta simpática e encorajadora do professor. dr. John D. French, o então professor de história na FIU – Universidade Internacional de Flórida. Até então, John era um estranho para mim, mas logo percebi que ele estava prestes a ser um dos líderes da renovação dos estudos históricos do trabalho no Brasil e América Latina em geral. Informado sobre minha pesquisa através de Michael Hall, optou por me encorajar de muitas maneiras, além de mostrar uma crença no projeto bem maior do que a minha própria e, por isso, sou eternamente grato. Sua generosidade em apoiar à minha pesquisa e carreira foram sem limites desde nosso primeiro encontro. Ele me convidou a participar dos ricos debates e desafios apresentados nos encontros da Conferência da História do Trabalho da América Latina. Lá aprendi muito com historiadores criativos como Bárbara Weinstein, Daniel James e Michael Jiménez. Com o manuscrito na versão inglesa, John preparou um parecer de mais de 50 páginas (em linha simples!) que me orientou a uma revisão geral, contribuindo, assim, pesadamente para o melhoramento deste livro.

Encontrar evidências empíricas que comprovassem a veracidade dos fatos narrados no livro constituiu-se numa tarefa desafiadora. Um grande número de “arquivos” utilizados na pesquisa foram nada mais do que mesas gentilmente concedidas, por alguns dias, à minha conveniência nos escritórios bem apertados dos afazeres correntes das entidades. Esta, por exemplo, foi a experiência com os processos da Junta de Trabalho de Ribeirão Preto, onde eu e Vilma Gi-

menez Ferreira ficamos durante mais de uma semana organizando e limpando pilhas de autos empoeirados, antes de passar a analisá-los. Na junta, a princípio, Wagner Moreira da Cunha e, posteriormente, Zildete Ribeiro do Desterro foram além do normal para me acomodarem. Quero também agradecer ao Juiz Valentin Carrion por permitir meu acesso ao sistema de justiça do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio da época. Em Ribeirão Preto, Pedro Márcio Sant'Anna possibilitou minha pesquisa na redação do jornal *Diário da Manhã*, enquanto José Pedro Miranda a facilitou no jornal *Diário de Notícias*, na Cúria Arquidiocesana. A atenção que Sebastião e eu tivemos nestes arquivos históricos ajudou a valorizá-los o que, por sua vez, contribuiu para a criação de um novo espaço onde foram resguardados no Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto, uma entidade que não existia quando começamos nossos projetos de pesquisa. Embora Benonio Pitta, o então operador da imprensa do jornal *A Cidade* de Ribeirão Preto, não conseguisse possibilitar meu acesso a este diário, sua posição na liderança do PCB – Partido Comunista Brasileiro do município me abriram outras portas. Em menos de uma hora, me levou para conhecer os militantes comunistas que acabaram sendo os maiores “arquivos” de evidência utilizada para guiar *A semente foi plantada*.

Em São Paulo, fui apresentado com os cuidados profissionais dos funcionários da Biblioteca Municipal Mário de Andrade, Universidade de São Paulo – USP, Pontifícia Universidade Católica – PUC/SP, Sociedade Rural Brasileira – SRB, Tribunal Regional Eleitoral – TER/SP, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, Instituto Econômico Brasileiro – IEB, Centro de Documentação e Informação Científica – Cedic, Centro Brasileiro de Análise e Pesquisa – Cebrap, Central Única dos Trabalhadores – CUT e o Arquivo do Estado de São Paulo. Na atualização desta revisão portuguesa, Jacy Barletta do Centro de Documentação de Memória da Unesp – Cedem me deu suporte crucial. Em Campinas, Marco Aurélio Garcia e Ricardo Antunes me auxiliaram bastante com as coleções do Arquivo Edgard Leuenroth da Unicamp e os funcionários do Centro de Memórias também facilitaram minha investigação. Em São Carlos, Terrie Groth e José Cláudio Barriguelli mostraram-se sempre dispostos a contribuir com a pesquisa.

No Rio de Janeiro, João C. Portinari do Projeto Cândido Portinari da PUC/RJ, me ajudou a selecionar e generosamente concedeu os direitos autorais para utilizar a imagem de seu pai na capa das duas edições do livro. Os funcionários do Arquivo Nacional e da Biblioteca Nacional sempre estavam dispostos a me orientarem em suas vastas coleções. O mesmo pode ser observado a respeito do pessoal no Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas – CP/DOC, onde Ângela Castro Gomes e Aspásia Camargo me ajudaram há muitos anos e Paulo Fontes há pouco tempo. Também pude me benefi-

ciar da atenção especial concedida pelos funcionários da Casa Rui Barbosa e do Centro de Estudos Afro-Asiáticos – CEAA . Em anos mais recentes, fui privilegiado ao construir uma relação produtiva com a socióloga rural Leonilde Sêrvola de Medeiros e suas colegas no Curso em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – CPDA da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Ela, Bernardo, Horácio Martins de Carvalho, Maria Aparecida de Moraes Silva, Márcia Motta, Paulo Zarth, entre outros colegas do Conselho Editorial Nacional da Coleção História Social do Campesinato no Brasil (Editora da Unesp, 2009) tiveram uma influência significativa nas atualizações e revisões finais.

Muitos amigos e colegas do Brasil e Estados Unidos me ajudaram de diversas formas, grandes e pequenas, para o encerramento do livro. No Rio de Janeiro, meu porto de chegada, Paulo Venâncio Filho foi uma fonte constante de suporte desde o primeiro dia. Lá também fui auxiliado por Amaury de Souza, José Murilo de Carvalho, Roquinaldo Amaral, Lygia Siguard, Moacir Palmeira e Maria Helena Moreira Alves. Em São Paulo, Maria Sílvia Portella de Castro e seu pai, Mário, me ajudaram bastante. O mesmo diria sobre John Monteiro, Maria Helena Machado, Bill Hinchberger, Maruska Rameck, Elide Rugai Bastos, Zilda Iokoi, Paulo Cunha, Alexandre Fortes, Dainis Karepovs, Sônia Laranjeiras, Salvador Sandoval e Sônia de Avelar. Enquanto Professor Visitante Estrangeiro da Capes na PUC/SP, colegas como a fabulosa Vera Chaia, Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida, Mauricio Broinizi, Antônio Rago, Vera Lúcia Vieira e alunos como Neuri Rossetto, Renée Zicman, Vinny Alves e Antônio Almeida criaram um ambiente intelectual surpreendentemente estimulante. Em Ribeirão Preto, senti-me privilegiado pela amizade de lutadores do povo como Áurea Moretti Pires, Moacir Paulo Botelho de Lima, o “Paulinho”, e Kelli Cristine Oliveira Maffort. Em Presidente Prudente, cresci muito enquanto professor visitante estrangeiro e depois como colega no Departamento de Geografia e Programa de Pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Unesp, onde tive o prazer de trabalhar no Nera com extraordinários estudantes como Anderson Antônio da Silva, Eduardo Paulon Girardi, Matuzalém Cavalcante, Janaina Francisca de Souza Campos e Diego Vilanova Rodrigues. Estou profundamente grato pelas correções do manuscrito e o índice que foram feitas com profissionalismo pela geógrafa Rosana Akemi Pafunda.

Além das pesquisas e da rede de contatos e amizades, mais um ingrediente é essencial para o sucesso de um livro: dinheiro. Não recebi muito, mas do que recebi, estou muito grato. A contribuição principal veio do Nead, então sob a coordenação do Caio Franca. Meu contato constante nesta entidade foi o consultor Gislene Ferreira da Silva, o “Lene”. No Inkra o superintendente do Estado de São Paulo, Raimundo Pires Silva, também me ofereceu financiamento. O apoio financeiro para a primeira fase da tradução foi dado por Priscilla Kim-

boko, diretora do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da Universidade Estadual da Vale do Rio Grande – GVSU nos EUA. Há mais de 20 anos, o projeto também foi apoiado por meio de bolsas concedidas pela Tinker Foundation, Shell International e Organização dos Estados Americanos. Durante uma estadia prolongada no Brasil nos anos de 1980, Paulo Sérgio Pinheiros me sustentou com pagamentos por trabalhos de interpretação e tradução que foram bem bacanas. Meus pais, especialmente minha mãe Jeanette Skidgell Rosenbrock, foram sustentáculos permanentes no que tange ao incentivo e persistência durante todo processo de elaboração das duas edições do livro, inclusive com apoio financeiro.

Finalmente, gostaria de agradecer aos tradutores Melissa Santos Fortes e Andrei Cunha, cuja paciência, generosidade, trabalho duro e atenção aos detalhes permitiram a transição para esta versão do livro. O projeto nunca foi fácil e eles aguentaram muito – especialmente a Melissa – com bastante resistência. Thank you!

Dedico a edição portuguesa à minha esposa Patrícia Cerqueira dos Santos, uma batalhadora extraordinária nos campos da política, educação, cultura e história. Ela tem sido minha professora em tantas ocasiões, sempre demonstrando inteligência, energia e amor. Sinto-me o homem mais sortudo do mundo por sua opção de amar com tanta garra um historiador peripatético. Não só este livro seja produto de nossa união, como também a criação de mais uma lutadora por um mundo melhor, nossa maravilhosa filha Maya Cerqueira dos Santos Welch.

Itapecerica da Serra,
15 de janeiro, 2010.

SÃO PAULO E LOCAIS DE INTERESSE NA HISTÓRIA DA LUTA DOS TRABALHADORES RURAIS NO BRASIL



MAPA CRIADO POR KURT THOMPSON
WATER RESOURCES INSTITUTE – GRAND VALLEY STATE UNIVERSITY

MUNICÍPIOS DA ALTA MOGIANA, REGIÃO AGRÍCOLA DO ESTADO DE SÃO PAULO





PRÓLOGO

OS CAMPONESES DE SÃO PAULO E A HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL

O presidente estava chegando. Em menos de três semanas, ele estaria em Ribeirão Preto para inaugurar um órgão regional da reforma agrária e para dirigir-se a um comício de trabalhadores rurais, muitos dos quais recém-sindicalizados com a ajuda do órgão. Era um grande momento para aqueles que haviam trabalhado pesado para construir o movimento dos trabalhadores rurais nesta importante região agrícola. Ao longo dos anos, suas atividades haviam inspirado repressão constante, de demissões a espancamentos. Agora, no final de março de 1964, muitos daqueles que buscavam melhorias nas condições de vida e de trabalho dos trabalhadores rurais uniram-se para intensificar seus esforços, sob a direção de um órgão federal que contava com o apoio aberto do Presidente João “Jango” Goulart.

Muitas pessoas foram ao comício, incluindo editores de jornais, advogados, sindicalistas rurais e urbanos, padres Católicos, trabalhadores, militantes comunistas, alunos de medicina e de odontologia, entre outros. Os alunos de medicina lá estavam para cuidar da saúde dos trabalhadores rurais; os de odontologia, da sua higiene bucal; os das Ciências Humanas, de sua educação; os editores, da divulgação do movimento. Os advogados prestavam aconselhamento legal e abriam processos de causa trabalhista; e os sindicalistas davam aos trabalhadores apoio estratégico e político.

Irineu Luís de Moraes, militante do PCB – Partido Comunista do Brasil desde 1934, se especializara em criar interesse pelos sindicatos entre os trabalhadores. Celso Ibson de Syllos, um padre católico envolvido com o movimento desde 1960, treinava líderes trabalhistas em administração sindical. Quaisquer que fossem suas contribuições e restrições individuais em relação ao processo, todos apoiavam o plano, embora estivesse bem longe da prática tradicional de usar o Estado para ajudar a sindicalizar trabalhadores e integrá-los à política econômica. Era um projeto ambicioso, e todos estavam orgulhosos de fazer parte dele.

Mas o Presidente nunca chegou. Faltando uma semana para o comício, Moraes, padre Celso e outros participantes do movimento estavam escondidos, temendo a prisão, a tortura, ou algo pior. No dia 31 de março, uma conspiração civil-militar longamente planejada depôs o Presidente João Goulart e reprimiu seus apoiadores e programas. Os conspiradores escolheram o órgão de reforma agrária, conhecido como Supra – Superintendência de Política Agrária, para ata-

que imediato. A Superintendência prometera melhorar as condições de vida dos habitantes brasileiros mais pobres, dos trabalhadores rurais. Prometera ainda que redistribuiria a terra, que aprimoraria a produtividade agrícola do país através da reforma social, de dar poder aos trabalhadores rurais através do registro de eleitor. O plano era por demasiado ousado e precisava ser silenciado. Goulart, refugiado pelo exército, foi ao exílio e o grande comício de inauguração nunca aconteceu.

O “comício que nunca foi” simbolizou tanto as conquistas quanto as derrotas do movimento dos trabalhadores rurais que se enraizou em São Paulo e em outros Estados no período pós II Guerra Mundial. Em 1964, o movimento havia adquirido uma presença política sem precedentes na história do país. Suas propostas foram construídas com base na aprovação pública e em uma crescente posição de influência na estrutura agrária. O movimento promoveu greves e outras ações coletivas e individuais haviam causado mudanças nas relações trabalhistas nas fazendas e modificações nas práticas dos fazendeiros. Mas no momento em que o comício deveria ocorrer, o movimento já estava desorganizado e inseguro. Estava em um estranho período de crescimento, uma muda que, apesar de já haver enraizado, continuava necessitando da ajuda de estacas de apoio. Essa rede de apoio veio a ser fornecida por uma parcela de proprietários de terra progressistas e partidários do governo interessados, embora nem tão comprometidos, na idéia de reorganizar as relações sociais rurais de modo a aprimorar a produtividade agrícola, reduzir o êxodo de trabalhadores rurais do mercado de trabalho rural em direção às grandes cidades e criar um novo grupo de eleitores entre os fazendeiros.

Os trabalhadores rurais de São Paulo e seus líderes encontraram meios autônomos de levar essas iniciativas a direções inesperadas. Como não poderia ser de outra forma, nem o governo nem os fazendeiros acolheram a crescente autonomia do movimento. O Estado, então, tentou recuperar o controle da situação e os fazendeiros se tornaram hostis ao movimento. Estes últimos se sentiam ameaçados pelo flerte, cada vez mais manifesto, entre trabalhadores rurais, partidos revolucionários e populistas e políticos. Temendo a erosão de sua autoridade sobre a política nacional e sua propriedade, os fazendeiros agiram para suprimir a coalizão entre trabalhadores rurais e políticos enquanto ela ainda estava em formação. *A semente foi plantada* conta essa história, refazendo os passos que levaram às expectativas triunfantes do movimento e também ao seu agonizante desmantelamento em 1964.

Embora o golpe de 1964 tenha mudado o curso do movimento dos trabalhadores rurais no Brasil, ele nem erradicou o velho movimento e nem plantou outro completamente novo. Muitos aspectos significativos do passado perdurariam nos movimentos dos trabalhadores rurais do futuro. Entre eles, dois avanços institucionais de 1963: o ETR – Estatuto do Trabalhador Rural, que ditava

as leis que controlavam as relações trabalhistas rurais e as organizações; e a Contag – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, que continuaria a centralizar as federações sindicais dos Estados e a representar os interesses dos trabalhadores rurais e de pequenos proprietários de terra em nível nacional. Embora de modo diverso, muitos sindicatos locais e inúmeros indivíduos permaneceram atuantes, mesmo depois do golpe. A intervenção do Estado em assuntos sindicais também permaneceu constante, apesar da natureza da relação ter mudado substancialmente ao longo do tempo e o apoio, como aquele prometido pela Supra jamais tenha sido dado novamente. A tensão entre os interesses dos trabalhadores assalariados e os agricultores familiares continuou a criar problemas organizacionais internos para a mobilização rural em todos os níveis, problemas que foram enfrentados parcialmente com a criação de novas entidades, como o MST, a FERAESP – Federação dos Empregados Rurais Assalariados e a FETRAF – Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar. Outra ligação com o passado pode ser encontrada na memória dos participantes da luta dos trabalhadores rurais.

AS VOZES DOS TRABALHADORES RURAIS

A semente foi plantada tem o seu título de uma dessas fontes, João Guerreiro Filho. Guerreiro estava trabalhando para seu pai em uma pequena fazenda em Dumont, São Paulo, quando se filiou ao PCB em 1945 e ajudou a estabelecer uma das organizações fundadoras do movimento, a Liga Camponesa de Dumont. Anos depois, em 1989, meu colega Sebastião Geraldo e eu encontramos Guerreiro vivendo na cidade de São Paulo com seu filho. Quando nós revelamos nosso interesse em seu passado, ele nos levou para a garagem e passou a falar em um tom confidencial, Guerreiro nos explicou, em tom irônico, que seu filho era policial militar, um braço do aparato de segurança do Estado que muito havia feito para reprimir movimentos sociais populares, como os sindicatos. Guerreiro queria evitar irritá-lo ao manter nossa conversa silenciosa. Evidentemente, uma luta popular de classes havia ocorrido em casa à medida que Guerreiro articulava as conexões entre seu ativismo em 1945 e os desafios recentes ao regime militar que comandava o Brasil desde 1964. Em 1985, apenas alguns poucos anos antes de nos encontrarmos, os militares haviam devolvido o poder aos civis, pressionados, em grande medida, pela onda de mobilização popular. “Mas a semente foi plantada (...) e está germinando”, nos disse Guerreiro. A Liga de Dumont, da metade dos anos de 1940 havia sido a semente e seu fruto incluía o retorno da política do povo nos anos de 1980.¹

¹ João Guerreiro Filho, transcrição de entrevista pelo autor e por Sebastião Geraldo, São Pau-

A afirmação de Guerreiro não somente deu título a esse livro como se transformou em ser um princípio organizador. Sua visão de um movimento camponês, cujo legado incluía a redemocratização, sugere um novo tema de continuidade à História Brasileira – a atuação dos trabalhadores rurais na construção de um novo Brasil. Um apoio parcial a esse tema pode ser encontrado na história da Liga Camponesa, liderada por Francisco Julião Arruda de Paula no Estado de Pernambuco, que teve sucesso ao pressionar o governo do Estado a expropriar um velho engenho de açúcar e distribuir suas terras aos moradores. O ano deste evento, 1959, correspondeu à Revolução Cubana e à intensificação da insurgência no Vietnã, sendo que ambos dependeram, em diferentes medidas, do descontentamento dos camponeses. Repentinamente, autoridades brasileiras parecem ter acordado para a idéia de que os trabalhadores rurais estavam se mobilizando para mudar a ordem das coisas. Estudiosos refletiram sobre essa época em seus textos enfatizando, a cada vez mais influente, presença do campesinato como força política entre 1959 e, no caso do Brasil, o golpe de 1964.

Costuma-se crer que antes de 1959 os trabalhadores rurais eram uma massa inerte que não tinha nenhum impacto na sociedade. Um resumo típico desta época está contido em uma análise da política e estrutura agrária do Brasil feita em 1955. “A falta de qualquer organização rural até o final dos anos de 1950 fazia com que os fazendeiros assumissem uma posição de autoridade máxima em suas terras e tivessem controle quase total da política local”.²

Este argumento está ligado a uma teoria mais abrangente que afirma que no decorrer da História Brasileira, a burguesia conspirou com os latifundiários para excluir os camponeses dos benefícios da modernização. Essa associação garantiu, por um lado, que os fazendeiros mantivessem total controle sobre o trabalho e os destinos dos homens simples do campo e, por outro, assegurou à burguesia apoio dos fazendeiros para o desenvolvimento urbano e industrial. De acordo com esta teoria, o governo cooperava com este pacto, e até o orquestrava, ao ajudar a reprimir organizações de trabalhadores rurais ao mesmo tempo em que encorajava a sindicalização urbana a partir de uma variedade de

lo, 11 de julho de 1989, Arquivo Edgard Leuenroth, Universidade de Campinas (doravante AEL/Unicamp). Em outra região do Brasil, no Estado do Acre, o internacionalmente conhecido líder seringalista Chico Mendes igualmente demonstrou um sentido de continuação histórica antes de ser morto em 1988. Ver Andrew Revkin . *The Burning Season: The Murder of Chico Mendes and the Fight for the Amazon Rain Forest*. Boston: Houghton Mifflin, 1990.

² Evelyne HUBER e John D. STEPHENS. “Conclusion: Agrarian Structure and Political Power in Comparative Perspective” In: *Agrarian Structure and Political Power: Landlord and Peasant in the Making of Latin America*, Evelyne Huber e Frank Safford (orgs.). Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1995, p. 197.

medidas.³ O pacto começou a se desfazer no início dos anos de 1960 quando políticos populistas iniciaram a expansão do seu eleitorado para incluir trabalhadores rurais e quando o governo passou a encorajar a sindicalização do trabalhador rural para melhor proveito do setor agrícola.

Uma consequência de apresentar a mobilização dos trabalhadores rurais como tendo aparecido no final dos anos de 1950 tem sido a tendência a exagerar sua importância durante este aparente intervalo de acomodação dos camponeses. Esta tendência tem tido dois modos de expressão principais: ou o movimento é culpado de ter criado uma atmosfera de anarquia que deu aos conspiradores a razão para o golpe de 1964, a necessidade de restaurar a ordem, ou é acusado de ser barulhento e exigente, mas não suficientemente forte para resistir com sucesso à tomada de poder.⁴

A SRB – Sociedade Rural Brasileira, uma poderosa associação de fazendeiros de café e de criadores de carne bovina com base em São Paulo acusou o governo Goulart de estabelecer condições propícias aos “subversivos” e apoiou avidamente o golpe. O editorial da SRB de janeiro de 1963, “Sindicalismo e anarquia rural”, concluiu que,

o sindicalismo nacional agrário não tem por objetivo a defesa dos justos interesses da classe proletária rural, mas a instituição de dispositivos políticos manobráveis, com fins nem sempre legítimos, pelos dirigentes federais, que vão tornando este país cada vez mais desarticulado nos seus objetivos cívicos, indispensáveis à conjugação de esforços para a grandeza econômica nacional.

Os trabalhadores rurais militantes estavam igualmente ávidos para enfatizar o significado do seu movimento naquele momento. “Eu não tenho dúvidas”, o militante do PCB Gregório Bezerra refletiu alguns anos mais tarde “que 50 % do golpe de 1964 foi em consequência da pressão da burguesia rural contra o avanço do movimento camponês”. Os historiadores geralmente apoiam essas visões, com Thomas Skidmore citando os desejos dos conspiradores de se livrarem do movimento dos trabalhadores rurais e Aspásia Camargo afirmando que a mobilização camponesa foi “decisiva” para o desencadeamento da reação dos fazendeiros.⁵

³ Fernando Antônio AZEVEDO. *As ligas camponesas*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1982 e José de Souza MARTINS. *O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta*. 2ª ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1999.

⁴ Sobre a restauração da ordem, ver General Olympio MOURÃO FILHO. *Memórias: a verdade de um revolucionário*, 4ª ed. (Porto Alegre: L + M, 1978), p. 25-47, 158, 162-163, 183. Sobre uma crítica à autenticidade do movimento, ver Benno GALJART. “Class and ‘Following’ in Rural Brazil”, *América Latina* v. 7, n. 3, p. 3-23, julho/setembro, 1964.

⁵ BEZERRA In: Dênis de MORAES. *A esquerda e o golpe de 64*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989, p. 237; Thomas E. SKIDMORE, *Brasil: de Castelo a Tancredo*. São Paulo: Ed. Paz

A perspectiva de Guerreiro dá uma guinada nesses argumentos. Para Guerreiro e outros participantes uma linha contínua conecta as ligas camponesas dos anos de 1940 às grandes mobilizações das “Diretas Já!” de meados dos anos de 1980. Encontra-se implícita uma visão progressiva da História na qual os trabalhadores rurais tiveram papel central. Em contraste com visões oficiais, a história de Guerreiro legitima e dá poder a camponeses como ele. Na sua memória do passado, seus esforços e aqueles de todos os militantes rurais não são nem vergonhosos e nem pouco notáveis, e sim uma maneira de mostrar que os trabalhadores rurais também manipularam os fios da História todo o tempo. Podem ter havido alguns contratempores durante o caminho, mas se os trabalhadores rurais fizeram parte da derrubada do regime militar no presente, seu trabalho foi construído a partir de esforços anteriores, incluindo a liga camponesa de Guerreiro. Neste sentido, Guerreiro oferece uma forte contranarrativa, “um sonho ucrônico” como o analista literário italiano Alessandro Portelli descreve memórias que refletem os “possíveis mundos” dos informantes. No contexto de triunfo para as massas, como percebido em meados dos anos de 1980, o antigo comunista se identifica com “as pessoas” e imagina ligações diretas entre sua militância e aquela de militantes contemporâneos.⁶

e Terra, 1988, p. 4; e Aspásia de Alcântara CAMARGO, “A questão agrária: Crise de poder e reformas de base (1930-1964)”, em *História geral de civilização brasileira* Tomo III, O Brasil republicano, vol. 3, Sociedade e política (1930-1964) Boris Fausto (org.) 3ª ed., São Paulo: Difel, 1986. p. 223. Sobre a SRB, ver “Sindicalismo e anarquia rural”, *A Rural* v. 43, n. 501, p. 3. janeiro, 1963. Ver também Clifford Andrew WELCH, “Rivalidade e unificação: mobilizando os trabalhadores rurais em São Paulo na véspera do golpe de 1964”. Tradução Melissa Santos Fortes. *Projeto História*. São Paulo, v. 29, t. 2, p. 363-390. Julho/dezembro, 2004.

⁶ O sociólogo José de Souza Martins indiretamente antecipou a perspectiva da continuidade de Guerreiro em seu ensaio de 1981 “Os camponeses e a política no Brasil”. Martins observou como a maioria das pessoas, incluindo intelectuais, deixaram de notar “que alguns dos mais importantes acontecimentos políticos da história contemporânea do Brasil são camponeses (...) A história brasileira, mesmo aquela cultivada por alguns setores de esquerda, é uma história urbana”. In MARTINS, *Os camponeses e a política no Brasil: As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. 3ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1986, p. 25-26.

O especialista em estudos sobre História Oral Alessandro Portelli adotou o conceito tempo memória aqui usado a partir da ficção científica após ter entrevistado dezenas de militantes comunistas em Terni, na Itália. Para ele, o conceito pareceu válido por recuperar “não apenas os aspectos materiais do sucedido como também a atitude do narrador em relação aos eventos, à subjetividade, à imaginação e ao desejo, que cada indivíduo investe em sua relação com a história” (41). Um número tão grande de informantes contava versões “erradas” do passado que ele começou a observar este “motivo”, como ele o chama: a forma narrativa do sonho de uma vida pessoal e de uma diferente história coletiva” (44). *A semente foi plantada* usa o conceito para interpretar testemunhos orais, uma importante fonte de informação para este livro. Alessandro PORTELLI. *Sonhos ucrônicos: memória e possíveis mundos dos trabalhadores*. *Projeto História*. n.10, p. 41-58. Dezembro, 1993.

A “validade” do possível mundo de Guerreiro não é tão improvável quanto parece ser à primeira vista. A crença de Guerreiro de que trabalhadores rurais organizados foram fundamentais em desafiar o monopólio de poder do governo militar no final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980 é corroborada por outras fontes.⁷ Do mesmo modo que o presente não pode ser projetado no passado, o movimento contemporâneo também não pode ser sumariamente separado de seus antecedentes nos anos de 1960, 1950, 1940 e 1930. Isto não significa que os historiadores têm errado ao enfatizar a continuidade da autoridade dos fazendeiros e sua base na supressão das demandas dos trabalhadores rurais. Esta tendência histórica não pode ser negada. Contudo, a aceitação dessa posição tem levado os analistas a acreditarem que os trabalhadores rurais acataram passivamente as imposições dos fazendeiros. Este é um erro grosseiro e que precisa ser revisto, e é isso que procuramos fazer aqui. Os trabalhadores foram protagonistas de sua história, *A semente foi plantada* apresenta um conjunto considerável de evidências que mostram que os camponeses, particularmente aqueles de São Paulo, contribuíram muito para a História contemporânea do Brasil, embora suas iniciativas raramente tenham sido acolhidas pela classe dominante.

Guerreiro realmente “imaginou” uma ligação direta entre Dumont e a restauração do poder civil em 1985. Mas ele não imaginou o fato de que os camponeses desenvolveram um movimento social organizado nos anos de 1940, baseado em uma militância considerável e mobilizações esporádicas em décadas anteriores. *A semente foi plantada* examina tanto a teoria quanto a prática do desenvolvimento da aliança entre o estado e os fazendeiros, arquitetada para enfraquecer os trabalhadores rurais e embrionar um discurso hegemônico favorável aos proprietários de terras. Daí porque a maior parte da literatura costuma destacar as vozes mais conservadoras, enaltecendo o discurso da classe dominante, aquelas que exigiram a exclusão dos trabalhadores rurais da política e desconsideraram o seu papel na História.

Entretanto, mesmo no discurso predominante, grande diversidade pode ser encontrada, uma vez que alguns oficiais fizeram grande pressão para melhorar a “vida rural” e aumentar o bem-estar dos trabalhadores e alguns fazendeiros acharam conveniente apoiar as exigências dos trabalhadores rurais e formar

⁷ Greves-chave dos cortadores de cana em Pernambuco em 1979 e em São Paulo em 1984 representaram desafios significativos à legitimidade do governo em determinar salários e preços. Ver Lygia SIGAUD, *Greve nos engenhos*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1980 e Maria Conceição D'INCAO, “O movimento de Guariba: O papel acelerador da crise econômica”, *Política e Administração* v. 1, n. 2, p. 201-22. 1985. Ver também, Anthony W. PEREIRA, *The End of the Peasantry: The Rural Labor Movement in Northeast Brazil (1961-1984)*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1996.

alianças políticas com militantes comunistas. Entre o campesinato, o discurso é limitado e dividido de várias formas. Por um lado, as vozes da vasta maioria dos trabalhadores rurais permanecem silenciosas, suas esperanças e aspirações perdidas para sempre no vazio de documentações negligentes. Por outro lado, as vozes mais ouvidas no registro remanescente são aquelas de interlocutores como o PCB, a Igreja Católica, as Ligas Camponesas do Julião e os políticos populistas. Através do testemunho oral, as vozes de alguns participantes e de líderes de trabalhadores rurais tais como Guerreiro também podem ser ouvidas. Dependendo da fonte, a voz subalterna pode enfatizar o papel do camponês em trazer a reforma agrária, sindicalizar os trabalhadores rurais, derrubar o capitalismo, ou melhorar as condições de vida e de trabalho para os pobres no campo.

A dificuldade em definir a composição do campesinato complicou o ativismo e, conseqüentemente, o registro histórico. Os participantes do movimento dos trabalhadores rurais reconheceram a necessidade de tratar diferentemente as pessoas dependendo da sua função na economia agrária, uma vez que cada grupo tinha interesses imediatos próprios e, portanto, únicos. Assim, um operário rural ou assalariado rural queria em primeiro lugar um salário maior, um arrendatário queria seu aluguel estendido e de valor mais baixo, parceiros e meeiros inseguros e diaristas exigiam dos fazendeiros acordos justos e imparciais. O desejo por uma terra que eles pudessem chamar de sua era um sonho a florescer na mente de todos os trabalhadores rurais. Dos anos de 1920 até os anos de 1950, o PCB usou a palavra *camponês* como um termo genérico para tentar construir uma identidade central entre os trabalhadores do campo. O termo, bem como a categoria social, entrou na língua portuguesa em 1794. Ele tem antecedentes europeus na história da língua inglesa, *peasants*; da língua francesa, *paysans*; e do russo, *krest'yanskaya*. No Brasil, foi principalmente usada no discurso político para significar não somente pequenos proprietários de terra, mas todas as categorias de trabalhadores agrícolas, incluindo assalariados, arrendatários, migrantes e trabalhadores contratados. Contudo, nos anos de 1950, o PCB passou a falar sobre trabalhadores agrícolas e lavradores, fazendo distinção entre os assalariados e os agricultores familiares. Nos anos de 1960, o termo *trabalhador rural* passou a substituir *camponês* como um termo genérico. Essa transição lexical foi incorporada nas entidades organizacionais que marcaram a fundação oficial do movimento, os sindicatos de trabalhadores rurais, os quais ganharam sanção estatutária de representação de todas as categorias de trabalhadores rurais, incluindo os assalariados e agricultores familiares, a partir de 1961. Nos anos de 1980, o crescente desemprego e subemprego rural ajudou a aumentar o número de um protagonista social rural relativamente novo, os *sem-terra*. O crescimento e a militância desse grupo produziu conflito sobre

a política da reforma agrária, ajudando a resgatar novamente o uso do termo fundamentalmente político, *camponês*.⁸

O CASO PARTICULAR DE SÃO PAULO

A mudança de terminologia reflete mudanças na economia política da agricultura moderna brasileira. A palavra camponês entrou no discurso político do país nos anos de 1920 quando a predominância da oligarquia agrária foi questionada e novas alianças políticas foram formadas para preencher o vácuo ao, entre outras estratégias, acolher os trabalhadores como eleitorado. No período pós II Guerra Mundial, pressões econômicas no setor causaram mais rupturas sociais, aumentando a necessidade de mobilização política. Nos anos de 1960 e 1970, a expansão da agricultura capitalista em São Paulo fez menos correto descrever as relações trabalhistas como mistas (renda na forma do direito de uso da terra, moradia e pagamentos em dinheiro, sendo adequados para chamar o trabalhador um camponês) e mais correto vê-las como relações puramente assalariadas (conformando melhor com a noção do trabalhador ou proletário rural). Por muitos no contexto do pensamento desenvolvimentista, São Paulo teve a aparência de estar à frente da transição de uma agricultura tradicional

⁸ Em *Os camponeses e a política no Brasil*, (1986 [1981]), MARTINS erroneamente afirma que “as palavras ‘camponês’ e ‘campepinato’ (...) são das mais recentes no vocabulário brasileiro (...) introduzidas em definitivo pelas esquerdas há pouco mais de duas décadas” (21). Outro sociólogo, Leonilde Sérvo de Medeiros, corretamente destaca que as palavras foram introduzidas pelo PCB nos anos de 1920 (“Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses: Os comunistas e a constituição de classes no campo”, Tese de Doutorado, Ciências Sociais, Unicamp, 1999. p. 60-62). As palavras continuaram a ser usadas nas décadas seguintes, atingindo destaque nacional com a expansão das Ligas Camponesas nos anos de 1940 e ainda muito mais atenção nos anos de 1950 com a revitalização do movimento sob a direção do advogado e deputado do PSB – Partido Socialista Brasileiro, Francisco Julião. A ditadura ajudou a tornar o termo clandestino dos anos de 1960 aos anos de 1980, mas nos anos de 1990 uma organização internacional de pequenos proprietários de terra – a Via Campesina – reativou o termo. No século XXI, tornou-se o foco da mobilização na medida em que a Via Campesina do Brasil investiu não somente em mobilização em grande escala, mas na compilação de uma volumosa história social do campepinato brasileiro, dos descendentes de antigos trabalhadores rurais aos sem-terras. É um fato pouco reconhecido que o termo sem-terra não é nem novo para as décadas recentes e nem uma invenção patenteada do MST. O termo foi regularmente usado por militantes do PCB para se referir a trabalhadores rurais sem-terra na campanha dos anos de 1940 para organização de Ligas Camponesas. Ver, por exemplo, Clifford Andrew WELCH, “Os com-terra e sem-terra de São Paulo: retratos de uma relação em transição (1945-1996)”. In *História social do campepinato do Brasil*. Tomo V: *Lutas camponesas contemporâneas*. Condições, dilemas e conquistas. Vol. 1. Bernardo Mançano Fernandes e Leonilde Sérvo de Medeiros, orgs. São Paulo: Editora da UNESP, Brasília: NEAD, 2009.

para a moderna agroindústria, fazendo sua história de relações sociais em transformação particularmente interessante. Distante de ser um caso representativo, São Paulo oferece um contexto único no qual examinar alguns aspectos do que prometia tornar-se mais comum nos outros Estados. Embora cada região tenha se desenvolvido à sua própria maneira, a história de São Paulo antecipa o futuro de outros Estados tanto como advertência quanto como exemplo.⁹

A semente foi plantada usa São Paulo para examinar a história da formação da agricultura capitalista, sobretudo as histórias particulares de como afetou e foi afetada pelas pessoas envolvidas. Os camponeses queriam maior segurança e dignidade da agricultura; os fazendeiros queriam mais lucros e soberania; o governo federal queria mais ganhos com o mercado internacional e menos pressão no custo de vida urbana com cesta básica barata. Cada grupo pressionava a terra e uns aos outros para chegar aos seus objetivos. No início dos anos de 1960, eles concordaram com alguns dos termos da “incorporação” do trabalhador rural, que seria uma parte da moderna história brasileira por muitas décadas. Em todas as partes do Brasil rural, a incorporação referia-se a um processo no qual era determinado como os trabalhadores seriam tratados pelas instituições estaduais, pela lei e pelos fazendeiros e também como, em outras palavras, eles seriam formalmente integrados na política econômica da qual eles eram, por necessidade, já parte integrante.¹⁰

⁹ A visão modernista do processo faz parte da construção histórica da época. A expressão mais relevante disso encontra-se em uma série de artigos de Caio Prado Júnior que foram publicados na *Revista Brasiliense* em 1963 e 1964. Ele viu as conquistas trabalhistas dos trabalhadores rurais como maneira deles acumular forças para avançar a modernização da agricultura e facilitar a transição para socialismo. Com tempo, esta visão caiu em questão, como toda ideologia liberal que fez a geocultura do sistema capitalista a partir da Revolução francesa. Os fatos mostram com clareza que os passos seguidos pela agricultura paulista não vão ser os mesmos de outros Estados. O chamado tradicional e o moderno vão misturar em medidas específicas em cada caso. Contudo, a tendência de construir estruturas para facilitar a extensão da intensa exploração de recursos naturais e humanos no campo é a marca do sistema capitalista de agricultura que predominava no Brasil inteiro no século XXI. Caio PRADO JÚNIOR. *A questão agrária*. 4ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987. José Graziano da SILVA. *A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982; MARTINS. *O poder do atraso*; Afrânio GARCIA. *A sociologia rural no Brasil: entre escravos do passado e parceiros do futuro*. Sociologias (Porto Alegre). v. 5, n. 10, p. 154-189. Julho/dezembro, 2003; e Immanuel WALLERSTEIN. *World-Systems Analysis: An Introduction*. Durham, NC: Duke University Press, 2004.

¹⁰ Martins sucintamente dispensa a ideia de exclusão social ao afirmar: “O primeiro ponto que é necessário comentar [...] é que *não existe exclusão*”. José de Souza MARTINS, “O falso problema da exclusão e o problema social da inclusão marginal”. In *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus, 1997, p. 25.

Em São Paulo, as políticas de incorporação do trabalhador rural foram especialmente dinâmicas. Muito do crescimento e desenvolvimento de São Paulo, o mais rico e mais poderoso Estado do Brasil por mais de um século, originou-se da riqueza do seu solo e da energia de centenas de milhares de escravos ameríndios e africanos, bem como de trabalhadores livres europeus usados na limpeza da terra e no cultivo de várias plantações. Até os anos de 1930, não havia páreo para as fazendas de café de São Paulo. De 1930 em diante, sua importância decresceu no ritmo da ascensão de outras culturas comerciais, sobretudo o algodão e a cana-de-açúcar. Todavia, o café permaneceu o produto mais lucrativo do Estado até os anos de 1960. A exportação do café também continuou sendo a principal fonte de dinheiro estrangeiro para o Brasil, um recurso precioso para uma nação que buscava importar equipamento e tecnologia para construir seu setor industrial. A classe dominante de São Paulo devia muito da sua influência política a essa cultura estratégica. Enquanto o café prosperava, a indústria do Estado também fez sucesso e, no decorrer do tempo, passou para incluir uma rede de usinas de açúcar e outras agroindústrias.¹¹

O retorno gerado pela demanda mundial de café fez de São Paulo a principal locomotiva do Brasil e também seu principal engenheiro. A riqueza dos fazendeiros de São Paulo os colocou à frente da classe dominante nacional, o que despertou a inveja de frações dessa classe. Sua posição de predominância acabou por criar quem os desafiassem e, começando nos anos de 1920, os paulistas foram forçados a renunciar um pouco do seu poder político, embora eles tenham permanecido com considerável influência socioeconômica sobre a nação. Depois de 1930, cada governante estava ligado ao automotor de São Paulo, tentando estabelecer limites à sua velocidade e poder.

As relações de trabalho nas fazendas de São Paulo apresentavam aos trabalhadores rurais excelente oportunidade para fazer pressão por melhores condições de vida e trabalho. O processo de trabalho passa logo a ser o primeiro eixo de conflito entre fazendeiro, burocrata, trabalhador e líder, uma vez qual imaginava a forma de organização da produção e da terra a partir de um pris-

¹¹ Trabalhos importantes sobre a história agrária de São Paulo incluem: Maria Sylvania de Carvalho FRANCO. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1969; DEAN, Warren. *The Industrialization of São Paulo, 1880-1945* Austin: University of Texas Press, 1969; Joseph LOVE. *Locomotiva: São Paulo na federação brasileira, 1889-1937*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1982; Thomas H. HOLLOWAY. *Imigrantes para o café: Café e sociedade em São Paulo, 1886-1930*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1984; Maria Yedda LINHARES e Francisco Carlos Teixeira da SILVA. "A problemática da produção de alimentos e das crises numa economia colonial" in *História da agricultura brasileira: combates e controvérsias*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1988, p.107-170; e Mauricio A. FONT. *Coffee, Contention and Change in the Making of Modern Brazil*. New York: Basil Blackwell, 1990.

ma particular. As primeiras grandes iniciativas vieram do governo federal, que desafiou os paulistas após 1930. A política e a lei criadas pelo governo não tiveram sucesso em provocar muitas mudanças, mas acabaram criando uma nova linguagem que mais tarde foi resgatada e reformulada pelos camponeses e seus apoiadores. Embora as novas políticas não tivessem sido implementadas, elas contribuíram para criar expectativas.

Na medida em que os camponeses e seus apoiadores procuravam tornar real o ideal, a matriz do conflito mudou para os âmbitos políticos e institucionais. Implementar as leis exigia tribunais e estabelecer tribunais exigia pressão política. Tendo sido estabelecidos os tribunais, dúvidas surgiram sobre a imparcialidade da aplicação das leis e sobre sua adequação. Além disso, o movimento dos trabalhadores rurais havia crescido e adquirido força suficiente para insistir em padrões que correspondessem melhor ao discurso “dos de baixo” do que aquele discurso dos burocratas e dos fazendeiros.

Uma fonte partidária declarou que os trabalhadores rurais em Ribeirão Preto registraram 1530 queixas em 1958 e 1959 e ganharam 1500 delas. Embora um exagero, esses números indicam as extraordinárias pressões que os trabalhadores rurais começavam a fazer sobre um sistema antes dominado unicamente pelos fazendeiros.¹² Em reação, muitos fazendeiros recusaram-se a lidar com seus trabalhadores rebeldes e encontraram novas formas de enganá-los, os expulsaram, mudaram fazendas e métodos de plantio e, finalmente, conspiraram para derrubar o governo. Esse processo levou muitas décadas antes de abruptamente culminar no golpe de 1964. Ao longo desses anos, o campesinato teve um papel cada vez mais ativo, passando de um engajamento esporádico a um mais consistente e de protestos nas fazendas a protestos em praças públicas.

O comício de Ribeirão Preto que nunca aconteceu prometeu ser um exultante evento na praça central da cidade, uma demonstração pública do vigor juvenil do movimento. A terra havia sido limpa e preparada, a semente plantada, o solo tratado e uma nova muda havia crescido para dar o fruto de uma nova vida para milhares de trabalhadores rurais. Imitando a expansão de mangueiras no Brasil, mudas brotaram em muitas partes do país, áreas onde outros como Guerreiro haviam plantado as sementes da organização dos camponeses em resposta a problemas locais. O primeiro fruto se desenvolveu no início dos anos de 1950 quando dezenas de organizações de camponeses se formaram ao redor do país; no início dos anos de 1960, as árvores explodiram com frutos

¹² Números de Nestor VERA. “A sindicalização rural em São Paulo”, *Novos Rumos* (doravante, NR) 3:111, p. 4, (21-27 abril 1961). Vera [na verdade Veras] era então da Ultab, uma frente do PCB para a organização dos camponeses.

quando centenas de sindicatos de trabalhadores rurais foram oficialmente reconhecidos pelo Ministério do Trabalho. Mas as jovens árvores exigiam poda e cuidado para produzirem uma colheita completa. O órgão de reforma agrária, Supra, coordenou essas atividades sob a presidência de João Goulart, enviando supervisores para cuidar dos pomares em todos os cantos do Brasil. O golpe de 1964 interrompeu o processo, deixando o fruto apodrecer no solo e derrubando as árvores frágeis. Contudo, essas plantas não foram arrancadas e, portanto, poucas morreram. Algumas entraram em uma forma de hibernação, esperando condições melhores. Por algum tempo, os sindicatos se distanciaram da praça, de engajamento político, focando-se nas preocupações econômicas dos membros. Os botões gradualmente começaram a aparecer novamente e, a partir dos anos de 1970, a fruta pendeu de milhares de galhos: o movimento dos trabalhadores rurais renasceu; mudado, porém, mais forte do que nunca. “A semente foi plantada e está germinando”, Guerreiro havia dito. Como o solo foi limpo, as sementes plantadas e as árvores novinhas geraram seu primeiro fruto somente para serem cortados para trás em um momento de grande promessa, seu crescimento suprimido, é a questão que esse livro busca responder.

HISTORIOGRAFIA

O amplo tamanho do Brasil e sua diversidade resistem à criação de estereótipos e à generalização, embora os esforços de muitos em produzir explicações teóricas desse tipo. O problema é particularmente verdadeiro no caso dos movimentos sociais, cuja complexidade intrinca ainda mais o enredo da história. Embora algumas pesquisas especulativas sobre os movimentos rurais brasileiros tenham sido realizadas, somente uma série de estudos com base empírica poderá revelar o conhecimento necessário para construir uma síntese histórica nacional.¹³

Nos anos de 1960, apareceram os primeiros estudos científicos sobre os movimentos sociais no campo, desafiando o “silêncio da ditadura”. No ensaio “Peasant Leagues in Brazil” (1970), Clodomir de Moraes, um militante e estu-

¹³ Além do livro de Leonilde MEDEIROS. *História dos movimentos sociais no campo* (Rio de Janeiro: FASE, 1989), três artigos oferecem breves panoramas do movimento: Clodomir de MORAES. “Peasant Leagues in Brazil”, em *Agrarian Problems and Peasant Movements in Latin America*, organizado por Rodolfo STAVENHAGEN. New York: Doubleday, 1970, p. 453-501; MARTINS, “Os camponeses e a política no Brasil” e CAMARGO, “A questão agrária”. Para uma avaliação mais recente do movimento e de sua literatura, ver Clifford Andrew WELCH, “Movimentos sociais no campo até o golpe militar de 1964: A literatura sobre as lutas e resistências dos trabalhadores rurais do século XX. *Revista Lutas e Resistências* (Londrina, PR). V. 1, n. 1, p. 60-75. Setembro, 2006.

dioso advogado vinculado ao movimento camponês, produziu a primeira tentativa de síntese, discutindo o papel do PCB nas origens das ligas e sua predominância no sul, elogiando a atuação do advogado Julião por estar mais ligada com a realidade fundiária e conceitos sociológicos brasileiros, como, por exemplo, a noção de que o campesinato formou uma classe à parte da classe operária. Em *O “boia-fria”: acumulação e miséria* (1976) e *Os clandestinos e os direitos: estudo sobre trabalhadores de cana-de-açúcar de Pernambuco* (1979), a socióloga Maria Conceição D’Incao e a antropóloga Lygia Siguard relataram, respectivamente, detalhes específicos sobre a situação miserável de milhares de trabalhadores rurais nas fazendas e usinas dos novos CAIs – Complexos Agroindustriais – de açúcar e álcool dos Estados de São Paulo e Pernambuco.¹⁴ Em décadas subsequentes, foram produzidos muitos outros estudos que examinaram a história da mobilização do campesinato nos Estados das Regiões Sul, Sudeste e Central: Rio Grande do Sul, Paraná, Rio de Janeiro e Goiás. Contudo, em geral, muito mais foi produzido sobre as Ligas Camponesas de Julião no Nordeste do que em qualquer outra parte do movimento.¹⁵

¹⁴ MORAES, “Peasant Leagues”; Maria Conceição D’INCAO. *O “boia-fria”: acumulação e miséria* 8ª ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 1975, e Lygia SIGUAD. *Os clandestinos e os direitos: estudo sobre trabalhadores de cana-de-açúcar de Pernambuco*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1979.

¹⁵ Sobre o Nordeste (e as ligas de Julião) ver, por exemplo, Manoel Correia de ANDRADE. “As tentativas de organização das massas rurais – As ligas camponesas e a sindicalização dos trabalhadores do campo” In: *A terra e o homem no Nordeste*, São Paulo: Editora Brasiliense, 1963; Cynthia HEWITT. “Brazil: The Peasant Movement in Pernambuco, 1961-1964” In: Henry A. LANDSBERGER (org.). *Latin American Peasant Movements*. Ithaca: Cornell University Press, 1969, p. 374-98; Aspásia de Alcântara CAMARGO. “Brésil Nord-Est: mouvements paysans et crise populiste ». Thèse de 3ème cycle – EHESS, Paris, 1973; Florencia E. MALLON, “Peasants and Rural Laborers in Pernambuco, 1955-1964”, *Latin American Perspectives* 5:4, p. 49-70, (Fall, 1978); Moacir PALMEIRA, “The Aftermath of Peasant Mobilization: Rural Conflicts in the Brazilian Northeast since 1964.” In: Neuma AGUIAR. (org.). *The Structure of Brazilian Development*. New Jersey, 1979. p. 71-98; AZEVÊDO, *As ligas camponesas*; Elide Rugai BASTOS. *As ligas camponesas*. Petrópolis: Editora Vozes, 1984; e Bernardete AUED. “A vitória dos vencidos: Partido Comunista Brasileiro e Ligas Camponesas, 1955-1964” (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Paraíba, 1986). Sobre o Rio Grande do Sul, ver Cordula ECKERT. “Movimento dos Agricultores Sem Terra no Rio Grande do Sul, 1960-1964” (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1984). Para o Rio de Janeiro, consultar Mário GRZYNSZPAN. “O campesinato fluminense: Mobilização e controle político, 1950-1964”, *Revista Rio de Janeiro* n.1, p. 19-27. Abril, 1986. Sobre Goiás, ver Maria Esperança Fernandes CARNEIRO. *A revolta camponesa de Formoso e Tombas*. Goiânia: Ed. Da Universidade Federal de Goiás, 1986 e Paulo CUNHA. “Aconteceu longe demais: A luta pela terra dos posseiros de Formoso e Tombas e a política revolucionária do PCB no período 1950-1964” (Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1994). Sobre o Paraná, ver Iria Zanani GOMES.

Nos anos de 1980, inspirado por uma onda explosiva de mobilizações dos trabalhadores rurais que irrompeu no final dos anos de 1970, cientistas arriscaram as primeiras sínteses analíticas. As obras são: “A questão agrária: crise de poder e reformas de base (1930-1964)” de Aspásia de Alcântara Camargo (1981), “Os camponeses e a política no Brasil” de Martins (1981) e *História dos movimentos sociais no campo* de Leonilde Sérvolo de Medeiros (1989). Os ensaios de Camargo e Martins foram muito bem divulgados e já passaram por várias edições. Pesquisadora e historiadora da Fundação Getúlio Vargas, Camargo destacou as ações do Estado, principalmente do executivo, e deu ênfase à questão da terra, mais que aos trabalhadores rurais e seus sindicatos. Camargo aproveitou sua tese de doutorado sobre as Ligas Camponesas para argumentar como as ligas foram mais importantes que os sindicatos. Ela deu pouca atenção ao papel do PCB já que – para ela – o movimento sindical só iniciou-se a partir dos anos de 1960. Camargo argumentou que o projeto de sindicalização dos trabalhadores rurais significava a sua incorporação na política populista da época.

Baseada na pesquisa de orientandos seus e em sua própria experiência como assessor da CPT – Comissão Pastoral da Terra nos anos de 1970, a obra de Martins questionou a militância do PCB entre o campesinato. Para ele, o partido subestimava a capacidade política dos camponeses na era pré-1964, condenando a estratégia de incorporá-los como parte da classe operária, ao invés de vê-los como uma classe em si, capaz de resistir ao capitalismo selvagem no campo e contribuir na construção de um Brasil socialista. Pior, na opinião de Martins, foi a decisão do PCB de privilegiar alianças com a chamada burguesia nacionalista e de ver no aparelho do sindicalismo rural um avanço no caminho para socialismo. Com uma orientação que o cientista político Raimundo Santos chama de “agrarista”, o ensaio de Martins contribuiu significativamente para desprezar a luta dos trabalhadores rurais pelos direitos trabalhistas e para a valorização de movimentos sociais camponeses em torno da luta pela terra.¹⁶

O livro de Medeiros inicia com uma citação do ensaio de Martins e uma crítica à inclinação urbana dos cientistas brasileiras. Medeiros conseguiu valorizar os movimentos sociais no campo sem desvalorizar o movimento sindical rural. Como integrante do GT dos movimentos sociais do campo do Pipsa – Pro-

1957: *A revolta dos posseiros*. Curitiba: Crias Edições, 1986 e Ângelo Aparecido PRIORI. “A revolta camponesa de Porecatú: A luta pela defesa da terra camponesa e a atuação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) no campo (1942-1952)”. (Tese de Doutorado em História), Universidade Estadual Paulista de Assis, 2000.

¹⁶ Raimundo SANTOS. *Camponeses e democratização no segundo debate agrarista*. In: SANTOS, Raimundo; CARVALHO, Luís Flávio de; SILVA, Francisco Teixeira da, organizadores. *Mundo rural e política: ensaios interdisciplinares*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1999. p. 35-58.

jeto de Intercâmbio de Pesquisa Social em Agricultura, Medeiros já tinha feito várias contribuições quando foi convidado pela Fase – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional a preparar uma história para ser colocada “à disposição dos trabalhadores rurais e dos seus assessores [...e...] a todos os que acreditam que é possível mudar a nossa sociedade”. O livro é rico em dois sentidos: 1) abrangeu todos os movimentos até então conhecidos e colocou-os no contexto histórico e 2) trouxe para o leitor muitas fontes primárias, como resumos de romances e filmes, fotos de militantes e cenários da luta, e cópias de documentos históricos como capas de jornais e resoluções de congressos. A autora argumenta que no pré-1964 “as bandeiras que até hoje são centrais nas lutas [dos trabalhadores rurais]: os direitos trabalhistas, a previdência social e principalmente a reforma agrária” se formaram. A lista é mais extensa e relevante, como mostra o livro, adicionando a construção de organizações nacionais, a criação de uma “linguagem política” na identificação de todo tipo de trabalhador rural como “camponês”, e a procura de “novas formas de inserção desse segmento” no processo de desenvolvimento do país. Na sua interpretação, a contribuição do movimento pré-golpe foi fundamental. Mesmo assim, concluindo o livro em 1987, Medeiros nos dá elementos para entender o desgaste do movimento sindical e sua relação com a luta pela terra que, na época da publicação do livro, já estava criando novas bases para ameaçar a (nova) velha guarda da Contag.

Ainda nos anos de 1980, três livros importantes sobre as ligas foram publicados, dois com o mesmo título: *As Ligas Camponesas*. Um é de Fernando Antônio Azevêdo (1982), outro é de Elide Rugai Bastos (1984); o terceiro livro é *A vitória dos vencidos (Partido Comunista Brasileiro e Ligas Camponesas, 1955-1964)* de Bernardete Aued (1986). A grande produção sobre as ligas ainda passa a falsa ideia de que elas foram mais significativas que a atuação do PCB e suas entidades quando a diferença principal é ideológica. Um exemplo disso é a atenção que recebe nas tradições inventadas do MST.¹⁷ Para o PCB, os camponeses estavam em processo de transformação para fazer parte do proletariado enquanto, para as ligas, o campesinato já era uma classe, válida por motivo próprio.

Os anos de 1980 foram ainda fundamentais para o resgate e publicação de depoimentos de militantes do movimento camponês até o golpe. Os dois volumes das memórias do líder comunista Gregório Bezerra merecem destaque; também foram publicadas as memórias de Manuel da Conceição, liderança rural do Maranhão (1980); José Pureza, que atuou no Rio de Janeiro (1982); e

¹⁷ Vide, por exemplo, Mitsue MORISSAWA. *A história da luta pela terra e o MST*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2001 e Carlos W. Porto GONÇALVES. *A nova questão agrária e a reinvenção do campesinato: o caso do MST*. OSAL – Observatorio Social de América Latina. (Buenos Aires) v. VI, n. 16, p. 23-24. janeiro/abril, 2005.

José Leandro da Costa, militante sindicalista do Ceará (1988). Os depoimentos foram essenciais na reconstrução dos eventos regionais que resultaram na publicação de estudos de caso como “O campesinato fluminense: mobilização e controle político” de Mario Grynspan (1986), *A revolta camponesa de Formoso e Trombas* de Maria Esperança Carneiro Fernandes (1988) e *As origens do movimento sindical de trabalhadores rurais no Ceará: 1954-1964* de Maria Glória W. Ochoa (1989). No já clássico filme *Cabra marcado para morrer* (1984), o documentarista Eduardo Coutinho combinou história oral com filmes da época para examinar as ligas de Paraíba e sua memória coletiva.

Dos anos de 1990 até o século atual, a modernização dos mecanismos de produção agrícola e a luta pela terra, dois processos integralmente ligados que se intensificaram nos anos depois do golpe militar, causaram uma mudança no foco da pesquisa para a reforma agrária. Neste sentido, surgiram poucos livros importantes sobre o movimento sindical dos trabalhadores rurais no pré-golpe. Foram publicadas mais memórias de militantes do movimento sindical, estudos de movimentos em vários Estados e análises do movimento sindical no pós-golpe que também analisavam o período anterior. A tensão existente na relação entre os trabalhadores rurais que dependiam de salários e os trabalhadores rurais que dependiam da sua própria produção como lavradores tem sido mais analisada. É interessante notar que o reconhecimento da complexidade da sociedade rural fez com que ninguém mais tentasse escrever uma síntese. Em geral, os estudos passaram a confiar menos nas explicações estruturais e no progresso linear, mostrando uma preferência para o empiricismo e uma valorização do processo.

Dois depoimentos publicados deram destaque para o movimento sindical até o golpe militar. Em *Lutas camponesas no interior paulista* (1992), os organizadores Cliff Welch e Sebastião Geraldo apresentam a memória do comunista Irineu Luís de Moraes, o Índio, uma personagem principal no presente livro. Moraes trabalhava para as organizações do PCB que eram dirigidas por Lindolpho Silva, o depoente do livro *O camponês e a história* (2004), organizado pelo cientista político Paulo Cunha. As duas memórias revelam, por um lado, a incrível disciplina dos militantes e, por outro, as complicações institucionais que desmoralizaram o movimento.¹⁸

Na linha de frente, Moraes sentia-se abandonado pelo partido e acabou concluindo que o PCB continuamente “subestimava” a força revolucionária dos camponeses. Falando de Silva, Moraes o descreveu como alguém que “não fazia nada (...), um carreirista...”. O depoimento de Silva sustenta, em parte,

¹⁸ Cliff WELCH e Sebastião GERALDO. *Lutas camponesas no interior paulista: A memória de Irineu Luís de Moraes*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1992 e Paulo Ribeiro da CUNHA (org.). *O camponês e a história: a construção da Ulta e a fundação da Contag*. São Paulo: Instituto Astrogildo Pereira, 2004.

as alegações de Moraes, mostrando como foi difícil a posição de um burocrata do partido. Com outros estrategistas urbanos, eles tentaram pensar como guiar rebeliões e movimentos remotos e desconhecidos. Pressões políticas e partidárias interferiram no desempenho das organizações dirigidas por Silva. Quando o PCB interveio na direção do movimento, por exemplo, mandando embora alguns militantes camponeses, o emprego de Silva foi salvo. “Eu fiquei, mas fiquei sem fazer nada, me deixaram ficar também sem saber o que eu ia fazer, fiquei vendo esse negócio todo”. Os dois livros deixam claro que precisamos estudar mais o papel do partido no campo. O documentário *A guerra do capim: lutas camponesas no interior paulista* [*Grass War: Peasant Struggle in Brazil*] (2001) de Cliff Welch e Toni Perrine, por exemplo, faz ligações entre o movimento sindical rural da época e o movimento camponês da atualidade.¹⁹

Dois analistas no Rio de Janeiro, Luíz Flávio de Carvalho Costa e Raimundo Santos têm dedicado bastante atenção ao papel do PCB e sua interpretação da questão agrária. Nos capítulos na coletânea *Política e reforma agrária* (1998), os organizadores deixam claras as vantagens e desvantagens criadas pelo compromisso do partido com o conceito da “frente única”, especialmente suas alianças com a burguesia nacional. Como mostraremos aqui, a meta de assegurar poder político através de demonstrações de influência sobre o movimento sindical frequentemente colocou o partido numa posição oportunista. Quando Lyndolpho Silva chegou no palco ao lado do Presidente João Goulart durante seu famoso comício de 13 de março de 1964, ele achava que tinha chegado “quase lá”, no centro do poder. Menos de três semanas depois, a incapacidade do partido em mobilizar as forças populares no apoio a Goulart e contra o golpe militar provou que o poder do PCB fora superestimado.²⁰

Precisamos entender melhor como o movimento camponês avançou em todas as regiões do país para compreender o potencial e os problemas do movimento. No Nordeste, por exemplo, o PCB teve muito menos influência que no centro-sul. O livro de Regina Reyes Novaes, *De corpo e alma: catolicismo, classes sociais e conflitos no campo* (1997), ajuda bastante a entender o jogo de forças entre o partido, os políticos, as ligas, e a Igreja Católica, um ator importante e pouco analisado. Na história de São Paulo, como *A semente foi plantada* documenta, a Igreja era dividida, com uma ala conservadora e uma reformista. Na Paraíba, o catolicismo do povo neutralizou a militância do PCB e as disputas dentro das ligas abriram o espaço que permitiu à Igreja ganhar “a corrida da

¹⁹ WELCH & GERALDO, *Lutas camponesas*, p. 123 e 132; CUNHA, *O camponês e a história*, p. 70. Cliff WELCH e Toni PERRINE. *Grass War! Peasant Struggle in Brazil*. VHS, 34 m. New York, The Cinema Guild. 2001.

²⁰ Luis Flávio Carvalho COSTA; Raimundo SANTOS (orgs). *Política e reforma agrária*. Rio de Janeiro: MAUD, 1998 e CUNHA, *O camponês e a história*, p. 107-109.

fundação e reconhecimento dos (...) sindicatos dos padres”. Precisamos de Estudos como estes que examinem a história na escala estadual e que possibilitem uma nova síntese dos movimentos dos trabalhadores rurais.²¹

Apesar da extensão e importância do movimento sindical na vida de milhões de camponeses e aposentados, são poucos os estudos dos sindicatos rurais do período pós-golpe. O sociólogo Ruda Ricci, que trabalhou no movimento, também comenta sobre o período anterior ao golpe em seu livro *Terra de ninguém: representação sindical rural no Brasil* (1999). Outro analista do assunto, o cientista político Claudinei Coletti, dedicou um capítulo ao tema no seu livro *A estrutura sindical no campo* (1998), argumentando que a sindicalização dos anos de 1960 adiante fez parte de uma contraofensiva do Estado-burguês e que o “sindicalismo oficial rural” foi terra fértil para o crescimento do peleguismo.²²

Para Ricci o período pré-golpe é essencial para entender o movimento sindical pós-golpe. A Igreja é vista como a fonte do assistencialismo da Contag, já que a campanha sindical da Igreja foi orientada pela definição do sindicato como fonte de assistência ao trabalhador rural. Do PCB viriam as tendências de mobilização política dos associados e um dom institucional para trabalhar nos corredores do poder e com a burocracia. Ricci destacou, também, a ênfase das lideranças na história da fundação da Contag, que envolveu jogos pesados entre dirigentes de facções, sem nenhuma preocupação com a participação das bases.

A questão da importância das lutas entre lideranças, sejam elas indivíduos, sejam instituições, é uma das muitas questões que perseguem o pesquisador dos movimentos sociais no campo. Da classe dominante vem a afirmação que nenhum grupo subalterno é suficientemente responsável para organizar sua própria política. Os intelectuais, em geral, inculcaram esta perspectiva e a literatura a respeito forneceu alguns subsídios para considerar que, na cultura autoritária do Brasil, a construção e papel do líder é importantíssimo. Em 1964, o sociólogo holandês Benno Galjart concluiu, em seu artigo “Class and Following in Rural Brasil”, que as Ligas Camponesas e sindicatos rurais encontraram legitimidade na cultura brasileira através de sua capacidade de duplicar e assim deslocar o coronel na relação clientelista tão típica no Brasil.²³

²¹ Regina Reyes NOVAES. *De corpo e alma: Catolicismo, classes sociais e conflitos no campo*. Rio de Janeiro, Graphia Editorial, 1997. p. 64.

²² Claudinei COLETTI. *A estrutura sindical no campo: a propósito da organização dos assalariados rurais na região de Ribeirão Preto*. Campinas: Editora da Unicamp, 1998 e Ruda RICCI. *Terra de ninguém: representação sindical rural no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

²³ GALJART. “Class and Following”. Ver José de Souza MARTINS, que também compartilha essa conclusão em *Reforma agrária: o impossível diálogo*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

Este livro difere de outros estudos ao oferecer um exame do desenvolvimento do movimento e de seus líderes no Estado de São Paulo, e, em especial, na zona agrícola do noroeste do Estado de São Paulo, chamada de Alta Mogiana, da qual Ribeirão Preto é o centro comercial e sociopolítico. Longe de ser um estudo de comunidade, o livro se esforça para mostrar a relação entre a mobilização do trabalhador rural local, a política estadual e nacional e as pressões econômicas e políticas internacionais. De central importância é a análise do processo de incorporação política vivido pelos camponeses durante o período demarcado pela Revolução de 1930 e pelo golpe de 1964. Enquanto alguns passos preliminares foram dados durante os anos de 1930 a 1945, depois de 1945 os trabalhadores rurais começaram a abrir seu caminho no domínio público, exigindo voz e voto, na vida sociopolítica e econômica do país. Ao contrário da interpretação predominante, *A semente* mostra que eles não podiam ser excluídos e uma vez isso percebido pelas elites, estas tinham poucas escolhas a não ser tentar controlar a incorporação dos trabalhadores. O movimento sindical dos trabalhadores rurais traduziu-se num tipo de relação à qual Wallerstein costuma chamar antisistêmica, orientado para conseguir uma divisão mais justa dos benefícios da economia mundial capitalista.²⁴

²⁴ Para muitos analistas, o controle está nas mãos do governo e dos fazendeiros, que “excluem” os camponeses dos “benefícios da modernização” e bloqueiam a incorporação do trabalhador rural. Como discutido acima, a classe dominante (por definição) detém o controle predominante, mas os trabalhadores rurais exerceram seu controle (*agency*, na expressão famosa do historiador inglês E. P. Thompson) na vida. Eles também pressionaram por mudança, insistindo na incorporação e na luta de modo que fosse algo significativo e benéfico. Nesse sentido o movimento sindical é por excelência antisistêmica: mobilização produzida pelo sistema mundial capitalista que levanta contra o sistema e acaba modificando-o com sua inclusão maior em seus benefícios (WALLERSTEIN, *World-Systems Analysis*, p. 60-75). O argumento da exclusão é bem articulado em AZEVÊDO, *As ligas camponesas*: “Se a incorporação e a participação controlada das massas urbanas no sistema político constituem as bases de dominação do bloco industrial-agrário, através do Estado populista, no campo, o fundamento dessa dominação baseou-se na exclusão política e social dos camponeses e dos trabalhadores rurais” (37; ênfase no original). Tais declarações, enfatizando o poder unilateral da classe dominante em um livro cujo tema é o ativismo camponês, demonstram a tendência elitista da literatura sobre esse tema. Uma mudança radical nessa tendência ocorreu com a *História dos movimentos* de Medeiros (1989), que não somente argumenta a favor das ligações históricas entre o movimento pré-1964 e o presente, mas também coloca o campesinato em destaque, detalhando como a classe forçou sua entrada na vida política do país. Ver especialmente, “Um Balanço”, p. 79-81, para um resumo do período de 1945 a 1964. Infelizmente, o argumento dela não foi convincente para o cientista político Coletti, que defende que o movimento do trabalhador rural “foi abortado e substituído” por uma estrutura de “sindicatos oficiais rurais”, notáveis somente pela maneira como provaram ser um “limitador da cidadania das massas rurais e [um] poderoso instrumento de controle político-social nas mãos do Estado”. Para sustentar essa visão, Coletti cita o postulado teórico de 1978 de Francisco

A semente foi plantada não é o primeiro livro a olhar para a história dos trabalhadores rurais em São Paulo de 1930 a 1964 e de tratá-los como participantes ativos em vez de vítimas. A antropóloga Verena Stolcke faz uma avaliação única dos trabalhadores rurais em São Paulo no seu estudo *Caféicultura: homens, mulheres e capital (1850-1980)*. Como outros trabalhos revisionistas, *Caféicultura* voltou-se para o passado para tentar explicar o aparecimento de trabalhadores rurais com consciência de classe nos anos de 1980. Mas, diferentemente de outros autores, Stolcke critica abordagens estruturais e enfatizou a ação (*agency*) dos indivíduos e de grupos de indivíduos como a força central catalisadora da mudança. Estruturas econômicas, ela argumenta, nascem de pressões sociais e não o contrário. No período antes de 1964, contudo, seu estudo dá pouco crédito à *agency* dos trabalhadores rurais em gerar a mudança enquanto atribui um papel determinante aos legisladores, aos fazendeiros e às forças do mercado. No período pós-1964, os trabalhadores rurais tornam-se os atores centrais em sua narrativa. Em histórias orais que Stolcke coletou no início dos anos de 1970, os camponeses revelaram como o período pré-golpe foi um “tempo de fartura”, um tempo em que “todos os pobres cantavam”. Infelizmente, seu livro falha em examinar com profundidade as fontes dessas crenças nos anos de 1930, 1940 e 1950 e dedica poucas páginas à mobilização do trabalhador rural durante o início dos anos de 1960.²⁵ Ainda assim, sua ênfase nas relações de classes e na ação humana, calcada no trabalho de E.P. Thompson, foi uma inspiração para este livro.

FONTES E PANORAMA

Uma grande variedade de fontes foi usada em *A semente foi plantada*. Documentos estaduais e federais, particularmente aqueles relacionados à formação de leis e regulamentações trabalhistas, forneceram informações valiosas. Um pouco da história social rural foi encontrada nos numerosos estudos sociológicos e geográficos sobre agricultura que começaram a aparecer nos anos de 1920 e 1930. Outros estudos posteriores foram financiados e realizados por outras entidades estatais, inclusive a Supra, cujos registros foram clandestinamente fotocopiados pelos apoiadores do projeto Brasil: Nunca Mais durante a ocorrência de tribunais contra o órgão e seus funcionários. Os periódicos e jornais das associações profissionais de proprietários de terras, tais como a SRB e a SNA – Sociedade Nacional de Agricultura, revelaram clara evidência da influência

Weffort sobre a análise do populismo. Ver COLETTI, *A estrutura sindical no campo*, p. 61.

²⁵ Verena STOLCKE, *Caféicultura: homens, mulheres e capital (1850-1980)* (São Paulo: Editora Brasiliense, 1986). Sobre as citações de história oral, ver p. 308 e 327; sobre a mobilização da época, ver p. 204-216.

das elites sobre a elaboração da legislação brasileira do trabalho rural. Além dessas fontes específicas, fontes padrão, tais como censo e jornais, também foram pesquisadas.

A tarefa mais desafiadora, de toda forma, foi documentar a *agency* dos camponeses em fazer sua própria história. Para os anos de 1920 a 1940, duas fontes documentais foram fundamentais: os “promptuários” dos delegados do Deops – Departamento de Ordem Política e Social do Estado de São Paulo e a coleção de cartas escritas para o Presidente Getúlio Vargas pelos camponeses de São Paulo. Assim como a preocupação pela produtividade agrícola cresceu nos anos de 1940, houve também um aumento no número de reportagens de jornal e de investigações sobre o trabalho rural. Esses periódicos foram igualmente consultados. Cada vez mais, os trabalhadores rurais tornaram-se o objeto de pesquisas e de estudos nos quais suas vozes apareciam ocasionalmente. Além disso, eles passaram a ser um eleitorado importante para políticos aspirantes e para um PCB ressuscitado que, em 1954, começou a publicação regular de um tabloide sobre os camponeses chamado de *Terra Livre*. Esse periódico e outros relatos políticos ajudaram a documentar uma parte importante da história. Durante os anos de 1950 e 1960, os trabalhadores fizeram maior uso dos tribunais para resolver disputas trabalhistas e, conseqüentemente, os registros e processos da Junta de Conciliação e de Julgamento mostraram-se excepcionalmente ricos.

Finalmente, este volume se beneficia profundamente de um número de entrevistas conduzidas com os militantes comunistas e católicos ativos no Estado de São Paulo dos anos de 1920 até os anos posteriores ao golpe de 1964. Essas entrevistas, inclusive várias sessões com participantes centrais, tais como Moraes e padre Celso, revelaram preciosos detalhes táticos do movimento camponês na região de Ribeirão Preto. Os textos construídos oralmente ofereceram detalhes inéditos utilizados para iluminar e questionar relatos escritos nos jornais e documentos. Mais do que qualquer outra fonte, essas entrevistas trouxeram à tona uma entrelaçada rede de história que torna impossível separar o presente do passado. Ficou claro nos meus encontros com esses homens que as décadas de 1950 e 1960 foram anos de extraordinária esperança durante as quais se sentia que uma revolução de justiça e de plenitude ocorreria no Brasil a qualquer momento.

A riqueza dessas entrevistas e os documentos da *Supra* tendem a dar ao livro uma perspectiva da experiência dos líderes do movimento, em vez dos trabalhadores que dele fizeram parte. Atualmente, o campo internacional da história do trabalho aborda a história da classe trabalhadora a partir do estudo dos trabalhadores no seu cotidiano, à parte de sindicatos e de outras organizações que dizem representá-los. Eu não me coloco contra essa tendência aqui, mas me distancio dela como fez o historiador Charles Bergquist, que observou a dificuldade de obter a evidência necessária para escrever a história dos traba-

lhadores latino-americanos.²⁶ Ademais, a história da classe trabalhadora surgiu nos EUA e na Europa Ocidental em reação à literatura existente sobre organizações de trabalhadores e seus líderes. Existe muito pouca literatura desse tipo na América Latina para ser contestada. Criar tal documentação, como esse livro pretende fazer, deve ser visto como uma contribuição à habilidade de um dia serem escritos estudos mais profundos. De qualquer modo, sou sensível à lógica da crítica da história social à estudos sobre o trabalho e, em função disso, utilizei-me de outras fontes para questionar a opinião dos líderes a partir da perspectiva daqueles que eles procuravam liderar. Espero que outros sigam essas pistas e usem as questões profundas (e reveladoras) levantadas pelos estudos de classe e de gênero para verdadeiramente analisarem o movimento dos trabalhadores rurais brasileiros.²⁷

Este livro está organizado como uma narrativa analítica, desenvolvendo-se de forma cronológica e examinando os debates interpretativos e historiográficos somente na medida em que eles se tornaram parte a atividade de revelar ou obscurecer a história do movimento camponês. O capítulo 1 descreve a vida rural em São Paulo nos anos anteriores à Revolta Constitucionalista de 1932, dando atenção especial ao modo como os trabalhadores livres desafiaram a oligarquia rural e o legado do autoritarismo que persistia desde as relações senhor-escravo do século XIX. O capítulo 2 mostra como os camponeses reagiram à tempestade criada pelas mudanças econômicas e políticas nos anos de 1930 e início dos anos de 1940. Acima de tudo, o capítulo examina as discussões da elite sobre o trabalho rural e o discurso do corporativismo relativo aos trabalhadores rurais. O capítulo 3 traz o exemplo de Guerreiro e da Liga Camponesa de Dumont para demonstrar como os trabalhadores tiraram vantagem do discurso corporativista e das novas leis geradas por Vargas. A mobilização dos trabalhadores ru-

²⁶ Charles BERGQUIST, “Latin American Labour History in Comparative Perspective: Notes on the Insidiousness of Cultural Imperialism”, *Labour/Le Travail* (Toronto, CN) n. 25, p. 189-198. Spring 1990. Florencia MALLON foi particularmente bem sucedida em superar essas dificuldades. Tendo revelado escritos de autoria de intelectuais orgânicos no México e no Peru, ela admiravelmente contrasta discursos nacionalistas da elite e de subalternos em *Peasant and Nation: The Making of Postcolonial Mexico and Peru*. Berkeley: University of California Press, 1995.

²⁷ Para uma discussão mais aprofundada das visões de Bergquist e do desenvolvimento da história trabalhista na América Latina, ver Jeremy ADELMAN, “Against Essentialism: Latin American Labour History in Comparative Perspective. A Critique of Bergquist”, *Labour/Le Travail* (Toronto) 27, p. 175-184. Spring, 1991; e Daniel JAMES, “Something Old, Something New? The Emerging Parameters of Latin American Labor History” Trabalho apresentada na Universidade de Princeton, EUA, em 9 de abril de 1993. “A recent survey of Latin American labor studies is John D. FRENCH, The Latin American Labor Studies Boom”, *International Review of Social History* (Amsterdam) n. 45, p. 279-308. 2000.

rais foi um dos fatores que levaram à cassação do PCB em 1947. Clandestinos, os militantes experimentaram a luta armada, questão examinada no capítulo 4.

Nos anos de 1950, uma nova acomodação entre camponeses e fazendeiros veio tipificar as relações rurais em São Paulo, como minuciosamente narrado nos capítulos 5 e 6. A nova paz trazida pelas regras corporativistas, porém, não durou muito, uma vez que os processos burocráticos não eram adequados à tarefa de resolver os antigos agravos entre os trabalhadores rurais. O capítulo 7 mostra como os camponeses voltaram-se cada vez mais a ações coletivas diretas para tornarem suas necessidades conhecidas. Estimulado pela militância dos camponeses, o simpatizante governo federal de Goulart tentou preservá-la através da regularização de novas organizações e da concessão de benefícios àqueles que se associavam aos sindicatos rurais, tópico analisado no capítulo 8. Esse capítulo também mostra como o crescente sucesso e a influência política do movimento camponês gerou uma hostilidade considerável da parte dos fazendeiros e de outros setores da dominação, como a hierarquia militar. O epílogo revê o processo de “germinação” previsto por Guerreiro ao examinar uma onda de greves na região de Ribeirão Preto que serviu para reviver o movimento dos trabalhadores rurais no contexto da restauração do poder civil. Mais uma vez, como no clímax de 1964, um grande grupo de apoiadores juntou-se ao movimento e a sua projeção tornou-se a medida da democracia na nova era.

1. TERRITÓRIO DE FRONTEIRA CONFRONTANDO O MUNDO DOS FAZENDEIROS

Eram 4:00 horas da manhã e o cozinheiro deu o toque de alvorada “Olha o moca! Olha o moca!” Outro dia de trabalho havia começado na fazenda da estação de trem Alberto Moreira, localizada a poucos quilômetros fora da cidade de Barretos, no noroeste de São Paulo. Às 4:00 horas da manhã, um pouco de pão e café. Às 5:00 horas da manhã, uma marcha aos campos para cortar árvores, varrer e plantar capim – tudo para criar pasto para o gado da Armour, a empresa estadunidense. Às 8:00 horas da manhã, os homens “almoçavam”. Seis horas depois, às 14:00 horas, eles paravam para jantar, mas não para o fim de um dia de trabalho. Sob um sol tórrido o ano todo e em terras nas quais a tarefa do dia era a remoção das sombras, o trabalho continuava até o pôr do sol. A comida – arroz e feijão, massa e carne – era farta e boa, mas após as 14:00 horas, ela não era mais fornecida. Ao retornarem ao pôr do sol para seus barracos de palha, a fome atacava os homens e os fazia comprar um naco de queijo, um pedaço de pão ou alguns doces do mercadinho da fazenda, agregando débitos descontados de seus salários, com valores muitas vezes mais altos do que o preço do produto no mercado. Essa era a vida do peão na florescente indústria pecuária do Brasil.¹

Por certo tempo, Irineu Luís de Moraes seguiu a rotina. Era o ano de 1929 e Moraes, com 17 anos e já com um 1.80m de altura, levantava às 4:00h, almoçava às 8:00h, jantava às 14:00h e à tardinha ia a pé de volta ao acampamento junto com os outros. Filho de um trabalhador ferroviário, Moraes era um caboclo, mistura de indígena com ancestrais portugueses, e, por isso, parecia pouco diferente dos outros peões. Ele tinha algum estudo e sua família vivia em Barretos, que, embora fosse uma cidade de fronteira, era, de qualquer forma, uma cidade. Ele havia trabalhado lá no frigorífico inglês: Frigorífico Anglo. A vida em Barretos era mais agitada e as relações de trabalho no frigorífico menos personalizadas do que na fazenda. Trabalhadores agrícolas e vaqueiros desordeiros vinham à cidade para relaxar e para jogar nos bares e prostíbulos. Grupos da classe dominante competiam por acesso ao poder, abrindo brechas no monólito da dominação pelos fazendeiros. Os habitantes da cidade acreditavam que viviam em um mercado de trabalho flexível e com

¹ Esta história é recuperada de Cliff WELCH e Sebastião GERALDO, *Lutas camponesas no interior paulista: Memórias de Irineu Luís de Moraes* (São Paulo: Paz e Terra, 1992), p. 35-39. Célia Regina Aiélo ARAÚJO. “Perfil dos operários do Frigorífico Anglo de Barretos”. História (Dissertação de Mestrado). Unicamp, 2003.

uma política cuja lealdade ao patrão não era tão essencial quanto no campo. Essas experiências moldaram as expectativas de Moraes no que dizia respeito às relações de trabalho.

Moraes via a exploração na rotina da fazenda e indignava-se com as injustiças. O trabalho era muito pesado para dias tão longos e com longas esperas entre descansos e refeições. O horário da janta parecia ter sido calculado para fazer com que os homens se tornassem dependentes do mercadinho para comida. O crédito lá rapidamente fazia seus salários definharem, criando um clássico cenário de peão endividado. Cinquenta homens trabalhavam na fazenda e, na medida em que Moraes apontava as injustiças que viviam, pouco a pouco o ressentimento passou a tomar conta deles.

Falando discretamente entre os homens, Moraes procurou apoio para uma paralisação coletiva. O dia deveria começar duas horas mais tarde, conforme ele argumentava, e as refeições deveriam ser melhor distribuídas durante o dia, com a janta sendo servida bem mais tarde. O supervisor, Bonifácio Ferreira, obtinha lucros com a alta de preços no mercadinho e, por isso, os homens imaginavam que ele iria se opor a sua ação. Isso incomodou alguns dos homens, já que Ferreira não somente era seu superior, mas também chefe da banda de jagunços contratados especialmente para policiar a fazenda e reforçar a disciplina no trabalho de forma violenta quando outras formas de persuasão viessem a falhar. Mas isso não preocupava Moraes. Um jovem corajoso dificilmente intimidável, Moraes tinha um relacionamento peculiar com Ferreira: ele era um amigo da família que socializava com o pai de Moraes em Barretos e que havia pessoalmente dado a Moraes o emprego na fazenda. Apesar desse relacionamento, ou talvez por causa dele, Moraes convenceu os outros a planejar um confronto. Em uma manhã, quando o cozinheiro deu seu grito, ninguém levantou. “Nós não vamos sair daqui antes das 6 horas”. Moraes anunciou. “Essa não é a hora mesmo”.

Embora furioso, Ferreira deixou passar algum tempo antes de responder aos trabalhadores relutantes. Ele debochou dos homens ao perguntar a eles quando eles gostariam de levantar e ir trabalhar. Sua voz e sua presença assustaram os homens, pensou Moraes, pois logo depois que ele falou, os homens abandonaram a greve, tropeçando uns sobre os outros na pressa em se vestir e ir para o campo. O boato era de que Ferreira já havia matado três ou quatro homens e de que ele era invencível. “Bala nele não pegava”, diziam as pessoas. Moraes acusou seus colegas de covardia, mas logo se viu o único piqueteiro da greve. O momento foi perdido assim que Ferreira se aproximou dele. “Irineu, tome o café e almoçe que mais tarde tem um trem lá em Alberto Moreira”, ele disse. “Vou te dar dinheiro: pegue o trem e vá embora. Quando eu for em Barretos, vou conversar com seu pai, está certo?”



Sebastiana e Irineu Luís de Moraes, em sua casa em Ribeirão Preto em maio de 1989.
Foto: Cliff Welch.

Moraes deixou a fazenda despreocupado com a ameaça de Ferreira. Seus pais o haviam sempre apoiado. Essa não era a primeira vez que Moraes havia demonstrado um forte senso de certo e de errado e uma paixão por desafiar a autoridade, e não seria a última. Na verdade, ele havia ido à fazenda para fugir da perseguição depois de ter ajudado a organizar uma greve no frigorífico de Barretos. No fim das contas, ele estava a ponto de descobrir sua vocação verdadeira: agitação trabalhista, especialmente entre os camponeses. O Brasil, da mesma forma, estava à beira de uma grande mudança. Enquanto a classe dominante brasileira vinha há muito tempo suprimindo revoltas entre os trabalhadores, parte de seus membros estava gradualmente se tornando mais tolerante, até mesmo apoiadora de uma mudança nas relações sociais que promettesse mais liberdade e riqueza material para todas as pessoas. A mudança estava vindo há um longo tempo e foi a consequência das lutas de muitas pessoas, de peões a presidentes.²

A paralisação que Moraes liderou perto de Barretos refletiu a forma típica de um protesto de trabalhadores rurais – rapidamente e esporadicamente organizado –, que seria fortalecida ao longo das décadas seguintes pela evolução de um mo-

² Em *Coffee, Contention, and Change*, o sociólogo Mauricio FONT documenta o crescente debate entre os fazendeiros de café, burocratas, comerciantes e industriais de São Paulo sobre questões de direito de trabalho e de práticas políticas durante a década de 20.

vimento organizado de camponeses. Com poucas exceções, os peões na indústria pecuária não eram conhecidos por sua militância. Ao invés disso, as mais contundentes exigências por mudança vinham dos setores agroexportadores, tais como o de café e o de cana-de-açúcar. Na base de um longo desenvolvimento de produtos e do processo de exportação, esses trabalhadores rurais tinham uma posição mais vantajosa do que a maioria dos trabalhadores agrícolas. Nos anos que levaram à revolução de outubro de 1930, quando um novo governo nacional iniciou projetos que resultariam em relações sociais rurais modificadas em sua essência, as ações dos colonos do café no Estado de São Paulo ajudaram a criar o primeiro sistema liberal de relações de trabalho agrícola do país. Ao confrontarem o mundo que os fazendeiros haviam construído à custa de escravos africanos, os novos trabalhadores nas fazendas de café abriram a fronteira para a plantação das sementes do movimento dos trabalhadores rurais. Esse capítulo narra aquele período.

DE ESCRAVO A TRABALHADOR LIVRE

Trabalhadores escravizados, libertos e livres deram forma ao processo de transição da escravatura para o trabalho livre no Brasil, processo que começou efetivamente com a proibição da importação de Africanos em 1850 e terminou oficialmente em maio de 1888, quando a Princesa Isabel aprovou a Lei Áurea. O ano 1850 foi importante também pela promulgação da Lei de Terras que tornou mais difícil o acesso à propriedade privada para quem tivesse baixo capital e poucas relações com poderosos. Nenhum dos grupos pode ser apontado como o que iniciou ou determinou o resultado do processo, mas eles certamente o influenciaram. Uma autoridade afirma que os levantes de escravos e as fugas das fazendas em São Paulo foram o “fator mais significativo” subjacente ao eventual apoio dos senadores federais à libertação. Mas se os homens libertos tivessem conseguido o que desejavam, conforme relata a historiadora Maria Helena Machado, o governo os haveria transformado em lavradores ao invés de tê-los deixado à margem da sociedade, como acabou acontecendo. Um estudo detalhado da formação do mercado de trabalho na boca do sertão paulista, mostra como foi significativo a continua participação dos trabalhadores livres nacionais durante a transição.³

³ A importância da rebelião dos escravos é examinada em Robert Brent TOPLIN, “Upheaval, Violence, and the Abolition of Slavery in Brazil: The Case of São Paulo”, *Hispanic American Historical Review* (doravante *HAHR*) 49: 4 (1969), 639-55. A transição para o trabalho livre é analisada em Emília Viotta da COSTA, “Sharecroppers and Plantation Owners: An Experiment with Free Labor”, *The Brazilian Empire* (Chicago: University of Chicago Press, 1985), p. 94-124; Verena STOLCKE e Michael M. HALL, “The Introduction of Free La-

Uma vez que a possibilidade de ser um pequeno proprietário de terras lhes foi negada, muitos libertos preferiram a vida urbana que continuar a trabalhar nas fazendas. Esse foi um modo pelo qual os, agora, homens livres privavam os fazendeiros de sua força de trabalho. Dela privados, os fazendeiros desvalorizaram os trabalhadores nacionais, migrantes de outros Estados, alegando que eles não estavam propriamente “educados” para trabalhar nas fazendas. Assim, os proprietários agrários da então província relutantemente passou a confiar nos imigrantes, encorajando famílias da Europa a virem e trabalharem nas fazendas de café de São Paulo. Esses novos trabalhadores livres, colonos, também tinham a independência como expectativa na sua mudança para o Novo Mundo. Eles viam o trabalho nas fazendas de café como a última etapa de uma ambiciosa jornada em direção à livre propriedade. Mas os fazendeiros haviam previsto essa exigência, e com a Lei de Terras, que determinou a compra de terras. Visto que os colonos enfrentavam um obstáculo após o outro, eles se rebelaram tão vigorosamente quanto os escravos africanos. Durante as décadas de transição, de fato, os dois grupos trabalhavam lado a lado, comparando condições entre si e nenhum satisfeito com os parâmetros impostos pela oligarquia rural. Através de múltiplos atos de resistência, de inovação e de fugas, a escravidão desapareceu e o regime de colonato a substituiu.⁴

O colonato evoluiu por meio de conflitos entre colonos e fazendeiros. Enquanto os colonos queriam um sistema que promovesse rápida mobilidade social, os fazendeiros queriam um sistema que fosse uma versão melhorada da escravidão, que oferecesse trabalho barato, disciplinado, diligente e confiável. Os primeiros trabalhadores livres imigrantes contratados pelas fazendas de café eram como o professor suíço Thomas Davatz, que o Senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro contratou como parceiro, trabalhando em partes iguais na sua plantação em Ibicaba no centro do Estado de São Paulo. Em 1856, entretanto, os parceiros se “levantaram” contra Vergueiro, denunciando propaganda falsa, moradias rurais, roubo no cálculo da quantidade do café e nos pagamentos, cobranças de comissão, baixa taxa de câmbio e outros abusos, como Davatz registrou em suas memórias. Os parceiros astutamente supuseram que

bour on São Paulo Coffee Plantations”, *Journal of Peasant Studies* 10: 2/3 (January/April 1983), 184-205, o qual aparece, revisado, como capítulo 1 de Verena STOLCKE, *Cafecultura: Homens, mulheres e capital (1850-1980)* (São Paulo: Brasiliense, 1986); Maria Helena MACHADO, *O plano e o pânico: Os movimentos sociais na década da abolição* (Rio de Janeiro: UFRJ, EDUSP, 1994); e Rosane Carvalho MESSIAS, *O cultivo do café nas bocas do sertão paulista: Mercado interno e mão de obra no período de transição – 1830-1888*. São Paulo: Editora Unesp, 2003, p. 135-176.

⁴ COSTA, *Brazilian Empire*, 94-124; STOLCKE, *Cafecultura*; e. MESSIAS. *Cultivo do café nas bocas do sertão paulista*, p. 103-128.

os fazendeiros manipulavam os livros para mantê-los permanentemente em débito, e com isso, enganá-los. Enquanto isso, a revolta de Ibicaba não foi a única, e os fazendeiros começaram a se cansar de seus revoltosos trabalhadores livres. Um fazendeiro, encontrado pelo viajante do século XIX Avé-Lallemont, “orgulhava-se desde a sua infância de chicotear e castigar seus escravos, e quase que não tolerava o trabalho livre”. Vergueiro demitiu Davatz e os outros, enquanto alguns parceiros, ressentidos, abandonaram Ibicaba, sem receber nenhum pagamento pelos muitos meses de trabalho. Eles também saíram sem pagar suas contas, um problema que preocupava muito os fazendeiros. Por um tempo, os fazendeiros perderam o interesse em parcerias agrícolas, e os imigrantes perderam o interesse no Brasil.⁵

A abolição da escravidão era, entretanto, inevitável, e se os fazendeiros quisessem se manter como donos de grandes propriedades agrícolas, teriam de encontrar um novo sistema. Nos anos de 1860 e 1870, os imigrantes e os fazendeiros experimentaram um sistema de pagamento por tarefa conhecido como “locação de serviços”. Em vez de trabalhar por partes, o que podia ser facilmente manipulado, colonos e fazendeiros estipularam pagamentos em dinheiro correspondentes a certa quantidade de grãos de café colhidos. Para que semeassem e cuidassem de um determinado número de pés de café ao longo do ano, os colonos podiam em troca usar uma quantidade de terra determinada para a agricultura de subsistência. Para os colonos, o sistema de contrato de trabalho tinha a vantagem de supri-los regularmente com dinheiro, assim como alimentos, que eles podiam utilizar para diminuir o valor das despesas – no caso de haver um excedente de produção –, auxiliando-os, assim, em seus objetivos de obter autonomia. Os fazendeiros, entretanto, tinham menos certeza de que o sistema fosse vantajoso, e apenas aqueles com as reservas monetárias adequadas o endossavam plenamente. Até o meio dos anos de 1870, apenas cerca de três mil colonos trabalhavam nas fazendas a cada ano, o que mostra como os fazendeiros continuavam na dependência de dezenas de milhares de africanos, afro-brasileiros escravizados e camponeses livres. Mesmo aqueles que apoiavam o sistema de locação de serviços duvidavam de sua eficácia, pois os colonos estavam constantemente buscando maneiras de alterar o sistema para sustentar suas ambições de autonomia.⁶

Os fazendeiros se queixavam que os colonos se esquivavam das obrigações contratuais relacionadas aos pés de café, achando mais lucrativo utilizar a terra

⁵ Thomas DAVATZ, “O levante dos colonos contra seus opressores”. In: Clifford A. WELCH et al (orgs). *Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas*. Coleção História Social do Campesinato no Brasil. (São Paulo: Editora da Unesp, 2009; p. 241-69). Avé-Lallemont é citado por COSTA, *Brazilian Empire*, 112.

⁶ STOLCKE, *Cafecultura*, 31-35; COSTA, *Brazilian Empire*, p. 121-124.

para colheitas próprias e criação de gado, o que os tornava muito menos produtivos do que os escravos. Além disso, encontraram maneiras de evitar o pagamento de dívidas, indo de fazenda em fazenda em busca de melhores negócios, o que os tornava muito mais caros que os escravos. Para resolver essas dificuldades, os fazendeiros seguiram duas estratégias. Uma era aumentar o suprimento de trabalhadores por meio de um programa de assistência à imigração, determinado em lei inicialmente em 1871. A outra estratégia era aumentar o controle sobre os camponeses. Em 1878, o Estado convocou um congresso de agricultura para investigar o assunto, encarregando os delegados da elaboração de um contrato de trabalho detalhado, incluindo medidas para multar e processar os colonos que falhassem ao realizar as obrigações contratuais. Uma vez contratado, um colono estaria ligado a uma fazenda até que o trabalho estivesse completo, e os débitos quitados. Multas pesadas seriam usadas para forçar o cumprimento do contrato. A medida, que foi lançada em 1879, também proibia as greves. Muito embora a lei buscasse fixar os trabalhadores a um lugar, restringindo os mecanismos do mercado ideal de trabalho livre, os fazendeiros comemoraram a aprovação da lei como sendo a regulamentação do sistema de trabalho liberal, que seria útil para atrair mais europeus para o Brasil. Em resposta ao recrutamento e à percepção de melhora das condições, mais de 150 mil trabalhadores italianos e portugueses imigraram para São Paulo entre 1879 e 1887.⁷

CRIANDO O COLONATO

O sistema de colonato finalmente se consolidou, uma vez que a escravidão havia sido abolida. A relutância dos fazendeiros em adotá-lo, o seu comprometimento coletivo em encontrar modos menos custosos e mais autoritários para conseguir trabalho de homens e mulheres livres, é sublinhado pelo fato que o sistema apareceu pela primeira vez nos anos de 1860, mas tornou-se mais abrangente apenas nos anos de 1890. Suas próprias origens revelam a importância da iniciativa do trabalhador em moldar o sistema de produção que gerou uma enorme riqueza para São Paulo, permitindo a transformação do estado e da nação. Nos anos de 1860, os colonos da região paulista de Campinas protestavam frequentemente contra as baixas rendas recebidas trabalhando nos arbustos e árvores jovens. Um pé de café deve estar maduro para dar frutos, e as primeiras caixas de frutos aparecem depois de quatro anos; a produção plena,

⁷ Sobre a política de imigração, vide Thomas H. HOLLOWAY. *Immigrants on the Land: Coffee and Society in São Paulo, 1866-1934*. Chapel Hill: University of Carolina Press, 1980. p. 35-36. Sobre a lei de 1879, vide Maria Lúcia LAMOUNIER. *Da escravidão ao trabalho livre*. Campinas: Papyrus, 1988. Vide também STOLCKE. *Cafecultura*, p. 40.

somente depois do sexto ano. Com os rendimentos atrelados à colheita, tanto nos arranjos de parceria quanto nos contratos, os colonos dos novos campos de café poderiam até ficar sem nenhum rendimento, após anos de esforço limpando a terra nova, plantando café, trabalhando com a enxada e capinando o solo entre os pés de café diversas vezes ao ano. Para atender às exigências dos colonos descontentes, os proprietários de terra de Campinas criaram um novo sistema: eles pagariam aos colonos não apenas pela colheita, mas também uma quantia fixa anual, correspondente a cada unidade de mil pés de café. Além disso, os colonos de Campinas mantinham os direitos tradicionais ao uso livre e gratuito e ao livre acesso à terra para a agricultura de subsistência e criação. O pagamento era um incentivo aos colonos para que trabalhassem nos novos cafezais, enquanto que tanto o sistema de parceria quanto o de contratos tinha tido apenas o efeito contrário. Esse sistema misto de pagamento por empreitada e pagamento de salário, agitado no contexto das conflituosas relações de classe, passou a ser conhecido como “colonato”.⁸

Duas circunstâncias dos anos de 1880 fizeram este sistema popular por todo o estado. Esses fatores forçaram os fazendeiros a encontrar uma nova fonte e sistema de trabalho dependente, se eles quisessem continuar a exercer algum tipo de controle sobre as grandes fazendas. Uma circunstância foi a crise final da escravidão, uma crise estimulada pela agitação abolicionista. A outra foi a fundação, em 1886, da Sociedade Promotora da Imigração, uma agência estatal, desenvolvida para recrutar trabalhadores europeus, transportá-los para São Paulo e colocá-los para trabalhar nas lavouras de café. Os fundos para a agência vieram dos impostos pagos pelos donos de escravos, especialmente por aqueles que empregavam escravos para atividades não agrícolas – estes donos tinham de pagar duas vezes mais por escravo do que os que os empregavam na agricultura. O governo estatal era, nas palavras do historiador Thomas Holloway, “o instrumento dos fazendeiros de café”, e eles usaram seus recursos para a obtenção de colonos a baixo custo para os que deram manumissão aos seus escravos afro-brasileiros. O transporte estatal e os subsídios de alocação, combinados com o sistema colonial e um mercado crescente para o café na Europa, que se industrializava, assim como os Estados Unidos, ajudaram a gerar um mercado de trabalhadores livres em São Paulo pela primeira vez. Em 1898, com a escravidão abolida há já dez anos, cerca de um milhão de imigrantes tinham vindo, quase todos destinados ao trabalho nas plantações de café. Devido à continuação da política de subsídios até a Primeira Guerra Mundial, e esporadicamente depois, centenas de milhares de trabalhado-

⁸ Sobre os eventos em Campinas, vide J. B. AMARAL, Visconde de Indaiatuba. “Introdução do trabalho livre em Campinas”, citado em STOLCKE, *Cafecultura*, p. 36. Sobre a difusão inicial do colonato, vide STOLCKE, *Cafecultura*, p. 35-52.

res livres da Itália, da península ibérica e da Ásia encheram o Estado, criando uma formação social diferenciada.⁹

Os fazendeiros tinham, de algum modo, criado um campesinato sem terra. Seu capital, antes atrelado à aquisição de escravos, era, agora, cada vez mais investido em terras. O controle sobre o trabalho era essencial para o domínio do fazendeiro sobre a terra: para manter os colonos dependentes das fazendas para o pão de cada dia, eles tinham que continuar sendo incapazes de comprar terra. Para estabelecer um campesinato dependente, os fazendeiros encorajavam a imigração de famílias inteiras, que, para se manterem, eram obrigadas a trabalhar conjuntamente como colonos, os maridos, as esposas e suas crianças combinando seus trabalhos.

Nos estágios iniciais da extraordinária expansão da fronteira do café, os colonos foram se instalar no oeste de São Paulo, onde deram preferência a empregos no território recentemente desmatado. Aqui eles podiam maximizar seus esforços e economias no plantio de lavouras de subsistência e venda nos corredores abertos entre as filas de café que cultivavam. Consequentemente, os colonos descobriram que podiam cumprir com as suas obrigações quanto ao café, enquanto simultaneamente, cultivavam a lavoura de subsistência e venda que os sustentava. Uma vez que os colonos cuidavam da própria alimentação, os fazendeiros obtiveram assim um sistema de colonato confiável, trabalho dependente que custava pouco para atrair, enquanto obtinham, depois de quatro ou cinco anos, o produto de milhares de novos cafeeiros, cada um dos quais continuaria a produzir pelo menos por mais outros vinte anos. “Eis como”, um repórter italiano da época relatou, “em um período relativamente breve de quatro ou cinco anos, um proprietário de terras boas, no oeste de São Paulo, pode tornar-se proprietário de um cafezal bonito e produtivo, mediante um pequeno ou nenhum pagamento”.¹⁰

Embora quase todo o trabalho tivesse sido substituído pelos colonos imigrantes depois da abolição, seus esforços eram suplementados – da mesma forma que o dos escravos tinha sido – pelas contribuições dos caboclos, como Moraes: brasileiros mestiços, homens livres, muitas vezes confiáveis e dependentes do fazendeiro (camaradas), os quais recebiam pagamentos, por serviço, diária, mensal ou anualmente. O significado original da palavra camarada revela a sua ligação próxima com os fazendeiros e os supervisores. Os camaradas moravam perto das

⁹ Vide COSTA, *Brazilian Empire*, p. 125-71; Michael M. HALL. “The Origins of Mass Immigration in Brazil, 1871-1914”. Tese de doutorado, Columbia University, 1969; HOLLO-WAY, *Immigrants on the Land*, especialmente p. 35-69; e Chiara VANGELISTA. *Os braços da lavoura: Imigrantes e “caipiras” na formação do mercado de trabalho paulista (1850-1930)*. São Paulo: Hucitec, 1991. p. 34-78, especialmente.

¹⁰ VANGELISTA, *Os braços*, p. 221-223, 191-192.

fazendas e de suas dependências, onde eles realizavam trabalhos de rotina, como construir algo e fazer reparos e, durante a colheita, processavam e aprontavam os grãos para o transporte para o porto de Santos. Os dois grupos – colonos e camaradas – complementavam-se, mas não se misturavam, em razão de seus interesses serem distintos. A sorte dos imigrantes estava atrelada à produtividade de suas plantações, à abundância da colheita, e aos pagamentos que eles pudessem arrancar dos fazendeiros. Diferentemente dos colonos, o bem-estar dos camaradas dependia de favores dos superiores, os quais eles naturalmente buscavam agradecer, por meio de atos de lealdade e demonstrações de esforço.¹¹

Para o dissabor dos fazendeiros, os colonos se revelaram muito mais exigentes do que os camaradas. Eles frequentemente alegavam maus tratos, reivindicavam vigorosamente seus direitos a pagamento e condições justos, e ocasionalmente assassinavam seus empregadores. Como os desafios dos colonos preocupavam os fazendeiros, eles tornaram a disciplina nas fazendas ainda mais rígida, recrutando seus camaradas mais violentos para servir como capangas e para policiar suas propriedades. Estes homens – alguns, valentões que gostavam de violência, outros, trabalhadores rurais comuns coagidos a fazer o serviço – eram a polícia do fazendeiro, sempre presente. “Eu sozinho comando minha fazenda” – gabava-se em 1908 o fazendeiro de Campinas, Artur Leite. “As casas dos colonos são guardadas por capangas fiéis os quais não permitem tentativas de libertação; estão lá para persuadir os colonos que contra a força, a razão não vale”. Por volta de 1910, o viajante francês Pierre Denis descreveu o mundo fechado que os fazendeiros comandavam: “A tarefa do fazendeiro é dupla. Ele emprega a sua atividade com o fim de obter a regularidade do trabalho, mas também para manter a ordem e a paz entre a população heterogênea que ele governa. Executa as funções de policial. A polícia pública, com efeito, não existe para assegurar o respeito pela lei civil, pela pessoa e pela propriedade”.¹²

Apesar de tais condições, os colonos confrontaram o mundo dos fazendeiros, e a lei deu alguma ajuda, começando pela lei de regulamentação dos contratos de trabalho de 1879. As autoridades nacionais e do Estado de São Paulo aprovaram diversas medidas visando regular o trabalho livre nas fazendas de café. Essas medidas incluíam um esquema de sindicalização, elaborado em 1903 e aprovado em 1907, que buscava juntar empregados e empregadores na mesma organização – no entanto, nenhum desses grupos parece ter sido alguma vez formado. De grande importância para os trabalhadores do café foram

¹¹ M. S. de Carvalho FRANCO, *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1969; Warren DEAN, *Rio Claro: a Brazilian Plantation System, 1820-1920*. Stanford: Stanford University Press, 1976; e MESSIAS, *Cultivo do café*, p. 108-120.

¹² Sobre as condições das primeiras plantações, vide DEAN, *Rio Claro*. As citações do texto são de VANGELISTA, *Os braços*, p. 228, 229.

as leis que fizeram com que os rendimentos dos fazendeiros pudessem ser penhorados para o pagamento de salários dos trabalhadores, e que determinavam que os empregadores mantivessem um registro escrito dos débitos e créditos de seus empregados. Elaborado inicialmente em 1904 e 1906, um decreto de 1907 (número 6.437) estipulava que os fazendeiros aplicassem o rendimento da colheita primeiro para pagar os salários dos colonos, antes de pagar quaisquer outros débitos. Uma lei de 1913 determinava que as agências de imigração dessem aos trabalhadores uma cópia de um livreto de conta, chamado caderneta agrícola. Uma lei de 1934 obrigava os donos de terras a distribuírem as cadernetas para seus trabalhadores sem cobrar nada depois de adquiri-las do Ministério do Trabalho, mediante pagamento de uma taxa. Quem não cumprisse a determinação desta lei devia pagar multas substanciais, muito embora não se saiba ao certo com que frequência essas multas eram cobradas. A caderneta deu aos colonos maior controle sobre seus salários, por tornar mais fácil para eles a determinação de sua renda, e mais difícil para os empregadores a manipulação dos débitos. Finalmente, a caderneta continha um formulário de contrato de trabalho, que incluía algumas cláusulas padrão, e numerosas lacunas que permitiam que as partes moldassem o contrato de acordo com situações específicas. Depois do contrato vinham muitas páginas impressas, com as leis existentes sobre as relações de trabalho rural. Apesar da importância dessas medidas, o ônus de verificar se elas estavam sendo cumpridas recaía sobre os colonos, e seu status de imigrantes, assim como a escassez de recursos independentes, dificultava a aplicação real da lei.¹³

AS LUTAS TRABALHISTAS DOS COLONOS

Os colonos trouxeram uma consciência própria como homens e mulheres livres, e protestavam contra os abusos sempre que podiam. Eles descobriram, entretanto, que as estruturas do poder local permitiam poucas oportunidades de protesto e associação. Em 1901, por exemplo, os colonos dos arredores de Araraquara, no centro-norte de São Paulo, tentaram repetir o

¹³ Sobre a resistência, vide Michael HALL, e Verena Martinez ALIER. “Greves de colonos na Primeira República”. Artigo mimeografado, apresentado no II Seminário de Relações de Trabalho e Movimentos Sociais, Campinas, São Paulo, maio de 1979. STOLCKE, *Cafecultura*, p. 22-25. Sobre as primeiras leis sindicais, vide Heloísa MENANDRO e Dora FLAKSMAN. “Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura”. In: *Dicionário histórico-biográfico brasileiro, 1930-1983*. Editado por Israel Beloch e Alzira Alves de Abreu, 4 volumes. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1984. (Daqui em diante, referido como *DHBB*). A caderneta é descrita de acordo com cópias de posse do autor com lançamentos nos anos de 1920 e 1930

recente sucesso dos escravos, convidando um advogado da cidade, à maneira dos abolicionistas do passado – neste caso um advogado simpatizante – para interferir no mundo dos fazendeiros. Quando o advogado chegou para se encontrar com os colonos, porém, ele foi brutalmente espancado por um fazendeiro e seus capangas. Dois policiais que estavam na estação assistiram a tudo sem interferir, demonstrando o isolamento dos colonos do poder.

Um documento italiano de 1908, citado pela pesquisadora Chiara Vangelista, traz de um observador italiano outra história reveladora dos limites do poder intervencionista das autoridades locais:

Não creio que os anais judiciários do Estado de São Paulo recordem o caso, um somente, do fazendeiro que, havendo espancado um colono, tenha sido legalmente punido. Ainda recentemente, perto de Ribeirãozinho, houve qualquer espancamento de costas colônicas. Os maiorais da colônia italiana – porque se trata sempre de italianos – nem pensaram em promover uma queixa em juízo com relativo processo: foram diretamente ao Chefe da Polícia e o encarregaram, não de tomar oportunas providências, mas de fazer saber ao brutal fazendeiro que deveria usar outros modos com os colonos italianos se não queria receber na mesma moeda, pois existia quem se encarregaria do troco.

De um lado, esta história destaca a brutalidade e a predominância dos fazendeiros sob o sistema de colonato. O fazendeiro não denominado espancou alguns colonos e eles estavam convencidos de que a lei nem puniria seu patrão nem os protegeria de futuros abusos. De outro lado, ela também demonstra a solidariedade italiana e a capacidade de recuperação do colono, sua recusa de serem intimidados, e uma apreciação mais sofisticada da ordem moderna do que daquela demonstrada pelo fazendeiro. Ao contrário do fazendeiro, os colonos preferiam usar intermediários do Estado para resolverem as disputas, e pediram ao chefe de polícia que educasse seu chefe sobre os meios adequados de resolver conflitos. Ambas as histórias também mostram como era difícil para os fazendeiros intimidar completamente os colonos.¹⁴

As queixas dos imigrantes italianos, a maior nacionalidade representada dentre os imigrantes, inevitavelmente vazaram para a Itália e afetaram o fluxo de imigrantes. Enquanto os italianos compunham 73% do total de imigrantes entre 1887 e 1900, seu percentual caiu consideravelmente após essa data, e sua proporção total de imigração caiu para 43% para o período compreendido entre 1887 a 1930. Para tomar medidas em relação ao declínio, e talvez o reverter, em 1911 as autoridades de São Paulo criaram o Patronato Agrícola, uma nova agência estatal para fiscalizar o cumprimento dos termos contratuais tanto por

¹⁴ Anedotas de DEAN, *Rio Claro*, p. 174; VANGELISTA, *Os braços*, p. 230-231.

colonos como por fazendeiros. Para maximizar seu impacto no fluxo de imigrantes, o primeiro artigo da lei a descrevia como uma medida em “defesa dos direitos e interesses dos operários agrícolas”. De fato, antes que ela fosse encerrada, a agência respondeu a centenas de queixas de colonos e aconselhou tanto os trabalhadores quanto os patrões a cumprirem suas obrigações contratuais. Por meio da agência, o Estado tentou tornar-se o novo patrão, ou o chefe da fazenda, e, como um patrão ideal, tentou resolver as disputas de modo familiar através da conciliação.¹⁵

No seu momento de maior atividade, nos anos de 1920, os poucos fiscais da agência podiam ser encontrados cavalgando pelo campo, resolvendo conflitos pela superação da desconfiança e da animosidade entre os fazendeiros e os colonos, e persuadindo que cooperassem uns com os outros. Durante a década, segundo Frances Rocha, a agência construiu uma reputação de relativa autonomia frente à classe dos proprietários de terras, mas nas disputas entre desiguais, ela tinha poucas ferramentas para forçar a aquiescência dos fazendeiros. Nas disputas sobre acordos orais, tão comuns no mundo de tradições rurais, especialmente entre os camaradas e os fazendeiros, os fiscais não tinham autoridade. Mesmo quando os esforços foram suplementados pelos poucos tribunais rurais introduzidos pelo presidente Washington Luís Pereira de Souza, por volta de 1925, eles se revelaram ineficazes em assegurar o cumprimento das obrigações decorrentes de acordos fora das especificações dos contratos de trabalho escritos dos colonos. Com a depressão de 1930, houve uma diminuição da imigração europeia em massa para São Paulo; da mesma maneira, uma das principais justificativas para a existência do Patronato Agrícola desapareceu. Em 1934, a agência tinha sido desativada, e suas responsabilidades em prover serviços legais para os camponeses foram absorvidas pela recentemente formada secretaria estadual do trabalho.¹⁶

Armados com contratos e promessas de mobilidade social, os trabalhadores imigrantes europeus continuaram a encontrar modos de resistir aos caprichos dos fazendeiros e às injustiças da vida na fazenda. Os colonos e seus filhos brasi-

¹⁵ As estatísticas sobre a imigração vêm de HOLLOWAY, *Immigrants on the Land*, 42. A lei estadual 1299-A de 27 de dezembro de 1911 criou o Patronato, e o decreto 2214 de 15 de março de 1912 deu início a suas atividades. A citação é do artigo 1 da lei 1299-A. Vide Frances ROCHA. “Conflito social e dominação: um estudo sobre as leis de regulação das relações de trabalho na empresa agrícola, 1897-1930”. Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1982. p. 285-337 e apêndice, especialmente.

¹⁶ Jorge Miguel MAYER e César BENJAMIN. “Washington Luís”. In: BELOCH e ABREU, ed. DHBB, 3:1953. Sobre o fechamento da agência, vide decreto-lei 6.405, de 19 de abril de 1934, “Dispõe sobre o Departamento Estadual do Trabalho, da Secretaria do Trabalho, Indústria e Comércio”, e VASCO DE ANDRADE, “O departamento estadual do trabalho e sua influência na economia rural”, *RLT* 7 (outubro de 1943), 373-6.

leiros aproveitaram a oportunidade apresentada pela época da colheita para negarem seus serviços, forçando os fazendeiros a negociarem. Essas práticas foram suficientemente disseminadas a ponto de merecerem o comentário de Augusto Ramos, um fazendeiro contemporâneo e analista da indústria do café:

Não causa grande surpresa ver-se no dia mesmo de se iniciar a colheita em uma fazenda, que cada colono, em vez de seguir cedo para o serviço, deixa-se ficar em casa, apesar de toda a pressão exercida pelos fiscais. Para o fazendeiro essa é a hora crítica em todo o seu ano de trabalho, por estar em causa a renda de sua propriedade. A perda da colheita é a ruína. E é por estarem perfeitamente cientes dessa situação que os colonos, às vezes, dela se aproveitam para fazer suas imposições, justas ou injustas.

Ramos retrata os colonos como donos da última palavra, abusando da dependência do fazendeiro de seu trabalho. Mas ele também representa o discurso de alguns fazendeiros, progressistas o suficiente a ponto de reconhecerem a necessidade de respeito aos interesses do colono e seu poder: “Um bom administrador precisa ter em alto grau o espírito de previdência e de justiça, para evitar uma greve justificada dos seus colonos, porque semelhante greve é fatal e invencível”. Como Ramos indica, de modo exagerado, o processo de trabalho nas fazendas de café criou uma alavanca que auxiliou os colonos a confrontarem a oligarquia dos fazendeiros.¹⁷

Apesar deste fortalecimento, as greves gerais em fazendas inteiras eram enormemente difíceis de serem organizadas. Na Alta Mogiana, as grandes propriedades empregavam milhares de colonos, que povoavam a fronteira com suas crescentes famílias. Estatísticas de 1913 mostram 8.613 colonos em uma fazenda perto de Ribeirão Preto, cujo proprietário era Francisco Schmidt. A Companhia Dumont, localizada no vilarejo onde João Guerreiro Filho mais tarde diria que a semente da mobilização dos camponeses foi plantada, tinha então cinco mil colonos contratados para o trabalho em seus vastos campos. Considerando que cada família tinha em média cinco membros, e apenas aqueles que eram velhos e fortes o suficiente para trabalharem nos pés de café eram considerados colonos, o número total de pessoas na fazenda e em torno dela era na verdade muito mais alto. Algumas fazendas, como a Dumont, finalmente se expandiram em torno de um centro que abrigava uma quantidade de serviços – mercearia, uma capela, cinema, posto de saúde e escola. Aqui, um fazendeiro e seus administradores podiam ficar de olho em todos os seus trabalhadores da sacada mais alta da casa grande. As relações entre as pessoas eram íntimas, e as manifestações difíceis de incitar. Outras fazendas grandes foram construídas a partir de parcelas separadas,

¹⁷ Augusto RAMOS. *O café no Brasil e no estrangeiro*. Rio de Janeiro: Papelaria Santa Helena, 1923. p. 209-10.

com os colonos, empregados por um único fazendeiro, vivendo em várias colônias, pequenos conjuntos de casas localizadas a quilômetros de distância uma da outra – uma disposição que tornou a comunicação entre os trabalhadores rara e difícil. Este era o caso dos trabalhadores de Schmidt, os quais trabalhavam em trinta e três fazendas e moravam de modo disperso.¹⁸

As dificuldades da vida do colono eram tais que mesmo estas limitações provaram-se incapazes de evitar todas as ações coletivas. Ao menos 70 famílias de colonos da fazenda Iracema, de propriedade de Schmidt, superaram esses obstáculos em maio de 1912, organizando uma greve bem sucedida de oito dias no início da colheita. De acordo com um observador de perto, conhecido apenas por seu revelador pseudônimo, “Um Socialista”, os colonos facilitavam a comunicação e resistiam à repressão formando grupos de quatro ou cinco famílias, sem nenhum líder de destaque. Os representantes destes grupos ou células se uniram em um “Diretório Secreto” e se encontraram pela primeira vez na manhã de 4 de maio, “(...) resolvido empregar todos os expedientes consoantes à razão do livre-pensamento, resistindo até morrer no caso da justiça falhar”, na maneira de dizer de “Um Socialista”.

Para proteger seus empregos e fortalecer as greves, os colonos trabalhavam clandestinamente para evitar que os trabalhadores das redondezas os substituíssem. Esta estratégia clandestina provou ser eficaz, e a greve terminou com uma vitória parcial quando Schmidt concordou em aumentar seus ganhos em 20%, de 500 para 600 réis por saca de 50 litros de grãos de café colhidos. Como Ramos comenta, a pressão da colheita certamente deu poder a estes colonos. Talvez também uma modesta elevação do preço do café que estava acontecendo na época tenha ajudado, permitindo a Schmidt passar os custos adicionais aos compradores.¹⁹

Antecipando desenvolvimentos futuros, a greve foi sem dúvida ajudada pela publicidade recebida. Com repórteres como “Um Socialista” sendo testemunhas

¹⁸ R. LLOYD, *et al. Impressões do Brasil no século vinte*. Londres: Lloyd's Greater Britain Publishing, 1913. Apud Maria Angélica Momenso GARCIA. “As greves de 1912 e 1913 nas fazendas de café de Ribeirão Preto”. In: *Estudos de História*. Franca, 2:2 (1995), 169. (Agradeço a John French e Sebastião Geraldo por disponibilizarem o artigo de Garcia.) Joseph LOVE afirma que Schmidt possuía onze mil colonos, trabalhando em dez milhões de pés de café, em 1914. *São Paulo in the Brazilian Federation, 1889-1937*. Stanford: Stanford University Press, 1980. p. 79.

¹⁹ As citações da época são do artigo assinado “Um Socialista”, que apareceu pela primeira vez no jornal anarquista *La Battaglia*, e foi reimpresso em *A classe operária no Brasil (1889-1930)*, Documentos, volume 1, editado por Paulo Sérgio PINHEIRO e Michael M. HALL. São Paulo: Alfa Omega, 1979. p. 116-7. GARCIA, em “As greves de 1912 e 1913”, p. 169-71, faz uma análise do envolvimento de socialistas e anarquistas na greve. Mais detalhes sobre as greves em ROCHA, “Conflito social e dominação”, 169-93. HOLLOWAY, *Immigrants on the land*, p. 10-11, discute as flutuações no preço do café.

ou quem sabe até participando dos acontecimentos, publicando suas histórias na imprensa socialista e anarquista de Ribeirão Preto e São Paulo, foi mais difícil isolar e suprimir a causa dos colonos. A proximidade das fazendas aos centros urbanos como Ribeirão Preto, o qual tinha uma população de 18.732 habitantes, em 1912, contribuiu para a habilidade dos colonos em se organizarem. Eugenio Bonardelli, que documentou uma greve ainda maior um ano depois da vitória de Iracema, fez essa observação, notando que Ribeirão Preto era um lugar onde, muito embora isolados, os colonos podiam socializar e falar sem medo. As ideias circulavam mais livremente nesta era, incluindo ideias baseadas nas noções anarquistas e socialistas de liberdade e de luta de classes. O estudioso de Ribeirão Preto Sebastião Geraldo fez uma pesquisa minuciosa dos numerosos jornais da classe trabalhadora que circulavam na área durante este período, dando crédito ao comentário contemporâneo de Bonardelli.²⁰

Condições estruturais também afetaram a tendência dos colonos ao protesto. Um dos fatores era o preço flutuante do café no mercado internacional, uma questão que parece ter influenciado o resultado da greve de 1912. A idade de uma região de plantação de café também provou ser influente. No período da Primeira Guerra Mundial, a Alta Mogiana era uma das zonas cafeeiras mais antigas de São Paulo, com o cultivo comercial do café datando dos anos de 1870. A idade das regiões plantadas significava muitas coisas para os colonos. Primeiro, árvores velhas não produziam tantos grãos como as que produziam pela primeira vez. Segundo, um benefício econômico real do colonato residia no plantio de feijão, milho e outros alimentos entre as fileiras de café, antes que eles alcançassem a maturidade, e suas largas folhas verdes impedissem que o sol atingisse o solo. Em Alta Mogiana, a vasta maioria de árvores já tinha atingido a maturidade, por volta dos 15 anos, eliminando a possibilidade de interplântio, reduzindo os rendimentos e aumentando a dependência dos colonos dos salários. Com o tempo, essa tendência causaria um aumento na importância das disputas salariais.²¹

Todas essas condições estruturais e ideológicas convergiram em abril e maio de 1913. Os preços do café estavam em declínio internacionalmente, e os fazendeiros respondiam cortando salários, enquanto mantinham os altos preços das mercadorias vendidas aos colonos nas fazendas. Os colonos sofreram ainda maior privação ao ter o acesso ao interplântio restringido. Enquanto o preço do café caía, os fazendeiros afirmavam que o plantio entre as fileiras de café danificava o crescimento e a produtividade das árvores, e proibiram a prática,

²⁰ Sebastião GERALDO. “Comunicação oral: O resgate da memória proletária em Ribeirão Preto”. Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo, 1990.

²¹ HOLLOWAY. *Immigrants on the Land*. Capítulo 4. STOLCKE. *Cafeicultura*. Capítulo 2. VANGELISTA. *Os braços*. Capítulo 3.

forçando os colonos a produzirem em terras menos desejadas e mais distantes. Frustrados com essas condições, mais de dez mil colonos escolheram o início da colheita para suspender seu trabalho, esperando melhorar seu quinhão, como havia acontecido com os colonos de Iracema. Os grevistas de Alta Mogiana, na sua maioria imigrantes italianos, mobilizaram-se contra muitas das maiores fazendas de Ribeirão Preto, incluindo a fazenda Macaúbas da companhia Schmidt, a fazenda Boa Vista de Joaquim Diniz da Cunha Junqueira, o “Quinzinho”, e a Companhia Agrícola Dumont. Desta vez, entretanto, os fazendeiros resolveram não ceder.

No dia 1º de maio proprietários e supervisores de cada uma das fazendas envolvidas se encontraram na varanda com venezianas do palacete de Schmidt em Monte Alegre, hoje em dia um museu histórico nos arredores de Ribeirão Preto.²² Eles combinaram em resistir à greve e desenvolver planos para superá-la, selecionando grevistas para serem deportados e substituindo-os por imigrantes japoneses, recentemente chegados ao país. Os japoneses seriam bons fura-greves, os fazendeiros presumiram, porque a comunicação com os colonos italianos seria difícil. Eles também impediram o crédito dos grevistas nas lojas, esperando que eles se submetessem em razão da fome e concordassem em rejeitar os participantes. Sua lista de planos, revelada pela imprensa local, também incluía sua intenção de fixar a remuneração dos colonos em conluio. Publicando sua reação, eles esperavam que os fazendeiros fora da região adotassem as suas propostas. O alargamento geográfico do evento e o grande número de trabalhadores envolvidos impossibilitaram que os líderes escapassem das batidas punitivas dos capangas e da polícia. Depois de duas semanas, a greve terminou com a deportação de 137 trabalhadores italianos, que eram taxados de “agitadores” na imprensa.²³ Perto de Cravinhos, em junho de 1913,

²² Além de Schmidt, o jornal local *A Cidade* (3 de maio de 1913: 3) listou a presença das seguintes pessoas: “Jorge Lobato, Theodomiro Uchoa, Affonso Geribello, J. P. Veiga Miranda, Leogivildo Uchoa, José Henrique Diederichsen, José Penteadó, Saturnino Correa de Carvalho, Major Joaquim de Carvalho, e os Senhores Manoel Carvalho Filho, Emílio Moreno de Alag, Arthur Pires e João Fabrício Alcântara”. In: GIFUN. “Ribeirão Preto, 1880-1914” p. 192. n. 21.

²³ Sobre Ribeirão Preto, vide Thomas WALKER. “From Coronelismo to Populism: The Evolution of Politics on a Brazilian Municipality, Ribeirão Preto, São Paulo, 1910-1960”. Tese de doutorado. Universidade de New México, 1974. p. 54. GERALDO, “Comunicação oral”. O principal relato testemunhal da greve de 1913 está em Eugenio BONARDELLI. *Lo stato di S. Paolo Del Brasile e l'emigrazione* (1916), reimpresso em tradução para o português em PINHEIRO e HALL (ed.). *A classe operária*. p. 118-27. Diversos relatos dos jornais da época são reimpressos em José Cláudio BARRIGUELI (org.). *Subsídios à história das lutas no campo em São Paulo (1870-1956), vol. 2*. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, Arquivo de História Contemporânea, 1981. p. 92-4. Uma dessas histórias aumentava o resultado da greve, afirmando, entre outras coisas, que “(c) os colonos mais conscientes da região foram

o poder do dono da terra foi confirmado mais uma vez quando o fazendeiro Luís Aleixo – chamado de “escravocrata” por um jornal anarquista – forçou os colonos grevistas a voltarem ao trabalho por meio de uma demonstração de força: o envio de dezoito capangas, “armados de carabinas e foices dispostos a fazer um São Bartolomeu”.²⁴

A historiadora regional Maria Angélica Momenso Garcia afirma que estas greves marcaram um “momento novo” nos movimentos do campesinato devido à sua importância e ao reconhecimento que eles receberam. Infelizmente, estes movimentos não parecem ter levado a um novo despertar dos trabalhadores rurais ou a um nível organizado de resistência entre eles. Ao contrário, as greves dos colonos nos cafezais em 1912 e 1913 provaram ser eventos excepcionais, sem precedentes e com poucas imitações até os anos de 1950. Um time de pesquisadores liderados por José Cláudio Barriguelli, examinando dezenas de jornais esquerdistas, não encontraram registros de greves entre o meio do ano de 1913 até o fim dos anos de 1940. Nós sabemos pelos registros mantidos pelo Patronato Agrícola que os colonos fizeram greves durante este período, mas a maior parte desses incidentes era pequena, isolada e rapidamente resolvida. Por exemplo, quase metade das 23 greves registradas no ano de 1923 foi associada a colonos que protestavam contra o prolongamento da época da colheita – devido à chuva – porque estavam ansiosos para se mudarem para outras fazendas. Nas 18 greves registradas em 1925, apenas 353 trabalhadores estavam envolvidos. Assim, o “novo movimento” de 1913 foi breve, mas impressionante.²⁵

A grande atenção recebida pelas greves de 1912 e 1913 deixou um legado rico e retórico. Na mitologia da economia cafeeira, os fazendeiros ligaram o sistema de colonato à liberdade dos trabalhadores e à mobilidade social. Durante as greves, entretanto, o porta-voz dos colonos regularmente equivalia o colonato à escravidão, e enfatizava a miséria da vida do colono. “Os motivos [da greve de 1912] foram muitos”, escreveu “Um Socialista”, “sendo o principal a miséria que contribuiu para fazer penetrar nos cérebros doentios

expulsos; (d) os colonos fugiram em massa das fazendas; (e) 142 colonos chegaram [a São Paulo] em estado deplorável, buscando recursos para voltarem à Itália; (f) os proprietários não pagaram os salários devidos aos colonos, afirmando que pagariam apenas após o fim da colheita”. *Jornal la Barricata*, 31 de maio de 1913. Vide também HOLLOWAY. *Immigrants on the Land*. p. 107. GARCIA. “As greves de 1912 e 1913”. p. 171-6. Uma discussão sobre a greve e o encontro de Schmidt com outros fazendeiros pode também ser encontrada em GIFUN. “Ribeirão Preto, 1880-1914”. p. 177-80.

²⁴ “Greve de colonos em Gravinhos” e “Greve de colonos”. *Jornal a Barricata*. São Paulo, 8 de junho de 1913 e 15 de junho de 1913. In: BARRIGUELI (ed.). *Subsídios à história*. p. 94-95.

²⁵ GARCIA. “As greves de 1912 e 1913”. p. 169. BARRIGUELI (ed.). *Subsídios à história*, vol. 2. Quanto às estatísticas do Patronato Agrícola, vide FONT. *Coffee, Contention and Change*. p. 138.

da multidão ignorante, a razão das condições de verdadeiros escravos.” A causa da resistência dos fazendeiros à greve de 1913, disse Bonardelli, “não é toda deles, mas também do país, que somente há 30 anos se livrou da economia escravagista”, deixando uma herança de relações senhor-escravo. As noções a herança cristãs de justiça também figuraram nos argumentos elaborados para apoiar os grevistas. Um artigo no jornal anarquista escrito em italiano, *La Barricata*, enfatizou a injustiça da supressão dos grevistas, por notar como a luta dos colonos era marcada por “uma passividade e quietude absolutamente cristã”, em contraste a “violência estúpida e criminosa, por parte dos fazendeiros”. Bonardelli, que pertence à Italica Gens, uma congregação de organizações religiosas italianas, compartilha desta conclusão:

Uma das características que revestiu as greves foi a calma com a qual os colonos conduziram a sua agitação. Embora reprimidos pela miséria eles não passaram a nenhuma violenta manifestação... Não obstante isso, a polícia interveio, chamada por certos fazendeiros... para atemorizar os colonos e induzi-los a desistir da greve.

Outro motivo era o contraste entre a vida rica e esplendorosa do fazendeiro e a pobreza e privação sofrida pelos colonos. Assim, a grandeza de sua crítica era baseada em argumentos morais, e parecia sincera, ainda que calculada para gerar a simpatia do público para a causa dos colonos.²⁶

Enquanto as questões morais permaneciam como centro do discurso dos colonos, os fazendeiros buscavam desviar o conflito nas direções da legalidade e da economia. Os colonos tinham assinado seus contratos ainda naquele ano; com que direito eles agora rejeitavam os termos? “Os colonos violaram seus contratos”, comentou o jornal conservador *Comércio de Jabu* em seu editorial: “a greve, em tais condições, é absolutamente injustificável.” Ao contrário, escreveu Bonardelli, foram os fazendeiros quem primeiro violaram os contratos. Mas a solidariedade dos colonos ainda não se igualava à unidade da classe de fazendeiros, e, quanto mais os colonos eram bem sucedidos em identificar seus interesses de classe e conseguir unidade para defendê-los, os fazendeiros facilmente se uniam em oposição. A confiança, o paternalismo e o temível senso de identidade dos fazendeiros com os colonos são sintetizados em uma citação de Francisco Schmidt: “Eu também era um colono. Meus colonos e eu cumprimos o contrato”.²⁷

Para escapar da acusação de que a escravidão persistia sob a aparência de colonato em São Paulo, ao Patronato Agrícola foi pedido que atuasse mais ati-

²⁶ Citações de PINHEIRO e HALL “Um Socialista”. p. 117; BONARDELLI. *Lo stato*. p. 121. BARRIGUELLI (ed.). *Subsídios à história*. p. 124-125.

²⁷ Citado em LOVE. *São Paulo in the Brazilian Federation*. p. 79.

vamente em consequência da greve de 1913. Contudo, o patronato acusou os colonos de violação de contratos pela recusa de trabalhar durante a colheita. Argumentando que somente poderia intervir para forçar o cumprimento de cláusulas contratuais, o patronato adotou uma atitude de *laissez-faire* em relação aos colonos de Mogiana. “Não é possível interferir”, escreveu o diretor do patronato, Eugênio Egas, “de forma a beneficiar os colonos (...) por alterar a substância dos contratos tão recentemente assinados”.²⁸

A greve de 1913 expôs de tal forma a brutalidade do colonato que o cônsul italiano se envolveu, e o futuro da imigração italiana foi posto em dúvida, uma repercussão que verdadeiramente preocupou os fazendeiros. A solução foi tornar o patronato mais eficaz, e isto significava fazer com que ele parecesse estar do lado dos colonos em um número significativo de casos. Em 1914, o número de reclamações trazidas à agência começou a aumentar, e em 1923, o número de funcionários aumentou de um para oito advogados. Naquele ano, 500 reclamações contra fazendeiros foram preenchidas pelos colonos: 114 por violação de contrato, 99 por demissões violentas ou injustificadas, 71 por roubo de propriedade dos colonos, 63 por multas injustas, 57 por tratamento abusivo, 37 por acusações mistas, 25 por falta de pagamento de salários e 16 por falha na prestação de serviços. Outras 10 foram indeferidas, e oito consistiam em pedidos para a agência regulamentar os preços da colheita. Entre 1912 e 1929, o patronato ouviu 11.962 casos e formalmente coletou e distribuiu mais de quatro mil contos de réis em indenizações por dano. Com mais apoio e um número maior de pessoas trabalhando, a agência rapidamente tornou-se um meio efetivo para manter os protestos dos colonos longe dos escritórios consulares. “As reclamações dos colonos estrangeiros”, escreveu o secretário de agricultura de São Paulo em 1914, “as quais logicamente costumavam ir para os consulados, agora estão quase todas direcionadas ao patronato, assim privando os arquivos consulares de queixas contra o nosso país, com vantagens evidentes para nosso prestígio como um Estado que busca força humana para as plantações e boas pessoas para residir nesta terra”.²⁹ Nessa época, o patronato serviu como uma válvula de escape para o descontentamento dos colonos e para a ansiedade dos fazendeiros, bem como uma boa representação pública para a reputação internacional do Brasil.

²⁸ *Relatório apresentado ao Dr. Carlos Augusto Pereira Guimarães, vice-presidente do Estado, em exercício, pelo Dr Paulo de Moraes Barros, secretaria de estado; Anos de 1912-1913.* São Paulo: Typographia Brasil de Rotschild & Cia., 1914. p. 203. In: GIFUN. “Ribeirão Preto, 1880-1914”. p. 179.

²⁹ GARCIA. “As greves de 1912 e 1913”. p. 171-3. ROCHA. “Conflito social e dominação”. VANGELISTA. *Os braços.* p. 160-202. *Boletim da Secretaria da Agricultura* (1914). p. 171-2. In: HOLLOWAY. *Immigrants on the Land.* p. 109.

A POLÍTICA DA MOBILIDADE SOCIAL DOS COLONOS

Dois outros processos contribuíram para reduzir a tendência à formação das classes trabalhadora e camponesa e à luta nas fazendas do café em São Paulo. Uma foi a mobilidade física no apertado mercado de trabalho rural, pois os colonos estavam constantemente em movimento, em busca de melhores condições de emprego. “No fim de cada ano agrícola”, escreveu o fazendeiro Ramos, “há, em quase todas as fazendas, um acentuado movimento no pessoal de trabalho que assim livremente se desloca e se engaja ou desengaja sem o menor obstáculo”.³⁰ Este era um dos contrastes mais nítidos entre a vida dos imigrantes e daqueles escravos que eles substituíram. Outro desenvolvimento pouco significativo, mas importante para o nosso foco na política dos trabalhadores rurais, foi o processo gradual de incorporação política. Em 1920, a comunidade étnica italiana já havia dado a luz a jornais escritos em italiano, organizações cívicas e de estratificação social (alguns poucos italianos industriais e fazendeiros ricos e poderosos, como Francisco Matarazzo e Geremia Lunardelli, contrastavam com a grande maioria de italianos colonos, operários e artesãos humildes.). A comunidade formou um novo grupo de eleitores. O sociólogo Mauricio Font uniu essas duas tendências para argumentar que os imigrantes colonos, socialmente móveis, sua descendência aspirante nascida no Brasil, e uma economia alternativa que se desenvolveu a partir de suas atividades vieram a ser as principais forças por trás da morte da oligarquia cafeeira tradicional de São Paulo.³¹ Da perspectiva do campesinato, a prova para este argumento resta incompleta, ainda que sedutora. Os imigrantes a que Font dá mais atenção que tinham ou ganho sua independência econômica dos fazendeiros formando suas próprias fazendas ou tinham se mudado para áreas urbanas, onde seguiam vocações não agrícolas. Entretanto, a história política da época tem certa relevância para os trabalhadores rurais, especialmente para os colonos das fazendas do café.

A pedra angular da predominância dos fazendeiros durante a Velha República (1889-1930) era o controle das eleições locais, um controle baseado na

³⁰ RAMOS. *O café*. p. 209.

³¹ FONT. *Coffee, Contention and Change*. Variações deste argumento podem ser encontradas em HOLLOWAY. *Immigrants on the Land*. WALKER. “From Coronelismo to Populism”. GIFUN. “Ribeirão Preto, 1880-1914”. FONT é mais explícito e dá mais detalhes, ao mostrar como uma maior diversidade econômica, em grande parte estimulada pelos imigrantes e seus descendentes nascidos no Brasil, enfraqueceu, inevitavelmente, a antiga ordem, em que predominavam os fazendeiros. Artigos de Joseph L. LOVE, Verena STOLCKE e Mauricio FONT analisam esta questão em “Commentary and Debate”. *Latin American Research Review*. 24:3 (1989). p. 127-58.

manipulação dos eleitores nas eleições do município. Enquanto o chefe do grupo local de fazendeiros e negociantes, o coronel, pudesse produzir vitórias para os políticos estaduais e nacionais, ele podia contar com o Estado e as autoridades nacionais tanto para deixá-lo em paz quanto para ajudá-lo a administrar as questões locais como ele e seus pares desejassem. O sucesso era assegurado pelo cadastramento eleitoral que admitia somente os homens adultos cuja lealdade pudesse ser contada, inclusive trabalhadores rurais fiéis selecionados pelos fazendeiros e administradores. O historiador Frederick Gifun documentou um desses exemplos em seu estudo sobre Ribeirão Preto. O proeminente chefe político na época da Primeira Guerra Mundial era o Coronel Joaquim da Cunha Diniz Junqueira, o “Quinzinho”, dono de uma das fazendas alvo dos grevistas em 1913. De acordo com a lenda local, não era por meio da coerção que Junqueira controlava os votos de seus empregados, e sim por meio do poder de sua grande estima. Um observador local, Sebastião Palma, contou a Gifun que os colonos apoiavam Junqueira “mais em função do bem que ele fazia do que do mal que ele poderia fazer”. Nos anos de 1920, a instituição liderada pelos coronéis era o Partido Republicano Paulista (PRP). Da segunda metade da década de 1910 em diante, entretanto, as pressões socioeconômicas começaram a golpear o sistema, criando facções, deslocando a solidariedade dos chefes do PRP, e fraturando a, até então monolítica, oligarquia dos fazendeiros.³²

A guerra em si causou um declínio na demanda do café, enfraquecendo o poder econômico dos chefes do café. O declínio também compeliu alguns trabalhadores a se mudarem das fazendas do café deterioradas, tanto para os mercados de trabalho urbanos, como para terras ainda não ocupadas, ou terras já usadas com o cultivo do café, que estavam sendo vendidas para gerar capital. Nos municípios do Estado de São Paulo, a manufatura começou gradualmente a se expandir; no campo, pequenos proprietários plantavam alimentos, algodão, cana-de-açúcar e até mesmo café, trazendo diversidade social e de plantio à economia agrária. Na Alta Mogiana, onde o plantio de café teve seu início, e as árvores já estavam velhas, e em Dumont, onde os pés de café estavam no fim do seu ciclo de vida, a transição foi especialmente notável. Enquanto que Alta Mogiana contava com 44% da produção de café de São Paulo em 1920, seu percentual diminuiu para 16 em 1934, com a perda da atividade econômica substituída por qualquer outra coisa, desde lavoura de amendoim à fabricação de tecidos e cerveja. Para Font, a diversificação da economia gradualmente mi-

³² GIFUN. “Ribeirão Preto, 1880-1914”. p. 143. n. 20. James P. WOODARD. “Coronelismo in theory and practice: evidence, analyses and argument from São Paulo. “Luso-Brasílian Review (Madison, WI, EUA) v. 42 n.1. p. 99-117. 2005. FONT. *Coffee, Contention and Change*. Vide também Victor Nunes LEAL. *Coronelismo, enxada e voto: O município e o sistema representativo no Brasil*. Rio de Janeiro: Alfa-Omega, 1975.

grou para o centro do poder político, distanciando-se da elite cafeeira tradicional, ameaçando a viabilidade do coronelismo em São Paulo.

Gifun fez uma relação sobre o coronelismo em seu estudo sobre Ribeirão Preto:

A mobilidade social e física do colono europeu durante a Velha República provavelmente ajudou Ribeirão Preto a evitar a rígida estratificação (típica do coronelismo). O fácil acesso aos centros urbanos, a alternativa do emprego em indústrias, as estradas de ferro que diminuíram as distâncias, e a saúde geral da economia de São Paulo, combinaram-se para diminuir a força de tal sistema.

Dos municípios do interior, como Barretos, até a capital do Estado, o PRP encontrou apoio em meio a um eleitorado cada vez mais complexo em seus interesses e necessidades. O partido respondeu pelo afastamento gradual do apoio consistente às políticas pró-café, tais como subsidiar a imigração e manter o preço do café.³³

Por outro lado, como afirma o historiador Woodard, o Quinzinho tentou manter seu controle político conseguindo diminuir o número de eleitores durante os anos 1920. O município de Ribeirão Preto, com 80.000 habitantes, teve só 1.800 eleitores e Quinzinho lutou não para aumentar o número, mas para desqualificar os eleitores agregados aos seus rivais, como o clan Schmidt.³⁴

Em 1919, as diferenças entre os fazendeiros tinham crescido em profundidade o suficiente para inspirar alguns a formarem novas organizações coletivas. Ao passo que a Sociedade Paulista de Agricultura (SPA) havia servido como um defensor eficiente para os fazendeiros desde 1902, com muitos dos seus membros servindo o governo, alguns dos “mais prestigiosos e ricos fazendeiros paulistas” vieram a acreditar que ela não mais representava os seus interesses e, em 1919, fundaram a SRB. Em 1921, a SRB era “a campeã dos interesses dos grandes proprietários de terra” tanto no Estado quanto no nível federal; em 1930 a SRB tornou-se a única organização de lobistas dos fazendeiros, quando absorveu os membros da SPA e da Liga Agrícola Brasileira, a qual tinha sido estabelecida por volta de 1920.³⁵ Para desafiar a PRP localmente, muitos fazendeiros formaram partidos políticos em seus municípios, e os interesses cafeeiros finalmente uniram estes grupos díspares e opositores no Partido Democrático (PD), o primeiro a desafiar o Partido Republicano. Formado em 1926, o PD foi criado primeiramente para se opor às aspirações presidenciais do Senador Washington Luís Pereira de Souza, um político oriundo das elites de São Paulo, que desenvolveu sua carreira política no PRP.

³³ Percentagens de FONT. *Coffee, Contention and Change*. p. 23; vide também os capítulos 2, 5, 6. GIFUN. “Ribeirão Preto, 1880-1914”. p. 135.

³⁴ WOODARD. “Coronelismo in theory and practice” p. 107.

³⁵ FONT. *Coffee, Contention and Change*. p. 56-60.

Como a mudança, identificada por Font, havia fraturado o poder oligárquico e estimulado o conflito político, os trabalhadores rurais tornaram-se objeto de manobra política pela primeira vez. Washington Luís provou ser uma figura que servia de pivô. Font o descreve como o típico “novo coronel” do período. Como os coronéis tradicionais, os novos tinham autoridade considerável, mas deles diferiam por terem poucas ligações diretas com a agricultura. O próprio Luís era advogado, cuja única carreira tinha sido a política. Ele tentou contrabalançar os interesses dos fazendeiros do café com aqueles ligados à crescente diversidade de atividades econômicas. O Patronato Agrícola, criado durante a gestão de Luís como secretário de justiça (1906-1912), foi uma dessas medidas. Frequentemente notado por suas políticas repressivas, Luís foi também um dos primeiros políticos importantes a competir pelos votos dos imigrantes, promovendo sua incorporação política. Aparentemente, Luís apoiava a visão modernista de que a urna era um meio eficiente para suprimir políticas radicais. Contra os protestos de alguns fazendeiros do café, o secretário de justiça Washington Luís regulamentou que todos os imigrantes que casassem com brasileiros, tendo filhos nascidos no Brasil, ou que fossem donos de terra, deveriam ser considerados brasileiros e, portanto, possuidores dos direitos da cidadania. O rei do café de Ribeirão Preto Francisco Schmidt, leal ao PRP, usou desta lei para registrar o voto de 437 colonos nascidos no exterior que trabalhavam na sua propriedade – uma ação que foi desafiada pelo grupo da frente anti-imigrantes da SRB, a Liga Nacionalista, em 1920. Então, como governador do Estado de São Paulo de 1920 a 1924, Luís ajudou na quebra das fazendas ineficientes, o crescimento de fazendas menores e a diversificação do cultivo. Ele também aumentou a eficácia do Patronato Agrícola, com o aumento do pessoal, profissionalizando o judiciário (utilizando sua autoridade de fato para indicar juízes locais fora das mãos dos coronéis), instituiu um sistema de tribunais de trabalho rural (com a lei 1.869 de 1922) e tomou posse de todas as terras sem dono (alienando, mais uma vez, os fazendeiros, que reclamavam muitas dessas terras). Eleito Presidente da República em 1926, Luís continuou a agir de modo a exacerbar a fragmentação da oligarquia cafeeira paulista.³⁶

A “elite cafeeira” não é facilmente definida. Font refere-se ao grupo cada vez mais alienado de fazendeiros de café que se organizaram em oposição ao governo como o “Café Grande”. Muitos indivíduos mencionados eram donos de fazendas com grandes quantidades de terra, que possuíam de meio milhão até mais de dez milhões de pés de café que produziam. Usando o tamanho como critério principal, Font contrasta esse grupo com os imigrantes que formaram peque-

³⁶ Vide FONT, *Coffee, Contention and Change*. p. 133, 135, 147, 160, e 304-305 e HOLLOWAY, *Immigrants on the Land*. p. 128 e WOODARD. “Coronelismo in theory and practice”. p. 107-110.

nas e médias fazendas, com algo em torno de cinco mil a cem mil pés. Como o próprio Font mostra, entretanto, uma discórdia significativa acabou com a solidariedade do grupo do Café Grande. Por exemplo, os reis do café Francisco Schmidt e Geremia Lunardelli ou apoiavam o sistema de governo do PRP ou mantiveram-se longe da política. Tanto Schmidt quanto Lunardelli eram nascidos no exterior, e esta parece ter sido a linha divisória entre os grandes fazendeiros. Para Font, o grupo do Café Grande era veementemente nacionalista, e ocasionalmente anti-imigrante. No entanto, o grupo cafeicultor de oposição não é bem entendido como “tradicional” também, pois entre eles havia alguns da classe dominante mais empreendedora e inovadora de São Paulo, incluindo Antônio Prado e Júlio de Mesquita Filho. Ambos eram fazendeiros, mas Prado também possuía fábricas, e Mesquita tinha sido educado na Europa e era o editor do influente jornal diário *O Estado de S. Paulo*. No fim, a principal diferença entre os cafeicultores na oposição e os que compreendiam o partido do governo (situação) era o compromisso anterior com o futuro da agricultura e a tardia ligação com a industrialização. Para o Café Grande, a agricultura era vista como a “vocação natural” do Brasil, enquanto a indústria era uma busca artificial.³⁷

Os interesses do Café Grande não se opunham totalmente à industrialização; no entanto, eles viam a agricultura – especialmente o café – como o motor do progresso econômico e de uma ordem social apropriada. A indústria poderia surgir apenas como uma extensão da agricultura – assim, na forma de indústria têxtil, engenho de açúcar e beneficiadoras de café, cada um aumentando a riqueza agrícola do Brasil. Os fazendeiros tinham um passado nobre, e acreditavam que o Brasil poderia ter um futuro nobre enquanto fossem tomadas medidas para fortalecer a economia agrícola. Eles queriam que a pirâmide social da fazenda fosse espelhada na sociedade brasileira, porque eles se sentiam confiantes de que, como nas propriedades onde eles governaram para atingir lucro, os fazendeiros poderiam aplicar, na sociedade, um conjunto único de habilidade e benevolência, da educação à autoridade, para guiar o Brasil para frente. Eles se diziam orgulhosos do sucesso daqueles colonos que trabalharam duramente, economizaram e subiram na vida. A esse respeito, a fazenda ensinou ao estrangeiro o que significava ser brasileiro. Ela era também uma família, com os

³⁷ Vide FONT, *Coffee, Contention and Change*. DEAN, “The Planter as Entrepreneur” e Darrell E. LEVI, *The Prados of São Paulo: An Elite Family and social Change, 1840-1930* (Athens: University of Geórgia Press, 1987). Esta interpretação, que depende muito nas pesquisa do Font, difer-se a do excelente síntese *Terra prometida: uma história da questão agrária* (Rio de Janeiro: Editora Campus, 1999), em qual os historiadores Maria Yedda LINHARES e Francisco Carlos Teixeira da SILVA caracterizam o período de 1912 a 1930 como um da “estabilidade” da “hegemonia agrário-conservadora” (91), dando pouca atenção para as forças progressistas dentre da elite agrária e jogando para a frente a análise da formação política do campesinato.

velhos patriarcas fazendeiros criando os filhos do Brasil, tanto nativos quanto estrangeiros, até que eles fossem fortes o suficiente para saírem sozinhos. Os fazendeiros eram, portanto, lisonjeados por aqueles que imitavam seu modelo de sucesso, entrando cada vez mais longe no vasto território brasileiro para abrirem novas terras para a agricultura; os imitadores deviam apenas respeitar seus antigos mestres. Aquelles fazendeiros que abraçaram esta via de ligação tradicional com o futuro formaram um crescente e poderoso movimento de oposição.

A REVOLTA DE 1924: MEMÓRIA E ACONTECIMENTO

Com os colonos se tornando proprietários de terras, e os italianos, e outros grupos, redefinindo a identidade paulista, a base do poder do fazendeiro minguou durante os anos de 1920, criando oportunidades para a ascensão de vários grupos que buscavam preencher o vácuo deixado pela fragmentação da classe dominante. Os dois levantes mais importantes aconteceram em 1924 e 1930. Em julho de 1924, o general do exército aposentado Isidoro Dias Lopes liderou uma revolta conspiratória contra o governo nacional do presidente Artur Bernardes, um político mineiro do PR. O conflito, que durou um mês, iniciou quando as tropas sob o controle do General Lopes ocuparam a capital do Estado de São Paulo. Este evento foi o divisor de águas em um multifacetado e progressivo ataque à oligarquia rural brasileira. Mas o governo de Bernardes realmente representava a oligarquia? Mauricio Font responde que não. Ele oferece uma desafiadora interpretação alternativa, baseada na leitura sistemática dos jornais publicados no estado. Enquanto que alguns rebeldes talvez tenham defendido a industrialização e denunciado os fazendeiros, muitos opositores dos cafeicultores se aliaram aos rebeldes. Eles aproveitaram as oportunidades criadas pelo rompimento da autoridade federal para expulsar governos locais do PRP e estabelecer novos. Registros policiais mostravam “atos de evidente rebelião”, não apenas em São Paulo, mas em 87 municípios do interior, e manifestações de apoio para a rebelião em outros 37. Em Araras, Campinas, Jaú e outros municípios paulistas, grandes fazendeiros com centenas de milhares de pés de café, tomaram a dianteira ao derrubar a estrutura de poder local do PRP e estabelecer juntas revolucionárias. Um dos colaboradores líderes na revolta foi Mesquita do *Estadão*. Como membro fundador da SRB, um crítico notório das políticas do PRP, um cavalheiro, fazendeiro e neto de José Alves de Cerqueira César, um dos cafeicultores históricos de São Paulo, Mesquita era a voz da minoria dominante dos fazendeiros opositores. A revolta, a qual era decididamente anti-imigrante, também foi apoiada pela xenofóbica Liga Nacionalista de Mesquita. Depois das leis tropas federais terem debelado os amotinados, o governo prendeu Mes-

quita por sua traição, acabou com a liga e fechou o jornal por três semanas. Em contraste, o colega de oposição, o fazendeiro Antônio Prado, tomou a atitude de esperar para ver em relação à revolta. Tendo graciosamente declinado aceitar o pedido do General Lopes para servir como governador revolucionário do Estado, Prado sofreu poucas consequências.³⁸

Quando era apenas um rapaz morando no interior da remota fronteira de São Paulo, Moraes testemunhou a rebelião no interior. Embora ele tivesse apenas 12 anos em 1924, o episódio permaneceu como uma vívida memória para ele. Em razão de seu pai ter sofrido um acidente de trabalho, a família tinha viajado de trem para um hospital da companhia, em Campinas, quando a revolta eclodiu. Uma importante saída para o interior e a segunda maior cidade do Estado, Campinas tornou-se rapidamente uma fortaleza rebelde. Moraes se lembra de aviões do governo sobrevoando para jogar panfletos e intimidar os cidadãos, multidões de refugiados escapando da luta na capital, pânico nas ruas e a interrupção dos serviços ferroviários, o que deixou sua família presa por vários dias.³⁹

De volta a casa em Barretos, Moraes estava animado por encontrar um contingente de “cinquenta a cem” soldados, comandados pelo político, o Tenente Coronel Filogônio Teodoro de Carvalho, que tinha ocupado a cidade: “Quando eu ouvi dizer que o Filogônio tinha tomado a cidade, eu fui lá na delegacia. A revolta era uma coisa que me atraía, que eu gostava de assistir. O tenente tomou Barretos e, como era simpático, o povo foi aplaudi-lo e acompanhá-lo”. Moraes lembra do incidente com tantos detalhes, que recorda diálogos entre o Carvalho e o delegado e detalhes específicos do ataque de Carvalho, assim como de sua fuga de Barretos.

Então, o tenente Filogônio conseguiu tomar a cidade com poucos homens. Ele mandou dois ou três companheiros na zona para formar uma

³⁸ Vide, por exemplo, Anna Maria Martínez CORRÊA. *A rebelião de 1924 em São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1976, esp. p. 155-77. FONT. *Coffee, Contention, and Change*. p. 166-72. As conclusões da CORRÊA são opostas de FONT, mas sua evidência contradiz seus próprios argumentos. Por exemplo, mostra-se que Mesquita se manteve distante da revolta, enquanto relata que sua “Liga Nacionalista desempenhou um papel importante no movimento”. Quanto ao papel do nacionalismo, ela mostra que o General Lopes foi acusado de formar “batalhões estrangeiros” de húngaros, alemães e italianos recém-chegados, insatisfeitos com o Brasil. Nas fontes judiciais que a Corrêa pesquisou, a formação dessas unidades foi utilizada pelas forças legalistas para taxar a revolta de causa estrangeira. Esta caracterização pode ter surgido depois do fato, para favorecer Mesquita e outros oponentes do PRP. Por outro lado, Font afirma que os rebeldes tinham por alvo a destruição da propriedade dos industrialistas estrangeiros (leia-se, “italianos”). Matarazzo perdeu vários prédios, e uma fábrica foi incendiada durante a luta. Vide mais sobre a rebelião de 1924 em Vilma KELLER e César BENJAMIN. “Isidoro Dias Lopes”. In: BELOCH e ABREU (ed.). DHBB, p. 1918-22.

³⁹ WELCH e GERALDO. *Lutas camponesas*. p. 24-6. CORRÊA. *Rebelião*. p. 124-6. FONT. *Coffee, Contention, and Change*. p. 170-1.

briga de araque. Pegaram revólveres, deram uns tiros, um no outro, mas não para acertar e assim chamaram a atenção de todo mundo. Vendo o tiroteio, um negociante chamou a polícia e o delegado mandou três praças correndo para a zona. Enquanto isso, o Filogônio e mais dois ou três homens ficavam escondidos perto da delegacia. Eles sabiam o número de soldados que tinha e quando só restou um sargento na delegacia, eles entraram e o prenderam de surpresa. Mandaram o sargento tirar a roupa e um dos companheiros do tenente vestiu uniforme. Depois disso, todo mundo pegou diversas fardas que tinha lá e se vestiu de praça. Assim, eles prenderam também o delegado e dominaram a cidade.⁴⁰

O que mais impressionou Moraes foi a habilidade de tomar o poder que tiveram uns poucos homens, sob o comando de um líder talentoso. Embora pareça ter acompanhado de perto os eventos durante os “mais ou menos três dias” em que Carvalho ocupou a cidade, é pouco provável que o jovem Moraes tenha tido o acesso direto necessário para fazer, sozinho, tais observações. Esta é uma das questões que se apresenta quando se trata de memórias. Outra questão reside em uma discrepância básica entre as lembranças de Moraes e outros relatos de acontecimentos do mesmo ano do evento. Ao lembrar dos eventos Moraes acha que a ocupação aconteceu quase dois anos depois do início da revolta: “Eu já era bem maior, com quase 14”.

Embora a história de Carvalho não seja bem documentada, é mais provável que tenha acontecido ao mesmo tempo que a revolta. As fontes concordam que, de São Paulo, o General Lopes tentou orquestrar a ocupação do Estado inteiro, por meio de aliados, agentes, e oficiais subordinados, como Carvalho. Font estabece que a história de Carvalho aconteceu em 1924, e a usa para dar apoio à sua tese da divisão interna da oligarquia rural. De acordo com essa versão, o opositorista Partido Popular alistou Carvalho e um “batalhão de 60 homens (...) tão logo as notícias da rebelião chegaram”, para ajudar a depor a administração do PRP e estabelecer um novo governo. Embora o ataque em São Paulo tenha começado cedo, na manhã do dia 5 de julho, os primeiros registros não alcançaram Barretos até tarde, naquela noite, e foi em 8 de julho que uma cópia de *O Estado de S. Paulo* chegou, trazendo informação suficientemente detalhada para estabelecer a disputa entre as facções rivais da cidade. Carvalho deve ter acompanhado as notícias e, com a sua chegada, o juiz do Partido Popular, Belmiro Simões, juntando-se ao fazendeiro Ricardo de Almeida Prado para tomar o poder. Como muitas famílias proeminentes de São Paulo, a família Almeida Prado tinha se tornada rica pela grilagem de terras e o casamento entre as famílias da oligarquia.

Outra perspectiva é oferecida pela historiadora Anna Maria Martinez Corrêa. Suas fontes não fazem menção a Carvalho, e mostram que o PRP conseguiu

⁴⁰ WELCH e GERALDO. *Lutas camponesas*. p. 24-6.

anular a tentativa do Partido Popular de impedir o prefeito de mandar um telegrama de apoio ao governo. Além disso, uma das fontes citadas por Font data o incidente em maio de 1925, um ano após a revolta de 1924, e mais perto da lembrança de Moraes. Entretanto, tanto Font quanto Moraes concordam que Carvalho foi um elo de ligação entre a rebelião local e um movimento maior, fazendo contato com os rebeldes em Araraquara (uma cidade maior, localizada mais perto da capital), a qual teria caído nas mãos dos aliados de Lopes. As alegadas ligações de Carvalho com a liderança opositora e Araraquara sugerem suas conexões com Teodoro Carvalho, coronel de Araraquara na virada do século. De acordo como o historiador Joseph Love, Carvalho pai tinha adquirido uma reputação de matador, ao ser julgado, em 1897, pelo assassinato de muitos migrantes do nordeste do Brasil. Sua absolvição veio quando o designado ex-governador Cerqueira César (avô de Mesquita), do PRP, veio em sua defesa.⁴¹

De igual interesse é a fascinação de Moraes por um homem que parece ter representado uma facção da classe dominante de São Paulo mais comprometida com a restauração da ordem social agrária. Filogônio Teodoro de Carvalho merece a admiração de Moraes não pela sua ideologia, mas por suas ações dramáticas. Moraes lembra mais a bravata da captura do delegado e a fuga desarmada de Barretos de Carvalho. Ele também lembra que o tenente coronel parou os trens e forçou o frigorífico a fechar: “O tenente foi ao frigorífico também e mandou parar a matança dos bichos. Paralisou, e o pessoal gostou de estar parado. Era, como se diz, uma farra total”. Moraes, aparentemente, não foi o único indivíduo da classe trabalhadora atraído pela rebelião e confundido por sua política. Ele alega que o mesmo evento iniciou a carreira de ativista de seu amigo de infância, Sebastião Dinart dos Santos, que mais tarde ingressou no Partido Comunista do Brasil e tornou-se um líder dos trabalhadores rurais da mesma forma que Moraes. Em 1929, Moraes ajudaria a fechar o frigorífico Anglo por motivos nacionalistas, rapidamente organizando uma manifestação para impedir que a companhia substituísse os trabalhadores brasileiros pelos menos custosos imigrantes lituanos. Esta era também “uma locura”, na qual nem ele nem seus camaradas “tinham noção política, não tinham noção de organização, não tinham noção de nada”.⁴²

Moraes prefacia suas memórias sobre Carvalho e suas ligações com a revolta de 1924 com uma reflexão frequentemente repetida: “Hoje eu observo que existe

⁴¹ FONT. *Coffee, Contention, and Change*. p. 156, 189. n. 53. CORRÊA. *Rebelião*. p. 167-9. Sobre Almeida Prado e o Carvalho pai, vide LOVE. *São Paulo in the Brazilian Federation*. p. 73, 132. A fonte primária mais importante sobre Carvalho é “Movimentos subversivo: Os acontecimentos de Barretos – pormenores das diligências da polícia – o relatório da autoridade que presidiu o inquérito”. *O Estado de S. Paulo* (daqui em diante, *OESP*), 26 de julho de 1925. p. 8.

⁴² WELCH e GERALDO. *Lutas camponesas*. p. 28-35.

uma subestimação daquele movimento revolucionário”. Moraes, que se lembra de ser maior e mais velho no tempo da ocupação de Barretos, também imagina que o evento tinha mais potencial de trazer para o Brasil a mudança revolucionária, à qual ele mais tarde dedicou sua vida como militante comunista. O analista de história oral Alessandro Portelli chama isso de “*leitmotiv* de um evento na história que poderia ter sido diferente”. É um *leitmotiv* que constantemente reaparece nas memórias dos ativistas rurais comunistas. Moraes parece culpar-se por não ter entendido o significado deste evento, e retorna à luta, investindo sua consciência na reconstrução da memória, para imprimir sua visão do potencial do momento no registro histórico, corrigindo o erro de análise dos historiadores profissionais e deixando um modelo para os futuros militantes seguirem. Os detalhes que importam são os táticos: o tom de celebração frente ao desafio do poder. Apesar de Moraes e Dinarte terem se sentido atraídos pela revolta, Carvalho não fez esforço para ganhar apoio da massa e formar um exército revoltoso. Mal preparado para articular e defender a sua causa, as autoridades sobrepujaram Carvalho e seus seguidores em poucos dias. Mesmo assim, a revolta de 1924 e seus resultados continuaram inspirando a militância de Moraes e de outros, uma militância que logo se refletiu na sua organização da greve de 1929.⁴³

PRESTES E O BLOCO OPERÁRIO E CAMPONÊS

Carvalho aparece nos registros históricos de 1925, quando ele é mais uma vez mencionado por seu serviço como mensageiro entre o General Lopes e o Capitão Luís Carlos Prestes. Enquanto a história de Moraes dá algum indício de como a revolta de 1924 inspirou os adolescentes e trabalhadores em uma cidade sertaneja, a história de Prestes revela como a revolta inspirou a militância do homem que se tornaria preeminente no PCB, e moldaria suas políticas camponesas por décadas. Em julho de 1925, Lopes estava na Argentina, planejando o ressurgimento de seu movimento, e Prestes, um camarada armado e amotinado do Estado do Rio Grande do Sul, estava então liderando centenas de soldados e simpatizantes pelo interior de Goiás, a postos para o comando de Lopes. Mesmo que as ordens não tenham chegado, Prestes e a sua coluna marcharam por milhares de quilômetros pelos sertões do Brasil central e norte em uma tentativa frustrada de levantar apoio para uma rebelião contra o Presidente Bernardes e o Partido Republicano. Iniciada em outubro de 1924, a marcha terminou mais de dois anos depois, em fevereiro de 1927 quando seus líderes e

⁴³ WELCH p. 26. PORTELLI. “Uchronic Dreams”. p. 147. Em tradução inglesa, PORTELLI utilizou a palavra *motif* e não o alemão, *leitmotiv*, que, mesmo assim, consta no *Dicionário Houaiss*.

mais 600 combatentes sobreviventes encontraram refúgio na Bolívia. A marcha afetou Prestes profundamente: “Conheci a miséria por onde passei”, ele mais tarde disse a dois jornalistas:

Vi homens passando fome, outros sem roupas e muitos sem nenhum remédio para suas doenças. Vi homens ajoelhados no chão esburacando o solo com facas de cozinha sem cabo. Pegavam nas lâminas das facas, ou seja, estavam mais atrasados do que os índios. Esse quadro terrível, me convenceu de que não seria a simples substituição de Bernardes por outro que resolveria os nossos problemas.⁴⁴

Prestes fez essa declaração nos anos de 1980, quase três gerações depois da coluna ter ido para a Bolívia. A passagem do tempo condensou os eventos na sua memória, como acontece invariavelmente. Claramente, a experiência da marcha imprimiu nele uma preocupação sincera pela pobreza e o desespero dos pobres rurais, e o motivou a fazer algo sobre a questão. A citação sugere que ele rapidamente abraçou o comunismo revolucionário, mas a informação de outras fontes revela um desenvolvimento mais gradual da sua ideologia. A transformação de Prestes é a história de como o embrião do PCB iniciou sua campanha entre o campesinato. Julgado e condenado, Prestes fugiu para a Argentina, onde ele aparentemente teve seu primeiro contato com escritos de Karl Marx. Mas muito desse tempo, em Buenos Aires, ocupou-se com esforços para influir na política brasileira à distância. A marcha, e a versão dos acontecimentos contada pela imprensa majoritária e comunista, fizeram com que ele se tornasse um herói popular de proporções míticas, conhecido por todos como o “Cavaleiro da Esperança”. Enquanto o predominante Partido Republicano buscava manchar seu nome, aqueles que se opunham ao PR ansiavam por associar-se a Prestes, aumentando assim a sua popularidade. Incerto de sua própria política, Prestes flertou com visitas de pretendentes dos dois extremos do espectro da oposição: o Partido Democrático e o Bloco Operário e Camponês, a aliança política de frente única do PCB.

Embora o PD e o BOC representassem fins diferentes do espectro da classe, as duas organizações cooperaram extensamente até 1929, quando os seus interesses de classes opostas suplantaram seus interesses comuns em expulsar o PR. Enquanto o PD havia nascido em 1926, de uma facção da classe dominante que não confiava em Washington Luís, o BOC foi formado depois que o governo de Presidente Luís, querendo se proteger com relação às rebeliões, retirou o PCB

⁴⁴ Vide Lorenço MOREIRA LIMA. *A coluna Prestes: Marchas e combates*. 3ª. edição. São Paulo: Alfa Ômega, 1979. Neill MACAULAY. *The Prestes Column: Revolution in Brazil*. New York: New Viewpoints, 1974. Sobre a presença de Carvalho, vide KELLER e BENJAMIM. “Lopes”. 1920. A citação de Prestes é de: Denis MORAES e Francisco VIANA. *Prestes: Lutas e autocríticas*. Petrópolis: Vozes, 1982, p. 3. Vide também as páginas 18 à 21 e 41 à 60. Vide também Fernando MORAIS. *Olga*.

da legalidade, no início de 1927. O partido esperava usar o BOC para “preparar uma base orgânica política legal para o PC”, formando uma base de apoio entre os trabalhadores urbanos e rurais, e usando-a como alavanca para negociar alianças com outros partidos políticos, assim criando condições para “conquistar a pequena burguesia”.⁴⁵ Parte da construção dessa campanha do partido envolvia ataques aos anarquistas e socialistas, que competiam pela lealdade dos trabalhadores. O Presidente Luís tolerava o BOC precisamente porque ele parecia canalizar os protestos da classe trabalhadora para longe da retórica não conformista e revolucionária, e em direção a atividades legais, tais como a política eleitoral. Entretanto, concorrendo a vagas no Rio de Janeiro e em São Paulo, com candidatos que representavam os trabalhadores, o BOC tentava expandir o espaço no qual os trabalhadores pudessem ser ouvidos, desafiando o presidente a aceitar a mobilização política dos trabalhadores. Suas políticas governamentais reformistas – incluindo uma lei de férias e regulamentos para proteger o trabalho da mulher e da criança – foram feitas para sufocar o descontentamento dos trabalhadores. Por meio do BOC, estas políticas tornaram-se plataformas para os candidatos do partido, que exigiam a aplicação, extensão e expansão da lei. O BOC de São Paulo, por exemplo, “pleiteará (...) o saneamento rural sistemático, visando à regeneração física e moral do trabalhador agrícola, a higienização das condições de trabalho e habitação na lavoura; o fomento (...) das cooperativas de produção na pequena lavoura, etc”. Em geral, o BOC havia se comprometido a obedecer a um “princípio fundamental: *o proletariado deve realizar uma política independente de classe*”. Tais objetivos iam muito além das políticas que o Presidente Luís havia apoiado para as necessidades dos trabalhadores e imigrantes, e seria a causa tanto de atrito na aliança de oposição quanto razão de seu término. Embora o PD estivesse querendo apoiar o BOC enquanto que ele pudesse ajudar a ampliar a base do movimento de oposição, seus líderes não endossavam a plataforma do BOC. Jogando com o BOC, os donos de ambos os partidos acreditavam que eles poderiam forçar o gênio a voltar para a lâmpada, quando a militância da classe trabalhadora se tornasse demasiadamente ameaçadora.⁴⁶

⁴⁵ S.A. “A vida do Bloco Operário e camponês” (1928) citado em Dainis KAREPOVS. *A esquerda e o parlamento no Brasil: o Bloco Operário e Camponês (1924-1930)*. Tese de doutorado em História. USP. 2001. p. 11.

⁴⁶ Citados em “Bloco operário e camponês de São Paulo”. *O Trabalhador Gráfico*, 7 de fevereiro de 1928. “O programa do bloco operário”. *A Nação*, 17 de fevereiro de 1927. In: PINHEIRO e HALL (ed.). *A classe operária*. p. 292-94. Edgar de DECCA. *1930: O silêncio dos vencidos: Memória, história e revolução*. 6ª. edição. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 75-110. Mônica KORNIS e Dora FLAKSMAN. “Bloco operário-camponês”. In: BELOCH e ABREU (ed.). *DHBB*. p. 400-2. Joel WOLFE. *Working Women, Working Men: São Paulo and the Rise of Brazil's Industrial Working Class, 1900-1955*. Durham: Duke University Press, 1993. p. 49.

O foco do BOC, tanto nos trabalhadores industriais quanto nos agrícolas, era novo para o PCB. Internacionalmente, a ideologia revolucionária comunista falou da questão da união de camponeses e proletários na luta: no Brasil a revolta de 1924 e a marcha de Prestes inspiraram a primeira versão nacional deste dogma. A linha foi estabelecida no 2º Congresso do PCB, de 15 a 18 de maio de 1925, que chamou atenção para a necessidade de começar a militar entre “as massas camponesas”, os “operários agrícolas e lavradores pobres”. Em 1926, a perspectiva do congresso foi publicada em um livro intitulado *Agrarismo e industrialismo*, o farmacêutico e jornalista comunista Octávio Brandão retratou os camponeses como parceiros integrantes da revolução brasileira.⁴⁷ O ensaio de Brandão descrevia um Brasil dividido entre a oligarquia rural estabelecida, atrelada às nações imperialistas por meio da exportação de produtos agrícolas, e uma burguesia nascente, lutando para construir uma nação moderna e industrial. Brandão previu um papel para os trabalhadores rurais e urbanos em primeiro ajudar o nascimento da classe média para, mais tarde derrubá-la, para implantar o socialismo. “No Brasil”, ele escreveu, “a revolução dos trabalhadores industriais contra o regime da burguesia industrial, o regime de salários, irá coincidir com a revolução dos trabalhadores rurais contra o regime agrário, o regime feudal”. E continua: “devemos transformar nosso 1789 em uma revolução permanente, da qual nosso 7 de novembro de 1917 eclodirá – essa deve ser uma das tarefas fundamentais para os comunistas brasileiros”. Uma frente unindo camponeses e proletários poderia catapultar o Brasil do século 18 para o século 20, derrotando o feudalismo e o capitalismo, e instaurando a ditadura do proletariado de uma só vez. Quando o BOC foi formado, Brandão tornou-se um de seus principais ativistas.⁴⁸

Dada a experiência de Prestes e a repulsa à exploração dos camponeses, o BOC deveria ter sido a organização ideal, por meio da qual sua paixão pela revolução se canalizaria. Previsivelmente, Prestes finalmente rejeitou as ofertas para aliar-se ao PD. Mas, em maio de 1929, ele também rejeitou a nomeação para o BOC para concorrer à Presidência do Brasil, na eleição prevista para março de 1930. A rejeição de Prestes à oferta do BOC veio não muito depois do PCB ter formalizado sua plataforma rural pela primeira vez, no seu terceiro

⁴⁷ KAREPOVS. “A esquerda e o parlamento” p. 146-53. Octávio BRANDÃO, *Combates e batalhas: Memórias, vol. 1*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978 e os lembretes “Octávio Brandão” In BELOCH e ABREU (orgs.) *DHBB*, p. 452. e “Otávio Brandão” nas biografias da Era Vargas do CP/DOC, <http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/biografias/ev_bio_otaviobrandao.htm>, acesso 19 de junho de 2006.

⁴⁸ Fritz MAYER [pseud. do Brandão]. *Agrarismo e industrialismo*: Ensaio marxista-leninista sobre a guerra de classe no Brasil e a revolta de São Paulo. 2.ed São Paulo: Anita Garibaldi, 2006 (Originalmente, Buenos Aires: n.p., 1926). BRANDÃO. *Combates e batalhas*. p. 343-81. ZAIDAN. *PCB*. p. 76-7. KORNIS e FLAKSMAN. “Bloco”. p. 401.

congresso, que havia sido realizado clandestinamente no final de dezembro de 1928. Historiadores alegam que Prestes então havia considerado demasiado extrema a chamada do partido à expropriação e distribuição de latifúndios.⁴⁹

Guiado pela Internacional Comunista (Comintern) do Partido Comunista da União Soviética, a nova plataforma do PCB elencou o imperialismo dos Estados Unidos e os grandes proprietários de terra da oligarquia rural do Brasil como os grandes inimigos dos trabalhadores. Também mudou a posição do partido sobre fazer alianças com a “burguesia nacional”. Dando uma guinada da posição de colaboração articulada por Brandão, os comunistas brasileiros agora viam os industrialistas como agentes do imperialismo, e aliados dos donos de terras. Influenciado pela experiência dos comunistas na China e na Índia, o PCB caracterizou o Brasil como uma nação atolada no feudalismo, do qual uma “revolução agrária” surgiria das forças sociais, lideradas pelos “soviets de operários e camponeses”. Já que “as condições de semiescravidão em que vivem os trabalhadores agrícolas em todas as regiões do país, [é de] exploração desumana”, era incumbência do partido se organizar entre eles. Por algum tempo após o Terceiro Congresso, a militância rural se tornou central na agenda do partido, e o objetivo desta militância era revolucionário na sua essência: “terra para quem trabalha nela”.⁵⁰

Curiosamente, os passos para atingir esse objetivo eram bastante pragmáticos e específicos. As medidas reformistas eram enfatizadas, tais como indexar os salários em função do custo de vida, prover educação primária gratuita e obrigatória, abolir os vestígios de escravidão, controlar as pragas e a disseminação de doenças, proteger a associação livre, prover cédulas de votação secretas e encorajar os trabalhadores rurais a desenvolverem seus próprios líderes políticos. Além disso, o terceiro congresso, baseado em resoluções adicionais de uma análise regional do país, apresentava necessidades ainda mais particulares, tais como a revisão “*de los contratos elaborados por el Patronato Agrícola*” e direitos como a “*de fiscalización por parte de los sindicatos de asalariados agrícolas, en la dirección del Patronato Agrícola, por los representantes elegidos por los sindicatos*”. Os esforços do BOC para transformar questões trabalhistas rurais em plataformas de campanha poderiam potencialmente trazê-lo para mais perto dos trabalhadores, mesmo que figuras pivôs como Prestes repudiassem o objetivo fundamental do confisco de terras.⁵¹

⁴⁹ Alzira Alves de ABREU e Ivan JUNQUEIRA. “Luís Carlos Prestes”. In: BELOCH e ABREU (orgs.). DHBB. p. 2.816-17.

⁵⁰ ZAIDAN. *PCB*. Esta obra cita longos segmentos de documentos do congresso, tais como “O III Congresso do PCB”, p. 90-95, e reproduz a resolução inteira em espanhol no anexo, fonte das citações acima (p. 141).

⁵¹ ZAIDAN. *PCB*. Nesta obra, encontra-se a versão integral do texto “Resolución sobre la cuestión campesina”, do III Congresso. p. 139-43.

Na época em que Prestes rejeitou a indicação para presidente pela oposição, tensões haviam-se desenvolvido entre o BOC e o PD, e as tendenciosas relações do BOC com o governo também tinham chegado ao limite. No fim do mês de abril de 1929, após uma longa campanha, o PCB tinha finalmente conseguido estabelecer a Confederação Geral do Trabalho (CGT), unindo dezenas de sindicatos urbanos. Em maio, a CGT promoveu uma prolongada greve, de algo em torno de seis mil trabalhadores de gráficas em São Paulo, e o BOC usou o evento para construir sua credibilidade e experiência. Neste e nos incidentes subsequentes, a polícia desbaratou o BOC, prendendo os líderes, e os industriais do PD e do PR pressionaram os líderes de seus respectivos partidos para que terminassem por colaborar com o BOC. Promovendo a militância da classe trabalhadora fora do processo eleitoral, o BOC havia feito uma “transgressão às normas do jogo político”, como o sustenta o historiador brasileiro Edgar de Decca. Como as eleições nacionais de 1930 tinham sido antecipadas para março, cada partido foi por seu caminho próprio para escolher os candidatos. Neste momento de fragmentação política, Prestes recebeu outra proposta, dessa vez de Getúlio Vargas, governador do Rio Grande do Sul e líder da Aliança Liberal, a qual também estava desafiando o PR. Prestes recusou sua oferta de aliança, da mesma forma.⁵²

Para muitos brasileiros, Prestes veio a simbolizar uma revolução popular contra a oligarquia dos fazendeiros. A marcha de sua coluna pelo sertão havia revelado os aspectos doentios da economia agrícola do Brasil. De Decca argumenta que esse apoio a Prestes e seus seguidores, especialmente os tenentes, permitiu que todos os partidos fossem revolucionários sem se engajarem em uma revolução. Na época, essa revolução simbólica tornou-se um modo de caracterizar os políticos da era. Se você era a favor de Prestes, você era a favor da revolução e contra a oligarquia rural. Para o PD – que tinha entre seus membros alguns dos fazendeiros mais ricos do Brasil – o apoio verbal a Prestes e acusações contra a natureza oligárquica do governo do PR tornaram-se um modo de ser revolucionário. O BOC quase caiu em sua própria armadilha, por aceitar o apoio do PD em 1927 e 1928, que ajudou os comunistas a conseguirem assentos legislativos para representantes eleitos, como Brandão. Mas a diretoria do PCB, sobre influência do Comintern, organizou o 3º Congresso no fim de 1928, e procurou dificultar que o grupo fora da clandestinidade perseguisse um caminho colaboracionista. “O BOC apresenta alguns perigos de desvios oportunistas e eleitoralistas”, o Congresso concluiu, avisando que ele não deveria

⁵² MORAES e VIANA. *Prestes*. p. 43-5. ABREU e JUNQUEIRA. “Prestes”. p. 2816-7. FORTUS, M. “Le bilan de dix ans de mouvement ouvrier brésilien”. *L’internazionale syndicale rouge*. Fevereiro de 1929. Reimpresso em: PINHEIRO e HALL (ed.). *A classe operária*. p. 297-396. DECCA. *1930*. p. 183-205. KORNIS e FLAKSMAN. “Bloco”. p. 402.

ser considerado “o” partido do proletariado. “O BOC é”, continuava o Congresso, “a organização política da frente única das massas laboriosas em geral, sob a hegemonia do PC”. Pessoas como Prestes, que talvez quisessem se unir ao movimento, deviam se adequar à doutrina partidária, e não o contrário. Michel Zaidan Filho, um analista do PCB nos anos de 1920, argumenta que esta nova rigidez na teoria comunista isolou o partido de outras forças progressistas, o que é verdade, mas baseia-se em uma lógica de acordo com as ideias colaboracionistas que formaram originalmente o partido. Em 1929, o novo programa do BOC do Brasil subordinou tudo à “revolução agrária e anti-imperialista”. Como foi alegado, o PD, com o qual o BOC estava mais envolvido, era, sem dúvida, comprometido pelas suas ligações com os grandes proprietários de terra e interesses estrangeiros. Talvez tivesse sido melhor para o BOC encontrar um modo de trabalhar com o PR, se ele não tivesse sido tão comprometida com a repressão da autonomia política da classe trabalhadora.⁵³

Desrespeitado por Prestes, em novembro de 1929 o BOC escolheu Minervino de Oliveira para candidatar-se à Presidência do Brasil. Oliveira, um marmoreador e militante incansável do BOC, fora eleito vereador junto com Brândão para a câmara municipal da cidade do Rio de Janeiro em 1928 e se tornara secretário geral do CGT em abril de 1929. Ele usou o seu status como vereador e porta-voz da classe operária para liderar greves e organizar assembleias de trabalhadores, atividades que ocasionaram suas repetidas prisões. Como a eleição de março de 1930 estava se aproximando, o BOC organizou cada vez mais comícios, de modo a gerar apoio e pressão para as causas “das massas laboriosas”, e muitos participantes foram atacados pela polícia. Logo antes da eleição, centenas de trabalhadores foram presos sob uma acusação ou outra. Em Ribeirão Preto, em fevereiro, a polícia invadiu a assembleia de camponeses do BOC, prendendo Oliveira. Apesar de toda essa campanha ativa, a máquina política do PR conseguiu eleger o sucessor de Washington Luís, escolhido a dedo, Júlio Prestes. Oliveira e outros candidatos do BOC obtiveram um desempenho pobre, assim como Vargas, o candidato mais forte da oposição.⁵⁴

Logo após sua derrota, Vargas procurou mais uma vez o “Cavaleiro da Esperança.” Apresentando-se como Presidente legalmente eleito, Vargas pediu a Pres-

⁵³ Sobre o PD, vide FONT. *Coffee, Contention, and Change*. p. 198-9, 207-10. Sobre o BOC, vide DECCA. 1930. p. 183-205. Sobre o PCB, vide KAREPOVS. “A esquerda e o parlamento”. p. 331-58, vide também KORNIS e FLAKSMAN. “Bloco”. p. 402, e ZAIDAN. *PCB*. p. 91-2.

⁵⁴ Relatório de Lester BAKER, adido militar dos Estados Unidos no Brasil, 8 de novembro de 1929. Apud: PINHEIRO e HALL (ed.). *A classe operária*. p. 306-9. “O congresso dos colonos e assalariados agrícolas”. In: Edgard CARONE (ed.). *O P.C.B. (1922-1943)*. São Paulo: Difel, 1982. 1:348-50. KORNIS e FLAKSMAN. “Bloco”. p. 401.

tes que servisse como comandante militar, chefe de um movimento para derrubar o governo, mas Prestes rejeitou essa oferta também. Em um manifesto escrito em abril e publicado no fim de maio pelo *Diário Nacional*, vinculado ao PD, e pelo jornal de oposição *O Estado de S. Paulo*, Prestes escreveu que “uma simples troca de homens não resolveria os problemas do país”, e seria de pouca consequência para a grande massa de pessoas. O manifesto impelia uma “revolução de soldados, trabalhadores e pescadores” que redistribuiria a terra e se oporia ao imperialismo. Como resultado dessa publicação, Vargas, o PD e outros que estavam na oposição repudiaram o famoso revolucionário, grifando a natureza elitista do desafio crescente contra o governo. Estes líderes negaram a aplicabilidade da ideologia comunista ao Brasil, porque o país não era capitalista, e as “oligarquias dominantes”, e não a luta de classes, estavam na raiz “do problema político”. Esta distorção da realidade aconteceu em um momento em que os cafeicultores por todo o estado se tinham protegido da ruína da depressão de 1929, cortando o salário dos colonos entre 40% e 60%. Depois de Vargas assumir o poder, em outubro de 1930, seguido de uma breve revolta, Luiz Carlos Prestes intensificou sua crítica à classe dominante, mostrando uma profunda compreensão da realidade socioeconômica, senão da realidade política. Em março de 1931, condenou o novo governo, em um documento chamando uma revolta agrária anti-imperialista e o aumento de poder do PCB, que havia, desde a pobre demonstração nas eleições de 1930, banido o BOC, expulsado Brandão e reafirmado seu compromisso com a revolução. Embora já se houvessem passado seis anos desde a sua famosa marcha, Prestes decidiu que a revolução agrária liderada pelo Partido Comunista era o único caminho para um mundo melhor.⁵⁵

O CAMPESINATO E A REVOLTA DE VARGAS

Apesar da sua rejeição de uma explícita análise de classe, o movimento de oposição de 1930, como governo, desenvolveu políticas classistas. Do início do movimento contra Washington Luís, a mera presença do BOC, de Prestes, e dos trabalhadores rurais e industriais em greve, reivindicando seus direitos, bem como as próprias políticas reformistas do Presidente Luís, forçaram que as questões de classe fossem levadas em consideração pelos políticos. A platafor-

⁵⁵ Citações do jornal e do manifesto apud FONT. *Coffee, Contention, and Change*. p. 260-62. Alzira Alves de ABREU e Ivan JUNQUEIRA. “Luís Carlos Prestes”. In: BELOCH e ABREU (ed.). *DHBB*. p. 2816-17. Vide também KORNIS e FLAKSMAN. “Bloco”. p. 401-02. BRANDÃO. *Combates e batalhas*. Quanto aos cortes nos salários dos colonos, vide “Salários nominais médios nas fazendas de café, São Paulo”. *RSRB*. Dezembro de 1931. p. 556. Apud: STOLCKE, *Caféicultura*, 101.

ma da Aliança Liberal de Vargas, pronunciada em 2 de janeiro de 1930, incluía uma seção dedicada “a questão social”, que lembrou algumas das propostas reformistas lançadas no 3º Congresso do PCB. Solicitava com urgência que o governo elaborasse um código trabalhista que servisse tanto a “o proletário urbano como o rural”, e sugeria que a aliança daria aos trabalhadores rurais melhorias nos serviços de educação, residência, nutrição, e saúde. Vargas, como quase todos seus colegas na aliança, não era um homem comum, não era um trabalhador rural, mas uma figura da dominação, calcada nas tradições patriarcais do Brasil. Dono de terras, criador de gado, advogado, e ex-governador do Estado do Rio Grande do Sul, ele astutamente calibrou a retórica do partido para atrair apoio para a sua causa, e diluir a influência dos oponentes esquerdistas.⁵⁶

Contudo, havia mais nas propostas sobre as relações sociais no campo de Vargas que puro expediente político. Como líder da Aliança Liberal, Vargas trouxe uma renovada perspectiva sobre as suas experiências no Rio Grande do Sul – um estado diferente de São Paulo. Como a historiadora Joan Bak argumenta, o Rio Grande do Sul produzia um tipo diferente de cultura política, uma cultura que observou os modelos corporativistas dos italianos e viu benefícios no reforço da cooperação entre as classes, a intervenção do Estado na economia e a criação dos sindicatos – uma forma de organizar grupos de interesse econômico, para representar os patrões como os trabalhadores, dependente no reconhecimento do governo para funcionar legalmente. O grupo gaúcho que marchou para o Rio de Janeiro em favor do cooperativismo era formado tanto por capitalistas quanto por comunistas, rejeitando o modelo de conflito de classes destes e o modelo individualista e competitivo daqueles. Enquanto ocupava o palácio presidencial do Catete, Vargas advogou “a necessidade de uma organização social e econômica, a colaboração dos órgãos de classe no governo moderno e (...) uma economia controlada sem conflito e competição”. Dentro de cinco meses ocupando o posto, o Ministro do Trabalho Lindolfo Collor lançou os primeiros decretos em relação à organização de sindicatos.⁵⁷

⁵⁶ DECCA. 1930. p. 183-205. Este autor dá grande importância à influência do BOC sobre a natureza e caráter da Revolução de Outubro, assim como aos primórdios da administração VARGAS. “A plataforma da Aliança Liberal”. In: Getúlio VARGAS. *A nova política do Brasil*, vol. 1. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938. p. 26-28. Vide também “O programa do Bloco Operário e Camponês do Brasil”, de setembro de 1929, bem como outros textos do 3º Congresso, In: KAREPOVS. “A esquerda e o parlamento”. p. 652-67.

⁵⁷ Joan L. BAK. “Cartels, Cooperatives and Corporations: Getúlio Vargas in Rio Grande do Sul on the Eve of Brazil’s 1930 Revolution”. *HAHR* 63:2. Maio de 1983. p. 273-74. Mais interpretações da revolução em Boris FAUSTO. *A revolução de 1930: Historiografia e história*. São Paulo: Brasiliense, 1970. Ângela Maria de Castro GOMES discute a política inicial do novo regime: “Confronto e compromisso no processo de constitucionalização (1930-1935)”. In: FAUSTO (ed.). *História geral da civilização brasileira*. p. 7-75.

A plataforma original da aliança também revelou a lógica modernizadora e desenvolvimentista por trás das últimas declarações de Vargas sobre os trabalhadores rurais. A economia de exportação de café de São Paulo, a qual abastecia a economia nacional, foi devastada pela depressão de 1930. Para reestruturá-la, a plataforma tomou emprestadas ideias do inovador fazendeiro do café e fundador do PD, Antônio Prado, que enfatizava o controle dos custos de produção. Para fazer com que o café voltasse a ser viável, os fazendeiros precisavam de mão de obra confiável, eficiente e barato. Uma falta de braços, como as elites se referiam aos trabalhadores, era um dos problemas crônicos da economia cafeeira. As condições contemporâneas na Europa e no Brasil fizeram com que os trabalhadores imigrantes se tornassem mais custosos e mais problemáticos do que no passado, e Vargas enfatizava a necessidade de se confiar no poder do homem brasileiro. Ele também professava um desejo de obedecer aos padrões de relações trabalhistas estabelecidos pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), pois o Brasil *dele* aspirava ser um membro em bom conceito na comunidade global, e por isso um melhor receptor de investimento externo, com acesso aos mercados de além-mar. Na verdade, em 1926 o Brasil havia sido criticado pela OIT – mais uma queixa que a oposição tinha contra o antigo governo. Todas essas influências levam à conclusão de que o mercado de trabalho e o processo de trabalho deveriam ser racionalizados, e que o modo de se fazer isso era por meio da intervenção do Estado. Como foi determinado na plataforma da aliança, Vargas prometeu “iniciar quanto antes” políticas trabalhistas para ampliar “a valorização do capital humano, por isso que a medida da utilidade social do homem é dada pela sua capacidade de produção”.⁵⁸

Aumentar a produtividade estava no coração do interesse de Vargas pelos trabalhadores, e a incorporação era o meio pelo qual eles poderiam se tornar capazes de trabalhar mais. Para as centenas de milhares de trabalhadores rurais brasileiros que viviam à margem da política, a legislação social era a ferramenta que os incluiria. Vargas antecipou o lançamento da legislação para todos os trabalhadores: “Tanto o proletário urbano como o rural necessitam de dispositivos tutelares, aplicáveis a ambos, ressalvadas as respectivas peculiaridades”. Faltou entender “os centenas de brasileiros que viviam nos sertões”, milhares de acordo com Vargas, “sem instrução, sem higiene, mal alimentados e mal vestidos, tendo contato com os agentes do poder público, apenas, através dos impostos extorsivos que pagam”. Vargas e outros poderosos contemporâneos agrupavam tanto os pequenos agricultores sem e com terra quanto os que trabalhavam nas fazendas juntos, como trabalhadores rurais, nivelando-os por sua força de tra-

⁵⁸ Citações de VARGAS. “A plataforma”. p. 50-2, 29, 28. Em *Terra prometida*, Linhares e Silva anotam como o projeto da Aliança Liberal dependia na “construção de um trabalhador apto para o capital” (110).

balho em vez de sua humanidade. Evitava utilizar, portanto, a palavra camponês, já parte do discurso promovido pelo PCB. O que era novidade em Vargas, entretanto, era a ênfase que ele colocou na automotivação dos camponeses em geral. Ele prometeu leis que iriam “despertar-lhes, em suma, o interesse, incutindo-lhes hábitos de atividade e de economia”.⁵⁹

Os planos para a criação das políticas do trabalho rural tomaram forma logo depois da revolta de outubro de 1930. No início de 1931, o ministro Collor articulou a filosofia sindicalista do governo, e buscou a organização dos sindicatos dos trabalhadores rurais. “Parecendo certo que não existem sindicatos agrários, de empregados, pelo menos, será indispensável promover a formação de alguns, em vários Estados, quer de empregados, quer de patrões”. Em reunião com os sindicatos dos empregadores da agricultura, as duas classes estariam ajudando a política agrícola do Brasil. Nesse meio tempo, o Ministério do Trabalho reteria a responsabilidade de regular o trabalho comercial e agrícola, de registrar os sindicatos, de organizar a migração dos trabalhadores, e supervisionar a colonização e desenvolvimento das regiões de fronteira agrícola. No fim do ano de 1931, o ministério havia reconhecido 251 sindicatos, somente 6 deles no setor agrícola. No início dos anos de 1930, o governo claramente faltou com o compromisso com a sindicalização rural.⁶⁰

Como entender esta contradição? Como comentam os historiadores Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva, a maioria dos analistas não vê nenhuma contradição nas falhas da política de sindicalização rural porque não vê o governo Vargas como força de ruptura com a oligarquia rural. Neste sentido, afirmam “a exclusão do camponês e do trabalhador rural das considerações políticas do Estado pós-1930” como algo em perfeita harmonia com a predominância histórica dos latifundiários. Esta postura é bem exemplificada nos textos do sociólogo José de Souza Martins:

O governo Vargas (...) estabeleceu com os “coronéis” sertanejos uma espécie de pacto político tácito. Em decorrência, o governo não interferiu diretamente nem decisivamente nas relações de trabalho rural, não as regulamentou, indiferente ao seu atraso histórico, embora ao mesmo tempo, regulamentasse e melhorasse substancialmente as condições de vida dos trabalhadores urbanos.

⁵⁹ VARGAS. “A plataforma”. p. 28.

⁶⁰ O mandato de Collor como Ministro do Trabalho foi influente, polêmico e breve. Vide: Ângela Maria de Castro GOMES. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Vértice/IUPERJ, 1988. p. 175-210. Rosa Maria ARAÚJO. *O batismo do trabalhismo: a experiência de Lindolfo Collor*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981. Quanto ao plano rural, vide Lindolfo COLLOR. “Relatório ao chefe do governo provisório”. 6 de março de 1931. Apêndice. Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC). Lata 46. Fundo da Secretaria da Presidência da República, Arquivo Nacional do Brasil (daqui em diante, *SPR/AN*).

Para Linhares e Silva, contudo, a revolução de 30 representa “o rompimento com o ordenamento agrário-conservador” e o início de uma política de desenvolvimento global que dependia, inevitavelmente, da inclusão dos camponeses e trabalhadores rurais.⁶¹

Para explicar a contradição entre discurso e exercício políticos, Linhares e Silva trabalharam com conceitos gramscianos. Por um lado, tinham políticas implementadas que enfatizaram a incorporação do mundo urbano industrial, inclusive a sindicalização dos operários; por outro lado, tinham uma integração “simbólica” do campo no processo de desenvolvimento orientado pelo governo através de discursos e medidas fragmentadas.

Opera-se, após 1930, uma interessantíssima concomitância da *ação política real* e da *ação política imaginária*, quando a incorporação das massas camponesas à política nacional é realizada através de imagens positivadas do homem do campo e seu trabalho.

Nestas duas frentes de ação, o governo Vargas trabalhou sim a transformação do campo, só que em maneiras diferenciadas. Na cidade, os operários foram vistos como cidadãos em formação e “trazidos para o cenário da organização econômica (...) e política”, enquanto os trabalhadores rurais foram vistos “como agentes políticos passivos, que deveriam sofrer a ação benfeitora do Estado sem ocuparem a cena política como protagonistas”. Na análise dos autores, a administração do Vargas procurou medidas para a incorporação não para a exclusão dos camponeses. A diferença entre sua atitude em frente da cidade e do campo era um de expediência política. “Evidentemente, travar dois combates simultâneos (...) não era um projeto político desejado”, escreveram. “A opção lógica era construir uma ampla base urbana e fabril, (...) e, a partir das cidades, conquistar o campo”. Através de ações imaginárias, como o projeto de sindicalização dos trabalhadores rurais, já se sinalizou a orientação da política desenvolvimentista desejada sem travar uma luta feroz com a oligarquia.⁶²

As pressões na administração eram diversas e, por isso, só pesquisa nas fontes e análise histórica pode resolver o debate sobre a relação entre Vargas, os camponeses e os fazendeiros. É duvidosa que as políticas foram pensadas a par-

⁶¹ LINHARES e SILVA, *Terra prometida*, p. 105-09 e MARTINS. *O poder do atraso*, p. 32. Na página 37 do livro *Ligas camponesas*, o autor Fernando AZEVÊDO nos oferece outro exemplo da posição majoritária: “Se a incorporação e a *participação controlada* das massas urbanas no sistema político constituem as bases de cominação do bloco industrial-agrário, através do Estado populista, no campo, o fundamento dessa dominação baseou-se na *exclusão política e social* dos camponeses e dos trabalhadores rurais” (grifos no original).

⁶² LINHARES e SILVA, *Terra prometida*, p. 111.

tir da posse na maneira representada por cientistas sociais como Souza Martins. Apesar da utilização de nossa pesquisa no desenvolvimento da interpretação de Linhares e Silva, vale a pena lembrar de que o que aparece como uma estratégia bem pensada – de ações imaginárias e reais – devia ter sido a resultada de um processo de forças e atividades históricas.⁶³ Em essência, rejeitamos o argumento sobre a formação de um pacto e a exclusão do campesinato, em preferência por uma pesquisa do processo da formação histórica.

A atenção do governo para a sociedade rural era parcialmente motivada pelas preocupações e pontos de vista da facção mais militante da aliança. Esta era composta por tenentes, um grupo composto primeiramente por jovens militares, muitos dos quais haviam marchado com Prestes pelo sertão brasileiro. Camaradas como Miguel Costa, que havia liderado a marcha junto com Prestes, e João Alberto Lins de Barros, adotaram uma postura pragmática e romperam com o “Cavaleiro da Esperança” de modo a participar do governo provisório de Vargas. Eles organizaram uma sociedade de debates chamada de Clube 3 de Outubro, e se distinguiam como o único grupo dentro do novo governo com disciplina suficiente para preparar um programa abrangente para reestruturar a sociedade brasileira. Com relação aos problemas econômicos agrícolas, o programa dos tenentes exigia que aos trabalhadores rurais fossem garantidos o mesmo conjunto de direitos e benefícios propostos para o trabalho urbano, tais como salário mínimo, indenização para dispensa sem justa causa, e amparo sindical. Os tenentes também argumentavam que os trabalhadores rurais mereciam o direito de compartilhar tanto dos lucros quanto do controle das fazendas onde eles trabalhavam.⁶⁴

São Paulo tornou-se um lugar de teste para o programa tenentista, para o desalento dos paulistas, especialmente para aqueles que apoiaram a revolta de outubro esperando aumentar a autonomia do estado, não diminuí-la. Os líderes do PD ficaram desolados quando Vargas escolheu João Alberto Lins de Barros como o interventor no Estado, em vez de outro de seu agrado. Como um dos tenentes, João Alberto não só advogou o programa do clube para a economia e reforma social, mas também expressou seu ressentimento em relação aos paulistas. Como era nativo do Estado de Pernambuco, ele, como muitos outros do nordeste, acreditavam que São Paulo tratava sua região de forma imperialista, sugando os trabalhadores e matérias primas, forçando os moradores a comprarem manufaturas

⁶³ LINHARES e SILVA, *Terra prometida*, p. 161 n. 107.

⁶⁴ Michael L. CONNIFF. “The Tenentes in Power: A New Perspective on the Brazilian Revolution of 1930”. *Journal of Latin American Studies*. 10:1 (1977). p. 61-82. Clube 3 de Outubro. *Esboço do programa de reconstrução política e social do Brasil* (1932). Apud: CAMARGO. “A questão agrária”. p. 135-6. FAUSTO. *A revolução de 1930*. p. 56-84. Este último texto contesta a sinceridade dos tenentes.

paulistas, como se o nordeste fosse uma colônia da “terra mãe” São Paulo. No início de 1931, João Alberto lançou um decreto, estabelecendo uma agência de serviços sociais para os camponeses – muitos deles eram migrantes nordestinos. As preocupações paulistas aumentaram quando Miguel Costa, chefe de segurança de João Alberto, fundou a Liga Revolucionária para mobilizar o apoio das classes trabalhadoras para o interventor. Ainda mais irritante para os cafeicultores foi um decreto reorganizando o Instituto do Café, uma agência estatal criada em 1924 para reger a indústria, colocando-a sob o controle pessoal do interventor.⁶⁵

OS CAMPONESES E A REVOLTA CONSTITUCIONAL DE 1932

Como costuma acontecer, estas medidas fizeram pouco para incitar o apoio dos camponeses e muito para galvanizar a oposição paulista a Vargas e seu regime. Antagonistas recentes descobriram que odiavam mais o tenentismo que um ao outro. Em julho, os que se achavam os legítimos donos do estado forçaram João Alberto a renunciar, e Vargas começou a lutar para consertar as relações com os antigos aliados no estado. Ele indicou um interventor paulista, e prometeu eleições para os representantes de uma assembleia constituinte. Mas Vargas demorou demais para tomar essas medidas, e, em fevereiro de 1932, os Republicanos e os Democratas de São Paulo superaram suas diferenças para formar uma frente unida em apoio à rápida volta de um governo constitucional. Em maio, Vargas finalmente agendou eleições de representantes para uma assembleia constituinte. Mas a minoria dominante paulista não confiava mais nele e lançou uma rebelião, construindo apoio popular para uma revolta armada em nome do constitucionalismo, um sinônimo de maiores direitos estatais e menor interferência federal em seus assuntos.

Em 9 de julho, os paulistas indicaram seu próprio governador, declararam-se em oposição ao governo central e, mobilizando uma força de mais de cem mil homens, adotaram uma estratégia militar defensiva, colocando tropas por toda a linha divisória do Estado. Vários fatores enfraqueceram as chances dos rebeldes. Como seus antepassados escravocratas, que evitaram às guerras de independência no início do século XIX, com medo de que elas inspirassem uma rebelião de escravos, a moderna classe de fazendeiros evitava ações que pudessem similarmente mexer com a militância urbana. Como o embaixador britânico registra, os rebeldes paulistas estavam “obcecados com o medo de um levante comunista”,

⁶⁵ Jordan M. YOUNG. *The Brazilian revolution of 1930 and the Aftermath*. New Brunswick: Rutgers University Press, 1967. p. 85. LOVE. *São Paulo in the Brazilian Federation*. p. 119. FONT. *Coffee, Contention, and Change*. p. 72-7, 266.

e recrutaram combatentes primeiramente entre os de sua classe. Aparentemente, eles tinham medo de irritar seus próprios recrutas também. O adido militar estadunidense em São Paulo relatou o moral baixo entre “os jovens aristocratas” que se alistaram com entusiasmo, mas, “desacostumados a cumprir ordens”, logo “retornavam para a capital paulista para alguns dias de descanso e recreação”, não sofrendo penalidades por abandonar a frente. Então o recrutamento foi focado nos trabalhadores das cidades do interior. Em São Carlos, Ribeirão Preto e outras cidades consideravelmente grandes na região cafeeira, houve listas monumentais de nomes de dezenas de cidadãos locais que deram suas vidas pela causa da autonomia dos fazendeiros do governo Vargas. Em setembro, quando o fim se aproximava, o total de vítimas estava estimado em 2.100 mortos e 7.600 feridos, fazendo com que o conflito de 1932 fosse muito mais sangrento que a revolta de 1930, na qual houve duas mil vítimas no total.⁶⁶

Informações de histórias pessoais mostram um curioso padrão na resposta dos trabalhadores rurais do interior. Em Barretos, o caboclo Irineu Luís de Moraes respondeu favoravelmente ao chamado dos constitucionalistas. Enquanto que em Batatais, Arlindo Teixeira, filho de colonos cafeeiros portugueses, não se alistou. Como um dos camaradas, Moraes se beneficiou de relações pessoais com os proprietários de terras e agregados como Bonifácio Ferreira, e a velha ordem talvez tenha parecido preferível à disputa de forças de mudança redundante da crise econômica e do advento do governo Vargas. Como colono, Teixeira tinha experienciado os recentes eventos de forma diferente. A crise de 1929 reduziu pela metade a fortuna da família e os forçou a desistir do colonato e mudar para cidade, onde eles buscavam empregos de subsistência. Finalmente, Teixeira tornou-se carpinteiro e voltou a trabalhar como camarada de ofício em algumas fazendas. A dependência e instabilidade da velha ordem não tinham nenhum charme especial para sua família. Desconsiderando suas respostas contraditórias aos fazendeiros em 1932, ambos se alistariam logo em seguida junto às forças comunistas da militância camponesa.⁶⁷

Moraes se lembra de seu envolvimento na revolta com detalhes vívidos. Ele estava trabalhando em uma charqueada quando o movimento iniciou, e se recorda de ter ingressado na revolta não por razões ideológicas, mas porque discutir revolução o animava. “Foi uma coisa pega no ar, assim e, dada a minha vivacidade e vontade, me alistei de vez, sem registro formal”. Transferido para a divisa com Minas Gerais, às margens do rio Mogi Guaçu, ele trocou tiros com as tropas do governo e escapou das granadas atiradas dos aviões ini-

⁶⁶ YOUNG. *The Brazilian revolution of 1930* p. 86. LOVE. *São Paulo in the Brazilian Federation*. p. 120-21. WALKER. “From Coronelismo to Populism.” p. 148-152.

⁶⁷ WELCH e GERALDO. *Lutas camponesas*. p. 40-43. Arlindo Teixeira, transcrição de entrevista com o autor, Ribeirão Preto, 18 de outubro de 1988.

migos. Somente aqui começou a notar que os oficiais do seu batalhão eram todos fazendeiros e pecuaristas de Barretos. Como no caso da sua experiência como o Tenente Coronel Carvalho, ele se lembra de ter escutado conversas entre oficiais que fizeram com que ele se voltasse contra o movimento:

- Não, mas o Getúlio é comunista – comentou um dos fazendeiros.
- Onde você já se viu um governo doido desse – disse outro.
- Onde é que já se viu um trabalhador rural ficar 15 dias parado, e como é que faz? – perguntou um deles.
- Não tem jeito – respondeu outro.

Como durante sua militância na fazenda próxima Alberto Moreira em 1930, Moraes espalhou o que ele havia descoberto entre seus companheiros soldados, aumentando sua consciência: da natureza ideológica da rebelião constitucionalista.

Então – disse a eles – a revolução é contra o Getúlio e inclusive o regime dele.(...) Era um movimento armado para derrubar o Getúlio e voltar para aquilo que existiu antes de 1930. [Os fazendeiros] eram contra o Vargas porque ele trouxe a lei trabalhista, trouxe a lei de férias e trouxe, para as mulheres, o voto. O Getúlio trouxe muita coisa que os fazendeiros não queriam. Ouvi eles reclamando da intenção do governo dar [direitos] para trabalhadores nas fazendas. Aos poucos combinei com mais uns 20 soldados para abandonar aquela porcaria.

Logo depois que ele organizou esta deserção, “estavam todos abandonando” a revolta. O movimento todo acabou em dois meses e pouco, ele explica.

Mais de 50 anos depois da revolta, Moraes se colocou em posição pivô no desmascaramento do caráter reacionário do movimento, e a exposição deste fato às tropas, que então abandonaram o campo de combate, causando o colapso do movimento. Este episódio, como outros incidentes que ele conta, tem um ar entusiasmado, energético, que transcende os erros de fato. Como ele afirma, a luta opunha a velha ordem contra o governo de Vargas, que representava pequenas reformas progressivas. Mas poucas das medidas mencionadas por Moraes haviam sido legisladas – as mulheres que sabiam ler, por exemplo, só adquiriram o direito de voto depois do fim da rebelião – e a extensão das leis trabalhistas aos trabalhadores rurais ainda demoraria décadas. Isto levanta questões sobre a importância de tais políticas tanto para os oficiais fazendeiros quanto para os soldados trabalhadores. Ao contrário do que diz Moraes, a maioria dos historiadores afirma que a revolta tinha mais a ver com a hostilidade paulista com relação às tendências centralizadoras do novo governo, e, quando a paz foi negociada, no final de setembro, o governo Vargas foi bastante indulgente, responsabilizando poucos líderes e dando maior autonomia a São Paulo. Ainda assim, as memórias de Moraes mostram como o evento foi pro-

cessado e lembrado pelos militantes de base; esta memória – ainda que mítica – viria a formar a luta futura no campo.⁶⁸

A revolta de 1932 mostrou o desespero dos líderes de São Paulo em manter seu status como mandantes do seu estado, senão da nação inteira. Da Primeira Guerra Mundial em diante, as mudanças econômicas, demográficas e políticas, que invadiram seu mundo, desestabilizaram a agricultura de larga escala do café, na qual seu poder estava baseado. Como as fronteiras do estado fossem demarcadas, suas terras exaurissem, suas árvores e indivíduos envelhecessem, o mundo dos grandes proprietários de terras inevitavelmente mudaria. Um influxo dos colonos imigrantes recusou uma ordem baseada na escravidão, e eles agarraram a toda e qualquer oportunidade para expandir sua liberdade e autonomia dos fazendeiros. Como os preços do café aumentavam e caíam, e os fazendeiros foram vendendo as terras cansadas, e aqueles colonos que podiam as compravam. Onde os empreendedores criaram oportunidades urbanas de trabalho, os camponeses as seguiam, especialmente os camaradas nascidos no Brasil, que raramente desfrutavam dos arranjos de aquisição de terra em usufruto e dos contratos que os imigrantes ganhavam como direito de passagem para o Brasil.

Brasil estava passando por uma transformação política e econômica. A crescente diversificação da economia rural e urbana ajudou na fragmentação da classe dominante e desmembrou seu projeto de guiar o Brasil no caminho de uma pura vocação agrícola. Diferenças ideológicas entre as elites cresceram e novas organizações da oposição se formaram e apelaram para apoio em grupos bem mais abrangentes que o apoio tradicional dos homens de bens. As lutas dentro da classe dominante abriam canais para mobilização popular. Embora fraco e pouca eficaz na época, os movimentos políticos dos trabalhadores do campo e da cidade sinalizaram uma mudança para a política populista do período após a II Guerra Mundial. Para tomar o seu território político, os camponeses tinham um difícil solo para roçar. A classe dominante tradicional do Brasil ficou comprometida com a ideia de controlar e limitar a participação efetiva dos camponeses. Mesmo assim, os camponeses não pararam de reivindicar políticas apropriadas para melhor as condições de trabalho dos assalariados agrícolas e pequenos agricultores.

⁶⁸ Sobre mito versus realidade em testemunho oral, vide SAMUEL e THOMPSON (ed.). *Myths We Live By*. A revolta de São Paulo é discutida em GOMES. “Confronto e compromisso no processo de constitucionalização (1930-1935)”. In: FAUSTO (ed.). *História geral da civilização brasileira*. p. 7-74. Ângela Maria de Castro GOMES, Lúcia Lahmeyer LOBO e Rodrigo Bellingrodt Marques COELHO. “Revolução e restauração: A experiência paulista no período da constitucionalização”. In: GOMES (ed.). *Regionalismo e centralização política: Partidos e constituinte nos anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. p. 237-337. LOVE. *São Paulo in the Brazilian Federation*. p. 240. WALKER. “From Coronelismo to Populism.” p. 147-53.

2. PREPARANDO O SOLO: TORNANDO-SE UM PROBLEMA BUROCRÁTICO

Fileiras e fileiras de pés de café copados, com suas folhas verde-escuras, seguiam os contornos ondulados do sudeste do Brasil. A cada inverno, eles produziam uma rica colheita de frutinhas vermelhas, brilhantes e arredondadas. Quase todas as cerejas de café, e suas preciosas sementes, tinham uma longa jornada pela frente, pois eram descaroadas, secas, embarcadas, torradas, moídas, empacotadas e passadas, em uma inexorável repetição de etapas, desde os campos do Brasil até os bules de café das cozinhas e lanchonetes dos Estados Unidos.

No início desse processo estava alguém como João Francisco Thomaz, que se autodenominava “operário agrícola” e cultivava 23 mil cafeeiros na fazenda Boa Vista, em 1932 e 1933.

Nós sabemos da existência de Thomaz, diferentemente de milhares de outros camponeses, porque ele reclamou por escrito quando o dono da fazenda onde trabalhava tratou-o injustamente. Como ele explica em uma carta para o presidente Getúlio Vargas de 1934, o fazendeiro não dava a Thomaz crédito ou pagamento, ainda que ele tivesse entregado carregamento em cima de carregamento de frutinhas de café colhidas e prontas para beneficiar. De fato, Thomaz alegava, a fazenda o havia roubado. A Vargas, dizia que havia sido vítima de uma “vingança porque sou sempre conselheiro de todos que sejam com V. Sa.”, enquanto que o fazendeiro sempre criticava o presidente.

Para confrontar o fazendeiro larápio, Thomaz havia buscado a assistência de uma comissão local de arbitragem, que alegou, no entanto, não possuir autoridade para resolver querelas de trabalhadores rurais, e o caso de Thomaz nem foi ouvido.

Embora seja provável que Thomaz tivesse um contrato para trabalhar com o café, o que lhe conferiria direitos para processar o fazendeiro em um tribunal, segundo o Código Civil Brasileiro, o operário escreve que o presidente da comissão de arbitragem o havia aconselhado a “sindicalizar o pessoal para incorporar a liga dos trabalhos”, possibilitando a utilização dos serviços da comissão. Inspirado, Thomaz promoveu agitações junto aos outros trabalhadores, e continuou a confrontar os administradores da fazenda, até que eles cometeram “os barbaridade” de o expulsaram da sua residência na fazenda e o escorraçaram da propriedade. Sem terra, teto e

emprego, Thomaz escreveu pessoalmente a Vargas, pedindo que o governo editasse um código ou estatuto do trabalho rural para ajudar os camponeses a compreender “nossos direitos, nossos deveres, [...] agir de acordo com a opinião de V. Sa.”¹

No seu apelo, Thomaz dirigiu-se a Vargas como “precioso chefe e grandiosíssimo compatriota” dos “pobres e meiros trabalhadores”. Ele buscava em Vargas regras para viver, como as crianças procuram em seus pais parâmetros de conduta e estrutura. Suas frases, e a maneira como descreve Vargas, devem ter agradado o Presidente, pois ele, mais do que qualquer líder brasileiro desde os imperadores do século 19, buscava alcançar a identidade popular de “pai dos pobres”. A linguagem de Thomaz mostra como o discurso da administração revolucionária de 1930 influiu em seu pedido, e talvez em seu pensamento. Vargas representava para ele um porta-voz do povo, e o camponês, em sua carta, tenta generalizar a partir de seu próprio caso. Quando ele expressa seu pedido de “uma clareza dos nossos direitos [...] *nossos* deveres”, ele amplia seu infortúnio para incluir outros trabalhadores rurais. Sua carta busca representar um apelo mais grupal do que propriamente individual. Como Vargas se havia dirigido à “classe de trabalhadores rurais”, Thomaz adotou a identidade de classe.

A carta de Thomaz era uma entre centenas de pedidos de trabalhadores e camponeses submetidos a Vargas entre 1930 e 1945, que foram guardados no arquivo nacional brasileiro. Muitos contêm histórias de partir o coração, tal a brutalidade, sobre perda de posse e destituição, contadas em um tom humilde, mas, ainda assim, exigente. Escritos pelos próprios trabalhadores, ou por intermediários, as missivas a Vargas revelam uma população rural informada sobre a política nacional, e esperando ansiosa que a mudança prometida no campo acompanhasse o ritmo das transformações da cidade. Por um lado, as cartas têm o mesmo teor de outros apelos feitos historicamente a autoridades: o príncipe esclarecido sempre teve a sabedoria de deixar uma porta aberta para seus súditos, e sempre soube que as demonstrações de generosidade e gentileza individuais têm a função de confirmar a autoridade. Por outro lado, elas revelam que o discurso único de Vargas alcançou os camponeses brasileiros, e põe a nu os peculiares dilemas inerentes aos esforços administrativos no sentido de reformar a sociedade rural.

Mesmo que os apelos não tivessem ligação direta e formal com o desenvolvimento da política de trabalho rural, eles ajudaram a preparar o solo, durante os anos de 1930 e 1940, para as sementes do sindicalismo rural. Constituído a mais imediata e vivaz expressão das preocupações dos camponeses disponíveis

¹ João Francisco THOMAZ a Vargas, Processo No. (PR) 1926/34, 7 de junho de 1934, Lata 47, SPR/AN.

para a administração, no período em que se iniciou a reforma do trabalho rural, as cartas ajudaram no reconhecimento das relações de trabalho no campo como uma área problemática, e criaram um pretexto para a ação burocrática. O desejo de “satisfazer” os “apelos, as consultas e as interrogações” que “chegam, repetidos e insistentes”, do interior de Minas Gerais, São Paulo, Mato Grosso, Rio Janeiro, Rio Grande do Sul levou o presidente a criar a Comissão Especial de Estudo para a Sindicalização Rural, a qual fez o esboço do decreto de sindicalização rural de 1944.² Ao investigar a vida interna das fazendas brasileiras, e tentar reorganizar as relações entre patrões e empregados, a burocracia encontrou uma resistência significativa por parte dos fazendeiros. Em 1945, quando Vargas foi forçado a deixar o poder, o que restou dessa discussão foi uma lei da sindicalização rural, revogada; uma estrutura organizacional para os empregadores rurais, controversa; e umas poucas leis regulando o tratamento do trabalhador rural e pequeno agricultor. A reforma dependia, nesta época, do idealismo da classe dominante, mais do que de um estímulo real de um grupo de pressão mobilizado: as mudanças significativas eram, portanto, improváveis. Como dizia Thomaz em sua carta, repetindo uma ideia de um funcionário do governo, as leis só viriam a ser influentes se os trabalhadores rurais se organizassem, de maneira a tirar alguma vantagem delas.

LIDANDO COM OS APELOS DOS TRABALHADORES RURAIS

Dada a variedade de práticas agrícolas no Brasil, e as diversas origens sociais dos trabalhadores, era complicado e difícil moldar a identidade da classe trabalhadora rural. Esta complexidade se torna clara se observarmos a disposição de Thomaz em assumir a identidade de operário, enquanto que muitos na época questionariam até mesmo se ele era um trabalhador. Mesmo a maior família de colonos raramente teria capacidade de cuidar de mais de oito mil árvores anualmente.³ Thomaz, por outro lado, assumiu responsabilidade por quase

² BRASIL. Comissão Especial para a Sindicalização Rural. “O problema da sindicalização rural”, *A Lavoura* (jornal oficial da SNA, baseada no Rio). Abril-junho de 1943, p. 4.

³ HOLLOWAY, *Immigrants on the Land*. Este livro contém uma clara descrição do desenvolvimento do processo do trabalho nas plantações de café. Conforme ele afirma, o trabalho do cultivo e colheita foi significativamente influenciado pelas características ambientais e botânicas dos próprios pés de café. Para produzir mais frutos, a base de cada arbusto devia estar completamente livre de ervas daninhas e capim, o que se assegurava através de uma operação chamada de “carpa” (ou capina). Apesar da disponibilidade de máquinas, a carpa era feita basicamente à mão, com uma enxada, cinco vezes por ano. Os fazendeiros calculavam que um único trabalhador podia cuidar de dois a três mil pés por ano. Dependendo do tamanho da família de colonos, da idade e do sexo de seus membros, e do preparo físico de cada um, os fazendeiros determinavam quantos milhares de pés de café cabiam a cada família cuidar

três vezes mais do que essa quantidade de árvores, alegando ter ajuda de quatro outras famílias e dois empregados para a colheita.

Durante o período de dois anos de contrato com a fazenda, ele deve ter tido ajuda significativa para cultivar e semear tantas árvores. Sua bela caligrafia e sintaxe também desafiavam sua identidade assumida como um dos muitos “meros trabalhadores” da época, já que quatro entre dez fazendeiros, e nove entre dez trabalhadores rurais não sabiam, nesse tempo, nem ler nem escrever.⁴ Na verdade, parece claro que Thomaz era de uma classe intermediária, nem colono nem fazendeiro, mas um empreiteiro contratado para organizar o trabalho – e talvez o capital – necessário para cuidar de uma vasta quantidade de pés.

Embora a carta de Thomaz, uma das mais antigas epístolas rurais encontradas no arquivo, mostre claramente que a retórica do regime populista havia chegado ao campo, ela também mostra o quão ambígua era a mensagem recebida. Vargas alegava se preocupar com o “homem do campo”. Mas este homem era peão, colono, empreiteiro, camponês, fazendeiro, ou todos esses e mais outros? Ainda mais impressionante foi a resposta do funcionário para Thomaz: não se preocupe, ele disse – nós já estamos esboçando uma legislação para regular o trabalho rural.⁵ Era verdade que o ministro do trabalho, Lindolfo Collor, estava trabalhando em um plano para formar os sindicatos rurais em 1930 e que, em 1934 a constituição e a legislação complementar incluíam referências ao trabalho rural, mas décadas se passariam antes que as ambiguidades fossem resolvidas, e a questão dos direitos e deveres legais das diferentes partes fosse esclarecida.

Até os anos de 1940, quando o governo finalmente começou a criar uma série de políticas específicas para o trabalho rural, a maioria dos problemas era tratada ao acaso, com resultados desiguais para os camponeses. Seria justo dizer que a maioria dos trabalhadores era forçada a se acomodar à sua exploração, ao menos em um prazo curto, resistindo ao abuso prolongado e evitando as más situações, em busca de pequenas melhoras nos salários e condições dentro do

(o “trato”). Cada família, representada pelo homem adulto, recebia um pagamento anual pré-estabelecido para cada mil pés. Enquanto que o trato exigia atenção constante e estreita durante todo o ano, a época da colheita ocorria uma vez por ano, entre os meses de maio e setembro. Durante esse período, eram necessários ainda mais trabalhadores para se arrancarem os frutos (a “apanha”), depois limpá-los de gravetos e folhas, e carregá-los para a usina de beneficiamento, onde se retirava a polpa dos frutos, e secavam-se e descascavam-se os grãos, que eram finalmente ensacados para o transporte (p. 28-33).

⁴ Evaristo LEITÃO; Rômulo CAVINA; João Soares PALMEIRA. *O trabalhador rural brasileiro*. Rio de Janeiro: Departamento de Estatística e Publicidade, MTIC, 1937. p. 75-76.

⁵ Diretor Geral da Secretaria de Estado dos Negócios do Trabalho, Indústria e Comércio, para o Sr. Dr. Ronald de Carvalho, Secretaria da Chefia do Governo Provisório, 28 de junho de 1934. In: PR 1926/34 MTIC, SPR/AN.

mercado de trabalho nacional. Alguns trabalhadores rurais buscavam soluções junto às autoridades locais, nos tribunais, ou – como Thomaz – por meio de vários canais, que incluíam até o apelo direto ao presidente. Para cada queixa enviada a Vargas, era instaurado um processo e aberto um arquivo. Pela hierarquia da burocracia até o nível local, aos ministros assistentes e inspetores locais solicitava-se que avaliassem o mérito da queixa do trabalhador, elaborassem um relatório do caso e fizessem recomendações para a resposta de Vargas. A despeito da formalidade do processo oficial, quatro de cada cinco trabalhadores rurais e camponeses de São Paulo que mandavam cartas recebiam resposta do secretário de Vargas, José de Queiroz Lima, negando assistência.

Em contraste à eloquente carta de Thomaz, a carta do ano de 1935, de Bendito Camilo da Silva, era tão ilegível que a secretaria do presidente não a pôde nem encaminhar nem responder.⁶ A evidência apresentada por Silva, para documentar o seu pedido indecifrável de assistência, foi arquivada de acordo com a mesma rotina de sempre. A prova consistia em suas cadernetas agrícolas dos anos de 1931 a 1935, período em que ele era empregado como colono que trabalhou com café e algodão em três fazendas de São Paulo. Podemos apenas especular que Silva acreditava ter sido inadequadamente compensado por seu trabalho. Também é provável que ele confiasse em Vargas, ou visse no presidente seu último recurso, pois suas cadernetas devem ter estado entre suas posses mais preciosas, sem as quais ele não tinha sequer como iniciar uma ação judicial. Ao mandá-las a Vargas, ele entregou sua arma mais valiosa para o “pai dos pobres”.

Muitos dos trabalhadores rurais se voltavam para Vargas quando seus próprios patrões abusavam deles ou violavam seu senso de justiça. Um colono que trabalhava na lavoura do café, José Dário de Oliveira, é um exemplo.⁷ Em 1940, depois de 13 anos de serviço como colono “obediente e cumpridor dos meus deveres” na fazenda de São José, em São José do Rio Preto, São Paulo, Oliveira escreveu ao Presidente para reclamar sobre o seu chefe. Contratando uma pessoa especializada em escrever cartas do Rio de Janeiro, o analfabeto Oliveira era descrito como “um dos mais humildes de miseráveis párias que percorrem as fazendas de café” de São Paulo. Oliveira esperava que o presidente o defendesse em uma disputa com seu antigo empregador. Em resumo, Oliveira havia contraído a doença de chagas (a “moléstia”), o que tinha diminuído sua capacidade de trabalho. O administrador o retirou da fazenda, confiscou seus pertences e reteve o pagamento por seu trabalho em três mil pés de café e um sem número de fileiras de milho. Seguindo as ordens do dono “sírio” da fazen-

⁶ PR 13024/35, 8 de outubro de 1935. Ministério da Agricultura, Lata 29, SPR/AN.

⁷ OLIVEIRA a Vargas, 3 de junho de 1940. PR 1237/40, MTIC, Lata 205, SPR/AN.

da, Moisés Miguel Haddad, o “perverso e bárbaro gerente”, deixou Oliveira e sua amada família sem roupas, utensílios domésticos e camas, deixando “uma família Brasileira em completa nudez”.

A administração do Vargas se envolveu na disputa, pedindo ao advogado distrital de Rio Preto que investigasse, e designando o inspetor regional do trabalho para seguir o andamento do caso. Depois de um inquérito no qual Haddad, seu administrador e Oliveira foram entrevistados, a maioria dos pertences do colono foi restituída. Do início ao fim, o caso levou breves sete meses para se resolver, um feito notável. Contudo, Oliveira, um migrante da Bahia, expressou seu dissabor com o resultado, pois um terço das suas posses ainda estavam nas mãos de Haddad, e nenhuma compensação foi oferecida pelo café e milho que ele e sua família haviam trabalhado para produzir. Desconsiderando essa egrégia negligência – que se respondeu apenas com silêncio, como se o governo estivesse lidando com um ingrato – a intervenção da administração de Vargas certamente deixou Oliveira melhor do que ele estaria caso contrário.

Das reclamações dos camponeses para Vargas que tendiam a receber resultados positivos, a maioria era de colonos, parceiros, arrendatários e outros que pudessem provar que não haviam sido pagos corretamente. Bem frequentemente, esses casos eram resolvidos administrativamente, seguindo um inquérito bem simples a partir do escritório do presidente. O caso se José Dário de Oliveira, discutido acima, exemplifica esta tendência. No fim dos anos de 1950, quando a justiça do trabalho chegou a vários distritos rurais, a vasta maioria das queixas era feita por trabalhadores de fazendas em relação a salários, e os oficiais do tribunal reconciliavam as partes para ajudá-las a chegar a um acordo.⁸

Vargas se apresentava como o superpatriarca do Brasil, usando de uma burocracia intervencionista para reestruturar o existente sistema patriarcal. Sentido isso, os pais se voltavam a Vargas em desespero, quando não podiam mais cuidar das suas famílias e manter a sua própria autoridade. Atacado pela epilepsia, Miguel Turato trabalhou sempre no campo paulista. “Sou um trabalhador do campo e nele me fixei desde a infância”, comentou. Pai de sete filhos, escreveu pedindo o apoio do Estado. Apelando para a empatia de Vargas, Turato acreditava que o Presidente se importasse com “o bem-estar dos Cidadãos brasileiros”. Como pai do país, Vargas entenderia a dor que Turato sentia devido à sua incapacidade de prover o sustento de seus filhos, especialmente dos dois que eram também epiléticos. Mas tanto o Ministério da Agricultura como o

⁸ Troy SPRUIT. “Ribeirão Preto Labor Court Analysis”. Grand Valley State University, 14 de abril de 1993. Documento mimeografado, de posse do autor.

do Trabalho alegaram que o caso estava fora de sua jurisdição. A secretaria do Presidente considerou que não havia mais alternativas, e rejeitou o “humilde apelo” do trabalhador rural.⁹

Como Turato era tão pobre e carente que nem podia se ajudar a si mesmo, e como seu apelo para o nacionalismo não estava ligado a nenhum explorador estrangeiro, como no caso da queixa de Oliveira, Vargas o ignorou. Vargas tendia a dar mais apoio àqueles que estavam ansiosos para trabalhar, mas não o faziam por falta de oportunidade. Quando a necessitada Maria Bernadete Castelo Branco escreveu para o Presidente em 1937 “com frágil e humilde coração” para pedir sua ajuda para pagar as passagens para sua família do Estado nordestino do Maranhão para São Paulo, sete passagens de ida para o porto de Santos foram providenciadas. Muito embora não fosse homem e sua família não fosse tradicional – consistindo nela própria, sua irmã e cinco sobrinhos, Dona Bernadete usou o discurso que recordava os pronunciamentos públicos de Vargas. “Somos pobres”, ela escreveu, “porem novos e cheios de forças e de boas aspirações pelo que desejamos trabalhar muito para a nossa prosperidade e em agradecimento da pátria.” Mais adiante, ela elucidava que sua aspiração era trabalhar em São Paulo, o qual, diferentemente do Maranhão, era “a terra da indústria, do trabalho, do progresso.”¹⁰

Quer tenha escolhido suas palavras intencionalmente ou não, a carta da Dona Bernadete soou certa no Palácio do Catete. Aqui havia sete brasileiros incutidos do desejo de trabalhar, e que queriam entrar no faminto mercado de trabalho de São Paulo. Depois de sua chegada ao porto de Santos, a família era para ser transportada para o interior, para trabalhar em uma fazenda de café do estado.

Enquanto que as queixas dos lavradores tinham um destino um pouco melhor do que aquelas dos assalariados rurais, estes também queriam que Vargas cumprisse sua promessa de mudança. Mas, a reforma agrária radical, prometida em 1930, tornou-se, na prática, um meio de mudar seres humanos de zonas agrícolas pobres ou ameaçadas pelo processo de cercamento causado pela expansão dos grandes latifúndios para regiões fronteiriças. O exemplo mais impressionante foi a marcha para o Oeste, um projeto do Vargas criado em 1938 para encorajar a ocupação territorial do interior e assim a “concretização” da

⁹ “Central ao programa de modernização e de centralização política de Vargas, havia a expansão gradual da noção de interesse público, de modo que viesse a abranger áreas que haviam sido até então consideradas privadas (ajudando, assim, a usurpar o poder da oligarquia rural, e estabelecer o controle governamental sobre as massas urbanas ascendentes)”. Susan K. BESSE, *Restructuring Patriarchy: The Modernization of Gender Inequality in Brazil, 1914-1940*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1996, p. 3-4. Sobre Miguel Turato, vide PR 12191/40, 25 de maio de 1940. MTIC, Lata 207, SRP/AN.

¹⁰ PR 29603/37, MTIC, Lata 129, SPR/AN.

Nação.¹¹ Em São Paulo, onde a plantação comercial de algodão, açúcar e café era predominante, e os mercados de exportação eram facilmente alcançados, os camponeses que tomaram a sério a promessa de reforma agrária de Vargas encontraram a decepção. Dezenas deles escreveram para o presidente, em busca dos títulos de propriedade das terras.

Em um caso, Marciano Martins Nantes, um analfabeto, porta-voz de 20 famílias de autodenominados colonos, viajou quase mil quilômetros para tentar ver Vargas pessoalmente. De chapéu na mão, aguardou perto do Palácio do Catete, no Rio de Janeiro, até ser informado de que o presidente estava na residência de verão, em Petrópolis.¹² Frustrado, Nantes voltou para casa, onde ele contratou um intermediário para escrever seu pedido. Em uma carta, datada de abril de 1941, Nantes explica que, por um período de 15 anos, ele e seus companheiros caboclos limparam e cultivaram uma terra desabitada perto de Presidente Prudente, conhecida como fazenda Santa Guilhermina, no Pontal do Paranapanema. Então, de repente e inexplicavelmente, o engenheiro Eugenio Iecca apareceu, fez o levantamento topográfico, e declarou que Nantes e seus vizinhos eram invasores. Nantes entrou na justiça, mas depois de oito meses não se havia chegado a nenhuma decisão, e os camponeses foram expulsos de suas terras e casas.

Antes que Vargas respondesse, o juízo decidiu contra Nantes e seus parceiros. A sentença diz que a terra que eles haviam tornado valiosa pelo seu suor e tributo pertencia à outra pessoa. O título originalmente era de 1854, e a terra passou por várias mãos, até a entrada de Nantes com o seu processo.¹³ Sabendo do caso, um suposto descendente do dono do título decidiu declarar seus direitos sobre a propriedade, para evitar que a terra fosse dada a Nantes, ou ao Estado (as “terras devolutas”). Conforme a descrição de Nantes, os camponeses foram violentamente expulsos da terra, pela polícia e capangas, e suas casas foram derrubadas, seus animais mortos e suas plantações queimadas.

Enviada um ano mais tarde, a resposta de Vargas, como as outras, levava a assinatura de Queiroz Lima. Com polidez e eficiência, Queiroz Lima meramente reescreveu a sentença do tribunal. Por intermédio de Nantes, nós podemos concluir que a ideia de reforma agrária de Vargas era bem diferente da

¹¹ Alcir LENHARO. *Sacralização da política*. Campinas: Papyrus, 1986, p. 56.

¹² PR 13859/41, Secretaria da Justiça e Negócios do Interior do Estado de São Paulo, Lata 388, SPR/AN.

¹³ A data suposto título de terras e o fato de que apareceu no contexto da expulsão dos camponeses não deixa quase dúvida de que Nantes havia sido vítima de grilagem, uma consequência típica da lei de 1850 sobre a terra: indivíduos com poder político criavam falsos documentos para obterem terras públicas indevidamente. Sobre o caso específico do Pontal, vide José Ferrari LEITE. *A ocupação do Pontal do Paranapanema*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1998.

vislumbrada pelos pequenos posseiros de terra em São Paulo. Na prática, os direitos decorrentes do uso da terra não chegavam a ser tão importantes quanto os direitos da burocracia. O Presidente parece nunca haver usado seus poderes para derrubar uma regra administrativa anterior. Ainda mais, se os tribunais estavam envolvidos, a secretaria sempre registrava a inabilidade do Presidente em intervir nos processos judiciais.

Mesmo que Vargas não demonstrasse paixão por lidar com esses casos, sua política nem sempre foi a favor dos poderosos contra os fracos. Em 1942, por exemplo, um administrador de 4.513 hectares de terra perto de Santo Anastácio, também no Pontal do Paranapanema, reclamou que o Estado havia injustamente adquirido a área, e Vargas ordenou o inquérito de rotina.¹⁴ A busca do título de propriedade demonstrou que ninguém nunca havia comprado as terras do Estado. As autoridades federais confirmaram a decisão do Estado: a terra havia sido contratada pelo administrador, Elias Nascimento, pela empresa Colonizadora “Irmãs Teixeira”, com base em uma escritura falsa. Neste caso e em outros, a administração de Vargas defendeu o procedimento, o regulamento e o precedente, mesmo que isso significasse decepcionar os grandes interesses de Nascimento, e da empresa de colonização representada. Amplamente preocupado em estabelecer a legitimidade e autonomia do governo, Vargas foi obrigado a confirmar o valor da burocracia. Um governo que rotineiramente ignora títulos de terras e comanda com força as estruturas de poder local não pode esperar ter sucesso em cumprir com seus programas. Tratar os precedentes judiciais casuisticamente talvez deslegitimasse suas próprias iniciativas, e as preparasse para serem revertidas, uma vez que o novo governo assumisse.

INCORPORANDO O CAMPESINATO

A política de trabalho rural da administração Vargas pode ser vista como um modo gradual de inserir o governo federal ainda mais profundamente nas relações sociais rurais para garantir a modernização. Este era um assunto particularmente controverso em São Paulo, onde a intervenção do governo federal, tanto nas políticas agrícolas como industriais, havia contribuído para a revolta de 1932. Entretanto, esse assunto estava, desde então, temporariamente posto de lado, e as cartas para Vargas mostravam que os problemas rurais não haviam diminuído. Como a carta do empregado de café Thomaz, datada do ano de

¹⁴ PR 32443/42, Secretaria da Justiça e Negócios do Interior do Estado de São Paulo, Lata 388, SPR/AN.

1934, demonstra, exigia-se do governo que apresentasse um pacote de direitos e deveres que afirmassem a noção de Vargas de como a sociedade rural deveria funcionar. Mas a tradição antiestado permanecia forte no campo, como o costume de ver nos fazendeiros de café os mestres de seus próprios domínios. Enquanto que a administração continuava a afirmar sua autoridade no nascente setor industrial, com resultados mistos, sua influência em estabelecer o setor agrícola foi mínima durante os anos de 1930.¹⁵ Mesmo em 1937, quando Vargas apoderou-se de poderes ditatoriais e instituiu o Estado Novo, semifascista, seu governo hesitou em tomar as rédeas da sociedade rural.

A Carta corporativista de 1937, assim como a Constituição de 1934, revelava a intenção do governo de promover a formação de sindicatos rurais. O decreto-lei 24.694, de 12 de julho de 1934, instituiu o regulamento dos sindicatos de empregados autônomos para aqueles “que explorem o mesmo gênero espécie de atividade agrícola, industrial ou comercial”. Ainda que o decreto não tenha tido efeitos práticos, a Carta de 1937 persistia em amontoar juntos sob a lei os trabalhadores agrícolas e os outros trabalhadores. Entretanto, o artigo 57 da Carta deixou espaço para maior desenvolvimento de uma lei única para a organização social da agricultura, e a legislatura escolheu interpretá-la dessa forma. Assim sendo, quando a lei de sindicalização foi decretada (Decreto-Lei 1.402, de 5 de julho de 1939), ela especificamente excluiu o setor agrário, determinando que “as associações sindicais de grau superior da Agricultura e da Pecuária serão organizadas na conformidade do que dispuser a lei que regular a sindicalização dessas profissões”. Enquanto continuasse a exclusão dos trabalhadores rurais, a questão não morreria. Na verdade, fica claro que muitos líderes agrícolas queriam uma lei para o setor que fosse capaz de torná-lo mais conectado com o Estado, e, portanto, mais

¹⁵ Há um vivo debate entre os historiadores, com relação à assistência do governo aos trabalhadores industriais durante os anos de 1930. Há diferentes opiniões sobre a extensão do benefício (ou malefício) trazido pelas políticas de Vargas à eficácia dos sindicatos trabalhistas em suas funções de organizações da classe trabalhadora. Quando pesada em seus pontos positivos e negativos, as provas, senão as opiniões, levam a crer que as políticas de Vargas ajudaram – ainda que não intencionalmente – os trabalhadores. Algumas discussões interessantes e bem-informadas podem ser encontradas em John D. FRENCH. *Afogados em leis: A CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros*. Trad. Paulo Fontes. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001 e John D. FRENCH. “The Origin of Corporatist State Intervention in Brazilian Industrial Relations, 1930-1934: A Critique of the Literature”, *Luso-Brazilian Review*, 28:2 (1991), p. 13-26. Vide também: GOMES. *A invenção do trabalhismo*. WOLFE. *Working Women, Working Men*. Yousef COHEN. *The Manipulation of Consent*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1990. Bárbara WEINSTEIN. *For Social Peace in Brazil: Industrialists and the Remaking of the Working Class in São Paulo, 1920-1964*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1996.

influyente na política nacional.¹⁶ Nesse meio tempo, o comitê de legislação social da Câmara dos Deputados encomendou um estudo detalhado da nacionalidade dos trabalhadores rurais. Publicado em 1937 pelo Ministério do Trabalho, o relatório continha estatísticas elaboradas sobre preços e salários, e recomendações para mudanças.¹⁷

Embora seja duvidoso que os camponeses tenham lido tais relatórios, as cartas escritas para Vargas mostram que o debate da classe dominadora sobre o papel do Estado no campo inspirava os trabalhadores individuais a buscarem justiça escrevendo para Vargas. Ações coletivas eram um tanto menos frequentes, não registradas ou mantidas ou escondidas em arquivos não registrados. Um acontecimento veio à tona durante a pesquisa para este livro, demonstra como os trabalhadores nas fábricas que processavam produtos agrícolas percebiam-se como beneficiários das reformas, e conseguiram evitar que pelo menos um trabalhador rural fosse excluído da lei.

Em 1937, Irineu Luís de Moraes usou sua liderança de uma organização de trabalhadores em uma indústria agrícola para ajudar um indivíduo que havia sido definido como um trabalhador rural, de modo que os benefícios da lei lhe fossem negados.¹⁸ Moraes, que havia ingressado no PCB logo após a confusão na rebelião de 1932, era então presidente da Associação Profissional de Trabalhadores da Indústria de Fabricação de Óleo de Algodão em Araraquara. Ainda que estivesse no aguardo para ser oficializada pelo governo como sindicato certificado para representar os trabalhadores da indústria do óleo, Moraes se arriscou em usar a associação para ajudar um motorista de caminhão da Usina de Açúcar Itaquê. A lei federal de trabalho desencorajava a formação de sindicatos com categorias industriais mistas; um sindicato não poderia servir tanto aos processadores de óleo quanto aos trabalhadores da usina de açúcar. A despeito da lei e das precárias condições legais da associação em si, Moraes e o comitê executivo marcaram uma reunião dos membros e pediram seu apoio para o trabalhador que buscara ajuda. Embora o caso tenha posto a associação em conflito com um dos homens mais poderosos da região – o comendador Paulo Reis de Magalhães, político, criador de gado, fazendeiro de café e dono da Usina Itaquê – os membros se recusaram a

¹⁶ Os dois decretos-lei são citados em Péricles Madureira de PINHO, *O problema da sindicalização rural*. Rio de Janeiro: n.p. p. 91 e 94. Pinho, um jovem produtor de açúcar, educado, expressa o entusiasmo de alguns dos fazendeiros diante da sindicalização legal de sua classe. Como isto deveria ocorrer, e como deveria afetar os trabalhadores rurais, é visto com mais detalhe adiante.

¹⁷ LEITÃO *et al.*, *O trabalhador*.

¹⁸ O caso seguinte se baseia no relato constante em WELCH e GERALDO, *Lutas camponesas no interior paulista*, p. 50-55.

apreciar as distinções formais entre as categorias de trabalhadores, e aprovaram o envolvimento do sindicato incipiente no caso.¹⁹

O motorista, seu nome agora esquecido, já tinha trabalhado por muito tempo para Magalhães, quando foi demitido. Para evitar as regulamentações do governo para a demissão de empregados industriais, a usina designou-o como trabalhador rural. De acordo com a lei, os trabalhadores da indústria tinham direitos a férias anuais remuneradas, aviso prévio e pagamento indenizatório, em caso de descumprimento dessas obrigações, mas os trabalhadores rurais não gozavam de nenhum desses benefícios. Argumentando que o homem havia sido erroneamente enquadrado como não sendo trabalhador industrial, Moraes enviou uma carta para o Departamento Regional do Trabalho. Finalmente, uma reunião foi agendada entre o sindicato e o representante estatal do trabalho, Coutinho Sampaio Viana; o gerente da usina, Miguel Escavandela; e, sobretudo, o Comendador em pessoa.

Aproveitando esta oportunidade única para um confronto direto com um poderoso empregador, Moraes encorajou uma quantidade de membros da associação a ir à reunião, para aumentar a pressão em favor do empregado. Saudado por uma multidão, o fazendeiro e seus aliados tentaram manter a autoridade, tomando controle da reunião. Na memória de Moraes, Viana leu a carta da associação em voz alta e negou as acusações uma a uma. Satisfeito com sua apresentação, Viana e Magalhães já se preparavam para abandonar a sala do sindicato, quando Moraes dirigiu-se a eles. “O que é isso?” ele se lembra de ter perguntado. “Onde vocês pensam que vão?” Chocado pela grosseria de Moraes, Viana se defendeu, utilizando sua posição: “Você não sabe com quem está lidando?” ele perguntou, pois o Comendador não era um homem comum. “Sim”, disse Moraes, “é com ele que eu quero falar.” Apresentando os fatos do caso, Moraes silenciou Viana e tomou as rédeas do procedimento. Quando ele terminou, Magalhães se recusou a reconhecer os méritos da causa e concordou que ela somente poderia ser resolvida em juízo. Mantendo a sua compostura, ele e os outros deixaram a sala de reunião.

Logo após, um mensageiro chegou para pedir a Moraes que viesse rapidamente encontrar o Comendador em seu hotel. No encontro, Magalhães ofereceu para pagar o que pedia o motorista de caminhão de modo a evitar futuras complicações. Na opinião de Moraes, este resultado foi uma grande vitória para os trabalhadores organizados, e serviu como catalisador para o envolvimento da associação em numerosas e variadas demandas. Este episódio permaneceu na lembrança de Moraes como uma lição de quão poderosa pode ser a classe trabalhadora uni-

¹⁹ A memória de Moraes, no caso da pessoa de Magalhães (1916-1996), foi conferida em Luis Eduardo Reis de Magalhães. Museu da Pessoa.
<<http://www.museudapessoa.net/MuseuVirtual/hmdepoente/depoimentoDepoente.do?action=ver&idDepoenteHome=5575>>. Acesso 13 de agosto, 2009.

da, e também revela a transição que estava então acontecendo nas relações sociais rurais de São Paulo: os trabalhadores que exigiam respeito agora tinham a chance de receber tratamento digno, especialmente se estivessem organizados.

O “CLÁ FAZENDEIRO”

Por várias razões – muitas relacionadas às várias pressões da II Guerra Mundial –, o início dos anos de 1940 provou ser um momento propício para Vargas renovar seus esforços no sentido de incorporar formalmente a sociedade rural. Em maio de 1941, Vargas dirigiu sua atenção ao “homem do campo”. Falando no estádio de futebol do Vasco da Gama, no Rio de Janeiro, Vargas renovou sua preocupação com os problemas dos trabalhadores rurais para uma assembleia de trabalhadores urbanos muitos recém-chegados do campo. Ele anunciou a intenção do governo de ver os trabalhadores agrícolas desfrutando das melhoras estruturais e sociais que sua administração havia se esforçado para pôr à disposição dos trabalhadores da indústria e comércio desde 1930.

Mas, não terminou a nossa tarefa. Temos a enfrentar, corajosamente, sérios problemas de melhoria das nossas populações, para que o conforto, a educação e a higiene não sejam privilégios de regiões ou de zonas. Os benefícios que conquistastes devem ser ampliados aos operários rurais, aos que, insulados nos sertões, vivem distante das vantagens da civilização. Mesmo porque, se o não fizermos, correremos o risco de assistir ao êxodo dos campos e superpovoamento das cidades – desequilíbrio de consequências imprevisíveis, capaz de enfraquecer ou anular os efeitos da campanha de valorização integral do homem brasileiro, para dotá-lo de vigor econômico, saúde física e energia produtiva.

Vargas era um orador astuto. Ele falava para despertar o senso de justiça e igualdade da sua plateia, assim como seus medos. Para uma assembleia de trabalhadores recém-chegados na cidade, o discurso deve ter alimentado os sonhos de retorno do camponês ao campo. Por outro lado, seu discurso avisava aos trabalhadores urbanos de que, se o padrão de vida no campo não fosse igual ao da cidade, os trabalhadores urbanos podiam esperar ver suas condições de trabalho pioradas pela competição resultante da emigração de trabalhadores rurais. Uma migração rural potencial, Vargas disse, ameaçava o objetivo do governo de fortalecimento econômico e físico da classe trabalhadora, de modo a aumentar a produtividade nacional.²⁰

²⁰ Discurso de Getúlio VARGAS, *A nova política do Brasil*, vol. 3. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940. p. 255-63. Ao delinear os benefícios conquistados para o trabalho urbano, Vargas especificou a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio; a “lei dos dois terços”, dando preferência aos de nacionalidade brasileira no preenchimento de vagas no mercado de

Uma conferência de alto nível sobre a legislação social aconteceu duas semanas depois do discurso. Nela, representantes do Ministério do Trabalho, advogados e fazendeiros debateram a extensão da lei dos trabalhadores urbanos para os trabalhadores rurais. Para muitos fazendeiros, a verdadeira vocação do Brasil era a agricultura, e a indústria urbana introduzira valores estranhos, especialmente as relações entre as classes. No desenvolvimento do sistema corporativista das relações industriais, exigia-se que trabalhadores e chefes definissem seus interesses em separado e, no processo de defendê-los frente a mediadores do Estado, ambas as partes deviam chegar a um compromisso e identificar interesses comuns. Os donos de terras temiam que esse sistema estimulasse a luta de classes no campo onde, de acordo com eles, as relações íntimas entre trabalhadores e chefes acabavam com as barreiras de classe. Eles se recusavam a ver o paternalismo como um sistema incipiente de relação de classes. Apenas os sindicatos que uniam fazendeiros e trabalhadores em grupos de interesse unitários ganharam o apoio dos donos de terra. Mas os empregados do governo rejeitaram arduamente esta ideia, porque ela legitimaria as relações tradicionais da sociedade rural, reforçando as elites agrárias que questionavam a visão econômica e o poder de Vargas.²¹

Dentre os participantes do I Congresso Brasileiro de Direitos Sociais, incluíam-se os fazendeiros de café de São Paulo João C. Fairbancks e Francisco Malta Cardoso, porta-vozes do poderoso SRB, e Pericles Madureira de Pinho, um advogado e polemista, ligado com os cultivadores de cana-de-açúcar e usineiros da Bahia. Embora argumentassem contra a aplicação das leis de trabalho urbano ao campo, eles não se opunham ao conceito de incorporar a sociedade rural à estrutura corporativista do Estado Novo. Reunidos em São Paulo durante uma semana, estes homens se juntaram a outros reformistas sociais, no debate de um vasto número de questões relacionadas à reorganização corporativista da política econômica do Brasil. Concordando que a organização social “racional” era fundamental ao progresso econômico do Brasil, eles fizeram suas contribuições de forma muito mais cooperativa que em um tom de confronto. Como o congresso havia

trabalho; os sindicatos; a seguridade social; as horas de trabalho regulamentadas; a “regulamentação do salariado de mulheres e menores”; as férias pagas; assistência médica; “restaurantes populares”; e o “salário mínimo” (260). Na parte inicial do discurso, Vargas anunciou a criação da Justiça do Trabalho (261). Como veremos adiante, este departamento do judiciário tornou-se, posteriormente, um importante instrumento, através do qual se conseguiu realizar o objetivo de estender as leis trabalhistas do país às áreas rurais.

²¹ Contribuições para o debate podem ser encontradas em: Instituto de Direito Social, *Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Direito Social*, 4 volumes. Rio de Janeiro: Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho, 1943-5. A conferência é discutida em: Clifford A. WELCH. “Rural Labor and the Brazilian Revolution in São Paulo, 1930-1964”. Tese de doutorado, Duke University, 1990. p. 22-38.

sido convocado pelo regime de Vargas, os colaboradores ocuparam-se muito mais com o refinamento do sistema corporativo do que com as críticas. “Por que”, Fairbancks pergunta, “em época de tão rica e abundante legislação social aplicável as atividades Urbanas do Comércio e da Indústria pouca coisa, quase nenhuma, aparentemente se faz analogamente em benefício da atividade agrícola?”²²

Os porta-vozes dos agricultores argumentavam que os problemas da sociedade rural eram únicos, e que os modelos de solução de problemas desenvolvidos para a sociedade industrial e comercial não podiam ser aplicados às áreas rurais sem um estudo e adaptação cuidadosos.²³ Ainda mais, eles se aproveitaram da ambiguidade do discurso de Vargas para dar maior ênfase aos problemas produtivos gerais do que aos problemas específicos e às condições dos camponeses. No seu discurso, Vargas não só falou sobre os problemas dos “operários rurais”, mas também daqueles “camponeses sem gleba própria”. Para os primeiros, ele pediu a extensão das leis ao trabalho rural; para os últimos, ele ofereceu um programa de assistência, para ajudá-los a encontrarem e cultivarem suas terras em colônias agrícolas federais principalmente localizadas no noroeste do país. Isso fazia parte da marcha para Oeste. Justificando seu programa de reforma agrária, Vargas falou:

É necessária à riqueza pública que o nível de prosperidade da população rural aumente para absorver a crescente produção industrial; é imprescindível elevar a capacidade aquisitiva de todos os brasileiros – o que só pode ser feito aumentando-se o rendimento do trabalho agrícola.²⁴

Cardoso e outros fazendeiros ampliaram o programa, que Vargas havia apresentado como motivo para estimular os níveis de consumo do “homem do campo” em geral, e a aplicaram à agricultura de larga escala. Assim, a ligação entre o aumento da produção dos camponeses e os salários dos trabalhadores tornou-se um argumento para aumentar da mesma forma o rendimento das fazendas. Em outras palavras, eles interpretaram Vargas como se ele estivesse dizendo que o problema crítico era aumentar a produtividade e renda da agricultura, não necessariamente a renda dos camponeses.

Sem nenhum representante do campesinato à mão que pudesse defender interpretações alternativas, estas táticas possibilitaram que os fazendeiros desviassem a atenção dos problemas internos da sociedade rural para o mundo externo. Enquanto que os funis na atividade industrial poderiam ser considerados culpa-

²² João C. FAIRBANCKS. “Tese oferecida ao primeiro congresso de direito social”. In: *Anais*, 3: 191.

²³ Francisco M. CARDOSO. “Aplicação das leis sociais às classes agrárias”. In: *Anais*, 3, p. 220-22.

²⁴ VARGAS. *A nova política do Brasil*. V. 3, p. 261-62. Para uma discussão sobre a marcha, vide LENHARO. *Sacralização da política*. p. 53-74. Vide também Alcir LENHARO. “A terra para quem nela não trabalha”. *Revista Brasileira de História*. 6:12. Março-agosto de 1986. p. 47-64.

dos dos conflitos entre capital e trabalho, este não era o caso da agricultura. De acordo com Fairbancks, a questão dos direitos sociais era somente uma – resolver a injusta exploração da agricultura pelos capitalistas industriários, comerciantes e outros especuladores (“maquinistas”). Quanto à desigualdade entre fazendeiro e trabalhador dentro da sociedade rural, sua existência era negada. As fazendas “formavam-se, sob a maior solidariedade de interesses econômicos e mais íntimo contato entre ‘patrão’ e ‘operário’”. Fairbancks mais tarde alega que, longe de serem mais pobres do que os fazendeiros, os trabalhadores rurais frequentemente tinham mais dinheiro vivo do que os empregadores. Para Cardoso, os trabalhadores do café não eram meros trabalhadores assalariados, mas companheiros de trabalho do fazendeiro. Ainda mais, o trabalho rural era somente um estágio temporário na aquisição de terras. “O ‘operariado rural’ no Brasil”, escreveu Fairbancks, “há de ser compreendido como situação provisória, estado potencial e preparatório a proprietário”. As leis de trabalho parecem artificiais neste cenário: legislação útil era aquela que fosse feita para facilitar a compra das antigas terras onde se plantava café por pequenos produtores, que se tornariam assim disponíveis sazonalmente para trabalhos nas fazendas das redondezas, e para promover a compra, pelos fazendeiros, dos terrenos na fronteira, onde “o ‘baiano’ incansável” poderia ser empregado no “espetáculo grandioso” de fundar novas plantações.²⁵

Os fazendeiros, na reunião, negaram o papel das forças de mercado nas relações entre os donos de terra e os trabalhadores rurais, enfatizando, ao contrário, os “interesses convergentes e complementares” de cada um.²⁶ Ao atrelarem os rendimentos tanto dos fazendeiros quanto dos trabalhadores à exploração bem sucedida da terra, eles negavam a questão da mais-valia. O porta-voz dos fazendeiros argumentava, essencialmente, que a agricultura brasileira era um capitalismo híbrido: “Toda a questão reside ‘na possibilidade econômica da exploração’, assegurando ao patrão ou empregador lucros razoáveis, capazes de permitir por sua vez, uma repartição equânime de bem-estar e segurança social, com os trabalhadores ou empregados agrários”.²⁷ Entretanto, este conceito não os levou a defender a exclusão do trabalho rural do sistema corporativo. Ao contrário, a profunda coesão da sociedade rural era a base do argumento pela inclusão da agricultura no sistema corporativo de sindicatos representativos estabelecido pelo Estado Novo.

O que preocupava os fazendeiros de São Paulo era a sua percepção de uma falta de influência junto ao governo federal. Eles não queriam ver as ideias de Vargas para a organização da sociedade rural postas em prática sem que eles fossem ouvidos. Melhor ainda, se novas leis agrárias estavam para ser lançadas, eles que-

²⁵ FAIRBANCKS. “Tese oferecida.” p. 193-96. CARDOSO. “Aplicação das leis sociais.” p. 214.

²⁶ FAIRBANCKS. “Tese oferecida.” p. 193.

²⁷ CARDOSO. “Aplicação das leis sociais.” p. 218.

riam escrevê-las. Fairbancks protestou contra a exclusão dos representantes dos cafeicultores paulistas no esboço do esquema de sindicalização rural que havia sido composto por fazendeiros do nordeste e pela SNA, a antiga organização de plantadores concorrente da SRB.²⁸ “Há uma única solução”, Fairbancks defendeu no congresso: “a sindicalização obrigatória”. De acordo com o artigo 140 da Carta corporativista de 1937, todos os setores da economia deviam se organizar em sindicatos específicos, por produtos. Dentro do setor agrícola, haveria sindicatos separados para plantadores de café, plantadores de cana-de-açúcar, e assim por diante, e, paralelamente, sindicatos para os trabalhadores de cada uma dessas categorias. “Os sindicatos terem advogados ativos”, Fairbancks explicou, “tão mais ativos e enérgicos, quando é certo que os juízes e tribunais (...) criam as maiores resistências ao reconhecimento do sindicato como órgão do Estado”.²⁹

Ao advogar pela causa da organização sindical da agricultura, Fairbancks não expressou reserva quanto à possibilidade da formação de sindicatos de trabalhadores rurais. Ou ele acreditava na sua retórica, na tranquilidade e consenso da sociedade rural, ou raciocinava que a força superior da economia, e a organização dos donos, iriam garantir sua dominação sobre a corporação agrícola. Bem provável era que ele vislumbresse sindicatos agrícolas únicos, que unissem tanto trabalhadores como chefes, os então chamados sindicatos mistos. Pinho revelou que o esboço de lei de sindicalização rural da SNA seguia esta linha. Para equilibrar, a legislação proposta requeria que cinco membros de cada categoria de “empregadores, empregados e trabalhadores por conta própria” se reunissem para que o sindicato recebesse reconhecimento do governo. Este sindicato misto então arbitraria contratos entre os trabalhadores e os chefes, e entre os donos de terras e os arrendatários. “É que não existe divisão de classes nas atividades rurais”, Pinho explicou, cunhando o termo “clã fazendeiro” para descrever a natureza familiar das relações de trabalho na fazenda. Ele reiterou o argumento de Fairbancks, de que a agricultura era vítima de bancos e especuladores; para reconstruir a produtividade agrícola, dever-se-ia permitir que os trabalhadores rurais e os chefes ficassem juntos, para lutarem contra o pária

²⁸ Pinho revelou durante o congresso que ele e Arthur Torres filho, presidente da SNA (fundada em 1897 e sediada no Rio de Janeiro), haviam feito uma proposta ao Ministério da Agricultura com relação à formação de sindicatos rurais, no início de 1941. Apesar de ainda não terem recebido resposta, o fato do governo ter pedido à SNA, e não à SRB (fundada em 1919 e sediada em São Paulo), que elaborasse uma lei sobre esta questão tão delicada, era um fato que preocupava os paulistas. Para os fazendeiros de café de São Paulo, a inclusão da agricultura estava não apenas lenta demais como demasiado influenciada por um grupo que eles não podiam aceitar como sendo representativo. Péricles Madureira de PINHO, “Fundamento da organização corporativa das profissões rurais”. *Anais*, 4. p. 76-77.

²⁹ FAIRBANCKS. “Tese oferecida.” p. 202.

capitalista. Empregadores rurais e senhores de terras liderariam o clã – a hierarquia esboçada na lei proibia analfabetos, brasileiros naturalizados e estrangeiros de servirem ao sindicato como representantes de qualquer tipo. “Todas essas circunstâncias devem ser consideradas em estudo para uma lei que vai reunir em associação, sindicato e depois em corporação, o empregador economicamente débil e o empregado em condições de vida quase miseráveis”.³⁰ Estes porta-vozes da agricultura parecem fazer seu futuro depender da combinação obrigatória com os trabalhadores.

DIVIDA, CONQUISTE E DESENVOLVA

Era exatamente este tipo de combinação – os trabalhadores unidos com uma oligarquia revitalizada – que Vargas parecia mais querer evitar. Parte da justificativa para o golpe de 1937 era a necessidade de manterem os trabalhadores rurais longe da mão manipuladora dos coronéis e mais perto do Estado. Falando diretamente para os trabalhadores no estádio do Vasco da Gama em 1941, Vargas queria pular os comunistas, fascistas e os grandes senhores, especialmente os fazendeiros de São Paulo, para chegar diretamente nos ouvidos dos camponeses. Ideias similares estavam por trás do programa de rádio “A Hora do Brasil”, desenvolvido por sua administração e que o seu Ministro do Trabalho, Alexandre Marcondes Filho, usou amplamente durante o início dos anos de 1940. Falando diretamente aos trabalhadores, o ministro incentivou-os a exigirem seus direitos, enquanto ajudava Vargas a construir um novo Brasil, reftreando comportamentos destrutivos, como as greves.³¹ Para Vargas, a mudança começaria não apenas por meio da sindicalização, mas também pelas leis do trabalhador rural – direitos sociais – que os sindicatos dariam aos trabalhadores o poder de assegurar.³²

Vargas tinha interesses tanto econômicos como políticos por trás deste programa de reforma da sociedade rural. Por um lado, almejava estimular a economia, e, por outro, minar o poder da oligarquia fazendeira. Ao introduzir

³⁰ Este projeto de lei foi publicado, sob o título de “Anteprojeto de decreto-lei para sindicalização rural.” In: BRASIL “O problema.” p. 11-30. PINHO, “Fundamento da organização corporativa das profissões rurais”. *Anais*, 4: 77, 79.

³¹ LENHARO, *A sacralização da política*, p. 38-51. GOMES, *A invenção do trabalhismo*, p. 257-87. A citação sobre o Estado Novo vem de Ben-Hur RAPOSO. In: BRASIL. “O problema”. p. 39.

³² Sobre a filosofia por trás do sistema da justiça do trabalho no Brasil, vide Waldemar Martins FERREIRA. *Princípios de legislação social e direito do judiciário do trabalho*, v.1 São Paulo: Editorial Limitada, 1938. Vide também: Evaristo de MORAES FILHO, *O problema do sindicato único no Brasil*. São Paulo: Alfa Ômega, 1952.

medidas que liberavam parcialmente os trabalhadores rurais do domínio único dos fazendeiros, ele esperava tanto estimular a produtividade quanto à capacidade de consumo desta classe enorme e diversa, e enfraquecer o domínio dos proprietários de terra sobre a política agrícola brasileira. Percebendo esta ameaça aos seus interesses, os fazendeiros de café de São Paulo desempenharam um papel único na estratégia de Vargas. Sua longa experiência com o trabalho assalariado e com a regulamentação em São Paulo levou-os a aceitar a elaboração de uma lei de trabalho rural, da mesma forma que seus interesses e orgulho levaram-nos a lutar por leis que representavam uma ameaça menor ao seu status e modo de vida.³³ Sua luta com Vargas começou em maio de 1941 no Congresso de direitos sociais, e continuou com a sua participação em duas comissões governamentais, formadas para elaborar o anteprojeto da legislação social rural. Francisco Malta Cardoso serviu os cafeicultores em ambas comissões – uma que elaborou um código rural geral, e a outra, uma lei de sindicalização.³⁴

Em agosto, Cardoso entrou na Comissão Especial de Estudo para a Sindicalização Rural, chefiada por Arthur Torres Filho, que era presidente da venerável SNA e chefe do SER – Serviço de Economia Rural, uma agência do Ministério da Agricultura. *A Lavoura*, a revista oficial da SNA, publicou subsequentemente uma transcrição das deliberações da comissão.³⁵ Como já foi comentado, sem tirar crédito à instigação de Vargas, a introdução do transcrito atribuía alguma força de inspiração do estudo aos camponeses, pois ressaltava o peso das suas reclamações para o cumprimento da promessa do presidente, de fazer suas condições se equipararem às dos trabalhadores urbanos. Esta introdução, incluindo um prefácio sem indicação de autoria e uma série de entrevistas com os membros da comissão, foi publicada pela primeira vez em *A Manhã*, um diário carioca, em outubro de 1941. O prefácio do *A Manhã* iniciava com um apelo populista:

A obra prometida pelo presidente da República, para a sindicalização rural que coloca o trabalhador dos campos em situação irmã à do trabalhador urbano, não só entreabriu para as classes laboriosas do país um horizonte de largas e promissoras dimensões, como agitou as massas diretamente li-

³³ Sobre a questão social e a modernização brasileira, vide Ângela Maria de Castro GOMES; Lúcia Lahmeyer LOBO; Rodrigo Bellingrodt MARQUES COELHO. *Burguesia e trabalho: Política e legislação social*. Rio de Janeiro: Campus, 1979. Sobre os plantadores de café e a modernização, vide Warren DEAN. “The Planter as Entrepreneur: The Case of São Paulo”. *HAHR* 46:2. Maio de 1966. p. 138-152.

³⁴ A participação de Cardoso como membro da comissão de sindicalização é relatada em “Organização sindical para a lavoura brasileira”, *RSRB* 24:286. Junho de 1944. p. 18-22. Quanto à comissão federal do código rural, vide o relatório de Cardoso para o encontro semanal de número 767 da SRB, “Anteprojeto do código rural”, *RSRB* 23:270. Fevereiro de 1943. p. 7.

³⁵ BRASIL. “O problema”. p. 4-78. Além de Cardoso e Torres Filho, a Comissão Especial de Estudos para a Sindicalização Rural incluía Luís Augusto do Rego Monteiro

gadas nos benefícios inequívocos da nova estruturação sindical, as quais, em constante inquietude, acompanham os trabalhos e os estudos da respectiva Comissão e, é claro, esperam ansiosas e impacientes, o advento da referida obra que ficará, sem dúvida, marcando uma hora histórica para o proletariado brasileiro.

Evidentemente, a comissão buscou não só satisfazer “os apelos, as consultas e as interrogações, repetidos e insistentes, [...chegando...] dos trabalhadores camponeses”, mas também as expectativas de incorporação dos trabalhadores urbanos. Esta era, ao menos, a face pública do trabalho da comissão. Aqueles que leram o material introdutório tinham que ficar com a impressão de que a comissão havia elaborado um plano para trazer os “benefícios inequívocos da nova estruturação sindical” para o campo. Aqueles que leram o documento até mais adiante teriam ficado surpresos ao encontrarem algo bem diferente.

A comissão se encontrou pela primeira vez na tarde do dia 21 de agosto de 1941, e continuou a se encontrar semanalmente até 25 de setembro, um mês depois. O grupo começou suas deliberações com um anteprojeto já elaborado pela SER.³⁶ Eles o discutiram, identificando pontos de convergência, e votaram as questões contenciosas. Enquanto que o consenso era regra, os membros do comitê não evitaram a controvérsia, e concordaram em discordar em alguns pontos, de modo a continuar seu trabalho. Um dos primeiros dissensos era quanto à possibilidade de se convidar um representante dos trabalhadores rurais para participar da discussão. Os prós e contras foram debatidos com Cardoso consistentemente se opondo à ideia, certo de que ele poderia falar pelos interesses de todas as classes rurais de São Paulo. Sem contrariar o Cardoso, Ben-Hur Raposo do SER enfatizou o baixo nível cultural dos trabalhadores e assim a importância da iniciativa do governo Vargas.

O Brasil não pode esperar do trabalhador rural uma organização que o defenda e proteja, sem que o Estado por sua vez o oriente e ampare. Ele vive, dada a sua falta de cultura e deficiência do meio, uma vida quase primária, sem a compreensão necessária do que seja o seu direito, e isso levou o regime democrático a uma situação precária no Brasil, porque a falsa representação da grande massa rural se tornou frequente, e era impossível obtê-la através do voto das massas do interior. Isto ocasionou o advento do novo regime [Estado Novo].

Enquanto que a ideia de incluir um porta-voz dos camponeses era apoiada pelos representantes do Ministério do Trabalho e de outros organismos governamentais, Torres concluiu a discussão observando que o próprio Vargas havia

³⁶ Este é o mesmo anteprojeto discutido indiretamente no congresso de direitos sociais em maio, em que a SRB protestou por ter sido excluída do processo de preparação da lei.

apontado a comissão como um corpo intragovernamental com a inclusão de membros do setor privado representando três zonas e produtos agrícolas significativos: a carne do Rio Grande do Sul, o café de São Paulo e o açúcar de Pernambuco. “À Comissão não foi [dado] um caráter de reunião trabalhista”, disse Torres. Se Vargas tivesse querido um trabalhador rural fazendo parte dela, ele já o teria designado.

Outra significativa área de desentendimento, já debatida em público, dizia respeito à natureza dos sindicatos: tanto eles poderiam ser paralelos ou sindicatos mistos de empregados e empregadores. Embora a sua aparente “deficiência cultural”, assim como outros argumentos, já tivessem sido usados como justificativa para se negar aos trabalhadores o direito de se organizarem independentemente, a maioria votou a favor de sindicatos separados para cada classe. O caso dos sindicatos paralelos foi primeiro defendido pelo então representante do Ministro do Trabalho no painel, Rego Monteiro. Um sistema de sindicatos com membros mistos, ele disse, era inconsistente com o “espírito corporativo da Constituição, onde, em vários artigos, se recomenda a igualdade de representação, de empregados e empregadores”. Espírito corporativista da Constituição, onde vários artigos recomendavam a equidade de representação entre empregados e empregadores.

Em uma reviravolta surpreendente, Cardoso falou apoiando Rego Monteiro. Parecendo discordar com a posição que ele mesmo, Fairbanks e Pinho haviam defendido no recém-concluído congresso dos direitos sociais, Cardoso topou o argumento constitucional de Rego Monteiro: “Sabemos que a corporação não pode existir sobre o sindicato misto, porque seria apenas um sindicato misto maior”. Ele defendia um sistema no qual os empregados e empregadores tivessem sindicatos separados no nível municipal, e juntos pudessem resolver seus problemas em federações organizadas em cada Estado. Advogar pelos sindicatos separados, segundo o representante do Ministro da Agricultura, equivalia a assegurar a desigualdade entre trabalhadores e patrões. Como cada associação sindical era responsável por financiar e operar seu próprio sindicato, os sindicatos dos empregados seriam debilitados de muitas maneiras. Mas o representante dos criadores de gado Rio Grande do Sul, Sílvio da Cunha Echenique, apoiou a opinião de Cardoso, e o enviado do Ministro da Justiça apoiou a interpretação da lei dada por Rego Monteiro. No fim do dia, a comissão votou por cinco contra três a favor de sindicatos separados para trabalhadores e patrões.³⁷

Numerosos assuntos adicionais dividiam os membros da comissão. Enquanto que Rego Monteiro buscava expandir o papel do Ministério do Trabalho na agricultura, a maioria dos outros membros resistia a suas emendas ao

³⁷ As duas discussões se encontram em BARASIL. “O problema.” p. 33-42.

anteprojeto de lei. Durante a terceira reunião da comissão, Rego Monteiro insistia que o refino de açúcar e o beneficiamento do café eram atividades industriais, que deveriam ser reguladas pela lei de trabalho industrial, mas Cardoso e Mendes Baptista da Silva, que representava os senhores de engenho de açúcar de Pernambuco, rejeitou, vociferando, esta definição. Rego Monteiro também tentou ganhar apoio para colocar os sindicatos sob o abrigo de seu ministério, mas a comissão rejeitou sonoramente esta proposta, preferindo a supervisão do Ministério da Agricultura.

Um debate que provaria vir a ser importante no futuro próximo envolvia a decisão de retirar o termo “colono” da lei. Cardoso argumentou que os colonos que trabalhavam com café eram tanto chefes quanto colonos, e, portanto, não poderiam certamente pertencer a nenhum dos sindicatos planejados. Rego Monteiro protestou, dizendo que os colonos estavam sujeitos à vontade dos fazendeiros e, portanto, eram claramente empregados do dono da terra. Mas o presidente Torres interrompeu a discussão, insistindo que isso não poderia ser resolvido, posto que colono foi um termo usado para descrever camponeses em muitos aspectos e que perfizeram uma grande variedade de funções. A maioria concordou em deixar o termo fora da proposta. Depois de um mês de trabalho, os membros se parabenizaram por seus esforços e mandaram o anteprojeto revisado para o Presidente Vargas.³⁸ Três anos se passariam antes que ele reaparecesse.

AS VIAS AGRÁRIA E INDUSTRIAL

Os cafeicultores e a administração Vargas não entravam em acordo sobre como alcançar o objetivo comum da independência econômica nacional. Ambos concordavam que os ganhos com a exportação agrícola proviam o capital necessário para a industrialização do Brasil. Contudo, enquanto Vargas e outros desenvolvimentistas vislumbravam o domínio inevitável da indústria, os fazendeiros asseguravam firmemente que os produtos agrícolas, e o café em particular, continuariam a ser a pedra fundamental do futuro do Brasil.³⁹ Alberto Whately, um líder do SRB, e presidente do grupo de fazendeiros de Ribeirão Preto, mostrou como os fazendeiros viam a si mesmos no coração da modernização brasileira:

³⁸ BRASIL. “O problema.” p. 42-78.

³⁹ Conforme o comentário de um fazendeiro, sem o café, o progresso do Brasil era impossível. Luiz Vicente FIGUEIRA DE MELLO. “Anteprojeto do código rural”. *RSRB* 23: 271. Março de 1943. p. 40.

Estão na luta e na luta continuarão para a grandeza de São Paulo e riqueza do Brasil. A lavoura cafeeira fez o progresso de São Paulo por uma particularidade singular: é cultura permanente. Onde se instala traz logo o progresso: traz as estradas de ferro, povoa, civiliza, e enriquece, sobretudo o erário público que dela tem abusado impiedosamente.⁴⁰

Por isso, para os cafeicultores de Ribeirão Preto, o centro da produtividade de café por muitas décadas, era o motor da prosperidade e expansão nacionais. Ainda mais, a contribuição do café não era temporária, pois servia como catalisador tanto para o desenvolvimento como do progresso brasileiro permanente e perpétuo. Na visão de Whately, o momento pedia uma apreciação renovada da contribuição do café para o progresso do Brasil e o endosso de métodos já verificados na prática, ao invés de reforma.

Central para a estratégia de modernização de Vargas estava um plano de melhoria das condições de vida e de trabalho por meio da instituição de salários mínimos obrigatórios e a expansão do controle do Ministério do Trabalho sobre questões trabalhistas rurais. Enquanto Vargas via estas medidas como fundamentais para o progresso bem sucedido do Brasil, os cafeicultores de São Paulo viam nelas uma ameaça à estabilidade de seus empreendimentos e, por extensão, da sociedade brasileira. A questão do salário mínimo era uma das mais difíceis e prolongadas batalhas que os fazendeiros travaram. Desde 1939, um decreto especificamente ordenava o pagamento de salário mínimo aos trabalhadores rurais. Apesar dos demorados e complexos desafios legislativos e judiciários da SRB para cumprir a medida, a administração de Vargas não cedeu.⁴¹ Mesmo depois da queda de seu regime em 1945, a Constituição de 1946 manteve o direito de todos os trabalhadores ao salário mínimo.⁴²

Ao resistir ao salário mínimo para os trabalhadores agrícolas, a SRB e os fazendeiros individuais seguiam uma estratégia bifurcada em adiar a composição e implementação das regulamentações e recusar a se adequar à lei. Por toda essa campanha, a SRB manteve firmemente a posição de que forçar os fazendeiros a pagarem salário mínimo destruiria a agricultura brasileira. Em 1943, por exemplo, o presidente da SRB fez uma pergunta retórica, protestando contra tal medida: “Não será isso uma subversão completa das relações entre patrão e operário agrícola?” Não somente infringia os direitos do fazendeiro, respondeu a sua própria questão, mas também ameaçava provocar a “completa perturba-

⁴⁰ WHATELY, Alberto. “Reunião dos cafeicultores de Ribeirão Preto”. *RSRB* 23:277. Setembro de 1943. p. 40.

⁴¹ O argumento dos fazendeiros contra a lei do salário mínimo pode ser encontrado em A. P. BRASIL. “O salário mínimo na lavoura paulista”. *RLT*. Outubro de 1941.

⁴² O Artigo 157 da Constituição de 1946 preservava a extensão dos salários mínimos a todos os trabalhadores.

ção do trabalho”.⁴³ Este não foi nem o primeiro nem o último fazendeiro a protestar contra as leis do salário mínimo.

Enquanto a questão salarial inspirava a hostilidade coletiva dos fazendeiros, a proposta de Vargas para incluir os trabalhadores agrícolas no proletariado industrial e comercial sob a jurisdição do Ministério do Trabalho despertava seus maiores medos. De acordo com o consultor jurídico da SRB, Cardoso, agrupar trabalhadores agrícolas junto com trabalhadores do comércio e da indústria sob os auspícios do governo e de um único ministério criaria um monstro incontrolável. Tal movimento:

constituir-se-ia num Estado dentro do Estado, mais forte do que suas próprias forças armadas, destruindo exatamente o formoso equilíbrio de órgãos e funções que faz da carta constitucional de 1937, um estatuto digno das ideias que alimentaram o Estado Novo.

Nem o presidente mexicano Lázaro Cárdenas, com toda sua simpatia radical pelo trabalhador, escreveu Cardoso, foi bobo o suficiente para dar tal passo. Questões agrícolas, ele concluiu, deveriam permanecer onde elas pertencem: no Ministério da Agricultura.⁴⁴

TRABALHADORES RURAIS NA CLT

No início de 1943, a batalha sobre o trabalho rural aqueceu-se quando a comissão governamental lançou o primeiro anteprojeto do que seria a CLT – Consolidação das Leis do Trabalho. Assim como os empregadores agrícolas, os cafeicultores de São Paulo não haviam sido convidados para participar da elaboração da proposta, eles reagiram previsivelmente contra a legislação. Eles interpretaram a lei como algo “culminando a invasão do campo das atividades rurais” e argumentaram que a lei não deveria se aplicar ao trabalho rural.⁴⁵ Entretanto, esta era uma discussão que eles não poderiam vencer. Em 1943, o contexto político do Brasil e do mundo estava mudando. Como a maré vinha se virando contra o Eixo na II Guerra Mundial, os regimes autoritários no mundo todo sentiram grandes pressões para a democratização. O Brasil foi aliado dos Estados Unidos e foi o único país sul americano que mandou tropas para a batalha na Europa. Ironicamente, as tropas brasileiras lutaram na Itália, onde Mussolini governava usando o sistema corporativista que havia sido uma inspiração ao Estado Novo.

⁴³ MELLO. “Anteprojeto do código rural.” p. 39.

⁴⁴ CARDOSO, Francisco Malta. “Trabalho agrícola na consolidação”. *RSRB* 23:271. p. 14, Março de 1943. Quanto ao anteprojeto, vide BRASIL. “O problema.” p. 11-30.

⁴⁵ CARDOSO. “Trabalho agrícola.” p. 12-14.

As contradições da luta do Brasil contra o fascismo lentamente erodiram as bases ideológicas do regime de Vargas. Em 1943, um grupo de intelectuais do Estado de Minas Gerais tornou-se o primeiro a desafiar publicamente o regime, ao lançar um manifesto clamando pela redemocratização do Brasil. No fim do ano, Vargas respondeu as críticas, prometendo abertamente “reajustar nossa estrutura política e projetar fórmulas amplas e apropriadas para a consulta do povo brasileiro” assim que a guerra estivesse terminada.⁴⁶ Embora a CLT de 1943 fosse um documento sublimemente corporativista, ela também criou um sistema de “consulta ao povo brasileiro”, e parte da pressão pela democratização incluía os pedidos dos grupos agrícolas no sentido de assegurar um lugar na mesa do governo.

A CLT proposta incluía os trabalhadores rurais junto com os urbanos como beneficiários de muitas de suas provisões.⁴⁷ Em fevereiro de 1943, Cardoso protestou contra a chegada da proposta em um fórum patrocinado pelo Instituto de Direito Social, a organização de influentes juristas, pensadores, políticos e burocratas que patrocinara o congresso sobre direitos sociais em 1941. Este produtivo e ágil advogado agora argumentava que a produção agrícola diferenciava-se fundamentalmente das atividades comercial e industrial, porque ela dependia dos ritmos da natureza muito mais que dos ritmos do relógio:

Como fazer com a chuva, o sol, a terra dura, a necessidade de plantar, a conveniência de repartir os frutos, a contingência de fazer o serviço do colono doente ou sadio, por conta da fazenda, o caso dos sábados sacrificados pelo justíssimo fechamento do comércio nos domingos, os dias santos de cada zona e às vezes de cada fazenda – enfim, essa coisa infernalmente mínima que é em realidade o aproveitamento útil do trabalho agrícola, em função de condições que escapam ao controle do homem?

Quando a produção agrícola depende tanto da natureza, perguntou Cardoso, como alguém pode definir a duração da jornada de trabalho rural, regular padrões de segurança ou permitir aos trabalhadores os dias da semana regularmente de descanso ou as férias?

⁴⁶ Thomas E. SKIDMORE. *Politics in Brazil (1930-1964): An Experiment in Democracy*. New York: Oxford University Press, 1967. p. 48-49.

⁴⁷ Cardoso especificamente reprovou dos seguintes artigos: no. 5 (d), definindo trabalhadores agrícolas e pecuaristas; no. 10, indicando a emissão regular da carteira profissional para trabalhadores rurais, o que significava a regulação do trabalho rural pelo Ministério do Trabalho; no. 52, regulamentando as horas de trabalho; no. 242, regulamentando as folgas e as férias; no. 342, dando proteção especial ao menor; no. 491, determinando que as relações de produção fossem definidas pelos contratos individuais de trabalho, que deviam especificar as obrigações do empregado e do empregador com relação aos serviços prestados, os métodos de pagamento, o aviso prévio, e as multas e indenizações pelo não-cumprimento dos termos contratuais; e o de no. 492, determinando que não mais de 30% do salário do trabalhador rural podia ser pago em bens, tais como café ou comida. CARDOSO. “Trabalho agrícola”. p. 12-14.

Embora a natureza ordene um processo de trabalho imprevisível, ela demanda uma resposta especializada quanto à divisão do trabalho. Na agricultura, Cardoso argumentou, o problema de delimitar a divisão do trabalho em categorias para o propósito de regulamentação era “infinitamente mais difícil” do que nos setores industrial e comercial. Um estudo preliminar e incompleto mostrou que mais de 200 categorias de trabalho diferentes existem no trabalho rural. Para Cardoso, o estudo confirma o absurdo que é impor uma estrutura sindical industrial no trabalho rural. Por estas razões, normas especiais e procedimentos deveriam ser elaborados para a sociedade rural, e a implementação destes regulamentos deveriam ser estipuladas por autoridades especializadas do executivo e do judiciário. Ele implorava por paciência na preparação de um código rural e lei de trabalho específicos e o adiamento dos planos para estender os direitos sociais dos trabalhadores urbanos para os seus correlativos rurais.⁴⁸

Preocupações sobre a complexidade da sociedade rural e a necessidade de políticas específicas também ocupavam os burocratas. Um conselho econômico de alto nível havia proposto fazer uma pesquisa maciça dos padrões de vida dos trabalhadores rurais, em 1942. Inspirado por um estudo sociológico dos cortadores e plantadores de cana-de-açúcar, e também de trabalhadores da usina e seus patrões, que o IAA havia conduzido, o Conselho Federal de Comércio Exterior planejou entrevistar milhares de trabalhadores rurais de outras importantes culturas comerciais e exportadoras – tais como do café e tabaco – quanto às condições de vida, de trabalho e de infraestrutura produtiva. Os resultados deviam ser usados no desenvolvimento de políticas que ajudariam a manter os camponeses no campo, desestimulando sua migração para as cidades superpopulosas, aumentando “os padrões de vida” rurais para “fixar o homem no campo”.⁴⁹ O estudo nunca foi feito – uma vítima do atraso burocrático e de obscuras forças de resistência.

Dado os poderes ditatoriais assumidos por Vargas durante o Estado Novo, a responsabilidade por interromper o estudo certamente recai sobre ele. Talvez ele tenha visto nele uma prática retardatária e acreditou na sua própria retóri-

⁴⁸ CARDOSO. “Trabalho agrícola.” p.12 e 14.

⁴⁹ Os documentos estão em “Estudo do ‘standard’ de vida das populações rurais e operárias”. PR 1210, Conselho Federal de Comércio Exterior, SPR/AN. Um outro estudo abrangente, apesar de não ter incluído entrevistas sistemáticas com trabalhadores rurais, foi feito em meados dos anos de 1930 por investigadores de um comitê congressional. Os autores deste estudo afirmavam que era fundamental para se aumentar a produtividade, e por consequência, para a prosperidade geral do país, que se conhecesse o custo de vida e as condições do campo: “A nossa libertação e prosperidade econômica serão realidades, quando tivermos operários agrícolas sadios, educados e convenientemente aparelhados para a racional multiplicação do seu esforço, e aproveitamento das possibilidades de solos e climas deste imenso país”. LEITÃO *et al.* *O trabalhador*. p. 10.

ca: que algumas políticas deveriam ser aplicadas a todos os trabalhadores uniformemente, não importando o setor. De outro lado, talvez ele tenha sentido medo de que a nova informação pudesse gerar pressões para aumentar a compensação do trabalho rural para níveis que ele não estava desejando apoiar. Os ganhos rurais tinham que estar atrelados à produtividade, não ao custo de vida, argumentavam os elaboradores de políticas. Somente deste modo poderia a administração esperar aumentar a quantidade de dinheiro transferida da exportação agrícola para desenvolver o setor industrial.⁵⁰

Uma explicação tardia dos motivos de Vargas se encaixa na teoria do desenvolvimento autoritário, no qual os dirigentes agrícolas e industriais haviam formado uma aliança para assegurar que a classe de trabalhadores rurais pagasse a maioria dos custos da modernização.⁵¹ Seu nome variava de “pacto oligárquico”, “capitalismo autoritário”, “modernização conservadora”, “pacto agrário” e “paz agrária”, estes acordos não escritos da classe dominante que ofereceram aos donos de terra a liberdade para lidar com seus trabalhadores e com as demandas dos trabalhadores como bem quisessem.⁵² Muito embora Vargas tenha aumentado os impostos nos *commodities* de exportação como o café, os fazendeiros poderiam reter margens históricas de lucro conseguindo mais trabalho por menos pagamento de seus trabalhadores, assegurando que o Estado não interferisse no processo de exploração. Enquanto que o Estado afirmava ter conseguido a paz industrial, provendo aos trabalhadores urbanos mecanismos de conciliação de disputas, ajustes salariais, pensões, seguro contra acidentes, e outras proteções, os trabalhadores rurais foram excluídos da maioria dos be-

⁵⁰ Curiosamente, nos EUA passaram e, logo depois da guerra, passaram de novo, pelas mesmas questões: as políticas agrícolas deveriam estar baseadas ou na renda dos agricultores ou na sua produção. A primeira base tenderia apoiar a preservação de um maior número de “small family farmers” (camponeses) enquanto a segunda apoiaria a tendência de concentração do setor agrícola em grandes fazendas. Estimulando a formação do “agri-business”, o governo tomou cuidados de deixar excluídos das novas leis de trabalho os trabalhadores rurais. Ingolf VOGELER. *The Myth of the Family Farm: Agribusiness Dominance of U.S. Agriculture*. Boulder, CO: Westview Press, 1981 e José Eli DA VEIGA, *Metamorfoses da política agrícola dos Estados Unidos*. São Paulo: Annablume, 1994.

⁵¹ O conceito de “bloco industrial-agrário” é utilizado por AZEVEDO, *As ligas camponesas* (p. 27). Azevedo afirma ter desenvolvido esta ideia de unidade entre uma elite agrária mais antiga e uma nova burguesia a partir do caso italiano, tal como é analisado por Antonio Gramsci. Vide o ensaio de GRAMSCI, “Notes on Italian History: The City-Countryside Relationship During the Risorgimento and the National Structure”. In: *Selections from the Prison Notebooks*. New York: International Publishers, 1971. p. 90-102.

⁵² Vide, por exemplo, Aspásia de Alcântara CAMARGO. “Autoritarismo e populismo: Bipolaridade do sistema político brasileiro”. In: *Dados* 12 (1976). AZEVEDO. *As ligas camponesas*. p. 29-41. Otavio Guilherme VELHO. *Capitalismo autoritário e campesinato*. São Paulo: Difel, 1979. BASTOS. *As ligas camponesas*.

nefícios do corporativismo. Como escreveu um dos defensores mais sutis do assunto, o sociólogo José de Souza Martins, esta “exclusão define justamente o lugar do camponês no processo histórico” do Brasil.⁵³

Este lugar talvez não seja tão precisamente definido, como os apoiadores da teoria advogam. A persistência com a qual a administração Vargas tentou dotar os camponeses com direitos mínimos e benefícios desafiou a noção de um pacto oligárquico explícito ou implícito. A composição do produto mais significativa de legislação social, a CLT, é um bom exemplo. Cardoso buscou emendar o anteprojeto pela adição da frase “Esta lei não se aplica às atividades profissionais relativas à agricultura e pecuária”.⁵⁴ Em vez disso, contudo, os trabalhadores rurais continuaram a ser beneficiados pelas várias previsões da nova lei geral do trabalho, embora não tanto quanto originalmente proposto. Para desgosto dos fazendeiros, a versão final da CLT aplicava aos trabalhadores rurais e urbanos regras gerais parecidas quanto a: salário mínimo (artigos 76-128), férias (artigos 129-131), contrato de trabalho (artigos 442-467), aviso prévio (artigos 487-491) e limitações para os pagamentos em bens em vez de moeda corrente (artigo 506).⁵⁵ Estas medidas deram aos trabalhadores rurais um conjunto, embora limitado, de direitos fundamentais. Até este nível, o governo interferiu com o segmento fazendeiro da classe dominante e rompeu com qualquer pacto proposta pela teoria do desenvolvimento autoritário.

Os conflitos entre o Estado e os fazendeiros eram tão naturais quanto seus interesses eram distintos. O grupo de fazendeiros de maior destaque de São Paulo, a SRB, não endossou o modelo de desenvolvimento perseguido por Vargas. Para o interesse desse modelo, Vargas sentiu que ele deveria defender os centros urbanos de uma invasão de camponeses descontentes, e isto o levou a desafiar os fazendeiros, que protestavam a cada sugestão de igualdade entre os mundos urbano e rural. Dadas suas diferenças, cada parte no debate queria abarcar os trabalhadores rurais para o seu lado. Os fazendeiros originalmente estavam em oposição aos sindicatos paralelos para patrões e empregados, bem como à influência do Ministério do Trabalho sobre a sindicalização rural, porque essas medidas ameaçavam enfraquecer sua influência sobre os camponeses. Vargas jogou com estas duas propostas pela razão oposta: elas tinham o potencial de fortalecer a sua mão contra os desagradáveis, porém fortes, paulistas.

Entretanto, aqueles que apoiam a teoria do pacto podem certamente alegar que Vargas fez pouco para ajudar os camponeses diretamente. Um olhar mais aproximado da CLT e das campanhas subseqüentes para estabelecer sin-

⁵³ MARTINS. *Os camponeses e a política no Brasil*. p. 25.

⁵⁴ CARDOSO. “Trabalho agrícola.” p. 13. A emenda deveria ser: “Esta lei não se aplica às atividades profissionais relativas à agricultura e à pecuária.”

⁵⁵ Vide a Consolidação das Leis do Trabalho.

dicatos rurais clarifica a questão. Uma concessão importante feita aos desejos de Cardoso para a total exclusão dos trabalhadores rurais aparece no artigo 7. Salvo disposição em contrário, dizia o artigo, a CLT:

não se aplica aos trabalhadores rurais, assim considerados aqueles que, exercendo funções diretamente ligadas à agricultura e à pecuária, não sejam empregados em atividades que, pelos métodos de execução dos respectivos trabalhos ou pela finalidade de suas operações, se classifiquem como industriais ou comerciais.⁵⁶

Esse grupo de trabalhadores do campo quase que imediatamente veio a incluir todos aqueles que estavam ligados ao beneficiamento da cana-de-açúcar e da produção de seus derivados, bem como outros trabalhadores agroindustriais, como os processadores de óleo organizados na associação de Moraes em Araraquara. Mesmo onde a CLT especificamente incluía os trabalhadores rurais como beneficiários, a administração não prometeu garantir o cumprimento da lei. Para que os trabalhadores tivessem as vantagens trazidas pela CLT, deveriam dar queixa contra seus empregadores nos juízos cíveis ou trabalhistas. Desconsiderando o dinheiro gasto, a duração e as frustrações dos procedimentos legais, alguns trabalhadores deram queixa de acordo com a lei.⁵⁷

A melhor forma de um trabalhador desfrutar da lei era entrando em um sindicato, mas a CLT não dava aos trabalhadores rurais o direito de se organizarem. Quando sancionada pelo Ministério do Trabalho, os sindicatos poderiam demandar por benefícios legais iguais para todos os membros. Embora a administração Vargas tenha mostrado maior vontade de editar leis sociais polêmicas do que os governos anteriores, deixou a questão da obrigatoriedade de seu cumprimento nas mãos das pessoas e dos tribunais. Assim era como o processo de incorporação rural viria a se desenvolver nos anos seguintes. Esta era a face oculta do texto populista de Vargas. Ele ainda não mostrou uma vontade de estender o direito de organização aos trabalhadores rurais, um passo fundamental do processo de incorporação dos trabalhadores rurais. Eles não poderiam se mobilizar, ao menos não legalmente.

Das reclamações específicas que Cardoso havia expressado, duas parecem ter sido levadas a sério no momento de redigir a CLT. A lei era silente quanto à regulamentação da extensão da jornada de trabalho diária e semanal, bem como se o Ministério do Trabalho deveria editar uma carteira profissional para

⁵⁶ Artigo 7b, CLT.

⁵⁷ A tendência de se utilizar a lei e os tribunais aumentaria com o tempo, como é analisado nos capítulos subsequentes. Logo a instituição da CLT nos anos de 1940, evidência de processos trabalhistas rurais podem ser encontrados nas revistas do direito social. Vide, por exemplo, “Jurisprudência: Legislação social”. *RLT* 7:69-70. Janeiro e fevereiro de 1943. p. 19-26. A. NOGUEIRA JÚNIOR. “Trabalhadores rurais”. *RLT* 8:85 maio e junho de 1944. p. 121-124.

os trabalhadores rurais. Tivera tal documento sido lançado – repleto como estava com leis trabalhistas, horários de trabalho e planilhas de salários – os trabalhadores teriam em suas mãos um poderoso instrumento para desafiar os caprichosos donos de terras. Vargas, entretanto, não estava desejoso de passar completamente os assuntos agrários do Ministério da Agricultura para as mãos dos trabalhadores rurais e burocratas do trabalho. Conselheiros do Ministério da Agricultura contribuíram para esta relutância, argumentando que “a deficiência intelectual e econômica dos trabalhadores rurais não permitiria um sindicato nos moldes dos que existem para as outras classes trabalhadoras”.⁵⁸

O CÓDIGO RURAL E A SINDICALIZAÇÃO RURAL

Embora ganhando estas concessões substanciais, a elite agrícola continuava sua campanha para excluir por completo os trabalhadores rurais da CLT, concentrando seus esforços na formulação de um Código Rural, o qual eles esperavam que suplantasse a CLT no setor agrário. Quando um anteprojeto do código foi publicado em janeiro de 1943, Cardoso imediatamente começou seu trabalho de revisão.⁵⁹ Como em muitas das disputas entre os fazendeiros e o governo Vargas, o problema do trabalho dominava o debate do código rural. Em 4 de maio, três dias depois de Vargas anunciar a instituição da CLT nas comemorações do dia do trabalho, Cardoso apresentou o código substituto oficial da SRB.⁶⁰ O documento de Cardoso era didático, divagador; constituía, mesmo assim, numa proposta abrangente, com três livros, dez títulos e 49 capítulos. O maior apêndice ao anteprojeto era um livro de dezoito capítulos chamado “Do Trabalho Rural”. O código proposto era precedido de um comentário e uma justificativa de 24 pontos, que lembrava a essência do ataque dos fazendeiros contra a interferência do governo, o Ministério do Trabalho e a aplicação de “leis de trabalho urbano” ao campo. Em uma reunião da SRB de

⁵⁸ Antônio Arruda CÂMARA, representante do Ministério da Agricultura falando a seus colegas na Comissão de Estudos Especiais para a Sindicalização Rural. “O problema”. p. 39. Como já foi documentado, ideias aparecidas foram expressadas por Ben-Hur Raposo do SER no mesmo contexto. Vide nota 36.

⁵⁹ A participação de Cardoso como membro da comissão de redação do código rural federal foi relatada na minuta do encontro semanal número 767 da SRB, em “Anteprojeto do código rural”. RSB 23:270. Fevereiro de 1943. p. 7. A reação geral da SRB ao anteprojeto da comissão é dada em uma carta aberta do presidente da SRB, Luiz Vicente Figueira de MELLO, ao Ministro da Agricultura Apolônio Salles: “Anteprojeto do código rural”, p. 36-43. A carta é de 6 de fevereiro de 1943.

⁶⁰ VARGAS. *A nova política do Brasil*, vol. 3. GOMES. *A invenção do trabalhismo*. CARDOSO. “Anteprojeto do código rural”. RSRB 23:274. Junho de 1943. p. 12-41.

abril de 1944, Cardoso leu uma carta do Dr. Luciano Pereira da Silva, presidente da comissão que trabalhava na lei, o qual sugeriu que muitas das suas ideias haviam sido incluídas na nova proposta. “Já revisto e levando em conta as sugestões que lhe foram apresentadas, foram aproveitadas muitas das disposições constantes do substitutivo adotado pela Sociedade Rural Brasileira”, Silva escreveu a Cardoso. A versão final chegou à mesa de Vargas em julho. E parece ter morrido lá, entretanto, porque pouco aparece nos registros até 1951, quando um observador alegou que seus capítulos sobre trabalho rural foram absorvidos por uma nova proposta para trabalho rural, igualmente fadada ao fracasso.⁶¹ Se houve um pacto entre os fazendeiros e os burocratas, pode-se dizer que o código teria sido prontamente adotado.

Em vez disso, o Estatuto da Sindicalização Rural inicialmente esboçado em 1941 pela SNA ressurgiu neste contexto, enfrentando várias revisões antes que o Presidente Vargas finalmente assinasse a lei, no aniversário de sete anos do Estado Novo, a 10 de novembro de 1944.⁶² Enquanto esta lei – Decreto-lei 7.038 –, como muitas das legislações sociais, permaneceu com pouca força, ela se tornou uma ferramenta importante na organização da militância do campesinato durante os anos de 1950, assunto explorado nos capítulos subsequentes deste livro. Ironicamente, a transformação da medida em algo de que os trabalhadores rurais pudessem se beneficiar deve-se em muito a Cardoso. Como lobista principal dos cafeicultores, ele provou sua influência moldando a medida. O decreto final também mostra que suas opiniões foram mudadas por anos de negociações com burocratas e colegas em outros setores agrícolas.

Como membro da Comissão Especial de Estudos para a Sindicalização Rural, Cardoso seguiu os criadores de gado do Rio Grande do Sul apoiando

⁶¹ Sobre o código trabalhista, vide CARDOSO. “Anteprojeto do código rural”. *RSRB* 23:274. Junho de 1943. p. 24-35. O preâmbulo se encontra nas páginas 12-16. A história legislativa precisa ser estudada de maneira a se descobrir exatamente por que ele nunca se tornou lei. Quanto ao encontro de abril, vide “Legislação sobre trabalho rural e código rural”. *RSRB* 24:287. Julho de 1944. p. 4. O progresso de sua elaboração até chegar na escrivania de Vargas é relatado em “Lei da sindicalização rural”. *RSRB* 35:295. Março de 1945. p. 19. Quanto a 1951, vide José de Segadas VIANNA. *O Estatuto do Trabalhador e sua aplicação: Comentários à lei no. 4.214, de 2 de março de 1963*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1965. p. 45-46. Segadas Viana, na época trabalhando no Ministério do Trabalho, alegava que alguns aspectos da legislação de 1951 (Lei 606, de Silvio Echenique) acabou encontrando expressão no ETR – Estatuto do Trabalhador Rural. Vide José Martins CATHARINO, *O trabalhador rural brasileiro (proteção jurídica)*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1958. p. 38-39. Conforme vemos no capítulo 8 deste livro, no entanto, a ETR era significativamente diferente do tratado de Cardoso no capítulo, “Do Trabalho Rural”.

⁶² “Dispõe sobre a sindicalização rural, decreto-lei 7038, de 10 de novembro de 1944.” *Revista de Direito do Trabalho*. 7:6. Janeiro a junho de 1945. p. 65-68.

a ideia de sindicatos municipais separados por trabalhadores e patrões. Ele trabalhou para convencer outros membros da SRB desta perspectiva. Para a reunião da SRB de 7 de junho de 1944, Cardoso convidou o Dr. Vasco de Andrade, do Ministério do Trabalho, para falar. Andrade argumentou que sindicatos paralelos para empregados e empregadores poderiam ser benéficos para os fazendeiros. “O Estado concede aos sindicatos (...) dois fins principais”, explicou Andrade,

a função normativa, nos quais há os sindicatos paritários, em que a um sindicato de empregados há um dos patrões que se entendem e adotam certas normas para execução de seus contratos de trabalho; e a função representativa em que os sindicatos não representam apenas as associações, mas todos os indivíduos que praticam aquela profissão.

Por essas duas razões, os fazendeiros podiam esperar que os sindicatos dos trabalhadores fossem instrumentais para seus próprios interesses. Andrade assegurou aos fazendeiros que a lei sindical os ofereceu “outra vantagem”, de “fará com que se crie o espírito associativo entre os homens do campo”, uma relação de harmonia e não hostilidade entre as classes.⁶³ Para a versão final, Cardoso também apoiou a separação de trabalho e capital por meio da hierarquia do sistema corporativista, nos corpos local, estadual e nacional.

Quanto ao controvertido assunto da supervisão ministerial, Cardoso inesperadamente aprovou o controle do Ministério do Trabalho em tanto para empregados como para empregadores. Ainda, os colonos foram especificamente incluídos na medida, com empregados e empregadores divididos por uma justa e simples definição: empregadores são aqueles que trabalham por si mesmos, ou usando o trabalho de outros, e empregados são aqueles que trabalham para outros, por si próprios ou como chefes de família. “A organização constitui imperativo moderno de toda a vida social sob qualquer de seus aspectos”, Cardoso escreveu. “Assim, atendendo ao apelo do Governo Federal e organizando-se em Sindicatos Rurais, a agricultura nacional saberá dar uma prova da perfeita consciência dos seus interesses de classe e do seu grande amor à terra brasileira”.⁶⁴

A SRB estava entusiasmada com a nova lei. Em um editorial de novembro, intitulado “A Sindicalização Rural”, os líderes da SRB reiteraram “a importância da representação nos Sindicatos Rurais”, e enfatizaram a influência que Cardoso e outros agricultores tinham na medida.⁶⁵ Um editorial mais antigo, publicado logo após o segundo esboço do anteprojeto, em abril de 1944, mostrava

⁶³ Quanto aos comentários de Andrade, vide “Sobre a sindicalização rural”. *RSRB* 24:288. Agosto de 1944. p. 134, 136.

⁶⁴ “Lei de sindicalização rural”, proposta por Francisco Malta CARDOSO. *RSRB* 24:290. Outubro de 1944. p. 18-21.

⁶⁵ “Dispõe sobre a sindicalização rural”. p. 65-8.

também o forte apoio da SRB ao conceito de sindicatos rurais. Esta era uma das melhores maneiras de se fazer com que a voz do campo fosse ouvida:

A união de todos os que trabalham na terra hoje, debaixo da bandeira das Associações de Classe, dentro de uma organização sindical, sob a cúpula da Federação Rural, será um fator de êxito para a consecução das medidas em benefício dos agricultores.

A estrutura hierárquica dos sindicatos tinha um apelo especial para os fazendeiros paulistas, que acreditavam que uma estrutura deste tipo permitiria que retivessem sua forte influência na sociedade brasileira. “A lavoura de São Paulo”, continuava o editorial,

organização que tem assombrado os meios mais civilizados pelo que tem conseguido da terra na construção de uma riqueza fecundamente inigualável, saindo do terreno individualista e da iniciativa privada, vai enveredar por um novo trilho tornando-se, pelo número que representa, pelo valor de seu trabalho, fator ponderável nas considerações da vida brasileira.⁶⁶

O apoio do SRB e de Cardoso era estritamente em interesse próprio, conforme se pode verificar, ao se examinar o decreto mais detalhadamente. Apesar dos colonos serem mencionados no decreto, seu status permanecia vago. Uma vez que as definições de empregados e empregadores se baseavam nos motivos do trabalho, e não nas relações das pessoas com os meios de produção, era bem possível que os fazendeiros continuassem a ver os colonos como parceiros, e não assalariados. Nos anos subsequentes, apelar-se-ia a muitos juízes para que resolvessem casos envolvendo direitos de colonos; e quase todas as decisões girariam em torno da interpretação de seu status como empregados. Os trabalhadores rurais que puderam se organizar em sindicatos tinham diante de si uma tarefa ingrata, pois os membros tinham de colaborar com o orçamento da organização e sustentar o seguro contra acidentes de seus membros. Cardoso havia feito lobby para que os trabalhadores rurais fossem especificamente *excluídos* do sistema de imposto sindical, usado para financiar os sindicatos urbanos. Apesar dos empregados urbanos terem frequentemente ignorado o imposto, ele havia sido elaborado para resolver as desigualdades econômicas extremas entre as classes trabalhadora e proprietária.⁶⁷ Ao insistir que os trabalhadores rurais pagassem pelo seu próprio seguro contra acidentes, estava-se na verdade dando um passo para trás, já que o Decreto-lei 24.637 de 1934 havia estabelecido um fundo financiado pelo Estado e pelos empregadores que cobriria as despesas

⁶⁶ “Organiza-se a agricultura em sindicato”, *RSRB* 24:285. Maio de 1944. p. 15.

⁶⁷ “Sobre a sindicalização rural”. p. 16, 130.

com trabalhadores deficientes, tanto urbanos quanto rurais. Os trabalhadores rurais organizados não podiam ir buscar ajuda no exterior, já que, de acordo com o decreto de sindicalização, era ilegal a afiliação a grupos internacionais. Enquanto um dos deveres dos sindicatos era “colaborar com os poderes públicos no desenvolvimento da solidariedade social”, os sindicatos eram “vedados, direta ou indiretamente, o exercício de atividade econômica”.⁶⁸

Finalmente, o Decreto-lei 7.038 incluía uma cláusula que reservava um espaço especial para organizações tais como a SRB no Estado brasileiro. O artigo 20, que não havia aparecido em nenhuma das versões anteriores da lei, especificava que o presidente nacional se reservava o poder de licenciar algumas associações civis com alguns dos mesmos direitos cuja proteção era um dos motivos por trás da criação dos sindicatos. O artigo permitia que organizações como a SRB colaborassem “com o Estado, como órgãos técnicos e consultivos no estudo e solução dos problemas” que afetassem a agricultura sem serem responsabilizados por nenhum outro dever previsto na lei. O Ministério da Agricultura, mencionado apenas neste artigo, tinha o poder de nomear organizações para esta função.⁶⁹ No final, a lei de sindicalização rural não ameaçava imediatamente os fazendeiros de café: os sindicatos de trabalhadores ficariam empobrecidos, os colonos se manteriam em uma posição nebulosa, e a SRB continuaria seu lobby poderoso. Como isto resultaria finalmente dependia do governo Vargas. “Estamos esperando para ver como a lei será regulamentada”, a SRB explicava em seu editorial, “para ver o que o órgão representativo da Agricultura vai fazer” – uma referência ao grupo dos fazendeiros.

Quatro meses depois, em março de 1945, o Ministério do Trabalho publicou as instruções necessárias para o reconhecimento oficial e organização administrativa dos sindicatos.⁷⁰ Ainda assim, em 1955 apenas cinco sindicatos rurais *em todo o país* haviam sido reconhecidos pelo Ministério do Trabalho e ainda em 1962, apenas mais um tinha sido legalizado, mesmo com 29 pedidos oficiais em registro, sete dos quais do Estado de São Paulo. Aliás, nenhum sindicato de empregadores rurais tinha sido criado.⁷¹ Os observadores da época

⁶⁸ “Dispõe sobre a sindicalização” p. 67-68.

⁶⁹ “Dispõe sobre a sindicalização” p. 68.

⁷⁰ “Portaria ministerial no. 14 de 1.3.1945”, citada em José Gomes da SILVA. *Noções sobre associativismo rural (organização da classe rural brasileira)*. Campinas: Secretaria da Agricultura, Centro de Treinamento, 1962. p. 2. Alguns autores contemporâneos afirmam que a regulamentação do Decreto-lei 7.038 não foi publicada: “Essas instruções não foram elaboradas e, conseqüentemente, a Lei de Sindicalização Rural não foi aplicada”. Doutor Adamastor LIMA. “Sindicalização rural”. *A Lavoura*. Julho-agosto de 1954. p. 29.

⁷¹ AZEVEDO. *As ligas camponesas*. p. 55. SILVA. *Noções sobre associativismo rural (organização da classe rural brasileira)*. Campinas: Secretaria da Agricultura, Centro de Treinamento, 1962. p. 4.

culpavam a ineficácia da lei em seu fracasso em se adaptar às realidades socioeconômicas rurais. “Dentre todos os óbices”, os piores foram “a quase impossibilidade de definição da atividade profissional e a dispersão da classe por todo o território nacional”, dizia o editorial de *A Lavoura*, a publicação da SNA. A lei não foi cumprida, segundo José de Segadas Vianna, “por ser desajustado com a época”. Antes mesmo de ser decretada, o jurista e estudioso do Direito A. F. Cesarino Jr. previu que a sindicalização dos camponeses era praticamente impossível, por causa do nomadismo e do analfabetismo dos trabalhadores rurais, e seu relativo isolamento. Essas desvantagens eram amplificadas pela ausência dos meios adequados de comunicação, segundo o mesmo estudioso.⁷²

UM DECRETO “TOTALITÁRIO”

Estes obstáculos eram reais, assim como a falta de disposição da administração Vargas em mobilizar o campesinato. Os eventos posteriores confirmaram, no entanto, que o governo também não estava disposto a ajudar a SRB. De fato, com a pressão pela democratização aumentando, com o colapso do fascismo, e o fim das hostilidades na Europa, a SRB, que havia defendido tão veementemente os interesses da oligarquia rural que o seu governo havia destituído, Vargas se esforçou ainda mais para enfraquecer a organização.⁷³ Em abril de 1945, elaborou um novo decreto para regulamentar a sociedade rural geograficamente, e não pela atividade rural, conforme havia sido previsto no decreto sobre a sindicalização rural de 1944.⁷⁴ A SRB via nessa lei um ataque a suas prerrogativas, considerando o decreto de 1944 bem mais racional e preferível. Nos cálculos da SRB, a lei de 1944 dava uma vantagem substancial ao café, pois os fazendeiros do café eram o grupo de interesse agrário mais poderoso e bem organizado do Brasil. Por outro lado, o novo decreto exigia que subdividissem e unissem seus recursos com outros interesses, formando associações municipais. Como anota Cardoso, isto diluía o poder e a influência dos cafeicultores

⁷² Vide editorial [sem assinatura] “A organização da classe rural”. *A Lavoura*. Outubro-dezembro de 1954. p. 2. Segadas VIANNA, *Estatuto do Trabalhador Rural*. A. F. CESARINO JR. “Sindicalização rural”. *Revista do Direito Social* 4:24. Setembro de 1944. p. 1.

⁷³ Sobre o trabalho neste período de transição, vide John D. FRENCH. “Industrial Workers and the Birth of the Populist Republic in Brazil, 1945-1946”. *Latin American Perspectives* 16:4. Outono de 1989. p. 6-28.

⁷⁴ “Decreto-lei 7.449 de 9 de abril de 1945, dispõe sobre a organização da vida rural”. In: Mario Pentead de Faria e SILVA (ed.). *Legislação agropecuária (relativa ao período de 1937-1947)*. São Paulo: Secretaria da Agricultura, 1952. p. 735-740.

consideravelmente.⁷⁵ Sem dar ouvidos às críticas contundentes da SRB, Vargas revisou e reeditou o Decreto-lei 8.127, regulamentando a implementação apenas cinco dias antes de ser deposto, em outubro de 1945.⁷⁶

Para os paulistas, a lei da “nova organização da vida rural” era bem pior do que a lei da sindicalização rural: suas queixas, obviamente, nunca foram ouvidas.⁷⁷ Cardoso deplorava o decreto como sendo “totalitário”, pois praticamente excluía a legitimidade da SRB, não permitindo provisões para o reconhecimento de organizações não formadas e registradas de acordo com a lei. Em contraste com a lei anterior, a SRB havia podido se manter oficialmente, de acordo com o artigo 20. Em conformidade com o novo decreto, no entanto, as únicas organizações que poderiam ter um papel oficial eram aquelas criadas em obediência à nova estrutura, com uma base geográfica. Botando lenha na fogueira, como anota Cardoso, a lei favorecia a SNA, baseada na capital, com duas vagas para seus representantes na diretoria da CBR – Confederação Rural Brasileira, o novo órgão máximo das associações regionais de empregadores rurais e federações estaduais. Em artigos e mais artigos, Cardoso e outros fazendeiros exigiam “a revogação pura, simples e imediata do Decreto-Lei n. 8.127, que ofende os princípios democráticos da legislação brasileira”.⁷⁸

Apesar dos protestos da SRB, no entanto, o número de associações rurais de *empregadores* registradas sob o Decreto-lei 8.127 cresceu. Em fevereiro de 1946, o governo reconheceu uma federação paulista dessas entidades, a Faresp – Federação de Associações Rurais do Estado de São Paulo.⁷⁹ Pouco depois, a Faresp estabeleceu um boletim mensal para promover a organização de outras associações e dar voz à comunidade de fazendeiros paulistas, que se diversificava cada vez mais.⁸⁰ Essas associações eram um inaceitável desafio à autoridade

⁷⁵ Francisco CARDOSO, “Organização compulsória e democracia”. *RSRB* 28:306. Fevereiro de 1946. p. 20.

⁷⁶ “Decreto-lei 8.127 de 24 de outubro de 1945, altera e dá nova redação ao Decreto-lei 7.449 de 9 de abril de 1945, que dispõe sobre a organização da vida rural”. “Decreto-lei 19.882 de 24 de outubro de 1945, aprova o regulamento a que se referem os artigos 13 do decreto-lei 7.449 e no. 24 do decreto-lei no. 8.127”. In: Mario Penteado de Faria e SILVA (ed.). *Legislação agropecuária (relativa ao período de 1937-1947)*. São Paulo: Secretaria da Agricultura, 1952. p. 740-55.

⁷⁷ Fernando GOMES. “A organização da vida rural no país”. *RSRB* 26:305. Janeiro de 1946. p. 18-9.

⁷⁸ Vide CARDOSO. “Organização rural compulsória”. p. 20. Vide também: “Hierarquia e democracia”. *RSRB* 26:307. Março de 1946. p. 3-4. “Pela revogação da lei totalitária”. *RSRB* 37:326. Outubro de 1947. p. 2.

⁷⁹ A Faresp foi reconhecida em 8 de fevereiro de 1946. SILVA. *Noções sobre associativismo rural*. p. 2.

⁸⁰ Em 1962, havia 181 associações organizadas no Estado de São Paulo, com 45.219 membros. Era um pequeno número, dada a enorme população economicamente ativa do estado. SILVA (*Noções sobre associativismo rural*. p. 3) afirma que as associações correspondiam a apenas cerca de 5% dos proprietários de fazendas.

da SRB. Ao defender sua posição, os porta-vozes não mediam palavras: “A Sociedade Rural Brasileira”, segundo um membro, “tem incontestável autoridade para representar os agricultores, e defender-lhes os direitos e interesses, junto aos governos da República”.⁸¹ Mas a posição da SRB era fortemente contestada.⁸² A ineficácia de seu apoio à lei sindical e sua oposição à lei de associação revelava uma luta interna da classe dominante brasileira. A rivalidade dentro da classe, e não uma luta de classes, deu forma à composição dessas leis. Pode-se olhar para o passado, para a década de 1920, e ver o princípio dessa tendência com a diversificação da agricultura paulista e a fragmentação da solidariedade dos cafeicultores, de que falamos no último capítulo.

Vargas estava determinado a ir reduzindo gradualmente o poder dos cafeicultores e barões do gado que presidiam a SRB, mas não se demonstrava comprometido a aumentar o poder dos camponeses, para que eles fizessem o serviço em seu lugar. O fato de que tão poucos sindicatos rurais de empregados se formaram demonstra como vários chefes de Estado, de Vargas a Jânio Quadros, em 1961, mantiveram-se ambivalentes com relação à mobilização camponesa. Os políticos buscavam conter a SRB pelo favorecimento de competidores, não pela mobilização dos trabalhadores rurais. Quando a SRB conseguiu modificar a lei sindical, planejada para enfraquecê-la, transformando-a numa ferramenta para a manutenção de sua autoridade, na época sob ameaça, Vargas produziu a lei de associação, e não um programa de mobilização dos trabalhadores rurais. Ambos os lados dispensaram esta possibilidade, e excluíram o campesinato da participação nas discussões sobre seu bem-estar.

Comum aos dois lados, no entanto, havia uma nova suposição: os camponeses deviam ser incorporados formalmente de alguma maneira, algum dia. O empreiteiro de café Thomaz havia pedido a Vargas que se fizesse exatamente isso quando escreveu sobre sua necessidade de que se

dar uma clareza dos nossos direitos por um código, ou um estatuto ou outros meios que eu possa compreender os nossos direitos, nossos deveres, [e] proceder, agir de acordo com a opinião de V.Sa.⁸³

Nenhum consenso foi obtido sobre a inclusão de sua voz na formação da economia política; no entanto, a solução para esta questão criava um problema significativo para os burocratas, no coração do debate sobre o reconhecimento dos trabalhadores rurais pelo Ministério do Trabalho e sobre muitos

⁸¹ GOMES. “A organização da vida rural no país”. p. 18.

⁸² “Campanha de sócios”. *RSRB* 27:322. Junho de 1947. p. 17. Neste editorial, o editor relata que São Paulo possuía 268.238 propriedades rurais, e se a SRB tivesse 10% desses proprietários como membros, ela “seria uma das maiores e mais poderosas associações de classe de todo o país”.

⁸³ THOMAZ, PR 1926/34. SPR/AN.

Clifford Andrew Welch

outros temas. Quando o regime de Vargas entrou em crise e novos partidos políticos se formaram para competir pelo poder, o Brasil passou por mudanças políticas significativas. Assim como Vargas e a SRB haviam tentado usar os camponeses para fortalecer suas posições antagônicas durante o Estado Novo, tanto os políticos como os fazendeiros prepararam-se para experimentar com estratégias similares, enquanto a nova República Populista estava se formando. No novo ambiente democrático do pós-guerra, os trabalhadores rurais tomariam a si as oportunidades criadas por esses debates para semear sua própria árvore de liberdade.

3. PLANTANDO A SEMENTE: PROCURANDO OPORTUNIDADES NAS NOVAS POLÍTICAS

Para quem ia de carroça, pela estrada de chão batido que a liga a Ribeirão Preto, a cerca de 20 quilômetros dali em direção nordeste, Dumont surgia por entre as suaves colinas apenas no último momento. A vila, pouco conhecida, ficava na encosta de um dos morros, rodeada de cafeeiros, tão comuns naquela região. O prédio que mais se destacava ali era o casarão da antiga fazenda, pertencente ao dono das terras em torno, ainda que a estrutura maciça, com apenas um andar, não ostentasse colunas greco-romanas e dominasse, com sua fachada, apenas a praça central. Do alpendre, podia-se ver, no canto a nordeste, a igreja da vila, com suas duas torres, e, na ponta leste, as lojinhas e o “Cine Dumont”; na borda sul, enfileiravam-se umas casas baixinhas, coladas umas às outras. As casas eram tão pequenas, e as famílias tão numerosas – algumas com 12 crianças – que a praça ficava animada com gente de dia e de noite. “Era como um formigueiro”, lembra Nelson Luís Guindalini, que se mudou para Dumont com sua família em 1932, aos nove anos.¹

À volta da praça, o movimento constante de pessoas e veículos puiu o mato rasteiro e expunha o solo; um solo tão rico em nutrientes e de uma cor tão rica que é chamado de terra-roxa. De vez em quando, acima dos telhados baixos dos casebres e dependências, viam-se as copas das cajamangas, cujo verde escuro das folhas era interrompido, aqui e ali, pelo amarelo vivo das frutinhas. Durante o dia, a maioria dos homens e adolescentes saía cedo para trabalhar no campo. A não ser na época da colheita, as mulheres ficavam perto de suas casas, cortando madeira, cuidando da horta, lavando roupa, cozinhando, cuidando dos menores. À primeira vista, Dumont parecia mais uma vila brasileira qualquer, onde vivia gente do campo, criando seus filhos. Mas, como todos sabiam, Dumont tinha sido, um dia, a colônia central da Fazenda Dumont, uma das maiores fazendas de café de São Paulo.

João Guerreiro Filho nasceu na Fazenda Dumont em 1916. Alto, magro, e cheio de energia, ele ainda trabalhava na terra em 1945, ainda que não fosse mais um colono. Uma empresa da Inglaterra havia comprado a imensa fazenda de café da família Dumont, e, em 1939, ela havia sido revendida para um consórcio de

¹ Nelson Luís GUINDALINI, entrevistado pelo autor. Dumont, 13 de maio de 1995. A descrição de Dumont vem de experiência pessoal, entrevistas com residentes, e pesquisa baseada em material fotográfico, como o que se pode encontrar em Carmen CAGNO, *et al. Ribeirão Preto: Memória fotográfica*. Ribeirão Preto: Colégio, 1985.

renomados fazendeiros paulistas, do qual fazia parte Antônio Prado Júnior – filho do fazendeiro coronel Antônio Prado – e Celso Torquato Junqueira, que dividiu a fazenda em lotes e vendeu-os a especuladores e ex-colonos. João Guerreiro pai era um dos que tinham sabido aproveitar: com a ajuda de seus três filhos, ele e a família tinham conseguido economizar o suficiente para comprar cerca de 20 hectares. Arrancando quase dez mil cafeeiros improdutivos, eles plantaram algodão, mamona, arroz e milho. Foi assim que João Guerreiro pai se tornou um sitiante, um membro da pequena burguesia rural. João Guerreiro Filho, sendo o primogênito, tinha para si parte do orgulho que a família sentia em ser proprietária.²

Ainda que João tivesse apenas um ano de escolaridade, seu pai, um imigrante espanhol, havia incentivado o desenvolvimento de sua compreensão escrita através de jornais. Durante a II Guerra Mundial, ele havia lido as notícias para um alemão que não sabia ler português. Os jornais traziam notícias da ousadia soviética na guerra contra o fascismo, e, no final da guerra, notícias sobre o PCB de Luís Carlos Prestes, e seu apoio às leis trabalhistas rurais, das quais João ouvira falar no programa de rádio do governo, *A Hora do Brasil*.³ Em agosto de 1945, Prestes já estava em seu quarto mês de campanha para se eleger senador federal, demonstrando como uma nova era de política competitiva tinha chegado

² O consórcio era uma empresa rural, a CAIC – Companhia Agrícola de Imigração e Colonização, organizada nos anos de 1930 pela Companhia Ferroviária Paulista, visando aumentar o comércio entre as cidades conectadas por suas linhas. A sua comissão diretora, assim como seus principais acionistas, eram a elite dos fazendeiros de São Paulo. A existência dessa companhia ajuda a explicar algumas das questões levantadas pelo já longo debate acadêmico sobre quem são os beneficiários da economia do café. Os estudiosos da questão dividem-se em duas facções, uma delas afirmando que os plantadores de café foram praticamente o único grupo a tirar vantagens dessa economia; enquanto que o outro partido destaca a mobilidade social dos colonos. A Caic possui arquivos que demonstram como a mobilidade social de alguns colonos fazia parte de uma estratégia dos proprietários, visando a venda de terras improdutivas, criando uma classe de pequenos proprietários, que produzissem os gêneros alimentícios para abastecer as cidades, onde a minoria dominante estava investindo no desenvolvimento industrial. Para os colonos, assim como para os fazendeiros, a situação era bilateralmente vantajosa. Vide Honório de Souza CARNEIRO, “A CAIC: Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização, 1928-1961” (dissertação de mestrado, UNESP – Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 1985); e os Relatórios da diretoria da CAIC, arquivo da CAIC, Centro de Memórias, UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Com relação ao debate sobre a mobilidade social, vide Maurício FONT. “Coffee Planters, Politics, and Development in Brazil”. *Latin American Research Review* 22:3 (1987), p. 69-90; e os comentários de Joseph L. LOVE e Verena STOLCKE, assim como a resposta de FONT, na *Latin American Research Review* 24:3 p. 127-58 (1989). Sobre a propriedade de João Guerreiro, vide CAIC, *Livro com informações sobre lotes e proprietários de terra do núcleo Dumont, área de terras*, Registro 3, Centro de Memórias, Unicamp.

³ João GUERREIRO FILHO, transcrição de entrevista ao autor e Sebastião Geraldo, 11 de julho de 1989, São Paulo AEL/Unicamp, p. 16. Sobre a Coluna Prestes, vide também “São Paulo a Luiz Carlos Prestes”, *Diário da Manhã (de agora em diante, DM)*, 17 de julho de 1945, p. 1.

ao Brasil após oito anos de restrições autoritárias sob o regime do Estado Novo. Em 26 de agosto, João Guerreiro Filho foi comemorar seu aniversário em Ribeirão Preto, e viu uma notícia no *Diário da Manhã*, anunciando a abertura de um comitê do PCB na sede da UGT – União Geral dos Trabalhadores, na Rua José Bonifácio, número 4.⁴ Ele aproveitou a ocasião para se afiliar ao partido e se inscreveu para votar, pela primeira vez, aos 29 anos. Ao sair do prédio, pelo grande portão, ele passou sob o emblema internacional da solidariedade trabalhista, um relevo representando as mãos dos operários e camponeses.

Logo após sua afiliação ao PCB, João Guerreiro Filho ajudou a fundar a célula comunista de Dumont. Onze homens compareciam a encontros semanais, realizados em sua casa – dentre eles, todo tipo de camponês: trabalhadores rurais, parceiros e meeiros, como Pedro Salla, Miguel Bernard e Vitério Negre. A mãe de João, Dona Catarina, e seus dois irmãos mais novos o incentivavam. Sra. Catarina deu lugar ao grupo em sua casa, fazendo pão e muito café quentinho para os homens. Visando aumentar o número de afiliados, eles decidiram formar uma organização pública. Ao final de 1945, alugaram o auditório do cinema, espalharam a notícia e, junto com outros 50 homens e mulheres, fundaram a Liga Camponesa de Dumont, ainda naquele ano.⁵ Guerreiro tornou-se secretário político da liga, posto importante nesta associação política de sitiantes, colonos, trabalhadores rurais pagos (camaradas, assalariados e diaristas), arrendatários, parceiros, meeiros e carroceiros. Juntos, fizeram exigências públicas ao governo municipal, pedindo para Dumont uma clínica, um posto dos correios, serviço de ônibus e pavimentação. Acabaram estabelecendo uma cooperativa em Dumont para comprar e vender produtos mais baratos do que os oferecidos pelos comerciantes locais, os mesmos que haviam, anteriormente, gerenciado as lojas da fazenda.

Apesar do apoio da mãe, essa militância criou uma rixa entre o João Guerreiro Filho e o João Guerreiro pai. Este dizia que a liga era desnecessária aos pequenos proprietários como eles, e dizia a seus filhos que não participassem da política do PCB. Já o filho adorava o trabalho de militante. Visitava fazendas dos arredores para falar em bailes e casamentos, encontrando um sentido além de ser defensor dos interesses dos camponeses. “Vergonha é ser bêbado, ladrão.

⁴ “Partido Comunista Brasileiro: Foi Empossado Ontem o Secretariado do Comitê Municipal, nesta Cidade”, *Diário da Manhã*, 14 de agosto de 1945, p. 8.

⁵ A data precisa desse evento ainda não foi esclarecida. Entrevistas com GUINDALINI e Pedro Salla, 13 de maio de 1995, Dumont. Entrevista de GRERREIRO. Vide também Sebastião GERALDO. “Comunicação Oral: O Resgate da Memória Proletária em Ribeirão Preto”, (dissertação de mestrado) USP 1990. p. 66-70. Outra fonte afirma que a “primeira liga de camponeses” foi estabelecida em terras hoje ocupadas pela Universidade de São Paulo, então nas margens da capital do Estado. Vide “A Primeira Liga Camponesa”, *Notícias de Hoje*, 7-13 de junho de 1963. (Agradeço a John French por este recorte.)

Ser prisioneiro político”, diria, 40 anos depois, “a defender os interesses da classe oprimida, não é. É uma honra, algo de que se ter orgulho”. Para o filho, a Liga Camponesa de Dumont foi o início do movimento em direção à liberdade, unindo um passado glorioso às mobilizações do Diretas Já, dos anos de 1980. “A semente foi plantada”, comentou Guerreiro do tempo que passou na liga, “e agora, está germinando”. Após a entrada do PCB na ilegalidade, em maio de 1947, no entanto, a residência da família foi invadida e revistada pela polícia, e o pai decidiu que seria melhor que o filho fosse morar em outro lugar. Ainda comprometido com a atividade política, João Guerreiro Filho instalou-se em Ribeirão Preto, onde vivia um de seus irmãos. Também em 1947, casou-se e começou sua família. Ironicamente, seu filho mais velho viria a ser, mais tarde, detetive da polícia, encarregado de suprimir uma geração posterior de radicais.⁶

POPULISMO RURAL INCIPIENTE

A história de João Guerreiro Filho levanta questões interessantes sobre a estrutura da democracia e a construção da cidadania rural no Brasil moderno. A Liga Camponesa de Dumont era uma das numerosas organizações políticas camponesas que se formaram no país durante o período de democratização após a II Guerra Mundial (essas organizações, porém, não tinham precedentes na época anterior). E, no entanto, a literatura desconsidera, em geral, esta história, cren-do-a insignificante e dando pouca atenção à política populista rural até 1959, quando o que chama de movimento camponês de Francisco Julião começou a ter um impacto maior sobre a região nordeste. Para esses intérpretes, os trabalhadores rurais eram meras peças no jogo da classe proprietária dominante, ajudando a manter este domínio pela legitimação de sua influência sobre a política local.⁷

⁶ Entrevista de GUERREIRO, transcrita, 5 e 9. Como já vimos no prólogo, Guerreiro disse-nos isso em um sussurro, enquanto falava conosco na garagem aberta da casa de seu filho, em um bairro da cidade de São Paulo. João Guerreiro Filho parecia envergonhado da carreira de policial de seu filho, e seu uso do termo *preso político* tinha mais a ver com a repressão aos militantes de esquerda durante a recente ditadura do que com sua própria experiência em Dumont, já que ele nunca foi encarcerado. Quer dizer, ele identificava sua luta em 1945 com a dos militantes que seu filho ajudava a reprimir nos anos de 1980. O pai se rebelava contra o conformismo do filho.

⁷ Vide, por exemplo, Amaury de SOUZA. “The Cangação and the Politics of Violence in Northeast Brazil”. In: Ronald CHILCOTE. *Protest and Resistance in Brazil and Angola*. Berkeley: University of California Press, 1972; Linda LEWIN, “The Oligarchical Limitations of Social Banditry in Brazil: The Case of the ‘Good’ Thief Antônio Silvino”, *Past and Present* 82, February 1979: p. 116-146; Shepherd FORMAN. *The Brazilian Peasantry* (New York: Columbia University Press, 1975); Robert W. SHIRLEY. *The End of Tradition: Cultural Change and Development in the Município of Cunha, São Paulo* (New York: Columbia University Press, 1971).

O coronelismo, a relação patrão-cliente entre os camponeses e os donos de terras, era especialmente típica do período conhecido como Primeira República (1889-1930).⁸ Em razão da representação proporcional, a lei brasileira deu ao campo, comparativamente mais populoso, mais deputados estaduais do que às áreas urbanas. As mesmas leis eleitorais restringiam o direito de votar aos alfabetizados, e, como o analfabetismo rural era alto, a maioria dos trabalhadores rurais ficou de fora do processo eleitoral. A lei os contava como número, mas os desconsiderava como votantes. Alegaram que os coronéis de Ribeirão eram entre os mais efetivos no controle do voto, deixando só 1.800 de 80 mil habitantes ficar eleitores, quando comunidades bem menores registraram bem mais cidadãos. A classe dominante rural alfabetizada, naturalmente usou das altas estatísticas da população rural para eleger legisladores que atendessem aos seus interesses.⁹

O analfabetismo dos camponeses tem sido ligado ao aumento geral da migração rural para as cidades para explicar o populismo brasileiro e a “experiência democrática” de 1945 a 1964, conhecida por República Populista. Este argumento apenas tem reforçado a imagem negativa do trabalhador rural. Os trabalhadores agrícolas têm sido vistos não só como analfabetos, mas também como ignorantes e, por isso, membros politicamente impressionáveis pelos cenários urbanos para onde eles migram em número crescente nos anos de 1940, 1950 e 1960.¹⁰ Eles presumiam falta de conhecimento especializado de

⁸ O relato mais completo da política dos municípios brasileiros ainda é a de Vitor Nunes LEAL. *Coronelismo: The Municipality and Representative Government in Brazil*. New York: Cambridge University Press, 1977. Sobre Ribeirão Preto especificamente, há um estudo detalhado do sistema e a sua decadência: Thomas WALKER. “From Coronelismo to Populism: The Evolution of Politics in a Brazilian Municipality, Ribeirão Preto, São Paulo, 1910-1960.” Tese de doutorado, University of New Mexico, 1974. Em um texto bem elaborado, um historiador americano recentemente pediu para os pesquisadores abandonarem o conceito já que explica tão mal a realidade. James P. WOODARD. “Coronelismo in Theory and Practice: Evidence, Analysis, and Argument from São Paulo” *Luso-Brazilian Review* (Madison, EUA) v. 42, n. 1, p. 99-117. 2005.

⁹ Sobre a manipulação dos eleitores rurais, vide Robert SHIRLEY. “Patronage and Cooperation: An Analysis from São Paulo State”. In: Arnold STRICKEN e Sidney M. GREENFIELD. *Structure and Process in Latin America*. Albuquerque: University of New Mexico, 1972. p. 139-158; VIL por ter sido excluída AÇA, Marcos e Roberto ALBUQUERQUE. *Coronel, coronéis*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1965 e WOODARD, *Coronelismo, passim*.

¹⁰ Para interpretações negativas do comportamento político e eleitoral dos migrantes rurais na cidade, vide Francisco WEFFORT. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. p. 123-44. José Álvaro MOISES. *A greve de massa e crise política (estudo da Greve dos 300 mil em São Paulo, 1953-1954)*. São Paulo: Polis, 1978. Assis SIMÃO. “O voto operário em São Paulo.” *Revista Brasileira de Estudos Políticos* 1:1. Dezembro de 1956. p. 130-141. Nosso estudo alimenta uma nova onda de historiadores que desafiaram a versão negativa do migrante com pesquisas de caso bem mais informativas. Vide, por exemplo, Paulo FONTES. *Trabalhadores e cidadãos: Nitro Química: a fábrica e as lutas operárias nos anos 50*. São

política, o que fazia com que eles cegamente apoiassem os demagogos populistas. Sua “falsa consciência” levou-os a apoiar tais candidatos supostamente não ideológicos e inconsistentes (não programáticos), como Adhemar de Barros, Getúlio Vargas e Jânio Quadros.¹¹ Portanto, a teoria continua, no campo, os camponeses justificavam o poder contínuo dos atrasados coronéis e latifundiários, enquanto que na cidade, eles desperdiçavam seus votos com oportunistas corruptos ou, ainda pior, comunistas.¹²

Como a história de Guerreiro revela, entretanto, a história política do campesinato é um pouco mais complexa. Guerreiro apoiou os comunistas não porque ele fosse simplório, mas porque ele honestamente pensou que o programa se encaixava na sua visão. Aqueles que se uniram com ele à Liga Camponesa de Dumont devem também ter encontrado algo no seu programa que teve apelo aos seus interesses. Não foi devido à ignorância e à falta de consciência política que Guerreiro tornou-se politicamente ativo, mas por compaixão e por se identificar com os oprimidos. O PCB apareceu em Ribeirão Preto e ofereceu um discurso que acenava com a possibilidade de resolver alguns dos problemas que afligiam os trabalhadores rurais e pequenos proprietários. O PCB parecia para ele ser o melhor veículo para expressar suas preocupações, e ele participou de bom grado de suas atividades, mesmo que tenha custado ofender seu pai.

O fato de que a luta de Guerreiro tenha sido complicada por sua família coloca seu caso apenas um pouco à margem da maioria das classes de trabalhadores. Como Guerreiro, muitos dos camponeses no Brasil eram postos para trabalhar por seus pais, mas, ao contrário dele, a maioria não era de pequenos proprietários, e portanto tinham uma relação mais direta com o fazendeiro ou o dono da terra. As disputas mais imediatas de Guerreiro foram com seu pai.

Paulo: Annablume, 1997; Alexandre FORTES. “*Nós do quarto distrito*”: a classe trabalhadora porto-alegrense e a era Vargas. Rio e Janeiro: Garamond Universitária, 2004 e Antonio Luigi NEGRO. *Linha de montagem: o industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

¹¹ Uma crítica daqueles que não encontravam lógica ideológica no apoio dado pelos trabalhadores a populistas como Barros pode ser encontrada em John D. FRENCH. “Workers and the Rise of Adhemarista Populism in São Paulo, Brazil, 1945-1947”. *Hispanic American Historical Review* 68:1. Fevereiro de 1988. p. 1-43.

¹² Este argumento encontrou forte sustentação no curioso diário de Carolina Maria de JESUS. *A Child in the Dark (Quarto de despejo)*. New York: E. P. Dutton, 1962. Uma imigrante vinda da zona rural de Minas Gerais para uma favela de São Paulo nos anos de 1950, Jesus tornou-se uma celebridade instantânea nos anos de 1960, quando seus escritos foram publicados por um intrépido jornalista. Logo suas opiniões, indignadas e conservadoras, foram publicadas em inglês, nos Estados Unidos. Ela não via nenhum valor em seus companheiros de favela e contava repetidas histórias demonstrando sua ganância, mesquinhez e ignorância. Ela reservava suas críticas mais incisivas, no entanto, para os políticos que vinham à favela oferecer panfletos e promessas inúteis em troca de votos.

Houve uma luta de identidade dentre da economia doméstica, com uma briga de geração combinando com uma briga ideológica que deixou em questão as normas paternalísticas do coronelismo. Como uma relação de sangue, ele podia culpar por seus problemas não só seus pais, mas forças além do controle singular da sua família. Sua família não estava apta ao sucesso, ele reconhece, devido às estruturas de mercado e ao alto custo do crédito, implementos agrícolas, suprimentos e transporte. Ele e os outros formaram a Liga Camponesa de Dumont como um grupo de pressão para alterar estes problemas estruturais. A maioria dos trabalhadores rurais também era forçada a trabalhar pelos seus pais, mas não era a mão invisível do mercado que aparentemente forçava estas condições a família: era o dono da terra ou o fazendeiro e seus supervisores. Estas autoridades, particularmente os supervisores, poderiam ser culpados pela miséria dos trabalhadores. Claro que empregadores (não muito diferentes de Guerreiro) mantinham que o Estado, as estruturas do mercado e as forças naturais eram os reais aterrorizadores de todos eles. Como foi discutido no capítulo anterior, os fazendeiros viam os trabalhadores como parte do seu clã, e juntos trabalhador e chefe enfrentavam os custos e benefícios da vida rural.¹³

Em 1945, entretanto, a classe camponesa estava, por assim dizer, em um estado de formação, convidada a desafiar a noção do clã hegemônico em escala maior. Aos homens do campo foi oferecida uma chance de mudar da dependência na fazenda para uma identidade mais independente como cidadãos da nação. Sob o coronelismo, sua voz política tradicionalmente havia sido atrelada à fazenda, dependente da vontade dos fazendeiros. Mas agora a nação buscava seu apoio, e os partidos políticos disputavam seus votos, bem mais que nos anos de 1920. A participação política estava mais aberta do que nunca em 1945. Na preparação para a transição política de 1945, Vargas fez duas mudanças que tiveram profundo impacto nos trabalhadores brasileiros, tanto rurais quanto urbanos. Uma foi a legalização do PCB e a outra foi uma mudança na lei eleitoral que facilitava o registro para votar, trazendo muitos eleitores novos para o sistema. O PCB pegou a oportunidade para pregar nos trabalhadores rurais a identidade camponesa experimentada nos anos 1920-1930.

Ambas as mudanças do Vargas estimularam a participação política dos trabalhadores, especialmente em São Paulo, onde a dinâmica do café e dos imigrantes já havia combinado para gerar uma política diversificada.¹⁴ As listas de

¹³ Em capítulo 2 do *World-Systems Analysis* (2004), Immanuel WALLERSTEIN traz uma discussão útil para entender o papel fundamental da família na construção e manutenção da hegemonia do sistema-mundial.

¹⁴ Vide WEFORT, Francisco. "As origens do sindicalismo populista no Brasil (a conjuntura do após-guerra)". *Estudos CEBRAP* 4. Abril-junho, 1974. Ricardo MARANHÃO. *Sindicatos e democratização no Brasil (1945-1950)*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

membros dos partidos explodiram com centenas de novos membros se alistando, muitos deles espontaneamente, como Guerreiro. Na eleição presidencial de dezembro de 1945, o partido alegou possuir 60 mil membros só no Estado de São Paulo. O crescimento do PCB, além disso, era apenas parte da onda de expansão em número de eleitores da classe trabalhadora estabelecida pelo novo sistema de registro *ex officio*.¹⁵ Em 1930, 10% dos adultos estavam registrados para votar; em 1945 esta proporção aumentou para 33%. Em áreas industriais e urbanas, como o Rio de Janeiro e São Paulo, a participação eleitoral aumentou de 400% a 500%. Como o brasilianista John D. French comentou, em 1945, “o mercado eleitoral (...) estava totalmente transformado”.¹⁶

Se a região de Alta Mogiana pode servir de exemplo, então o ativismo do PCB e o registro para votar *ex officio* influenciaram a política rural não menos que a urbana. A linha oficial do partido identificava o monopólio da propriedade da terra como um dos dois obstáculos que impediam o desenvolvimento democrático do Brasil. (O outro era a exploração imperialista).¹⁷ Portanto, do momento em que o partido foi legalizado em 1945 até a sua cassação em 1947, os comunistas estabeleceram numerosos comitês de ação pelo interior de São Paulo e outras partes do Brasil.¹⁸ Uma pesquisa dos jornais publicados pelo PCB entre fevereiro de 1945 e abril de 1947 revelou que comitês em São Paulo financiaram a formação de 35 células, associações profissionais

¹⁵ O método de registro *ex officio* possibilitou que os empregadores e os funcionários do governo apresentassem listas de empregados aos juízes eleitorais. As listas podiam então ser aprovadas, e cada pessoa da lista recebia então um título de eleitor. Um dos críticos da época, Virgílio de MELO FRANCO, viu o método *ex officio* como uma estratégia de Vargas para perpetuar o corporativismo do Estado Novo, pois ele fornecia um meio aos chefes de sindicato, escolhidos pelo governo, de registrar os membros de seu grupo. MELO FRANCO. *A campanha da UDN*. Rio de Janeiro: Zelio Valverde, 1946. p. 27-28. John D. FRENCH descobriu como esses críticos eram astutos, provando que o sistema *ex officio* levou à participação eleitoral das massas de trabalhadores, que de outra maneira não teriam podido participar das eleições. Apesar da legislação eleitoral continuar a excluir os analfabetos, o sistema *ex officio* eliminou, essencialmente, esta exigência, uma vez que era possível registrar um novo eleitor com a mera apresentação de sua assinatura. Enquanto os críticos acreditavam que os sindicatos registrariam a maioria dos novos eleitores, French argumenta que o maior número foi obtido junto aos empregadores da indústria, que apresentaram suas folhas de pagamento aos funcionários da justiça eleitoral. FRENCH, “Adhemarista Populism in São Paulo”. p. 6-8. Vide também Maria de Carmo Campello de SOUZA. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)*. São Paulo: Alfa-Omega, 1983. p. 121-124.

¹⁶ FRENCH. “Adhemarista Populism in São Paulo”. p. 7

¹⁷ Luis Carlos PRESTES. “Situação do homem do campo”. *Hoje*. 25 de abril de 1946. p. 7.

¹⁸ Sem citar suas fontes, AZEVÊDO escreve: “Essas ligas e associações rurais foram fundadas em quase todos os Estados brasileiros, unindo, por sua vez, algumas dezenas de milhares de trabalhadores rurais e camponeses”. AZEVÊDO. *As ligas camponesas*. p. 56.

e ligas que defendiam exclusivamente os interesses dos trabalhadores rurais.¹⁹ A Liga Camponesa de Dumont não estava entre aqueles reportados na imprensa, então o número de grupos formados deve ter excedido a quantidade noticiada.²⁰

ALIANÇAS ENTRE CLASSES

O aumento do voto do campesinato não dependia unicamente de comunistas convertidos, como Guerreiro. Na verdade, o aumento do direito de voto na região de Alta Mogiana deve-se a um bom acordo para uma campanha de porta em porta, financiada pelos fazendeiros e pelos partidos conservadores. Interessados em aumentar o poder local por meio do aumento da lista de eleitores, as máquinas políticas municipais do PSD – Partido Social Democrático, da UDN – União Democrática Nacional e do PTB – Partido Trabalhista Brasileiro registraram novos eleitores usando a regulamentação de Vargas para o registro *ex officio*. Com seu eleitorado vindo em grande parte dos fazendeiros, o PSD obteve a permissão dos proprietários de terra para visitar suas fazendas e preparar listas de eleitores entre os colonos, em consulta com os capatazes da fazenda. Esta tática triplicou facilmente o número de eleitores registrados em distritos tais como São Joaquim da Barra, localizado cerca de 65 km ao norte de Ribeirão Preto.²¹ Como os resultados da eleição no pós-guerra mostram, entretanto, esta política saiu pela culatra. Os trabalhadores não estavam convencidos de que seus empregadores sabiam o que era melhor para eles. A democratização das políticas locais é bem caracterizada pela frase do cientista político Thomas Walker, “do coronelismo ao populismo”. Como Walker mostra, a participação

¹⁹ José Cláudio BARRIGUELLI, (ed.). *Subsídios à história das lutas no campo em São Paulo (1870-1956) vol. 2*. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, Arquivo de História Contemporânea, 1981. p. 127-267. Esta valiosa coleção consiste em artigos sobre os movimentos sociais no campo, retirados de muitos jornais paulistas, especialmente os associados aos partidos comunista e socialista. Para o período de 1945 a 1947, o editor consultou os jornais *Hoje*, *Notícias de Hoje* e *Tribuna Popular*. Infelizmente, alguns artigos foram resumidos, e não transcritos, e uma revisão defeituosa torna frequentemente difícil distinguir os resumos dos artigos na íntegra. Ainda assim, os volumes fornecem um excelente guia do tópico, e um índice para o assunto nos periódicos originais.

²⁰ Entrevista de GUERREIRO e Irineu Luiz de MORAES, entrevistados pelo autor e Sebastião Geraldo, 27 de maio de 1989. (Daqui em diante, Entrevista de Moraes, parte. 3)

²¹ Em 1º de agosto de 1945, as campanhas de registro do PSD e da UDN utilizando listas *ex officio* havia aumentado o número de votantes no distrito de São Joaquim da Barra de 748 para mais de dois mil. “São Joaquim da Barra já fez dois mil eleitores”. *Diário da Manhã*. 3 de agosto de 1945. p. 8.

dos fazendeiros na Câmara de Vereadores de Ribeirão Preto caiu de 53% para 9% entre os períodos de 1910-1928 e 1947-1959.²²

O próprio Vargas continuou a contribuir para a mudança no equilíbrio de poder entre os proprietários e os trabalhadores durante este período. Como senador em 1947, ele fez campanha em favor dos candidatos do PTB, usando seus discursos para definir um ramo da política que buscava ao mesmo tempo tanto dar poder aos trabalhadores quanto pacificá-los. Seus discursos honraram suas conquistas “na vanguarda do socialismo” e sutilmente instigaram-nos em favor da via do PTB e não da confrontação inserida em uma retórica comunista. Em janeiro, Vargas veio para São Paulo e celebrou a liderança dos trabalhadores paulistas na luta para o desenvolvimento socioeconômico do Brasil.

Entre todos os povos, em todas as épocas, os choques mais violentos se determinam quando se defrontam a aristocracia agrária e o dinamismo industrial. Quando no Brasil ainda se lutava para manter a escravidão, tu já importavas mão de obra livre. Quando tua lavoura ainda se achava no apogeu, lançavas a grande indústria. E quando, na aurora social, os reacionários se congregam, já estas na vanguarda do socialismo brasileiro. (...) Conheces o teu caminho e sabes indicar o caminho do Brasil. (...) É necessário votar. É necessário votar no Partido Trabalhista Brasileiro. O vosso Partido, trabalhadores de São Paulo, é a maior força política e social do Brasil. (...) É a soma de todas as vossas energias, defendendo direitos e o ideal de um futuro em que o trabalhador tenha todos os caminhos abertos para o governo do povo pelo povo.²³

A mensagem de Vargas retrata os trabalhadores paulistas, destacando os de Ribeirão Preto, como a força mais importante na história do Brasil, mas não na luta de classes, que os comunistas enfatizavam. Esta era a essência da mistura única de ideologias que Vargas estava então desenvolvendo para sua candidatura à Presidência em 1950. Chamada de trabalhismo, a abordagem honrava os trabalhadores não só pelo seu trabalho, mas também pelo seu papel na história – como agentes históricos na luta contra a escravidão e os fazendeiros reacionários, e como indivíduos que levam o desenvolvimento industrial e para a democracia social e política. O PTB era seu veículo político e Vargas e os outros líderes do partido eram seus humildes motoristas.²⁴

²² WALKER. “From Coronelismo”. p. 220. Enquanto o WOODARD questiona o encaixa do conceito em São Paulo, concluiu que o coronelismo funcionou em Ribeirão Preto numa maneira mais consistente com a teoria, para segurar controle político. James P. WOODARD. “Coronelismo in Theory and Practice”. p. 106.

²³ VARGAS. *A política trabalhista no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1950. p. 167-170.

²⁴ Uma sofisticada discussão sobre as origens e o desenvolvimento do trabalhismo encontra-se em Angela de Castro GOMES. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Vértice, 1988 e

A presença deste discurso populista nascente, que oferecia tanto uma crítica ao comunismo quanto ao coronelismo, torna difícil avaliar a precisa relação entre o PCB organizado no campo e os grandes desenvolvimentos políticos. As estatísticas eleitorais demonstram, entretanto, que os fazendeiros estavam em processo de perder sua força tradicional no voto rural nas eleições para governador de janeiro de 1947. Que alguns fazendeiros de Ribeirão Preto mais tarde escolheram se aliar ao PCB sugere que este partido tinha uma força mais profunda nos trabalhadores rurais que o PTB.²⁵ A eleição de janeiro estava se aproximando, os fazendeiros dividiram seus votos entre Mario Tavares do PSD e Antônio de Almeida Prado, candidato da UDN, defensora do *laissez-faire*. O candidato do PSD prometia a melhor chance de vitória, especialmente porque o Presidente Eurico Gaspar Dutra (do PSD) poderia conseguir grande influência sobre o aparelho e pessoal sobrevivente do Estado Novo, que incluía o governador indicado federalmente, que indicava os prefeitos e os próprios prefeitos, que presidiam o processo eleitoral local. Entretanto, a eleição foi perdida (veja, tabela 1). Tendo aceitado abertamente o endosso e apoio do partido comunista apenas a 20 dias da eleição, Adhemar de Barros obteve a pluralidade por meios que ele próprio havia criado: o PSP – Partido Social Progressista.²⁶ O PCB, que poderia alegar imensa popularidade entre os eleitores da classe operária, tomou crédito justificado por essa vitória.

Para os fazendeiros e empresários do PSD, uma mensagem temível se escondia por de trás da vitória de um candidato que não estava contemplando seus interesses e aparentava estar aliado à “doença social” do comunismo.²⁷ Assim mesmo, como filho de uma proeminente família de cafeicultores, Barros era alguém com quem eventualmente os fazendeiros achavam que poderiam trabalhar. O resultado da eleição cortou profundamente seu poder de barganha

Jorge FERREIRA. *O imaginário trabalhista. Getulismo, PTB e cultura política popular (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2005. Mais detalhes sobre a rivalidade PTB-PCB podem ser encontrados na primeira parte de Gláucio Ary SOARES, Dillon. *Sociedade e política no Brasil*. São Paulo: DIFEL, 1973.

²⁵ No mesmo discurso acima citado, o Vargas lançou uma crítica nítida do PCB neste sentido. Falou: “Trabalhismo e comunismo era a mesma coisa. [Mas...] em toda parte o partido comunista tomou posição contra o trabalhismo brasileiro. Na escolha de governadores aliou-se aos velhos partidos burgueses, que usam rótulos diferentes, mas têm a mesma substância.” VARGAS, *A política trabalhista*, p. 167.

²⁶ Regina SAMPAIO. *Adhemar de Barros e o PSP*. São Paulo: Global Editora, 1982.

²⁷ Como o Comandante da Marinha Henrique Batista Silva OLIVEIRA disse em duas sessões da Sociedade Rural Brasileira, “O comunismo é uma doença social”. Vide “Um fenômeno natural”. *Revista da Sociedade Rural Brasileira*. (Daqui em diante, RSRB) 37:320. p. 38. Abril de 1947. E “A questão comunista”. *RSRB* 37:321. p. 40-42. Maio de 1947. Vide também as reações de vários fazendeiros ao primeiro discurso em São Paulo do líder do partido comunista, Luis Carlos Prestes, após sua soltura da prisão, em “Uma campanha injusta e inconsequente contra os lavradores do Brasil e de São Paulo”. *RSRB* 25:300. p. 14-24 Agosto de 1945.

por mostrar que o PSD de São Paulo não poderia mais entregar o voto rural. Enquanto que Tavares do PSD ganhou a pluralidade (38%) no interior, a maioria (52%) dos votos foi dividida entre os dois candidatos populistas, cujas campanhas apelavam para o voto do camponês. Estes dois candidatos eram Barros apoiado pelo PCB, que recebeu 23% do voto rural, e Hugo Borghi, do PTB, com 29%. Um desastre político de proporções históricas para os conservadores, a eleição golpeou profundamente a concepção das relações rurais de poder.²⁸

Tabela 1: Resultados das Eleições para Governador de São Paulo, 19 de Janeiro de 1947

Candidatos	A	B	C	D
Adhemar de Barros	48%	23%	393.637	35%
Hugo Borghi	32%	29%	340.502	31%
Mario Tavares	13%	38%	289.575	26%
A. de Almeida Prado	6%	10%	93.169	8%
Total de votos	535.096	581.787	1.116.883	

Fontes: TER/SP; FRENCH, “População Adhemarista em São Paulo”, 22.

Legenda: A Coluna A corresponde a porcentagem de votos recebidos pelo candidato em regiões urbanas, inclusive nas zonas eleitorais da Grande São Paulo, Campinas, Jundiaí, Santos e Sorocaba. A Coluna B documenta a porcentagem de votos dos candidatos nas demais zonas eleitorais do Estado, áreas agrícolas em sua grande maioria. A Coluna C mostra o total de votos de cada candidato no Estado. A Coluna D representa este total em forma de porcentagens.

Por toda a Alta Mogiana, os candidatos ao governo de centro-esquerda tiveram mais votos que aqueles do PSD ou da UDN (veja, Tabela 2). Em Ribeirão Preto e nas cidades ao redor, os candidatos apoiados por fazendeiros (Tavares) e pelos estabelecimentos comerciais (Almeida Prado) foram superados por Barros e Borghi, que atraíram 70% dos votos, consideravelmente melhor que sua média estadual rural de 52%. Em outro importante centro agrícola, a zona eleitoral adjacente de Sertãozinho, os candidatos de centro-esquerda também atraíram maior porcentagem (58%) de votantes do que o representado nas médias estaduais.

É difícil de atribuir estes resultados definitivamente ao voto dos camponeses, especialmente no caso de Ribeirão Preto. O censo de 1950 mostra que o município de Ribeirão Preto já se havia tornado um centro regional econo-

²⁸ “A perda do PSD nas cidades, ainda que compreensível, foi acompanhada de um desastre eleitoral no interior, em que tanto o PTB quanto a aliança PSP/PCB venceram em número de votos, uma revolução política que merece ser estudada mais a fundo”. FRENCH. “Adhemarista Populism in São Paulo”. p. 25, n 65. Ainda que French possa ter exagerado as proporções revolucionárias da eleição de 1947, seu comentário não é exagerado ao afirmar ser necessário estudá-la mais a fundo.

micamente complexo no fim da II Guerra Mundial. A pesquisa mostra que apenas 9.878 ou 25%, de 39.102 trabalhadores eram listados como agricultores.²⁹ Entretanto, muito da indústria e do comércio de Ribeirão Preto devia sua existência à produção agrícola regional, então os tentáculos dos fazendeiros se estendiam profundamente nas cidades. Ainda assim, a clara popularidade dos candidatos de centro-esquerda em Ribeirão Preto, então a cidade mais industrializada da região, sugere que proporcionalmente mais trabalhadores sentiam-se livres destes tentáculos. Por fim, os resultados da eleição de janeiro de 1947 mostraram como se havia tornado difícil dizer se seriam os camponeses ou os fazendeiros quem teriam a maior influência nas eleições em Ribeirão Preto durante a República Populista.

Tabela 2: Resultados das Eleições para Governador de Alta Mogiana, 19 de Janeiro de 1947

Candidatos	108	109	133	135
Adhemar de Barros (PSP)	4.509	505	321	340
Hugo Borghi (PTB)	3.824	729	1.550	1.380
Mario Tavares (PSD)	2.907	952	775	1.026
A. de Almeida Prado (UDN)	680	134	897	186
Total de votos	12.001	2.320	3.543	2.932
Centro/esquerda (PTB/PSP) como porcentagem da votação total	70%	53%	52%	58%

Fonte: TRE/SP.

NOTA: As zonas eleitorais da tabela foram selecionadas aleatoriamente como amostra entre todas as zonas da Alta Mogiana no ano de 1947. As zonas escolhidas incluem as seguintes municípios: Zona 108 – Ribeirão Preto, Guarapiranga, Dourado, Boa Esperança, Trabiju e Dumont; Zona 109 – Cravinhos, Serrana, Guaturano e Guataparé; Zona 133 – São Simão, Icaturana, Luiz Antônio e Serra Azul; Zona 135 – Sertãozinho, Cruz das Posses, Barinhos e Pontal. Segundo o censo de 1950, a população economicamente ativa (PEA) de todas as zonas, exceto da zona 108, eram predominantemente da agricultura. A Zona 108 na grande Ribeirão Preto, no entanto, somente um quarto da PEA estava empregada na agricultura em 1950.

²⁹ Estes números são extremamente difíceis de se interpretar. Em primeiro lugar, as categorias do censo para trabalhadores, formalmente a população ativa na economia (EAP), incluem todos os membros da força de trabalho de mais de dez anos de idade. É essencial levar em conta a idade dos trabalhadores ao se analisar o eleitorado, uma vez que apenas adultos (de 21 anos ou mais) podiam votar. Além disso, eu já eliminei da EAP duas populações que eram legalmente excluídas: os militares e policiais, e as mulheres sem ocupação (na maior parte, “donas de casa”). As estatísticas de base foram levantadas nas cidades correspondentes, listadas no censo e incluídas nas várias zonas eleitorais. Vide a tabela 43 em: *Censo Demográfico: Estado de São Paulo*, Tomo 1, vol. 25. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas, Conselho Nacional de Estatística, Serviço Nacional de Recenseamento, 1954. p. 132-139.

A ASCENSÃO POLÍTICA DOS TRABALHADORES DA ALTA MOGIANA

Em 1947, os trabalhadores de Ribeirão Preto haviam desenvolvido considerável autonomia. Nos anos de 1930, comunistas e ativistas trabalhistas fundaram a UGT, e os trabalhadores e seus apoiadores intelectuais mantiveram com sucesso a organização desde então.³⁰ Em junho de 1945, cansados do racionamento por causa da guerra e a supressão do salário, os trabalhadores de Ribeirão Preto exigiram um reajuste salarial sobre o que prometia o salário mínimo legal. A hierarquia sindical local havia sido indicada pelos oficiais do governo, mas os militantes dinâmicos, como Irineu Luís de Moraes, organizaram pressão de baixo para cima para forçar os líderes sindicais a negociarem aumentos no salário depois da guerra.³¹ Quando os manifestantes encararam resistência armada dos donos da maior distribuidora de comida da área, a Casa Robim, mais ou menos cinco mil trabalhadores invadiram galpão da empresa e a saquearam, levando tudo menos as paredes.³² Finalmente, não menos do que nove sindicatos e oito grupos de empregadores estavam representados no processo de negociação do acordo, que resultou não somente no aumento de salário, mas também na promessa dos comerciantes de não aumentarem os preços ao consumidor proporcionalmente.³³

³⁰ Sebastião GERALDO. “Relatório para o exame geral de qualificação para obtenção do grau de mestre em ciências da comunicação”. Cópia mimeografada, Universidade de São Paulo, 1988. p. 22. No início do sec. XXI o prédio da UGT foi renovado e serviu a comunidade de apoio do MST, entre outras organizações populares.

³¹ Numa manhã de segunda-feira, em que a maioria dos trabalhadores não podiam comparecer, os chefes dos sindicatos e “pelegos” (uma palavra utilizada para designar os funcionários nomeados pelo governo ou outras pessoas comprometidas de alguma maneira com a classe patronal ou política) convocaram uma reunião pública na praça central de Ribeirão Preto, a Praça XV de Novembro. Esta assembleia foi calculada para diminuir a tensão da classe trabalhadora, e Moraes ajudou a organizar uma paralisação ilegal para permitir que mais trabalhadores participassem. WELCH e GERALDO. *Lutas camponesas*. p. 59-82.

³² De acordo com MORAES, o saque ao armazém não havia sido planejado, e ocorreu espontaneamente como uma reação dos trabalhadores revoltados. A polícia foi chamada, mas era gente demais para ser dominada pelos praças locais. Conta, porém, que a polícia ajudou os saqueadores, organizando o ataque ao armazém da Robim. Uma unidade do exército foi enviada de Pirassununga, a mais de 110 km ao sul, mas todos já haviam voltado para suas casas quando as tropas chegaram. Irineu Luis de MORAES, entrevistado pelo autor, Ribeirão Preto, 22 de agosto de 1988. (Daqui em diante, Entrevista com MORAES, p. 1)

³³ Os sindicatos envolvidos representavam os trabalhadores de gráficas, fábricas de enlatados, frigoríficos, metalúrgicas, fábricas de móveis, sapatos e roupas, motorneiros, empregados de hotéis e restaurantes, cervejeiros e engarrafadores, trabalhadores da construção civil e comerciantes. Vide: “Satisfeitas as justas reivindicações trabalhistas”. *Diário da Manhã*, 14 de junho de 1945. p. 8. Apesar do saque ter sido espontâneo e a greve organizada por militantes como Moraes, o fato de que a greve foi negociada por “pelegos” pode indicar por que Borghi se saiu

Então, estimulada pelo sucesso da greve, Ribeirão Preto serviu como centro de uma greve estadual sem precedentes contra a Companhia Paulista de Força e Luz, geradora estadunidense de energia elétrica e operadora do trânsito urbano por todo o interior de São Paulo. Envolvendo milhares de trabalhadores, a greve afetou a Força e Luz na sua fonte – as hidroelétricas da companhia. De acordo com Moraes, a greve, cuidadosamente orquestrada, começou com um telefonema do centro de comunicação da companhia em Ribeirão Preto, ordenando que todas as 16 estações desligassem seus geradores.³⁴ A greve, oposta tanto pelo PCB quanto pelo sindicato oficial dos trabalhadores de energia, provou ser enormemente bem sucedida. Com grande apoio popular, em dois dias os grevistas ganharam um contrato assinado, garantindo 100% do aumento salarial que eles haviam pedido e mais um pagamento extra em dezembro – o abono de natal.³⁵

Em 12 de agosto, depois da vitória na Força e Luz, Moraes e sete outros abriram o escritório do PCB em Ribeirão Preto, e começaram a alistar novos membros.³⁶ Agora um militante pago pelo partido, Moraes devotou-se a construir apoio para o partido entre os camponeses de todas as categorias: pequenos proprietários, parceiros, trabalhadores assalariados e os ubíquos colonos do café da região. Em 26 de agosto, quando Guerreiro veio ao escritório e uniu-se ao partido, ele tornou-se associado de Moraes. A Liga Dumont foi a primeira em cuja formação Moraes se envolveu; o nome, que mais tarde foi popularizado por Francisco Julião, teve origem logo depois da I Guerra Mundial – as numerosas organizações políticas eram então chamadas de ligas, tais como a Liga das Nações e a Liga Democrática – nas ligas de frente popular orientadas pelo antigo Comintern no final dos anos 1920.³⁷ Pelo fim de 1945 e durante todo o ano de 1946, Moraes viajou para outras cidades da região e ajudou a fundar organiza-

tão bem na região. Vide: Maria Victoria BENEVIDES. *O PTB e o trabalhismo*. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 41-45.

³⁴ MORAES lembra que as hidrelétricas e subestações das seguintes localidades participaram: Campinas, Bauru, Araraquara, Avanhandava, Marimbondo, Gavião Peixoto, Buriti, São Joaquim da Barra, e Dourados. Entrevista com MORAES, p. 1.

³⁵ Irineu Luis de MORAES, entrevistado por Sebastião Geraldo, Ribeirão Preto, 20 de fevereiro de 1989. (Daqui por diante, Entrevista com MORAES, p. 2.) Vide também, GERALDO. “Comunicação Oral”. p. 89-102.

³⁶ “Partido Comunista Brasileiro: Foi empossado ontem o secretariado do comitê municipal, nesta cidade”. *Diário da Manhã*, 14 de agosto de 1945. p. 8. Moraes foi nomeado secretário geral e Antônio Alagão tornou-se encarregado de trabalhos do campo.

³⁷ WELCH e GERALDO. *Lutas camponesas*. p. 87. Entrevista com GUERREIRO, SALLA me disse que Ciavatta havia sugerido o nome, mas Ciavatta nunca nos fez essa afirmação. Entrevista concedida ao autor com SALLA e Nazarena CIAVATTA, 20 de outubro de 1988, Ribeirão Preto. (Transcrição, AEL/Unicamp). MEDEIROS. *História dos Movimentos*. p. 26-27., discute a ideologia do PCB. KAREPOVS. “A esquerda e o parlamento no Brasil.” p. 192, 585-86.

ções de camponeses em Guará (novembro de 1945), Viradouro (junho de 1946) e Barrinha (maio de 1947).³⁸ Em Miguelópolis, na parte mais ao norte da região de Alta Mogiana, ele também participou da fundação de outro diretório regional para os parceiros afilhados ao PCB.³⁹ Portanto, na eleição de 1947, o PCB tinha extensivamente penetrado na região de Alta Mogiana, estabelecendo-se como a voz principal entre as classes de trabalhadores urbana e rural.

Diferente de seus esforços organizacionais anteriores, estes novos grupos foram criados por Moraes para mobilizar o campesinato como grupo de pressão política mais que sindicatos focados em preocupações trabalhistas. “Não um sindicato propriamente dito”, disse Moraes sobre as ligas, “mas uma liga política que acompanhava as eleições e dava votos para os candidatos do partido”.⁴⁰ A Liga Camponesa de Dumont demonstrou sua utilidade ao partido em abril de 1946, quando trouxe algo em torno de 200 trabalhadores rurais para o coração de Ribeirão Preto para ouvir o discurso de Luís Carlos Prestes, o popular secretário geral do PCB. Em 3 de janeiro, Moraes chamou os membros da liga para comparecer à candidatura para o Senado pelo PCB-PSP de Cândido Portinari, o artista renomado mundialmente que nasceu colono de café perto de Ribeirão Preto em Brodósqui. Por meio de esforços como este, o partido logo conseguiu a lealdade de milhares de eleitores rurais em São Paulo e outros Estados.⁴¹

REPRIMINDO AS LIGAS CAMPONESAS

Os resultados das eleições de 1945 e 1947 não foram satisfatórios nem para o PCB nem para o PSD, ainda que o primeiro tenha em geral melhorado

³⁸ “Trabalhadores rurais e o PCB”. *Hoje*, 21 de novembro de 1945. p. 6; “A miséria e fome os lares camponeses”. *Tribuna Popular*, 9 de março de 1946. p. 8; “Organizam-se os camponeses do Viradouro”. *Notícias de Hoje*, 17 de junho de 1946. p. 7; “Fundado em Barrinha a associação dos trabalhadores do campo”. *Notícias de Hoje*, 12 de março de 1947. p. 6. In: BARRIGUELLI, *Subsídios a história das lutas no campo*, 138-139, 149-50, 205, e 242.

³⁹ Ainda que essas organizações fossem constituídas legalmente, elas não tinham uma identidade dentro da estrutura corporativa brasileira. O PCB as organizou com dois objetivos: (1) obter o controle de um bloco eleitoral até então não explorado, que ajudaria a fortalecer o partido ou seus aliados; (2) servir como comitê de organização para os sindicatos que tivessem um lugar formal no Estado brasileiro. Clodomir Santos de MORAES. “Peasant Leagues in Brazil”. In: *Agrarian Problems and Peasant Movements in Latin America*. Rodolfo STAVENHAGEN (ed.). New York: Doubleday, 1970. p. 103-105. Entrevista com MORAES, partes 1 e 3.

⁴⁰ WELCH e GERALDO. *Lutas camponesas*. p. 89.

⁴¹ Entrevistas com MORAES, GUERREIRO e Lindolfo SILVA, São Paulo, 16 de agosto de 1988 e João Batista BERARDO. *O Político Cândido Torquato Portinari*. São Paulo: Ed. Populares, 1983. p. 77-78.

seu status à custa de outros partidos. Na verdade, o aumento de popularidade e os sucessos eleitorais do PCB levaram o governo a tornar o partido clandestino em maio de 1947, e as ligas foram gradualmente reprimidas da mesma forma. Em 9 de maio, a polícia invadiu o partido na sede da UGT e confiscou uma longa lista de aparelhos políticos e material organizacional, incluso seis convites vermelhos para os “Trabalhadores Rurais de Barrinha”, um estatuto para os “Trabalhadores Assalariados Agrícolas” e dois recibos mensais para membros da Liga Camponesa de Dumont. Dentro de um dia, a polícia invadiu a casa dos pais de Guerreiro e levou os materiais da liga que ele havia deixado lá.⁴² Seis policiais saquearam a casa do camponês Pedro Salla também, mas não foi encontrado nenhum documento. Guerreiro o havia avisado da invasão iminente, e Salla pediu para sua esposa esconder a evidência de sua participação na liga debaixo da palha no galpão. A aproximação da polícia a assustou, e mais tarde ela queimou todos os seus papéis, inclusive publicações do PCB e uma planilha com os membros que pagavam mensalidade. “Ela me repreendeu muito”, Salla comentou. “O trabalho me afastou demais da minha família e ela estava com medo de que eu fosse preso”.⁴³

Enquanto que a repressão de maio era perturbadora, ela não foi levada a cabo com muita diligência na região de Alta Mogiana. A eleição de janeiro havia mostrado a importância do voto dos trabalhadores, e os políticos locais não estavam em posição de se associarem a um ataque nada popular ao PCB local.⁴⁴ Por sugestão do partido, Guerreiro candidatou-se a vereador na eleição de 9 de novembro. Com o partido legalmente proibido de ter participação eleitoral, o diretório local do PCB escolheu aliar seus candidatos com qualquer partido legal que pudesse, exceto o PSB, cujo líder os havia traído cumprindo as or-

⁴² No dia 7 de maio de 1947, sob pressão do Presidente Dutra, o Supremo Tribunal Eleitoral cancelou o registro do PCB, tornando-o ilegal. Com medo da coalizão PCB-PSP em São Paulo, Dutra ameaçou o governador Adhemar de Barros com uma intervenção (que a Constituição de 1946 permitia), a menos que ele ordenasse que sua polícia desmantelasse o partido e seus grupos afiliados, confiscando documentos, e prendendo militantes. Uma lista dos documentos e papéis do partido que foram confiscados pela polícia de Ribeirão Preto pode ser vista no “Auto de Apreensão” de 25 de maio de 1947, Arquivo do Tribunal Regional Eleitoral, São Paulo (daqui em diante, TRE/SP). (Agradeço a John French por ter-me enviado uma cópia deste documento.) Vide também: FRENCH. “Adhemarist Populism in São Paulo”. p. 33-34 e a Entrevista de GUERREIRO.

⁴³ Entrevista de SALLA.

⁴⁴ Sobre a repressão, vide os comentários de, Elias CHAVES NETO. *Minha vida e as lutas de meu tempo*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978. p. 92-122. Este livro relata que o contra-ataque da polícia de Barros foi violento em 1948 e em 1949. Sobre a região, vide “Manobra diabólica dos reacionários de Fernandópolis desmascarada pelo Secretário de Segurança”. *Hoje*, 17 de maio 1947, p. 2. “Arbitrariamente fechada a associação dos trabalhadores rurais de Rio Preto”. *Hoje*, 24 de maio de 1947. p. 3. In: BARRIGUELLI. *Subsídios à história das lutas no campo*. p. 258-60.

dens repressivas do presidente Dutra. Como o PCB já tinha uma ligação com o PSD, Guerreiro concordou em concorrer por este partido. Outros membros conhecidos do PCB se juntaram a ele.⁴⁵

Na superfície, a aliança entre PSD e o PCB era estranha. O PSD era o lar político de muitos fazendeiros e do próprio presidente Dutra, que havia cancelado o registro do PCB há pouco tempo. Embora o PSD fosse tecnicamente um partido novo fundado em 1945, foi construído com base nas estruturas políticas da tradição rural, como o coronelismo.⁴⁶ Em São Paulo, entretanto, a classe dominante no campo permanecia dividida por muitos assuntos, com alguns fazendeiros progressistas apoiando o PSD e outros mais conservadores ingressando na UDN. No PSD, era possível encontrar alguns membros do velho Partido Democrático (PD) que se lembravam da aliança com o PCB-BOC nos anos de 1920. No fim dos anos de 1940, os setores do PSD e PCB de Ribeirão Preto aparentemente compartilhavam pretensões em curto prazo sobre modernização, corporativismo e populismo. Dadas essas condições, bem como as relações tradicionais patrão-cliente, Guerreiro aceitou sinceramente a tutela de João Velloso, contador-chefe da fazenda Santa Theresa, e líder conhecido do PSD em Ribeirão Preto. Velloso deu-lhe dinheiro e transporte e abriu a porta de várias fazendas. Convidado a discursar em casamentos, bailes e jogos de futebol, Guerreiro se viu o detentor do equivalente rural para a chave da cidade.⁴⁷

Enquanto que a eleição de novembro se aproximava, Velloso lançou um aviso a Guerreiro junto com Cr\$ 500,00 para o aluguel de um ônibus. “Eu te dou o dinheiro”, Guerreiro lembra Velloso dizer, “se você não falar muito aos eleitores”. Na memória de Guerreiro, Velloso parecia com medo de que ele alertasse os homens sobre os seus direitos e que causasse neles menos vontade de trabalhar por tão pouco.⁴⁸ O líder camponês prometeu se refrear e não dar con-

⁴⁵ A aliança PSD-PCB era assunto de registro público em Ribeirão Preto, e não foi poupada de críticas. Durante a campanha, o jornal mais importante do município, *A Cidade*, publicou reportagens criticando o “casamento” dos dois partidos. Vide, por exemplo, “Flagrantes de um ‘casamento’ político”. *A Cidade*, 6 de outubro de 1947, acusando o PSD de entregar Ribeirão Preto a agentes do Kremlin. Os documentos não deixam dúvida quanto à afiliação de alguns dos correligionários de Guerreiro ao PCB. Eram eles: José Engracia Garcia, Decio Fernandes e Aparecido de Araújo. Os outros candidatos do PSD endossados publicamente por Prestes e acusados de pertencerem ao PCB por seus oponentes eram: Henrique Crosio, Albiono Tremschini Miotto, Antônio Pontim, Ofelio Russomano, Clemente José da Silva e Salvador Trovato. Processo No. 6.337/209, 2 de dezembro de 1947, TRE/SP.

⁴⁶ Lucia HIPPOLITO. *PSD: de raposas e reformistas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

⁴⁷ Detalhes obre Velloso foram obtidos do historiador José Pedro de Miranda, então Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto. Entrevista de GUERREIRO.

⁴⁸ Entrevista com GUERREIRO. Mais sobre esta eleição em: WALKER. “From Coronelismo to Populism”. p. 191-196.

selhos trabalhistas e meramente passar a cédula do PSD, a qual incluía o nome de Guerreiro bem como de outros dez candidatos a vereador. Dessa forma, a campanha foi marcada pela acrimônia, pois os partidos tentaram acusar o PSD de comunista. A Liga de Defesa Paulista utilizou cartazes avisando o “eleitorado Católico de Ribeirão Preto” para tomar cuidado com o PSD: “Ao povo, às mães de família e aos que sobrepõem a Pátria Brasileira à Pátria Bolchevista! Alerta! (...) O PSD deu 30 mil cruzeiros, de mão beijada aos chefes comunistas locais!” Assim, poucos dos candidatos nomeados pelo PSD concorreram abertamente como comunistas, e todos aceitaram o endosso de Prestes, acreditando que seu apoio seria um apelo aos eleitores.

No campo, Guerreiro foi mais cauteloso. Ele usou o ônibus fornecido por Velloso para ir de fazenda em fazenda, de modo a buscar trabalhadores rurais e levá-los para Ribeirão Preto, onde eles poderiam votar. No fim, entretanto, Guerreiro atraiu apenas 77 votos de mais de 13.492 postos na urna.⁴⁹ Sua imagem contraditória como defensor dos interesses dos camponeses e representante do partido dos fazendeiros deve ter confundido muitos eleitores. Mas com o sistema de distribuição proporcional na eleição brasileira, dois outros comunistas na cédula (Aparecido de Araújo e Décio Fernandes) e um simpatizante (Dr. Henrique Crosio) foram eleitos para cadeiras do PSD; na verdade, os candidatos de Prestes angariaram um terço a mais de votos do que os que concorreram somente pelo PSD. Disputas legais da pós-eleição, entretanto, impediram os vencedores de assumir as cadeiras na Câmara dos Vereadores.⁵⁰

Para Guerreiro e o partido, a derrota foi frustrante, mas sua campanha para lutar pelo poder contra os “imperialistas” e “latifundiários” continuou a se focar em métodos democráticos. Para o PSD, entretanto, a eleição enfraqueceu não somente seu poder, mas também sua autoestima. Eles haviam se aliado com os comunistas, passado por constrangimentos, e perdido. Por quase toda a região da Alta Mogiana, candidatos que não eram do PSD ganharam as eleições para prefeito e vereadores (veja, Tabela 3). Ainda que tenha se esforçado muito, o PSD havia falhado em convencer os trabalhadores rurais de que eles tinham as melhores intenções no coração. O mundo de fantasia celebrando a harmonia mítica da vida rural, a não existência de classes, o clã fazendeiro, a visão que os fazendeiros haviam elaborado para defender-se desde 1941, provou ser ineficaz contra um campesinato armado com cédulas. A eleição deu um fim temporário

⁴⁹ “Atas das Juntas Eleitorais do Município de Ribeirão Preto”. 9 de novembro de 1947. Processo No. 6337/209, TRE/SP.

⁵⁰ Após a eleição, três partidos de oposição (o PSP, o PR e o PTN) se uniram para exigir que os funcionários da justiça eleitoral destituíssem de seus cargos os candidatos eleitos pelo PSD que se acreditava serem comunistas. Vide: Processo No. 6.337/209, 2 de dezembro de 1947, TRE/SP. (Agradeço a John French por ter me disponibilizado uma cópia deste documento.)

ao experimento dos fazendeiros com a democracia e deu início a um período de endurecimento das relações sociais rurais. Guerreiro e os camponeses que ele levou para votar tinham de alguma forma decepcionado os fazendeiros.

Tabela 3. Resultados das Eleições Municipais na Alta Mogiana, 9 de Novembro de 1947

Candidatos categorias	Ribeirão Preto	Miguelópolis	São Simão	Sertãozinho
<i>Prefeito</i>				
Partido eleito	PTB	PSD	UDN	PTN
% de votos	37%	53%	69%	54%
<i>Câmara Municipal</i>				
Centro/esquerda votos	7.768	897	698	1.629
Votos do Partido Conservador	5.388	963 ^a	1.336 ^b	395 ^c
Centro/esquerda % de votos	59%	48%	34%	80%

Fonte: TRE/SP.

NOTA: O papel da UDN e sua linha ideológica no interior do Estado de São Paulo necessita de apuração adicional. No caso do município de Miguelópolis, embora o PSD tenha vencido a prefeitura, Moraes afirma que o vitorioso candidato para prefeito, José Santana, estava tão comprometido com o PCB que prometeu entregar seus deveres para os cuidados do líder popular da Liga Camponesa que tinha concorrido como seu vice-prefeito. Vide WELCH e GERALDO, Lutas camponesas no interior paulista. p. 92-94.

^a PSP-UDN/PSD-PR

^b PSP/UDN

^c PSP-PTB-PTN/UDN

UM CONGRESSO CAMPONÊS FADADO AO FRACASSO

Negado seu assento na Câmara dos Vereadores, Guerreiro não encerrou sua carreira como agitador rural. Logo após a eleição, o PCB continuou suas negociações com o governo estadual e ganhou apoio para patrocinar um congresso sobre o campesinato, a acontecer em São Paulo, em fevereiro de 1948. O comitê executivo de Ribeirão Preto escolheu Guerreiro para ser o representante rural regional. “Competente é o João Guerreiro pra ir representar a região de Ribeirão Preto em São Paulo”, falou um chefe do PCB-local. “É você que entende de política”. Mas Guerreiro lembra que recusou ser indicado, pedindo ao contrário para ser eleito pelos membros restantes da agora clandestina Liga. “Aqui não se trata de política”, Guerreiro me falou, reconstruindo da sua memória a conversa. “Aqui se trata de defender os interesses dos homens do campo, não política. Se o congresso é pra ser escolhido a dedo, não é con-

gresso”, disse o Guerreiro ao comitê. “Agora, se é um congresso pra gente falar aquilo que a gente sente, os problemas que a gente tem, aí é congresso”.⁵¹ Embora Guerreiro tivesse vencido a eleição na Liga, o congresso foi – como ele suspeitava – quase que totalmente manipulado de cima para baixo. Chamado por Hugo Borghi, que se havia recentemente tornado secretário estadual da agricultura, o congresso prometia ser uma reunião séria, conduzida para a criação de ideias para reforma vindas dos próprios camponeses. Depois de anos de discussão elevada da elite sobre o problema do trabalho rural, esta era para ser uma reunião histórica, dando a oportunidade aos camponeses para terem seu primeiro fórum oficial para a sua participação. Mas o envolvimento do PCB fez com que fosse alvo de críticas, e Borghi precisava cancelar o congresso antes mesmo que fosse iniciado.⁵²

O congresso foi um produto de um período complicado pela experimentação com a democracia. Borghi era um aspirante a político que havia concorrido contra seu popular chefe, o governador Adhemar de Barros, na campanha de 1947 para governador. Barros se beneficiou do endosso do PCB na eleição. O PSD, que não era estranho a tais alianças, pintou o congresso como uma concessão populista aos comunistas. Influenciado pelas preocupações de seu partido, o Presidente Dutra também viu o congresso como parte da estratégia de Barros para expandir sua popularidade eleitoral. Assim, Dutra pediu que a Faresp – Federação das Associações Rurais de São Paulo, organizada sob o controverso Decreto-lei 8.127 de Vargas, colocar pressão no Borghi para evitar que o congresso acontecesse. Talvez vendo esse evento como uma oportunidade de fortalecer o seu PTN – Partido Trabalhista Nacional, Borghi pediu para Barros deixar o congresso continuar, pois não era inconsistente com as políticas do governador. Como governador, Barros já havia reduzido as taxas de juros para os empréstimos para os pequenos produtores e providenciado alguns tratores a baixo custo). O congresso, afinal de contas, simplesmente buscava unir 15.000 representantes dos lavradores de todo o estado para discutir os problemas de crédito, de assistência técnica, de mercado, de estocagem e de sindicalização rural.⁵³ Então a SRB se juntou ao coro da oposição ao congresso. Um fazendeiro

⁵¹ Entrevista de GUERREIRO, parte 4.

⁵² SAMPAIO. *Adhemar de Barros e o PSP*. p. 60-61.

⁵³ Entrevista com Hugo Borghi em *O Dia* (São Paulo), 17 de fevereiro de 1948. p. 6. A defesa de Borghi do congresso rural refletia um compromisso duradouro com um programa de reforma agrária. Em sua campanha para governador em 1950, ele voltou a este tema, descrevendo o dia da eleição como o “Dia da redenção do Homem do Campo”. Um dramático anúncio de meia página, publicado durante a campanha, prometia que a eleição de Borghi traria aumentos no salário mínimo rural e aumento da soma paga aos colonos por cada unidade de mil pés de café. Prometia benefícios para pequenos proprietários, arrendatários, e

da SRB chegou a dizer que o próprio debate sobre o ter ou não ter um congresso seria perigoso se os trabalhadores rurais ficassem sabendo disso.⁵⁴ Barros desistiu, forçando Borghi a renunciar e anunciar que o congresso seria adiado pela necessidade de “neutralizar a infiltração de comunistas nos trabalhos desenvolvidos no Interior”.⁵⁵

Na verdade, o congresso de Borghi em si deu à classe dominante uma oportunidade de neutralizar a influência comunista no campo. A intenção era usar o congresso como avanço no processo de incorporação do campesinato na política econômica brasileira. Mas a vigorosa resistência dos fazendeiros demonstrou quão estrondosamente eles haviam falhado na política populista e quão pouca fé eles tinham em sua habilidade de fazer melhor. Embora a transição para a República Populista tenha sido tumultuada, e garantido poucas vantagens para os fazendeiros, tampouco os camponeses ganharam qualquer vantagem específica. Sua nova força eleitoral era importante, mas os acordos de alcova e a repressão diminuíram a confiabilidade do direito a voto.

O PCB, reprimido e afastado do governo, permaneceu pelos próximos anos na atividade clandestina, inclusive dando apoio a alguns conflitos armados. Ao fazer isso, o partido deixou para trás alguns seguidores tão entusiastas, e, no entanto, pragmáticos, como Guerreiro. Enquanto pode se dizer que a construção da cidadania rural estava prestes a começar, os anos entre 1945 e 1948 haviam trazido mudanças significativas. De uma vez por todas, os camponeses haviam sido libertados da dependência política da fazenda e entrado no domínio da nação.

aqueles que desejassem mecanizar os processos de trabalho. Vide: “Redenção do Homem do Campo”. *Diário da Manhã*, 1º. de outubro de 1950. p. 3.

⁵⁴ Virgílio MAGANO em “Empreendimento perigoso”. *RSRB* 27:300. Março de 1948. p. 4. Vide também: “Os propósitos do Congresso Rural” e “A situação do trabalhador rural” na mesma edição. p. 60, 74.

⁵⁵ Em *O Dia*, 27 de fevereiro de 1948. Apud: SAMPAIO. *Adhemar de Barros e o PSP*. p. 61.

4. TERRENO MOVEDIÇO: LUTANDO CONTRA OS LIMITES FATAIS DA INCORPORAÇÃO

O assassino tinha que morrer. Era uma noite em agosto, do ano de 1950, quando Irineu Luís de Moraes havia sido levado para dentro das matas de pinheiros ao norte do Estado do Paraná, para um acampamento secreto de um grupo armado de camponeses. Enquanto os homens planejavam executar o assassino – o chefe dos jagunços dos irmãos Lunardelli, uma das maiores famílias de capitalistas agrícolas do país – eles poderiam não saber que a sua longa batalha de resistência contra a expulsão de seus sítios não ia dar certo. Com a execução do jagunço, o movimento iria crescer rapidamente até atingir seu auge e assim ser alvo de uma força repressiva dobrada, entrando em um período de declínio terminal.¹

O movimento organizado iniciou-se em 1946 com a fundação de ligas camponesas na região. As ligas promoveram uma manifestação que juntou 1.500 pessoas. Centenas de famílias, cada uma tendo investido recursos consideráveis para limpar a floresta espessa entre os rios Paranapanema e Bandeirante do Norte. Exigiram que o governo confirmasse suas pequenas propriedades e negasse o título a uns quantos “latifundiários” como Lunardelli.

Alguns camponeses que participaram fizeram a longa viagem até o capital federal no Rio de Janeiro, esperando fazer apelos pessoais para o presidente. Voltando frustrados, foram enfrentados por capangas. Um dos delegados foi

¹ Este relato deriva da entrevista de Irineu Luís de MORAES, realizada pelo autor e Sebastião Geraldo em Ribeirão Preto no 27 de maio de 1989 (daqui em diante, entrevista com MORAES, parte 3). Mais duas fontes fundamentais foram utilizadas: Pedro Paulo FELISMINO. “Celestino, jagunço, espalhava o terror: Foi justicado pelos posseiros”. *Folha de Londrina*. 26 de julho de 1985. p. 11 e Ângelo Aparecido PRIORI. “A revolta camponesa de Porecatu. A luta pela defesa da terra camponesa e a atuação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) no Campo (1942-1952)”. (Tese de Doutorado em História) Universidade Estadual Paulista, Assis, 2000. p. 238-243. O artigo de FELISMINO faz parte de uma série de dez grandes reportagens escritas por ele, chamada “A guerra de Porecatu”, publicada pela *FL*, de 14 a 28 de julho de 1985. Para escrever esta história, os dois autores utilizaram-se primariamente de processos judiciais e relatos orais. É importante anotar que nem FELISMINO nem PRIORI corroboraram a presença do Irineu na região antes de 1951. Agradeço a Sebastião Geraldo pela obtenção de uma cópia dos artigos da *Folha de Londrina* e o próprio PRIORI pela gentileza de me apresentar uma cópia de sua tese e fazer uma leitura crítica deste capítulo.

violentamente assassinado pelos impiedosos jagunços de Lunardelli. Era o chefe deles, o José Ferreira de Souza, o “Celestino”, que deveria morrer.

A execução de Celestino apresentava problemas significativos para os rebeldes, observava Moraes. Todos odiavam o jagunço, pois Celestino celebrava que havia assassinado dezenas de homens, inclusive o Francisco Bernardes dos Santos, um líder da Liga Camponesa da região. Celestino alegava receber ordens dos irmãos Lunardelli, e aparecia em suas fazendas, acompanhado de dez ou mais cúmplices, cada um armado até os dentes e unidos por um código de terror.

Ele segundo os testemunhos, Celestino era a imagem do famoso bandido nordestino Lampião, ou ainda pior, de Cícero, o tenente de Lampião, sedento de sangue. Além de carregar cartucheiras, costumava andar com pelo menos duas pistolas, um fuzil e uma variedade de facas, tudo à mostra em sua indumentária mortífera. Recebendo ordens de invadir uma casa de um camponês e expulsar os peregrinos, a gangue de Celestino atuava com luxúria intensa, estuprando mulheres e meninas, mutilando homens, queimando construções e colheitas, massacrando animais. Um pouco antes da reunião de agosto, matou o camponês Salvador Ambrósio enquanto pescava na beira do Rio Paranapanema. Quando a polícia prendeu vizinhos como suspeitos, o Celestino foi até a praça para assumir responsabilidade pelo crime, e não sofreu nenhuma perseguição. Protegidos pelos donos de terras mais poderosos da região, Celestino e sua quadrilha viviam fora do alcance da lei e da vingança.²

Uma oportunidade para se fazer justiça apresentou-se com o bárbaro assassinato de João Bernardes, um camponês que foi até a capital quando um abaixo-assinado da liga foi ignorado. Para proteger os interesses de Lunardelli, os capangas de Celestino capturaram Bernardes e espancaram-no até a morte enquanto ele estava pendurado de cabeça para baixo. Ansioso por vingança, a família de Bernardes descobriu que Celestino ocasionalmente viajava sozinho para visitar uma amante que vivia em um casebre isolado. Sabendo disso, os rebeldes ficaram observando os movimentos do assassino por três meses, planejando uma emboscada na casa da amante. Na noite de 22 de novembro, veio a notícia de que Celestino havia partido para a casa dela, e três rebeldes armaram sua armadilha, e silenciosamente esgueiraram-se entre as árvores, cercando o casebre da mulher. No próximo dia, quando Celestino saiu para montar seu cavalo de manhã, ouviu-se da floresta fechada uma rajada de balas dos rifles dos camponeses, que abateram o jagunço. “Eles armaram uma execução”, lembra Moraes, “e atiraram nele 18 ou 19 vezes. Pegaram e mataram o jagunço desgra-

² Entrevista com Moraes, parte 3 e PRIORI, “A revolta camponesa.” Para FELISMINO, o depoente Manoel Jacinto Correia (Mané Jacinto) relatou que o Francisco Bernardes foi morto pela polícia em 1945 e não o jagunço. FELISMINO “Memórias do Velho Mane” *Folha de Londrina* (26 de julho, 1985), p. 11.

çado”. Para intimidar os outros jagunços, fizeram um espantalho de Celestino, atando seu corpo cravado de balas a uma cruz na entrada de Centenário do Sul, uma cidade recém-fundada nesta região de fronteira.³

A LUTA PELA TERRA

A imprensa contemporânea chamava o conflito de “Guerra de Porecatu”, em razão do município de Porecatu ser o mais próximo do centro do conflito. Os comunistas, vendo os Lunardelli como representantes do capitalismo estadunidense, pensaram o conflito como se fosse uma “Coreinha”, fazendo referência ao episódio da Guerra Fria que estava então se desenrolando na Ásia. Para os combatentes, contudo, o conflito era “a resistência”. Qualquer que seja o nome dado à disputa, o conflito entre camponeses, latifundiários e o Estado atingiu proporções militares, pois incluiu, várias batalhas entre os soldados, jagunços e camponeses, com ao menos 14 mortos e 18 feridos ao fim da luta armada, em julho de 1951.⁴ O conjunto foi notável, não só pelas vidas perdidas, mas também como um exemplo de luta moderna pela terra em um dos cinturões agrícolas mais ricos do Brasil. Com a entrada dos camponeses do noroeste de São Paulo e os Lunardelli, o norte do Paraná foi uma extensão da fronteira agrícola paulista. Aqui estavam o povo, que trabalhava duro – muitos deles, migrantes originários do declínio da produção de café em São Paulo – e que, depois de não ter conseguido resolver suas querelas por meios pacíficos, pegaram em armas para se defenderem contra o terror dos donos de terra gananciosos. Aqui estava um governo estadual eleito para manter a ordem contra duas facções militarizadas, encontrando-se, mais que nunca, servindo os interesses dos capitalistas agrícolas. Aqui estava o Partido Comunista do Brasil, proibido de participar da política eleitoral, ansioso para recuperar a imagem revolucionária, apoiando os camponeses rebeldes de Porecatu. Aqui, em uma análise final, estava uma nação animada para capitalizar o mercado mundial do café – um cam-

³ Entrevista com Moraes, parte 3. Na versão de FELISMINO, o Mané Jacinto conta que quando “a polícia localizou o corpo pendurado no cruzeiro, foram contadas 40 perfurações de carabina apenas da barriga para cima.” In “Celestino, jagunço”. Em 7 de outubro de 1999, o PRIORI entrevistou um participante da tocia, Hilário Gonçalves Pinha, que falou, “Encostamos o revólver e furamos ele. Foi vinte e dois tiros e quarenta e quatro buracos. Fizemos uma peneira do cara.” “A revolta camponesa”, p. 241. Diferente que a relação de Moraes e Jacinto, o Pinha falou que deixaram o corpo de Celestino onde caiu e nada de pendurá-lo num cruzeiro. “A justiça camponesa fazia sentir o peso de sua mão sumária e implacavelmente”, *Voz Operária*. 13 de janeiro, 1951. p. 9.

⁴ Vide, por exemplo, *O Cruzeiro*. 9 de dezembro de 1950. Citado em Pedro Paulo FELISMINO. “Revolta e Traição”. *FL*. 18 de julho de 1975. p. 13. A referência à Guerra da Coreia se encontra em FELISMINO. “Memórias do Velho Mané”.

po politicamente dividido, devastado por trabalhadores rurais subempregados e mal pagos, e profundamente preocupados com a questão agrária do país.

Os problemas agrários brasileiros não eram fáceis de resolver. É mesmo surpreendente que centenas de conflitos como o de Porecatu não tenham eclodido em todo o campo. Cada região tinha suas próprias peculiaridades. Em regiões como a de Alta Mogiana, as velhas terras onde se plantava café foram subdivididas e vendidas para colonos mais bem de vida, como as famílias Guerreiro e Guindalini. Os termos eram bastante atraentes. Como lembra Nelson Guindalini, aos compradores da terra de Dumont não era exigido entrada, e os empréstimos eram dados sem juros. No Nordeste, entretanto, uma antiga classe de fazendeiros, que datava da era colonial, recusava-se a vender a terra para seus inferiores sociais. No Norte, nas regiões fronteiriças distantes, como a da Floresta Amazônica, a assistência do governo encorajava o assentamento de seringueiros, ribeirinhos e sitiantes. Nessa época, terras subdesenvolvidas perto de centros populosos com serviços de transporte, como aquelas no Paraná, geravam maiores conflitos.⁵ No pós-guerra, alguns políticos populistas tentaram entender esse problema em função da Constituição de 1946, e dar privilégio ao “bem-estar social” sobre o título de propriedade na determinação da posse de terras. Eles buscavam apoio eleitoral fazendo propostas para se apropriar e distribuir terras sem uso ou inutilizadas pelos trabalhadores rurais. Uma classe de pequenos fazendeiros seria criada, cujo interesse motivaria o uso eficiente da terra, aumentando, portanto, seu padrão de vida, e contribuindo para o progresso do Brasil.⁶

Os capitalistas agrícolas se opuseram intensamente a tais propostas. Na visão deles, os políticos que advogavam a reforma no interior eram oportunistas, interessados apenas no voto dos trabalhadores rurais; suas “promessas demagogas” subvertiam perigosamente a produtividade agrícola.⁷ Luís Amaral, o delegado da SRB, revelou, em uma conferência sobre os problemas da imigração e do trabalho rural em 1949, o pensamento patriarcal de seus companheiros fazendeiros, ao enfatizar a questão do poder. “A terra é como uma mulher”, ele disse; “a oferecida não tem valor: há de ser conquistada pelo esforço”. Uma vez conquistada, a terra

⁵ Nelson Luís Guindalini, entrevistado pelo autor. Dumont, 13 de maio de 1995. Sobre o Nordeste, vide Manuel Correia de ANDRADE. *The Land and the People of Northeast Brazil*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1980. Sobre a Amazônia, vide, por exemplo, Márcio SOUZA. *A expressão Amazonense*. São Paulo: Alfa Ômega, 1977.

⁶ Nestor DUARTE. *Reforma agrária*. Rio de Janeiro: Ministério de Educação e Saúde, Serviço de Documentação, s/d. Este texto contém cópias da “lei agrária” de 1947, de Afrânio de Carvalho, e o “anteprojeto de reforma agrária” de Duarte, também de 1947. Contém outros projetos polêmicos de reforma rejeitados pelo Congresso. Vide a discussão em CAMARGO. “A questão agrária”. p. 144-50.

⁷ Plínio de Castro PRADO. Encontro regular da SRB de 5 de julho de 1950. In: “Ordem do Dia”. *RSRB* 30:357. Agosto de 1950. p. 2.

presumidamente tinha valor, e o fazendeiro poderia lidar com ela caprichosamente. “Não admitimos nem toleraremos interferências lesivas de nossa soberania”, comentou o então presidente da SRB, Cardoso.⁸ Tais declarações preponentes, sem dizer machistas, tornaram-se mais típicas no discurso dos proprietários de terras quanto mais consciência tinham os camponeses.

Os fazendeiros convidaram ao ataque usando tal linguagem, e o PCB agradeceu-os com suas próprias palavras de luta. Como autointitulado líder da luta dos camponeses, o partido influenciou inquestionavelmente a evolução do protesto social rural. Seguindo o banimento do partido em 1947, os líderes adotaram uma linha revolucionária crescente, que se moldou, como o anticomunismo das autoridades brasileiras, pelas pressões da Guerra Fria. Abraçando a análise do colonialismo do Partido Comunista da União Soviética, os teóricos do PCB consideraram o Brasil em uma relação semicolonial com o então chamado poder imperialista, especialmente o arqui-inimigo da USSR, os Estados Unidos. Caracteristicamente, os imperialistas e os colaboradores brasileiros, incluindo os “latifundiários” da SRB, estavam apenas interessados na produção de bens para exportação, como o café, e recursos estratégicos, como petróleo. De modo a proteger seus interesses, os imperialistas e seus colaboradores nacionais conspiravam para deter o setor agrícola em um estado de desenvolvimento tão atrasado que beirava o feudalismo. O Brasil poderia apenas crescer se rompesse os laços com os imperialistas e reestruturasse a agricultura, favorecendo a produção de alimentos para o mercado interno, alimentos essenciais para suprir os trabalhadores urbanos engajados no desenvolvimento industrial do Brasil. Esta era uma percepção da realidade não muito distante do pensamento que havia orientado o BOC no fim dos anos de 1920, só que agora, na clandestinidade por ordem do presidente Dutra, o partido escolheu combater a força com a força. “As massas querem lutar”, declarou o líder do Partido Comunista, Luís Carlos Prestes, em janeiro de 1948. “Já mostraram”, ele continuou, “que aguardam simplesmente a direção dos comunistas para enfrentar com decisão e coragem a violência policial”. Levado por esta lógica, o partido estava devotado oficialmente nessa teoria para a conquista revolucionária de poder liderando as massas na luta de 1948 a 1954.⁹

⁸ A observação machista está em Luís AMARAL. “A reforma agrária: Aspecto econômico do projeto de reforma agrária apresentando a Assembleia Federal pelo Deputado Nestor Duarte”. *RSRB* 37:326. Outubro de 1947. p. 13. Vide também Luís AMARAL. “Primeira conferência de imigração e colonização”. *RSRB* 28:344. Junho de 1949. p. 26-30. As citações de M. CARDOSO vêm de “Relatório do Dr. Francisco Malta Cardoso, presidente da Sociedade Rural Brasileira”. *RSRB* 30:353. Abril de 1950. p. 26.

⁹ Beatriz Ana LONER. “O PCB e a linha do manifesto de agosto: Um estudo”. Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Campinas, 1985. p. 68-76. Este texto examina o alinhamento entre as políticas do PCB no pós-guerra e as resoluções do Sexto Comintern de 1928.

Uma demonstração que “as massas querem lutar” parece ter chegada dos camponeses de Porecatu. Em geral, os analistas têm tratado a opção revolucionária do partido nessa época como algo totalmente divorciado da realidade. De fato, evidência de intenções revolucionários “das massas” não pode ser documentada. Contudo, há evidência de que os camponeses do Norte do Paraná já estavam formando sua resistência, já haviam exaustado os meios pacíficos e, ainda mais interessante, já estavam em contato com o Comitê Central do PCB. Entender a relação entre os camponeses e o partidão foi um alvo da pesquisa do historiador Ângelo Priori. Embora as datas não sejam exatamente definidas, os depoentes contaram que uma comissão de camponeses foi conversar com pelo menos um membro do Comitê Central em novembro de 1947. Como vamos ver em detalhes adiante, o apelo de apoio deles veio na sombra de um conflito sangrento que surgiu quando um grupo de camponeses espontaneamente se defendeu contra policiais e jagunços que foram no campo para os expulsar da terra. Morreram quatro pessoas.¹⁰

No dia 1º de agosto de 1950, no que ficou conhecido como Manifesto de Agosto, Prestes conclamou os militantes do partido a lutarem para uma violenta deposição do governo e a estabelecerem um Estado popular revolucionário. Emoldurado pelas preocupações da Guerra Fria, a declaração serviria de guia aos comunistas durante parte dos anos de 1950. Prestes condenou o governo servil brasileiro por apoiar os Estados Unidos assinando pactos militares e provendo petróleo, café e outros produtos para as tropas aliadas na guerra da Coreia que se desenvolvia. Somente estando ao lado da União Soviética o Brasil poderia restabelecer as suas tradições de paz, independência e progresso. Para reverter o “avanço no país da reação fascista [...] a única solução viável e progressista [era] a solução revolucionária”. “Precisamos libertar o campo do jugo imperialista e por abaixo a ditadura de latifundiários e grandes capitalistas, substituir o governo da traição, da guerra e do terror contra o povo pelo governo efetivamente democrático e popular”. Para realizar isto,

é indispensável liquidar as bases econômicas da reação, o que significa a confiscação das empresas imperialistas e dos grandes monopólios estrangeiros e nacionais, a nacionalização dos bancos, dos serviços públicos, das minas, das quedas d’águas, e, igualmente, a confiscação das grandes pro-

Luis Carlos PRESTES. “Como enfrentar os problemas da revolução agrária e anti-imperialista”. *Problemas* 9. Abril de 1948. p. 36-38. Os documentos são analisados em Leonilde Sérvolo de MEDEIROS. “Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses: os comunistas e a constituição de classes no campo.” Tese (Doutorado em Ciências Sociais). UNICAMP, 1995.

¹⁰ PRIORI, “A revolta camponesa”, p. 210. Em “A guerra de Porecatu”, FELISMINO alega que a comissão viajou um ano mais tarde, em outubro de 1948. Esta data não encaixa bem com outros fatores.

priedades latifundiárias que devem passar gratuitamente para as mãos dos que nelas vivem e trabalham.

Ecoando os posicionamentos que falharam em 1930, Prestas conclamou os trabalhadores rurais e camponeses a se levantar e lutar para tomar as terras sem compensação aos latifundiários, o fim dos arranjos de parceria agrícola, pagamentos em dinheiro em vez de espécie, e a eliminação de todos os débitos. Finalmente, o manifesto exigia a criação de um “exército popular de libertação nacional” para livrar a nação do cambão imperialista dos Estados Unidos e seus colaboradores brasileiros.¹¹ Como parte da política de construção de um movimento revolucionário, Prestes insistiu que os militantes prestassem atenção às formas de rebeliões da classe operária.

O primeiro teste de comprometimento do partidão com a luta armada e a mudança agrária radical foi no norte do Paraná. A pedido dos próprios camponeses, comunistas locais e estaduais, o comitê executivo nacional mandou homens, como Moraes, para ajudar os camponeses. Enquanto a literatura crítica o PCB por estimular a luta armada, e de ver nela uma força revolucionária que nunca existia, o testemunho de participantes como Moraes, Manoel Jacinto Correia e Hilário Gonçalves Pinha documenta a iniciativa dos camponeses com armas de fogo de resistir por motivos próprios. Por outro lado, as autoridades todas conspiravam secretamente contra eles, segundo o que se pensava, e a era da aliança entre classes havia terminado com a supressão do partido em 1947. Em fim, foi a repressão coordenada que impossibilitou a continuação da resistência, e a polícia dos estados de São Paulo e Paraná terminou com a rebelião. Encarando a derrota, o PCB foi forçado a abandonar a luta de seu “exército popular”. O caso dá uma excelente oportunidade para analisar as atividades do

¹¹ Durante este período, os comunistas brasileiros se entusiasmaram com uma ideia específica da experiência revolucionária dos chineses. Passaram a identificar o Brasil com a China e a cultivar a visão de um campesinato brasileiro se levantando em exércitos para derrubar o governo e expulsar os imperialistas. Obviamente, sua compreensão da situação na China era menos sólida do que seu domínio das condições brasileiras. Os nove objetivos principais delineados no Manifesto de Agosto eram: 1) um governo popular e democrático; 2) paz; 3) a quebra de qualquer relação de subordinação no sistema capitalista mundial; 4) a entrega de terra àqueles que nela trabalham; 5) o desenvolvimento independente da economia nacional; 6) liberdades democráticas para todos; 7) a imediata melhoria das condições de vida da massa dos trabalhadores; 8) apoio para a instrução e desenvolvimento cultural do povo; e 9) a formação de um exército popular de libertação nacional. Vide Luís Carlos PRESTES. “Manifesto de Agosto de 1950”. In: Moisés VINHAS. *O Partidão: A luta por um partido de massas, 1922-1974*. São Paulo: Hucitec, 1982. p. 140-158. Leôncio Martins RODRIGUES. “O PCB: Os dirigentes e a organização”. In: FAUSTO. *História geral da civilização brasileira*, III:3. p. 414-415. Outra importante luta armada que explodiu no período é examinada em Paulo Ribeiro da CHUNHA. *Acontece longe demais: a luta pela terra dos posseiros em Formoso e Trombas e a revolução brasileira (1950-1964)*. São Paulo; Edunesp, 2007.

partido no campo, a aplicação da teoria do Manifesto de Agosto, e os complexos dilemas dos movimentos sociais rurais na economia cafeeira do Brasil.¹²



Geremia Lunardelli, um dos reis dos cafeicultores, foi fotografado em julho de 1952. A família dele alegou ser dona de muitos territórios em disputa durante a Guerra de Porecatu. Foto: Cortesia do acervo fotográfico do jornal *A Última Hora*, do Arquivo Público do Estado de São Paulo.

A EXTENSA FRONTEIRA DO CAFÉ

A história de Porecatu é especialmente reveladora porque faz parte da história particular de Ribeirão Preto e do Estado de São Paulo em geral. Como a fronteira de café de São Paulo alcançava os limites mais ao oeste do Estado, alguns barões do café compraram terras no Paraná, esperando condições favoráveis para cultivar café ou vender as terras. Entre os que fizeram isso estavam os Lunardelli. O patriarca Geremia Lunardelli nasceu em Treviso, Itália, em 1885, e mudou-se para o Brasil com seus pais ainda menino. Um Horacio Alger brasileiro, tornou-se um bem-sucedido comerciante e especulador de terras em Ribeirão Preto. Com seus irmãos mais novos, Ricardo e Urbano, Geremia investiu na cafeicultura e finalmente mereceu um lugar entre os reis do café. Como qualquer empresário, sabia

¹² PRESTES. “Como enfrentar os problemas da revolução agrária”. Sobre Porecatu, vide a entrevista com Moraes, parte 3. Gregório BEZERRA. *Memórias*: Segunda parte, 1946-1969. 2ª. Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. p. 126. FELISMINO. “A guerra de Porecatu” e PRIORI, “A revolta camponesa”.

como agradecer os poderosos políticos da época. O destacado sucesso deles fez a imprensa comunista representar o Geremia como se fosse o único latifundiário na história da Guerra de Porecatu. Na narrativa comunista do conflito ele simbolizou o poderoso, senhor feudal ao serviço dos imperialistas estadunidenses. Quando seus nove filhos se tornaram adultos, eles compraram terras por toda São Paulo e expandiram seus domínios ao sul, em direção ao norte do Paraná, bem como ao norte, ingressando no Estado de Goiás. “Em 1943”, o historiador Joseph L. Love escreveu sobre os velhos irmãos Lunardelli, “tinham dez mil empregados”.¹³

O Norte do Paraná e a capital histórica da produção de café brasileira, a Alta Mogiana, estavam relacionados de outras maneiras importantes. Pode-se argumentar que o cultivo de café no Paraná se expandiu em relação à contração da produção desta zona antiga de São Paulo. Durante os anos de 1940 e 1950, a produção de café do Paraná começou superar a de São Paulo, e, em 1960, o Paraná era o Estado líder na produção de café. Entre 1940 e 1960, a proporção da produção nacional de café do Paraná subiu de 5% para 47%, enquanto que a cota de São Paulo declinou de 62% para 27%. No Paraná, 87% do aumento foi no norte, onde, em 1960, 50% da terra da região já era cultivada, 73% plantada com pés maduros de café.

Nesse meio tempo, só em Ribeirão Preto, o declínio da economia cafeeira manifestou-se com a redução do número de árvores em produção. Em 1940 havia 13 milhões de pés, em 1950 10 milhões e em 1960 somente 8 milhões.¹⁴ Portanto, enquanto a quantidade do território ocupado com pés de café em Ribeirão Preto encolheu 40%, a terra voltada para o café cresceu quase que 50% no norte do Paraná. Nesse sentido, o aumento do café no norte do Paraná estava intimamente relacionado com o declínio do café na região de Alta Mogiana em São Paulo.

¹³ Informação biográfica sobre a família Lunardelli de Joseph L. LOVE. *São Paulo in the Brazilian Federation*. 1889-1937. Stanford University Press, 1980. p. 29. British Chamber of Commerce of São Paulo and Southern Brazil. *Personalidades no Brazil*. São Paulo: s/p, 1933. “Um pioneiro: Geremia Lunardelli”. *A Lavouara*. Março-abril de 1950. p. 17-19. Citação de LOVE. *São Paulo in the Brazilian Federation*. p. 79. Lunardelli morreu em 9 de maio de 1962. Seu nome às vezes aparece como sendo “Geremias” em algumas fontes. Vide “Lidadores agrícolas que desapareceram”. *A Rural* 42:494. Junho de 1962. p. 36. Para a visão comunista, vide a entrevista com MORAES, parte 3 e “Caem os primeiros posseiros em defesa de suas terras”. *Notícias de Hoje*. 14 de fevereiro de 1950. p. 1-2. Apud: BARRIGUELLI (ed.). *Subsídios à história*. p. 270-273.

¹⁴ Sobre São Paulo, vide Constantino C. FRAGA. “Resenha histórica do café no Brasil”. *Agricultura em São Paulo* (daqui em diante, *ASP*) 10:1. Janeiro de 1963. Sobre o Paraná, vide William H. NICHOLLS. “The Agricultural Frontier in Modern Brazilian History: The State of Paraná, 1920-1960”. In: *Cultural Change in Brazil: Papers from the Midwest Association for Latin American Studies, October 30-31, 1969*. Muncie: Ball State University Press, 1969. p. 56. Sobre Alta Mogiana, vide WALKER. “From Coronelismo to Populism” p. 51. Apesar da eventual indisponibilidade de dados comparativos, um dos melhores métodos utilizados para medir as transformações na produção do café é a comparação o número de pés cultivados a cada ano.

Vários fatores contribuíram para o desenvolvimento contrastante de cada região, e, entre estes, um dos contrastes mais reveladores era nas relações sociais da produção de café predominantes em cada área. As diferenças regionais na organização do trabalho demonstram o significado do tempo e lugar quando se analisa o movimento camponês brasileiro.¹⁵ Como foi discutido no primeiro capítulo, a economia cafeeira de São Paulo baseava seu sucesso no sistema de colonato. Criado no século XIX como um meio de repor escravos por trabalho livre, este sistema dependia do constante influxo de trabalhadores. Suas condições foram terra boa, abundante e barata, o crescimento do mercado de café e a imigração de um grande número de europeus para o novo mundo. Os colonos eram contratados anualmente para cuidar de um dado número de pés de café em troca de um salário fixo anual, moradia e um pacote de direitos de uso da terra, tais como o direito de plantar milho ou feijão entre as fileiras de café. Este sistema de trabalho era característico da expansão das lavouras de café de São Paulo, e estava no coração dos altos lucros e da longevidade dos barões do café de Ribeirão Preto.¹⁶

Ao norte do Paraná, por outro lado, a economia cafeeira produziu um conjunto de relações sociais divergentes. O interesse na exploração comercial das terras férteis apareceu inicialmente nos anos de 1920. As vendas do café estavam em expansão, e, por causa da proximidade da infraestrutura de transporte e comércio de São Paulo, o norte do Paraná atraiu a atenção dos acionistas. Durante aquela década, vários especuladores (os grileiros) compraram as terras do Estado sob a estipulação de que eles encorajariam a propriedade rural. Em 1925, um capitalista escocês que investia em terras, chamado Simon Joseph Fraser, comprou mais de 1,2 milhão de hectares de terra, que se expandiam de leste a oeste da fronteira norte do Estado. A terra era barata (US\$1,00 o hectare), mas seu desenvolvimento mal havia começado quando a queda da bolsa de 1929 depreciou dramaticamente os preços internacionais dos commodities, sublinhando os problemas inerentes à dependência de um único produto de exportação. Sob as condições impostas pela depressão, a empresa de desenvolvimento rural de Fraser, a CTNP – Companhia de Terras do Norte do Paraná montou um esquema de colonização que requeria investimento limitado de capital. Em vez de continuar o modelo de agricultura extensiva de São Paulo, a CTNP decidiu construir uma economia regional integrada, baseada na pequena propriedade, na policultura e no acesso fácil ao transporte. Durante os anos

¹⁵ A importância das variáveis tempo e espaço na compreensão da diversidade da experiência Afro-Americana no sul dos Estados Unidos durante os séculos de escravidão, foi eloquentemente revelada em Ira BERLIN. “Time, Space and the Evolution of Afro-American Society on British Mainland North America”. *American Historical review* 85:1. Fevereiro de 1980. p. 44-78.

¹⁶ Sobre o desenvolvimento do sistema de colonato, vide; capítulo, “Território de Fronteira”.

de 1930, a companhia vendeu somente cinco por cento de suas vastas propriedades a fazendeiros que poderiam pagar 30% de entrada; o resto foi para os pequenos produtores.

O projeto da CTNP valorizou as terras da região e atraiu colonizadores e investidores. Entre 1928 e 1932, o Estado de Rio Grande do Sul comprou um total de 5.180 hectares ao leste do território da companhia. Sem gastar nenhum tostão em seu desenvolvimento, o Estado gaúcho vendeu a propriedade para Ricardo Lunardelli em agosto de 1942. Os Lunardelli entraram no mercado, comprando propriedades em vários distritos, incluindo a região de Porecatu, onde compraram mais 1.989 hectares no mesmo ano.

Sem aparência de estarem cientes de um conflito potencial, os Lunardelli tinham comprado terras já ocupadas por famílias que chegaram em Porecatu, Centenário do Sul, Jaguapitã e Guaraci a partir de 1941 quando o interventor no Estado, o Manuel Ribas, anunciou a intenção do governo lotear 120 mil hectares de terras devolutas no Norte do Paraná. No período da II Guerra Mundial, com uma recessão econômica, muitos arrendatários, colonos e sitiantes do país inteiro foram atraídos pela propaganda de colonização. Segundo o boato bastava chegar à região, ocupar um lote, derrubar o mato, plantar culturas e pagar os impostos para receber da CTM – Comissão Mista de Terras a escritura. Centenas de camponeses, muitos do Estado de São Paulo, chegaram em 1941, antes da compra dos Lunardelli, formando suas terras com bastante carinho e técnica agrária. Com o fim das hostilidades na Europa, e o notável ressurgimento no pós-guerra do mercado de café (veja, Tabela 4), a colonização do norte do Paraná decolou. Mas já que houve muito questionamento sobre a validade das posses e títulos, dois processos seguiram paralelamente: os camponeses ocupando a terra e os grileiros segurando escrituras.¹⁷ Como anota o sociólogo José de Souza Martins, os camponeses acreditaram na legitimidade de suas ações e os latifundiários contaram com a legalidade das suas terras.¹⁸

¹⁷ Sobre o desenvolvimento do norte do Paraná, vide o brilhante estudo da professora de geologia de São Paulo, Nice LECOQ-MULLER. “Contribuição ao estudo do norte do Paraná”. *Boletim Paulista de Geografia* 22 (1956). p. 55-97. Vide também Preston E. JAMES. “The Coffee Lands of South-Eastern Brazil”. *Geographical Review* 22 (1932). p. 232. Sobre Fraser, vide LOVE. *São Paulo in the Brazilian Federation*. p. 79. MULLER. “Estudo do Norte do Paraná”. p. 75-9. NICHOLLS. “The Agricultural Frontier”. p. 45. DOZIER. “Northern Paraná, Brazil”. p. 324. Fraser, também conhecido como Lord Lovat, formou sua CTNP como uma das duas subsidiárias da Paraná Plantations Limited, fundada em 1924. A outra companhia era a Estrada de Ferro São Paulo-Paraná. Maxine L. MARGOLIS. *The Moving Frontier: Social and Economic Change in a Southern Brazilian Community*. Gainesville: University of Florida Press, 1973. p. 21-3. Sobre Lunardelli, vide “Um pioneiro”. p. 17.

¹⁸ “Quem reivindica o reconhecimento jurídico da propriedade privada não raro o faz com base na violação do privado e dos direitos sobre a terra de quem nela trabalha e, muitas vezes, tra-

Tabela 4: Quantidade e Valor do Café Exportado Anualmente para o Porto de Santos, São Paulo, 1942-53

Ano Safra	Sacas de 60 kilos	Valor (Cr\$)	(Cr\$)/saca
1942/43	4.704.335	1.373.412,22	291,95
1943/44	9.641.967	2.828.555.686	293,36
1944/45	9.492.210	2.813.794,52	296,43
1945/46	11.809.854	4.107.630.554	347,81
1946/47	10.334.788	5.501.425.662	532,32
1947/48	10.810.054	6.240.052,67	577,25
1948/49	11.283.649	6.400.539,18	567,24
1949/50	9.635.842	8.092.789.683	839,86
1950/51	8.505.149	10.406.745,32	1.223,58
1951/52	7.714.026	9.557.684.408	1.239,00
1952/53	7.781.498	9.840.517.231	1.265,00

Fonte: FRAGA, Constantino C. “Resenha histórica do café no Brasil,” ASP 10:1 (Janeiro de 1963), 21.

OS CAMPONESES SE ORGANIZAM

Entre os primeiros migrantes a chegarem à região estava a família de José Billar. Nascido na Espanha, Billar (chamado de “o velho ‘espanhol’” pelos seus camaradas) havia imigrado para São Paulo para trabalhar como colono nas fazendas de café. Ele e sua esposa tiveram cinco filhos (José, João, Mário, Arlindo e André), e, com toda essa força masculina, a família conseguiu dinheiro suficiente durante os anos de 1920 e 1930 para comprar um sítio de seis alqueires em Regente Feijó, São Paulo – perto de Presidente Prudente e não muito longe da divisa com o Paraná – e para deixar o colonato para trás. Quando Billar ouviu sobre a oferta de Ribas, ele vendeu a fazenda por causa da oportunidade de melhorar as condições da família e se mudou, no dia 18 de maio de 1941, para Água de Tenente, uma área desabitada a 25 km de Porecatu. Típico de famílias da época, Billar era “muito autoritário e decidia tudo por toda a família”, seu filho João contou mais tarde a Pedro Paulo Felismino, repórter da *Folha de Londrina*.¹⁹ Com uma nota

balhou por várias gerações. Não é, ainda, um direito revestido da legitimidade de seu reconhecimento como direito pela outra parte, a vítima, como seria própria da modernidade. O legal e o legítimo se confrontam e se opõem. Daí a extensão dos conflitos e sua gravidade”. José de Souza MARTINS. “A vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira”. In: História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea. Fernando A. NOVAIS (coordenador geral); Lília Moritz SCHWARCZ (orgs.). São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 670.

¹⁹ FELISMINO. “A guerra de Porecatu”. *FL*. 14 de julho de 1985. p. 24.

promissória da CTM em punho, Billar comandou todos seus filhos a transformarem mais de 100 hectares de floresta em uma fazenda rudimentar. Trabalhando duro por cinco anos, eles limpavam a floresta, plantaram mil pés de café, fizeram mais 10 hectares de pasto com 800 metros de cerca, criaram centenas de suínos e construíram uma dúzia de estruturas, incluindo quatro casas, um estábulo, um curral e um celeiro. Antes de seus problemas começarem, eles também tinham plantado milho, arroz e feijão para sua própria subsistência.²⁰

A família Billar não estava sozinha em seu árduo trabalho. Como as novidades sobre a terra se espalharam boca a boca, mais e mais pessoas se mudavam para a área, resultando num padrão de colonização desorganizada. Muitos dos recém-chegados estabeleciam fazendas em terras que mais tarde seriam descritas como propriedades privadas. Na região selvagem do norte do Paraná, as linhas demarcatórias entre a propriedade estatal e a privada eram não somente pouco claras, mas inteiramente inexistentes. Talvez essas linhas não existissem, e nenhuma terra era particular até que camponeses como Billar e a alta dos preços do café tornassem a terra mais valiosa para terratenente e políticos corruptos. Assim sendo, o governo de Ribas permitiu que este estado de coisas germinasse sem intervenção e os camponeses que migraram fincaram suas raízes. Quando as autoridades iniciaram a demarcação da terra e a desarraigá-los, defendendo os interesses dos grandes proprietários de terras e não daqueles que haviam colonizado e cultivado a terra, os camponeses tornaram-se indignados e resistentes, passando do dia para a noite de heroicos lavradores a invasores: a guerra finalmente havia chegado.

Uma insinuação dos problemas que viriam a acontecer já estava no ar antes do fim da II Guerra Mundial. Alguns camponeses, atentos para as possíveis mudanças políticas que poderiam afetá-los, tentaram documentar a sua propriedade antes do fim do período estipulado de seis anos. Em janeiro de 1942, por exemplo, o próprio Billar juntou com seus vizinhos e foram até a 4ª Inspeção de Terras do Estado do Paraná em Londrina para solicitar a regularização de suas posses.²¹ Contudo, nenhuma das petições obteve sucesso, e os camponeses começaram a se preocupar.

Com o fim da guerra e queda de Vargas, a situação ficou ainda mais confusa. Como interventor de Vargas, Ribas caiu também, terminando 13 anos na frente do governo estadual. Em preparação para as eleições, militantes do PCB foram ao campo para organizar apoio. Conscientes dos problemas dos campo-

²⁰ O inventário detalhado da fazenda do Billar foi descoberto por PRIORI no Processo Civil 228/50, Fórum da Comarca de Porecatu. PRIORI, "A revolta camponesa", 114-139. Neste Billar defendeu na justiça sua posse da terra.

²¹ FELISMINO. "A saga dos Billar". *FL*. 24 de julho de 1985. p. 11 e PRIORI, "A revolta camponesa." p.123-125.

neses, reuniram-se com eles em vários lugares, sugerindo a formação de Ligas Camponesas como organização representativa. Com medo da perda de suas terras, 270 famílias camponesas de Jaguapitá fundaram uma liga, elegendo o Billar e seu amigo de Regente Feijó, o Hilário Gonçalves Padilha como líderes. Também reuniram em Guaraci 268 famílias, que fundaram outra liga, escolhendo Manoel Marques da Cunha, como líder. Enquanto a liga de Jaguapitá contratou dois advogados para defender suas posses, Cunha de Guaraci resolveu fazer um apelo pessoalmente no Palácio Catete. Nenhuma das estratégias deu certo: os dois advogados não fizeram nada além de gastar o dinheiro precioso da liga antes de serem demitidos e Cunha, por sua vez, foi até Rio de Janeiro, mas o secretário do presidente e não o presidente o recebeu, dando uma carta de apresentação para pessoas que não estavam mais no poder.²²

Os motivos dos camponeses para formarem ligas eram obviamente defensivos. Eles haviam respondido a chamada do interventor para ocupar, limpar e cultivar terras desocupadas. Isso, na visão deles, fez com que elas lhes pertencessem e só faltava o reconhecimento disso pelo Estado. Estando na casa de um camponês de Porecatu na época, outro ativista do PCB (o advogado e jornalista Elias Chaves Neto) descreveu um “ambiente deprimente (...) a realidade, a pobreza do nosso povo.” O casal de posseiros vivia em uma cabana com chão sujo e desnivelado, onde galinhas se movimentavam livremente, bicando e ciscando; a mulher cozinhava em um fogão a lenha, cuja fumaça e a fuligem haviam preteado a parede da casa. Depois de um jantar bem servido, a impressão de Chaves Neto da condição humana dos camponeses melhorou. Ele estava particularmente feliz de encontrar “um lençol de linho de uma limpeza impecável”. Mais tarde, Chaves Neto conheceu alguns dos vizinhos e aprendeu como eles tinham limpadado a terra e plantado café. Todos se ajudavam no trabalho e plantavam as fileiras de pés de café juntos, como se fosse uma única plantação. Este trabalho compartilhado em comunidade, típico de muitas experiências na fronteira na história mundial, chama-se no Brasil de mutirão, uma palavra de origem tupi. Uma noite, ele se divertiu em um baile e cumprimentou os posseiros por suas “formas espontâneas de vidaespontânea.” Ele partiu apreciando sua autonomia e sua resistência em não querer mudar e assim satisfazer a visão de desenvolvimento da agricultura capitalista.²³

Mas os posseiros haviam colonizado terras sem o título legal assecuratório para tanto, e sua posse estava para ser desafiada. Se as questões legais eram tudo

²² Em “Guerra de Porecatu”, FELISMINO relata a formação das ligas. Sem citar FELISMINO, PRIORI repetiu a história (213-214). Os dois erraram na data. Dizem que foram fundadas em 1944 quando todos os dados apontam para 1945 como o momento mais cedo da organização das ligas na época pós-guerra, e 1946 como o ano mais comum de seu estabelecimento.

²³ Elias CHAVES NETO. *Minha vida e as lutas de meu tempo*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978. p. 124.

o que importava, a lei brasileira oferecia aos posseiros numerosas vantagens. “A lei do Paraná sobre terras devolutas, como a de outros Estados do Brasil”, escreveu Chaves Neto, “era realmente razoável e justa (...) De fato a lei estabelecia que a propriedade da terra seria reconhecida, até um máximo de um determinado número de alqueires, a quem a trabalhasse”.²⁴ Em fato, deputados pecebistas na Assembleia Constituinte, como Carlos Marighela e Luís Carlos Prestes, citaram a situação dos camponeses em Porecatu na advocacia de linguagem pró-reforma agrária na constituição. O artigo 141 da Constituição Federal de 1946 acabou fortalecendo a medida, dando valor social à terra, especificando que os donos de terras tinham uma obrigação legal de desenvolver a sua propriedade e que, em não o fazendo, o Estado poderia legalmente tomar posse da terra.²⁵ Deixando suas posses no norte do Paraná intocadas, pode-se dizer que os proprietários privados haviam perdido seu título. O artigo 156 da Constituição ainda dava mais apoio à posição dos camponeses, ordenando que o governo estadual desse preferência aos ocupantes físicos (posseiros por definição) da terra quando a questão de títulos fosse de terras devolutas, reconhecendo o direito costumeiro daqueles que haviam ocupado e cultivado parcelas de terra de até 25 hectares por dez anos ou mais.²⁶

A crença na força da lei e soluções pacíficas levou centenas de camponeses a formarem Ligas Camponesas. Em Porecatu, Centenário do Sul, Ribeirão do Tenente e os distritos agrícolas de Água de Pelotas e Água de Mandacaru, dezenas de famílias reuniram-se em 1945. Segundo Hilário Gonçalves Pinha, 140 camponeses participaram na fundação da liga de Porecatu, enquanto que 200 se alistaram na liga de Centenário. Pinha havia migrado para a área do conflito com seu pai, Hilário Gonçalves Padilha, a família Billar e outros camponeses do noroeste paulista em 1941. Entrevistas com Pinha foram fontes fundamentais

²⁴ CHAVES NETO. *Minha vida*. p. 122.

²⁵ Embora a Constituição de 1946, como a revolução de 1930 e o Estado Novo de 1937 que a precedera, aumentasse o poder do governo federal para intervir em assuntos de Estado, as intervenções em favor de posseiros não eram comuns. Além disso, o artigo 147 da Constituição de 1946 especificava que a terra desapropriada devia ser paga em dinheiro. Esta medida gerou muita controvérsia, até sua revogação em 1964. Fernando Pereira SODERO. *Direito agrário e reforma agrária*. São Paulo: Livraria Legislação Brasileira, 1968. Ruy Miller PAIVA; Salomão SCHATAN; Claus F. TRENCH DE FREITAS. *Setor Agrícola do Brasil: Comportamento econômico, problemas e possibilidades*. São Paulo: Secretaria da Agricultura, 1979. p. 212-7.

²⁶ Caio PRADO JÚNIOR. *A questão agrária*. 4ª. edição. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 122. Este ensaio foi inicialmente publicado sob o título “Nova contribuição para a análise da questão agrária no Brasil”. In: *Revista Brasiliense* 43. Setembro-outubro de 1962. A discussão do assunto de PRIORI, apresenta o artigo 84 da Constituição do Estado do Paraná de 1946, mas não menciona a importantíssima estipulação na constituição de quantos anos de posse efetiva foram necessários para o camponês conseguir escritura. Vide “A revolta camponesa.” p. 122.

nas pesquisas de Felismino e Priori. Um moço com 18 anos em 1946, Pinha acompanhou seu pai em tudo e, pelo menos em sua memória, acabou sendo líder da liga de Porecatu; depois do conflito, se dedicou à militância comunista até 1975, quando foi preso e torturado. Segundo Pinha, as ligas serviram para construir a solidariedade com os comerciantes locais, que olharam os sócios como fregueses muito mais estáveis e honestos que os jagunços e polícias que começaram a povoar a região. Diferente da liga de Dumont, onde os desentendimentos logo foram canalizados na política, as relações se tornaram mais caóticas e violentas no Paraná. Depois da supressão do partido em maio de 1947 e fechamento forçado das ligas, o Pinha acabou trocando sua liderança na liga para a liderança de um bando clandestino de posseiros armados; trocou, também, seu nome pelo nome de guerra de “Itagiba”.²⁷

Ainda em 1946, contudo, Pinha participou como todos os líderes na organização de uma grande manifestação em Guaraci. Uniram cerca de 1.500 camponeses por quase uma semana, o Pinha relatou para Priori. Cartas entre os manifestantes e o PCB e reportagem também documentam o extraordinário evento. Atraíram ainda mais atenção quando fecharam a estrada ligando Londrina com Presidente Prudente. O objetivo foi de “sensibilizar o governo e os políticos” da “instabilidade que vivia a região” e exigir “legalização imediata das terras”. Fazendeiros simpatizantes providenciaram vacas-de-corte para sustentar tantas pessoas e comerciantes também deram doações de produtos necessários para os acampados. Foi um momento estratégico, antes das eleições para governador, agendadas para janeiro de 1947. Neste contexto tumultuoso, o governador interino mandou um representante do Departamento de Terras e Colonização que prometeu a regularização de seus lotes. E, no nível nacional, o deputado Carlos Marighela exigiu da Câmara dos Deputados a instalação de uma comissão parlamentar para estudar as reclamações dos camponeses. Foi nesta ocasião, segundo o líder Comunista de Londrina Manoel (Mané) Jacinto Correia, que o Francisco Bernardo dos Santos se destacou como liderança, atraindo atenção da polícia. Sofrendo perseguição, Santos foi preso em Regente Feijó e transferido para Porecatu. Alegou que apanhou na custódia da polícia e morreu antes de chegar ao fórum em Jaguapitã.²⁸ Assim, a manifestação marcou os limites da incorporação pacífica da democracia populista.

O sociólogo britânico Joe Foweraker havia concluído que a história legal da terra brasileira mascara a violência grotesca encontrada pelos camponeses que

²⁷ FELISMINO. “Lembranças da guerra”. *FL*. 23 de julho de 1985. p. 17 e PRIORI. “A revolta camponesa”. p. 18, 199-260.

²⁸ FELISMINO. “Memórias do Velho Mané”. Sem citar suas fonte PRIORI oferece uma versão diferente do assassinato, culpando o jagunço Celestino pelo crime. Vide *A revolta camponesa*. p. 210, 239.

tentavam alcançar seus sonhos agrícolas. Poderosos terratenentes frequentemente conseguiam fazer os camponeses pagar caro invés de deixar-los obter o título legal da terra que eles tinham de fato.²⁹ Porecatu é um bom exemplo de como as atividades pacíficas da liga não impediram que a luta se tornasse violenta. O PCB representou os Lunardelli como se estivessem os únicos latifundiários na região, mas houve outros (capitalistas todos, na verdade) que responderam com a mesma medida de intimidação, perseguição e combinação com as autoridades. Em 2 de janeiro de 1947, “a primeira mostra do que estava por vir” ocorreu quando o delegado da Força Pública de Porecatu, Major Euzébio de Carvalho, desceu no sítio do camponês “Quiabo” – Francisco Lourenço Figueiredo – e ficou olhando enquanto ele foi torturado pelos jagunços Celestino e José Mineiro a mando do grileiro Antonio Ângelo de Almeida. Dois dias depois disso, o Major e os jagunços atacaram o camponês Lázaro Bueno de Camargo, o “Lazão”, às ordens do Neccar Accorsi, outro capitalista agrícola. O objetivo foi forçar os camponeses a assinar “acordos amigáveis”, desistindo na posse em troca de pequenos valores de dinheiro. Os ataques continuaram, deixando poucas opções para os camponeses.³⁰

A ÚNICA ALTERNATIVA: A LUTA ARMADA

A crescente intensidade do conflito seguia os passos da mudança no governo estadual. Nas eleições estaduais e municipais marcadas para 19 de janeiro, os latifundiários e grileiros deram seu apoio a Moisés Lupion de Tróia, o candidato do PSD a governador do Paraná. Analistas acreditam que a vitória de Lupion possibilitou que os terratenentes contassem com o aparato do Estado para tomar a terra dos camponeses. Lupion não era apenas uma ferramenta dos capitalistas agrícolas, mas também um dono de terras que agia em seu próprio interesse. Ele era um fazendeiro de café e chefe de uma grande companhia chamada Clevelândia Territorial e Agrícola Limitada – CITLA, a qual tinha parcelas substanciais de terra no oeste do Paraná.³¹ Ainda mais, o governo do Estado

²⁹ Joe FOWERAKER dá diversos detalhes de casos exemplificando a chicanice do capitalista agrícola no capítulo 4 de seu livro *The Struggle for Land: A Political Economy of the Pioneer Frontier in Brazil from 1930 to the Present Day*. New York: Cambridge University Press, 1980. p. 83-105. O capítulo 4 se intitula “The Legal History of the Land”. Sobre a luta contemporânea na Amazônia, vide Octavio IANNI. *A luta pela terra*. 3ª edição. Petrópolis: Vozes, 1981.

³⁰ FELISMINO. “A guerra de Porecatu”. p. 24 e PRIORI. “A revolta camponesa”, p. 208-10.

³¹ Em 1944, a CNTP foi vendida para um grupo de capitalistas de São Paulo. Os novos proprietários, que apoiavam a candidatura de Lupion, mudaram o nome da companhia para Companhia de Melhoramentos Norte do Paraná, mas não modificaram a estratégia de sustento ao desenvolvimento da pequena propriedade e de crescimento regional integrado. Sobre Lupion, vide Maria Cristina COLNAGHI. “Colonos e poder: A luta pela terra no

era dono e controlava centenas de milhares de hectares, fazendo com que o Estado fosse o maior proprietário de terra no Paraná.³² Como qualquer governador da época republicana, o Lupion teria que usar as terras para premiar apoiadores políticos e atrair novos aliados, além de procurar obter lucros próprios com a venda especulativa e a exploração de suas terras. Como ele era capitalista agrícola e homem confiável dos outros grandes agricultores do Estado, Lupion não precisava acatar ordens dos grandes proprietários estrangeiros para tomar medidas que serviam aos interesses da burguesia agrícola.³³

Ansioso para desenvolver o norte do Paraná, Lupion estabeleceu uma comissão para estudar os problemas nascentes perto de Porecatu. Ele visitou várias comunidades na área em abril de 1947, prometendo reassentar 250 famílias em lotes de 25 hectares perto de Paranavaí, no noroeste do Paraná. Ainda no período de legalidade e cooperação do PCB, a ação de Lupion chamou a atenção do redator de *Notícias de Hoje*, um jornal comunista diário com sede em São Paulo, que desafiou a comissão a ser realista em sua solução.

Devemos esperar que no plano a ser realizado, condições especiais sejam estabelecidas para a concessão de terras aos trabalhadores rurais, aos camponeses pobres, ao mesmo tempo em que outro plano deve prever a concessão de crédito barato e longo para os mesmos, além de instrumentos agrícolas, enfim, tudo quanto possa facilitar o aumento da produção no campo.³⁴

Investigando a área em 1948, a geógrafa Lysia Maira Cavalcanti Bernardes deu à comissão a visão menos favorável possível dos camponeses. Ela encontrou a região esparsamente colonizada por “caipiras e ex-colonos” que, como ela colocou, haviam sido “despejados de terras ocupadas indevidamente

sudoeste do Paraná”. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Paraná, 1984. p. 45-65. Renato LEMOS e César BENJAMIN. “Lupion Moisés”. In: BELOCH e ABREU (ed.). DHBB. p. 1956-57. Vide também FOWERAKER. *The Struggle for Land*. p. 90.

³² Acrisio MARQUES. Relatório do Departamento de Terras e Colonização do Estado do Paraná em 1947. Curitiba: DTC, 1947.

³³ No início do século XXI foi comum definir este tipo no conceito do “agronegócio.” Contudo, podemos observar múltiplas diferenças principalmente no nível de integração horizontal e vertical da burguesia agrícola e cada época. No passado o foco do capitalista estava na integração horizontal, quer dizer a especialização em um aspecto da cadeia produtiva; hoje em dia, a integração vertical é mais valorizada. Bernardo Mançano FERNANDES. “Agronegócio e reforma agrária”. Anais do encontro Nacional de Geografia Agrária. Gramadão, RS. 2004. Ariovaldo Umbelino de OLIVEIRA. “Barbárie e Modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil”. *Terra Livre* (São Paulo). v.21, p. 113-58, 2004.

³⁴ Sobre os planos de Lupion, vide FELISMINO. “A guerra de Porecatu”. Citação de “Terras devolutas no Paraná”. *Hoje*, ano 2, n. 260, p. 2, 6 de maio, 1947. In: BARRIGUELLI (ed.). *Subsídios à história*. p. 256.

ou foragidos da lei”. Eles haviam invadido e ocupado de modo “espontâneo” e “desordenado” porções de terra na divisa Norte, e sua presença tinha que ser controlada para se encaixar nos planos do governo estadual e dos donos de terras privadas.³⁵

Como a mais remota a área de Jaguapitã não havia sido vendida aos interesses privados, o governo do Estado alegou ter a titularidade. Isto deu à comissão livre autoridade para recomendar a solução para o problema oferecido pelos posseiros. Os comissários decidiram dividir a área em partes de mais ou menos 30 hectares cada e convidar o campesinato a comprar a terra que eles já haviam começado a desenvolver. A cidade de Jaguapitã foi também dividida em cinquenta pequenos lotes de 10 hectares em torno de seu perímetro. Aqueles camponeses que estavam aptos a concordar com os termos do Estado estavam no caminho para se tornarem pequenos proprietários, mas o loteamento ignorou todo o trabalho árduo dos camponeses e contrariou a lema do PCB: “a terra para os que nela trabalham”.³⁶

Os resultados da comissão sobre os camponeses de Centenário do Sul foram significativamente diferentes. A terra era dos Lunardelli, alegava a comissão, e estava mais perto da divisa de Porecatu com São Paulo que foram as terras de Jaguapitã. Ainda mais, Lunardelli não endossou o modelo de colonização de exploração de terra, preferindo desenvolver a terra no modelo de agricultura por extenso como nas fazendas paulistas. Por isso, a comissão propôs a remoção dos camponeses e sua recolocação nas terras da CITLA de Lupion ao longo da fronteira sudoeste. Os tribunais locais apoiaram a conclusão da comissão e ordenaram a expulsão dos camponeses.³⁷ A polícia veio de Porecatu e Londrina para expulsá-los, mas alguns resistiram. Em 26 de agosto, o Tenente Antônio Barbosa e um contingente de doze homens foram baleados quando tentaram expulsar camponeses da fazenda de Otávio Faria, nas vilas de Águas do Rondon e Baiana em Guaraci. No fim, o policial Antônio Alves e três jagunços estavam mortos. Os anônimos defensores dos camponeses se refugiaram na floresta. Um repórter que chegou a ver a cena foi presciente quando escreveu, “Os corpos estendidos no chão eram a prova de que havia iniciado a resistência armada no Norte do Paraná”.³⁸

O aumento de violência na região levou o PCB, cassado desde maio, a se envolver ainda mais profundamente na luta. Para apoiar os camponeses fugidos, um grupo de membros do PCB de Londrina formou uma organização

³⁵ BERNARDES. “O problema das frentes pioneiras”. p. 29-30.

³⁶ BERNARDES. p. 37.

³⁷ “Terras devolutas no Paraná”. MULLER. “Estudo do norte do Paraná”. p. 80.

³⁸ “Caem os primeiros posseiros”. p. 271; FELISMINO, “A guerra de Porecatu” e PRIORI, “A revolta camponesa”. p. 210.

solidária cujo centro era Jacinto, agora um vereador eleito na legenda do PTN – Partido Trabalhista Nacional, o advogado Flávio Ribeiros e o médico Newton Cardoso. O grupo viajou para a zona de conflito guiado por Ângelo Gajardoni, um farmacêutico em Jaguapitã que ficou tão enfurecido com a perseguição de seus fregueses que trocou sua farmácia por uma parcela de 24 hectares perto de Porecatu. O filho de Gajardoni, Arlindo, também uniu-se à luta, e tornou-se um de seus militantes mais combatentes, adotando o nome de guerra de “Strogoff”. Orientado por seu grupo, os membros da velha liga camponesa elegeram Billar; Padilha e Herculano Alves de Barros, para representá-los nas conversas com autoridades. Foi neste novembro que a comissão camponesa fez o primeiro contato formal com o PCB, viajando primeiro para São Paulo, onde encontraram com o Pedro Pomar, membro do Comitê Central do PCB e então deputado eleito na legenda do PSP de Adhemar de Barros. Como resultado da conversa, o Pomar designou o advogado Rocha Faria para entregar uma carta de reclamação assinada pelos três da comissão ao governo federal, e sugeriu que o grupo contatasse José Rodrigues Vieira Neto, um membro do comitê estadual paranaense do partido em Curitiba.³⁹

Talvez por ser ativo na organização da resistência, talvez por ser quase um “clã fazendeiro” em si, ocupando, desbravando e cultivando bastante território com tanta energia masculina, a família Billar acabou sendo perseguida pelas autoridades. Com ordens dos latifundiários para fechar “acordos” com todos os posseiros, assim desocupando a terra para facilitar sua territorialização, o Major Euzébio e seus soldados invadiram a posse dos Billar de novo em novembro, aproveitando a ausência do velho espanhol. Prenderam os filhos Antônio, José, João, Lázaro, Mário e Arlindo, mas todos reclamaram faltar a autoridade do pai para assinar qualquer documento. Em um ataque coordenado de duas frentes, o Major voltou no sítio em janeiro de 1948. Atento, o velho Billar se escondeu na floresta e o Major prendeu só o filho mais velho, José, o levando para a cadeia de Porecatu onde foi espancado. Ao mesmo tempo, uma equipe de trabalhadores, contratada pelos Lunardelli, começou a derrubar os melhoramentos no sítio. Mas, os irmãos se armaram e os impediram. Frustrado mais uma vez, a polícia voltou de novo em fevereiro, conseguindo pegar o Billar senhor. Ele foi confinado e abusado na cadeia de Porecatu até 10 de março, quando assinou um acordo em que desistia da terra em troca de Cr\$28.000,00 e dos direitos da próxima colheita, um acordo que não foi cumprido. Sob tanta pressão, Billar evacuou a família pelo rio Paranapanema para a fazenda de um amigo em São Paulo. Ele e

³⁹ PRIORI, “A revolta camponesa”, 216-19, cita sua entrevista com Pinha como fonte principal. Em “A guerra de Porecatu”, FELISMINO marca a data da viagem da comissão em outubro de 1948, mas é duvidosa por vários motivos, entre eles que não teria dado tempo suficiente para a discussão e decisão de fazer uma luta armada em novembro.

seus filhos João, Mário e Arlindo retornaram à terra, cuidando de dia e passando as noites em um esconderijo que eles haviam construído no mato.⁴⁰

Sendo alvo da persistência da colaboração entre o “Estado” e os “latifundiários”, os posseiros gradualmente aceitaram a proposta do PCB em fazer de Porecatu um foco de resistência camponesa. Durante 1948, representantes do partido visitaram os camponeses nos fins de semana, chegando à casa de Padilha no sábado e reunindo-se com um grupo para jogar futebol no domingo. Foi durante essas reuniões, relatam Felismino e Priori, que os camponeses concordaram em montar uma luta armada em defesa de suas propriedades. Esta revelação foi feita por Barros, que abandonou a luta quando ela se tornou violenta e mais tarde cooperou com os interrogadores da polícia. De acordo com o seu testemunho de 1951, o partido usou as reuniões de domingo para distribuir panfletos e discutir os direitos dos trabalhadores rurais. “Aos poucos”, o Barros revelou, “eles foram levando a coisa pro lado do comunismo, pregando que a terra era de quem nela trabalhasse e que todos deveriam se unir para enfrentar jagunços, grileiros, fazendeiros e até mesmo o governo, se fosse preciso. Daí surgiu a proposta de criarem os grupos armados”. Dada a contemporaneidade entre as declarações de Prestes e a trajetória revolucionária do partido, as lembranças de Barros são bem plausíveis. Antes que aquele ano acabasse, “fiscais do PCB” fizeram um estudo geográfico da região, procurando por seus recursos e potencial militar: por meio de uma rede de observadores e rotas de abastecimento, os combatentes poderiam ser mantidos informados, alimentados e supridos de armas e munições. Em 1950, um jovem camponês disse a um repórter: “Já não restava outro caminho. Era preciso a luta armada. E dela não tínhamos medo. Nós não temos nenhuma alternativa, a não ser a luta armada”.⁴¹

⁴⁰ Sobre a família Billar, vide FELISMINO. “A guerra de Porecatu”. p. 25. “A saga dos Billar”. p. 11 e PRIORI, “A revolta camponesa”. p. 130-35, 208.

⁴¹ BARROS citado por FELISMINO. “Táticas de luta”. *FL*. 16 de julho de 1985. p. 13. Este artigo também discute a presença de “fiscais”. Em “A revolta camponesa”, p. 220, o PRIORI cita um relatório do DEOPS sobre Porecatu. John FRENCH (em comunicação pessoal, 8 de maio de 1996) nota que se pode traçar um interessante paralelo entre a aparição de Pedro Pomar como representante do PCB no início da luta em Porecatu e o papel que exerceu como catalisador da luta rural armada na região do Rio Araguaia, no Estado do Pará, no início dos anos de 1970, como dirigente do Partido Comunista do Brasil (PCdoB, fundado em 1960), a que ele viria a pertencer. Ambos os eventos levaram à morte trágica de militantes e civis, aumentando o crédito dado à famosa observação de Marx, de que “a história se repete, na primeira vez como tragédia, e, na segunda, como farsa”. Pomar mostrou-se mais valoroso do que este truísmo, incitando os militantes a adotarem um curso de ação diferente no Araguaia; no entanto, cabeças mais esquentadas e despreparadas prevaleceram neste momento, e mais de 50 militantes foram mortos, incluindo o próprio Pomar, que foi executado pela polícia quando esta invadiu uma reunião clandestina do partido que havia sido convocada para discutir a catástrofe no Araguaia e a morte de Mao Zedong. Vide Jacob GORENDER. *Combate nas trevas: A esquerda brasilei-*

A GUERRA DE PORECATU

Do início de 1949 a julho de 1951, a guerra de Porecatu estava em curso. A luta para permanecer em seus territórios era caracterizada por três tipos básicos de conflito, cada qual em ordem aleatória e às vezes concomitante. Primeiro, às vezes tanto os capitalistas agrícolas quanto os camponeses apelavam às autoridades judiciárias e governamentais segundo, a polícia e os jagunços entravam em áreas de disputa e encaravam a resistência dos camponeses, criando espaços de proteção para que algumas diaristas trabalhassem na territorialização do solo pelos projetos agrícolas dos grileiros. Finalmente, grupos armados de camponeses atacavam os trabalhadores para dispersá-los. Durante toda a guerra, tanto os grileiros quanto os camponeses buscaram alívio na justiça e nas autoridades legislativas e executivas. Em janeiro de 1949, por exemplo, um grupo de 30 camponeses peticionou ao judiciário de Porecatu uma ordem de restrição ao Capitão Manoel Alves do Amaral, o comandante da Força Pública designado para fazer cumprir os termos ditados pela comissão de terra do governador Lupion. Amaral, que foi mandado para a área com uma tropa de cem soldados de Curitiba, tinha sido bem instruído por uma cadeia de comando que incluía os capitalistas agrícolas aliados do governador. Um dos soldados de Amaral registrou o quanto eles eram dependentes dos maiores fazendeiros de Jaguapitá. Ordenados a “desarmar a população local”, a tropa passou a maior parte do seu tempo respondendo a queixas dos fazendeiros, comendo e viajando às custas deles. “Quando um deles chegava na cidade para denunciar algum posseiro, tinha que arrumar transporte para a gente ir até o lugar e desalojar o sujeito”, disse o ex -soldado Haroldo Francisco de Souza. “A pé a coisa seria mais difícil”.⁴²

O capitão recebia presentes dos capitalistas agrícolas e atendia a seus desejos. “Tudo quanto era fazendeiro e grileiro procurava” o capitão, continua Souza. Como este exemplo demonstra, o aparato democrático do Estado tipicamente virava parceiro do que tinha interesses mais poderosos, como os donos de terra, em vez dos interesses mais numerosos, tais como os representados pelos posseiros. Em outras palavras, o eleitorado de doadores sobrepujava o eleitorado de eleitores potenciais.

Embora o judiciário também tendesse a apoiar os fazendeiros e não os camponeses, muitos deles procuravam os fóruns para buscar justiça durante o

ra das ilusões perdidas à luta armada. 2ª. edição. São Paulo: Ática, 1987. p. 207-14. “Pomar, Pedro”. In: BELOCH e ABREU (ed.). *DHBB*. p. 2790. Karl MARX. “The Eighteenth Brumaire of Louis Bonaparte”. In: *Surveys from Exile: Political Writings, vol. 2*. Editado com uma introdução de David FERNBACH. Nova York: Vintage Books, 1974. p. 146. Para o jovem resistente, consulta “Caem os primeiros posseiros em defesa de suas terras” *Jornal Notícias de Hoje*, São Paulo, p. 1-2, 14 de fev, 1950, In: BARRIGUELLI, *Subsídios à história*. 271.

⁴² “Dias de medo”. *FL*. 21 de julho, 1985. p. 17.

conflito. A família Billar encarou não só a agressão dos jagunços, mas processos judiciais e a força policial para cumprir o mandado judicial. Em dezembro de 1948, os Lunardelli venderam a fazenda Tabapuã onde a família Billar vivia para Jerônimo Inácio da Costa e sua esposa Joana Uhl Costa. No contrato de compra e venda, os Lunardelli assumiram a responsabilidade de “entregar as terras livres de intrusos”. Como já vimos, a resistência dos Billar foi tão firme que até o dia 5 de junho de 1950, a família Costa ainda precisava dar entrada de uma Ação de Reivindicação de Posse, pedindo para o juiz de Porecatu mandar a expulsão do Billar dentro de dez dias. Em pesquisas do processo, o Priori confirmou o duvidoso caráter da escritura lavrada e concluiu: “Essas terras estavam encravadas no antigo grilo Ribeirão Vermelho (...)”.⁴³ Então, o território ao fundo da guerra de Porecatu foi terra roubada do povo, terra que, décadas depois, teria sido objeto de desapropriação por motivos de reforma agrária e, pela Constituição de 1946, devia ter sido sujeito do mesmo processo ainda na época da luta. Faltavam à vontade estadual, instituições competentes como o Incra e pressão efetiva de movimentos socioterritoriais. Por isso, a defesa militar e judicial do território ocupado caiu em cima do próprio camponês, assistido precariamente pelo PCB.

Para contestar a ordem de reintegração de posse, Billar contra-alegou, dizendo que Costa devia a ele Cr\$200.000,00 de indenização pelas melhorias na propriedade. Entretanto, em 17 de agosto, o juiz Carlos Otávio Bezerra Valente ordenou o sequestro da posse de Billar. Quando o oficial de justiça chegou de jipe para entregar a ordem de despejo, os Billar se recusaram a aceitá-la e mandaram o homem ir embora sob a mira de armas. Em 24 de novembro de 1950, o juiz emitiu a sentença final, mostrando todo prejuízo dele a favor do grileiro Costa. Para o juiz, as melhorias construídas por a família Billar realmente somaram mais que Cr\$ 300 mil, só que o benefício que a família já tirou da terra já somou quase o mesmo valor e assim, no calculo perverso do Valente, restava só um indenização de Cr\$ 30 mil para Billar abandonar sua posse. Mas, os Billar resistiram na terra e recorreram para a instância superior. Apenas com o fim das hostilidades em 1951 e sob pressão judicial que chegaram em uma “composição amigável”, em qual os Costa pagassem Cr\$300 mil pelo trabalho da família na fazenda Tabapuã e o governo que desse as famílias Billar (pai e filho) lotes nas regiões de Paranavaí e Iporá.⁴⁴ Este caso exemplifica o papel contraditório

⁴³ Ver a análise dos Autos do Processo 228/50 de 05 de junho, 1950, do Cartório Civil do Fórum da Comarca de Porecatu. In: PRIORI, “A revolta camponesa”, p. 112-39.

⁴⁴ Os casos de primeira instância são relatados em PRIORI, A revolta camponesa, p.112-139 e FELISMINO. “Táticas de luta”. Uma discussão sobre a resolução final pode ser encontrada em PRIORI, acima citada, e FELISMINO. “A saga dos Billar”. De acordo com José, a família Costa se recusou a obedecer a ordem judicial de 1951 (passada em julgado em Londrina),

do judiciário na história do campesinato brasileiro. Juízes como Valente sentiam a pressão da estrutura de poder local, enquanto que os tribunais regionais – às vezes – atuavam mais independentemente.

Muito antes deste final parcialmente favorável à família Billar, soldados e jagunços continuavam a invadir a área disputada e tentavam desalojar os camponeses. Sob constante ataque, muitos posseiros concordavam em se unirem em auto defesa. Seguindo a decisão dos camponeses de iniciar uma “luta armada”, tomada em novembro de 1948, o Comitê Central do PCB mandou José Ortiz para Porecatu. Ortiz era considerado um especialista em armas e em primeiros-socorros, e o partido determinou que ele fosse treinar os camponeses em táticas militares.⁴⁵ Dois esquadrões, cada qual com um contingente variando de seis a doze homens, foram estabelecidos para defender as terras dos posseiros do ataque e atacar espaços que houvessem sido tomadas pelas forças dos grileiros. Liderando esses esquadrões estava Itagiba (Hilário Gonçalves Pinha) e Strogoff (Arido Gajardoni), dois posseiros estreitamente ligados ao PCB. Em fevereiro de 1950, o jornal do PCB, *Notícias de Hoje*, falou destes homens como “resistentes” e noticiou seus confrontos com a polícia e os jagunços. Os esquadrões eram equipados com carabinas, comida e informações de uma rede de apoio operada pelo grupo solidário de Jacinto em Londrina.⁴⁶

Superado pela Força Pública em termos de números e armas, “um punhado” de resistentes usaram táticas de guerrilha para defender sua crença em seus direitos de posse e autonomia.⁴⁷ Eles prepararam certo número de esconderijos na floresta e localizaram pontos estratégicos para montar emboscadas. Seu objetivo principal era prevenir a invasão de soldados na área em que aproximadamente 150 famílias de camponeses haviam estabelecido fazendas. Terça-feira, 10 de outubro de 1950, foi o dia mais violento, quando quatro homens e dois garotos foram assassinados e oito soldados e camponeses feridos. O juiz Valente de Porecatu preparou o cenário quando ordenou que as tropas do Estado expulsassem as famílias Billar e a do Quia-bo (Francisco Lourenço Figueiredo) que já foi torturado por ocupar uma parcela de terra que o grileiro chamado Antônio Ângelo alegava ser parte da sua proprie-

e a família Billar voltou à sua fazenda em Porecatu para enfrentar os trabalhadores lá e impedir que trabalhassem. Somente após este enfrentamento, a família Costa obedeceu, pondo fim à saga dos Billar. Curiosamente, o Billar mais velho vendeu a terra que ele recebeu dos Costa e comprou casas de aluguel com o dinheiro.

⁴⁵ FELISMINO. “Lembranças da guerra” e “Táticas de luta”.

⁴⁶ “Caem os primeiros posseiros”. p. 2. FELISMINO. “Memórias do Velho Mané” e PRIORI, “A revolta camponesa”. p. 216-220.

⁴⁷ Em suas *Memórias* (1980), Gregorio BEZERRA se refere aos que resistiram como “um punhado de bravos combatentes (incluindo alguns comunistas) que demonstraram à massa de fazendeiros que unidos e organizados, os camponeses podiam resistir e enfrentar até mesmo uma força tão poderosa como a polícia militar” (t. 2, p. 126).

dade. Partindo de Porecatu de caminhão depois da meia noite, uma brigada de 22 soldados e três empregados de fazendeiros sob o comando do Ten. João André Dias Paredes esperavam surpreender os resistentes. Quando a tropa se aproximou do território do Quiabo, Luís Menezes, gerente do grileiro, foi em frente para confrontar o camponês e seu irmão Cristóvão. Dentro de poucos minutos, houve troca de tiros, Menezes foi baleado três vezes e mortalmente ferido, e os irmãos Figueiredo fugiram para alertar os outros resistentes sobre a presença da polícia. Ainda que o Ten. Paredes tenha falhado em capturar os Figueiredo, ele tomou como refém uma testemunha, um garoto chamado Benedito dos Santos. O pai de Benedito, Valdomiro dos Santos, se uniu à brigada para acompanhar seu filho.⁴⁸

Com os Figueiredo armados e a fins de resistir à prova de balas, os soldados se movimentaram cautelosamente até a fazenda de Billar. Barricadas de troncos de árvores e arbustos retardaram seu progresso pela estrada. Por meio de uma via, levou mais de duas horas para percorrer 3 km. Passando perto do Lote do Alemão, uma fazenda arrebatada pela polícia em abril, os soldados de guarda tiveram de ajudar os outros a limparem a estrada. De repente, tiros foram disparados da floresta ao redor deles. Pegos de surpresa, três soldados caíram feridos. Antes que os outros atirassem de volta, uma bala perfurou o para-brisa do caminhão e matou Benedito dos Santos. Em poucos minutos, a metralhadora e o rifle dos soldados penetraram os esconderijos dos resistentes. Gritos vindos da floresta davam notícias de acontecimentos sinistros. Em dez minutos, a batalha estava terminada. Vasculhando a floresta perto de onde estava, a polícia encontrou os corpos de três homens e de um garoto.

Com os corpos recolhidos, com os curativos feitos nos feridos, os soldados planejavam bater em retirada para Porecatu, e a perigosa estrada era sua única alternativa. Em um outro trecho obstruído da estrada, onde as árvores se fechavam ao redor deles, dos arbustos novamente emergiram tiros de rifles. Soldados a pé, incluindo o Ten. Paredes, entraram na floresta, enquanto que o motorista do caminhão acelerou, forçando o caminhão sobre o desafio. Esta emboscada custou mais cinco homens feridos, incluindo Valdomiro e o jagunço João Faustino. Dos seus poleiros secretos, os resistentes assistiram à retirada caótica da brigada.⁴⁹

⁴⁸ FELISMINO conta a história em um episódio de duas páginas, “Sangue na primavera”. *FL*. 17 de julho de 1985. p. 11-12. PRIORI usou 11 páginas em “A revolta camponesa”, p. 243-53, para recriar os eventos do dia.

⁴⁹ Os três soldados feridos eram: Cabo Ivair Ramos (com um tiro no estômago), Otávio de Oliveira Almeida (com um ferimento na cabeça) e Antonio Pereira (com um tiro no braço). Os três camponeses mortos foram mais tarde identificados como João Japão, Cassiano Coelho, Benedito Barbudo e o menino era Pedro Vieira de Moraes. FELISMINO. “Sangue na primavera” e “Caem os primeiros posseiros”. p. 270.

A agressão dos resistentes continuou até os meados do ano seguinte. Em 23 de novembro, o grupo armado liderado pelo jovem Itagiba pegou de surpresa o sangrento capataz Celestino, o executando em frente da casa de sua amante. Contrariando as expectativas do Itagiba, a execução do capanga inspirou não uma reação violenta, mas a solidariedade dos camponeses ainda incertos sobre a luta armada. Os grupos armados cresceram e no final de dezembro, agora com dez homens, o grupo de Strogoff foi despejar José Verone, um invasor das terras da posse de um dos resistentes mortos em outubro.⁵⁰ Verone também era camponês, e vejamos ao seguir como a orientação do PCB não conseguiu ajudar os participantes a evitar a armadilha de conflito dentro da própria classe camponesa.

AS CATEGORIAS DO CAMPESINATO

No curso dos próximos meses, enquanto os resistentes continuavam em sua campanha de defesa agressiva, os capitalistas agrícolas e as autoridades se reagruparam. Politicamente, era um momento de sensível transição. Prometendo melhorias para os trabalhadores rurais e camponeses, Vargas havia sido eleito presidente com uma larga vantagem em novembro, um evento que será examinado no próximo capítulo. No Paraná, a campanha para governador estava em curso, e, em março de 1951 o odiado Lupion seria substituído pelo populista Bento Munhoz da Rocha Neto. Nesse meio tempo, o PCB permaneceu fiel à sua linha revolucionária, tendo lançado o Manifesto de Agosto apenas dois meses antes dos tiroteios de outubro. Ele continuava a apoiar os resistentes, levando munição para a floresta e mais pessoal para a área. Em fevereiro de 1951, Celso Cabral de Melo, o Capitão Carlos, foi enviado para substituir José Ortiz (que havia sido morto em um acidente durante um treinamento), como conselheiro militar dos resistentes. O Capitão Carlos seria mais tarde culpado pela elevação do nível de violência e por entregar os resistentes à polícia.⁵¹ Em março, camponeses organizados na região de Santa Fé do Sul, um município paulista, enviaram um caminhão lotado de suprimentos.⁵² Em maio, Moraes foi transferido de Ribeirão Preto para Londrina para ajudar a mobilizar apoio político.

Enquanto que o governo do Paraná se recolheu por causa da resistência que encontrou, os resistentes usaram o tempo para assegurar seu controle sob

⁵⁰ FELISMINO “Memórias do Velho Mané” e PRIORI, “A revolta camponesa”. p. 238-43 e 253.

⁵¹ FELISMINO. “Revolta e traição” e “Os erros do PCB levaram o movimento à derrota”. *FL*. 27 de julho de 1985. Vide também WELCH e GERALDO. *Lutas camponesas*. p. 122.

⁵² “Organizam a solidariedade aos resistentes em Porecatu”. *Hoje*. 30 de março de 1951. p. 3. In: BARRIGUELI (ed.). *Subsídios à história*. p. 279.

um território por volta de 40km² de fazenda e floresta a oeste e sudoeste de Porecatu. Esta campanha foi uma das mais intrigantes e politicamente astutas dos instigantes conflitos dos posseiros descritos acima. Com cada policial e jagunço que invadiam terras disputadas vinha uma gangue de trabalhadores rurais contratados para pôr abaixo os prédios, plantar novas lavouras e cuidar das existentes. Estes trabalhadores apresentavam um dilema para os resistentes e comunistas. A teoria comunista da época unificava os dois grupos como membros da classe trabalhadora. E, no entanto, para os trabalhadores, a expulsão dos camponeses significava trabalho pago para eles, enquanto que para os resistentes, as atividades dos trabalhadores significavam o fim de tudo que eles haviam trabalhado arduamente para construir. Em outras palavras, os dois grupos de trabalhadores aparentemente tinham mais interesses que os dividirem do que os unirem. Este dilema mais tarde atrapalharia os seringueiros liderados por Chico Mendes na floresta Amazônica que, em sua luta para defender as seringueiras que formavam a base de sua subsistência, confrontaram gangues de trabalhadores contratados por ambiciosos donos de terra para derubar o mato e criar pastagens de gado. Talvez informados do erro das lutas violentas como a guerra do Porecatu, os seringueiros escolheram a resistência pacífica, amarrando-se às árvores ou deitando-se no caminho dos tratores de terraplenagem.⁵³

Embora os militantes do PCB no cenário de Porecatu não pudessem se beneficiar da mesma visão histórica possibilitada a Mendes, eles não estavam cegos para a realidade à sua volta. Nós agora podemos analisar as relações sociais no norte do Paraná com mais precisão e notar que os camponeses contavam com uma das menores porções do trabalho regional. O economista Martin T. Katzman fez um estudo muito útil sobre o emprego na região, distinguindo a população ativa nas terras da CTNP daqueles que tinham terras privadas (não pertencentes à companhia). Embora os donos-operadores, parceiros agrícolas e posseiros juntos constituíssem uma porcentagem substancial

⁵³ Os seringueiros podem ser creditados com o desenvolvimento de uma forma de luta chamada de “empate”. Conforme descrito acima, tratava-se de uma variação da greve dos braços cruzados – especialmente eficaz em evitar que os pelegos trabalhem. Vide REVKIN. *The Burning Season* (1990). Chico MENDES. *Fight for the Forest* (1989). A sugestão de que Mendes tenha aprendido de alguma forma com as experiências de Porecatu não é tão absurda quanto parece. Na verdade, a ideia de que as sementes da atual luta camponesa tenham sido plantadas na era pré-1964 é a tese deste livro. Mendes alegava ter sido apresentado à política e à militância popular através de um ex-ativista do PCB chamado Euclides Távora. Apesar de não se poder dizer com certeza que Távora tenha participado da Guerra de Porecatu, a guerra teve um impacto no comportamento do partido e deve tê-lo influenciado. Além de *Fight for the Forest*, vide Kenneth MAXWELL. “The mystery of Chico Mendes”. *New York Review of Books*. 7 de novembro de 1991. p. 61.

da força de trabalho, os assalariados eram a maior classe individual de trabalhadores na área.⁵⁴

O mercado de trabalho do pós-guerra era inteiramente diferente daquele que havia prevalecido durante o primeiro *boom* do café em São Paulo. O modelo de pequeno proprietário de terras desenvolvido pela CTNP atraiu indivíduos mais experientes e bem sucedidos de São Paulo e Minas Gerais, tais como antigos colonos e camponeses.⁵⁵ Nesse meio tempo, o fluxo de imigração para o Brasil havia diminuído consideravelmente, e o governo federal se mantinha indeciso quanto a tentar aumentá-lo, mesmo sob a pressão dos grupos de fazendeiros como a SRB.⁵⁶ Por isso, a possibilidade de ressurgimento do tradicional sistema de colonato, como muitos fazendeiros prefeririam, se tornava cada vez mais distante.⁵⁷

Deste caldeirão, emergiu um sistema de contrato chamado empreitada. Sob este sistema, os donos de terra assinavam contratos com empreiteiros – ou como eles ficaram vilmente conhecidos, gatos, um termo usado porque seu emprego exigia que eles fossem particularmente espertos e ardilosos. Os empreiteiros contratavam com os fazendeiros e então contratavam trabalhadores para cumprir o contrato, mantendo seus gastos baixos para conseguir lucros explorando estes homens e mulheres o máximo possível. Quando havia terra

⁵⁴ KATZMAN, Martin K. “Social relations of production on the Brazilian Frontier”. In: *The Frontier: Comparative Studies, vol.1*. Editado por David H. MILLER e Jerome STEFFEN. Norman: University of Oklahoma Press, 1974. p. 290-92.

⁵⁵ MARGOLIS. *The Moving Frontier*. p. 40. A autora descobriu que 37% dos habitantes de Ouro Verde, o nome fictício de uma cidade do norte do Paraná que ela estudou, vem de São Paulo, Minas Gerais e partes do Paraná colonizadas anteriormente. DOZIER. “Northern Paraná, Brazil”. p. 319, 323. Este texto também apresenta comentários sobre a origem dos imigrantes desta região.

⁵⁶ Os fazendeiros de São Paulo, tanto os que pertenciam à SRB como os que não, acreditavam que as fazendas de café de São Paulo não sobreviveriam sem o influxo anual de dez mil trabalhadores estrangeiros e de suas famílias (cerca de 50 mil pessoas). Começando no final da Segunda Grande Guerra, o argumento foi levado adiante incansavelmente até 1952, quando os paulistas foram recompensados com uma concessão do governo federal para que se encarregassem do programa de imigração do Estado. Vide “A mão de obra italiana e a agricultura paulista”. *Brasil Rural* 129. p. 14-19. Abril de 1953. Vide também “Primeira conferência de imigração e colonização”. *RSRB* 28:347. p. 36-40 Setembro de 1949. “Imigração e colonização para o Estado de São Paulo: Memorial apresentado pelo Sr. Manilo Agnese ao Sr. governador do Estado”. *RSRB* 28:347. p. 40-41. Setembro de 1949.

⁵⁷ Os defensores do colonato eram muitos, e eles tendiam a ser as mesmas pessoas que apoiavam a volta de uma imigração subsidiada. Dois dos mais vocais defensores eram Alberto Whately e Antônio de Queirós Telles, ex-presidentes da SRB e proeminentes cafeicultores de Ribeirão Preto. Vide “Braços para a lavoura”. *RSRB* 25:303. p. 11. Novembro de 1945. Este último texto é um editorial publicado enquanto Whately era o editor da revista. Antônio de Queirós TELLES. “A imigração em São Paulo”. *RSRB* 27:329. p. 30-31. Fevereiro de 1948.S

virgem envolvida, os contratantes eram também chamados de formadores de café, um termo que refletia como eles tinham que limpar a floresta e formar plantações de café na imensidão de terra. Os formadores plantavam café em troca do valor completo da venda da produção de um período específico. No caso de terras não limpas, os contratos eram assinados por um prazo que variava de quatro a seis anos, porque geralmente levava esse tempo para os pés de café maturarem e darem frutos. Por isso, os primeiros ganhos dos empreiteiros não vinham do café, mas da venda de colheitas, como por exemplo, do arroz e milho, que podiam ser cultivadas enquanto os pés de café amadureciam. Embora os termos variassem de contrato para contrato, os empreiteiros também ganhavam com a venda da primeira e segunda colheitas de café. Para limpar a terra, plantar as mudas de café e fazer a colheita, os gatos apelavam para sua habilidade especial: a extração impiedosa da mais valia do trabalho de trabalhadores migrantes.⁵⁸

Ansioso para fazer com que a terra desse lucro o mais rápido possível, o contratante empregava trabalhadores em projetos de longo e de curto prazo, tais como limpar a terra ou plantar e colher cereais. Embora muitos trabalhadores empregados na área de Porecatu viessem em caminhões de cidades perto da divisa com São Paulo, a grande maioria originava-se do Nordeste brasileiro, uma região do país economicamente deprimida. Em resposta aos novos salários duas ou três vezes maiores do que aqueles pagos nas fazendas paulistas, eles vinham para as cidades na divisa do Paraná com São Paulo, tais como Ipê e Ourinhos. Eles logo descobriram que os empreiteiros conspiravam com os comerciantes da cidade para cobrar preços ultrajantes pelo alojamento e comida. Chaves Neto do PCB, que era dono de uma pequena fazenda perto de Ourinho, descreveu como o sistema levou os trabalhadores cada vez mais a se afundarem em dívidas. Os empreiteiros pagavam as contas dos trabalhadores, enganando-os com o clássico círculo de débito, beirando a escravidão. Aqueles que tentavam economizar dinheiro eram mandados embora. Aqueles que pulavam do caminhão para escapar da disciplina do trabalho dos empreiteiros depois que seus débitos fossem pagos eram perseguidos pelo gato que apontava à polícia “os malandros que [eram] presos e surrados”.⁵⁹ Enganados, espancados e mal pagos, estes trabalhadores contratados eram o combustível óbvio para qualquer tentativa de se incendiar o movimento rural. Embora o partido permanecesse comprometido com a luta pela terra dos posseiros, sua ideologia orientou-os a construir a solidariedade entre todos os trabalhadores

⁵⁸ MARGOLIS. *The Moving Frontier*. p. 33-41. Este trecho apresenta uma pitoresca descrição do trabalho dos formadores de cafezal.

⁵⁹ CHAVES NETO. *Minha Vida*. p. 122-123. MARGOLIS. *The Moving Frontier*. p. 131-133, também relata alguns casos de violência.

rurais. Em Londrina, Moraes e Jacinto buscavam popularizar a luta dos posseiros como um interesse comum de todos. Da perspectiva dos assalariados, eles argumentavam que emprego mais decente poderia ser encontrado nas fazendas dos posseiros do que nas grandes plantações de Lunardelli. Ainda mais, protegendo os direitos dos posseiros a terra, os trabalhadores protegiam o princípio da pequena propriedade, um princípio de que eles poderiam se beneficiar em longo prazo. Enquanto isso, Lunardelli resistia à difamação das suas contribuições à região e defendia o modelo da empreitada. “Lunardelli é um grande proprietário de terras, mas não é um latifundiário”, afirma uma biografia do rei do café na revista *A Lavoura*. “Entende que as terras devem ser produtivas (...) assim pensando que as suas fazendas, antes vastos tratos de terras cobertas de matas ou capinzais, são hoje extensas e prósperas culturas, não só de café, mas de algodão, cana, etc”. Tais ganhos em produtividade não se baseavam na exploração dos trabalhadores, o artigo clamava, pois na questão social, Lunardelli era um “exemplo a ser seguido neste imenso Brasil”. Oferecia assistência aos seus colonos, que viviam em “casas de residência amplas, confortáveis”.⁶⁰

Em Porecatu, os grupos de Strogoff e Itagiba desenvolveram uma campanha de intimidação de persuasão contra os trabalhadores contratados. Eles perturbavam os bandos de trabalhadores de empreitada com argumentos bem como com tiros. Tendo em vista que os resistentes estavam quase sempre em número menor, eles tipicamente cercavam um lugar de trabalho ao amanhecer e começavam a disparar as suas armas rapidamente para o ar para parecer que seu número era maior do que na realidade era. Eles também atiravam nos reservatórios d'água e nos estoques de comida para dificultar ainda mais a sobrevivência dos trabalhadores na floresta.

Os resistentes falavam com os trabalhadores, também, buscando sua simpatia e apoio. Os resistentes alegavam possuir direitos à terra e desafiavam os trabalhadores a considerarem a ética de tomar do outro o seu rumo, o seu sustento. Em algumas ocasiões, os resistentes arranjaram para passar para trás o gato e contratar os homens para ajudarem nas suas lavouras. Nestes dias, eles ganharam adesões e diminuíram a absorção de suas fazendas pelas grandes plantações. O potencial para o seu trabalho foi visto em fevereiro de 1951, quando os trabalhadores nas redondezas das fazendas Santa Lina, Santa Maria e Santa Terezinha, Flam, Quem Sabe, Palmeira e Centenário entraram em greve. O manifesto dos grevistas, encontrado no arquivo do DEOPS – Departamento da Polícia, Delegacia da Ordem Política e Social do Estado do Paraná, mostra uma balança de objetivos dos trabalhadores e resistentes.

⁶⁰ “Um pioneiro”. p. 19.

Com 12 demandas, as primeiras 6 refletem os interesses dos posseiros e as últimas 6 dos trabalhadores. Número um, por exemplo, demanda a:

Entrega imediata das posses aos seus primitivos ocupantes e entrega, também imediata, dos títulos. Distribuição das terras griladas, das chamadas “fazendas” e das terras devolutas aos camponeses pobres;

Enquanto, número sete, reclama para o “reconhecimento dos direitos dos trabalhadores do campo” e as demais oferecem valores de pagamentos específicos para vários tipos de trabalho.⁶¹ O manifesto dos grevistas revelou uma sofisticação na militância dos resistentes com sua orientação comunista. Mas, a campanha de “conscientização” dos trabalhadores não foi suficiente para resistir a pressão dos grileiros e autoridades. Dentre de três meses os conflitos entre os camponeses – posseiros e trabalhadores – voltaram a ser ferozes.⁶²

O ABAIXO-ASSINADO DOS 1.500

No fim do mês de abril de 1951, o governo tinha esperança de negociar um acordo com os posseiros. O mandato de Lupion havia terminado, e o aparentemente simpático Rocha Neto era o novo governador. Rocha Neto havia feito sua campanha com a promessa de apaziguar a guerra de Porecatu, distribuindo terras aos posseiros. Logo depois de tomar o poder, ele começou a cumprir sua promessa, editando um decreto-lei, que expropriava algumas terras em conflito em Porecatu, Jaguapitã e Arapongas. Prenunciando a famosa expropriação de 1959 do Engenho Galileia (uma plantação de cana-de-açúcar e beneficiamento em Pernambuco), o ato de Rocha Neto talvez tenha sido a primeira vez que um político eleito tenha redistribuído o patrimônio brasileiro, tomando dos ricos e dando aos pobres. Fazer cumprir o decreto provou ser difícil, tanto que o governo apontou uma comissão para trabalhar nos detalhes. Um dos comissários era Herculano Alves de Barros, um dos camponeses originais de Porecatu e seu suposto representante na comissão. Dois anos antes, em março de 1949, Barros havia aceitado um acordo proposto por Lupion no qual ele ganhou o título de sua fazenda, e ele posteriormente se distanciou da luta.⁶³

Havendo lutado por tanto tempo, os posseiros viam as promessas do governo com ceticismo. Enquanto a comissão começava as negociações entre

⁶¹ PRIORI, “A revolta camponesa”, p. 255 e FELISMINO. “Revolta e traição”.

⁶² FELISMINO. “Cartada final”. *FL.* 19 de julho de 1985. p. 11.

⁶³ FELISMINO. “Revolta e traição”. Os outros mandantes eram Renato Cunha, Oscar Santos, Herbert Palhano, Edgard Távora, Aldrovando Gonçalves Magalhães, Pedro Nolasco, Clemente Vilela Arruda e Francisco Oliveira.

posseiros e terratenentes em Porecatu, os resistentes suspeitavam que a comissão serviria apenas para dividi-los se eles falhassem em desenvolver sua própria agenda. Esta preocupação levou Itagiba, Capitão Carlos e outros a esboçarem um documento notável, um abaixo-assinado finalmente firmado por mais que mil camponeses. Intitulado “Pela entrega imediata das posses aos primeiros ocupantes: Abaixo-assinado com 1.500 assinaturas enviado às autoridades federais e estaduais pelos resistentes de Porecatu”, o documento enfatizava sete exigências fundamentais. Como o título revela, sua principal exigência era a confirmação da posse dos ocupantes que haviam trabalhado na terra desde 1941. O abaixo-assinado também requeria a compensação por destruição de melhoramentos pelas autoridades, a retirada da polícia então em massa na região e a prisão dos jagunços. Era diferente que o manifesto negociado com os trabalhadores grevistas em adicionar a lista de reivindicações o fim dos processos legais contra os posseiros, a acusação criminal dos chefões Lupion e Lunardelli, a eleição de uma nova comissão de distribuição de terras e o reconhecimento oficial das Ligas Camponesas.⁶⁴

As fontes não revelam inteiramente como este documento foi composto, ou os detalhes do recolhimento de 1.500 assinaturas, uma tarefa difícil mesmo sob as melhores condições. Felismino apresenta a versão de Itagiba do processo. Aparentemente os sete pontos foram estabelecidos em reuniões dos resistentes, mas como o documento foi datilografado, ele provavelmente foi preparado em um cenário mais urbano do que nos esconderijos na floresta. Muito provavelmente, Itagiba, Strogoff, Capitão Carlos e os membros de apoio em Londrina se encontraram para discuti-lo, e então alguém como Jacinto ou o farmacêutico Gajardoni datilografou-o e tirou cópias. Itagiba alega que as assinaturas foram colhidas em uma série de reuniões em várias fazendas por toda a região. Ele e outros resistentes fizeram rondas na área sob seu controle, contaram aos posseiros sobre o abaixo-assinado e pediram que eles assinassem.⁶⁵ Quase analfabetos, a maioria dos posseiros tinha educação suficiente para assinar seus nomes. (Quase todas as famílias dos colonos desta geração tiveram filhos que frequentaram um ano ou mais de educação formal nas escolas das fazendas). Mesmo com alguns nomes falsos e assinaturas duplas, o abaixo-assinado perde pouco de sua notoriedade.

O apelo do abaixo-assinado para a devolução da terra para os “primeiros ocupantes” revela dois fatos importantes sobre os resistentes: primeiro, eles eram dominados pelo grupo que ocupou a região no início dos anos de 1940, tais como Billar e Padilha; segundo, eles tentaram basear sua resistência na lei

⁶⁴ FELISMINO. “Revolta e traição”. *FL*. 18 de julho de 1985. p. 13.

⁶⁵ FELISMINO. “Cartada final”. *FL*. 19 de julho de 1985. p. 11. Este texto inclui uma cópia do abaixo-assinado. “Lembranças de guerra”. *FL*. 23 de julho de 1985. p. 17.

existente e não na teoria revolucionária do PCB. Como já vimos, a Constituição nacional e estadual deram preferência aos ocupantes produtivos de longo tempo. Com a importante exceção do reconhecimento de sua organização autônoma, que daria continuidade a sua luta no futuro, a “carta final” dos resistentes se baseou em uma postura bastante defensiva e não revolucionária. Posicionaram-se como os moradores tradicionais que, pelos melhoramentos feitos e colheitas produzidas, mereceram reconhecimento de sua posse, até nos termos da lei fundamental. O artigo 156 da Constituição ordenou que o governo estadual desse “preferência para aquisição de até 25 hectares” aos “posseiros de terras devolutas” que tivesse tornado a terra “produtiva por seu trabalho e tendo nela sua morada (...) por dez anos ininterruptos”. Em 1951, uma década tivesse passado só que, segundo os parágrafos do Art. 156, o direito foi condicionado a prova de que a posse foi não só ininterrupta, mas “sem oposição nem reconhecimento de domínio alheio”. Que os resistentes não admitiram a constante oposição que enfrentaram refletiu não uma postura de “derrubar o governo”, como celebrou o Manifesto de Agosto do PCB, mas um jogo de cintura na disputa política e judicial para o domínio do território em volta de Porecatu.

O apelo do documento para a perseguição dos jagunços e de Lupion e Luardelli falava ao senso de justiça dos resistentes: estes homens eram foras da lei, não os camponeses resistentes. As duas exigências finais talvez fossem as mais interessantes, embora nós não possamos concluir que elas representassem o pensamento dos posseiros tanto quanto o pensamento dos militantes do PCB. Ainda assim, o fato de que tantos assinaram o desejo de ter uma nova comissão e de escolher sua própria forma de organização revela uma crença nas práticas democráticas locais e na representação coletiva. Ainda que desconfiassem da comissão apontada pelo governador, eles aceitavam o conceito de formar um corpo para negociar uma solução, contanto que os camponeses tivessem direito de influenciar sua composição. Enquanto que o Estado insistia em negociar com cada família de posseiros individualmente, os próprios posseiros pareciam concordar que eles tinham suficientes interesses em comum para confiar na sua representação em uma organização de sua escolha. O abaixo-assinado por si era uma fascinante mistura do espírito de mutirão da fronteira combinado com as crenças comunistas de seus aliados urbanos. Pelo menos na perspectiva dos camponeses originários, o objetivo do PCB em distribuir “terra para aqueles que trabalhavam nela” estava no coração do documento.

Mesmo que o apelo dos camponeses fosse formal e considerável, as autoridades não levaram o abaixo-assinado a sério. A comissão indicada continuou o seu trabalho até que se tornasse aparente que não seria bem sucedida. Os resistentes ameaçaram os membros da comissão e pressionaram os posseiros a rejeitar qualquer acordo que não respeitasse suas exigências coletivas. Tal era o caso na fazenda

de Billar quando Barros e outro membro da comissão chegaram para negociar um acordo. Embora os Billar tivessem tomado parte em diversas ações de resistência, a família tinha enfatizado sua própria legítima defesa. Somente em fevereiro José e seus filhos, Mário, Arlindo e João, haviam completamente integrado no esquadrão liderado por Itagiba. Contudo, quando o Capitão Carlos apareceu na fazenda e interveio na discussão com os membros da comissão, os Billar concordaram em seguir o grupo em vez de aceitar um acordo individual. Como a comissão não concordou em aceitar as condições do abaixo-assinado, Billar pediu que eles saíssem.⁶⁶

O PAPEL DO CAPITÃO CARLOS

Por meio destas negociações, a campanha de intimidação dos resistentes contra os trabalhadores que trabalhavam nas terras invadidas aumentou, com ao menos meia dúzia de confrontos relatados em maio, inclusive mais um morto. Com mais adesões de posseiros e a formação de mais dois grupos armados, os resistentes conseguiram impedir o trabalho de desmatamento nas fazendas Palmeira, Centenário e Tabapuá, expulsando do território vários empreiteiros e mais que 100 trabalhadores. Frustrado por sua eficiência, o presidente da comissão telegrafou ao Governador Rocha Neto em 24 de maio, admitindo a derrota. A resposta de Rocha Neto vinda no outro dia dizia que “já tomei providências urgentes caso requer” para resolver o conflito. Na verdade, ele havia pedido mais tropas das cidades paranaenses de Curitiba, Maringá e Assaí e, significativamente, auxílio externo ao mal falado ramo da polícia política de São Paulo, o Deops. Com a entrada dos delegados do Deops, abriu mais um teatro da guerra, em um conflito de tantas frentes. Seu plano era isolar e suprimir os resistentes, cercando a área de Porecatu com soldados e fechando seu grupo de apoio em Londrina.⁶⁷

Até junho de 1951, os resistentes não haviam sofrido um retrocesso tão sangrento quanto naquele dia de outubro no ano anterior, e sua confiança havia crescido, alimentado com seu aparente sucesso. Esta confiança era também apoiada pela personalidade do Capitão Carlos, uma figura enigmática despachada pelo PCB para ajudá-los. O Capitão Carlos foi instrumental em dar força aos grupos armados por toda a primeira metade do ano de 1951 e parece ter sido o principal catalisador por trás da agressividade deles. Entrevistas com os participantes levaram Felismino a quase acusá-lo de ser um agente infiltrado

⁶⁶ Sobre a família Billar e a comissão, vide FELISMINO. “A saga dos Billar” e “Revolta e traição”.

⁶⁷ FELISMINO. “Cartada final”. Inclui cópias dos dois telegramas. PRIORI, “A revolta camponesa”, p. 255-59 essencialmente copiou o texto do repórter.

para provocar.⁶⁸ Entretanto, Jacinto e Moraes pintavam-no como um homem egocêntrico e de pobre discernimento; na entrevista com Felismino, Itagiba alegou que o Capt. Carlos “só passou uma semana no mato”. Finalmente capturado pela polícia e interrogado pelo Deops, ele alegou ter uma longa história de ativismo no PCB. Nascido em 1915 em Alagoas, ele foi operador de rádio da Marinha em 1935, quando o motim liderado pelo partido aconteceu, e ele uniu-se ao partido. Impressionado com Prestes, ele tornou-se confiante no líder do PCB e foi designado para posições de liderança depois de 1945, quando o partido se reorganizou fora da ilegalidade. Ele também ganhou a confiança dos resistentes em Porecatu. Seu gosto pelo álcool e por mulheres, inicialmente encantador, terminou por ofender muitos camponeses e fez com que ele fosse o pior transgressor do código de conduta dos resistentes. Moraes acredita que seu comportamento também atraiu a atenção da polícia e comprometeu a segurança dos esquadrões clandestinos. “Este cara era muito relaxado para uma situação como esta”, lembra-se Moraes. “Ele ia para Londrina, frequentava bares, lugares a que ele não deveria ir por ser alguém responsável por um movimento tão sério. Ele tinha que ficar nas casas dos companheiros, não em prostíbulos”.⁶⁹ Contudo, ele não se disciplinou.

Por participantes e historiadores, o Capitão Carlos foi culpado de trazer a derrocada da resistência, não só por seu mau comportamento, mas também por levar a uma postura mais agressiva, para além de seu modo essencialmente defensivo e a uma fantasia revolucionária. Durante a primeira semana de junho, Carlos tentou convencer o esquadrão liderado por Strogoff a roubar um banco, antecipando uma tática da luta armada dos anos da ditadura. Os detalhes não nos vieram completos, mas a ideia parece ter sido motivada por um desejo de expandir a luta para ameaçar o governo, e a necessidade de mais dinheiro para suprimentos. Ao mesmo tempo, Carlos foi acusado de escoar os recursos financeiros dos resistentes para gastar com bebida e prostitutas. O roubo do banco não aconteceu devido a uma série de fatores, incluindo a reação da família Billar. A proposta foi a gota de água que fez com que o clã inteiro escapulisse do campo durante a noite de 14 de junho, abandonando a luta armada. Felismino alega que mais 16 famílias seguiram em imediato o exemplo dos Billar.⁷⁰

⁶⁸ FELISMINO chama Carlos de “Cabo Anselmo de Porecatu”, igualando-o ao marinheiro que provocou uma revolta no Rio de Janeiro em 1964 e revelou tudo para as forças repressivas, ajudando a justificar o golpe contra o Presidente Goulart. FELISMINO. “O Cabo Anselmo de Porecatu”. FL. 18 de julho de 1985. p. 13.

⁶⁹ Manoel Jacinto Correia critica o Capitão Carlos em FELISMINO, “Os erros do PCB levaram o movimento à derrota”. FL. 27 de julho de 1985. p. 13. MORAES apud WELCH e GERALDO. *Lutas camponesas*. p. 122. Itagiba é citado em FELISMINO. “Lembranças de guerra”.

⁷⁰ FELISMINO. “Cartada final” e “Os erros do PCB”.

Os meados do mês de junho foram chaves no processo de conclusão da guerra. A retirada dos Billar e seus aliados na floresta foi seguida em Londrina pelo “prisão preventiva” de todo o grupo de apoio em um raide lançado na madrugada do dia 17 de junho. O Comitê de Zona Norte do Paraná do PCB planejava um comício político em um bairro da classe operária no domingo dia 17. Mas, a polícia, assustada com o sucesso de uma assembleia similar no dia 13 na Praça Rocha Pombo, não o deu permissão. O Comitê resolveu fazer o comício no dia 17 “de qualquer jeito” e sua vontade de quebrar a lei criou uma justificativa para a ação da polícia na madrugada. Em fato, a polícia estava armando um assalto ao Comitê como parte de sua estratégia de isolar e acabar com a resistência em Porecatu. Só que, a desculpa do comício ilegal veio poucos dias depois da chegada em Londrina do Delegado Eduardo Louzadas da Rocha, especialista no controle dos comunistas do Deops do Estado de São Paulo e encarregado como chefe máximo da operação em Porecatu pelo governador paranaense. Foi sorte, então, que além dos conhecidos líderes do Comitê, pessoas como Jacinto e Dr. Newton Câmara, também pegaram um tal de Pedro Ferreira da Silva que, só no fim de julho, foi revelado como Celso Cabral de Melo, o famoso “Capitão Carlos”. Em agosto, Louzadas podia escrever que depois dos presos “foi possível dedicar especial carinho à outra parte do problema, que era o que se poderia dizer o aspecto de execução, constituído pelos bandos armados de Porecatu”.⁷¹

Com a supressão do grupo de apoio, a polícia poderia agir ainda mais impunemente em Porecatu, desde que eles tivessem o controle sobre todos os acessos à área. Os apoiadores foram isolados da zona de conflito, e o governo a cercou. Em 21 de junho, um combóia de 12 veículos, com 100 soldados e 15 delegados do Deops, seguiram o Paralelo 38 até Vila Progresso, onde o Louzadas estabeleceria o quarto-geral da operação militar na casa do jagunço Faud Nacle. Antes de chegar na vila, uma comunidade de apoio para os resistentes, enfrentaram obstáculos na estrada. Sob comando de Louzadas, soldados foram colocados ao longo do Paranapanema para bloquear a retirada dos resistentes pelo rio, e soldados do Paraná apertaram o nó da forca. Fizeram suas entradas no mato e em cada sítio ou acampamento, deixaram cinco soldados para segurar o território capturado. Enfrentado por uma ofensiva tão agressiva, os resistentes praticaram táticas típicas de guerrilheiros: ficaram pulando de um lugar para outro, tentando evitar captura e esperar novas oportunidades para melhorar sua posição e talvez retomar a ofensiva.

⁷¹ Outros presos incluíam Flavio Ribeiro, Lázara Araújo Paiva, Helena Pereira da Silva, Melcíades Pereira da Silva, Almo Saturnino, Bento Paiva, Gerson Monteiro de Lima e Alberto Manoel. FELISMINO. “Cartada final”. WELCH e GERALDO. *Lutas camponesas*. p. 122-123. PRIORI, *A revolta camponesa*, 273-279.

Aos poucos, contudo, a mostra da força policial estimulou deserções dos mais novos recrutas entre os grupos armados. Os camponeses Mário Verone e Manoel Ferreira da Silva ganharam promessas de lotes de terra para sua colaboração com Louzadas. Em 14 de julho, um dos últimos tiroteios da guerra resultou quando os dois colaboradores guiaram os soldados até um acampamento secreto que ainda estava ocupado. Os resistentes deram tiros nos soldados enquanto correram para escapar, deixando atrás “roupas, gêneros alimentícios, trens de cozinha, objetos de uso pessoal, documentos, uma carteira com dinheiro, um carregador para arma automática ponto 30, uma grenada de mão e copiosa munição para fuzil de guerra, carabina 44 e pistola de repetição”, segundo o relatório de Louzadas. A estratégia de repressão dele era bem elaborada já que se baseava em anos de experiência em São Paulo. Louzadas sabia que entre os resistentes teria um grupo ideologicamente disposto a resistir até o fim e um outro número, ainda maior, muito menos comprometido com a luta armada e comunismo em geral. Com pressão constante, os mais fracos iam desistir, isolando ainda mais os mais fortes. O plano teria acabado com a morte ou captura do grupo comprometido, mas o delegado não foi presenteado com tudo que queria. Quando o inquérito policial dele era entregue ao juiz Rafael Rastelli da Vara Criminal do Fórum de Porecatu só um dos 15 réus – o Capitão Carlos – estava preso e nenhum deles estava presente para ouvir, muito menos cumprir, a sentença final quando era proferida em 29 de maio de 1953. O Capt. Carlos fugiu da cadeia de Porecatu em 24 de agosto de 1951, e nunca foi visto por conhecidos de novo.⁷²

Ainda em 1951, depois da fuga de Celso Cabral e a liberdade dos membros do Comitê em Londrina, o Jacinto encontrou com um grupo de dez resistentes escondidos na floresta e contou a eles que a guerra havia acabado.⁷³ Daí os resistentes se espalharam aos quatro ventos, enquanto que os Billar finalmente conseguiram resolver sua disputa em negociação com Costa e se reassentaram perto dali.⁷⁴ O governador reiniciou o trabalho de sua comissão das terras, que distribuiu para as 380 famílias do território tumultuoso lotes de 5 a 50 alqueires nas regiões de Centenário, Campo Mourão e Paranavaí. A família de Padilha, inclusive seu filho Itagiba, se mudou para o Rio Grande do Sul. Em sua entrevista, o Itagiba falou que seu companheiro Strogoff (o Arlido Garjardoni) foi para Goiás e se envolveu no conflito camponês de Trombas e Formoso, onde morreu, assassinado por um policial.⁷⁵

⁷² PRIORI, “A revolta camponesa”. p. 298-306.

⁷³ FELISMINO. “Cercos aos posseiros”. *FL*. 20 de julho de 1985. p. 11.

⁷⁴ FELISMINO. “No rastro de uma guerra”. *FL*. 28 de julho de 1985. p. 17.

⁷⁵ Sobre a disposição final dos participantes, ver FELISMINO. “Lembranças da guerra”; PRIORI, A revolta camponesa. p. 302-306 e Elpídio SERRA. “Processos de ocupação e a luta pela terra agrícola no Paraná”, Tese em Geografia, 1991. Unesp - Rio Claro.

Itagiba, Moraes e Jacinto culpavam o Capitão Carlos por trair a luta, mas seu testemunho gravado em 27 de julho é posterior a maioria das atividades da repressão.⁷⁶ A traição, se é que se pode chamar assim, foi muito maior do que as revelações sob coerção de um único homem, pois o partido havia abandonado a área, deixando centenas de famílias de camponeses para trás para sofrer toda a violência dos jagunços e da polícia. Nem na distribuição dos lotes, estava lá um representante do partido para negociar a disposição final. Na verdade, o filho de José Billar, João, os culpa todos: “muita gente de fora queria fazer parte dos grupos, do nosso movimento. Acho que essa pessoal vinha de fora era para trair a gente”.⁷⁷ Por outro lado, a campanha de repressão, com todo aparato do governo, foi bem planejada, relativamente pacífica (ninguém morreu) e combinada com políticas populistas do governador, tais como a divisão de lotes. A supressão das defesas dos resistentes tornou possível a renovação ilimitada da campanha do governo para converter a região, do modelo defendido pelo partido, de pequenas propriedades, em uma região de grandes fazendas, o modelo odiado pelo partido.

A HISTÓRIA TOMA UM “RUMO ERRADO”

Os resistentes, orientados pelo PCB, haviam rejeitado as soluções dadas pelo governo, e também acharam a opção revolucionária insustentável. Alguns reconheceram os absurdos da nova linha do partido, abandonando a guerra quando o Capitão Carlos forçou-os a pensar em roubar um banco. A época nem havia amadurecido para a chamada revolução armada do Manifesto de Agosto. “Na prática”, escreveu Eduardo Dias, um organizador do partido junto aos campone-

⁷⁶ Além dos participantes, ambos os FELISMINO e PRIORI acusam o Celso Cabral de Melo de traição por ter oferecido informações específicas da resistência ao delegado Louzadas em seu inquérito policial. O PRIORI dá ideia de que a colaboração dele foi imediata, que depois de ser preso em junho ele “abriu a boca, informando todas as ações programadas, a quantidade de armas, o pessoal rebelado dentro das matas, facilitando a ação da polícia no desbaratamento da revolta armada”(280). FELISMINO também oferece brutas críticas do capitão por sua “demonstração de inequívoca colaboração”(“O cabo Anselmo de Porecatu”). Só que, FELISMINO cita em extenso o depoimento do Celso Cabral, mostrando que foi dado no final de julho de 1951, quando a repressão já estava finalizando e Louzadas estava preparando suas acusações contra os líderes. Por sua parte, PRIORI mostra bem os erros táticos de Louzadas que reclamou em seu relatório de agosto de 1951 como estava mau orientado por informações falsas, pela fantasia de força acumulada que foi uma das armas secretas dos resistentes. Parece, sim, que o Celso Cabral deu informações preciosas, entregando os camaradas no fim de julho em troca de sua liberdade. Mas, aparentemente, ninguém sofreu por sua traição no Inquérito Policial.

⁷⁷ FELISMINO. “A saga dos Billar”. p. 11.

ses no interior de São Paulo, “não havia nenhuma ressonância, nenhuma condição para aplicar o programa, cuja tarefa principal era a formação de um exército popular”.⁷⁸ Quando o manifesto foi publicado, Elias Chaves Neto comentou: “o esquema, por não corresponder a uma situação real do país, não foi compreendido pelo povo que dele nunca chegou sequer a tomar conhecimento”.⁷⁹ Mesmo a situação tensa em Porecatu, a qual parecia legitimar a linha do PCB, na verdade interpreta mal suas inadequações. Os resistentes mal constituíram um exército popular: eles eram camponeses, defendendo suas posses, não revolucionários. “O Partido Comunista, como o partido do trabalhador”, Moraes comenta amargamente anos mais tarde, “subestimou o problema do campo”.⁸⁰

Estas avaliações de onde o partido errara ou o que poderia ter sido feito para mudar o curso da história são produtos típicos da filosofia comunista de autocrítica reflexa. Há meios de buscar por modelos de militância que poderiam servir a futuros revolucionários e colocá-los no trem da história de volta ao trilho certo, percorrendo o caminho progressivamente em direção ao socialismo. Os comentários do especialista em história oral, Alessandro Portelli, são úteis para esta análise:

Os meios de controle incrustados (...) do testemunho de italianos comunistas que ele entrevistou] correspondem a dois motivos maiores: o rumo errado da história é dado a um único evento; ou a culpa é posta nos erros do líder (...) Culpar os erros históricos em “nosso” lado significa uma única coisa, que é ainda o nosso lado que faz a história (...). A função do motivo “ucrônico” [atemporal] é manter a esperança: se nossos líderes do passado perderam “o bonde”, líderes melhores no futuro não irão.⁸¹

Um outro mundo possível de paz e equidade para os posseiros de Porecatu talvez pudesse ter acontecido se o Capitão Carlos se tivesse comportado melhor ou se o partido tivesse ficado e dado mais apoio.

Esta perspectiva permite a Moraes, Jacinto e outros militantes tomarem posse da história e guiá-la a uma conclusão mais desejada. Sabem que eles não podem mudar o passado, mas sua crítica deixa aberta a possibilidade de mudar o futuro. A esperança está embutida nas suas observações, e é um poderoso estimulante. A noção de que a análise do passado ajudará a próxima geração a fazer as coisas certas é um mito poderoso não só para os comunistas, mas para toda a cultura ocidental.

⁷⁸ Eduardo DIAS. *Um imigrante e a revolução: Memórias de um militante operário*. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 116.

⁷⁹ CHAVES NETO. *Minha Vida*. p. 125.

⁸⁰ Entrevista com MORAES, parte 3.

⁸¹ PORTELLI. “Uchronic Dreams”. p. 155-56.

Houvessem os líderes do partido mantido os interesses dos posseiros como principais no seu envolvimento na região, estes líderes talvez tivessem bem apradinhado um acordo negociado nas linhas estabelecidas pelo governador Rocha Neto. O partido poderia ter desenvolvido um papel positivo na resolução do conflito com a assistência dos mediadores do Estado, ajudando os camponeses a se reassentarem em uma zona menos desejada, mas mais segura, e em lotes maiores. Muitos resistentes e camponeses pareciam dispostos a aceitar tais acordos, e o partido poderia ter demonstrado facilmente como era consistente dar esse passo na esteira do desenvolvimento em direção ao comunismo. Mas como uma entidade política, é fácil ver como seria difícil para o partido entrar em uma relação com o governo. Afinal, o governo havia rejeitado essa cooperação no fim dos anos de 1940, tornando o PCB ilegal. Neste contexto, os líderes do partido não poderiam cooperar com os traidores. Embora permaneça pouco claro por que eles pensavam assim, mesmo Prestes afirmou que a guerra de Porecatu havia sido um dos “grandes erros” do partido.⁸²

Qual era o erro exatamente, era grande ou pequeno? Será que foi demonizar os Lunardelli como latifundiários colaboradores com os imperialistas? Será que foi a campanha pró-luta armada que fizeram entre os camponeses? Será que foi a falta de vontade de negociar ou de ver um interesse sincero no compromisso dos políticos locais, que não aumentasse as suas próprias imagens populares? Será que foi a decisão de colocar as distintas categorias de trabalhadores rurais uma contra a outra, forjando lutas entre posseiros e empregados dos fazendeiros e os empreiteiros? Na visão de Moraes, o partido poderia ter ajudado mais na popularização da imagem da luta dos resistentes e atraído a atenção do público para as preocupações dos camponeses oprimidos. Este trabalho deveria ser continuado, mesmo que não houvesse mais resistentes, ele argumenta.⁸³ Quando o partido parou de ouvir e orientar e começou a ditar de acordo com seus próprios interesses, o momento de liderança democrática foi perdido, não somente para ele mesmo, mas, muito mais importante, para centenas de posseiros que haviam concordado com seus líderes em aceitar o apoio do partido. O caso mostra um pequeno número de agricultores levando a sério sua cidadania e buscando alianças com aqueles que estavam querendo apoiá-los. Na sua mudança de pequenas glebas ou trabalho assalariado para a formação de territórios maiores e engajamento político, estes migrantes rurais tinham arriscado tudo para ganhar uma fatia do bolo. Uns poucos foram bem sucedidos, enquanto outros morreram e o resto se afastou na sua cautelosa busca por pão e dignidade.

⁸² FELISMINO. “A guerra de Porecatu”.

⁸³ WELCH e GERALDO. *Lutas camponesas*. p. 123.

A ênfase dos militantes do PCB nos defeitos da estratégia do partido negligencia significantes continuidades na história da luta pela terra no Brasil. A guerra de Porecatu significou um dramático encontro em uma longa história de resistência extrema da classe dominante ao campesinato. Codificada na lei da terra de 1850, as subsequentes leis que a reformularam restringiram o crescimento desta classe a regiões isoladas e a terras indesejadas pela burguesia em formação.⁸⁴ Somente no fim dos anos de 1980, os conflitos violentos como o de Porecatu, com trabalhadores sem terra sofrendo perdas nas mãos das autoridades (tanto públicas quanto privadas), das quais eles haviam cultivado terras improdutivas, voltaram a fazer manchetes por todo o Brasil. No início do século XXI, os camponeses se encontram expulsos da terra que eles, ou seus pais, investiram anos de esforço para desenvolver. Na memória das famílias tem ecos das saudades expressadas por Antonia Billar, esposa do patriarca José: “Ninguém pode imaginar como éramos felizes, como vivemos despreocupados esses anos todos”.⁸⁵ Se, como os resistentes de Porecatu, eles tivessem aliados locais e nacionais, eles talvez se encontrassem recompensados com lotes de terra devoluta. Contudo o padrão de ter seus esforços explorados somente para serem expulsos quando fizerem a terra mais valiosa tem sido repetido incontáveis vezes no Brasil. É altamente duvidoso que a falta do Capitão Carlos ou a repentina mudança na vontade de negociar do partido teria alterado significativamente o desfecho dos eventos no norte do Paraná. Para o partido e os militantes em geral, a Guerra de Porecatu permanece como uma lembrança dos limites mortíferos do processo de incorporação e promove um retorno à maior cooperação e formas menos violentos de luta para o campesinato brasileiro.

⁸⁴ Maria Yedda LINHARES; Francisco Carlos da SILVA. *Terra prometida: uma história da questão agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1999.

⁸⁵ “A guerra de Porecatu”. *O Cruzeiro* (14 de julho 1951), citado em PRIORI. *A revolta camponesa*, p. 205.



5. CULTIVANDO O SOLO: APROPRIANDO-SE DAS FERRAMENTAS DA INCORPORAÇÃO

Desanimado pela falta de habilidade do Partido Comunista em cumprir suas promessas, João Guerreiro Filho – líder da Liga Camponesa de Dumont – gradualmente afastou-se das atividades do PCB na década de 1950. Ele achava que o partido era apenas um dos vários agentes políticos tentando organizar e liderar os camponeses em São Paulo. Seu objetivo de promover uma revolução agrária anti-imperialista tinha que competir com outras abordagens para transformar a sociedade. Na corrida presidencial de 1950, os desprezíveis e hostis líderes do PCB colocaram o partido em oposição à eleição, implorando aos afiliados que votassem em branco. Na voz combativa do Manifesto de Agosto, Prestes chamou o candidato que estava na liderança, Getúlio Vargas, de um “senhor feudal”. Para muitos trabalhadores, todavia, Vargas ainda era o “pai dos pobres”, e eles ansiavam votar nele e no seu PTB – Partido Trabalhista Brasileiro. Embora o partido tenha impresso em Vargas uma marca imperialista, Vargas identificou-se fortemente com o nacionalismo e com aqueles que clamavam pela “emancipação” do Brasil do controle do capital estrangeiro. Em uma campanha calculada para diluir o apelo do PCB aos trabalhadores, Vargas chamou os comunistas de “velhacaria” e suas políticas de “suicidas”.¹

Voltando à 1945, Vargas havia aberto o caminho para a incorporação política de Guerreiro no momento em que ele estava se tornando mais consciente do mundo a sua volta. Embora o PCB tenha sido seu primeiro companheiro na jornada à cidadania, havia sido o discurso do trabalhismo de Vargas, exaltando os trabalhadores brasileiros como a força central atrás da modernização do país, que marcou o caminho. Seguindo seu desejo de poder, Vargas cultivou

¹ Prestes e Vargas tinham razões concretas para desconfiarem um do outro apesar dos eventos positivos de 1945. Em 1935, Prestes liderou a revolta da Intentona Comunista contra Vargas, o que resultou em várias vítimas dentro das Forças Armadas. Por outro lado, Vargas aprisionou Prestes e deportou sua mulher judia-alemã, Olga Benário Prestes, entregando-a às câmaras de tortura de Hitler e à morte. Ver Fernando de MORAIS, *Olga*, 13ª edição (Rio de Janeiro: Globo, 1986). Sobre a oposição de Prestes à eleição de Vargas, ver Denis de MORAES e Fernando VIANA, *Prestes: Lutas e autocríticas* (Petrópolis: Ed. Vozes, 1982), p. 121-122; e RODRIGUES, “O PCB”, p. 416. Sobre os comentários de Vargas, veja sua *A política trabalhista no Brasil* (Rio de Janeiro: José Olympio, 1950), p. 167; e Maria Celina Soares D’ARAÚJO, *O segundo governo Vargas, 1951-1954* (Rio de Janeiro: Zahar, 1982), p. 41-44.

essa imagem popular ao enfatizar elementos paternalistas do trabalhismo com as leis de segurança social e de salário mínimo que ele criou. Seus apelos aos trabalhadores, não importando o quão superficiais, contrastavam profundamente com a hostilidade que o Presidente Dutra havia demonstrado aos trabalhadores e aos sindicatos desde 1947. Quando Vargas iniciou sua campanha de 1950 em São Paulo, falou sobre a questão da reforma agrária, audaciosamente proclamando o direito do governo federal de expropriar terras improdutivas e distribuí-las aos camponeses. Ele também renovou seu compromisso de 1941 de “estender o trabalhismo aos trabalhadores rurais”.² Inspirado pela retórica e cansado das táticas ineficientes do PCB, Guerreiro rompeu com a linha do partido e usou o que ele havia aprendido como ativista do PCB para fazer campanha pró-vargas. Para preparar a aparição de Vargas em setembro em Ribeirão Preto, Guerreiro passou muitas noites colocando pôsteres do evento pela cidade e vários domingos infiltrando-se em fazendas a fim de conclamar aos camponeses a participarem.³

No dia do comício, lembra, que os oponentes de Vargas tentaram desencorajar a participação ao jogarem pregos nas ruas para furarem os pneus e ao montarem barricadas para manter os carros à distância. Mas Guerreiro e milhares de outros permaneceram impávidos enquanto lotavam o estádio de futebol local. Um jornal local não simpatizante registrou a presença de uma multidão de 40 mil pessoas – um número surpreendentemente alto, representando quase 15% da população do município. Guerreiro sentiu-se recompensado no comício quando Vargas renovou seu compromisso de “estender aos trabalhadores rurais os mesmos benefícios que as leis trabalhistas dão aos trabalhadores urbanos”. Ele aplaudiu as declarações de Vargas naquele dia, e como demonstraram os resultados das eleições de outubro, Guerreiro não estava sozinho em seu apoio ao astuto populista. Nacionalmente, Vargas atraiu 48,7% dos votos; em Ribeirão Preto, ele ganhou 60% do voto. Para o PCB, opor-se à Vargas tornou-se tão impopular quanto recrutar forças para o “exército camponês” de Porecatú: somente 2,6% do eleitorado seguiu o conselho do partido de votar em branco. O *trabalhismo* de Vargas também ajudou a eleger como governador o Lucas de Nogueira

² Getúlio VARGAS, *A campanha presidencial* (Rio de Janeiro: José Olympio, 1951), p. 53. Sobre a eleição de 1950, o historiador Ricardo Maranhão escreveu: “a volta triunfal de Getúlio se deu num quadro em que o velho chefe, além de seu carisma populista, acena para a classe trabalhadora *pelo menos com a sua cidadania*, que o governo Dutra havia praticamente retirado” (grifos do original). Maranhão, *Sindicatos e democratização - Brasil 1945/1950* (São Paulo: Ed. Brasiliense, 1979), p. 114.

³ João GUERREIRO FILHO, transcrição da entrevista pelo autor e Sebastião Geraldo, São Paulo, 11 de julho de 1989, AEL/Unicamp (doravante citada como Entrevista com Guerreiro), p. 13.

Garcez, um candidato apoiado por uma aliança entre o PTB e o Partido Social Progressista de Adhemar de Barros. Garcez conquistou 57% dos votos de Ribeirão Preto.⁴

Depositando sua confiança no regime novo do Partido Trabalhista, Guerreiro mudou-se para São Paulo em 1951 e desistiu do ativismo para dedicar-se às necessidades de sua família em crescimento.⁵ A migração urbana era uma alternativa cada vez mais atraente para muitos camponeses durante o desenrolar dos anos de 1950. Uma economia rural instável trazia ganhos reais menores e a deteriorização das condições de vida e de trabalho no campo.⁶ Como Guerreiro, muitos trabalhadores reconheceram o trabalhismo como um aliado importante na luta contra empregadores caprichosos e as incertezas do mercado de trabalho. Para os trabalhadores urbanos, especialmente os da indústria e do comércio, o trabalhismo trouxe legislação trabalhista, a normalização dos sindicatos, tribunais especializados a normalização para julgar disputas de trabalho e a concessão de direitos civis. Além disso, durante seu primeiro ano como presidente, Vargas garantiu aos membros dos sindicatos maior autonomia ao limitar a interferência do Estado nas eleições sindicais e ao eliminar o atestado ideológico, um juramento de fidelidade no qual todos os candidatos à presidência de sindicatos tinham que assinar desde 1947. Isso fortaleceu muitos sindicatos ao permitir aos trabalhadores expulsarem sindicalistas inativos, conhecidos como *pelegos*, que haviam colaborado com o governo Dutra na repressão de demandas trabalhistas. Ao final do ano, sob pressão de sindicatos reenergizados e de ativistas do PTB, Vargas realizou uma de suas promessas de campanha: ele anunciou um aumento de 25% no salário mínimo. “Podeis ficar certos”, ele reassegurou aos trabalhadores, “as soluções

⁴ O discurso de Vargas é citado de “Verdadeira consagração pública a Getúlio Vargas”, *A Cidade* (Ribeirão Preto), 15 de setembro de 1950, p. 1. Citado em Thomas WALKER: “From Coronelismo to Populism: The evolution of politics in a Brazilian municipality, Ribeirão Preto, São Paulo, 1910-1960” Tese de doutorado (Ciências Políticas), University of New Mexico, 1979. p. 195. O candidato do PSD, Cristiano Machado, obteve 21,5% dos votos nacionais, enquanto o General Eduardo Gomes, do conservador partido UDN – União Democrática Nacional, arrecadou 29,7% dos votos, apesar de sua oposição à lei do salário mínimo. Moraes e Viana, *Prestes*, 122. O censo de 1950 contabilizou 270.293 pessoas em Ribeirão Preto e nas regiões vizinhas. Sobre a eleição para governador, ver “Terminadas as apurações no Estado”, *A Cidade*, 5 de novembro de 1950, p. 1, citado em WALKER: “From Coronelismo to Populism”, p. 195. Ver também D’ARAÚJO, *O segundo governo Vargas*, p. 75, para uma tabulação detalhada dos resultados das eleições de 1950.

⁵ Entrevista com Guerreiro.

⁶ Ruy Miller Paiva, Salomão Schattan e Claus F. Trench de FREITAS, *Setor agrícola do Brasil: comportamento econômico, problemas e possibilidades* (São Paulo: Secretaria da Agricultura, 1973) p. 92; e Verena STOLCKE, *Coffee Planters, Workers and Wives* (New York: St. Martin’s Press, 1988). p. 88.

para os vossos problemas estão sendo encaminhadas e preparadas pelo governo através dos órgãos competentes criados por lei e dentro de um rígido critério de equidade e de justiça”. Os comunistas, por outro lado, não conseguiam oferecer aos trabalhadores nenhum benefício ou nenhuma medida concreta. Sua oposição a Vargas e sua evidente ligação com o conflito armado distanciava o partido da realidade de muitos trabalhadores. Alguns militantes do partido se afastaram das diretrizes do Comitê Central e passaram a dedicar-se aos interesses da classe trabalhadora em um nível local, ao instigarem a opinião pública para a implementação e a expansão das promessas trabalhistas.⁷

Tendo superado estrategicamente tanto a esquerda quanto a direita com o trabalhismo, Vargas inicialmente focou sua atenção em outros assuntos. Sua maior prioridade era o desenvolvimento econômico, colocando a economia do café sob pressão intensa para que ela se adequasse às estratégias de desenvolvimento do governo.⁸ Nos anos de 1950, um número crescente de instituições advogavam pelo “desenvolvimento econômico” acreditando que o crescimento da economia era a fonte de paz mundial e de estabilidade.⁹ Apesar das grandes diferenças de opinião entre os defensores do desenvolvimento, uma mudança drástica no setor agrícola era vista por todos como uma pré-condição para o crescimento bem-sucedido. Funcionários do governo voltavam-se à agricultura enquanto recurso básico de matéria-prima necessária a se assegurar a independência econômica do Brasil por meio da política de industrialização por substituição de importações, o suposto modelo fordista-keynesiano periférico de desenvolvimento. Grandes remessas de capital estrangeiro eram necessárias para financiar a construção de indústrias modernas. Como no passado, políticos consideravam o café uma

⁷ Ângela Maria de Castro GOMES discute o apoio dos trabalhadores urbanos a Vargas em *A invenção do trabalhismo* (Rio de Janeiro: Vertice/IUPERJ, 1988), p. 328. O aumento dos salários foi revogado na Lei Decreto 30.342, de dezembro de 1951, e tinha sido apresentado por Vargas em “Mensagem de Natal em 24.12.51”, In: VARGAS, *O governo trabalhista do Brasil*, vol.2 (Rio de Janeiro: José Olympio, 1954), p. 55-64. Ver também Timothy Fox HARDING, “The Political History of Organized Labor in Brazil” Tese de Doutorado (História), Stanford University, 1973, p. 243-50, que observa a crítica contemporânea ao aumento de 25% do salário mínimo à luz dos 100% de aumento da inflação que ocorreu desde 1943, quando o último aumento do salário mínimo havia sido decidido por decreto. Além de MARANHÃO, *Sindicatos e democratização*, ver também John D. FRENCH, *The Brazilian Workers' ABC: Class Conflict and Alliance in Modern São Paulo* (Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1992), p. 247-67.

⁸ Getúlio VARGAS, “Convocação de todos os brasileiros à batalha da produção agrária, em 8.4.52”, *O governo trabalhista do Brasil*, p. 2, 429-40.

⁹ Ver, por exemplo, Raul PREBISCH, *The Economic Development of Latin America and Its Principal Problems* (Lake Success, N.Y.: United Nations, 1950); e W. W. ROSTOW, *The Stages of Economic Growth: A Non-Communist Manifesto* (New York: Cambridge University Press, 1960).

fonte natural da renda necessária, já que a venda do café no exterior gerava mais trocas internacionais do que qualquer outro bem de exportação.¹⁰ Os economistas do governo procuravam tornar o café mais lucrativo do que ele havia sido até então, enquanto os agrônomos tinham como objetivo fazer a agricultura mais eficiente e mais produtiva de um modo geral. Entretanto, ambos concordavam que os lucros agrícolas deveriam ser usados para o pagamento da expansão industrial. Conseqüentemente, essas novas políticas intervinham no controle dos fazendeiros ao fazerem do café a parteira do crescimento industrial nacionalmente.¹¹



O Presidente Getúlio Vargas em uma fazenda no Rio Grande do Sul em setembro de 1952. Ao retornar ao poder em 1951, Vargas cultivou a imagem de “Pai dos Pobres”. O subtítulo da foto original observava que ele “fazia questão de cumprimentar os empregados da fazenda, mostrando que, no seu governo, mesmo os amigos mais humildes não são esquecidos”. Foto: cortesia do Arquivo Fotográfico do Última Hora, do Arquivo do Estado de São Paulo.

¹⁰ ONU – Organização das Nações Unidas, Comissão Econômica para a América Latina (doravante Cepal), *Theoretical and Practical Problems of Economic Growth* (Santiago, Chile: Cepal, 1951). Publicação número E/CN.12/221. Essas estratégias foram elaboradas especificamente para o Brasil na Comissão de Desenvolvimento Econômico Brasil/Estados Unidos, *The Development of Brazil* (Rio de Janeiro e Nova York, 1954); e BRASIL, Comissão de Desenvolvimento Industrial, *O problema da alimentação no Brasil* (Rio de Janeiro, 1954).

¹¹ Nathaniel LEFF, *Economic Policy-Making and Development in Brazil, 1947-1964* (Nova York: John Wiley & Sons, 1968), p. 19-34, afirma que o declínio da autoridade do fazendeiro data dos anos de 1950, quando eles falharam em derrotar várias políticas econômicas governamentais agravantes, especialmente uma taxa de exportação que chamaram de “confisco cambial”.

MUDANÇAS NA ECONOMIA DO CAFÉ

As tendências e reformas que mais preocupavam os fazendeiros de café de São Paulo começaram com mudanças estruturais na economia brasileira e mundial de café. Até 1945/46, o Brasil fornecia mais da metade (55%) do café exportado produzido na América Latina e quase metade (48%) de todo o café exportado no mundo todo. Mas com a recuperação pós-guerra em andamento, os Estados Unidos gradualmente relaxaram o controle de preços dos *commodities*, estimulando a produção de café de outros países. Convencidos de que o Brasil não conseguiria manter sua fatia de mercado, os políticos brasileiros resolveram proteger a renda nacional do café através da manipulação de preços. Enquanto a produção brasileira havia no passado atingido a melhor parte da demanda de café mundial, agora o café da nação iria simplesmente rematar o suprimento mundial. O Brasil seria um “produtor residual”, usando sua capacidade produtiva para suprir o que os outros produtores não conseguissem alcançar.¹² Elaborada em reação à crescente competição no mercado mundial de café, a nova política tirou vantagem da “rigidez da demanda por café” – a estabilidade do consumo de café face a custos maiores – para forçar os preços mundiais a subirem.¹³

Como resultado da política do governo, o café foi a maior fonte de renda estrangeira no Brasil nos anos de 1950 e 1960. Em 1948, o café fornecia 42% do que o Brasil obtinha com suas exportações; esse número aumentou para 74% em 1952 e chegou a média de 55% ao longo dos anos de 1950 e 1960. Preços cobrados na moeda nacional – o Cruzeiro (Cr\$) – para a exportação de café subiram vertiginosamente no início dos anos de 1950. O preço que os importadores pagavam em cruzeiros por uma saca de 60 quilos de café mais que dobrou entre 1950 e 1954, subindo de Cr\$ 1.223,58 para Cr\$ 2.588,00. Em 1961, o preço havia mais que dobrado novamente, chegando a Cr\$ 5.549,00 por saca. Ironicamente, em 1954/55, exatamente quando os preços atingiram seu ponto mais alto, a fatia de exportações mundiais do Brasil caiu para 43%. Contudo, a inflação erodiu o

¹² Antônio DELFIM NETTO e Carlos Alberto de Andrade PINTO, “The Brazilian Coffee: Twenty Years of Set-backs in the Competition on the World Market, 1945/1965”, In: *Essays on Coffee and Economic Development* (Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro do Café, 1973), p.279-315, esp. 283-91.

¹³ J. W. F. ROWE, *The World's Coffee: A Study of Economics and Politics of the Coffee Industries of Certain Countries and of the International Problem* (London: n.p., 1963); e ONU. Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais, Grupo de Trabalho Conjunto com Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (Brasil) e a Cepal, *Analyses and Projections of Economic Development, pt.2, The Economic Development of Brazil* (Nova York, 1956), p. 98.

valor real dos preços de exportação, e os preços reais caíram após o ano fiscal 1954/55. Embora o valor real tivesse permanecido acima dos níveis de 1940 até 1957, os preços diminuíram drasticamente, ficando baixos até o final da década (vide a tabela 5).¹⁴

Tabela 5: Comparação entre o Café Exportado do Porto de Santos e os Preços Recebidos pelos Fazendeiros, 1948-58

Ano	Preço Médio de Exportação ^a (U.S.\$)*	Preço Médio recebido pelo Fazendeiro ^b (U.S.\$)*	Índice de Preços de Exportação	Índice de Preços recebido pelo Fazendeiro	Porcentagem da Exportação recebida pelo Fazendeiro
1948	30.83	23.77	45	33	77%
1949	30.30	30.77	44	44	102%
1950	44.86	58.23	66	83	130%
1951	65.36	54.49	97	77	83%
1952	66.19	56.62	98	80	86%
1953	67.57	70.51	100	100	104%
1954	71.46	85.21	106	120	119%
1955	100.23	82.49	148	116	82%
1956	69.75	67.42	103	96	97%
1957	33.37	32.51	49	46	97%
1958	29.27	22.73	43	32	78%

*O preço por uma saca de 60 quilos foi convertido para dólares contemporâneos. A taxa de câmbio foi calculada com base nas tabelas de LUDWIG, Armin K. em *Brazil: A Handbook of Historical Statistics* (Boston: G. K. Hall, 1985), 431-32.

^a Fonte: Fraga, “Resenha histórica do café no Brasil,” 21

^b Fonte: Rubens Araujo Dias, “Levantamento dos preços médios recebidos pelos lavradores,” *ASP* 7:2 (Fevereiro, 1960), 47.

Nos anos de 1950, os plantadores sentiram-se escolhidos pelo governo para uma punição especial em função do que eles zombeteiramente chamaram de “confisco cambial”. Iniciado em 1951, o governo de Vargas começou a vender café no exterior a altos preços de mercado livre, enquanto pagava aos fazendeiros em cruzeiros em taxas cambiais baixas e oficiais. A política significou uma taxa de câmbio. Essa estratégia explica as diferenças óbvias entre os preços

¹⁴ Sobre a política do café, ver DELFIM NETTO e PINTO, “The Brazilian Coffee”, p. 283. Os preços estão relatados em Constantino C. FRAGA, “Resenha histórica do café no Brasil”, *ASP* 10:1 (Janeiro 1963), p. 21. A fatia de mercado mundial do Brasil é analisada em Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais, *The Economic Development of Brazil*, p. 102. Delfim Netto e Pinto afirmam que a fatia de mercado havia caído para 39% em 1953-1954.

de exportação e os preços recebidos pelos fazendeiros (vide Figura 1). O método gerou moeda forte para custear a compra pelo governo federal de materiais industriais importados e também forneceu dinheiro para manter a valorização do próprio esquema. De forma a proteger os altos preços do mercado mundial, o governo usou esses lucros para comprar e estocar quantias excedentes de café, controlando os fornecimentos mundiais. Ao manipular as taxas cambiais estrangeiras, especialmente em relação ao dólar americano, e ao controlar o fornecimento de café, a política cafeeira do Brasil tinha como único intuito maximizar as receitas cambiais. Até 1957, a política gerou uma estimativa de 10% da receita total do governo.¹⁵

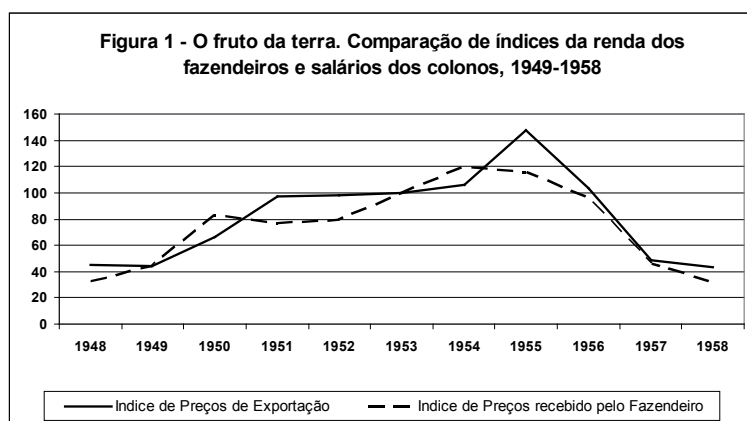


Figura 1

Em outubro de 1953, o governo compensou os fazendeiros pela renda reduzida ao pagar um “bônus” de cinco cruzeiros por dólar de renda cambial estrangeira. Depois disso, o governo diminuiu a mordida da taxa de “confisco cambial” com ajustes e bônus periódicos. O cerne do problema estava

¹⁵ Sobre o esquema cambial, ver DELFIM NETTO e PINTO, “The Brazilian Coffee”, p. 284. Sobre o descontentamento dos plantadores com a política do governo, incluindo o “confisco cambial”, ver Gustavo Avelino CORRÊA, “O problema cambial”, *RSRB* 32:381 (Outubro, 1952), p. 66-67; Plínio de Oliveira ADAMS, “Café e câmbio”, *RSRB* 32:382 (Novembro, 1952), p. 35-41; os artigos de José Bonifácio de Sousa AMARAL (Secretário da Agricultura de São Paulo de 1957 a 1961), “Protecionismo industrial e depauperamento das populações agrárias”, *RSRB* 32:379 (Agosto, 1952), p. 22-29, e “O Brasil ainda é um país essencialmente agrícola”, *RSRB* 34:386 (Março, 1953), p. 48-49; e Plínio Cavalcanti de ALBUQUERQUE, “Política cafeeira”, *RSRB* 35:413 (Setembro, 1955), p. 18. Sobre o esquema da geração de renda, ver Joel BÉRGSON e Arthur CANDAL, “Industrialization: Past Success and Future Problems”, em *The Economy of Brazil*, organizador Howard S. Ellis (Berkeley e Los Angeles: University of California Press, 1969), p. 33.

no lado do suprimento. Ao proteger os preços de exportação, a política do governo encorajava novas plantações não somente no Brasil, mas também em outros países latino-americanos e na África. Em 1958, houve a previsão de uma enorme produção mundial, o que baixou os preços. Para proteger o preço em 1958/59, o governo brasileiro comprou onze milhões de sacas de café e as manteve longe do mercado, pagando aos fazendeiros um “preço simbólico” que significava uma diminuição de 10% em sua renda, apesar dos níveis de produção serem 25% mais altos que antes.¹⁶ Enquanto isso, o governo devolvia uma parte da diferença entre os preços de exportação e de venda aos fazendeiros, não somente ao comprar a produção excedente deles, mas também ao subsidiar a importação de fertilizantes químicos e de tratores.¹⁷ Alguns analistas sustentam que essas compras e subsídios reduziam as preocupações dos fazendeiros com relação à demanda reprimida, aos preços em queda e ao problema do “confisco cambial”.¹⁸ Entre 1948 e 1958, de fato, nenhuma outra cultura promoveu uma renda que se igualasse àquela gerada pelo café.¹⁹ Dessa forma, contrariamente às reclamações contínuas dos fazendeiros, a interferência do governo ajudou o café a tornar-se mais lucrativo do que qualquer outro plantio, com exceção da cana-de-açúcar e da cebola. Até 1959, a política do governo encorajou tanto a produção de café que, somente no estado de São Paulo, 300 mil hectares de terra tinham plantações recentes de café.²⁰

¹⁶ Sobre o bônus, ver DELFIM NETTO e PINTO, “The Brazilian Coffee”, p. 283-287; e STOLCKE, *Coffee Planters*, p. 77-79. Delfim Netto e Pinto discutem os preços simbólicos nas páginas 291-293.

¹⁷ Gordon W. SMITH, “Brazilian Agricultural Policy, 1950-1967”, em *The Economy of Brazil*, p. 277.

¹⁸ Fernando B. Homem de MELLO, “A política econômica e o setor agrícola no período pós-guerra”, *Revista Brasileira de Economia* 33:1 (Janeiro/Março, 1959), p. 33-35, citado em Stolcke, *Coffee Planters*, p. 84.

¹⁹ *Conjuntura econômica* (Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro) 6:8 (Agosto, 1959), 67-73, citado em STOLCKE, *Coffee Planters*, 84. Somente em 1959 os retornos dos plantadores caíram mais do que a diminuição dos preços mundiais do café. Werner BAER, *Industrialization and Economic Development in Brazil* (Homewood, III.:Richard D. Irwin, 1965), p. 103.

²⁰ FAO, Cepal, Instituto Brasileiro do Café e Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, Divisão da Economia Rural: “Estudo de 33 propriedades cafeeiras típicas do Estado de São Paulo”, *ASP* 9:6 (Junho, 1962), p. 9. Esse estudo detalhado de 33 fazendas de café selecionadas fez parte de uma investigação mais ampla da economia cafeeira do Estado, de forma conjunta entre essas agências, em 1958. Os resultados foram publicados em inglês como CEPAL, *Coffee in Latin America: Productivity, Problems, and Future Prospects*, pt.1, *The State of São Paulo: Prospects for Production*, e pt.2, (a) *Case Study of Thirty-three Coffee Farms*, e (b) *Analysis of the Functions of Production* (Nova York: ONU, 1958) (E/CN.12/545, E/CN.12/490). FAO, Cepal, Instituto Brasileiro do Café, Secretaria de Agricultura de São Paulo, Divisão da Economia Rural, “A indústria do café em São Paulo”, *ASP* 8:3 (Março, 1961), p. 15.

O IMPACTO NOS TRABALHADORES DE CAFÉ

Para os trabalhadores de café, contudo, a política econômica do governo trouxe poucas recompensas e muita aflição. Nos anos 1950, homens, mulheres e crianças camponeses ainda realizavam a maior parte do trabalho na cafeicultura paulista, superando significativamente a contribuição da força animal e das máquinas. O campesinato contribuía, em média, com mais de 90% dos insumos envolvidos na produção de café em fazendas existentes, enquanto as máquinas eram usadas quase que exclusivamente para transporte e processamento.

Essa dependência do trabalho humano tinha três causas. Uma era o alto preço das máquinas, incluindo tratores, muitos dos quais tinham que ser importados. Outra era a suspeita de que as máquinas, e mesmo aquelas de tração animal, poderiam danificar as árvores de café; bem como de que instrumentos de capina iriam penetrar o solo e destruir o sistema de raízes ramificadas dos pés de café, uma vez que eles cresciam na primeira camada do solo. Mas a terceira razão, controle do trabalho, era a mais importante. Em 1951, um funcionário de Departamento do Estado dos EUA, Robert Elwood, fez um estudo sobre o café brasileiro. Em seu relato, Elwood enfatizou esse fator: “O uso da força animal para cultivo (o uso da força do trator provavelmente não é geralmente econômico) significaria que a força de trabalho regular não seria totalmente empregada”. De forma a manter um número adequado de trabalhadores disponíveis na fazenda para a época da colheita, o sistema do colonato ocupava o tempo do trabalhador com o processo de cultivo, pois este carpinava milhares de pés com uma enxada, pelo menos três vezes antes da época da colheita em junho e julho. Esses assuntos interessavam os diplomatas dos Estados Unidos porque os baixos preços de produção traduziam-se mais facilmente em preços menores do café para o consumidor americano. A chave para os preços baixos, eles argumentavam, estava na maior produtividade do trabalho, e estava implícito que a força das máquinas poderia produzir esses resultados. Todavia, um estudo exaustivo de 1958 concluiu que, seja qual fosse o tamanho da fazenda do café, os mesmos métodos de exploração intensa da força humana continuavam a ser usados.²¹

Apesar da importância da força de trabalho humana para a produção de café, a renda crescente do café não era compartilhada com os colonos nos anos

²¹ Robert B. ELWOOD, “Recent Developments and Trends in Brazilian Coffee Production”, Despacho no. 1.118, Embaixada Americana, Rio de Janeiro, 1951, citado em *Brazilian Coffee: Production and World Trade*, preparado pelo Serviço Estrangeiro dos Estados Unidos da América (Washington D.C.:U.S. Government Printing Office, 1953), p. 113, Departamento de Registros de Estado, microfilme 1498-22, Departamento de Estado, Arquivo Nacional dos Estados Unidos (doravante DS/USNA). O estudo de 1958, do qual as estatísticas presentes no parágrafo anterior foram retiradas é FAO *et al.*, “Estudo de 33 propriedades cafejeiras”, p. 7-9, 52-75.

de 1950. Ao contrário, os fazendeiros eram bem sucedidos em colocarem o fardo da flutuação do mercado nas costas dos camponeses. Cada vez que os preços diminuía, também baixavam os salários, o que mostra o quão bem os fazendeiros conseguiram manter sua margem de lucro ao taxarem os padrões de vida do campesinato da cafeicultura. Essa tendência variou somente no período entre 1949 e 1951, quando os fazendeiros foram forçados a aumentar consideravelmente os salários de forma a atraírem e manterem os colonos durante um período de elevada competição pela demanda de trabalho dos produtores de algodão. Nesses anos, os preços do café aumentaram ao mesmo tempo em que variações no clima causaram a sobreposição das lavouras de café e de algodão. Em 1954, com os salários dos colonos em declínio contínuo por dois anos, houve quase uma relação inversa entre os lucros dos fazendeiros e os salários dos colonos. Depois disso, a renda do colono sofreu perdas maiores do que a renda do fazendeiro (veja Figura 2).²² O preço recebido por duas ou três sacas de 60 quilos pagava pelo custo anual de manutenção de mil pés – uma estatística que revela a magnitude da mais-valia, e, assim, a extensão do desequilíbrio entre a renda dos colonos e o lucro do fazendeiro (veja tabela 6). Cada uma dessas árvores produzia uma média de 540 quilos, ou nove sacas. A base da renda dos colonos, portanto, custava aos plantadores menos de 1% do ganho que eles faziam vendendo seu café. Os colonos também recebiam pagamentos esporádicos pelo seu trabalho durante a colheita e por serviços extras ao longo do ano, o que aumentava significativamente a sua renda. Ao todo, o trabalho absorvia menos que um terço do custo total da produção de café, de acordo com um estudo de 1953 de quatro diferentes fazendas de café de São Paulo.²³ Sob essas

²² O salário base dos colonos do café (usado para preparar essa análise e a figura 2) foi a compensação paga pela capina e pelo tratamento dos pés do café. Negociados anualmente, os contratos dos colonos estabeleciam um salário fixo para cada grupo de mil árvores tratadas pelo colono. De um modo geral, a soma anual total era negociada em outubro ou novembro e paga a cada dois meses em seis prestações iguais. Com base em dados esparsos, é sabido que o cálculo variava de fazenda para fazenda, mas a extensão da variação é desconhecida. Obviamente, a economia do café não era tão simples assim. Além do salário base de trato, os colonos também recebiam pagamentos pelo volume de grãos de café que eles colhiam, por algumas tarefas ocasionais e por qualquer produto negociável ou animal de corte que eles cultivavam e criavam nas terras providas para seu uso.

O aumento dos salários e as circunstâncias peculiares de 1949 a 1951 são relatadas e analisadas em William T. BRIGGS (Vice-Cônsul Americano, São Paulo), para Embaixada Americana, Rio de Janeiro, “Labor Conditions in the São Paulo Consular District” (Janeiro, Fevereiro, Abril e Junho, 1950), Record Group (doravante RG) 84, Post File 560, Box 84, DS/USNA; e ELWOOD, “Recent Developments and Trends in Brazilian Coffee Production”, p. 99-101.

²³ Sobre os rendimentos, ver FAO *et al.*, “A indústria do café”, p. 67. O estudo de 1953 é “Estudo sobre o custo de produção”, *Brasil Rural* 137 (Dezembro, 1953), p.40-45. Organizado pela Secretaria de Agricultura de São Paulo, esse estudo examinou os custos da produção de café em quatro

condições, a vida na fazenda começou a ficar muito difícil para os trabalhadores do café durante os anos de 1950.

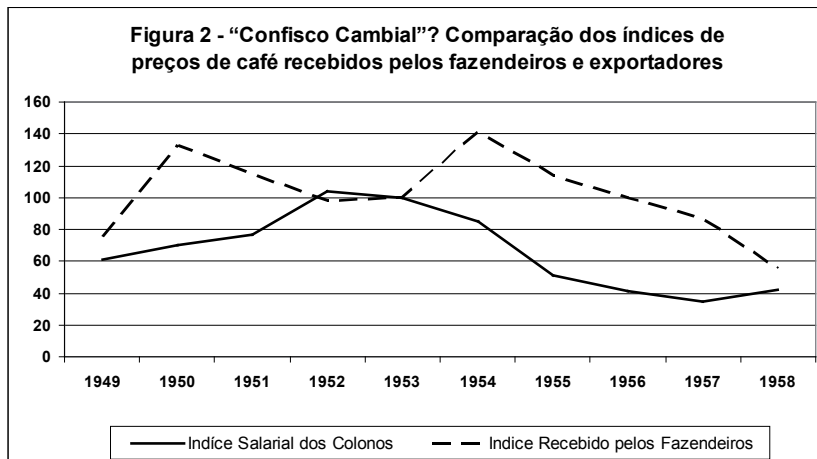


Figura 2

Tabela 6: Comparação entre o Poder Aquisitivo do Fazendeiro de Café em relação ao do Colono no Estado de São Paulo, 1949-58.

Ano	Índice do custo de vida ^a	Salário dos colonos (Cr\$) ^b	Renda dos Fazendeiros (Cr\$) ^c	Índice Salarial dos Colonos ^d	Índice Recebido pelos Fazendeiros ^e
1949	58	1,250	576	61	75
1950	62	_____ f	1.090	_____ f	133
1951	67	1.800	1.020	77	115
1952	82	3.000g	1.060	104	98
1953	100	3.500	1.320	100	100
1954	118	3.500	2.200	85	141
1955	141	2.500	2.130	51	114
1956	173	2.500	2.280	41	100
1957	206	2.500	2.360	35	87
1958	237	3.500	1.720	42	55

diferentes fazendas, uma "pequena", uma "média" e as outras duas "grandes" (esses termos não foram definidos). A menor foi a que fazia o uso mais eficiente do trabalho, o que representava 23% do custo da produção. Os fatores de custo do trabalho eram mais altos nas duas maiores fazendas: 33% em uma e 42% na outra. Na plantação de médio porte, o uso de um trator reduzia o custo do trabalho a 16% do total da produção. A média dessas quatro porcentagens é 29%.

^a Índice de custo de vida na capital do Estado de São Paulo, em LUDWIG. *Brazil: A Handbook of Historical Statistics*, p.448.

^b Salário pago aos colonos anualmente em cruzeiros para o tratamento de cada mil pés de café. As fontes dos dados de 1949 e 1951 são da ASP v.2,n.4 (abril, 1952), p.25; de 1953, são da ASP v.3,n.9 (set., 1953), p.19. Todos os outros dados foram encontrados nos processos arquivados na Junta de Trabalho de Ribeirão Preto, especialmente nos autos dos processos dos números 238/62, 1694/64, 354/57, 589/60, 845/61, 467/61 e 332/64.

^c Preços médios recebidos anualmente em Cr\$ pelos fazendeiros do Estado de São Paulo por uma saca de 60 quilos de café beneficiado. DIAS. Levantamento dos preços médios recebidos pelos lavradores. p.47.

^d Salários dos colonos deflacionados pelo índice de custo de vida.

^e Renda dos fazendeiros deflacionada pelo índice do custo de vida.

^f Sem dados.

^g Este valor, pago no Sítio Santo Antônio de Grotão em Ribeirão Preto, foi muito mais alto que o padrão de Cr\$2.000,00 estabelecido pela FARESP em julho de 1952. Esta diferença pode ser explicada pela proximidade do sítio em relação ao mercado de trabalho urbano, o mercado mais competitivo naquela época. A taxa correspondente ao salário padrão geraria um índice de 70, bem abaixo do número utilizado para desenhar o gráfico da Figura 2. Vide “Imigrantes agrícolas italianos.” *Brasil Rural* 120 (julho, 1952), p. 10.

O fato de que os salários nas fazendas de café de São Paulo caíram tão abaixo do índice de custo de vida indica que os fazendeiros tinham pouca dificuldade em atrair mão de obra nos anos 1950. Essa evidência contrasta fortemente com as queixas constantes dos fazendeiros de enfrentarem diminuição de mão de obra naquele período. Logo depois da política de café do governo ter sido introduzida, os fazendeiros argumentavam que a economia de café de São Paulo não poderia ser sustentada sem o influxo anual de 10 mil famílias camponesas – em torno de um total de 50 mil pessoas por ano. Quando os fazendeiros execraram o “confisco cambial”, eles alegavam que essa taxa levava os trabalhadores a abandonarem o campo, deixando-os com escassez de mão de obra. Em 1954, a força econômica do café não estava mais em dúvida. Em janeiro, contudo, o proeminente representante do SRB, Antônio de Queirós Telles, comentou o quão os fazendeiros “se ressentem imensamente de uma falta, que só poderá ser reparada pela vinda de grandes levas de imigração alienígena”. Em março, os fazendeiros usaram o argumento da escassez de trabalhadores para conseguir uma isenção oficial para todos os colonos do alistamento militar, um privilégio que pelo menos um fazendeiro achou vergonhosamente não patriótico.²⁴

²⁴ Sobre o trabalho e imigração, ver “Falta de braços para a lavoura”, *RSRB* 27:320 (Abril, 1947), p. 4; e “Braços para a lavoura de café”, *RSRB* 28:347 (Setembro, 1949), p. 4. A relação entre a taxa de câmbio e o êxodo rural é feita em “Memorial da Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo (Faresp) a Osvaldo Aranha, de 22.06.53”, Documento No. 58, em *Impasse na democracia brasileira, 1951/1955: Coletânea de documentos*, organizada por Adelina Alves Novaes e CRUZ et al. (Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação,

Nos anos de 1950, contudo, o número de imigrantes no Brasil não atendeu os desejos dos fazendeiros de São Paulo (veja tabela 7). Em uma inversão das políticas do Estado Novo, o novo governo de Vargas começou a apoiar a imigração europeia subsidiada. Mas dos 37 mil italianos, alemães e outros europeus que vieram trabalhar no Brasil durante a década, a porção direcionada para as plantações paulistas de café era muito pequena. Em 1952, menos de 6 mil imigrantes subsidiados foram destinados ao campo, e no período 1958-1960, somente 205 de quase 20 mil imigrantes italianos – outrora o mais numeroso de todos os grupos de imigrantes engajados na produção de café – eram considerados camponeses.²⁵ Como especulavam alguns fazendeiros, os salários agrícolas em declínio tornavam difícil atrair imigrantes.²⁶

Tabela 7: Imigração para o Estado de São Paulo, 1920-70

Anos	Brasileiros	Porcentagem total de Imigrantes	Total	imigrantes
1920-29	230.790	503.568	734.358	68,6
1930-39	435.864	198.104	633.968	31,2
1940-49	528.000	66.000	594.000	11,1
1950-59	1.280.000	370.000	1.650.000	22,4
1960-69	758.000	78.800	836.800	9,3

Fontes: Vicente Unzer de Almeida e Octavio Teixeira Mendes Sobrinho, *Migração rural-urbana: Aspectos da convergência da população do interior e de outras localidades para a capital do estado de São Paulo (Com um estudo sobre zonas de colonização do estado de São Paulo)* (São Paulo: Secretaria da Agricultura, Diretoria de Publicidade Agrícola, 1951), 79; e Rosa Ester Rossini, “Estado de São Paulo: A intensidade das migrações e do êxodo rural/urbano,” *Ciência e Cultura* 29:7 (Julho de 1977), 783.

Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1983), p. 185. Sobre Telles, ver Antônio de Queirós TELLES, “Instituto Nacional de Imigração e Colonização”, *RSRB* 34:396 (Fevereiro, 1954), p. 54. Sobre o alistamento, ver “Dispensa de incorporação dos trabalhadores agrícolas nas fileiras do exército”, *Brasil Rural* 140 (Março, 1954), p. 54; e José A. VIERA, “Participação do exército na recuperação agrícola do país”, *Brasil Rural* 168 (Julho, 1956), p. 55-57.

²⁵ Sobre as políticas de imigração de Vargas, ver Comissão Mista, “Bases do governo brasileiro para a negociação da Comissão Mista”, Documento No. 27, em CRUZ *et al.*, eds., *Impasse na democracia brasileira*, p. 73. Como um dos 14 pontos de negociação do Brasil na Comissão Mista – que foi organizada para discutir as relações econômicas entre os dois países em 1952 – apoio financeiro para o “transporte e estabelecimento de imigrantes europeus, especialmente italianos”, estava listado como o item 9. Em resposta, os Estados Unidos usaram sua Comissão Intergovernamental para Emigração Europeia para subsidiar e trazer 43.456 imigrantes italianos ao Brasil entre 1952 e 1957. O pequeno número de imigrantes trabalhando na agricultura é examinado por Gloria LA CAVA em “A origem da emigração italiana para a América Latina após a segunda guerra mundial”, *Novos Cadernos* 2 (1988), p.49-77, esp. Tabelas 3, 5, 6 (Agradeço a Jeff Lesser por ter chamado minha atenção a esse artigo).

²⁶ Antônio de Queirós TELLES, “Imigração”, *RSRB* 35:410 (Julho, 1955), p. 68.

O que os fazendeiros não admitiam era como a migração interna para o Estado de São Paulo os supria com uma abundância de trabalhadores. Nos anos 50, mais de 1,25 milhões de brasileiros emigraram para São Paulo vindos dos Estados nordestinos da Bahia, Paraíba, Sergipe, Pernambuco e Alagoas, bem como Minas Gerais, que faz fronteira com o nordeste e o leste de São Paulo (veja tabela 7). A vasta maioria desses nordestinos procurava trabalho na agricultura de São Paulo durante os períodos de pico de demanda, tais como os meses de colheita de janeiro, fevereiro, março e julho. Depois disso, muitos retornavam para casa ou deixavam a agricultura à procura de trabalho urbano. Apesar da alta rotatividade de pessoal, o fluxo de migrantes cresceu no início dos anos de 1960, com mais de 120 mil pessoas entrando em São Paulo em 1961.²⁷ Mesmo assim, os fazendeiros de café não estavam satisfeitos.²⁸

O apelo dos fazendeiros pelo aumento do trabalho imigrante europeu tinha menos a ver com escassez de mão de obra do que com controle do trabalho. Alguns podem também ter se apegado a preconceitos remanescentes sobre a superioridade cultural dos europeus em relação à maioria brasileira de “raça mista”. Importantes setores da classe dominante brasileira viam os camponeses nacionais como rebeldes, indisciplinados e oportunistas, enquanto consideravam os europeus, especialmente “os latinos” da Itália e de Portugal como estáveis, automotivados e ambiciosos. “Nós devemos receber o grosso da nossa imigração de raças que, como os latinos, apresentam as maiores semelhanças conosco”, disse Telles. Um “exemplo de imigração que não nos interessa é a imigração de pessoas de outros Estados do nosso país”, disse outro comentarista, referindo-se aos nordestinos: “essa não é a solução para o Brasil”.²⁹

As opiniões dos fazendeiros tinham, de fato, uma base. Embora a migração de famílias brasileiras tenha sido encorajada pelo Departamento Nacional de Imigração e Colonização – DNIC do Ministério da Agricultura, o volume de nordestinos veio espontaneamente. Entre 1952 e 1961, somente 35% dos emigrantes declaravam ser casados, e 64% daqueles que vieram a São Paulo eram homens ou rapazes solteiros. Em um estudo revelador promovido pela Secretaria

²⁷ Santa Helena BOSCO e Antônio JORDÃO NETTO, *Migrações: Estudo especial sobre as migrações internas para o estado de São Paulo e seus efeitos* (São Paulo: Setor de Estudos e Pesquisas Sociológicas, Departamento de Imigração e Colonização, Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, 1967, p.32-33. Sobre os padrões de migração dos nordestinos, ver páginas 18-19 e 24.

²⁸ Octávio Teixeira MENDES SOBRINHO, *Planejamento da fazenda de café: Separata do Boletim de Agricultura* (São Paulo: Diretoria de Publicidade Agrícola, 1962).

²⁹ Traduções de entrevistas dadas a mídia por Antonio de Queirós TELLES e Flávio RODRIGUES, da União dos Plantadores de Algodão, em Cecil M. P. CROSS (Consulado Americano, São Paulo), Relatório No. 16, “Atitude em relação à nova lei de imigração”, 12 de janeiro, 1945, RG 84, Post File 560, Box 77, DS/USNA.

ria de Agricultura de São Paulo, os sociólogos Santa Helena Bosco e Antônio Jordão Netto concluíram que os nordestinos vieram ao sul em primeiro lugar por razões financeiras: para ganhar o máximo que pudessem, o mais rápido que conseguissem. Eles tinham pouco arrependimento de ir atrás das melhores condições e salários. Embora os colonos imigrantes não fossem menos interessados em dinheiro, o governo patrocinou somente a viagem de famílias nucleares selecionadas, que eram então contratadas para fazendas de café específicas por períodos de um ano ou mais. Enquanto muitos imigrantes ansiavam voltar para casa, e muitos acabavam indo, um bom número estabeleceu-se em São Paulo e procurou desenvolver-se lá.³⁰ Por essas razões, os fazendeiros acreditavam que os imigrantes eram menos móveis, menos exigentes e, portanto, mais disciplinados e controláveis do que os trabalhadores migrantes brasileiros.³¹

MOBILIZANDO O CAMPESINATO

A migração de camponeses para São Paulo não veio ao encontro das preferências dos fazendeiros. No clima político populista da década de 1950, o fluxo espontâneo e autônomo de trabalhadores complicou mais ainda a eficácia da autoridade deles. Quanto mais móveis e independentes eram os trabalhadores rurais, mais difícil era para os fazendeiros influenciarem seu comportamento e adesão política.³² A alta rotatividade da mão de obra ajudou a erodir as bases

³⁰ O principal ideólogo da superioridade europeia nessa época foi Fernando Bastos D'AVILA, cujo *L'immigration au Bresil: Contribution a une theorie generale de l'immigration* (Rio de Janeiro: AGIR, 1956) foi influente. Vide LA CAVA, "As origens da emigração italiana", p. 55-56. Sobre o comportamento de migração, ver BOSCO e JORDÃO NETTO, *Migrações*, p.64-75, 219-24. HOLLOWAY analisa a mobilidade do colono em *Immigrants on the Land* 1980.

³¹ MENDES SOBRINHO, *Planejamento da fazenda de café*. As premissas dos defensores da imigração italiana sofreram um choque em setembro de 1952, quando um dos primeiros dos novos grupos de famílias de imigrantes italianos colonos trazidos ao Brasil revoltou-se. Agências de emprego na Itália haviam atraído seis famílias ao prometer a elas que retornariam para casa assim que seus contratos fossem cumpridos. Mas quando os italianos chegaram em uma grande fazenda de café em Guatapará, situada perto de Ribeirão Preto, eles descobriram que haviam sido enganados e exigiram retornar para a Itália. O caso atraiu a atenção da imprensa, e logo outros casos de insatisfação surgiram. Alarmantemente, dos seis mil camponeses italianos que vieram a São Paulo em 1952, dois mil exigiram a repatriação para a Europa até março de 1953. Essa situação fez com que todo o programa de imigração fosse questionado. Ver Henrique Doria de VASCONCELOS, "A mão de obra italiana e a agricultura paulista", *Brasil Rural* 129 (Abril, 1953), p. 14-19.

³² Sobre coronelismo, vide o capítulo 1 e Victor Nunes LEAL, *Coronelismo: the municipality and representative government in Brazil* (New York: Cambridge University Press, 1977) e a crítica provocativa dele de James P. WOODARD, "Coronelismo in Theory and Practice: Evidence, Analysis,

tradicionais do paternalismo dos fazendeiros e pavimentar o caminho para o aprofundamento do apelo do populismo rural. Vargas há muito havia se identificado como sendo um interessado protetor dos camponeses, mas seu governo dava prioridade ao desenvolvimento econômico, em detrimento das necessidades específicas do campesinato. Endossando as doutrinas de repasse vertical de melhorias da época, Vargas afirmava que uma economia forte enaltecia a *todos* aqueles que participavam dela, incluindo todo tipo de camponês. Assim, apesar da retórica governamental em nome dos trabalhadores rurais, os militantes comunistas encontraram muito descontentamento no interior, e capitalizaram a aparente incapacidade de Vargas de praticar o que ele promovia. Neste processo, o PCB acabou substituindo sua ênfase na revolução agrária por uma posição mais reformista.

Na região de Barretos, a região mais ao norte do Estado, o partido nomeou Eduardo Dias, sob o codinome “Vitor”, para organizar clandestinamente os camponeses da região: os pequenos agricultores, parceiros, peões e trabalhadores dos frigoríficos. Seus esforços deram resultado em 1951, quando ele alegou que centenas de trabalhadores do Frigorífico Anglo desafiaram seu presidente sindical – um pelego – a convocar uma greve por melhores condições de trabalho e salário. Os radicais, orientados e apoiados por Dias, formaram uma união independente de trabalhadores, chamada Unidade dos Trabalhadores de Barretos, e expandiram o movimento grevista a outros grupos de empregados na empresa, incluindo peões das fazendas de gado e arrendatários (contratados para limpar a terra e plantar pasto para o gado) localizados em toda a região. Foi uma mobilização muito mais bem-sucedida do que a iniciada por Irineu Luís Moraes no começo de sua carreira rebelde, em 1929. No final, ganharam metade do que exigiam.³³ Durante o mesmo período, Moraes permaneceu ativo. Ele e sua família se mudaram de Porecatu para Araçatuba, localizada a oeste de Barretos, onde ele se infiltrou em diversas

and Argument from Sao Paulo” *Luso-Brazilian Review* (Madison, EUA) v. 42, n. 1, p. 99-117. 2005. Vide também Linda LEWIN, L. *Politics and Parentela in Paraíba: A Case Study of Family-Based Oligarchy in Brazil* (Princeton: Princeton University Press, 1987); Darrell E. LEVI. *The Prados of São Paulo: An Elite Family and Social Change, 1840-1930* (Athens: University of Geórgia Press, 1987).

³³ Eduardo DIAS. *Um imigrante e a revolução: memórias de um militante operário, 1934-1951* (São Paulo: Ed. Brasiliense, 1983). p. 116-20. Em meados de 1947, o governo do Presidente Eurico Gaspar Dutra não apenas suprimiu o PCB, como interveio em centenas de sindicatos, afastando funcionários eleitos de seus cargos e indicando líderes que fossem favoráveis a sua administração, chamados de pelegos. Aparentemente, um dos sindicatos que sofreram com a intervenção de Dutra foi o sindicato dos trabalhadores de frigoríficos de Barretos, pois as memórias de Dias relatam o envolvimento de Dutra com um movimento grevista dessa cidade, que durou de janeiro a maio de 1947, o mês da ruptura. Vide DIAS, um imigrante p. 97-106.

fazendas para organizar os camponeses. Em Ribeirão Preto, Pedro Salla, ex-membro da liga camponesa de Dumont, continuava a agitar os camponeses do café. No noroeste, outro recruta do partido, José Alves Portela, organizava parceiros e catadores de algodão.³⁴

Como milhares de outros trabalhadores em São Paulo, Portela migrou do nordeste do Brasil para o sul, em busca de salários agrícolas mais altos³⁵. Por volta de 1945, seus irmãos migraram de Sergipe para se juntar a ele, e juntos, eles tentaram produzir algodão como arrendatários perto do município de Santo Anastácio. Por muito tempo, Santo Anastácio tinha sido um importante povoado no Pontal do Paranapanema. Um ribeirão no lugar ganhou o nome do santo em maio de 1769 quando uma tropa portuguesa morrendo de sede encontrou-o e a vila gradualmente fincou raízes ali. Em 1925, ela tornou-se a segunda municipalidade incorporada da região. À medida que a estrada de ferro Sorocabana era construída até o rio Paraná, Santo Anastácio tornava-se a base da construção do trilho, levando espanhóis e italianos a mudar-se para a região. Isso deu ao município um “ar” cosmopolita e criou um campo fértil para a organização do PCB na região.³⁶

Enquanto as ligas camponesas também se estabeleciam no Pontal nos municípios de Presidente Prudente e Presidente Bernardes, as relações entre os camponeses e os fazendeiros de Santo Anastácio recebiam maior atenção da imprensa. Em uma reportagem de 1945, o camponês migrante João Rayo Crespo apelava à Secretaria de Trabalho do Estado e à justiça local para reivindicar

³⁴ Irineu Luiz de MORAES. Transcrição de entrevista com o autor, Ribeirão Preto, 22 de agosto de 1988 (Entrevista com Moraes, parte 1). P. Salla. Entrevistado pelo autor, Dumont, 14 de maio de 1995. Entrevista com Guerreiro. José Alvez PORTELA. Transcrição de entrevista concedida ao autor, São Paulo, 23 de agosto de 1988. AEL/Unicamp (doravante Entrevista com Portela).

³⁵ Em 1941, aos 17 anos, Portela viajou de Sergipe a São Paulo de caminhão, percorrendo uma distância de cerca de 3.000 quilômetros. Como muitos outros, ele ganhou dinheiro como parceiro de algodão, e enviou parte de seus proventos para sua mãe e seis irmãos. Portela relata como os anúncios dos altos valores pagos em São Paulo levaram-no a emigrar. (Se isso é verdade, os anúncios não foram muito bem-sucedidos, já que apenas outras 133 pessoas emigraram do Sergipe em 1941. No final da década, no entanto, Portela encontraria quase 20 mil outros sergipanos trabalhando em São Paulo. Vide BOSCO e JORDÃO NETTO. *Migrações*, p. 54a). A região para a qual Portela se deslocou estava sendo desenvolvida pela primeira vez, e grande parte de seu trabalho envolvia derrubar grandes árvores e arbustos com machado e foice. Até 1945, ele enviou dinheiro para casa, mas com o fim da guerra, o ganho de Portela diminuiu, juntamente com o preço do algodão, e sua família decidiu juntar-se a ele em São Paulo. Juntamente com seus irmãos, ele se tornou um arrendatário, cultivando hortelã, e posteriormente algodão, em Santo Anastácio. Entrevista com Portela, p. 1-3.

³⁶ José Ferrari LEITE. *A ocupação do Pontal do Paranapanema*. (São Paulo, Editora Hucitec, 1998) e Dr. Pedro Paulo GUERRA. Entrevistado pelo autor. 4 de setembro 2004. Alphaville, SP.

o cumprimento dos termos contratuais pelo terratenente Manoel Ortega, aparentemente sem sucesso. José Alves Portela também reclamara sobre a exploração quando o mercado de commodities entrou em colapso depois da II Guerra Mundial e o fazendeiro o forçou, ainda assim, a pagar pelo arrendamento da terra. Histórias de brutalidades perpetradas contra os camponeses pelos jagunços dos fazendeiros tais como Juventino Nunes e Zé Mineiro ganharam fama na região.³⁷

Como a Liga Camponesa de Dumont, a liga de Santo Anastácio estabeleceu-se em 1946, no contexto deste crescimento expressivo das reclamações camponesas do local. Com a liga, o PCB pretendia agrupar todos os pobres e médios “trabalhadores da terra”, de uma diversidade de relações de trabalho, em uma categoria só. Mais de 200 “camponeses, em sua maioria arrendatários, sitiantes, meeiros e terceiros” participaram no encontro da fundação, de acordo com o diário do PCB *Notícias de Hoje*. A liga serviria para “orientar a luta em busca de melhoria das condições de vida dos trabalhadores da terra”. Antônio Valero Valdeviesso, cuja biografia permanece obscura, fez uma “clara exposição” sobre o tema e leu os estatutos. Os participantes “elegeram democraticamente” a comissão diretora da liga, tendo Nestor Veras na presidência e outros onze representantes e substitutos nomeados na oportunidade. Diversos assuntos foram abordados nos discursos que se seguiram: a questão do preço do arrendamento das terras, a manutenção da estrada, a criação de escolas e clínicas médicas. Em outras palavras, os camponeses entenderam que era dos fazendeiros grande parte da responsabilidade pelo mau estado de coisas que ali havia e apelaram para o Estado em busca de ajuda. Aluguéis e arrendamentos eram muito caros, as estradas estavam abandonadas, a saúde e a educação de suas crianças deixadas ao acaso.³⁸

Em outra reunião ocorrida no mês de abril, os diretores prepararam uma petição para enviá-la ao Secretário de Agricultura do Estado, Francisco Malta Cardoso, fazendeiro e advogado com um histórico de esforços no sentido de fazer progredir as questões sociorrurais. Cardoso e seu colega proprietário de terras João Carlos Fairbancks – um advogado da cidade de Presidente Prudente, considerado pelo geógrafo José Ferrari Leite como o “defensor permanente de possuidores de títulos de posse ou de domínio” – tinham contribuído bastante com a preparação da legislação social rural no Congresso dos Direitos Sociais realizada sob as orientações de Getúlio Vargas, em 1941. Para Fairbancks, as

³⁷ José Cláudio BARRIGUELLI, Organizador. *Subsídios à história das lutas no campo*. In. Vol. II: Subsídios à história das lutas no campo em São Paulo (1870-1956). (São Carlos, SP: Arquivo de História Contemporânea, Ufscar, 1981), p.137, 147, 207-208; Entrevista com Portela; e LEITE, A ocupação do Pontal p.101-112.

³⁸ BARRIGUELLI, *Subsídios à história*, p. 155-56.

fazendas “formavam-se, sob a maior solidariedade de interesses econômicos e mais íntimos contatos entre ‘patrão’ e ‘operário’”. Cardoso descreveu os camponeses e os fazendeiros como “companheiros de trabalho”.³⁹

Pelo menos 150 camponeses em Santo Anastácio discordaram e desconfiaram daquela caracterização. Muitos deles acreditaram na nova democracia lançada com a queda da ditadura do Estado Novo e assinaram seus nomes na petição da liga. “Os latifúndios devem ser divididos gratuitamente aos que querem plantar”, a petição começa. “Os nossos produtos não valem nada, mas o que consumimos custam-nos os olhos da cara”, continua a petição. “Sem terra, sem direitos, nossos filhos sofrem de maleita, amarelão, tuberculose, raquitismo, frio e fome”, segue a carta. “Por este pequeno relatório vimos à presença de V. Ex^a relatar-lhe a atual situação precária que há anos vamos passando”, o documento dizia. Além da exigência pela reforma agrária radical, a petição sinalizava a necessidade de políticas novas que ajudassem aqueles camponeses a obterem maiores lucros de suas produções a fim de cuidarem bem de suas famílias. A carta também criticava os fazendeiros por alugar terras ruins e cobrar arrendamentos maiores que o preço de mercado das terras. O resultado não foi somente uma superexploração dos camponeses, mas também uma tendência a que estes camponeses abandonassem o campo na busca por “melhores condições de existência” nas cidades, o que muitos não queriam fazer.

Uma última cláusula lembra que os camponeses, entre eles os trabalhadores rurais assalariados, necessitavam possuir suas próprias organizações representativas. Em maio, a imprensa comunista documentou ainda mais insatisfação dos camponeses de Santo Anastácio, quando o diretor da Cooperativa Agrícola Mista de Santo Anastácio denunciou as precárias condições dos sócios, um grupo de mais que 800 famílias camponesas. Ele sustentava a necessidade da liga pelo fato da “miserável (...) vida que os meeiros e arrendatários levam (...) porque o rendimento do seu trabalho vai todo parar nas mãos do latifundiário”. Se a relação entre os com-terra e os sem-terra pode ser comparada a uma família ou a um clã, isso não se verificou em 1946. Esta família agrária era bastante disfuncional.⁴⁰

O Estado respondeu aos apelos dos camponeses de Santo Anastácio mandando repreender severamente a liga em junho de 1946. O tamanho e a “ousadia” da organização deviam ter incomodado profundamente os fazendeiros. Até o mais influente proprietário da região, o coronel Alfredo Marcondes Cabral – que teve a fama de ser citado dizendo “terra empapada de sangue é terra boa” – não conseguiu uma força de jagunços suficientemente forte para intimidar

³⁹ BARRIGUELLI, *Subsídios à história*, p. 178; LEITE. *A ocupação do Pontal*, p. 47.

⁴⁰ BARRIGUELLI, *Subsídios à história*, p. 178-179 e 189-190.

o movimento camponês. De fato, o fechamento da liga em junho de 1946 foi vinculado as ações do Delegado Roque Calabrese, menos com os interesses dos coronéis locais que com o contexto histórico maior. “O povo brasileiro precisa é de chicote e não de democracia”, falou o delegado. A decisão de colocar o PCB na ilegalidade e destruir organizações, tais quais as ligas camponesas, influenciadas pelas políticas da Guerra Fria, ainda levaria um ano para ser realizada. O presidente da Liga, Nestor Vera protestou contra a ação em telegramas ao Presidente Eurico Gaspar Dutra e aos chefes dos partidos políticos que participavam da Assembleia Constituinte. “A polícia local fechou a Liga Camponesa”, Veras escreveu, “apreendendo seus arquivos e impedindo o direito de organização aos pacíficos trabalhadores do campo”.⁴¹

Veras atribuiu ao delegado Calabrese, uma autoridade sustentada pelas estruturas locais de poder, o papel central. Calabrese tinha advertido os camponeses sobre formalizar a fundação da Liga, e Veras tinha publicado o estatuto da fundação no *Diário Oficial da União* e a papelada foi legalizada em cartório. Mas, para os fazendeiros, as ações tomadas por Veras para fortalecer a liga somente pareciam mais ameaçadores. “As justas reivindicações em torno dos problemas mais sentidos do nosso camponês fortaleciam a estrutura da liga”. Veras disse à reportagem do *Notícias de Hoje*, “devendo ser este o motivo principal que levou a polícia e demais autoridades a determinar o seu fechamento”. O que aconteceu no Pontal revela verdades sobre as relações entre o campesinato e os fazendeiros e a incapacidade tanto dos proprietários quanto do Estado de tratar os camponeses com respeito. Como Calabrese disse, era de chicotadas que os camponeses precisavam e não de democracia.⁴²

Mesmo assim, houve outras tentativas de reestabelecer a liga de Santo Anastácio e os esforços para organizar os camponeses da região foram constantes, uma delas ocorreu em março de 1949, sendo brutalmente reprimida pela polícia.⁴³ Portela participou da assembleia, sua primeira atividade política, que mudaria sua vida. Ele lembra que foi organizado por comunistas locais com o objetivo de pleitear pela reforma agrária. “Para entregar àqueles arrendatários da minha origem que vinham do nordeste, que tabalhavam nessas condições

⁴¹ LEITE *A ocupação do Pontal*, p. 53 e BARRIGUELLI *Subsídios à história*, p. 208-10.

⁴² “Fechamento da liga camponesa de Santo Anastácio”. *NH*. 28 de junho de 1946. p. 5. Citado em BARRIGUELLI. *Subsídios à história*, p. 211-12.

⁴³ Segundo relato da polícia, foram sete camponeses feridos pelo ataque e um policial morto. Cesidio Pinto da Fonseca MONIZ. Delegado de Polícia. Delegacia da Polícia de Santo Anastácio, Estado de São Paulo. *Relatório do inquérito policial instaurado em Santo Anastácio relativamente à agitação comunista entre os trabalhadores agrícolas da região da Alta Sorocabana, vendo resultar no conflito verificado no dia 20 de março de 1949 naquela cidade*. 30 de março, 1949. Pomptuario 900. Deops. Arquivo do Estado de São Paulo.

leoninas, como nós chamamos, e passassem a ter terra própria e crédito para desenvolver um processo de reforma agrária”. Mas a polícia atacou a assembleia e os camponeses se defenderam. “Aí houve um massacre”, relata Portela. Muitos foram espancados e os que não conseguiram escapar foram presos. O relatório do delegado contou oito manifestantes feridos e um cabo da polícia de 30 anos de idade, José Luiz de França, que morreu no dia seguinte “em consequência da lesão recebida”. Entre os mais gravemente feridos, segundo o relatório, foi o Dr. José da Silva Guerra. Contudo, o que o delegado não revelou é como isso foi intencional. Lembra Portela: “Lá no meio, um médico que era espécie assim de nosso irmão, que prestava serviço de solidariedade muito grande para nós os trabalhadores rurais, que era militante do partido na época, ele foi extremamente torturado”. A tortura, visto como ferramenta de intimidação do movimento camponês, acabou gerando uma reação contrária. “Isso causou em todos nós”, o Portela me disse, “um impacto muito sério e a gente tomou a posição de revolta. Com isso, eu entrei no partido”.⁴⁴

Incluído na lista negra pelos fazendeiros locais e indignado com a brutalidade da polícia de Santo Anastácio, Portela aceitou uma nova tarefa, ir a Martinópolis, uma cidade a cerca de 50 km de distância, tentar organizar 500 famílias de arrendatários de terras para o plantio de algodão. Vendo como era alta a produção dos camponeses e algodão de preço bom, o dono da fazenda resolveu aumentar o aluguel quase 30 vezes. “Então, foi fácil para mim movimentar o pessoal para não pagar além do que foi trato”, ele lembra. “O povo naquela época era fácil de mobilizar. A população não tinha influência da imprensa falada nem escrita, não tinha outros veículos políticos que quisessem influir contrário. Nós era a única alternativa”. Mas Portela manteve sua filiação partidária em segredo, e utilizou um argumento de justiça social defensiva para inspirar os camponeses para que se reunissem na cidade em protesto contra um aumento dos arrendamentos impostos arbitrariamente pelos fazendeiros. Entrando no fórum da pequena cidade com mais de mil pessoas, os camponeses escolheram Portela para negociar pelo grupo. Concordando em se reunir sozinho com um juiz e os advogados do terratenente, Portela de repente sentiu a gravidade da situação (“a dureza deles”) e concordou em adiar as negociações por oito dias. No final das contas, o adiamento deu ao juiz tempo para chamar um esquadrão policial. “Nós era umas crianças”, disse Portela. “Eles tinha jagunços, nós não tinha. Não tínhamos nada de organização”. O movimento foi reprimido, e Portela se tornou um fugitivo na região. “Ninguém mais me

⁴⁴ Entrevista com Portela, p. 5-6. MONIZ, *Relatório do inquérito policial*, p.16-17. Para mais sobre o ativismo de Portela nessa época, vide “Em marcha para a Conferência Nacional de Trabalhadores Agrícolas: Grande concentração em Presidente Prudente”. *NH*. 23 de julho de 1953.

aceitava como parceiro, como eles chamavam. Aí, eu me liguei ao movimento do partido através das organizações de massa”, eventualmente participando na formação da Ultab – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, fundado em 1954.⁴⁵

As atividades de militantes comunistas como Dias, Portela, Veras e Moraes foram suficientemente importantes para chamar a atenção do Presidente Vargas. Em setembro de 1952, o ministro do trabalho de Vargas, José de Segadas Vianna, relatou que seus espiões haviam obtido um memorando secreto do PCB sobre a distribuição e discussão de um comunicado oficial de Prestes em relação à estratégia revolucionária em São Paulo. O documento revelava que militantes no campo haviam obtido sucesso ao se reunirem com muitas centenas de camponeses no interior, incluindo 200 em Santo Anastácio, 40 em Araçatuba e 20 em Ribeirão Preto, os próprios lugares organizados por Veras, Portela, Moraes e Salla. O memorando de Vianna comparou esses sucessos rurais com uma anedota sobre uma cidade industrial nos arredores da capital onde, dizia-se, ativistas comunistas não haviam conseguido reunir nenhum trabalhador. O ministro enfatizou a “gravidade da infiltração [comunista] nas massas rurais” e pediu ao presidente que instruísse líderes do PTB para promover marchas de trabalhadores e outras manifestações populares para dar apoio à melhoria das condições dos camponeses e do padrão de vida agrícola.⁴⁶

O NOVO POPULISMO TRABALHISTA RURAL

Com seu memorando, Vianna alertou a administração sobre o ressurgimento de um ativismo rural comunista e solicitou com insistência que houvesse maior atividade do governo apoiando a reforma agrária para ajudar a enfraquecer o apelo dos militantes.⁴⁷ Esta foi uma função chave do ministro do trabalho: ajudar a diluir a influência de esquerdistas e apaziguar os trabalhadores por meio de reformas, ou pelo menos por meio da aparência de progresso rumo à reforma. Durante 1952, Vargas falou sobre a necessidade de melhorar

⁴⁵ Sobre a facilidade de organização, vide Entrevista com Portela, p. 7. Sobre “a dureza”, vide p. 9; de ser “crianças”, os problemas na região e Ultab, vide p. 10.

⁴⁶ “Carta de José Segadas Vianna a Getúlio Vargas, de setembro de 1952”. Documento no. 62. In: CRUZ et al. orgs. *Impasse na democracia brasileira*. p. 202-05.

⁴⁷ O próprio Vianna foi alvo de críticas em 1952, por sua lentidão em salvar o país do “perigo comunista” e dos “aventureiros demagógicos”, através de medidas trabalhistas do governo. Sofrendo pressões da direita e da esquerda, ele apresentou um pedido de demissão em janeiro. Mas Vargas recusou-se a aceitá-lo, mantendo Vianna no cargo até junho de 1953. D’ARAÚJO. *O segundo governo Vargas*, p. 111.

a situação dos trabalhadores rurais. Em janeiro, a CNPA – Comissão Nacional de Política Agrária, criada em julho de 1951 pelo Decreto-Lei número 29.803 – começou a estudar e compor soluções legislativas para os problemas da agricultura brasileira. Vargas também ordenou que a Comissão Nacional de Previdência Social propusesse uma legislação que incluísse os trabalhadores rurais no sistema de benefícios do seguro social. Em abril, Vargas discursou na 5ª Conferência dos Países Americanos membros da Organização Mundial do Trabalho, no Rio de Janeiro, e convocou o estabelecimento de padrões legais internacionais para o trabalho rural e o debate de sua implementação. No 1º de maio, ele transmitiu a notícia de que o ministro do trabalho havia recentemente completado o trabalho de codificação das leis sobre o trabalho rural e, em junho, ele enviou ao congresso um projeto de lei estabelecendo a agência do Serviço Social Rural (SSR)⁴⁸. Em setembro, chegou à mesa do presidente o memorando de Vianna sugerindo que o aparecimento do progresso rumo à reforma não havia obtido sucesso em satisfazer o campesinato.

Até o ano chave de 1953, Vargas limitou as ações de reforma agrária à manipulação de impostos e tarifas, tirando os lucros das exportações de café com a taxa de câmbio. Com grande poder político ainda nas mãos dos fazendeiros, um conceito mais amplo de reforma agrária permaneceu sendo tabu. A taxa de câmbio por si havia inspirado a fúria das organizações de produtores. Como comentou João Soares Maciel Filho, um dos assistentes mais próximos do presidente, “São Paulo não permitirá que o Brasil cresça além de São Paulo”. São Paulo defende sua hegemonia, ele acrescentou, uma “hegemonia determinada pelo maior número de cruzeiros (ou mil-réis) pagos pelo café”. Eleito para a presidência pela primeira vez, Vargas preferiu tomar uma posição conciliadora em relação a esses poderosos interesses, sabendo muito bem que a defesa de uma legislação que ameaçasse os direitos de propriedade rural e interferisse com as relações produtivas – duas bases essenciais do poder e do prestígio da dominação rural – poderia ser suicídio político.⁴⁹ Em 1953, entretanto, Vargas tomou várias medidas polêmicas que os fazendeiros acreditaram ameaçar seus privilégios.

⁴⁸ VARGAS. *O governo trabalhista*. Volume 2. p. 57; 422-28; 433; 439-40; 461-62. Segadas VIANNA. *O Estatuto do Trabalhador Rural*. p. 39-43. W. GODFREY, *Brazil: Economic and Commercial Conditions in Brazil Overseas Economic Survey*. Outubro de 1953. Londres: Her Majesty's Stationary Office, 1954. p. 58. Camargo. “A questão agrária”. p. 148-51.

⁴⁹ Sobre as ações de Vargas, vide D'ARAÚJO. *O segundo governo Vargas*. p. 96. MACIEL FILHO, citado em “Trechos da Carta de J.S. Maciel Filho a Vargas”. In: CRUZ et al. ed. *Impasse na democracia brasileira*. p. 157-61. Rene DREIFUSS, *1964: A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. (Petrópolis: Vozes, 1981). p. 31-2. Neste livro, o autor destaca a continuidade da força política dos proprietários de terra nos anos de 1950, apesar do crescimento da burguesia urbana e industrial.

Foi um ano difícil para o ex-ditador. A persistente inflação e uma balança de pagamentos negativa impediram o sucesso da estratégia de desenvolvimento econômico do governo. Embora afirmasse representar a luta brasileira por emancipação econômica dos interesses estrangeiros, ele perdeu controle de uma das questões mais explosivas que marcaram seu mandato: a campanha “o petróleo é nosso”, para nacionalizar as reservas de petróleo e o processo de refinaria. Em 1953, as ruas estavam cheias de pedidos de nacionalização da indústria petrolífera, e o PCB estava intimamente relacionado com este movimento popular.⁵⁰ Vargas também afirmou ter construído seu retorno à política baseado em um pacto com os trabalhadores, mas suas ações como presidente mostram-no indisposto a cumprir sua parte do acordo. Seu único ato concreto, aumentar o salário mínimo aos níveis de 1944 no final de 1951, pouco havia contribuído para melhorar o padrão de vida urbano, enquanto a economia agrícola havia continuado a deteriorar na ausência de uma política agrária, levando milhares de camponeses a entrarem no mercado de trabalho urbano – um fenômeno que prejudicou mais ainda a situação precária dos empregados industriais e comerciais. O crescente custo de vida havia se tornado tão intolerável que em março e abril mais de 300 mil trabalhadores industriais e comerciais e artesanais em São Paulo e no Rio de Janeiro saíram às ruas em uma série de greves sem precedentes, gravadas na história como a “Greve dos 300 mil”. Aqui novamente, o PCB, e não o PTB de Vargas, poderia reivindicar importante participação nesta mobilização popular, resultado de uma reorientação de linha estratégica a favor da sindicalização, apesar de contrariar assim, a linha dura do Manifesto de Agosto.⁵¹ Em maio, mais problemas chegaram ao presidente, quando um comitê de especialistas da CEPAL – Comissão Econômica da Organização das Nações Unidas para a América Latina, de inclinação esquerdista, reuniu-se em Campinas, para discutir a reforma agrária. Acompanhado por agrônomos da Organização para Agricultura e Alimentos, e dos governos brasileiro e paulista,

⁵⁰ Em resposta às propostas legislativas de Vargas, do fim do ano de 1951, o PCB desempenhou um importante papel no movimento do “petróleo é nosso”, resultando na criação da Petrobras, uma indústria estatal que coordenava todos os aspectos de exploração das reservas de petróleo brasileiro até 1997. Sobre a Petrobras e o PCB, vide Rodrigues. “O PCB”. p. 416. John WIRTH, *The Politics of Brazilian Develoment*. (Stanford: Stanford University Press, 1970). p. 189-206.

⁵¹ Para uma discussão geral da política desse período, vide SKIDMORE. *Politics in Brazil*. p. 112-27. Sobre a Greve dos Trezentos Mil, vide Moisés, José ALVARO. *A greve de massa e crise política (estudo da greve dos 300 mil em São Paulo, 1953-1954)* (Sao Paulo: Polis, 1978). p. 67-94. Sobre o PCB nesse momento, vide Maria Isabel FALEIROS, “Percurso e percalços do PCB no campo (1922-1964)”. Tese de doutorado História – Universidade de São Paulo, 1989, p. 169-91 e Paulo Ribeiro da CUNHA, *Aconteceu longe demais: a luta pela terra em Formoso e Trombas e a revolução brasileira (1950-1964)* (São Paulo: Editora da Unesp, 2007). p. 67-93.

o comitê da Cepal recomendou com insistência que Vargas realizasse seus objetivos declarados.

Em junho, Vargas deu vários passos significativos em resposta à pressão crescente vinda da esquerda. Em resposta ao relatório da Cepal, Vargas enviou ao Congresso uma proposta política agrária. Preparada pela CNPA, o projeto de lei foi elaborado com base em um relatório escrito um ano antes por um membro do comitê, chamado Pompeu Accioly Borges. O projeto de lei abriu caminho para o governo apropriar e distribuir terras consideradas subutilizadas por seus proprietários. Em essência, era um projeto de lei de reforma agrária, baseada nos artigos 141 e 147 da Constituição Federal de 1946, para legitimar a compensação justa por terras confiscadas com base no preço originalmente pago pela terra, sendo assim chamado “valor histórico”, mais ajustes pela inflação. O conceito de “valor histórico” foi rejeitado pela maioria das organizações de proprietários de terras que argumentaram que uma compensação justa devia ser baseada em valores atuais de mercado. Como a apropriação e distribuição de terras improdutivas era constitucional (artigo 147), o debate se centrou na questão da compensação.⁵²

No decorrer do mês, Vargas reestruturou seu governo, ao substituir seis dos sete membros civis de seu gabinete. Preocupado com o predomínio de militantes comunistas liderando os movimentos de greve de março e abril, ele substituiu o moderado Segadas Vianna como ministro do trabalho pelo mais dinâmico e popular João Belchior Marques Goulart, gaúcho e herdeiro aparente de Vargas e do trabalhismo. Sua nomeação foi uma das medidas tomadas por Vargas para bloquear o crescimento das mobilizações independentes, como as representadas pela “Greve dos 300 mil” e a campanha do “petróleo é nosso”. “As portas de meu gabinete estão abertas a todos os representantes, de fato, das classes trabalhadoras”, anunciou o novo ministro do trabalho, aludindo à

⁵² O projeto de lei da reforma agrária tinha o número 3.406-53, e foi enviada ao Congresso em junho de 1953, acompanhado pela mensagem presidencial de número 289-53. Vide P. A. BORGES, “Diretrizes para uma reforma agrária no Brasil”. In: DUARTE. ed. *Reforma Agrária*. Vide comentários de proprietários de terra em “Sobre as ‘diretrizes de uma reforma agrária’ da Comissão Nacional de Política Agrária, aprovadas pelo presidente da república”. *RSRB*. 32:383. Dezembro de 1952. p. 28-30. R. R. C. MELO FILHO, “Diretrizes para uma reforma agrária no Brasil”. *Brasil Rural*. 6:122. Setembro de 1952. p. 9-14. Os terratenentes acreditavam que deveriam ser compensados de acordo com os atuais preços de mercado, e apresentaram à CNPA uma proposta de lei que incluísse essa ideia; o resultado da votação foi de 8 a 5 a favor do preço histórico, no dia 2 de junho. Curiosamente, Alkinder Junqueira, um membro da CNPA e presidente da CRB, votou com a maioria, contra a posição de sua organização, da SRB e da FARESP. Vide “Reforma agrária”. In: *Brasil Rural*. 128. Março de 1953. p. 22-37. “Inconstitucional a indenização pelo custo histórico”. *Brasil Rural*. 133. Agosto de 1953. p. 20-24. “Atividades da sociedade rural brasileira em 1953”. *RSRB*. 34:401. Agosto de 1954. p. 22-24.

recém-estabelecida vontade do PTB de trabalhar em colaboração com o PCB, na tentativa de fortalecer o primeiro partido e enfraquecer o segundo. Em outubro, Vargas tomou a liderança na campanha do petróleo, também ao estabelecer um monopólio estatal do petróleo através da criação da Petrobras.⁵³

Apesar destas reformas, ou talvez por causa delas, cresceu a oposição a Vargas, fazendo com que alguns lembrassem das tensões que o tiraram do poder em 1945.⁵⁴ A nomeação de Goulart apenas pareceu agravar os oponentes conservadores do presidente, e a paz que isso trouxe ao movimento sindical não prometia ser longa, a menos que medidas reais fossem tomadas para satisfazer as necessidades dos trabalhadores.⁵⁵ As pressões sobre o governo eram muitas e uma vez que a maioria delas dizia respeito à economia, as demandas dos produtores de café tiveram de ser tratadas com sensibilidade. O uso do café como fonte de receita do governo enraiveceu os fazendeiros e fez com que a FARESP, um grupo de interesse corporativo do governo federal, juntasse uma série de organizações agrícolas em São Paulo no mês de junho.⁵⁶ O encontro incluía representantes da SRB, domi-

⁵³ Sobre a greve e as novas nomeações, vide MOISÉS. *A greve de massa*. p. 67-94 e capítulo 2 de Jorge FERREIRA. *O imaginário trabalhista. Getulismo, PTB e cultura política popular (1945-1964)*. (Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2005), p. 99-161. D'ARAÚJO. *O segundo governo Vargas*. p. 113-26. Para a citação de Goulart, vide A. BOITO. *O golpe de 1964: A burguesia contra o populismo*. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 85 e L. DELGADO. *PTB: Do getulismo ao reformismo (1945-1964)*. (São Paulo: Marco Zero, 1989). p. 149. Sobre a Petrobras, vide SKIDMORE. *Politics in Brazil*. p. 97-100.

⁵⁴ J. DULLES. *Vargas of Brazil: A Political Biography*. Austin: University of Texas Press, 1967.

⁵⁵ Alguns líderes da UDN acusaram Goulart de usar o ministério do trabalho para estabelecer uma perigosa “república sindicalista”, enquanto outros viam-no como um agente comunista, decidido a subverter completamente a economia política brasileira. Vide M. BENEVIDES, *A UDN e o udenismo: Ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981). p. 83-87 e FERREIRA, *O imaginário trabalhista*, cap. 2. Para acalmar as reivindicações dos trabalhadores, no início de 1954, Goulart apoiou um aumento de 100% no valor do salário mínimo, uma proposta ridícula, na opinião do novo ministro das finanças, Osvaldo Aranha. D'ARAÚJO. *O segundo governo Vargas*. p. 123-24.

⁵⁶ No dia 8 de fevereiro de 1946, a FARESP registrou-se junto ao ministério da agricultura, sob o decreto-lei número 8.127-45, decretado por Vargas, para a consternação da SRB, pouco antes de sua queda (vide capítulo 2). A lei buscava criar uma voz que competisse com a da SRB. De acordo com um breve histórico publicado no órgão oficial da FARESP, *Brasil Rural*, (nº 128, março de 1953), a Federação das Associações de Pecuária do Brasil Central (fundada em Barretos, em 1942) e a União das Associações Agropecuárias do Brasil Central (fundada em 1945) se uniram para formar uma nova entidade. Ao contrário do que desejava Getúlio Vargas, os eventos de 1953 criaram maior unidade dentro da burguesia agrária e entre suas organizações – uma tendência incentivada pela primeira conferência rural brasileira, de outubro de 1952, por ocasião da qual a CRB foi fundada, o grupo que abrigava em seu guarda-chuva todas as federações estaduais, com a Faresp. Vide “Primeira Conferência Rural Brasileira”. *Brasil Rural*. nº.123. Outubro de 1952. p. 19-20. Iris MEINBERG. “Mobiliza-

nada pelos fazendeiros de café que buscavam associar-se à FARESP em oposição ao projeto de lei de reforma agrária de Vargas e em condenação à conferência “socialista” do Cepal realizada em Campinas.⁵⁷ Uma petição final, conjunta, evitava falar em reforma agrária e enfatizava a eliminação do “confisco cambial” injusto.⁵⁸ Enviada ao Ministro das Finanças Osvaldo Aranha, a petição argumentava que o “confisco cambial” tornava o café menos atraente enquanto investimento porque a política causava inflação, o que fazia subir o custo dos fertilizantes e de outros produtos necessários para aumentar a produtividade. Ao mesmo tempo, o “confisco cambial” restringia a lucratividade do café. O capital de investimento era mais rentável se colocado em imóveis, indústrias e áreas fronteiriças, onde o solo virgem ainda era naturalmente rico e não necessitava de tratamentos especiais. Enquanto isso, cafeicultores nas zonas tradicionais eram forçados a dispensar trabalhadores e abandonar antigas terras de cultivo por falta de capital. Os resultados foram trágicos, os requerentes do SRB-FARESP reclamavam: o ritmo do êxodo rural aumentara e agravara a falta de alimentos urbana. Estas condições demandavam medidas corretivas drásticas.⁵⁹

CONDIÇÕES DETERIORANTES, NOVAS ESTRATÉGIAS

As condições certamente haviam piorado para o café em 1953, mas eram os camponeses e não os proprietários que necessitavam urgentemente de ajuda, como demonstram os números relativos à renda comparativa (vide Figura 2). Embora a renda dos produtores variasse com a inflação, o salário dos colonos de café estava diminuindo a uma velocidade alarmante. Enquanto a petição dos produtores ga-

ção efetiva da classe agrícola”. *Brasil Rural*. nº.129. Abril de 1953. p. 26-28. Meinberg era presidente da FARESP nesse período.

⁵⁷ Na reunião em Campinas, agricultores de todo o mundo discutiram a necessidade de se expropriar latifúndios e distribuir a terra para o estabelecimento de pequenas propriedades. Os delegados da SRB enxergavam nessas discussões o cheiro de comunismo, e denunciaram a conferência em “A FAO e a reforma agrária: Revolução social tramada nos planos internacionais”. *RSRB*. 33:391. Agosto de 1953. p. 30-32. Ainda durante o encontro, a SRB votou para que a FARESP condenasse a proposta de reforma de Vargas. Vide “Atividades da Sociedade Rural Brasileira em 1953”. p. 22-24.

⁵⁸ Os ataques realizados por diferentes grupos de agricultores e terratenentes contra o projeto de lei da reforma agrária já estavam indo bem, ainda que vindos de campos diferentes. Vide “Reforma agrária”. *RSRB*. 33:389. Junho de 1953. p. 14-17. A. O. MACHADO. “Reforma agrária”. *RSRB*. 33:390. Julho de 1953. p. 60-62. “A FAO e a reforma agrária”. p. 30-32. MELO FILHO. “Institucional a indenização pelo custo histórico”. p. 20-4. Com toda a pressão contra a proposta, o Congresso engavetou-a até os anos de 1960. CAMARGO. “A questão agrária”. p. 150-51.

⁵⁹ “Memorial da Faresp a Osvaldo Aranha”. In: *Impasse na democracia brasileira*. p. 184-188.

rantia a concessão de um bônus do governo de Cr\$5,00 por dólar em outubro, os colonos não receberam nem reajustes nem bônus.⁶⁰ Junto com os supostos atrativos da vida urbana, os baixos salários fizeram com que os trabalhadores rurais deixassem as fazendas, apenas para serem substituídos por milhares de nordestinos atraídos pela força comparativa da economia de São Paulo. Durante o curso destas décadas de suposto êxodo rural, o número de pessoas empregadas na agricultura, na verdade, aumentou (vide tabela 8). Mas o declínio da qualidade de vida rural deve ter sido desagradável para todos os trabalhadores rurais – tanto para os antigos quanto para os recém-chegados. Quando o café reinava, alguns produtores investiram em suas fazendas: construía escolas para os colonos e seus filhos, forneciam serviços médicos, mantinham e melhoravam as construções e patrocinavam bailes e outros eventos sociais. Se no passado estas atrações não eram universalmente proporcionadas, na década de 1950 elas se tornaram cada vez mais raras.⁶¹

Tabela 8: Pessoas Economicamente Ativas em Grandes e Médias Fazendas do Estado de São Paulo, 1950-70

Categoria	1950	1960	1970
Empregadores	32,696 (4.5%)	36,367 (4.8%)	32,640 (6.5%)
Empregados Permanentes	519,629 (71.9%)	419,729 (56.0%)	288,308 (57.3%)
Empregados Temporários	170,429 (23.6%)	292,816 (39.2%)	181,962 (36.2%)
Total	722,754 (100%)	748,812 (100%)	502,910 (100%)

Fonte: Adaptação da tabela 44, São Paulo, Secretaria da Economia e Planejamento (SEPLAN), Trabalho volante na agricultura paulista (Estudos e Pesquisas no. 25) (n.d.), 170.

⁶⁰ DELFIM NETTO e PINTO. “The Brazilian Coffee”. p. 289. STOLCKE. *Coffee Planters*. p. 80.

⁶¹ Um impressionante exemplo de uma fazenda “ideal” é citado por Oscar K. MOORE, um funcionário do governo estadunidense, da área da agricultura, que visitou a Fazenda Iracema, perto de Ribeirão Preto, em 1950. O fazendeiro Alberto Whately esforçou-se para impressionar Moore, com as medidas que ele estava tomando para melhorar a qualidade de vida dos colonos. Cultivando café suficiente para saturar as necessidades de consumo de 36.400 consumidores de café por ano nos Estados Unidos, Whately esperava que sua fazenda servisse de modelo para outros fazendeiros. Todas as residências de colonos tinham eletricidade, e cada uma delas tinha também um rádio; lavanderias permitiam que a roupa fosse lavada longe do leito do rio; uma biblioteca tinha revistas estadunidenses; atividades planejadas de recreação incluíam um salão social, com um fonógrafo e espaço para bailes; um médico e um dentista faziam visitas regulares; e três anos de escolaridade eram fornecidos. Como Henry Ford, também famoso por oferecer acomodações modelo para seus trabalhadores, o paternalismo de Whately não era de todo um gesto de generosidade. Ele impunha a seus colonos padrões de limpeza e de conduta pessoal, sancionados por meio de multas e ameaças de expulsão. Além disso, ele descontava dos salários dos colonos os gastos com eletricidade e assistência médica. Vide MOORE to United States Department of State (USDS). “A Modern Sustained-Protection Coffee Fazenda”. 13 de janeiro de 1950. RG 59. Decimal File (DF) 832.2333 (Microfilme 1489/21). DS/USNA.

Na década de 1940, por exemplo, a família de João Geraldo, colonos imigrantes italianos, mudou-se da Fazenda Dumont para a Fazenda São João perto de Jardinópolis, uma cidade ao norte de Ribeirão Preto. A família tinha um contrato padrão de “colono” com o direito de criar gado, pois a família tinha conseguido adquirir algum gado de corte, suínos, uma vaca leiteira e alguns animais de trabalho. Mas em 1947, o proprietário Paulo Prado reclamou dos baixos preços do café e eliminou o direito da família de usar a pastagem. Ele resolveu alugar a terra que a família usava. Incapaz de encontrar outro acordo com direito ao uso da terra, a família vendeu os animais e mudou-se para Ribeirão Preto, dividindo o peso de cuidar de seus oito filhos com vários parentes.⁶²

Entre os imigrantes vindos do Nordeste, a história de Zildete Ribeiro do Desterro é igualmente reveladora. Ela lembra ter morado na Fazenda Santa Cruz em Colina no início da década de 1950. As condições eram boas nesta fazenda, localizada aproximadamente 80 km ao noroeste de Ribeirão Preto. Sua casa era mantida em bom estado, mobiliada e pintada. Sua família tinha liberdade de ir e vir à fazenda quando quisesse. Alimentavam-se bem dos porcos, frangos e gado que criavam em um terreno perto de sua casa. Contudo, por volta de 1956, uma doença na família fez com que se mudassem de volta para seu estado de origem, a Bahia. Após dois anos de ausência, voltaram à fazenda e descobriram que as casas não haviam sido bem conservadas e que o direito de uso da terra dos colonos havia sido restrito. Com o passar dos anos, as condições pioraram: eles tinham de pedir permissão do fazendeiro para ir e vir da fazenda; eram proibidos de se reunir com as outras famílias; e não era fornecido material para a manutenção das casas. A família mudou-se para a cidade em 1963.⁶³

Os descontentamentos crescentes de colonos como Geraldo e Desterro mantiveram o caminho aberto para o movimento comunista no interior. Esta situação encorajou militantes como Dias, Portela e Moraes a se afastarem de uma adesão completa do Manifesto de Agosto. À luz de seu pragmatismo, o fracasso de políticas passadas e a abertura política promovida por Vargas, os líderes partidários finalmente endossaram uma estratégia para trabalhar com os sindicatos existentes. O apoio a esta mudança ficou mais forte quando Goulart tornou-se ministro do trabalho. “Pela primeira vez, desde 1946”, duas estudiosas brasileiras observaram, “os comunistas passaram a gozar de uma margem de liberdade oficiosa para atuar naquele que seria seu meio por excelência: as classes trabalhadoras”.

Enquanto a lei sempre havia sido um importante instrumento organizador para o PCB, sua importância cresceu com as ações de Goulart para insti-

⁶² João GERALDO. Entrevistado pelo autor, Ribeirão Preto, 7 de julho de 1989.

⁶³ Zildete DESTERRO. Entrevistado pelo autor, Ribeirão Preto, 5 de julho de 1989.

tucionalizar a repetida promessa de Vargas de estender as leis trabalhistas urbanas aos trabalhadores rurais. Quando Goulart tocou no assunto de acolher a sindicalização rural, os fazendeiros e seus aliados reagiram com hostilidade. Um editorial de *O Estado de S. Paulo* de 1953 condenou a proposta de Goulart dizendo, “o que há de mais perigoso nisso é a deliberação assentada pelos que detêm a posição de mando do setor trabalhista no país em apelar franca e deliberadamente para a colaboração das forças comunistas”. O jornal “denunciou” tal conversa “sem hesitação”.⁶⁴ Entretanto, quanto mais hostis os conservadores se tornavam, mais parecia aos comunistas que a própria lei tinha a capacidade de virar o mundo dos fazendeiros de cabeça para baixo. O poder em potencial dos sindicatos, junto com condições de vida e de trabalho decadentes, inspirou alguns camponeses a darem o salto do estágio de resignação quieta e busca migratória infundável por um destino melhor à ação conjunta com seus companheiros de trabalho. O próprio direito de formar um sindicato para levar adiante interesses coletivos, ouvidos no rádio, discutidos por aqueles alfabetizados que podiam ler os jornais e ocasionalmente debatidos por políticos, parecia bom para Natal Siviero, um camponês itinerante em Mogiana Alta que se aproximou do PCB em 1953.⁶⁵

Pode-se dizer que Siviero começara um caminho rumo ao comunismo já no início de sua vida. “Desde muito novo eu rompi com a religião”, ele lembrava durante uma entrevista dada em 1988, “Porque se você por Deus a coisa já tinha se resolvido há dois mil anos atrás. Olhei bem o tempo assim, vi o sofrimento do povo, achei que a religião era uma grande mentira, até cabeluda”.⁶⁶ Aos 45 anos de idade, a maior parte da vida de Siviero já havia passado quando ele decidiu ter encontrado algo melhor que a religião, no Partido Comunista. O presidente do comitê regional em Ribeirão Preto, Antônio Giroto, pediu a ele que fosse a uma depois a outra fazenda de cana para encontrar trabalho e, se encontrasse apoio, iniciar campanhas de sindicalização. Siviero não encontrou trabalho nas grandes fazendas em São Martinho e Sertãozinho, onde Giroto esperava organizar os trabalhadores. Mas logo foi empregado na Fazenda Martinópolis – uma plantação de cana situada em

⁶⁴ Ângela Maria de Castro GOMES & Maria Celina Soares D’ARAÚJO. “Getulismo e trabalho: tensões e dimensões do PTB” (mimeo).

⁶⁵ Natal SIVIERO; Nazareno CIAVATTA. Transcrição de entrevista concedido ao autor. Ribeirão Preto, 20 de outubro de 1988. AEL/Unicamp. (Transcrição Natal SIVIERO/Nazareno CIAVATTA.). O editorial de 30 de julho de 1953 de *O Estado de S. Paulo* é citado em Delgado, PTB. p. 148-49

⁶⁶ N. SIVIERO; N. CIAVATTA. Transcrição de entrevista com Sebastião Geraldo. Ribeirão Preto, 1988. Fita 2, lado 1. p. 9. AEL/Unicamp. (Transcrição Natal SIVIERO/Nazareno CIAVATTA, entrevista a Geraldo. 2/1:9)

Serrana, nos limites de Ribeirão Preto, de propriedade, junto com uma usina de açúcar, de Jamil Cury.⁶⁷

Siviero encontrou os trabalhadores da Fazenda Martinópolis descontentes e com inúmeras queixas. A fazenda pagava aos homens cortadores de cana menos do que metade do salário mínimo estipulado por lei; as mulheres ganhavam ainda menos do que os homens.⁶⁸ Além disso, o aluguel era descontado do pagamento dos trabalhadores que moravam nos casebres da fazenda, “casas muito sujas, imundas”, e o mercadinho da fazenda vendia os “piores produtos” a preços muito altos. Frente a esta situação, Siviero começou a conversar com os outros trabalhadores para formar um sindicato. A discussão cresceu para que se incluíssem pessoas da cidade e trabalhadores de uma usina de açúcar próxima à fazenda, a Usina da Pedra. Contatou Giroto, pedindo ajuda, e recebeu um pacote com material, especificando os passos necessários para formar um sindicato.

Contudo, antes desses planos serem realizados, a polícia o prendeu e o levou a São Paulo para ser interrogado pelo Deops, a infame divisão “social e policial” do aparato repressivo do Estado. Os interrogadores o intimidaram, afirmaram que ele era um agitador comunista e o pressionaram a confessar suas atividades subversivas. Siviero negou as acusações, dizendo que “não conhecia os comunistas e que não sabia o que era comunismo”. Isso podia muito bem ser verdade, dada a sua rápida apresentação do partido através de Giroto. Siviero recorda ter explicitado suas atividades à polícia, ao dizer a ela que estava “cumprindo uma tarefa do Getúlio Vargas, que Getúlio tinha lançado um livreto para os trabalhadores da roça formarem sindicato”, continuou Siviero. Os interrogadores continuaram pressionando, querendo saber a religião de Siviero. “Olha se eu falar que tenho uma religião, eu tó mentindo”, respondeu. “É comunista!”, concluíram os agentes do Deops. Pelo menos foi assim que nos contou os acontecimentos.⁶⁹

É impressionante que, como Siviero recorda, questões teológicas preocupassem mais a polícia do que questões políticas. Durante os anos Dutra, agentes

⁶⁷ Transcrição Natal SIVIERO/Nazareno CIAVATTA, entrevista a Geraldo. 4/2, p. 1-2.

⁶⁸ De acordo com Siviero, quando o salário mínimo era de Cr\$64,00 por dia, Martinópolis pagava aos homens Cr\$45,00 e às mulheres Cr\$40,00 por dia de trabalho. Transcrição Natal SIVIERO/Nazareno CIAVATTA. p. 1. A memória de Siviero pode tê-lo enganado. O Decreto-Lei número 30.342 de 24 de dezembro de 1951 estabelecia um mínimo de Cr\$3,46 por hora e um pagamento diário de Cr\$27,66 por oito horas de trabalho. Até sob as piores condições, poucos cortadores trabalhavam mais do que 14h por dia. Isto daria um máximo de Cr\$48,00 por dia. Em 1954, no entanto, o salário mínimo foi aumentado em 1º de maio, com o Decreto-Lei número 35.450. Desde então, os salários se assemelham mais aos mencionados por Siviero. O pagamento por hora era de Cr\$7,92, dando um total de quase Cr\$64,00 por uma jornada de trabalho de oito horas.

⁶⁹ Transcrição Siviero/Ciavatta. p. 3. Transcrição Natal SIVIERO/Nazareno CIAVATTA, entrevista a Geraldo. 2/1, p. 6.

do Deops reprimiram de forma agressiva a militância rural, incluindo a mobilização das ligas camponesas e os posseiros em Porecatú. Mas, com a eleição de Vargas, as linhas entre comportamento adequado e inadequado do campesinato pareceram confundir-se. Os agentes do Deops disseram a Siviero que haviam investigado suas acusações contra a Fazenda Martinópolis e descoberto serem verdade. O fazendeiro estava violando leis trabalhistas. Decidiram classificar Siviero como ser sindicalista ao invés de comunista, concluindo que não havia nada de ilegal em suas atividades. Essa era uma mudança incrível em relação ao comportamento passado do Deops, o que poderia indicar a natureza de transição do período. As reformas instituídas por Vargas em 1953 podem ter salientado o crepúsculo da classe dirigente rural, e o despertar de uma nova hegemonia, baseada no trabalhismo. Não havia mais certeza de quem ou o que estava certo ou errado. Na sua maneira de lidar com Siviero, o Deops agiu de forma a apoiar a visão de mundo trabalhista. Após um processo de interrogação e investigação que durou dois meses, eles o deixaram ir. Um novo dia parecia ter chegado. Contudo, Siviero não estava tão certo disso. Após ser libertado, ele retornou a Ribeirão Preto determinado a não chamar a atenção por um tempo.⁷⁰

A CONFERÊNCIA NACIONAL DE TRABALHADORES AGRÍCOLAS

Os esforços de Siviero para organizar os cortadores de cana da Fazenda Martinópolis se encaixavam em um plano maior do PCB, de institucionalizar um movimento nacional de trabalhadores rurais, um plano que tanto respondia às intenções anunciadas de Vargas e Goulart quanto oferecia oportunidades para levar além os limites da incorporação formal. Em meados de 1953, por exemplo, os militantes utilizaram seus contatos nas fazendas de todo o estado para coletar assinaturas em homenagem a Joseph Stalin, o ditador soviético que havia falecido recentemente. Até o final de junho, mais de 14 mil assinaturas haviam sido coletadas, centenas de fazendas em Araçatuba, Valparaíso, Guararapes, Miguelópolis, Marília e outras cidades de São Paulo. Com o tempo, militantes partidários em todo o país começaram a criar o apoio para a realização da CNTA – Conferência Nacional de Trabalhadores Agrícolas.⁷¹ Duas reuniões seriam realizadas clandestinamente no início de

⁷⁰ Transcrição Natal SIVIERO/Nazareno CIAVATTA, entrevista a Geraldo. 2/1, p. 4, 7.

⁷¹ Sobre Stalin, vide “Assinaturas em homenagem a Stalin”. *NH*. 24 de junho de 1953. (Agradecimentos a John French pela cópia desse artigo). Sem indicar fontes, a especialista em trabalho rural no Brasil, a socióloga Leonilde Sérvo de Medeiros, chamou a CNTA de Primeiro Encontro Nacional dos Trabalhadores Agrícolas. Tanto Lyndolpho Silva, que era um burocrata da “Seção do Campo” do Comitê Central do PCB, como Lygia Sigaud, uma antropóloga, especialista em

setembro, uma em São Paulo e a outra em Recife – a primeira reunindo representantes das organizações de trabalho rural dos estados do Centro-Oeste, Sudeste e do Sul, e a segunda servindo aos representantes dos estados do Norte e Nordeste. A inspiração para estes eventos advinha da decisão do PCB de globalizar a luta dos camponeses no Brasil, seguindo orientações da UISTAF – União Internacional Sindical dos Trabalhadores Agrícolas e Florestais, um departamento da FSM – Federação Sindical Mundial. A FSM constituía uma organização de trabalhadores do mundo inteiro, especialmente dos da União Soviética. O tamanho das organizações sindicais soviéticas foi tão significativo que os comunistas conseguiram determinar a política da FSM durante a Guerra Fria, e a entidade foi utilizada na luta pela afiliação de centrais sindicais contra entidades paralelas dirigidas pelos aliados do governo dos EUA. Para participar na II Conferência Internacional da UISTAF, programada a acontecer em Viena, Áustria, no mês de outubro, o PCB precisava eleger oito delegados. Para cumprir esta agenda, a mobilização dos camponeses foi intensificada em todos os cantos do país onde o PCB tinha militantes.⁷²

Em São Paulo, Moraes foi um dos militantes mais bem sucedidos dentre os enviados para gerar apoio para a conferência. À pedido do partido, ele se mudou para o oeste de Araçatuba, capital da região da Alta Paulista, para Valparaíso, onde encontrava-se um número maior de camponeses. Como Porecatu no Paraná, Valparaíso fazia parte da fronteira do café. Com o aumento dos preços do café na década de 1950, era na Alta Paulista que se encontravam mais de 30% dos pés novos plantados em São Paulo.⁷³ Lá, Moraes engajou-se em uma arriscada e reveladora campanha de organização entre os colonos da Fazenda Aguapeí, uma grande plantação de café que pertencia a Geremia Lunardelli, o grande senhor de terras que ele e os posseiros haviam confrontado poucos anos antes.⁷⁴

assuntos ligados ao campo, denominaram o evento de I Conferência Nacional de Trabalhadores Agrícolas. Vide MEDEIROS. *História dos movimentos*. p. 30. Transcrição SILVA. Parte 1. p. 9. SIGAUD, L. “Congressos Camponeses (1953-1964)”. *Reforma Agrária*. 11:6. Novembro/dezembro de 1981. p. 3. Minha interpretação é um pouco diferente já que, até junho de 1954, ninguém falou de outra conferência. Até lá a CNTA era a única CNTA.

⁷² FALEIROS (“Percurso e percauços”. p. 173) afirma que foram as relações com a UISTAF que “definiu o trabalho do PCB nesse período da emergência da organização dos trabalhadores rurais a nível nacional.” Contudo, ela ignora o fato do que o polo capitalista já estava mobilizando para organizar o campo, como demonstra a reunião da FAO no Rio de Janeiro em junho. Da Guerra Fria e sindicatos brasileiros, Vide Clifford WELCH. *Internacionalismo trabalhista: O envolvimento dos EUA nos sindicatos brasileiros, 1945-1965*. *Perseu: História, Memória e Política* v.3, p. 184-219, 2009.

⁷³ FAO *et al.* “A indústria do café”. p. 19.

⁷⁴ Para um relato do episódio de Valparaíso e da militância de Moraes, vide WELCH, GERALDO. *Lutas camponesas*. p. 125-39. Vide também Transcrição MORAES. Parte 1. p. 17-18.



Geremia Lunardelli (centro) recebe a Medalha da Perseverança de Vargas (à direita) em julho de 1952. Não chegava a fazer um ano desde que Lunardelli e a Polícia Militar haviam vencido “com perseverança” a batalha contra os camponeses resistindo expulsão das terras que ele alegava serem suas, no Paraná; em 1953, ele enfrentou mais uma campanha organizada pelo PCB em sua fazendas de café, em Valparaíso, São Paulo. Foto: Cortesia do Arquivo Fotográfico de *Última Hora*, do Arquivo do Estado de São Paulo.

No Paraná, Lunardelli conseguiu tirar os intrusos das terras que vendeu; em sua fazenda de Valparaíso, os camponeses empregados por ele queriam acesso à terra. Eles haviam sido contratados dentro do novo sistema de empreitada e, diferentemente dos colonos tradicionais, os trabalhadores de Lunardelli não possuíam nenhum direito ao uso da terra. A cláusula deste direito contratual, uma característica marcante do sistema de colonato em São Paulo, tornou-se a exigência central de um boletim que Moraes imprimiu para distribuir na fazenda.⁷⁵

Até se chegar ao estágio de definir exigências como essa, passaram-se vários meses. Moraes afirma que, quando chegou em Valparaíso, seu principal contato era um pobre zelador que cuidava da prefeitura. Baiano, ele convidou Moraes para dividir sua cabana no celeiro municipal. Parece, contudo, que mais

Curiosamente, o militante comunista, companheiro de Moraes na Guerra de Porecatu, o Hilário Gonçalves Pinha (Itagiba), comentou sobre os sucessos do PCB em Valparaíso numa entrevista concedida a uma pesquisadora da USP nos anos de 1980. Vide FALEIROS. *Percurso e percalços do PCB no campo*, p. 189.

⁷⁵ Transcrição MORAES. Parte 1, p. 19. O panfleto foi impresso por correligionários em Araçatuba. Provas de sucessos anteriores dos comunistas em Valparaíso podem ser encontradas em “Assinaturas em homenagem a Stalin”.

terreno havia sido conquistado por organizadores anteriores do que se recorda Moraes, pois até junho alguém havia conseguido coletar as assinaturas em homenagem a Stalin de 64 residentes de Valparaíso e de 133 trabalhadores da Fazenda Santa Helena, que ficava nas proximidades. Entretanto, Moraes conta uma história que enfatiza distintamente sua luta solitária e heroica para organizar os trabalhadores da região. Ele assim o fazia ao frequentar botecos, localizados na periferia de Valparaíso, compartilhando doses de pinga com camponeses ao cavar informações, simpatizantes e pistas sobre a situação local. Aos poucos, retornando aos mesmos bares, ele lembra ter ganhado a confiança deles, pois começaram a contar-lhe histórias sobre suas condições de trabalho. Aos poucos também ele estimulava-os a exigirem seu direito de se unirem, formar um sindicato, e lutar pelo que era seu de direito – como os trabalhadores da cidade estavam fazendo. A base do movimento cresceu lentamente, com os trabalhadores trazendo amigos aos botecos para escutar o que Moraes tinha a dizer.⁷⁶

Apesar do envolvimento de um número significativo de trabalhadores rurais, Moraes recorda que eles relutavam em tomar a iniciativa. Em sua opinião, a função de um agitador profissional era bastante limitada. Ao entrar em uma nova área, ele gostava de pensar em si como servindo para ajudar as pessoas a identificarem seus problemas, definirem suas exigências, selecionarem seus próprios líderes e estabelecerem suas próprias organizações, antes dele seguir para a próxima tarefa. Em geral, ele mantinha sua filiação ao PCB escondida de todos, a não de ser um grupo central ou célula de confiança. Em Valparaíso, foi bem-sucedido em formar uma célula de três colonos de café, mas estes pouco faziam quando ele não estava lá pessoalmente para impulsioná-los adiante. Frustrado, formou uma aliança com um improvável guerreiro camponês: Joaquim Quirino, capataz dos jagunços de Lunardelli. “Então, eu conversando um dia com o chefe dos jagunços”, Moraes contou. “Bati um papo com ele lá em Valparaíso e ele disse, ‘Olha, eu topo, esse negócio de sindicato aí, é bom’”. “Eu não sabia quem era ele”, Moraes nos falou. Só depois disso, um “companheiro” o explicou: “‘Ih moço, você não pode falar com esse homem. Esse homem é o capataz dos jagunços lá da fazenda’. Eu respondi: ‘Bom, mas agora eu já falei. E daí, o que vai acontecer?’” Moraes teve medo após tomar conhecimento da reputação de Quirino, de um fiel e cruel cumpridor das ordens de Lunardelli, mas era tarde demais: ele já havia marcado um encontro com o jagunço e Quirino trouxe consigo sua gangue. “Todos eles vieram armados de faca e punhal”, lembra Moraes, que procurou fazer amizade com o capataz. Mas Quirino já simpatizava com os problemas dos camponeses e apoiava a ideia de formar um sindicato.

⁷⁶ Transcrição MORAES. Parte 1, p. 23-24. O exemplo estabelecido pelos trabalhadores urbanos com suas greves de março e abril era importante para o sucesso dos esforços de Moraes.

Em um encontro posterior, Moraes trouxe o boletim e, quando sugeriu que o distribuíssem em segredo à noite, o jagunço disse que não. “Daí ele determinou, tipo ditatorial, tipo capataz mesmo” disse Moraes. Ao comando de Quirino, o boletim circulou abertamente pela manhã.⁷⁷

As realizações de Moraes chamaram a atenção do comunista responsável, o Lyndolpho Silva, que pressionou Moraes a conseguir apoio para a conferência nacional vindoura.⁷⁸ Os camponeses de Valparaíso concordaram com prazer. Em uma estratégia digna de nota, Moraes e Quirino reuniram mais de mil trabalhadores rurais na praça central da cidade, tirando rapidamente sua foto e dispersando a multidão antes que a polícia tivesse tempo de reagir à reunião ilegal.⁷⁹ Moraes havia preparado faixas exigindo a legalização dos sindicatos rurais e proclamando o apoio dos camponeses de Valparaíso para a CNTA. A foto foi publicada na imprensa comunista como prova material da profundidade da penetração do partido no interior. “Dessa assembleia (...) criou uma confusão nas demais delegacias”, conta Moraes. “eles se perguntaram: ‘Como é que deixaram os comunistas se reunir assim na praça de Valparaíso?’ Valparaíso é uma cidadezinha e tem polícia, não era pra deixar”. Na memória dele, a foto da manifestação “abriu um precedente e (...) a legalidade da Ultab saiu de Valparaíso”.⁸⁰

⁷⁷ Transcrição MORAES. Parte 1, p. 18-25.

⁷⁸ Transcrição SILVA. Parte 1. p. 2-3; 9. Nascido em 1924, num sítio em Barro do Pirai, no Estado da Guanabara (atual Estado do Rio de Janeiro), Silva me contou que entrou para o partido em 1947; em 1952, o comitê central pediu-lhe que trabalhasse em tempo integral no desenvolvimento de um movimento nacional de camponeses. Foi então que ele começou sua carreira como um “revolucionário profissional”, a qual teve continuidade até o final de sua vida em 2005. Consulta também Paulo Ribeiro da CUNHA. *O camponês e a história: a construção da Ultab e a fundação da Contag*. (São Paulo: Instituto Astrojildo Pereira, 2004). Em suas memórias, Moraes entra em contradição com Silva, afirmando que foi Heros Trench quem o contactou em Valparaíso. Vide WELCH & GERALDO. *Lutas Camponesas*. p. 134. De fato, as fontes primárias não confirmam a versão de Silva participar no nível nacional até setembro de 1954. A primeira vez que seu nome apareceu em *Terra Livre* foi julho de 1954, quando listado como um dos 500 sindicalistas que assinou o manifesto em apoio da II CNTA, como “Diretor da Associação dos Lavradores de Coqueiros do Distrito Federal.” A segunda vez foi em setembro de 1954 quando foi eleito 1º secretário da Ultab e descrito como “Lindolfo Silva – possessor do Distrito Federal.” “Geraldo Tibúrcio eleito presidente da Ultab.” *TL*. Ano V, n. 49, 2ª quin. de set. – 1ª quin. de out., 1954, p. 2

⁷⁹ Transcrição MORAES. Parte 1. p. 16. Ao invés de se reunirem na praça, os trabalhadores se reuniram em pequenos grupos em bares dos arredores, ou ainda em lugares dispersos das proximidades. No momento combinado, eles se reuniram na praça, abriram as bandeiras que trouxeram escondidas, abanaram para a câmera, e se dispersaram rapidamente.

⁸⁰ Transcrição MORAES. Parte 1. p. 17. No caso, a memória falhou o Moraes e a “legalidade” da Ultab – a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil teria que esperar mais um ano. De fato, ULTAB nunca chegou ser reconhecida pelo governo e por isso nunca foi

Realizada em São Paulo nos dias 5 e 6 de setembro, a Conferência Nacional de Trabalhadores Agrícolas não exigiu o reconhecimento formal dos sindicatos rurais como reivindicação fundamental. Influenciado, em parte, por sua experiência em Porecatu, os militantes do partido orientaram a conferência para dar ênfase à reforma radical da posse da terra, ao confisco e distribuição de latifúndios e terra de propriedade estrangeira, à abolição de acordos de parceria “feudal” como o meeiro e ao barateamento de crédito para pequenos agricultores. Foi, também, uma demonstração de apoio dos trabalhadores urbanos para os trabalhadores rurais, com base na convicção do partido de que uma aliança entre os camponeses e operários era essencial para a construção do capitalismo e a eventual conquista do poder. Mas uma documentação confiável referente a este evento clandestino ainda não veio à superfície e sua história completa permanece escondida da história. Como já foi anotado, as fontes estão de acordo sobre um único objetivo do encontro, o objetivo de montar um congresso nacional para legitimar a eleição de delegados a participarem do congresso da UISTAF em Viena, um palco da Guerra Fria.⁸¹

O método de seleção de delegados não era muito democrático e resultou em algumas desventuras, se as lembranças de Moraes podem servir de guia, pois um dos delegados do encontro de Viena acabou sendo Quirino, o capataz de Valparaíso. Moraes lembra o quão impressionado ficou com o entusiasmo de Quirino para liderar os trabalhadores, mas ele não estava pronto para confiar ao pistoleiro segredos do PCB. Todavia, os altos escalões do partido precisavam de delegados para a conferência internacional e os sucessos públicos e dramáticos de Moraes e Quirino fizeram de Valparaíso uma fonte provável de representantes. “Um dia, o partido enviou Heros Trench a Valparaíso para obter um nome” para ir à conferência, conta Moraes. Nenhum dos trabalhadores estava pronto, protestou Moraes, uma vez que apenas poucos tinham algum conhecimento sobre o Partido Comunista. “Era muito difícil e demorado trazer a

“legal”. Por outro lado, nesta revisão da história, Moraes conseguiu expressar um fato sem precedente na história social brasileira: a UItab foi a primeira organização nacional resultada da luta camponesa que se estabeleceu abertamente.

⁸¹ As melhores fontes primárias sobre a conferência são relatos de jornal sobre a organização preparatória. Vide, por exemplo, “Grande Concentração em Presidente Prudente” e “Em marcha para a Conferência Nacional dos Trabalhadores Agrícolas: Juros de agiota cobram os tatuíras”. *NH*, 25 de julho de 1953. Em sua *História dos movimentos*, Medeiros escreveu um parágrafo sobre a conferência, mas não cita fontes (p.30). A versão de FALEIROS (1989, p.172-74) é mais extensa e cita, como fontes primárias, uma entrevista com Lyndolpho Silva e outra com Sebastião Bailão, militante de Goiás que foi eleito como representante da juventude para assistir o congresso da UISTAF em Viena. Sobre Bailão, vide “Iniciam-se em Goiás os preparativos para o Encontro da Juventude Rural: Comissões de apoio estão sendo formadas nas cidades.” *TL*, Ano V, n.44, 2ª quin. de junho – 1ª quin. de julho, 1954. p. 4.

questão do comunismo para a discussão com eles. Eles entendiam muito pouco, e ainda pensavam em termos religiosos, em Deus e na Virgem Maria”. Mas Trench, um farmacêutico que serviu como diretor nacional para a campanha rural do PCB, insistiu, e Moraes explicou que apenas Quirino estava perto de estar pronto para viver tal experiência. “Tem que mandar”, disse Trench. Embora o próprio Quirino resistisse à ideia, Moraes o convenceu a ir, garantindo-lhe que sua família estaria bem cuidada durante sua ausência. Em preparação para a viagem, Quirino falou com “um grupo de pequenos-burgueses, médicos etc” em Araçatuba, que doaram verbas para sua viagem. Mas a viagem de navio do Rio de Janeiro não deu certo para ele. Trench fez com que todos os delegados do movimento camponês participassem de reuniões e grupos de estudo durante a viagem e Quirino, acostumado a ser dono do próprio nariz na fazenda em Valparaíso, sentiu-se sufocado e preso. Ele soltou sua frustração em Trench, ameaçando matá-lo com uma faca. Até chegarem à terra firme, Quirino havia perdido seu mandato de delegado de congresso, sendo enviado de volta ao Brasil. Moraes afirma que Quirino, embora a princípio estivesse furioso, acalmou-se após ver como sua família tinha sido bem tratada e permaneceu fiel a seu compromisso inicial de organizar os colonos do café.⁸²

Em 16 de junho de 1954, a Comissão Permanente para a Conferência Nacional de Trabalhadores Agrícolas, formada para dar continuidade das propostas da CNTA, encontrou em São Paulo e anunciou planos para convocar uma segunda conferência nacional em setembro. Foram estabelecidas para a conferência as seguintes metas: “a organização dos assalariados agrícolas em sindicatos rurais e dos camponeses em associações, a elaboração da ‘Carta dos Direitos e das Reivindicações dos Trabalhadores Agrícolas’ e a criação de uma União dos Trabalhadores Agrícolas do Brasil”.⁸³ O ênfase na sindicalização dos assalariados foi uma novidade, dada sua característica corporativista, e sinalizou a influência tanto quanto o fracasso da luta armada em Porecatu como o sucesso da estratégia da frente única durante a Greve dos 300 mil e, finalmente, a

⁸² GERALDO, WELCH. *Lutas camponesas*. p. 134-37. O relato de Moraes deixa uma impressão da participação brasileira no evento que é bem diferente que a versão comunicada por importantes fontes secundárias, principalmente FALEIROS (1989, p.173-174) e CUNHA (2007, p. 79-80). Faleiros cita sua entrevista com Lyndolpho Silva para documentar uma delegação de oito pessoas. São mencionados somente quatro nomes: Silva, José Alves Portela, Anésio Gabriel e Sebastião Bailão. Sem citar fontes além da própria Faleiros, CUNHA alega a participação de mais uma pessoa que a Faleiros não documenta: “participaram como representantes do campo alguns dos mais destacados militantes comunistas, como Lyndolpho Silva, José Portela, Geraldo Tibúrcio, originários de vários Estados e participantes de conflitos armados no meio rural”.

⁸³ “Reuniu-se a Comissão Permanente da CNTA”. *TL*, Ano V, n. 44, 2ª quin. de junho – 1ª quin. de julho, 1954, p. 3.

orientação do Partido Comunista da União Soviética que, através da UISTAF, comunicou sua preferência por políticas de cooperação em vez de confrontação. De fato, deste momento até o golpe militar de 1964, a tendência predominante do PCB na mobilização camponesa seria uma estratégia de aliança com todas as forças apoiadoras em apoio do desenvolvimento econômico na linha de capitalismo nacional, diferenciado do pensamento cepalino pela retórica anti-imperialista.

Na ocasião da reunião da comissão permanente, o PCB procurou construir unidade na diversidade de um movimento em processo de ser nacional. Para superar o regionalismo brasileiro, especialmente a predominância paulista, ao Nordeste foi dado papel de destaque na comissão promotora com o Sindicato dos Trabalhadores Assalariados dos Municípios de Ilhéus e Itabuna eleito presidente. Integrado na comissão permanente da CNTA, foi Pedro Renaux Duarte, um camponês comunista de Pernambuco, representante da Comissão Permanente da Conferência dos Camponeses Pobres e Assalariados Agrícolas do Nordeste que se estabeleceu em Campina Grande em fevereiro.⁸⁴

Os trabalhos da comissão em prol da organização de uma segunda Conferência Nacional de Trabalhadores Agrícolas deram motivos para revitalizar o jornal *Nossa Terra*, que começou a ser publicado em junho de 1949. Agora com o nome *Terra Livre*, marcando 1954 como seu quinto ano de publicação, o jornal teria um grande papel na mobilização dos camponeses, começando com a divulgação da segunda conferência. Três páginas do número 44 foram dedicadas ao assunto, relatando em detalhe a fundação de uma Comissão Central Promotora do evento e os objetivos da conferência.⁸⁵

Como uma das principais formas de construir apoio, membros da comissão promotora realizavam reuniões para discutir questões relacionadas ao trabalho rural, a extensão dos direitos dos trabalhadores urbanos aos trabalhadores rurais e os interesses em comum entre estes. Os sindicatos abriram suas salas de reunião para militantes camponeses como José Alves Portela, que discursou frente a grupos de operários em diversos locais pedindo-lhes ajuda e reafirman-

⁸⁴ “Experiências valiosas para a organização sindical dos trabalhadores agrícolas.” *TL*, Ano V, n. 44, 2ª quin. de junho – 1ª quin. de julho, 1954, p. 3. “O Nordeste estará presente.” *TL*, Ano V, n. 44, 2ª quin. de junho – 1ª quin. de julho, 1954, p. 1. DUARTE, Pedro Reneaux. Entrevistado pelo autor, Pinhamonhangaba, SP. 13 de ago., 2000.

⁸⁵ Vide “Nossa Terra.” *Nossa Terra*. (São Paulo) Ano 1, n.1, 4 pág., 8 de junho, 1949, p. 1. Pron-tuário 547 (v.2), Folhas 289-293, Acervo do Deops, Arquivo do Estado de São Paulo. A primeira edição do *Terra Livre* disponível até o presente momento é o número 42, do Ano IV, de maio, 1954, com uma matéria escrito por Nestor Veras, “Terra Livre e a luta dos camponeses”, na página 3. O diretor responsável continuou sendo Osvaldo Rodrigues Gomes até a edição de abril, 1955. Os números 2 a 41 ainda precisam ser encontrados pelos pesquisadores.

do a solidariedade do campesinato.⁸⁶ Em julho, por exemplo, PUI – Portela falou ao Pacto de Unidade Intersindical, um comitê de solidariedade sindical formado em São Paulo em consequência da greve geral de 1953, pedindo ajuda e prometendo solidariedade dos trabalhadores rurais para com os trabalhadores urbanos que exigiam o pagamento do salário mínimo, um aumento de salário e congelamento de preços. Ao oferecer a solidariedade dos trabalhadores rurais, Portela afirmava falar em nome dos sindicatos de colonos e camaradas de São João da Boa Vista e Monte Aprazível, assim como dos trabalhadores das fazendas de cana de Capivari.⁸⁷

Em 1954, a CNTA de 1953 ganhou sua identidade como a primeira conferência, mas gradualmente perdeu seu significado como evento nacional. Durante o ano de preparação para uma segunda Conferência Nacional de Trabalhadores Agrícolas foram realizadas várias conferências regionais em Recife, Campina Grande, Fortaleza, Rio de Janeiro e outras cidades. Os eventos foram organizados em volta da tese do avanço da união entre a classe operária e o campesinato. Um correspondente do PCB, Oto Santos, escreveu: “Inúmeras caravanas de líderes sindicais compareceram às assembleias realizadas no campo, levando não só a solidariedade da classe operária, mas também as experiências de luta e de organização dos trabalhadores das cidades”. A ponte entre a cidade e o campo foi consolidada na produção do “Manifesto de convocação de II Conferência Nacional de Trabalhadores Agrícolas”. O Lyndolpho Silva relata que foi “assinada por aí com uns 500 dirigentes sindicais, urbanos né, do Rio, de São Paulo, Recife e vários lugares, e por algumas lideranças que já havia no campo”. De fato, uma assinatura camponesa da primeira etapa da campanha em julho foi dele, o primeiro registro de seu nome em *Terra Livre*. Segundo Santos, também, “cerca de 500 dirigentes de mais de 100 dos mais importantes sindicatos operários do país” assinaram o manifesto.⁸⁸

⁸⁶ Na capa de número 44 de *Terra Livre* há uma ilustração de um trabalhador urbano abraçando dois camponeses. A legenda é “Os trabalhadores da cidade abraçam seus irmãos do campo. A II Conferência Nacional dos Trabalhadores Agrícolas será preparada e realizada com a ajuda da classe operária.” Vide também, “Conferência dos Trabalhadores Agrícolas: Sindicatos e entidades membros da comissão central promotora”. *NH*. 25 de junho de 1954. s/p. Neste artigo, há uma lista de 40 organizações que se acreditava participarem do comitê de organização da conferência. Destas, 21 eram sindicatos de trabalhadores industriais, comerciais, ou de serviços. (Agradeço a John French pela cópia do artigo).

⁸⁷ Para Portela no PIU, vide “Em São Paulo: Dirigentes sindicais subscrevem o manifesto”. *TL*, Ano V, n. 44, 2ª quin. de junho – 1ª quin. de julho, 1954, p. 2. Sobre a campanha em geral, vide “Trabalhadores da cidade e do campo reafirmam unidade – Dirigentes sindicais de São Paulo apoiam a realização da II Conferência Nacional”. *NH*. 14 de julho de 1954. s/p. Citado em BARRIGUELLI, ed. *Subsídios à história*. p. 294.

⁸⁸ Transcrição SILVA. Parte 1. p. 9. O nome dele apareceu como diretor da associação dos lavradores de coqueiros em “Manifesto de Convocação da II Conferência Nacional de Traba-

Enquanto o objetivo de construir a solidariedade entre os trabalhadores da cidade e campo é confirmado por várias fontes, a dificuldade em alcançar o objetivo de gerar 700 delegados camponeses de todo Brasil também pôde ser confirmada. Este objetivo da campanha de convocação anunciado pela comissão permanente da CNTA em sua reunião em junho criou a necessidade de convocar dezenas de reuniões, assembleias, conferências e encontros em vários municípios do sertão brasileiro. A experiência foi uma de confrontação de teoria com prática. Como em qualquer relação dialética, a realidade causou modificações na teoria que exigiu uma resposta na prática, em um ciclo continua de reajustamento. A conferência não ocorreria nos dias planejados, mas um pouco depois. Em vez de unir 700 delegados, o evento atraiu menos que metade da meta. Quem respondeu a chamada do partido não foram sempre os trabalhadores agrícolas, ou seja, os assalariados do campo esperados, mas os agricultores mesmo. De repente o nome da conferência teria que mudar e a natureza das resoluções previstas também. No processo, foram mobilizados milhares de camponeses, estimulando a formação de dezenas de organizações, de diversos nomes e tipos, concretizando a partida no movimento camponês em escala nacional de uma vez por todas.⁸⁹

FUROR EM TORNO DA SINDICALIZAÇÃO RURAL

Seja qual for o número exato de participantes dos encontros organizativos para a conferência nacional de setembro de 1954, o crescimento das atividades dos comunistas no interior alarmou a administração Vargas. Em 6 de janeiro de 1954, Gilberto Crockett de Sá, diretor do departamento nacional de trabalho do governo, anunciou que “a sindicalização dos trabalhadores rurais começaria imediatamente por São Paulo e visaria neutralizar a influência comunista, atraindo para o controle do Governo tôdas as organizações representativas dos lavradores”. Crockett de Sá estabeleceu o objetivo de fundar 250 sindicatos de trabalhadores rurais no Estado começando em Monte Aprazível, onde os comunistas haviam supostamente se infiltrados no governo municipal. Logo após este anúncio, as páginas da revista da SRB divulgaram a oposição declarada

lhadores Agrícolas”. *TL*. Ano V, n. 45, 2ª quin. de julho, 1954, p. 5. Oto SANTOS, em “O programa do partido, a questão agrária, a organização e a luta dos camponeses”. *Problemas*. 50. Dez. 1954/Fev., 1955. p. 244-54.

⁸⁹ O relato mais autoritativo ocupa a maioria de uma edição do *Terra Livre*. Vide “Unidos os lavradores e trabalhadores agrícolas do Brasil” *Terra Livre*, Ano V, n. 49, 2ª quin. de set. - 1º quin. de out. de 1954 p.1, 2, 3, 6, 7. Na página 1, o próprio jornal do partido documenta a participação de 303 delegados e 20 observadores.

dos fazendeiros ao projeto. Eles chamaram o plano de um esquema mal disfarçado para a “arregimentação de força para o triunfo de uma futura república soviética”. Argumentavam que, por detrás do projeto, encontrava-se um plano de organizar os votos dos trabalhadores rurais em apoio ao PTB, liderado por Goulart. Como evidência, o presidente da SRB, Luís de Toledo Piza Sobrinho, salientou que o anúncio ocorreu às vésperas de eleições governamentais e que a iniciativa para a lei partira do governo trabalhista, e “não constitui uma iniciativa baseada em necessidades resultantes das relações de interesses entre patrões e empregados”.⁹⁰ De fato, a análise do SRB estava totalmente de acordo com a longa tradição da administração Vargas, de conflito com os fazendeiros de São Paulo e de esforços para o presidente fortalecer o PTB à custa tanto dos fazendeiros quanto dos militantes radicais, tais como os do PCB.

Nas semanas seguintes, o departamento técnico da SRB, o Instituto de Economia Rural, desenvolveu estes argumentos e, em 11 de fevereiro, apresentou um protesto formal ao General Aguinaldo Caiado de Castro, chefe do Conselho de Segurança Nacional do governo. Este caminho administrativo peculiar – através do general ao invés dos ministros de trabalho ou agricultura – era justificado ao se afirmar que o plano de sindicalização representava uma ameaça à segurança nacional. “Numa época de inflação monetária e custo de vida crescente”, escreveu Piza Sobrinho, “inicie a agitação das massas de trabalhadores rurais com um movimento político de caráter sindicalista, que poderá levar a nação a uma desordem econômica incontrolável”.⁹¹ Mas o General Castro minimizou a ameaça e enviou a petição ao ministro da agricultura, para que fosse passado por um “estudo cuidadoso”.⁹²

Uma dos aspectos mais intrigantes do ataque dos fazendeiros contra a proposta de Crockett de Sá era a admissão de que todos os trabalhadores tinham o direito de organizar sindicatos, um direito reconhecido pela Constituição Federal e apoiado pela história que “não se pode pôr em dúvida”. Mas, para serem legítimos, os sindicatos precisavam surgir das necessidades cotidianas dos próprios trabalhadores. Os camponeses de São Paulo não estavam motivados a

⁹⁰ O Telegrama da agência Asapress do Rio de Janeiro, datado de 6 de janeiro de 1954, de Crockett de Sá é citado em “Sindicalização Rural”. *RSRB* 34:396. Fevereiro, 1954. p. 11. Sobre a “arregimentação”, vide “A sindicalização rural apontada como manobra para fins eleitorais”. *RSRB*. 34:397. Março, 1954. p. 13. Sobre Piza Sobrinho, vide “A sindicalização rural apontada”. *RSRB*. 34:397 Março, 1954, p. 12-17.

⁹¹ “A sindicalização rural apontada”. p. 12-17. A sindicalização rural foi também caluniada na imprensa. Um editorial do jornal paulistano *Folha da Manhã*, de 20 de março de 1954, afirmava que o analfabetismo, o “nomadismo” e as doenças dos trabalhadores rurais poderiam fazer com que estes adotassem uma atitude de apatia diante de seus sindicatos, permitindo que as organizações caíssem nas mãos de “pelegos”.

⁹² “Sindicalização rural”. *RSRB*. 34:397. Março de 1954. p. 54.

dar este passo, afirmava o protesto, porque a falta de mão de obra havia tornado necessário que os fazendeiros fornecessem condições de trabalho e moradia decentes. “Não há, ao meio rural paulista, motivo que justifique a intervenção estatal no espírito associativo dos trabalhadores”, dizia a petição:

porque nunca estiveram os empresários da economia agrícola tão dependentes dos seus trabalhadores como agora, em que a escassez de braços e o êxodo rural provocado pela expansão da economia urbana obriga a classe patronal agrária a atender a todos os pedidos de melhoria de salários, justos e compatíveis com a rentabilidade da agricultura.

O SRB argumentava que os mecanismos capitalistas de mercado funcionavam, tornando a intervenção do governo desnecessária e perigosa.⁹³

Estes gestos de apoio à sindicalização rural enfraqueceram a oposição categórica da SRB ao plano do governo de patrocinar a formação de sindicatos. A postura, meio a favor, meio contra, lembrava a sua resposta ao impulso de Vargas à organização dos camponeses no início da década de 1940, quando uma tática de apoio à ideologia corporativista permitiu que se transformasse a lei de sindicalização de 1944 em inofensiva propaganda. De fato, o consultor jurídico aposentado da SRB, Francisco Malta Cardoso, reapareceu para argumentar a favor desta estratégia, dizendo que os planos do governo eram perfeitamente legais. Esta posição foi prontamente aceita pelos novos líderes da sociedade. Nada em relação à petição, disse Piza Sobrinho, tinha a intenção de ser “contrário às medidas governamentais que viessem a favorecer praticamente o trabalhador rural”. Mas, continuava ele:

não concordava, como não concorda toda a classe ruralista de S. Paulo, notadamente a cafeeira, com a execução desse decreto ditatorial na atual emergência e nas condições em que pretendem, pois as consequências seriam catastróficas e desmantelariam a agricultura paulista no seu principal setor que é a lavoura cafeeira.

A principal objeção era política, explicava o presidente da SRB. Na petição, a classe ruralista estava preocupada “única e exclusivamente,” continuava ele, “de combater em tempo, sem perda de tempo, a forma demagógica e eleitoreira pela qual se resolveu pôr em prática neste Estado a sindicalização do operariado rural sob a égide do presidente da República e do [...] João Goulart”. Eles protestavam contra a combinação de trabalhadores rurais sob a direção de Goulart. Nas circunstâncias atuais de “antagonismo político e a situação inflacionária”, dizia a petição, o esquema de sindicalização serviria somente para “despertar a desarmonia social na região mais rica do Brasil”.

⁹³ Sobre a dúvida, vide “Sindicalização Proletária Rural”. A influência da falta de mão de obra é enfatizada em “A sindicalização rural apontada”. p. 17.

Somente os sindicatos que fossem verdadeiramente independentes e “livres de qualquer intromissão de poderes políticos” poderiam servir adequadamente aos trabalhadores. Como em 1944, a SRB queria criar obstáculos para a transferência do respeito dos trabalhadores para os fazendeiros poderosos para o Estado, ao mesmo tempo em que mantinham a porta aberta para uma estrutura sindical que pudesse permitir-lhes restabelecer um pouco de sua influência em declínio enquanto patrões.⁹⁴

Até o final do mês de fevereiro, o furor em relação à sindicalização rural havia diminuído, acalmado pela disposição de Vargas em oferecer aos fazendeiros e a outros grupos de oposição um gesto conciliador. No dia 22 de fevereiro, pediu a resignação do controverso ministro do trabalho. Atacado por agitar o campesinato e por confraternizar com membros sindicais, acusado de ter se deixado enganar pelos comunistas e repreendido por apoiar um aumento de 100% no salário mínimo, Goulart se demitiu em protesto contra “a reação que vive de sofismas e se alimenta de mentiras” que haviam frustrado seus esforços para ajudar os trabalhadores na luta por seus direitos.⁹⁵ Após sua demissão, o futuro presidente do Brasil (1961-64) deixou para trás um legado. Junto com seu pedido de demissão, incluiu um plano para congelar os preços e aumentar salários, assim como um projeto de lei para estabelecer um código do trabalho rural. Sendo um declarado defensor do trabalhismo, nunca seria capaz de atenuar a hostilidade de facções da classe dominante, particularmente aquelas de interesses relacionados à propriedade de terra, que havia aparentemente traído.⁹⁶

No dia 1º de abril de 1954, Vargas deu o apoio de sua administração para a legislação trabalhista rural que Goulart havia proposto, ao enviar o projeto de lei ao Congresso. Apesar da hostilidade à Goulart e a derrota de seus planos de sindicalização, Vargas exerceu pressão para que o projeto fosse aprovado antagonizando mais ainda os fazendeiros em nome de suas promessas de campanha trabalhistas. Ao visitar a cidade de Água Branca, no Estado de São Paulo em 3 de abril, Vargas inaugurou uma exposição cultural e reafirmou o que já era sabido: ele havia enviado o projeto de Goulart ao Congresso. A mesma edição da revista da SRB que republicou a fala do presidente também trazia dois artigos denunciando o discurso por ser “demagógico” e chamando a lei de “grotesca”.

⁹⁴ Os prós e contras dos fazendeiros são apresentados em “Sindicalização proletária rural”. *RSRB*. 34:397. Março de 1954. p. 11. “Sindicalização rural”. *RSRB*. 34:397. Março de 1954. p. 64. Neste último artigo, descrevem-se os pontos de vista de MALTA Cardoso e de Piza Sobrinho.

⁹⁵ “Carta a Getúlio Vargas de 22.02.54”. In: *Cruzeta na democracia brasileira*. p. 210-12.

⁹⁶ Goulart, que havia conseguido arrebatar apoio das classes trabalhadoras com grande facilidade, em diversos momentos de sua carreira, e que se tornara um carismático líder das massas, era filho de um rico criador de gado no Estado do Rio Grande Sul, e era, ele próprio, um grande proprietário de terras. Vide FERREIRA, *O imaginário trabalhista*.

A lei foi a reforma mais fortemente resistida pelo Congresso, permanecendo no legislativo até 28 de junho de 1957, quando sua anulação foi votada, com 102 votos a 62, e 54 abstenções.⁹⁷

Entretanto, muito antes dessa derrota, o drama que havia forçado Vargas a reformar seu gabinete em junho de 1953 e aceitar a demissão de Goulart oito meses mais tarde estava longe do fim. Congressistas conservadores continuaram a bloquear muitos projetos de lei, enquanto o governo entrava em um período de crise constitucional. Questões como inflação, nacionalização de recursos, reforma agrária, sindicalização rural e as taxas de câmbio continuaram a alimentar as paixões de interesses poderosos, de sindicalistas a fazendeiros. No dia 3 de junho de 1954, o governo satisfaz algumas das queixas dos produtores ao estabelecer um preço mínimo de 87 centavos por libra de café, quase 30 centavos a mais do que o mínimo estabelecido em 1951. Mais tarde, no mesmo mês, Vargas enfrentou um processo de impeachment, acusado de se envolver em intrigas traiçoeiras com Juan Perón da Argentina, mas o voto foi contra seus oponentes. Entre estes, estava principalmente Carlos Lacerda, um jornalista radicado no Rio de Janeiro e líder da UDN, fundada em 1945 como o principal partido antigetulista. No dia 5 de agosto, uma tentativa de assassinato contra Lacerda resultou na morte do seu guarda-costas, e em uma investigação que chegou ao palácio presidencial, implicando um fiel assistente do presidente e revelando corrupção maciça. Essa notícia trouxe constrangimentos para o presidente. Enquanto isso, os esforços da administração para maximizar os lucros com as exportações de café tiveram resultado contrário ao desejado. Compradores indignados nos Estados Unidos haviam organizado um boicote ao consumo de café e isso custou muito ao Brasil. Até agosto, apenas 145 mil sacas de café haviam sido exportadas, totalizando US\$14 milhões em comparação aos US\$66 milhões obtidos com a venda de 860 mil sacas no ano anterior. Atolado em escândalos, colapso econômico e pressão para renunciar, vinda de vários indivíduos e grupos de interesse, incluindo a hierarquia da força aérea e seu próprio vice-presidente, o presidente acuado escreveu uma mensagem final ao povo brasileiro na manhã do dia 24 de agosto, apontou um revólver para seu coração e matou-se.⁹⁸

⁹⁷ Sobre o discurso de Vargas em Água Branca, vide “Exposição de animais”. *RSRB*. 34:398. Abril/maio de 1954. p. 25-26. A reação dos fazendeiros está expressa em Antônio de Queirós TELLES. “Demagógico o discurso do presidente da república”. *RSRB*. 34:398. Abril/maio de 1954. p. 88. J. V. FREITAS. “É agir com má fé estender ao campo as leis para os operários”. *RSRB*. 34:398. Abril/maio de 1954. p. 92-93. Sobre a história legislativa da reforma, vide CAMARGO. “A questão agrária”. p. 159-60. BENEVIDES. *A UDN e o udenismo*. p. 190-91.

⁹⁸ Sobre a UDN, vide BENEVIDES. *O UDN e o udenismo*. p. 81-87. Apesar dos protestos dos fazendeiros contra essa política, os preços mais altos estimularam um crescimento

O suicídio trouxe um final chocante ao “pai dos pobres”, mas reacendeu o trabalhismo, infundindo-o com o poder do martírio. A declaração final de Vargas foi transmitida por rádio, uma hora após sua morte, levando o povo às ruas em uma saudação espontânea ao seu defensor morto. Vargas havia criado um papel para si mesmo, como vítima de uma “campanha subterrânea de grupos internacionais aliou-se a grupos nacionais revoltados contra o regime de garantia do trabalhador”. Eles tentaram sufocar a voz e as ações do Vargas voltadas “a defender, como sempre, o povo e principalmente os humildes”. “Não querem que o trabalhador seja livre”, seguia dizendo. “Não querem que o povo seja independente”. Ele havia tentado defender o valor do café para proteger o valor do trabalho que sua produção envolvia, mas “a resposta foi uma violenta pressão sobre a nossa economia, a ponto de sermos obrigados a ceder”. Com sua morte, Vargas declarou sua “vitória”. “Era escravo do povo e hoje me liberto para a vida eterna” escreveu Vargas. “Mas esse povo de quem eu fui escravo não será mais escravo de ninguém”. Essas afirmações corajosas, cuja autenticidade já foi questionada, soaram verdadeiras ao “povo” que Vargas afirmava liderar.⁹⁹

Os inimigos de Vargas regozijaram-se com a morte deste político tenaz, mas com a leitura pública de seu testamento, o hábil conciliador parecia rir por último. Vargas havia claramente escolhido seu lado no velho conflito entre o crescimento econômico e a reforma social, entre o capitalismo selvagem e o bem comum. Após o suicídio, o legado de Vargas pertencia àqueles que poderiam tirar maior proveito dele, e o manto de Vargas passou de um político a outro. À frente desses, aqueles que defendiam as leis do trabalho rural tornaram-se os proponentes mais radicais do trabalhismo e os mais evidentes herdeiros do legado de Vargas. Dependendo dos ventos políticos, estes porta-vozes incluíam Adhemar de Barros, o futuro presidente Jânio Quadros, o líder do PDC – Partido Democrata Cristão, André Franco Montoro e João Goulart. Imediatamen-

nas fazendas de café brasileiras e de outros países produtores – um evento que teria prolongadas e graves consequências para a economia do café no Brasil. DELFIM NETTO e PINTO. “The Brazilian Coffee”. p. 289. Skidmore. *Politics in Brazil*. p. 136. Neste trecho, SKIDMORE fornece dados sobre os lucros do café. O suicídio e seu contexto são discutidos em D’ARAÚJO. *O segundo governo Vargas*. p. 122-26. CRUZ et al. ed. *Impasse na democracia brasileira*. p. 273-323. Saunders, J. “A Revolution of Agreement Among Friends: The End of the Vargas Era”. *HAHR*. 44:2. Maio de 1964. p.197-213. Uma boa narrativa dos últimos meses de Vargas está em DULLES. *Vargas of Brazil*. p. 313-33.

⁹⁹ A carta-testamento de Vargas está nos anexos do Robert M. LEVINE. *Pai dos pobres?: o Brasil e a era Vargas*. Trad. Anna Olga de Barros Barreto. (São Paulo: Companhia das Letras, 2001), p. 210-11. Uma tradução inglesa da carta é citado em DULLES. *Vargas of Brazil*. p. 333-35. O livro relata os eventos do suicídio e inclui uma tradução da declaração de Vargas. Vide também SKIDMORE. *Politics in Brazil*. p. 142.

Clifford Andrew Welch

te após o suicídio, contudo, foi o PC que mais aproveitou a popularidade de Vargas. Ao mudar da militância comunista para o trabalhismo, João Guerreiro Filho havia previsto esta transição muitos anos antes dela acontecer.¹⁰⁰

¹⁰⁰ Uma reação conservadora pode ser encontrada em BENEVIDES. *A UDN e o udenismo*. p. 89-91. RODRIGUES. "O PCB". p. 417. Sobre mudanças no partido, vide R.A Santos, *primeira renovação pecebista: Reflexos do XX Congresso do PCUS no PCB (1956-1957)*. (Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988). p. 69-81.

6. FORMANDO A ÁRVORE: MOBILIZAÇÃO PARA FAZER VALER AS LEIS PROTEGENDO O CAMPESINATO

Nazareno Ciavatta não se sentia à vontade usando gravata. Filho de colonos imigrantes italianos, Ciavatta havia nascido e crescido na enorme plantação de café de Dumont. Diferente de Pedro Salla e João Guerreiro Filho, entretanto, a família de Ciavatta havia deixado a fazenda em 1933. A partir daí, Ciavatta vivera e trabalhara em diferentes lugares, incluindo São Paulo, onde ele acabou se ligando ao PCB, impressionado por suas campanhas em favor da sindicalização rural e da nacionalização do petróleo. Em 1954, aceitou a tarefa do partido de retornar à Alta Mogiana para organizar os trabalhadores rurais. Naquele ano, em setembro, falou a um público de centenas de homens reunidos para participar da II Conferência Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, em São Paulo. Ele era um dos muitos trabalhadores de origem camponesa que haviam sido cultivados pelo partido para participar do movimento dos trabalhadores rurais. Apesar das experiências urbanas de muitos delegados, a imprensa os chamava de “caipiras” e criava um espetáculo com seu jeito interiorano.

Aos 44 anos de idade, Ciavatta tinha certa autoridade. “Ele vem da roça”, muitos diziam quando descreviam com orgulho um homem com profundas raízes no solo brasileiro. Como Irineu Luís de Moraes e João Guerreiro Filho, Ciavatta dava valor à militância, e lutou durante muito tempo buscando defender a dignidade dos trabalhadores rurais, como ele mesmo era. Aceitou com entusiasmo a tarefa de formar um sindicato, contribuindo com toda a sua poupança, de cerca de Cr\$ 20.000,00 (US\$ 300,00). “E foi fundado o sindicato aqui para implantar a lei trabalhista que os operários tinham, mas os camponeses não tinham, nem férias, nada”, disse Ciavatta. Ciavatta acreditava que os trabalhadores rurais mereciam os mesmos benefícios que seus colegas na cidade. Ele trabalhou muito em prol do sindicato, viajando por toda a região para falar com os camponeses, certo de que os ajudaria a obter acesso às leis trabalhistas. Salla, entrevistado em 1995, disse ter orgulho de ter conhecido Ciavatta e regularmente oferecia sua pequena casa como refúgio para o guerreiro da classe. Mesmo quando aparecia tarde da noite, Salla e sua esposa o recebiam com café, comida, conversa e uma cama. “Ele costumava vir à cidade falar com os trabalhadores, vindos de diferentes plantações e reunidos nos bares”, lembra Salla. “Foi o Ciavatta que construiu o sindicato aqui”. Em

julho, duas mil pessoas participaram de uma demonstração, denunciando o mau tratamento que os trabalhadores rurais e agricultores da área recebiam. Então, em 29 de agosto de 1954, 30 trabalhadores se reuniram para fundar a comissão organizadora do Sindicato de Colonos e Assalariados Agrícolas de Ribeirão Preto, e Ciavatta foi escolhido para participar da conferência de São Paulo, na condição de delegado.

Do pódio, Ciavatta podia observar as pessoas chegando e via dezenas de homens, de chapéus de abas largas, muitos com casacos escuros mal alinhados – um auditório quente, cheio de homens vestidos desajeitadamente em suas roupas domingueiras. Ele se sentia mais à vontade conversando ao redor de uma mesa de cozinha, com homens do campo, como Salla, do que falando para um auditório cheio de gente, mas sua paixão pelos direitos dos trabalhadores o inspirava a disparar uma lista de queixas dos camponeses da Alta Mogiana. Para os assalariados, o salário era baixo demais; para os arrendatários, o aluguel era alto demais e a obtenção de crédito difícil demais. Os camponeses se exauriam persistentemente, mas tinham pouco ou nenhum ganho com seu trabalho. Pior ainda, uma aliança entre os fazendeiros e a polícia impedia que melhorassem seus interesses com ação coletiva. “O camponês aqui era tratado com polícia, só polícia. Qualquer encrenca que tinha na fazenda o fazendeiro entregava pra polícia”, disse Ciavatta. “Então foi preciso fundar o sindicato para mudar esse estado de coisas e”, em Ribeirão Preto, “eu fiquei encarregado de fazer esse serviço”.¹

Mais de 300 representantes dos camponeses participaram da conferência, vindos da Bahia, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Ceará, Goiás, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo e de outros lugares. De domingo à terça-feira, de 19 a 21 de setembro de 1954, eles se reuniram nas salas do Palácio das Indústrias, no parque do Ibirapuera, uma enorme área de cultura e recreação localizada no centro da crescente metrópole de São Paulo. Sete trabalhadores chamaram a atenção da imprensa, por terem caminhado descalços centenas de quilômetros, vindos do Mato Grosso, para participar. Um

¹ A aparência de Ciavatta na conferência é descrita em “Debatem os trabalhadores agrícolas seus problemas e reivindicações”. *Última Hora (UH)*. São Paulo, 21 de setembro de 1954. p. 8. Citações de Ciavatta em Nazareno, transcrição CIAVATTA. Transcrição de entrevista com o autor. Ribeirão Preto, 20 de outubro de 1988. AEL/Unicamp. p. 1 (transcrição Ciavatta). Sobre a organização em Ribeirão Preto, vide “Duas mil pessoas presentes ao comício de Ribeirão Preto”. *NH*. 23 de julho de 1954. “Conferências regionais”. *Terra Livre (TL)*. 15-31 de agosto de 1954. p. 1. “16 Sindicatos Foram Criados”. *TL*. 15 de setembro – 15 de outubro de 1954. p. 6. Citações de SALLA de entrevista com o autor. Dumont, 14 de maio de 1995. Para GIROTTO, vide Antônio GIROTTO, transcrição de entrevista com o autor. Ribeirão Preto, 19 de outubro de 1988. AEL/Unicamp (Transcrição GIROTTO). p. 3-5.

repórter de *Última Hora* brincou com três dos homens ao oferecer sapatos a eles, mas seus pés largos e calejados rejeitaram-nos. Uma foto deles – sorrindo, acenando e descalços – apareceu na primeira página do jornal. Outro trabalhador rural, Telesforo Correia do Amaral, foi mostrado parado como uma estátua, enquanto um participante da conferência, mais urbano, dava um nó em uma gravata ao redor de seu pescoço. Inúmeros apoiadores urbanos participaram do encontro, mostrando sua solidariedade e caridade para com os camponeses, ao dar-lhes “montanhas” de presentes. Estas imagens enfatizavam o status privilegiado da vida urbana e expressavam a crença de que a classe operária tinha de estender uma mão amiga aos trabalhadores rurais para elevá-los ao mesmo status. Enquanto a conferência histórica reuniu o urbano e o rural num só, a cobertura da imprensa tranquilizava os espectadores de que a ordem correta das coisas, o urbano acima do rural, continuava intacta, e o mundo não estava prestes a acabar.²



Nazareno Ciavatta, fotografado em Ribeirão Preto, em outubro de 1988. Foto: Cliff Welch

² Para as imagens, vide “Caipiras do mundo todo encontram-se no Ibirapuera”. *UH*. 20 de set., 1954, p.1, 2. Um relato com mais detalhes está em “Cercada do carinho dos operários e do povo a 2ª. Conferência”. *TL*. Ano V, n.29, 2ª quin. de set. – 1ª quin. de out. de 1954, p. 2. Sem citar suas fontes, a antropóloga brasileira Lygia Sigaud, registrou incorretamente que a conferência havia sido realizada “em agosto de 1954, mês da morte do Presidente Getúlio Vargas.” Sigaud. “Congressos Camponeses”, p. 3.

A conferência marcou um novo estágio no crescimento da árvore da liberdade do campesinato. A semente, plantada após a II Guerra Mundial, havia se tornado uma pequena árvore e, logo após o suicídio de Getúlio Vargas, muitos candidatos queriam podá-la no formato de seus interesses. *Última Hora*, uma rede de jornais pertencentes a um dos associados mais íntimos de Vargas, Samuel Wainer, utilizava todas as oportunidades para enfatizar a influência do ex-presidente sobre os participantes do encontro. “Há um ano”, lia-se em uma manchete da *Última Hora*, “Getúlio Vargas já nos dizia: ‘Os trabalhadores rurais devem se organizar’”. Com a conferência, explicou a *Última Hora*, os trabalhadores rurais demonstraram seu desejo de cumprir a ordem de Vargas. “A arregimentação sindical dos trabalhadores do campo já constitui um direito baseado em decreto, assinado pelo presidente Vargas em 1944”, declarou Sebastião Dinart dos Santos, militante comunista camponês que cresceu em Barretos junto com Moraes e foi um dos organizadores do evento. Era hora de concentrar a mobilização no cumprimento da lei existente.³

ORGANIZANDO A CONFERÊNCIA DE 1954

A morte de Vargas havia criado um vácuo político na República Populista. Com a aproximação das eleições estaduais em outubro muitos políticos queriam estar associados ao apelo de Vargas. Estas circunstâncias criaram um contexto único para o movimento que se iniciava. Apenas seis anos antes, em 1948, a oposição do SRB e da Faresp havia levado ao cancelamento de um congresso camponês semelhante e forçado a renúncia do secretário estadual de agricultura, Hugo Borghi, que havia proposto a conferência. Agora, em 1954, os políticos competiam uns com os outros para demonstrar sua ligação à causa dos direitos dos camponeses. O governador de São Paulo e o prefeito da cidade que discordavam em relação a muitas outras questões procuravam estabelecer alguma ligação com os delegados, oferecendo comida, transporte e acomodação gratuitos. Três oficiais militares aposentados, engajados politicamente, Edgard Buxbaum e os irmãos Felicíssimo e Leônidas Cardoso, discursaram na assembleia e estenderam seu apoio aos participantes. Deputados estaduais e membros do Congresso também apareceram. Órgãos da mídia, como *Última Hora*, *O Dia*, e a estação de rádio 9 de Julho, cobriram amplamente o evento. Foi, como escreveu a socióloga rural Leonilde Medeiros, “um passo fundamental para a superação do localismo e do isolamento das lutas que se desen-

³ Sobre a manchete e a citação de Dinart, vide e sua foto na capa e a reportagem “Caipiras de todo o mundo” *TL*, Ano V, n. 49, 15 de set. – 15 de out. de 1954, p. 2.

volviam no campo”.⁴ Demonstrar preocupação com os camponeses, pequenos agricultores como trabalhadores rurais, havia começado a se tornar tanto digno de notícia quanto atrativo em termos políticos.

Estes acontecimentos marcaram uma nítida mudança para o PCB. Funcionando clandestinamente, o partido havia construído as bases da conferência antes da morte de Vargas, e estava bastante relutante em dar todos os créditos ao ex-presidente. Diferente da reportagem do *Última Hora* sobre o evento, *Notícias de Hoje* e *Terra Livre* à respeito do PCB, mal mencionavam Vargas e certamente evitavam creditar a ele a inspiração da militância dos camponeses. Ao contrário, *Terra Livre* tratou a confusão do suicídio como um momento heroico para a aliança entre operários e camponeses que o partido vinha construindo. “Alertas” foram eles que defenderam os interesses da nação, “sem defender o grupo que estava no governo ou o que estava querendo subir ao governo”.

Nas ruas, nas portas das fábricas, nas usinas de açúcar e fazendas de café e em todos os lugares ao mesmo tempo, a classe operária e os camponeses levantavam suas reivindicações de aplicação do salário mínimo, de congelamento dos preços e de aumento geral dos salários, da preparação da II Conferência Nacional de Trabalhadores Agrícolas.

Foi Vargas que “cedeu à pressão” dos “fascistas, golpistas ligados ao imperialismo estadunidense” e “afastou-se do governo”. Abandonando o governo e “não resistindo ao desfecho da situação, retirou-se para o seu apartamento e suicidou-se”. O jornal reproduziu a carta de Getúlio e publicou outras reportagens sobre as intenções antidemocráticas dos golpistas e a mobilização do povo.

Em todas as ocasiões, os operários e os camponeses explicavam ao povo a finalidade do golpe e desmascaravam os golpistas. Falavam que trocar os homens no poder não resolve a situação e que a substituição do governo, para beneficiar de fato a todo o povo brasileiro, só pode ser por via revolucionária com a confiscação e distribuição do latifúndio, a confiscação dos bens capitalistas ligados ao imperialismo estadunidense e a expulsão dos imperialistas estadunidenses de nossa Pátria. Frente a tudo isso, os golpistas não conseguiram até o momento dar o golpe.

⁴ Vide “Debates dos trabalhadores agrícolas seus problemas e reivindicações”. *UH*. 21 de setembro de 1954. p. 8. Um anúncio, feito anteriormente, da conferência de setembro, está em “Trabalhadores da cidade e do campo reafirmam unidade”. *NH*. São Paulo, 14 de julho de 1954. In: Barriguelli. ed. *Subsídios à história*. p. 294. Sobre Borghi, vide Capítulo 3. J. MAYER; I. Junqueira. “Borghi, Hugo”. In: BELOCH e ABREU. ed. *DHBB*. p. 420. A presença de vários órgãos da mídia e de políticos, assim como o papel desempenhado por eles está descrito em “Cercada do carinho”; “Moções aprovadas na II Conferência.” *TL*. Ano V, n.49, 1ª quin. de set. – 2ª quin. de out., 1954 p. 2. “Josué de Castro e o governador prestigiam os trabalhadores do campo”. *UH*. p. 2. 20 de setembro de 1954. MEDEIROS. *História dos movimentos*. p. 30.

Assim, o *Terra Livre* colocou os camponeses no centro da resistência, tão capazes como os operários de entender a situação real, identificar os golpistas como oportunistas e apontar a via revolucionária como o único jeito de garantir um governo popular. Assim, no primeiro momento, o partido aproveitou o suicídio de Vargas, sem tomar uma posição pró ou contra o Getúlio para avançar a mobilização em torno da CNTA.⁵

Obviamente os líderes do partido reconheciam o capital político do movimento camponês e não queriam desperdiçá-lo. No contexto da crise, dezenas de conferências municipais e regionais foram agendadas pela Comissão Permanente para organizar a mobilização e eleger delegados para a conferência. No mesmo número do *Terra Livre* em que se comentou o suicídio, foi publicado como manchete da primeira página: “Ônibus e trens a caminho de São Paulo; marcha vitoriosa para a II Conferência Nacional de Trabalhadores Agrícolas. As datas de realização das Conferências Estaduais. Brilham os nordestinos”. A matéria alistou 24 conferências planejadas para o final de agosto e início de setembro. Foram sete eventos marcados para o Estado de São Paulo, seis para Rio Grande do Sul e quatro para o nordeste. No dia 29 de agosto, teria um encontro dos trabalhadores de açúcar e cana em Recife e, nos dias 11 e 12 de setembro, a Conferência Estadual de Trabalhadores Agrícolas. Em Fortaleza, nos dias 4 e 5 de setembro, estaria em reunião os “trabalhadores agrícolas e camponeses” dos Estados de Ceará, Piauí e Maranhão. Foram destacadas, também, assembleias nos Estados do Rio de Janeiro, Bahia, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraná e Santa Catarina.⁶

O sucesso da conferência dependia da ajuda dos sindicatos dos trabalhadores urbanos e, por isso, demonstrava o interesse da classe operária na questão agrária. Vargas e outros políticos trabalhistas haviam, há muito, salientado o impacto negativo da migração do trabalhador rural para a cidade e a forma como as más condições do interior tendiam a pressionar os trabalhadores rurais a buscarem emprego no mercado de trabalho urbano enfraquecendo, dessa forma, a posição de barganha dos sindicatos. Ao mesmo tempo, há muito o PCB pregava a união dos operários e camponeses. Assim, os sindicatos dos trabalhadores urbanos estavam bem representados na comissão promotora para a conferência que havia sido estabelecida em junho. Como uma das principais formas de construir apoio, membros da comissão organizavam reuniões sindicais para discutir questões relacionadas ao trabalho rural, a extensão dos direitos dos trabalhadores urbanos aos trabalhadores rurais e os interesses em comum dos trabalhadores rurais e urbanos. Como já foi comentado, os sindicatos abriram suas salas de reunião para os porta-vozes dos camponeses como José Alves Por-

⁵ “Getúlio Vargas suicidou-se”. *TL*. Ano V, n. 47, 2ª quin. de agosto de 1954, p. 1.

⁶ “Ônibus e trens a caminho de São Paulo”. *TL*. Ano V, n. 47, 2ª quin. de agosto de 1954, p. 1.

tela, só que, a partir de agosto, houve uma mobilização frenética exclusivamente entre os camponeses para alcançar o objetivo de eleger 700 delegados.⁷

Estas últimas semanas do processo foram fundamentais. Por exemplo, foi neste período que o nome do evento mudou. Até agosto o único nome utilizado foi o da Conferência Nacional dos Trabalhadores Agrícolas. Mas de repente, no final de agosto, *Terra Livre* publicou um cartaz que a chamou de Conferência Nacional dos Trabalhadores Agrícolas e Camponeses. As variações da palavra camponesa já foram normalmente utilizadas nas matérias e discursos, mas foi a primeira vez que apareceu com tanta saliência.⁸ A organização dos encontros e conferências estaduais não produziu tudo que o PCB esperava da campanha. Ao invés de 700 delegados, foram como representantes apenas 303, nem todos camponeses. O território do PCB não incorporou todos os Estados e, por isso, foram delegados de 16 dos 24 Estados da união brasileira. Mesmo assim, pode afirmar, sem dúvida alguma que foi a conferência camponesa mais nacional em sua representação até o II Congresso Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra em janeiro de 1990. A data da conferência foi prorrogada alguns dias para ser realizada, finalmente, de 19 a 21 de setembro de 1954, mais que um ano após a CNTA. O segundo encontro ocorreu abertamente em São Paulo, sem necessidade de ser clandestino. Com a participação de dezenas de camponeses, destacou uma “reforma agrária democrática” como meta principal.⁹

Enquanto a presença dos operários foi bastante comentada, a grande maioria dos delegados oficiais da conferência vinha do interior. Dos 303 delegados presentes, apenas 20 listavam profissões urbanas. Como Lyndolpho Silva, muitos deles poderiam ter tido antecedências rurais, pois foi somente no final da década de 1940 que Silva e sua família foram forçados a abandonar seu lote e mudar para a cidade. Ele encontrou trabalho como aprendiz de alfaiate, entrando no PCB em 1947 e tornando-se um militante em tempo integral em 1952, quando voltou para suas raízes rurais, agora como organizador dos coqueiros do Rio. Dos 255 delegados rurais, 119 se descreveram como trabalhadores ru-

⁷ Vide “Estende-se por todo o país o apoio à Segunda Conferência”. *TL*. Ano V, n. 46, p. 4. 1ª quin. de ago., 1954.

⁸ A palavra “camponeses” aparece no título pela primeira vez na capa do *Terra Livre*, Ano V, n.47. 2ª quin. de agosto, 1954. Só depois de sua realização foi dada o nome de II Conferência Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícola.

⁹ “303 lavradores de 16 Estados encontraram-se em São Paulo.” *TL*, Ano V, n. 49, p. 1, 2ª quin. de set. - 1ª quin. de out., 1954. Sem citar suas fontes, Sigaud relata a presença de “303 representantes do trabalho rural” de mais de 15 Estados. SIGAUD. “Congressos camponeses”, p. 3, 4. O I Congresso Nacional do MST de 1985 juntou delegados de 13 Estados e o segundo contou na presença de representantes de 19 Estados.

rais assalariados, enquanto os demais 136 delegados se identificaram como posseiros, camponeses, arrendatários e lavradores. Afirma-se que os delegados vieram de 15 Estados e do Distrito Federal do Rio de Janeiro. Com 156 delegados, São Paulo contribuiu com mais representantes do que todos os outros Estados somados. Minas Gerais foi o segundo Estado a enviar o maior número de representantes, somando 23 delegados. Também foi São Paulo que enviou o maior número de representantes femininos para a conferência: cinco das 17 mulheres que participaram de forma oficial. Os outros Estados que mandaram delegados foram: Pernambuco (17), Goiás (17), Paraná (16), Rio de Janeiro (16), Rio Grande do Sul (12), Ceará (9), Bahia (9), Mato Grosso (6), Espírito Santo (5), Alagoas (3), Pará (2), Paraíba (1), e Rio Grande do Norte (1). Grupos em Sergipe e Amazonas enviaram mensagens de apoio na ausência de delegados. A presença de tantos paulistas refletia a força do movimento dos trabalhadores do Estado de forma geral e salientava o papel de influência que São Paulo teve no início do movimento rural.¹⁰

A presença de indivíduos de fora do partido demonstrava o desejo do PCB de ampliar a base do movimento. As resoluções da conferência sinalizavam a mudança do partido para uma política de coalizão. Terminara a ênfase na obtenção de reforma agrária através de violência, que caracterizara o pensamento do partido desde 1947. Embora a reforma agrária fosse a principal demanda da conferência, ela devia ser consolidada “com garantias legais” de apoio para os camponeses, como a “garantia de preços compensadores para os produtos da lavoura” a “garantia aos indígenas das terras por eles ocupadas”. Além disso, exigências para que se aplicassem as leis do trabalhador rural, um tema ignorado no revolucionário Manifesto de Agosto de 1950, constituíam a maioria dos itens da Carta dos Direitos e das Reivindicações dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil.¹¹

A FUNDAÇÃO DA ULTAB

A mistura de trabalhadores rurais e camponeses, de forma geral, foi refletida no título da organização fundada pela conferência na terça-feira, 21 de

¹⁰ Vide “303 lavradores de 16 Estados encontraram-se em São Paulo” e “A composição social da II Conferência”. *TL*, Ano V, n. 49, 2ª de set. – 1ª de out., 1954, p. 1 & 3. MEDEIROS. *História dos movimentos*. p. 31.

¹¹ “Carta dos direitos e das reivindicações dos lavradores e trabalhadores agrícolas do Brasil”. *TL*, Ano V, n. 49, 1ª quin. de set. – 2ª quin. de out., 1954, p. 4. Sobre o Manifesto de Agosto, vide Capítulo 4. Uma avaliação contemporânea da conferência é Oto SANTOS. “O programa do partido, a questão agrária, a organização e a luta dos camponeses”, *Problemas*. n.64. p. 244-254, dez., 1954 a jan., 1955, p. 244-54.

setembro: Ultab – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil. A partir de então, a Ultab foi a única organização de escopo nacional no movimento camponês até o fim de 1963, quando foi fundada a CONTAG – Fundação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. Embora sua eficácia possa ser criticada, a Ultab ajudou a acabar com o isolamento das lutas locais e a formar uma agenda nacional para a reforma. Seu presidente fundador foi Geraldo Tibúrcio, um camponês do Estado de Goiás. O PCB havia preparado Tibúrcio para a função e formado os delegados da II CNTA para sua ascensão ao narrar a história de sua vida em um quadrinho publicado em uma edição pré-conferência de *Terra Livre*. De acordo com a história, Tibúrcio nasceu em 1924, filho de camponeses, trabalhou como ajudante de pedreiro na cidade quando jovem, viajou muito pelo Brasil como vaqueiro e minerador, envolveu-se com o movimento grevista dos frigoríficos “dirigido pelo PCB” após a II Guerra Mundial e, finalmente, retornou à agricultura em uma colônia subsidiada pelo governo, de onde ele lançou sua carreira de organizador do campesinato, primeiro como presidente fundador da união dos camponeses de Goiás. Em 1953, o PCB enviou Tibúrcio ao Chile para representar o Brasil na conferência da CTAL – Confederação dos Trabalhadores da América Latina. De fato, ele estava viajando a tarefa do PCB durante a conferência que estabeleceu a Ultab. Sua eleição *in absentia* para presidir a Ultab refletiu a eficácia deste perfil, ou melhor, o controle do partido sobre a conferência de São Paulo. Diversos outros funcionários da Ultab também pertenciam ao PCB. Dentre eles havia José Alves Portela, que foi nomeado secretário geral; Lyndolpho Silva, que se tornou o primeiro secretário da organização; e, como primeiro tesoureiro, Sebastião Dinart.¹²

¹² Desses quatro, apenas Silva afirma ter sido um funcionário pago do PCB. Tibúrcio, Portela, e Dinart, por sua vez, receberam fundos da Ultab, obtidos de mensalidades, fundos angrariados, assinaturas de jornal e doações de sindicatos urbanos. Apesar dessas distinções, as políticas da Ultab raramente divergiam das do PCB. Ainda que a Ultab afirmasse ser independente, o jornal através do qual suas opiniões eram expressas era totalmente controlado pelo partido. Este é um aspecto um pouco confuso da literatura, mas *Terra Livre*, o tabloide publicado regularmente de 1954 a 1964, era sempre dirigido pelo dirigente do setor do PCB responsável pela mobilização dos camponeses, a Seção do Campo. “Ele era um jornal do Partido Comunista Brasileiro”, diz Silva, “Não era jornal da Ultab [porque] a Ultab não tinha um jornal. *Terra Livre* (...) era um jornal sustentado diretamente com o dinheiro do partido”. Transcrição SILVA. Parte 1. p. 9-10, 19. Vide também Nestor VERA. “Terra Livre e a luta dos camponeses”. *TL*. Ano IV, n. 42, maio de 1954, p. 3. Sobre Tibúrcio e a Ultab, vide “Vida e luta do camponês Geraldo Tibúrcio”. *TL*. Ano V, n.46, 1ª quin. de agosto, 1954, p. 3. “Geraldo Tibúrcio eleito presidente da Ultab”, *TL*, Ano V, n.49, 1ª quin. de set. – 2ª quin. de out., 1954, p. 2. Moraes comenta sobre Dinart, seu conterrâneo de Barretos e companheiro de longa data das lutas camponesas do partido em Capítulo 1 e WELCH & GERALDO. *Lutas camponesas no interior paulista*. p. 29. Curiosamente, a narrativa de Tibúrcio

Estes quatro uniram-se a outros seis homens, para compor o comitê executivo da Ultab. Em termos de suas profissões, três foram listados como sendo arrendatários, dois como sendo assalariados agrícolas, dois como sendo proprietários, dois como trabalhadores urbanos e um como sendo posseiro. A Ultab também possuía um conselho consultivo composto por 14 membros, dos quais, cinco foram listados como sendo trabalhadores assalariados, três proprietários, dois arrendatários, um colono e um posseiro; a profissão de dois não tendo sido registrada. Além da diversidade de ocupações rurais representadas, os oficiais dos dois corpos diretivos da Ultab vieram de 13 Estados diferentes, com nove membros provenientes do Estado de São Paulo e nenhum outro Estado tendo mais do que dois representantes cada. Quantos outros funcionários eram comunistas permanece desconhecido, mas claramente o PCB mantinha um controle clandestino significativo sobre a Ultab. A polícia secreta de São Paulo pode ter subestimado a influência do partido na organização quando, em 1955, observou que “funcionava uma célula comunista, dirigida por Lindolfo Silva” em uma sala do segundo andar do escritório da Ultab, na Rua Direito, 36, em São Paulo. Como era normal, o Deops foi duplamente equivocado. Ultab foi controlado pelo PCB e foi o Heros Trench e não o Silva que dirigiu a Seção do Campo.¹³

Em pelo menos cinco aspectos, a conferência e sua carta final refletiam a doutrina do PCB. Um era a ênfase colocada na unificação entre os trabalhadores urbanos e rurais. Para o comunismo, isso era tão antigo quanto a foice e o martelo; para o PCB, tinha antecedentes no BOC do final da década de 1920. A natureza feudal do sistema de produção agrário do Brasil era um segundo tema comum do PCB, e imposto à conferência por eles. Seguindo essa suposição, vinham duas outras posturas do PCB: uma crítica aos “imperialistas” e “latifundiários” gananciosos que controlavam muito mais terra do que precisavam e a exigência do fim de “todas as formas de exploração semifeudal como a parceria”, com esta terra sendo distribuída “àqueles que trabalhavam nela”.¹⁴ Final-

inclui também paradas em Barretos, onde ele descansava, após trazer gado de Goiás. O papel do Tibúrcio em Goiás é destacado pelo Paulo CUNHA, *Aconteceu longe demais*, que chegou a entrevistar o antigo líder em 1990.

¹³ Sobre a composição da diretoria da Ultab, vide “Geraldo Tibúrcio eleito presidente da Ultab”. Sobre a polícia e Silva, vide “Serviço Secreto: Lindolfo Silva”. Secretaria de Segurança Pública. Deops. 14 de maio de 1965. B:NM. Caixa 144. Volume 11. 1848. AEL/Unicamp. “Não era eu o chefe”, o Silva me contou em 1988, “Era um outro companheiro que se chamava Heros Trench”. Transcrição SILVA. Depois de realizar sua primeira conferência nacional em setembro de 1959, Ultab mudou sua sede a Avenida Rangel Pestana, 2163 / Sala 11, no Braz. “Nova Sede” *Terra Livre*. Ano XI, n. 87, jan. de 1960, p. 2.

¹⁴ Citações da “Carta dos Direitos”, p. 4. Sobre a influência do Comintern no Brasil, vide Manuel CABELLERO. *Latin America and the Comintern, 1919 – 43* (Nova York: Cambridge University Press, 1986).

mente, a decisão de instalar a Ultab em São Paulo baseava-se no tipo de cálculo político que era fundamental à maioria dos processos de tomada de decisão do PCB. Foi uma decisão política estratégica. “Os senhores do café eram também os senhores do governo”, disse Portela. “Então, esse foi o motivo, o principal impulso da formação da Ultab”.¹⁵ Apesar desta continuidade com o Manifesto de Agosto, o recém-passado período revolucionário do PCB, a tendência geral da conferência era decididamente inovadora e reformista.

Com relação à questão básica da desigualdade do sistema agrário de produção e propriedade no Brasil, os delegados da conferência optaram por pressionar o governo para criar as condições necessárias à reestruturação da propriedade da terra. Em nome da “justiça social”, eles queriam que o Estado expropriasse latifúndios improdutivos e distribuisse as terras excedentes para os camponeses e trabalhadores rurais sem terra. Isso foi chamado de “Reforma Agrária democrática” e os participantes da conferência concordaram em buscar os meios políticos para sua implementação. Eles redigiram um abaixo-assinado e iniciaram uma campanha nacional pela reforma agrária para angariar cinco milhões de assinaturas em apoio da política. O abaixo-assinado, incluindo o nome e o lugar da fazenda de cada signatário, seria entregue ao Presidente. Sob o pseudônimo de Oto Santos, o Professor Calil Cheide descreveu a campanha como sendo uma oportunidade de educar tanto os habitantes urbanos quanto os rurais sobre este problema básico do Brasil e reunir apoio para a resolução pacífica, mas radical, da questão agrária.¹⁶ Que a maioria dos camponeses mal sabia ler e escrever foi observado pelos participantes da conferência: o abaixo-assinado poderia ser lido em voz alta e as pessoas fariam “marcas” nele. Para os organizadores, era importante que o abaixo-assinado ajudasse os camponeses a adotarem um olhar moderado, e que aumentasse seu apelo junto aos produtores abastados, os “camponeses ricos”. Em junho de 1956, a Ultab relatou ter coletado 100.902 assinaturas, das quais aproximadamente 40 mil vinham de São Paulo. Em menos de duas semanas, tinha conseguido mais 10 mil assinaturas. Em agosto, a campanha foi caracterizada numa charge como uma grande “pedra que rola da montanha”, ameaçando os latifundiários. Na legenda

¹⁵ Sobre exportações e tendências na agricultura paulista entre 1948 e 1962, vide “Estado e tendências da agricultura paulista”. *Agricultura em São Paulo*. 10:5/6. Maio/junho de 1963. p.1-61, especialmente 46-7. Sobre Portela, vide José Alves PORTELA, transcrição de entrevista com o autor. São Paulo, 23 de agosto de 1988. AEL/Unicamp. p. 11. (Transcrição PORTELA.)

¹⁶ Sobre a petição e reforma, vide SANTOS. “O programa do partido”. p. 246, 249. Sigaud. “Congressos camponeses”. p. 3-4 e FALEIROS, “Percurso e percalços”, p. 183-191 discute os resultados da CNTA como sendo “duas bandeiras” de luta: “reforma agrária” e as “reivindicações imediatas” (aplicação das leis trabalhistas e o direito de organização). Leonilde MEDEIROS (1995) identifica Santos como Calil Cheide. O texto de Cheide, também identificado por Paulo Cunha como “então membro do Comitê Central, responsável pela condução das atividades do PCB no campo”, é discutido por CUNHA em *Aconteceu longe demais*, p. 74-77.

lia-se, “Os latifundiários, desesperados, reuniam suas últimas forças para impedir que a terra seja entregue a quem nela trabalha por meia da reforma agrária”.¹⁷

A decisão dos participantes da conferência de estender o movimento camponês para além dos limites do programa revolucionário fortaleceu-se com o apoio do trabalhismo rural – a resolução dos problemas dos trabalhadores rurais através de canais administrativos e legais iniciadas por Vargas. Os militantes presentes na conferência criticaram a si mesmos, por terem subestimado a importância das “reivindicações imediatas” dos trabalhadores agrícolas para o pagamento de salários mínimos, o direito a períodos de férias anuais, dias de descanso semanal, menos horas de trabalho por dia, o cumprimento das obrigações contratuais e a legitimidade de suas organizações. A carta ia além das exigências do cumprimento de leis existentes ao especificar exigências para a criação de planos de pensão para os trabalhadores rurais, educação, direitos eleitorais para os analfabetos, liberdade de expressão e a abolição do pagamento em mercadorias, e particularmente de se considerar aluguéis residenciais como parte do salário do trabalhador. A carta era bastante elaborada, ao estabelecer as exigências específicas para as principais lavouras de exportação brasileira, com programas diferentes preparados para os trabalhadores de cana-de-açúcar, café e cacau. Incluíram também, manifestos de reivindicações específicas para “arrendatários, meeiros e parceiros”, “posseiros, colonos de terras proprietários”, “mulheres, lavradoras e trabalhadoras agrícolas” e “a juventude rural”. Cada programa específico para as fazendas e agroindústrias associadas incluía itens que tratavam de diferentes categorias de trabalhadores, tais como os colonos e os camaradas engajados na produção de café. Além disso, a ênfase da militância dirigida pela Ultab era ligar as necessidades diárias dos trabalhadores rurais assalariados e pequenos agricultores nestas lavouras comerciais estratégicas.¹⁸

¹⁷ Em 1950, o analfabetismo chegava a 57,2% no Brasil. O número em São Paulo estava aumentando, pois quase 90% dos imigrantes rurais que entraram no Estado entre 1952 e 1961 não sabiam ler nem escrever. Vide A. LUDWIG. *Brazil: A Handbook of Historical Statistics*. (Boston: G. K. Hall, 1985). p. 132. BOSCO; JORDÃO NETTO. *Migrações*. p. 71. Sobre o programa e sobre os camponeses abastados, SANTOS escreve: “O Programa do Partido corresponde, assim, aos interesses da totalidade da massa camponesa. Consubstanciando as reivindicações fundamentais dos milhões de camponeses pobres, médios e ricos, o Programa estabelece e demarca uma amplíssima linha de frente única no campo, excluindo apenas a minoria de latifundiários”. SANTOS, “O programa do partido”. p. 246. O progresso da petição é relatado em “Cresce o número de assinaturas na campanha pela reforma agrária”. *TL*. Ano VII, n. 65, 1ª quin. de junho, 1956, p. 2; “110.910 Assinaturas pela Reforma Agrária” *TL*. Ano VII, n.66, 2ª quin. de julho, 1956, p. 1 e, para a charge: “A Companhia Nacional pela Reforma Agrária” *TL*. Ano VII, n. 70, 2ª quin. de ago, 1956, p. 4.

¹⁸ “Carta dos direitos”. *TL*, p. 4-5. Uma indicação anterior da ênfase a ser dada a exigências imediatas está em “A importância da luta pelas reivindicações imediatas”. *NH*. 1º de junho de 1954, p. 3. Reimpresso em BARRIGUELLI. ed. *Subsídios à história*. p. 289-91. Sobre a estratégia das lavouras comerciais, vide SANTOS. “O programa do partido”. p. 250-52.

A qualidade inovadora da conferência foi anotada logo depois do evento pelo Calil Cheide (Oto Santos). Ele usou a conferência para questionar o lugar do campesinato no Programa do Partido, a agenda nova do PCB que foi lançado a partir da conclusão de seu IV Congresso, realizado em São Paulo de 7 a 11 de novembro de 1954. Para muitos analistas, o programa não se diferenciou das posições elaboradas pelo partido desde que seu mandato foi cassado em 1947. Mas, na edição da revista comunista *Problemas* que publicou o programa, também foi publicado o artigo de Cheide, criticando a postura do partido entre os camponeses e aproveitando a conferência de setembro para elogiar as inovações reformistas destacadas acima. No artigo, Cheide alega que o programa agrário do PCB até então não obteve sucesso porque “graves falhas e debilidades [na parte do partido e seus militantes] impediram que os resultados conseguidos (...) fossem consideravelmente maiores”. Mas, como resultado das duas “Conferências Nacionais de Trabalhadores Agrícolas e Camponeses”, “começamos a palmilhar um novo caminho com a utilização de novas e frutíferas formas para a conquista das massas camponesas”. As lições mais importantes eram a necessidade de evitar “tendências sectárias” e de prezar “a utilização de todas as formas de luta”, inclusive abaixo-assinados e a lei. Para concluir, Cheide declarou que, “Sem ganharmos os camponeses não pode haver movimento democrático e patriótico, conseqüente, não se podem desenvolver vitoriosamente as lutas libertadoras de nosso povo”.¹⁹

Talvez não existisse melhor justificativa para o reformismo do partido do que a decadência quase inexorável do nível de vida dos camponeses (ver tabela 6 e figura 2). Mais do que qualquer outra coisa, a perda de renda justificava a decisão de traçar a primeira linha de defesa para o cumprimento das leis existentes. Contudo, devemos ter o cuidado de evitar uma generalização para todo o Brasil. De fato, a legislação trabalhista teve pouca influência em regiões de fronteira, tais como o noroeste do Paraná e os territórios mais afastados no Amazonas, mas o partido escolheu de forma consciente instalar a Utab e, assim, o movimento camponês em São Paulo, em vez de na fronteira ou no Rio de Janeiro, a capital do país. Embora longe do ideal, a burocracia jurídica em São Paulo orgulhava-se de sua relativa independência e profissionalismo.²⁰ Assim, São Paulo não era um cenário brasileiro representativo, mas aos olhos de muitos, uma representação do futuro do Brasil.

¹⁹ “Realizado o IV Congresso do Partido Comunista do Brasil.” *TL*. Ano VI, n. 51. 2ª quin de dez., 1956 p. 1. SANTOS. “O programa do partido” é disponível na Internet no site <http://www.marxists.org/portugues/tematica/rev_prob/64/agraria.htm.> Acesso 18 de agosto, 2008.

²⁰ A decisão é discutida em Transcrição SILVA. da entrevista com o autor. São Paulo, 18 de julho de 1989. AEL/Unicamp (Transcrição SILVA. Parte 2.). p. 20. Sobre a peculiar autonomia e profissionalismo do judiciário paulista, vide R. Shirley. “Law in Rural Brazil”. *Brazil: Anthropological Perspectives*. MARGOLIS, M. ed. (New York: Columbia University Press, 1979). p. 343-62.

DISPUTANDO OS CAMPONESES

São Paulo também parecia ser um bom cenário político para a Ultab. A fraqueza do coronelismo, a força dos sindicatos urbanos e o nível de alfabetização em São Paulo ajudavam a tornar a política mais dinâmica e fluida do que na maioria dos outros Estados brasileiros. O PCB era um dos muitos rivais disputando a preferência eleitoral dos operários e camponeses. Os nomes dos muitos partidos são suficientes para resumir essa história: PTR – Partido Republicano Trabalhista, PSD – Partido Social Democrático, PSP – Partido Social Progressivo, PRP – Partido de Representação Popular, PST – Partido Social Trabalhista e PTN – Partido Trabalhista Nacional. A unidade de São Paulo do Partido Trabalhista Brasileiro, o PTB, era um dos maiores concorrentes para a lealdade dos camponeses. Contudo, o PTB em São Paulo permaneceu “eleitoralmente fraco, politicamente desarticulado e ideologicamente inconsequente”, como escreveu a analista Maria Victoria Benevides. Tentou ser nacionalista ao apoiar a popular campanha da Petrobras, mas anticomunista para apaziguar a classe dominante e os interesses católicos e internacionais. Também se manteve hierárquico desde seu começo, mostrando-se muito menos eficiente do que o PCB em se tornar um “partido dos trabalhadores” em vez de um “para os trabalhadores”. A maior parte de seus líderes não era das bases dos trabalhadores, o que podia ser muito menos dito do PCB, apesar de suas próprias tendências elitistas. Uma forte associação entre o PTB e as agências governamentais do trabalho também renderam ao partido uma reputação ambígua, por nem um nem outro cumprir suas promessas. O surgimento de diversos líderes populistas, dentre os quais destaca-se Adhemar de Barros do PSP, e o independente Jânio Quadros, agravaram mais ainda a fraqueza da unidade paulista do PTB. Cada um destes políticos se dirigia aos trabalhadores e buscava o apoio dos sindicatos, e a força de suas personalidades era com frequência mais forte do que qualquer senso de lealdade ao partido, tanto para o eleitorado como para os líderes do PTB. Enquanto isso, o PCB ilegal aspirava reafirmar sua posição como negociador de poder do movimento trabalhista de São Paulo através de combinações sigilosas e de organizações de frente-ampla como a Ultab.²¹

A conferência camponesa de 1954 ilustra esta constelação de forças turbulentas, que refletia a aceitação relutante do trabalhismo por parte do PCB e os esforços por parte de outros políticos para atrair o apoio dos camponeses. Neste ano de eleição, o governador Lucas Nogueira Garcez (eleito em 1950 como candidato de uma aliança do PTB-PSP com a bênção de Vargas e Barros) ofereceu a mais de

²¹ Esta tese é defendida por Benevides em *O PTB e o trabalhismo*. Vide especialmente p. 9, 20-21, 43-59. Sobre as aspirações do PCB, vide MOISÉS. *A greve de massa*.

300 delegados duas refeições diárias durante três dias para ajudar seu sucessor escolhido, Francisco Prestes Maia, nas eleições governamentais do dia 3 de outubro.²² A conferência também dependeu da generosidade do prefeito Quadros, diretor honorário da Comissão do Festejo do IV Centenário de São Paulo, que deixou o grupo usar um dos principais auditórios das instalações do parque Ibirapuera. Embora Quadros tivesse acabado de ser eleito prefeito em 1953, ele também estava concorrendo para governador por uma chapa de coalizão apoiada pela aliança entre o PTB, o PTN e o PSB – Partido Socialista Brasileiro. Para agradar ainda mais os delegados da conferência, Quadros fez com que a cidade transportasse os participantes da conferência em ônibus especiais. Contudo, outra complicação foi gerada pelo aparecimento na conferência do Brigadeiro-General Leônidas Cardoso, que trabalhava com o PCB na Liga para a Emancipação Nacional – uma organização que defendia mais nacionalizações como a da Petrobras – que era, ele mesmo, um candidato para a legislatura do Estado na chapa de Vladimir de Toledo Piza, candidato não oficial do PTB-PCB para governador. Entre os políticos, diz-se que apenas Cardoso e Euzébio Martins de Rocha Filho, líder do PTB, deputado e advogado trabalhista rural, discursaram para a assembleia de delegados camponeses, o que sugere a incerteza dos outros candidatos a respeito do valor de se estar intimamente ligado demais ao movimento camponês.²³ Os rivais do legado de Vargas estavam bastante divididos, cada qual lutando para definir um nível apropriado de engajamento com o movimento dos camponeses. Parece, de fato, que todos estes arranjos delicados foram finalizados nas duas primeiras semanas após o suicídio de Vargas, pois a data e o local da conferência há muito marcada, de repente, mudou durante este período.²⁴

²² Sobre Garcez e a política, vide “Josué de Castro e o Governador prestigiam os trabalhadores do campo”. *UH* (São Paulo). 20 de setembro de 1954, p. 2. Transcrição SILVA. Parte 1. p. 16-17. BENEVIDES. *O PTB e o trabalhismo*. p. 53.

²³ O secretário da cultura de Quadros, Professor Valério Giuli, forneceu transporte, e a Comissão de Festejos do IV Centenário da Cidade de São Paulo recebeu agradecimentos por ter fornecido o auditório. Vide “Moções aprovadas na II Conferência”. *TL*. 15 de setembro – 15 de outubro de 1954. p. 2. Sobre Cardoso, Toledo Piza e Rocha, vide “Cercada do carinho”. BENEVIDES. *O PTB*. p. 56. Vide os verbetes sobre cada um deles em BELOCH; ABREU. ed. *DHBB*. p. 627-28, 2773-2774 e 2993. Cardoso, que morreu em 1965, foi o pai do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Rocha, que foi eleito deputado pela primeira vez em 1946, foi investigado pelo Deops, aparentemente por causa de suas simpatias trabalhistas. Em março de 1954, por exemplo, o Deops relatou que ele havia oferecido serviços jurídicos à Associação Profissional de Trabalhadores Agrários de Guararapes, em São Paulo, um dos grupos estabelecidos para enviar delegados à conferência de setembro. Vide “Euzébio da Rocha Filho”. Deops. Processo 3J (1958). TER/SP. (Agradecimentos a John French por essa referência).

²⁴ A edição do segundo quinzenal de setembro de *Terra Livre* anunciava as datas e o lugar da conferência, assinalando a gentileza da comissão do festival ao disponibilizar as salas. “No Ibirapuera a II Conferência”. p. 1. O nome de Adhemar de Barros, um candidato a governa-

Sem dúvida nenhuma, a conferência de 1954 foi um grande momento da emergência dos camponeses como identidade política. Mesmo assim, a tradução em poder político desta emergência foi complicada. De fato, a associação de um político com a conferência não lhe garantia sucesso eleitoral. Euzébio Martins de Rocha Filho, por exemplo, perdeu sua corrida à reeleição ao Congresso, enquanto que Cardoso venceu com o segundo mais alto número de votos da história recebidos por um candidato do PTB ao poder legislativo. Os camponeses haviam se tornado agentes políticos, mas seus votos não pertenciam a um único candidato ou negociador de influências, como o PCB.²⁵

Isso ficou claro para Natal Siviero, quando o tesoureiro do PCB em Ribeirão Preto, Antônio Giroto, pediu a ele que fizesse campanha para Prestes Maia. Desde sua soltura da custódia da polícia em 1953, Siviero havia encontrado trabalho como bombeiro em um engenho de açúcar na cidade de Santa Rosa de Viterbo, na Alta Mogiana. Siviero acreditava que a ordem de Giroto teria vindo do comitê estadual central do PCB, mas isso não pode ser confirmado por uma segunda fonte. De qualquer forma, o partido estava muito longe da máquina disciplinada que o ex-capitão Luís Carlos Prestes queria que fosse. Em uma manifestação dominical de campanha em Santa Rosa, Siviero se recusou a falar em favor de Prestes Maia porque sentiu que o público estava “inflamado com Jânio”. Muitos brandiam vassouras, lembra Siviero, o símbolo do caráter renovador usado pelo carismático Quadros. Giroto e seu grupo naquele dia descobriram a verdade da advertência de Siviero, quando um deles denunciou Quadros como sendo uma fraude, pois iria esquecer seus interesses quando eleito. A multidão vaiou-os e um grupo subiu ao palco, lembra SIVIERO, ameaçando os oponentes de Quadros com os cabos de suas vassouras.²⁶

O incidente de Santa Rosa de Viterbo veio sinalizar que o Prestes Maia não ia se sair bem nas eleições de outubro. Como Siviero e Giroto, o próprio PCB

dor que se encontrava na dianteira, não era mencionado sequer uma vez nos relatos da conferência – uma circunstância provavelmente orquestrada pelo PCB, que desprezava Barros, devido à sua traição ao partido em 1947 e sua vontade de destacar-se rejeitando o legado de Vargas. No entanto, o jornal que o apoiava, *O Dia*, do Rio de Janeiro, cobriu o evento.

²⁵ Sobre a questão central desta obra, a formação política dos camponeses, vale a pena anotar a atenção dada a conferência neste mesmo sentido em capítulo 5 da tese de doutoramento da Maria Izabel Leme Faleiros (1989) e capítulo 3 da tese de Leonilde MEDEIROS, “Lavadores, trabalhadores agrícolas, camponeses: Os comunistas e a constituição de classes no campo” (Ciências Sociais, IFCH, Unicamp, 1995).

²⁶ Natal Siviero e Nazareno Ciavatta. Transcrição de entrevista a Sebastião Geraldo. Ribeirão Preto, 1988. Fita 4, lado B. p. 3-4 (transcrição Siviero/Ciavatta, entrevista a Geraldo. 4/B:3-4). Vide também Transcrição GIROTTO. p. 11. Na metade dos anos de 1950, Jânio Quadros era o novo fenômeno político, que figurativamente levava o homem comum ao centro do poder, varrendo a corrupção e o privilégio, com uma vassoura que se tornou o símbolo de sua campanha.

estava dividido, com alguns apoiando Toledo Piza e poucos entusiasmados com Prestes Maia. Mais do que qualquer dos outros candidatos, Toledo Piza dava grande destaque a suas ligações ideológicas e materiais com Vargas. Prestes Maia era uma figura mais conservadora, embora tivesse uma sólida reputação dos seus dias de prefeito interino de São Paulo, no final da década de 1940. Mas quando a eleição terminou, Jânio Quadros ganhara a cadeira de governador com 34 por cento dos votos (ver, tabela 9). Uma boa parte de sua liderança veio da capital, mas também obteve apoio dos distritos rurais onde havia feito forte campanha. Sua maior competição veio de Barros, embora ele usasse habilmente os dialetos caipiras que havia aprendido em sua vida de fazendeiro, ele tinha menos credibilidade do que Quadros como trabalhista. Em janeiro de 1954, Barros havia publicamente denunciado Vargas e se distanciado do trabalhismo. Enquanto isso, o PTB adotou uma plataforma que identificava a sindicalização rural e os direitos trabalhistas como uma de suas três prioridades, e Quadros, como candidato do PTB, podia acrescentar a esta prioridade seu passado conhecido de crítico dos latifundiários e de defensor dos imigrantes nordestinos, líderes sindicais e, em refrão constante, “dos pobres e humildes”. O companheiro de chapa de Quadros – “o getulista número um” de São Paulo, o candidato a vice-governador José Porfírio da Paz – acrescentou ainda mais apelo trabalhista à chapa vencedora. Uma declaração pós-eleição de Quadros revelou o sentido ambíguo de sua vitória: “O trabalhador da cidade e dos campos que me elegeu, humilde e sofredor, não me sujeita a qualquer partido, a qualquer grupo, a qualquer indivíduo. Sujeita-me tão só e exclusivamente ao bem comum”. O PCB não deu nenhum apoio formal a nenhum dos dois candidatos principais, mas seu trabalho com o eleitorado rural mobilizando os camponeses, havia certamente contribuído para a crescente influência do populismo no interior de São Paulo.²⁷

À primeira vista, os resultados das eleições presidenciais de outubro de 1955 dão um contraste interessante a esta tendência. A chapa do Goulart, o candidato que possuía o maior histórico de apoio à reforma agrária e à legislação trabalhista rural terminou em terceiro lugar em São Paulo, apesar do apoio do PCB. Era o candidato a vice-presidente João Goulart, “Jango”, o líder do PTB que havia apoiado legislação controversa do trabalho rural, momento no qual ele serviu como penúltimo ministro do trabalho de Vargas. Concorrendo a presidente na mesma chapa, estava Juscelino Kubitschek do PSD, ex-governador de Minas Ge-

²⁷ Sobre a campanha de 1954, vide SAMPAIO. *Adhemar de Barros e o PSP*. p. 80-85. J. M. MAYER; C. BENJAMIM. “Barros, Adhemar de”. In: BELOCH e ABREU. ed. *DHBB*. p.316-21. BE-NEVIDES. *O PTB*. p. 55-59, 116. WALKER. “From Coronelismo to Populism”. p.198-200. Sobre a citação de Quadros, vide J. M. MAYER; BENJAMIM. “Quadros, Jânio”. In: BELOCH e ABREU. ed. *DHBB*. p. 2848. Para Quadros, consulta também Vera Lúcia Michalany CHAIA. *A liderança política de Jânio Quadros, 1947-1990*. (São Paulo: Humanidades, 1992).

rais. Esta chapa de coalizão combinava dois beneficiários da proteção de Vargas, um do partido conservador que Vargas havia criado para servir aos capitalistas industriais e agrários e outro do partido populista, que ele havia formado para atrair os votos dos líderes trabalhistas e das pessoas comuns. A política interna e o apelo testado do populismo necessitavam da aliança aparentemente contraditória entre estes dois partidos e seus líderes. Como apoiador de Vargas, Kubitschek estava na ala da esquerda de seu partido, e muitos dos seus partidários mais conservadores opunham-se à sua candidatura. Goulart também havia apoiado Vargas, mas era visto como tendo empurrado o ex-presidente mais à esquerda e, por isso, muitos na classe dominante o odiavam e temiam mais do que a qualquer outro político. Compartilhando de uma fé básica nas políticas desenvolvimentistas e corporativistas de Vargas, Kubitschek e Goulart passaram a acreditar que precisavam um do outro para vencer as eleições. Ao negociar a aliança, o PTB exigiu a oportunidade de escolher os ministros do trabalho e da agricultura no novo governo. Kubitschek aceitou este acordo e deu um passo adiante em sua campanha para abraçar o populismo ao ir ao encontro do PCB. Em uma reunião secreta posteriormente relatada por um de seus secretários, Kubitschek prometeu aos líderes do PCB que seu governo recompensaria seu apoio ao deixar que o partido (apesar de ilegal) funcionasse tão livremente quanto qualquer outro partido (legal). Ele também não rejeitaria seu apoio publicamente argumentando que, em uma democracia, até mesmo os comunistas tinham o direito ao voto e ofereceu canalizar recursos do Estado através do PCB bem como do PTB. Estas alianças salientavam como os tempos haviam mudado. Não apenas o PCB havia se tornado mais reformista, mas o PSD havia se tornado mais progressista.²⁸

Nacionalmente, Kubitschek e Goulart venceram as eleições por pouco. Entretanto, em São Paulo, Adhemar de Barros tomou a liderança e o segundo lugar ficou para Juarez Távora, um general do exército conservador (embora historicamente popular), que concorria na chapa do PDC e da UDN – União Democrática Nacional e que superou Kubitschek, por aproximadamente 400 mil votos. Além disso, o companheiro de chapa de Távora, o presidente da UDN, Milton Campos, que ficou facilmente na dianteira de Goulart no estado na corrida para ser vice-presidente do Brasil. Este padrão de derrota para a chapa do PTB-PSD se repetiu de distrito a distrito em todo o estado (ver, Tabela 10). Parecia que as forças trabalhistas haviam sido derrotadas em São Paulo.

²⁸ As negociações entre Kubitschek e o PTB e o PCB são discutidas em Alexander, R.J. *Juscelino Kubitschek and the Development of Brazil*. Athens: Ohio University Center for International Studies, 1991. p. 121-44. Benevides, M. *O governo Kubitschek: Desenvolvimento econômico e estabilidade política (1956-1961)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. Especialmente p. 95-103. Vide também “Manifesto eleitoral do partido”. In: Carone. ed. *O PCB*. p.136-139. Vide também, Ferreira, *O imaginário trabalhista*.

Tabela 9: Resultados das Eleições para Governador dividida em algumas Zonas Eleitorais do Estado de São Paulo, 3 de Outubro de 1954

	Total	77	108	109	133	135	146
Governador							
Quadros	660.264	5.145	1.996	540	2.269	2.568	1.259
Barros	641.960	4.633	5.899	738	1.037	1.216	988
Prestes Maia	492.518	3.667	5.353	1.598	1.183	1.445	786
Toledo Piza	79.783	83	6.500	184	120	243	39
Branco	38.239						
Nulos	16.967						
Total	1.929.731	13.528	19.748	3.060	4.609	6.352	3.072
Vice Governador							
Porfirio da Paz	658.132	3.646	8.227	701	2.318	2.553	1.204
Salzano	625.455	4.613	5.492	712	1.017	1.144	965
Cunha Buena	532.641	5.089	5.359	1.624	1.250	1.721	829
Branco	95.994						
Nulos	17.509						
Total	1.929.731	13.348	19.078	3.037	4.585	5.418	2.998

Fonte: TRE/SP.

Nota: A Tabela 2 lista os municípios incluídos nas zonas eleitorais 108, 109, 113 e 135. A Zona 77 inclui o município de Monte Aprazível e a Zona 146 inclui Valparaíso; nas duas zonas, o PCB estava bastante ativo na mobilização dos camponeses.

Embora os resultados destas eleições precisem ser mais bem estudados, especialmente em relação aos eventos no interior de São Paulo, diversas circunstâncias conhecidas levantam questões quanto ao significado da derrota de Kubitschek-Goulart no Estado. Primeiro, nenhum dos candidatos tinha raízes em São Paulo, um estado cujo eleitorado tradicionalmente favorece os filhos da terra. De fato, ambos vinham de estados que historicamente haviam competido com São Paulo por influência política: Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

O vencedor estadual, Barros do PSP, tinha profundas raízes em São Paulo e havia perdido para Quadros na recém-terminada corrida para governador por menos de 20 mil votos. Sua campanha de 1954 havia ajudado seu partido a ganhar o controle de muitos municípios no Estado, proporcionando-lhe uma máquina política formidável, com o PSP controlando mais do que o dobro de prefeitos, vice-prefeitos e vereadores em relação a qualquer outro partido. Um prefeito do PSP foi empossado em São Paulo, também durante uma eleição especial, em maio de 1955. Barros usou sua influência sobre os governos locais para ganhar o apoio de um contingente significativo do PTB estadual. Em re-

torno pelo seu apoio aos candidatos do PTB a prefeito, Barros juntou-se com o líder do PTB, Danton Coelho, para concorrer como vice-presidente em sua chapa. Isso abalou severamente a candidatura de Goulart levando o partido nacional a formalmente expulsar Coelho. Assim, até outubro de 1955, Barros estava bem posicionado para corrigir os erros de 1954 e garantir uma vitória na corrida presidencial, pelo menos no Estado de São Paulo.

Tabela 10: Resultados das Eleições Presidenciais em Alta Mogiana, 3 de Outubro de 1955

	São Paulo total ^a	Interior total ^b	Zona 108 ^c	Zona 109 ^d	Zona 133 ^e	Zona 135 ^f
Candidatos presidenciais						
Barros	867.320	520.307	7.345	1.185	1.566	2.248
Tavora	626.627	395.000	5.502	1.513	2.301	2.369
Kubitschek	240.497	152.833	3.607	423	450	751
Salgado	159.051	128.141	2.534	420	146	954
Branco	21.497	13.541	161	66	63	97
Nulos	46.850	33.439	621	189	119	221
Total	1.962.285	1.243.260	19.770	3.778	4.645	6.640
Candidatos à vice- presidência						
Campos	726.069	463.318	7.766	1.660	2.271	2.900
Coelho	608.337	371.955	3.579	822	975	1.445
Goulart	384.083	254.921	6.212	684	837	1.383
Branco	205.401	127.382	1.714	474	490	785
Nulos	38.395	25.684	499	128	72	127
Total	1.962.285	1.243.260	19.770	3.778	4.645	6.640

Fonte: TRE/SP.

^a Total de votos para o município de São Paulo e as zonas rurais do estado.

^b Total de votos para todas as zonas eleitorais do Estado de São Paulo menos as do município de São Paulo.

^c Ribeirão Preto

^d Cravinhos, Serrana, Dumont e Guatapar

^e São Simão, Icaturama, Luiz Antônio, Serra Azul e Santa Rosa de Viterbo.

^f Sertãozinho, Pontal, Barrinha e Cruz dos Posses.

A segunda colocação de Távora e o primeiro lugar de seu adversário, Campos, são mais difíceis de explicar. Estes resultados apenas fazem sentido  luz do apoio que Távora e Campos receberam do Governador Quadros e do Presidente João Café Filho, que havia substituído Vargas temporriamente após sua morte. Em uma negociação feita em abril de 1955, que ficou conhecido como o Acordo Jânio-Café, Quadros concordou em apoiar a chapa da UDN e a não concorrer  presidência se fosse permitido a ele escolher membros de um gabinete Távora-

Campos. Até junho, Quadros emprestou seu carisma a Távora e a Campos e colocou sua máquina ao trabalho para a chapa. Campos também se beneficiou de votos para o quarto candidato presidencial, o criptofascista e nativo de São Paulo, Plínio Salgado, que não tinha um companheiro de chapa. Assim, de alguma maneira, a eleição de 1955 foi uma repetição da disputa de 1954 entre Barros e Quadros, e todos os outros candidatos, especialmente os não paulistas, eram meros espectadores. Como em 1954, praticamente todos os candidatos e seus partidários realizaram campanhas populistas, se diferenciando uns dos outros pelo grau de apoio ao protecionismo e intervenção governamental. Todos eles prometeram apoiar o “homem do campo”. Os pôsteres de campanha de Távora mostravam imagens positivas de trabalhadores rurais.²⁹

Em vez de repudiar o populismo rural, então, estas duas eleições demonstraram o poder de permanência dos apelos aos interesses do campesinato. Os camponeses logo sentiram os efeitos da vitória Kubitschek-Goulart, pois a administração apoiou a reforma e abriu as portas à liberdade do PCB, ambos encorajando o partido a dar novo impulso a sua militância rural. Um símbolo deste novo relacionamento era a presença do presidente da Ultab, Tibúrcio, na posse do Presidente Kubitschek. Determinado a participar conforme as regras políticas do jogo, o partido buscou construir sua credibilidade no interior para influenciar de forma mais eficaz o voto dos camponeses. Enquanto isso, os fazendeiros refletiam sobre a aliança nacional, ao buscar o apoio dos trabalhadores rurais para seus próprios objetivos políticos. A disposição dos dois partidos (PSD-PTB) de cooperar com uma agenda reformista ajudou a garantir o espaço para que os militantes operassem mais abertamente do que tinham em mais de uma década. Também ajudou a manter a questão agrária na agenda política nacional.³⁰

²⁹ As vitórias municipais de Barros são analisadas em “Resultados das Eleições Municipais de 3 de Outubro de 1954”. *Boletim Eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo*. IX:119. Janeiro de 1956. p. 2173-79. A importância do poder municipal nesta eleição é discutida em, L. HIPOLITO. *PSD: de Raposas e Reformistas*. (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985), p. 157-59. ALEXANDER. *Juscelino Kubitschek*. p. 143-44. Vide também BENEVIDES. *O PTB*. p. 60-62. BENEVIDES. *A UDN e o Udenismo*. p. 92-96. SAMPAIO. *Adhemar*. p. 87-90. SKIDMORE. *Politics in Brazil*. p. 143-66. *DHBB*: “Quadros, Jânio”, p.2848-49. “Barros, Adhemar de”, p. 321; “Távora”. p. 3322; “Coelho”, p. 819.

³⁰ O novo sentido de liberdade de que gozava o PCB sob Kubitschek-Goulart, assim como suas consequências, são discutidos em BENEVIDES. *O governo Kubitschek*. p. 97-103. Vide também “Presente a Ultab à Posse de Juscelino e Jango”. *Terra Livre*. 1-15 de fevereiro de 1956, p. 1. A história das políticas agrárias – reforma agrária como distribuição de terras e a aplicações das leis sociais no campo – é tratado com eficiência pelos historiadores Maria Yedda LINHARES e Francisco Carlos Teixeira da SILVA em sua bela obra, *Terra prometida: uma história da questão agrária no Brasil*. (Rio de Janeiro: Editora Campus, 1999).

A ALIANÇA DA MARCHA DA PRODUÇÃO

Um impressionante exemplo da nova aliança surgiu entre 1956 e 1958, quando alguns fazendeiros negociaram, enquanto que outros competiram com militantes locais, de maneira a obter apoio dos camponeses para a “Marcha da Produção”, uma marcha planejada dos produtores de café até o Palácio do Catete, a residência presidencial no Rio de Janeiro. A economia do café entrara em um novo ciclo em 1956 com árvores plantadas durante o *boom* do pós-guerra chegando, gradualmente, à maturidade de produção, e forçando os preços do café a caírem. Apenas a geada devastadora do norte do Paraná foi capaz de controlar o volume das colheitas e, assim, a queda dos preços em 1955, ainda que ao grande custo para os fazendeiros e camponeses daquela região. Desse ano até 1959, quando os trabalhadores dos cafezais fizeram uma colheita sem precedentes, foram 44 milhões de sacas, o que tornou a oferta maior do que a demanda. Para recuperar as perdas no preço do café, os fazendeiros passaram a culpar o “confisco cambial”, objeto do capítulo anterior, pela maioria de seus problemas. Preparando um ataque à política governamental, os fazendeiros organizaram diversas manifestações para atrair tanto a participação dos camponeses como dos proprietários. Esperando se beneficiarem de uma manifestação unificada de apoio à comunidade rural pela eliminação da política de manipular as taxas de câmbio do café, os fazendeiros finalmente concordaram em incluir a sindicalização rural e a legislação do trabalho agrícola em suas listas de reivindicações.³¹

Em agosto, setembro e outubro de 1956, grupos de colonos de café e fazendeiros se uniram em manifestações da “marcha da produção”, em Cafelândia e Bauru em São Paulo e Jacarezinho, Rolândia e Apucarana no Paraná. Outra manifestação, excepcional em sua rejeição da participação dos camponeses, foi realizada em um tênis clube exclusivo de Marília, São Paulo. Falando no evento de Marília, um fazendeiro paranaense atacou a infiltração comunista entre os colonos do café, e alarmou sua plateia com notícias de que um sindicato rural de sua área, inspirado pelo comunismo, contava com mais de 20 mil membros. Mas o tom de cooperação entre os camponeses e fazendeiros foi predominante nas outras manifestações. Em Cafelândia, onde mais de 3 mil fazendeiros, sitiados de café e colonos se reuniram, o colono Catáline de Oliveira falou em nome dos trabalhadores, ao exigir a

³¹ Transcrição SILVA. Parte 1. p. 14-8. “Marcha da produção: Possibilidade de paralisação total dos trabalhos agrícolas. A luta tenaz contra o confisco cambial”. *Brasil Rural* (periódico da Faresp). 170. Setembro de 1956. p. 6-19. “Milhares de lavradores irão ao Rio”. *TL*. Setembro de 1956. p. 1-5. BENEVIDES. *O governo Kubitschek*. p. 168-9. Sobre a economia do café, vide A. BELTRÃO. “Café”. In: BELOCH e ABREU. ed. *DHBB*. p. 523.

proteção de seus direitos tradicionais de cultivar suas lavouras de subsistência intercaladas entre as fileiras de café. Ao passo que os fazendeiros expressavam compaixão pelo fardo dos trabalhadores do café, contudo, eles ignoravam, ao mesmo tempo, sua própria responsabilidade, e afirmavam que a situação dos colonos podia apenas ser melhorada com a eliminação dos impostos sobre a exportação.³²

O tom de colaboração foi crescendo durante o período de mobilização no final de 1956. Os fazendeiros e camponeses terem se unido provisoriamente em torno de uma causa comum, os termos eram bastante diferentes do paternalismo que formou o conceito de “clá fazendeiro”, que animara os porta-vozes dos fazendeiros nos primeiros debates políticos. Em 21 de outubro, o presidente da Faresp, Clovis de Salles Santos, publicou uma carta na imprensa paulistana comemorando a mobilização como “uma revolução social sem sangue”. Na carta, que foi publicada também no *Terra Livre*, Salles Santos escreveu:

Os que estão apavorados com essa marcha ordeira e pacífica são os donos de situação, os que construíram fortunas fabulosas, ou aqueles que vivem com todo o conforto nos grandes centros. (...) Cumprimos, ainda, mostrar o que verdadeiramente, existe no meio agrário. É o despertar de uma consciência. É o homem do campo, sem dúvida, a maior reserva moral da nacionalidade, que está adquirindo consciência dos seus direitos. Esse despertar representa nova aurora para a nossa pátria. É uma revolução social

³² “Marcha da Produção”. p. 6-19. A manifestação de Marília foi especialmente influenciada por eventos no Paraná, devido a sua proximidade com o Estado. Após a conferência camponesa de 1954, os delegados do Paraná, como Antônio Gondim de Alencar, haviam acabado de voltar a seu Estado quando a geadas de 1955 piorou consideravelmente as condições dos trabalhadores do café. Com operações baseadas em Londrina, ele e outros militantes experientes, como Manuel Jacinto Correia (que havia participado da Guerra de Porecatú) organizaram diversos sindicatos de trabalhadores rurais, atraindo por volta de 15 mil membros até meados de 1956, quando as chuvas trouxeram ainda maiores dificuldades aos trabalhadores. A história recebeu muita atenção da imprensa, em três grandes jornais, em agosto, imediatamente antes da manifestação de Marília. Aparentemente, os fazendeiros haviam sentido que as vantagens políticas estavam do lado do PCB, o que os impedia de agora chegar a um acordo com os militantes – ou, pelo menos, a publicidade criou-lhes um constrangimento, que os forçou a tomar uma posição claramente anticomunista. Nesse meio tempo, os funcionários públicos de Londrina tentavam reduzir as tensões, oferecendo ajuda aos camponeses em dificuldades, e o zeloso promotor Paulo d’Assumpção fechou o sindicato e tentou processar seus líderes. Suas ações foram frustradas pelo Juiz Hércules de Macedo Rocha, que não encontrou provas de ato criminoso no comportamento dos acusados. Relatos desses acontecimentos em *O Estado de S. Paulo*, *Diário de São Paulo*, *Notícias de Hoje* e *A Gazeta* chamaram a atenção do Consulado Americano em São Paulo. Vide Philip RAINE, American Consul-São Paulo, to Department of State. 21 de agosto de 1956. Despatch No. 23; 29 (28 de agosto de 1956). PF 732.001. M1511/5. DS/USNA.

sem sangue, obediente à lei, atenta aos postulados do regime democrático que, pouco a pouco, se vai processando.³³

Apesar da volta da frase vaga do Vargas – “o homem do campo” – já vimos como a cooperação foi negociada em bases políticas e não paternalistas. Na conclusão da carta, o *Terra Livre* comenta: “a passeata dos lavradores, fazendeiros, e trabalhadores agrícolas ao Rio de Janeiro para defender seus interesses, merece ser apoiada”. Para Salles Santos, tratava-se de uma manifestação do campo moral contra a cidade imoral. Para Lyndolpho Silva, tratava-se de uma oportunidade para aumentar a frente única.

A maior e mais dramática manifestação de 1956 aconteceu em São José do Rio Preto, centro comercial da região Alta Araraquarense de São Paulo, localizada imediatamente um pouco ao oeste da região de Ribeirão Preto, a Alta Mogiana. Cerca de 3.500 colonos, parceiros e outros agricultores – a maioria organizada por militantes comunistas – se reuniram no centro da cidade no dia 10 de novembro para ouvir os discursos dos representantes dos fazendeiros, tais como Salles Santos e Luís Duarte da Silva, presidente da associação local de fazendeiros. Dirigindo-se ao grupo, Duarte afirmou que a sindicalização rural era uma “necessidade premente” e “o primeiro passo dessa nova era”, marcando o final da abolição da escravatura, até então deixada incompleta.³⁴ Aqui tínhamos um importante fazendeiro adotando exatamente o mesmo discurso utilizado pelos militantes em suas lutas contra os proprietários desde a Primeira Grande Guerra.

Para organizar um evento tão impressionante, Duarte providenciou a presença de mais de 2 mil trabalhadores rurais junto aos organizadores comunistas do campesinato, incluindo Irineu Luís de Moraes. Moraes garantiu um número alto de participantes, desde que os camponeses pudessem trazer bandeiras exigindo sindicalização, aumentos de salário e outras medidas. Duarte falou com os membros da associação rural que concordaram com os termos de Moraes, pedindo apenas que não se fizesse nenhuma menção à União Soviética. As exigências dos trabalhadores tornaram-se itens de barganha, quando o prefeito de São Paulo, Vladimir de Toledo Piza – indicado como porta-voz da manifestação – apresentou as exigências dos fazendeiros a funcionários do governo no Rio de Janeiro. “É o trabalhador rural quem produz o que o povo brasileiro

³³ “Fala o Presidente da Faresp sobre a ‘Marcha da Produção’” *Terra Livre*. Ano VIII, n. 73, 1ª de out., 1956, p. 4.

³⁴ Sobre a manifestação de Rio Preto, vide “Condenada a ação dos políticos profissionais no setor rural. Concentração rural da Alta Araraquarense”. *Brasil Rural*. 173. dezembro de 1956. p. 4-6. “Marcha da Produção”. *Terra Livre*. Ano VIII, n. 75, 1ª de dez., 1956, p. 1. O discurso de Duarte está em “São José do Rio Preto: Reforma cambial e reforma bancária, pontos básicos”. *Brasil Rural*. 174. Janeiro de 1957. p. 27.

come”, disse Toledo Piza. E, no entanto, “o regime de trabalho para os homens do campo ainda é aquele (...) cenário doloroso” dos tempos do Brasil Colônia. Para acabar com essa situação e melhorar as condições de vida dos colonos do café, o imposto cambial devia ser eliminado.³⁵

O dia da marcha ao palácio presidencial, continuamente atrasado pelas negociações com o governo, aproximava-se à medida que outro grupo de manifestações foi realizada, em maio de 1958. Convencidos de que era nas mãos dos trabalhadores que estava o futuro do café, os fazendeiros selecionaram o Primeiro de Maio para a realização das enormes assembleias públicas de Birigui, Osvaldo Cruz, Guariba e Jaboticabal, uma importante cidade Araraquarense, localizada a cerca de 50 km a oeste de Ribeirão Preto.³⁶ Com 10 mil pessoas na manifestação de Jaboticabal, os líderes da FARESP pediram a seu público que apoiasse uma plataforma apartidária de 12 reformas, incluindo a eliminação do imposto cambial, a organização de sindicatos rurais e a aprovação de leis de proteção ao trabalho rural. A ameaça de instabilidade e de rebelião parecia motivar alguns dos organizadores da manifestação. “Lavradores de barriga vazia representam uma revolução social em marcha”, avisava Silvio Borsari, presidente da associação de fazendeiros de Jaboticabal. Falando em nome da federação de fazendeiros, Toledo Piza afirmou que “a FARESP conclamava os trabalhadores da cidade e do campo para que se unissem em uma revolução branca, que há de evitar uma revolução sangrenta”.³⁷

A Marcha da Produção dos fazendeiros nunca foi realizada. Os organizadores planejavam juntar-se aos chefes rurais e aos camponeses em uma marcha ao longo

³⁵ Irineu Luis de Moraes. Transcrição de entrevista com o autor. Ribeirão Preto, 22 de agosto de 1988. Parte 1. p. 33-34. Sobre a citação de Toledo Piza, vide “Condenada a ação dos políticos profissionais no setor rural”, p. 5.

³⁶ Enxada contra Cadillac. Os homens do campo festejam o 1º. de Maio – Luta o homem do campo pela sua emancipação econômica – Lavradores de barriga vazia representam uma revolução em marcha – Esclarecimento do interior – Arregimentação política em bases partidárias”. *Brasil Rural*. .n. 190. Maio de 1958. p. 6-11.

³⁷ Sobre a plataforma de 12 reformas, vide “Arregimentação rural política apartidária”. *Brasil Rural*. 189. Abril de 1958. p. 68-73. Na página 12, temos a lista de exigências: 1) Combate ao aumento de impostos; 2) Luta contra o “confisco cambial” e as tabelas de preços que prejudicam os produtores e consumidores; 3) Alteração do sistema de distribuição de renda em benefício dos municípios; 4) Diminuição do custo de vida; 5) Aumento do nível de vida da população rural; 6) Melhoria ao acesso a crédito para agricultores, diminuindo taxas de juros e aumentando prazos; 7) Fornecimento de assistência médica, odontológica, hospitalar e de maternidade para a população rural; 8) Um sistema eleitoral honesto e significativo; 9) Melhor seleção de candidatos políticos para representar o interior; 10) Sindicalização rural, por lavradores legítimos; 11) Reforma agrária que seja uma verdadeira “organização da agricultura”; 12) Lei de proteção adequada para trabalhadores rurais, e respeito pelos direitos dos proprietários de terra do campo. Sobre as citações de Borsari e Piza vide “Enxada contra Cadillac”, p. 10.

da rodovia que liga São Paulo ao Rio de Janeiro. Eles desejavam bloquear o tráfego nesta importantíssima artéria comercial, enchendo-a com tratores em marcha lenta, veículos rurais e manifestantes a pé. Vendo que uma crise se desenhava no horizonte, o governo ameaçou a FARESP com uma intervenção militar, além da violenta supressão da marcha, caso ela acontecesse, o que fez com que os fazendeiros desistissem da ideia. Com um tom de sarcasmo, Lucas Lopes, ministro federal das finanças, agradeceu aos fazendeiros pela contribuição monetária necessária à compra das armas que seriam usadas para detê-los.³⁸ Como mostra o incidente da Marcha da Produção, as relações políticas e sociais no campo haviam mudado consideravelmente desde 1945, quando os fazendeiros, com uma autoconfiança equivocada, haviam tido por certo o apoio dos trabalhadores. Desta vez, dirigentes da burguesia agrária haviam negociado suas reivindicações com representantes-militantes dos camponeses ao organizarem uma manifestação e se reinventaram como líderes políticos, e não patriarcais.

“ISSO AÍ É DE LEIS”

Para aproveitar e expandir as consequências desses eventos e assegurar a posição do partido como defensor do campesinato, os organizadores da Ultab, Portela e Silva, viajaram pelo interior pregando o evangelho da sindicalização rural, enquanto trabalhavam secretamente pelo aprofundamento da base rural do partido. Nas zonas de cultura do café e da cana-de-açúcar de São Paulo, Silva descobriu a utilidade prática da lei. “Nós, neste movimento, a gente levava em conta, que os trabalhadores do campo e os camponeses e os assalariados, eles são homens que acreditam muito na lei”, afirma. “Foram educados assim. O que está fora da lei, eles têm medo”.

Em São Paulo, a lei impressionava muito, tanto os trabalhadores quanto as autoridades. Silva se lembra de ocasiões em que a polícia local desistiu de reprimir a assembleia dos trabalhadores rurais quando se mostrava a seus oficiais uma cópia da lei de sindicalização rural, Decreto-Lei número 7.038, de 1944, anunciado por Vargas. Tais demonstrações do poder da lei ajudaram a controlar a repressão e encorajar os camponeses. No Brasil, “o camponês (...) nunca teve condições, pelo seu alto grau de analfabetismo, pelo seu desligamento das fontes de informação, ele não sabia em que mundo ele estava”, o Silva me explicou. “O grande lugar [onde] encontraria um pouco de alento para essa situação era ir para

³⁸ Sobre planos de barreiras nas estradas, vide Oliveiros S. Ferreira, entrevistado por Maria Victória de Mesquita Benevides, citado por BENEVIDES, *O governo Kubitschek*. p. 168. Sobre Lopes, vide *Maquis*. 73. 1º. de novembro de 1958. In: BENEVIDES. *Kubitschek* p. 169.

a igreja”. Tradicionalmente, o padre ficava do lado dos fazendeiros e “pregava a paciência que isso é assim. Que é como Deus quer, assim”. Mas, à medida que os trabalhadores rurais foram informados sobre a lei, começou a emergir uma visão alternativa na sociedade rural. Os trabalhadores aprenderam que tinham direitos legais que podiam ser defendidos no tribunal. Eles tinham “até uma expressão, sobretudo o homem nordestino: (...) ‘Isso aí é de leis’”. Apesar de não poderem contar com a imparcialidade dos delegados e juízes, a existência das leis fazia com que o camponês tivesse “coragem de defender isso, porque ele achava que podia ir à justiça cobrar esse direito”.³⁹ Os trabalhadores rurais começaram a usar a lei e suas promessas como ferramenta chave para construir uma estratégia anti-hegemônica contra os latifundiários. Para ajudar esse processo, Silva começou a publicar uma coluna de direito trabalhista no jornal *Terra Livre*, intitulada “Conheça os seus direitos”.

Alguns analistas do movimento trabalhista no Brasil criticaram a ênfase dada pelo partido à defesa da lei. Essa ênfase canalizava o protesto em categorias definidas que continham os trabalhadores em estritas relações capitalistas de produção. Mas Silva acreditava que as condições reais justificavam a nova política, ao menos para a sociedade rural. O partido interpretava as obrigações não pagas para os camponeses nas fazendas – para serviços na brigada anti-incêndio, por exemplo, ou na construção de estradas – como vestígios de feudalismo. Usar a lei para determinar um valor para essas obrigações e determinar um salário mínimo era trazer o trabalhador do campo à era moderna⁴⁰. Por iniciativa própria, explica Silva, os camponeses haviam transformado em armas de luta as estipulações da lei bem antes da fundação da Ultab, provando

³⁹ Transcrição SILVA. Parte 1. p. 25-30. Silva conta como o decreto ajudou a deter a polícia nas cidades de Monte Azul Paulista, Tabatinga e Nissen. Vide também Lindolfo SILVA, 1º. Secretário da Ultab. “É ilegal o desconto de aluguel de casa”. *Notícias de Hoje*. p. 4, 16 de março, 1956.

⁴⁰ “O Partido partia do princípio de que o Brasil era um país semifeudal, o que me parece absurdo”, afirma Caio PRADO JÚNIOR, um membro do PCB que criticava as políticas do partido. “Para o Partido”, continua, “estávamos vivendo num país semifeudal, que precisava, portanto, de uma revolução democrático-burguesa para acabar com essa situação. A meu ver, tudo isso é fantasia (...). O problema é de capitalismo mesmo. Hoje já não se fala mais de feudalismo, porque fica meio escandaloso, mas em pré-capitalismo, o que havia antes era o feudalismo nos países que copiamos. É para disfarçar que se fala em pré-capitalismo. O problema é que sempre tivemos um capitalismo deformado, atrasado, mas capitalismo, a extorsão capitalista do sobreproduto do trabalho, da mais-valia. O Partido nunca compreendeu isso. Por tudo isso é que o problema da reforma agrária é colocado simplesmente em termos de divisão de terra. Mas como dividir uma grande empresa como uma fazenda de café? Não é possível. Reforma agrária no Brasil significa uma transformação que é preciso estudar em cada caso, em cada lugar.” In: *A História Vivida: Documentos Abertos*. Volume 1. Lourenço Dantas MOTA. ed. (São Paulo: O Estado de São Paulo, 1981). p. 314-15.

seu caráter progressivo. Conforme discutimos no Capítulo 2, a CLT de 1943 dava aos trabalhadores agrícolas os direitos legais de terem um descanso semanal, férias anuais remuneradas, contratos de trabalho individuais e padronizados e aviso prévio de demissão (ou compensação monetária correspondente). Além disso, a Constituição de 1946 afirmava que as leis do salário mínimo se aplicavam a todos os trabalhadores, incluindo aqueles na agricultura, exigindo o pagamento de salários que estivessem de acordo com os levantamentos regionais do “mínimo salário de subsistência” e limitando a quantidade de compensação que podia ser paga em bens como comida e roupas, em vez de dinheiro.⁴¹ A começar pelo ajuste de salários de dezembro de 1951, uma cópia do agendamento do salário mínimo foi incluída na caderneta agrícola, que era distribuída aos colonos de São Paulo.⁴² O Capítulo 1 mostra como a caderneta punha, literalmente, a lei nas mãos dos colonos. A julgar pelos casos específicos discutidos na *Revista da Sociedade Rural Brasileira*, e pelo periódico *Revista de Legislação do Trabalho*, a questão das férias remuneradas do colono gerou uma das disputas judiciais mais prolongadas do início da história do direito do trabalhador rural.⁴³

⁴¹ Sobre a CLT, vide Capítulo 2 e artigos 76-141, 442-467, 487-491 e 506 da Consolidação das Leis do Trabalho. Artigo 157 da Constituição Federal de 1946.

⁴² O Decreto Estadual de São Paulo, número 6.405 de 19 de abril de 1934, exigia que os proprietários distribuíssem cadernetas agrícolas a seus empregados gratuitamente, após adquiri-las pelo valor nominal de Cr\$5,00 da Secretaria do Trabalho (vide Capítulo 1). O agendamento de valores para o salário mínimo de 1951 estava impresso na caderneta, mas os ajustes anteriores do valor do salário mínimo, de 1º de maio de 1943 (Decreto 5.452) não estavam. As cadernetas incluíam também uma cópia da maioria dos artigos da CLT que se aplicavam aos trabalhadores rurais. A parte mais importante era a tabela onde eram anotados os valores pagos e devidos, que ocupava cerca de 35 páginas do livreto. As leis federais 1.150 de 5 de janeiro de 1904, 1.607 de 29 de dezembro de 1906, 6.437 de 27 de março de 1907 e 2.400 de 9 de julho de 1913 determinavam, inicialmente, a distribuição de uma tabela de valores para todos os trabalhadores e empregadores rurais. Como acontece com esse tipo de lei, a aplicação era irregular; muito provavelmente, um número limitado de trabalhadores recebeu cadernetas, e um número ainda menor teve suas cadernetas mantidas em dia. Para um breve comentário de um contemporâneo das leis que se aplicavam aos trabalhadores rurais, vide Oscar J. Thomazini ETTORI, “Mão de obra na agricultura paulista”. In: *Agricultura em São Paulo*. v.8, n.12, dez., 1961, p. 13-39.

⁴³ Vide, por exemplo, “Férias: empregados rurais. Processo TRT-SP 577-48”. In: *Revista Legislação do Trabalho (RLT)*. (São Paulo) 12:139. Novembro de 1948. p. 456. “Colono: férias. Processo TRT-SP No. 1.033-52”. *RLT*. 17:196. Agosto de 1953. p. 310. “Férias de colonos de café. Processo No. 6,535-51”. *RLT*. 18:201/202. Janeiro/fevereiro de 1954. p. 70-73. Vide também Dr. Edras Pereira GERBELLO. “O colono e o direito às férias”. (*RSRB*). 31:365. Abril de 1951. p. 32-3. Dr. Virgílio dos Santos Magano. “Férias aos colonos”. *RSRB*. 31:370. Outubro de 1951. p. 28-31. Dr. Eduardo de Carvalho. “Férias aos colonos”. *RSRB*. 32:374. Março de 1952. p. 60-1. Carvalho. “Férias aos colonos”, 32:375. Abril de 1952. p. 48-52.

A disputa sobre as férias remuneradas ajudou a estabelecer para o trabalhador agrícola a aplicação dos direitos descritos em artigos da CLT que se aplicavam especificamente a eles. A questão das férias estimulou um debate jurídico que rendeu páginas e páginas de decisões dos tribunais.⁴⁴ Dispersas, soltas e independentes, essas e outras decisões judiciais contribuem para demonstrar o interesse dos trabalhadores pela lei, assim como o dos juízes em aplicar a CLT ao campo.⁴⁵ Vários fatores limitaram e enfraqueceram ambos os interesses. Os tribunais não tinham poder independente para a elaboração de políticas públicas e, ainda que decisões anteriores não pudessem ser ignoradas, nada impedia que juízes locais revertissem o precedente e reinterpretassem a jurisprudência.⁴⁶ Os recursos podiam reverter as decisões, mas isso exigia um processo longo, caro e cansativo, muito além dos meios e da paciência da maioria dos trabalhadores rurais. Para que a lei fosse eficaz e tivesse sentido para a maioria dos camponeses, ela precisava ser aplicada regular e definitivamente, com o apoio da força do Estado. Além disso, apenas uma pequena parte da CLT se aplicava aos trabalhadores rurais e, para que a lei trouxesse benefícios de curto prazo para eles, suas regras precisavam ser expandidas e detalhadas. Para obter esses objetivos,

⁴⁴ Vide especialmente Doutor Humberto de Andrade JUNQUEIRA. “Férias de colonos”. *RSRB*. 31:371. Novembro de 1951. p. 70-6 e “Férias. Colono de fazenda. Processo TST 5.176-51”. opinião majoritária escrita por Dr. Geraldo Montedonio Bezerra de MENEZES. 2 de setembro de 1952. *RLT*. 17:189. Janeiro de 1953. p. 21-32. MEDEIROS. *História dos movimentos*. p. 24. Neste voto, argumenta-se que uma decisão de 1951 do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo reconhecia o direito a férias remuneradas dos “colonos e demais assalariados agrícolas”, e sugere que esse caso ajudou a “criar uma jurisprudência que garantia alguns direitos” aos camponeses. Esse caso determinou o padrão nacional, mas, como veremos adiante, os juízes regionais ainda ignoravam frequentemente o precedente.

⁴⁵ Determinar números que permitam quantificar o uso da lei pelos camponeses é uma tarefa quase impossível, que exigiria que se consultassem centenas de milhares de arquivos judiciais regionais. Podemos obter uma indicação genérica da intensificação do uso da lei pelos trabalhadores rurais se contarmos o número de casos publicados na *RLT*, um periódico independente, associado à prestigiosa Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Entre 1942, quando a revista começou a ser publicada, e 1950, 11 casos trabalhistas camponeses foram publicados. No período seguinte, 1951 a 1960, o número de casos rurais publicados dobrou. Disputas trabalhistas em São Paulo geraram a maioria dos casos de ambos os períodos: 64% e 73%, respectivamente. O primeiro período parece ter sido uma época em que o sistema jurídico estava se adaptando para dizer a lei em casos de disputas trabalhistas rurais. Vide, por exemplo, Mozart Victor RUSSOMANO. “Os direitos trabalhistas do empregado rural”. *RLT*. 13:145. Maio de 1949. p. 247-49 e Wellington BRANDÃO. “Salário mínimo e outros direitos fundamentais do trabalhador rural”. *RLT*. 14:149. Setembro de 1949. p. 419-28.

⁴⁶ Ao contrário do que ocorre em países de língua inglesa, onde a decisão de uma corte superior é obrigatória como precedente de uma inferior, no Brasil, como em outros países de tradição jurídica continental, o juiz, ainda que influenciado pela jurisprudência, não está obrigado a observar o precedente. Nota dos tradutores.

era necessário aplicar pressão sobre os tribunais, sobre os fazendeiros e sobre o governo. Levando em conta esses motivos, os militantes da Ultab, como Silva e Portela, dedicaram grande parte de sua energia à formação de organizações de trabalhadores rurais.

Nos meses que precederam e sucederam a conferência camponesa de setembro de 1954, os conselhos regionais do PCB no interior começaram a formar organizações camponesas. Em algumas áreas, elas eram chamadas de associações rurais, e eram registradas formalmente junto ao Ministério da Agricultura, de acordo com o Decreto-Lei número 8.127 de 1945. A Ultab relatou que 108 organizações em forma embrionária haviam sido estabelecidas em 17 estados até 1956; 14 outras haviam sido formadas até 1959.⁴⁷ Com a autorização dos órgãos competentes, a palavra “sindicato” podia substituir “associação” e a organização podia registrar-se junto ao Ministério do Trabalho. Os militantes afirmavam ainda que suas atividades encontravam-se dentro da lei – como o episódio descrito por Silva, citado aqui anteriormente, pode confirmar – levando em conta a existência da lei de sindicalização rural de 1944.⁴⁸ Nesse ínterim, o reconhecimento oficial era difícil de obter. Ainda que a Ultab afirmasse que o número de sindicatos havia aumentado de 30 para 50 entre 1956 e 1959, apenas seis sindicatos de trabalhadores rurais haviam recebido o reconhecimento ministerial até 1961.⁴⁹ Em algumas áreas, como a da Alta Mogiana, o PCB conseguiu, ainda assim, estabelecer sindicatos de trabalhadores agrícolas, evitando

⁴⁷ Sobre a lei 8.127, o decreto de “organização da vida rural”, vide o Capítulo 2. Sob essa lei, qualquer pessoa envolvida em agricultura poderia formar uma associação rural e usar a associação para representar os “interesses da classe”. Apenas uma associação podia ser formada em cada município; portanto, onde latifundiários e fazendeiros já haviam fundado uma associação, o partido tendia a formar um sindicato de trabalhadores para atuar em “paralelo”, numa tentativa de influenciar as políticas das associações já existentes, dominadas pelos proprietários. Vide relatório da Ultab intitula-se “Relatório sobre a Organização dos Lavradores e Trabalhadores Rurais”. In: MEDEIROS. *História dos Movimentos*, p. 51.

⁴⁸ “Caipiras de todo o mundo encontram-se no Ibirapuera.”

⁴⁹ Superintendência de Política Agrária (Supra). Sindicatos Rurais. Relação Número 1. Rio de Janeiro. 31 de dezembro de 1963. p. 18. In: Robert E. PRICE. *Rural Unionization in Brazil*. University of Wisconsin, Land Tenure Center. Study No. 14. August 1964. p. 68. As estatísticas da Ultab estão em “Relatório sobre a Organização”. Fernando Antônio AZEVEDO. *As ligas camponesas*. (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982). p. 55. Neste livro, ficamos sabendo que cinco sindicatos rurais foram reconhecidos sob a lei 7.038 até 1955. Apenas dois desses sindicatos são identificados: um em Campos (RJ) e outro na Usina Barreiros de São Paulo, ambos de trabalhadores de engenhos de açúcar. Dos outros três, mais dois estavam em São Paulo, e outro na região de cacau da Bahia. Ao contrário dos trabalhadores dos canaviais, os direitos dos empregados de engenho estavam regulados pela CLT, que permitia que formassem sindicatos. Vide Artigos 19 a 26 do Decreto Lei No. 6.969, de 19 de outubro de 1944: Dispõe sobre o Estatuto da Lavoura Canavieira. *RLT*. v.16, n.181, maio, 1952, p. 261-262.

entrar em conflito com a lei por denominá-los sindicatos “em formação”. Além de fundar um sindicato formado no município de Ribeirão Preto, o partido ajudou a estabelecer sindicatos em diversos outros municípios da região, inclusive Franca, São João da Boa Vista, Igarapava, Batatais, Morro Agudo, Sertãozinho, Pontal e Altinópolis.⁵⁰

A FUNDAÇÃO DA JUNTA DE TRABALHO DE RIBEIRÃO PRETO

O caso de Ribeirão Preto e da região da Alta Mogiana revela alguns detalhes de como o movimento camponês se desenvolveu nesse período. Quando Ciavatta voltou ao campo de sua estreia como porta-voz na conferência de setembro, ele tirou a gravata e arregaçou as mangas para levar adiante a delicada tarefa de sindicalização. Tendo vivido os primeiros 22 anos de sua vida na região, ele sabia que os confrontos prometiam inspirar a adesão dos trabalhadores apenas na medida em que isso não pusesse em risco seus empregos nem trouxesse a ameaça de prisão.

Desta maneira, foi com grande relutância que, em março de 1955, o Ciavatta concordou em assinar um documento, autorizando que os colonos do café da Fazenda São Sebastião do Alto, de Quintino Facci, fizessem greve. Os colonos o haviam abordado em diversas ocasiões, pedindo inúmeras vezes que o sindicato os apoiasse a realizarem uma greve que forçasse Facci a pagar o salário mínimo. Quando finalmente eles entraram em greve, Facci chamou a polícia, que prometeu levar os grevistas para o escritório regional da secretaria do trabalho. Alguns colonos foram levados para lá, mas a polícia levou os líderes para a cadeia e os prendeu. Para ajudar soltá-los, Ciavatta organizou os cerca de 25 colonos que estavam na secretaria do trabalho em um protesto, ocupavam o escritório. Os colonos afirmaram que não sairiam da delegacia até que os líderes fossem soltos e que Facci aumentasse os salários. Organizada espontaneamente, o grupo não sustentou a ocupação. Quando a pressão foi interrompida, no entanto, Facci demitiu os supostos líderes da greve e, de acordo com um trabalhador, aprisionou outros participantes “como se fossem escravos” na fazenda. Ciavatta e Luiz Anaconi, um colono, foram presos, e Ciavatta permaneceu na cadeia até maio.⁵¹

⁵⁰ Antônio GIROTTI, entrevista com Sebastião Geraldo. Ribeirão Preto, 28 de novembro de 1988. Transcrição. p. 5.

⁵¹ Transcrição SIVIERO/CIAVATTA, entrevista a Geraldo. De acordo com um relato de um jornal, recontando o incidente, os colonos de São Sebastião ganharam, ao final, um aumento de salários não especificado, e sua vitória levou quase mil outros colonos da região a exigirem e ganharem um aumento de Cr\$ 5,00 por dia, nas fazendas Santa Luiza, Matão, Santa

Após a soltura, Ciavatta seguiu seus instintos e levou adiante ações mais conciliatórias. Em julho, o sindicato entrou com uma ação em nome de um trabalhador da Usina da Pedra, protestando contra a dedução de 33% de seu salário em pagamento de aluguel. Esse tipo de dedução tornar-se-ia central para as muitas ações trabalhistas que viriam a ser intentadas nos anos seguintes. No fim do ano, Ciavatta pediu ao delegado regional da secretaria do trabalho que reconhecesse o sindicato de Ribeirão Preto – outra causa de discórdia nesse período da história do movimento camponês. Em janeiro de 1956, 700 membros compareceram à cerimônia de fundação formal (ainda que extraoficial) do sindicato e confirmaram o nome de Ciavatta como presidente. Votou-se também que ele receberia um salário, a ser pago com contribuições sindicais, equivalente ao salário mínimo regional. Ciavatta parecia bem-sucedido em tudo o que fazia como líder dos camponeses organizados. Quinze meses após a conferência de São Paulo, a região da Alta Mogiana era de longe a mais bem organizada do estado, com membros em mais de 250 fazendas, e com ações coletivas em mais de 12.⁵²

De acordo com a narrativa de Ciavatta, um de seus mais importantes sucessos veio no fim de janeiro. Em uma viagem ao Rio de Janeiro, organizada pela Ultab, Ciavatta, juntamente com quatro outros líderes do movimento sindical da região, foram pedir ao Ministro do Trabalho, Nelson Omegna, que reconhecesse seus sindicatos oficialmente. “Eu expliquei pro Ministro do Trabalho o que estava acontecendo aqui, que a polícia tinha fechado o sindicato, que me prendeu, que a polícia invadia as fazendas, prendia os trabalhadores que estavam no sindicato”, relembra Ciavatta. “A perseguição era grande, os fazendeiros contra os trabalhadores, tudo isso”. Mas Omegna, um professor de sociologia, militante do Partido Trabalhista em São Paulo, insistia que o que Ciavatta e os camponeses de Ribeirão Preto precisavam não era de um sindicato, e sim

Adelaide, Monte Vistos e Conquista. “Ribeirão Preto: mais de mil trabalhadores tiveram aumento de salários”. *TL*. Ano VII, n.60, jan., 1956, p. 4. Um relato contraditório está em uma carta publicada em *Terra Livre*, assinada por Silva Oliveira. Ele afirma que a maioria dos grevistas foi demitida, apesar de sua “grande unidade”, e que sua filha, que trabalhava como empregada doméstica na casa de Facci, foi demitida, para puni-lo por ter participado da greve. Apesar de seu desejo de sair da fazenda, Facci havia impedido que ele fosse embora. As condições haviam piorado muito, sem direitos, com tratamento semiescravo, e proibição de qualquer tipo de diversão. “Quintino Facci proibiu até futebol em sua fazenda”, *TL*. Ano VIII, n.73, 1ª de out., 1956. p. 2 Estas duas histórias são compatíveis se imaginarmos que a vitória de 1955 talvez tenha “perdido sua validade” no ano seguinte. Em junho de 1991, Facci recusou-se a conceder entrevista ao autor sobre esse evento. (Notas de campo do autor, 25 de junho de 1991).

⁵² Vide “Na Região Mogiana, em São Paulo: Colonos sindicalizados em mais de 250 fazendas”. *Terra Livre*. 1-15 de julho de 1955. p. 1. “Notícias Breves”. *Terra Livre*. 15-30 de novembro de 1955. p. 1. “Ribeirão Preto: Mais de mil trabalhadores”.

de uma Junta de Trabalho. Ciavatta afirma: “Achei que aquilo era uma desculpa esfarrapada”.⁵³ Na verdade, Ciavatta teve sorte de ter falado diretamente com o ministro. Omegna, que representava a ala mais liberal do PTB de São Paulo, havia sido indicado para o cargo durante a crise que havia sucedido a eleição de Kubitschek e Goulart. Ele ocupou o cargo por apenas algumas semanas, mas, durante esse breve interregno, suas ideias liberais influenciaram políticas que criaram uma abertura para o ativismo de base em todo o movimento trabalhista. Ainda assim, ele foi também em parte vítima da caça aos comunistas. Pouco antes de se encontrar com Ciavatta e os militantes do movimento dos trabalhadores, Omegna teve de fazer uma declaração pública para proteger o corrupto líder da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, Deocleciano Holanda de Cavalcanti, afirmando que puni-lo por roubar fundos de pensão “seria dar ganho da causa aos comunistas”.⁵⁴

De acordo com Ciavatta, Omegna afirmava que a legalização do sindicato dos trabalhadores rurais de Ribeirão Preto só traria problemas para Ciavatta e para os outros militantes, enquanto que a junta de trabalho ajudaria a dar fim aos abusos de poder por parte das autoridades e empregadores. Ciavatta não compartilhava desse ponto de vista: ele acreditava que um sindicato legalizado ajudaria a manter a polícia longe dos militantes. Mas o ministro era quem mandava. “Olha, moço”, afirmou Omegna, “se eu, se o Ministro do Trabalho legalizar seu sindicato, os sindicatos de trabalhadores que têm por aí, que eles são tudo da esquerda, eu sei disso, aí a polícia vai lá, mata, mata você dentro do sindicato e derruba até

⁵³ O relato de Ciavatta desses eventos pode ser encontrado na Transcrição CIAVATTA. p. 7. SIVIERO/CIAVATTA, entrevista com Geraldo. 1/A: 10-11. Vide também Transcrição SILVA. Parte 1. “Uma Comissão”. *Terra Livre*. 1-15 de fevereiro de 1956. p. 1. Além de Ribeirão Preto, esse artigo menciona representantes de Franca, Morro Agudo, Igarapava e Batatais. Sobre Omegna, a organização do PTB de São Paulo e o relacionamento do partido com o movimento sindicalista de São Paulo, vide Benevides. *O PTB e o trabalhismo*. Com relação à Justiça do Trabalho, no dia 1º de maio de 1939, Vargas criou a Justiça do Trabalho, um ramo especial do departamento de justiça federal, encarregado de mediar disputas entre o trabalho e o capital. No dia 1º de maio de 1941, o ditador finalmente estabeleceu o ramo. Dois anos depois, em maio de 1943, consolidaram-se as abrangentes leis do trabalho brasileiras, dando ao judiciário uma base legal para atuar na CLT. Em 1943, o governo criou os Tribunais Regionais do Trabalho, cada um com oito juntas locais. A cidade de São Paulo era a sede do Segundo Tribunal Regional, que tinha jurisdição sobre disputas trabalhistas nos Estados de São Paulo, Paraná e Mato Grosso. Vide Ângela de Castro GOMES. *A invenção do trabalhismo*. (Rio de Janeiro: Vértice, 1988). p. 255. Decreto Lei 5.926. *RLT*. 7:78. Outubro de 1943. p. 370-71.

⁵⁴ Omegna citado em BENEVIDES. *O PTB e o trabalhismo*. p. 109. Vide também “Miscellaneous Notes by John French on the Book Manuscript: ‘And the Seed was Planted’”. 8 de maio de 1996. Manuscrito de posse do autor. p. 18-19. Cavalcanti era um notório pelego que gozava dos favores da Embaixada dos Estados Unidos e de Serafino Romualdi, o chamado embaixador trabalhista para a América Latina da AF-CIO. Vide WELCH. “Internacionalismo trabalhista” (2009).

a casa”. O Ministro disse ainda: “O que precisa lá em Ribeirão Preto, sabe o que é? É instalar a Junta de Conciliação e Julgamento. Aí todas as questões vão lá e a polícia não pode meter a cara”.⁵⁵ Naquele momento e contexto, o tribunal era um avanço para o movimento, ainda que estivesse aquém dos interesses de Ciavatta em institucionalizar o sindicato. Tratava-se do resultado de uma convergência de forças que estavam há décadas em conflito: a mobilização de camponeses, exigindo mudanças, os esforços do governo e dos fazendeiros no sentido de controlar essa insatisfação e a energia e liderança política do PCB, ansiosa por ajudar os trabalhadores rurais e fortalecer a credibilidade do partido.

De acordo com Ciavatta, portanto, esse encontro com Omegna resultou no estabelecimento de uma Justiça do Trabalho em Ribeirão Preto. No entanto, não se encontraram, até agora, registros do conteúdo da conversa de Ciavatta com Omegna, e a narrativa do líder camponês apresenta dois problemas. Os registros mostram que o decreto estabelecendo o tribunal foi promulgado na véspera de Natal de 1955, ao passo que o encontro de Ciavatta ocorreu apenas um mês depois, ao final de janeiro.⁵⁶ O *leitmotif* do papel heroico do narrador sobreviveu às décadas que separam o evento e a reminiscência. Além disso, pode ser que Ciavatta não tivesse sido informado do decreto que instituía o tribunal; Omegna pode ter omitido essa informação propositalmente, para fazer com que os militantes pensassem que o encontro havia gerado resultados imediatos. Um fotógrafo registrou Omegna sorrindo para as câmeras jovialmente, em companhia de três membros da delegação, confirmando a vista. O nível de mobilização que eles e outros haviam promovido na Alta Mogiana havia feito com que a região se destacasse, chamando a atenção das autoridades para a necessidade de se encontrar uma maneira de estabilizar a área. Foi a ação coletiva, orientada por líderes como Ciavatta, que levou as autoridades a estabelecer uma Junta de Conciliação e Julgamento da Justiça do Trabalho em Ribeirão Preto.

Na Alta Mogiana, na segunda metade da década de 1950, a junta tornou-se o principal foco do movimento camponês. Quando finalmente começou a operar em maio de 1957, ela se somou a outras sete juntas setoriais, dentro da jurisdição do tribunal regional, em São Paulo. Sempre em falta de dinheiro e de pessoal, essas oito juntas eram responsáveis por uma área gigantesca, que abarcava três estados da união, com uma população de trabalhadores intensamente segmentada, de mais de um milhão de pessoas apenas no setor primário. Dessa maneira, se contarmos apenas os camponeses, cada tribunal tinha uma clientela potencial de muito mais de cem mil trabalhadores, sem falar no número signifi-

⁵⁵ Transcrição CIAVATTA, p. 7.

⁵⁶ O tribunal foi criado pelo Decreto-Lei número 2.695, de 24 de dezembro de 1955.

cativo de empregados industriais e comerciais, alguns ligados à atividade agroindustrial.⁵⁷ Já assoberbadas, as juntas sofreram cada vez mais pressão por conta do aumento no número de trabalhadores rurais que recorriam à sua proteção, no fim dos anos de 1950 e início dos anos de 1960. Ciavatta cada vez mais se via ajudando camponeses a entrarem na justiça com causas trabalhistas, mandando aqueles com problemas mais complexos se aconselharem com Holanda Noir Tavella, um advogado que recebera apoio do partido na sua fracassada tentativa de se eleger para a câmara de vereadores da cidade, no ano anterior. Com a ajuda de Tavella, ele havia preparado uma brochura para ser distribuída, que descrevia em linhas gerais os direitos dos trabalhadores rurais, e listava os valores dos salários mínimos regionais. Em junho de 1956, Ciavatta mais uma vez fez um pedido de reconhecimento oficial do sindicato, entregando uma carta ao Presidente Kubitschek, que estava em visita oficial a Ribeirão Preto. A carta também solicitava que o presidente ajudasse na promoção das leis do trabalho e na sua aplicação nas fazendas locais, e registrava o protesto contra a pressão exercida pela polícia sobre os sindicatos, o que incluía repetidas invasões de seu escritório. Em setembro, CIAVATTA acompanhou outros representantes do campesinato em uma viagem ao Rio de Janeiro, para promover a causa junto a deputados como Fernando Ferrari (RS) e Nestor Duarte (BA), que haviam ambos contribuído significativamente para a formulação das leis do trabalho rural e reforma agrária.⁵⁸ Os camponeses como Ciavatta estavam se tornando parte do processo, mostrando como a situação havia mudado desde que a comissão de estudos sobre a sindicalização rural do período Vargas havia rejeitado a inclusão de representantes camponeses em suas deliberações em 1941.

IMPONDO DISCIPLINA PARTIDÁRIA

Apesar destes resultados evidentemente positivos, Lindolpho Silva viajou a Ribeirão Preto e, em uma mostra das preocupações institucionais do PCB,

⁵⁷ “Anda a passo de jaboti a justiça do trabalho!”. *Diário da Manhã* (Ribeirão Preto). 2 de março de 1957. p. 6. Dados da Tabela IV:5. “Evolução da População Economicamente Ativa do Setor Agrícola (Pessoas de 10 ou mais anos)”. In: Tomas Szmrecsanyi. “O desenvolvimento da produção agropecuária (1930-1970)”. In: *História geral da civilização brasileira*. Tomo III: *O Brasil republicano*. Volume 4: *Economia e cultura (1930-1964)*. ed. Boris Fausto. (São Paulo: Difel, 1986). p. 201.

⁵⁸ Transcrição SIVIERO/CIAVATTA, entrevista com Geraldo. 2/B. p. 5. Sobre a tentativa de influenciar o presidente e o congresso, vide “Os Sindicatos Rurais da Mogiana Pediram Diretamente a Juscelino o seu Reconhecimento”. *Terra Livre*. 1º quin. de julho de 1956. p. 2. “Não Permitir que Acabem com os Direitos que os Trabalhadores da Roça Já Possuem.” *Terra Livre*. 2º quin. de setembro de 1956. p. 1.

disciplinou Ciavatta, expulsando-o do partido e do sindicato. As circunstâncias desse evento estão confusas na memória e carecem de documentação. Quando entrevistado, ao final dos anos de 1980, Ciavatta lembrava-se de ter discutido por muito tempo com Antônio Giroto (Ciavatta não estava sozinho em suas críticas a Giroto, que foi atacado também por Siviero e por Moraes). “É um canalha que tem aí. Do Partido! Então eu vi que eu estava no meio de uma turma de bandidos. Não era comunista, era uma turma de ladrão, de vagabundos”, afirmava Ciavatta.

Além do protesto ideológico, Ciavatta condenava Giroto por usá-lo em proveito do partido, e não do sindicato e de seus membros:

Então esse Antonio Giroto, interessava pra ele que eu estivesse sempre na cadeia, porque aí ele levantava dinheiro no meio do povo e ficava bem visto no Comitê Central do Partido, que ele dizia que o Partido aqui estava funcionando. Mas estava funcionando comigo na cadeia. (...) Então eu expliquei pra ele que o PC me encomendou de fundar o sindicato pra pôr a lei trabalhista ao homem do campo e não pra derrubar governo. Quem tinha que fazer esse serviço era ele, se ele queria derrubar o governo.

Entre 1955 e 1957, Ciavatta foi constantemente intimidado pela polícia e preso duas vezes, uma delas por dois meses. Quando na cadeia, Giroto angariou fundos para “liberar” Ciavatta e prover o sustento de sua família. Ciavatta afirma que Giroto nunca lhe deu dinheiro algum, no entanto, e, durante o período em que Ciavatta trabalhou no sindicato, sua mulher teve de lavar roupa para fora – um trabalho desagradável, de baixo status – para que a família pudesse se sustentar. Giroto fazia questão de afirmar que Ciavatta era comunista, “para mostrar que o partido era grande”. Quando Ciavatta foi liberado, Giroto quis que ele usasse o sindicato pra distribuir o jornal do partido, *Notícias de Hoje*. Ciavatta acreditava que isso complicaria seu trabalho, chamando a atenção dos repressores e espantando os trabalhadores. Ele levava a sério as notícias de invasões policiais a fazendas onde cópias desse jornal haviam sido apreendidas. Justamente no início de 1957, uma história dessas acabara de ser divulgada na primeira página do *Diário da Manhã*, de Ribeirão Preto.⁵⁹

Por sua vez, Giroto considerava Ciavatta como um indicado do partido e esperava que o líder do sindicato cumprisse seus deveres. De fato, Ciavatta havia feito campanha para quatro candidatos que tinham apoio do partido em 1954 e 1955, mas ele afirma que sempre recusou circular cópias de jornais do partido. Quando Giroto deixou com ele cópias do jornal para serem distribuídas, Ciavatta jogou-as no lixo. “Quer dizer, eu estava morto”, afirma Ciavatta. “Por-

⁵⁹ Transcrição SIVIERO/CIAVATTA, p. 1-7. “Infiltração Comunista nos Meios Agrícolas de São Paulo”. *Diário da Manhã*. 15 de janeiro de 1957. p. 1.

que o camponês pegava o jornal, lia no jornal de derrubada do governo, caía na mão dos fazendeiros, os fazendeiros já estavam me processando aí, eu já estava com cinco processos, agora, eles com o jornal, com a prova do camponês, o camponês não ia desmentir”. Finalmente, em outubro, Silva e outros funcionários do PCB (Ciavatta também identificou Rui Facó, um escritor comunista) vieram à cidade, e, quando Ciavatta recusou-se de novo a obedecer às ordens do partido, Silva dispensou-o do sindicato e expulsou-o do partido. Silva perguntou-lhe: “Tu sabes de quem é o sindicato?”. “Sei”, respondeu Ciavatta. “O sindicato é dos trabalhadores que sustentaram o sindicato até hoje, eles pagam o sindicato, bem ou mal”. “Não”, respondeu Silva, segundo Ciavatta: “o sindicato é do partido. Tu tens que entregar o sindicato ao partido”.⁶⁰ De acordo com a narrativa de Ciavatta, quatro dias depois, as chaves do escritório do sindicato foram entregues a Sebastião Lopes, o novo presidente, escolhido pelo partido.

A história e a sua interpretação, de acordo com Ciavatta, parecem verossímeis, na medida em que revelam a hierárquica do movimento camponês, ao final da década de 1950. Em Ciavatta, o partido tinha um trabalhador rural experiente, que havia passado diversos anos lutando para melhorar as vidas e expandir os direitos dos colonos, cortadores de cana, sitiantes e outros camponeses. Mas esse sucesso se devia, também, em grande parte, à Ultab, ao PCB, e a suas alianças estaduais e nacionais. Apesar de Ciavatta considerar sua organização como um sindicato, ela tinha um estatuto legal de associação sem nenhuma atribuição classista.⁶¹

Para agir como sindicato, o único recurso legal que existia até então para a organização camponesa foi a Justiça do Trabalho. Ciavatta não mencionou esses problemas em sua narrativa. A Justiça do Trabalho estava em seus primórdios, e havia sido alvo de ataques por parte dos militantes, desde o início. Três meses após sua inauguração em maio, dezenas de militantes locais distribuíram uma petição, pedindo a remoção de Alfredo de Oliveira Coutinho, o presidente da

⁶⁰ Essa disputa, que revela o nível de interferência do PCB no movimento dos trabalhadores rurais em nível local, está descrita pelos participantes, em Transcrição SIVIERO/CIAVATTA, entrevista com Geraldo. 1B, p.16-20 e 3/A: p. 7-8. Transcrição SIVIERO/CIAVATTA. p. 7-10. Vide também Transcrição SIVIERO/CIAVATTA, Geraldo. 1/B: p. 16-20. Transcrição SILVA. Parte 2. p. 33-5.

⁶¹ Uma carta ao vereador Luciano Lepera, do chefe regional do Ministério da Fazenda, da região de Alta Mogiana, Celsus Pimenta Requeijo, divulgada nas páginas de *Terra Livre*, interpreta o Decreto-Lei número 7.938 e a Portaria Ministerial número 14 como legitimadoras sindicalização dos camponeses. Requeijo escreve que “os Sindicatos Rurais não passam pela fase de associação profissional, e podem funcionar enquanto não se lhes negue o reconhecimento, pois este pressupõe sempre a existência do sindicato, já anteriormente fundado”. Vide “Grande vitória dos trabalhadores: Confirmado pelo ministério o direito de organização dos sindicatos rurais”. *TL*. Ano VIII, n.77, abril, 1957, p. 1. Na prática, a interpretação do ministro não pesava em nada.

nova junta. A ausência de Ciavatta na campanha da petição, que alegava que Coutinho tinha um *parti pris* a favor dos patrões, foi notada por muitos. Essa campanha recebeu o apoio do PCB, que lhe deu substancial cobertura jornalística, nas edições de setembro de *Notícias de Hoje*.⁶² Pode ter sido essa a campanha a que se refere Ciavatta, quando fala de “derrubar o governo”. O partido queria jogá-lo “contra o juiz pra fazer o serviço da polícia”, lembra Ciavatta. Queriam que ele dissesse que o “Doutor Coutinho era um ‘reacionário’ ‘inimigo dos trabalhadores’, dava contra os trabalhadores, estava aí fazendo os serviços dos fazendeiros”. Ele se recusou a participar.⁶³

É difícil encontrar outros exemplos de comportamento rebelde por parte do PCB nessa época. Tanto nos altos escalões como entre os militantes de base, o partido parecia agora comprometido com o reformismo, com a construção de aliança, e com a política de frente popular, como a coalizão construída entre proprietários de terra e organizações de camponeses sem-terra, em apoio à Marcha de Produção. Ao mesmo tempo, a suspeita popular contra o comunismo era difundida e a vontade do partido de construir uma identidade mais palatável ao público levou os jornais *Notícias de Hoje* e *Terra Livre* a exagerarem os triunfos de militantes do PCB. Parece claro que Ciavatta, que já havia vivido grandes dificuldades, queria evitar o confronto direto. Sua perspectiva pode também ter sido formada pela era em que a entrevista foi concedida. No final dos anos de 1980, o comunismo estava sendo atacado por todos os lados, e a tendência de Ciavatta, de pôr a culpa por seus problemas na corrupção do partido, enquanto ele posa de homem íntegro, era típica de ex-militantes do período. Sem questionar a integridade de ninguém, parece possível que Giroto e Silva tenham, cada um dos dois, tido uma visão diferente, porém sincera. Ambos acreditavam que o Juiz Oliveira Coutinho precisava ser deposto se quisessem que o tribunal fosse útil para a classe trabalhadora. Conforme a petição, “O povo da cidade já diz que os trabalhadores, com muitas lutas conseguiram a criação da Junta, e a classe patronal com sua união, conseguiu o juiz”.⁶⁴ Ciavatta desempenhou um papel importante na luta para trazer o tribunal, mas sua relutância em insistir na remoção do juiz pode ter levado a liderança do partido a crer que ele devia ser substituído. O fato de que o sindicato dos trabalhadores rurais de Ribeirão Preto estava *em formação* e não registrado facilitava a decisão do partido de tomar medidas autoritárias, nutrindo em Ciavatta uma mágoa que durou mais de 30 anos.

⁶² Vide, por exemplo, “Como trabalha a Junta de Conciliação e Julgamento de Ribeirão Preto: Justiça de Trabalho ou Agência de Fazendeiros?”. *NH*. 26 de julho de 1957. s/n. “Trabalhadores de Ribeirão Preto: Voltam a Reclamar a Remoção do Pres. da Junta de Conciliação”. *NH*. 26 de setembro de 1957. p. 4.

⁶³ Transcrição SIVIERO/CIAVATTA, entrevista com Geraldo. 3A: p. 2.

⁶⁴ “Trabalhadores de Ribeirão Preto.”

O novo presidente do sindicato, Lopes, exerceu uma pressão maior sobre o tribunal. Ao contrário de Ciavatta, Lopes levou adiante os processos de alguns trabalhadores rurais, além de mandar muitos deles para Holanda Noir Tavella, e para outro advogado simpatizante, Said Issa Halah.⁶⁵ De fato, desde a hora da primeira audiência na Justiça do Trabalho, no dia 13 de março de 1957, a junta atraiu muitos camponeses com reivindicações de direitos, ansiosos por resolverem seus problemas.⁶⁶ Sua jurisdição era a maior, geograficamente, em todo o Brasil, cobrindo mais de 7 mil km², e servindo a mais de 335 mil pessoas.⁶⁷ Um exame mais detido dos arquivos do tribunal e da experiência dos camponeses que entraram com processos nos permite uma avaliação do movimento camponês, em sua tendência para lançar mão de métodos administrativos e jurídicos, para enfatizar as “reivindicações imediatas”, solucionando problemas que eram, essencialmente, conflitos de classe, sem recursos revolucionários.

O CAMPESINATO VAI À JUSTIÇA

Os arquivos do tribunal, desde o estabelecimento da junta até o fim de 1964, revelam que camponeses – colonos, cortadores de cana, peões – corres-

⁶⁵ Apesar da morte de Ciavatta em 1992, afirmava-se que Lopes ainda estava vivo, e residindo em Ribeirão Preto, até 1994. Infelizmente, não pude localizá-lo. Benedito Bertoldo de Oliveira v. Sítio Santa Maria (Luiz Gonzaga Lellis). Processo No. 21 (1960). Caixa No. 118 do arquivo da Junta de Conciliação e Julgamento de Ribeirão Preto (os processos serão referidos da seguinte maneira: nome das partes, Caso/Ano e Número da caixa, JT/RP). O trabalho de Tavella e Halah, como advogados do sindicato e do partido, foi confirmado em entrevista com Irineu Luís de Moraes. Vide Transcrição MORAES. Parte 3. p. 22-3.

⁶⁶ As observações que se seguem se baseiam em pesquisa realizada ao longo de alguns meses junto ao arquivo da junta de Ribeirão Preto. Na época, esses arquivos estavam armazenados na sala dos fundos do prédio da Justiça do Trabalho, no centro de Ribeirão Preto. O arquivo consistia em milhares de pastas empoeiradas, contendo a documentação completa dos processos – inclusive provas documentais, como as cadernetas agrícolas dos colonos – de todas as disputas de classe mediadas pelo tribunal. Em 1996, esse acervo foi trasladado para o Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto, onde foram amenizados, infelizmente, ainda em estado precário de guarda.

⁶⁷ Em 1967, a Associação Comercial e Industrial Ribeirão Preto contratou Maria Therezina de Vasconcellos, secretária da Justiça do Trabalho, para escrever uma história da junta, por ocasião de seu décimo aniversário. Este manuscrito, que não foi publicado, contém dados importantes sobre o tribunal, inclusive o número do decreto lei que autorizou seu estabelecimento, e a população e a área que faziam parte da jurisdição do tribunal. A junta tinha autoridade sobre disputas trabalhistas em 17 municípios da Alta Mogiana, inclusive Altinópolis, Barrinha, Bataí, Bonfim Paulista, Brodósqui, Cravinhos, Dumont, Guataparã, Jardinópolis, Luís Antônio, Pontal, Ribeirão Preto, Santo Antônio D’Alegria, São Simão, Serra Azul, Serrana e Sertãozinho. Vide VASCONCELLOS. “Transcurso do primeiro decênio da Junta de Conciliação e Julgamento de Ribeirão Preto”. Ribeirão Preto: documento mimeografado, s/d [1967?].

pondiam a um terço (33,8%) do número de pessoas que buscaram a Justiça do Trabalho em Ribeirão Preto nesse período (vide Tabela 11). Os 5.523 camponeses que entraram com esses pedidos junto à Justiça do Trabalho correspondiam a mais do que um quinto (22,5%) do número de trabalhadores rurais permanentemente empregados em estabelecimentos agrícolas dentro da jurisdição do tribunal, de acordo com o censo de 1960.⁶⁸ Esses litigantes acusaram 386, ou seja, quase 15%, dos 2.897 estabelecimentos agrícolas da região, de terem violado a lei e sonegado direitos.⁶⁹ Juntos, eles entraram com mais de três mil processos, o que equivale a mais de 30% da atividade da junta nesse período.

A maioria dos processos de trabalhadores rurais buscava algum tipo de compensação na forma de tempo ou de dinheiro. Eles reivindicaram o descanso semanal, férias remuneradas, horas extras pagas e paridade de renda com os trabalhadores urbanos. Fundamentalmente, eles viam a lei como uma maneira de adquirirem compensação mais justa na forma de maior tempo livre e maior poder aquisitivo para facilitar maior autonomia.⁷⁰ Com o passar do tempo, melhorias percebidas na vida urbana tornaram-se o padrão pelo qual os trabalhadores rurais mediam seu nível de vida e suas condições de trabalho. A eletrificação rural e a melhoria nos transportes que haviam ocorrido a partir da Segunda Grande Guerra haviam melhorado a qualidade de vida em Ribeirão Preto e em outras cidades do interior. Além disso, a justificacão para as leis trabalhistas que se aplicavam aos trabalhadores rurais dava ênfase à necessidade de se encontrar um equilíbrio entre cidade e campo. Afirma Vargas:

⁶⁸ Usamos totais para empregados permanentes, homens e mulheres, listados em “Quadro 16: Pessoal ocupado, distribuído por sexo e categoria”, In: IBGE, *Censo Agrícola do Estado de São Paulo, Recenseamento geral de 1960*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1963. p. 145; 149. A partir desse quadro, podemos estimar que 24.590 trabalhadores rurais foram permanentemente empregados nas áreas servidas pela junta de Ribeirão Preto. Na época da colheita, os trabalhadores sazonais fizeram com que seu número fosse temporariamente quadruplicado.

⁶⁹ Dos 386 estabelecimentos rurais identificados, 282 eram fazendas; 94, sítios ou chácaras; e dez, agroindústrias. Esses números estão baseados em distinções entre nomes dos estabelecimentos, proprietários e endereços, conforme relatados nos protocolos de 1957 a 1964. A informação de identificação não estava sempre completa nos protocolos, e alguns nomes, como São Sebastião e São João, eram populares, e usados por mais de uma fazenda ou sítio. Dessa maneira, meus números são apenas estimativos. O total de 2.897 estabelecimentos agrários é calculado a partir da soma dos números listados na “Tabela 18: Atividade predominante dos estabelecimentos de agricultura e agropecuária”. [*Censo agrícola: 1960*. p. 192; 200], para os 17 municípios sob a jurisdição da junta de Ribeirão Preto.

⁷⁰ Para um debate inspirador sobre esse tema, vide Gary CROSS. “Time, Money, and Labor History’s Encounter with Consumer Culture”. Comentários de Michael Rustin e Victoria de Grazia. In: *International Labor and Working Class History*. 43. Primavera de 1993. p. 2-30.

“Tanto o proletário urbano quanto o rural necessitam de dispositivos tutelares”. “Tais medidas devem compreender a instrução, educação, higiene, alimentação, habitação; a proteção às mulheres, às crianças, à velhice; o crédito, o salário e até o recreio, como os desportos e cultura artística”.⁷¹

As reformas a que Vargas deu início culminaram em 1963, com a criação do Estatuto do Trabalhador Rural. Até hoje, os trabalhadores rurais de São Paulo dão crédito a Vargas, por ter promovido medidas para acabar com sua superexploração. “Getúlio era bom pros pobres”, contou à antropóloga Verena Stolcke um trabalhador dos cafezais. “Aí mataram ele. (...) Ele deixou aquelas leis, que pobre não era cachorro, que não pode mandar camarada embora, que tem que pagar indenização”.

Tabela 11: Junta de Trabalho da Região de Ribeirão Preto: Reclamações e reclamantes camponesas, Maio de 1957 a Dezembro de 1964

Ano	Reclamações			Reclamantes		
	Rurais	Total	Processos Rurais % do total	Rurais	Total	Camponeses como% do total
1957	205	756	27.1%	345	1.557	22.2%
1958	223	802	27.8%	351	1.085	32.4%
1959	147	866	17.0%	216	1.774	18.4%
1960	184	670	27.5%	225	843	26.7%
1961	401	1.050	38.2%	588	1.959	30.1%
1962	573	1.669	34.3%	1.032	3.001	34.4%
1963	798	2.144	37.2%	1.312	3.103	42.3%
1964	621	2.122	29.3%	1.454	3.662	40.1%
Totais	3.179	10.079	31.5%	5.523	16.344	33.8%

Fonte: Protocolos dos Processos (1957-1964), JT/RP (hereafter Protocolos JT/RP).

NOTAS DAS TABELAS 11 & 12: As reclamações alistadas nos protocolos da Junta de Trabalho estavam definidas como rural se o empregador reclamado fosse identificado por um dos seguintes nomes distintamente agrícolas: fazenda, sítio, chácara, usinas ou agroindústria. Esta metodologia de identificação foi escolhida como a mais eficaz, depois daquela em que se utiliza da conferência de cada uma das dez milhares de reclamações arquivadas no acervo da Junta. Um problema da metodologia selecionada está na necessidade de se excluir da contagem os reclamados listados no protocolo com nome próprio, ao invés de nomes comerciais. Por não se saber os nomes de todos os fazendeiros, usineiros e sitiantes, estes processos não fizeram parte dos totais, tornando os números mais reduzidos do que são, na realidade.

O número total de reclamantes para cada reclamação foi alistado nos protocolos. Como mostra a Tabela 11, houve uma diferença entre os números de reclamações e reclamantes, o que demonstra

⁷¹ Vide Capítulo 1 acima e Vargas. “A plataforma da Aliança Liberal”. *A nova política do Brasil*. vol. 1. Rio de Janeiro, 1938. p. 27.

que algumas reclamações foram feitas por mais de um camponês. É também possível, arguir que alguns reclamantes não eram camponeses. Por meio de uma seleção aleatória de cinquenta processos do acervo, descobrimos que vários reclamantes alistaram seu trabalho como operadores de máquinas, técnicos e outros empregos mais associados ao setor industrial do que ao agrícola. Muitos destes trabalhadores precisavam defender seus empregos enquanto industriais para, assim, afirmar seus direitos de pleitear a aplicação de alguns benefícios trabalhistas reservados apenas aos setores industrial e comercial, mostrando um aspecto de transição da época.

Stolcke descobriu que alguns trabalhadores do café perceberam a transição dos anos de 1950 aos de 1960 como uma depreciação “do tempo de fatura para o tempo de dinheiro”.⁷² Outros caracterizam o período como uma transição de colono a boia-fria, em que os colonos eram tipicamente os trabalhadores permanentes, até o fim dos anos de 1950, e os boias-frias eram os trabalhadores temporários que os substituíram a partir dos anos de 1960. Os colonos residiam em casas na fazenda e tinham salários garantidos, além do direito de usar parte da terra para agricultura de subsistência. A partir desta base, alguns conseguiram realizar considerável mobilidade social. Por outro lado, há os boias-frias, cujo nome se refere ao almoço frio que comiam longe de casa, trabalhando nos canaviais, mudando de local de trabalho diariamente, com deslocamentos desgastantes e baixos salários.⁷³ Inerente a essa mudança estava a perda de status – de dignidade – uma vez que os camponeses foram da quase autonomia, enquanto colonos, a uma total dependência, como boias-frias. Há autores que explicam a mudança como uma consequência da aplicação das leis do trabalho ao campo: que os fazendeiros reagiram à interferência da lei, demitindo seus colonos e recontratando-os como temporários. Ainda que isso tenha realmente acontecido, a maior força nesse sentido veio do campo contrário – dos fazendeiros que, segurando seu dinheiro, deixaram as condições de seus colonos se deteriorarem tanto que não havia outra saída, a não ser ir embora e processar o patrão.

Apesar do grande número de casos a irem a tribunal, o que torna difícil a tarefa de avaliar cada disputa, a grande maioria – mais de 80% dos processos camponeses – envolviam trabalhadores de fazendas (vide Tabela 12). Não havia regras determinando a nomenclatura de estabelecimentos rurais; no entanto, *fazenda* era a palavra mais usada para propriedades médias e grandes. Podemos especular

⁷² A citação é de uma depoente chamada Dona Maria, entrevistada nos anos de 1980, citado em STOLCKE. *Cafecultura*, p. 327 e 303, 308. Em 2004, lembrando Vargas depois dos 50 anos de sua morte, foram várias as saudades expressadas pelas classes populares e relatadas na imprensa.

⁷³ Vinícius Caldeira Brant. “Do colono ao boia-fria: transformações na agricultura e constituição do mercado de trabalho na Alta Sorocabana de Assis”. In: *Estudos CEBRAP*. 19. Janeiro/março de 1977. HOLLOWAY. *Immigrants on the Land*. Vale a pena citar obras excepcionais como Maria Conceição D’INCAO. *O “boia-fria”: acumulação e miséria*. Petrópolis: Editora Vozes, 1975 e Maria Aparecida de Moraes SILVA. *Errantes do fim do século*. São Paulo: Editora Unesp, 1998.

que a maioria desses processos deve ter envolvido colonos da lavoura do café e da cana, pois a produção de café predominava na região, e a produção de cana-de-açúcar estava aumentando em importância.⁷⁴ Outro exemplo dessa tendência pode ser documentado de maneira menos científica, com o uso de amostras. Cinquenta processos envolvendo trabalhadores rurais tirados das prateleiras do arquivo revelam que 30 deles eram sobre disputas em fazendas. Desses 30, 16 haviam sido levados à justiça por colonos do café, e 11 por colonos da cana-de-açúcar.⁷⁵

Tabela 12: Junta de Trabalho de Ribeirão Preto: Processos Trabalhistas Rurais de Maio de 1957 a Dezembro de 1964, organizados por tipo de estabelecimento agrícola

Ano	Fazenda		Sítio/Chacara		Agroindústria		Total	
1957	182	311	4	4	19	30	205	345
1958	202	324	5	7	16	30	223	351
1959	156	198	7	7	11	11	174	216
1960	160	197	11	12	13	16	184	225
1961	356	502	20	31	25	55	401	588
1962	473	851	62	84	38	97	573	1.032
1963	699	1.166	57	71	42	75	798	1.312
1964	436	781	41	58	144	615	621	1.454
Totais	2.664	4.330	207	274	308	919	3.179	5.523
% dos totais (1957-1964)	83,8%	78,4%	6,5%	5,0%	9,7%	16,6%	100%	100%

Fonte: Protocolos, JT/RP.

Uma das questões centrais dessas disputas era a moradia, a residência do colono e sua família na fazenda. Nas regiões do Oeste de São Paulo, a residência havia começado com a imigração de trabalhadores europeus para as fazendas de café da área. Esses imigrantes viviam em colônias residenciais fornecidas pelos

⁷⁴ Em 1959, os pés de café cobriam 49% da terra dedicada a “culturas permanentes”, e a produção de café era a principal atividade de 45% dos estabelecimentos agrícolas da Alta Mogiana. Da mesma maneira, um mar de cana-de-açúcar inundou 21% das terras dedicadas a “culturas temporárias” e ocupou 14% de todos os estabelecimentos. *Censo Agrícola de São Paulo: 1960*. p. 296; 400.

⁷⁵ Se, por um lado, os colonos da cana e do café tinham residências comuns, e acesso semelhante às culturas de subsistência, sua situação era diferente em um aspecto muito importante. Os colonos do café eram pagos por tarefas – cuidando de milhares de pés de café, enquanto que os colonos da cana eram pagos por uma porcentagem do valor de mercado da cana que colhiam. Essa diferença tinha diversas consequências para o movimento camponês. Vide João Marcos BERALDO. *O colono paulista e o Instituto de Açúcar e Alcool*. (São Paulo: Gráfica da *Revista dos Tribunais*, 1945). p. 5-40. A. J. CESARINO JÚNIOR. “Situação dos colonos paulistas em face do Estatuto da Lavoura Canavieira”. *Revista de Direito Social*. v. 4, n.19, abril/junho, 1943, p. 70-91.

fazendeiros. Vivendo no local de trabalho, os colonos estavam também disponíveis para fazerem diversos pequenos serviços de manutenção, colheita, construção, tratamento de animais e na brigada anti-incêndio.⁷⁶ A falta de transporte e a estrutura da economia rural local levava-os a comprar produtos no mercadinho da fazenda. Enquanto isso cultivavam verduras e criavam animais, em terrenos fornecidos pelo fazendeiro. Como foram abordados em capítulo 1, os abrigos residenciais e a terra distribuída para a agricultura de subsistência eram características essenciais do colonato. Idealmente, o sistema permitia que os fazendeiros mantivessem uma força de trabalho constantemente à sua disposição, com despesas mínimas, enquanto criavam um meio de reprodução para os colonos e de incremento de suas rendas, gastando pouco dinheiro na manutenção de suas famílias. O sistema também permitia que fazendeiros tanto dos cafezais como dos canaviais tivessem uma flexibilidade extraordinária, podendo reagir a novas tendências socioeconômicas, e proteger e aumentar seu poder e lucros. Conforme vimos na Figura 2, os fazendeiros, geralmente, se protegiam de quedas dos preços pela redução dos salários, confiantes de que os colonos continuariam residindo nas fazendas, disponíveis para o trabalho, a preço reduzido.

Se por um lado a flexibilidade do sistema era boa para os fazendeiros, ela frequentemente alienava os colonos levando-os a tentarem se defender com operações-tartaruga, greves, abandono do trabalho e disputas contratuais.⁷⁷ Um colono dos cafezais que perdeu a paciência com o colonato foi João Anunciato.⁷⁸ Quando Anunciato assinou um contrato com a Fazenda Lagoa, em outubro de 1956, ele havia calculado que poderia incrementar sua renda, aceitando, às vezes, serviços

⁷⁶ Um exemplo dos serviços que os colonos eram obrigados a realizar sem qualquer pagamento pode ser encontrado na seguinte cláusula do contrato de 1940 do colono do café Augusto Leoncini com a Companhia Agrícola Junqueira, proprietária das fazendas Conquista, Santa Adelaide e Santa Luiza, todas na área de Ribeirão Preto. A cláusula, décima de 13, estabelece o seguinte: Obrigações – O colono obrigar-se-á a fazer por sua conta os seguintes serviços: 1º – Conservar os mangueirões, caminhos, carreadores e esgotos da lavoura; 2º – Fazer o repasse de arruação antes da colheita; 3º – Cortar o feijão de porco e enterrá-lo nos sulcos dos talhões de café onde foram plantados, quando a administração da Fazenda determinar; 4º – Atender os chamados para extinguir incêndios nas matas, casa e cercas das Fazendas. Leoncini tinha não apenas de se preocupar com plantar, capinar e colher, trabalhos pelos quais ele era pago, mas também essas tarefas adicionais – que ele era obrigado a cumprir se convocado pelo administrador da fazenda. *Caderneta Agrícola*. 160,83. De Leoncini v. Conquista. 29/64. 199. JT/RP. Esse tipo de tarefa era tradicional no sistema do colonato, como demonstra Thomas HOLLOWAY em *Immigrants on the Land*.

⁷⁷ As relações de trabalho na agricultura de São Paulo têm sido reguladas, em certa medida, há já algum tempo. Sobre a história antes da década de 1930, vide Capítulo 1. Frances ROCHA. “Conflito social e dominação: um estudo sobre as leis de regulação da relações de trabalho na empresa agrícola, 1897-1930”. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1982. Decreto-Lei número 6.405. 19 de abril de 1934. STOLCKE. *Coffee Planters*. p. 35.

⁷⁸ João Anunciato v. Fazenda Lagoa. 354/57. 9. JT/RP.

que pagassem por dia; plantando feijão e milho entre as fileiras de café; contando com o trabalho de sua esposa e de seus dois filhos; e economizando dinheiro com aluguel, lenha e café, já que esses itens eram fornecidos sem custo pela fazenda. Mas os cálculos de Anunciato não haviam previsto todas as variáveis. O proprietário da plantação, Ihigayochi Nagayochi, cobrou pela compra das ferramentas necessárias à cultura do café, e pagava apenas de três em três meses. Atrasado junto a seus credores, em desespero, ele buscou o sindicato dos trabalhadores rurais de Ribeirão Preto, onde lhe indicaram o advogado do sindicato, Tavella, que redigiu a petição de Anunciato, entrando na justiça, em junho de 1957, oito meses após a assinatura do contrato anual pelo colono.

A primeira audiência ocorreu no dia 26 de agosto de 1957, mas Nagayochi não compareceu, e o tribunal remarcou a audiência para o dia 10 de outubro, quatro meses depois de Tavella ter entrado na justiça, e dez dias depois do fim do contrato de Anunciato. Como colono em Fazenda Lagoa, Anunciato havia se comprometido, por contrato, a cuidar de 5.458 pés de café, por um pagamento de Cr\$2.500 por ano para cada mil pés. De acordo com o processo de Anunciato, essa taxa devia ter sido aumentada em mais de cinco vezes, para Cr\$13.600, para que Anunciato recebesse o salário mínimo, determinado pelo Decreto-Lei número 36.604^a, de julho de 1956. Anunciato pediu ao juiz que Nagayochi aumentasse seu salário para Cr\$3.200 por mês.

O advogado de Nagayochi alegou que a causa de Anunciato não tinha fundamento. A Fazenda Lagoa não lhe devia nada, pois, além do dinheiro que ele recebia para cuidar dos pés de café, Anunciato também recebia em “produtos”, que perfaziam o total do salário mínimo regional. Esse pagamento em “produtos” incluía a casa, os grãos de café, lenha, e a colheita de nove fileiras de feijão e uma de milho, que Anunciato havia plantado entre os pés de café. Do ponto de vista de Nagayochi, os bens oferecidos para atrair colonos e mantê-los trabalhando eram quantificáveis em dinheiro. O juiz, nessa instância, aceitou o argumento do fazendeiro e rejeitou o pedido de Anunciato, ordenando que ele arcasse com o custo do processo.⁷⁹

Sem receber nada, Anunciato, com seu caso, tipifica as dificuldades dos camponeses que foram à Justiça. Via de regra, eles recebiam apenas cerca de 25% do valor que afirmavam lhes ser devido.⁸⁰ Além disso, a decisão da junta significava que os bens que antes se considerava praxe fornecer aos trabalhadores, gratuita-

⁷⁹ João Anunciato v. Fazenda Lagoa. 354/57. 9. JT/RP.

⁸⁰ No período de junho a dezembro de 1962, o primeiro período em que tanto o valor pedido quanto o valor da solução estão disponíveis, os trabalhadores pediram um total de Cr\$86.968.000 e receberam Cr\$21.264.000. Em dólares americanos de 1962 (\$1 US = Cr\$390,52), esses números equivaliam a \$222.700 e \$54.450. Portanto, nesse período, os trabalhadores receberam 25% do que pediram.

mente, como obrigação do fazendeiro, tinham um valor monetário, que podia ser deduzido do salário do colono. Anunciato ficou surpreso porque nenhum desses itens tinha recebido um valor monetário quando da assinatura do contrato. Além disso, o tribunal havia determinado que o plantio de milho e de feijão era “em proveito próprio”. Esses bens e víveres não custavam nada a Nagayochi, e haviam sido os elementos tradicionais que permitiam a mobilidade social dos colonos. Calculados dessa maneira, Anunciato, e outros colonos como ele, tinham de avaliar os custos e benefícios de se continuar a viver em áreas rurais remotas, onde suas opções, assim como as dos membros de suas famílias, estavam geralmente limitadas. Não sabemos o que aconteceu com Anunciato depois disso, mas se ele fez como muitos milhares de outros camponeses em sua posição, desistiu de viver no campo e mudou-se para uma cidade, onde continuou a trabalhar com agricultura, fazendo serviços por dia ou por temporada.⁸¹



Um apaixonado orador, Francisco Julião, do Partido Socialista Brasileiro (à esquerda, falando em um encontro do sindicato dos metalúrgicos, no dia 31 de março de 1962), tornou-se o mais bem conhecido defensor da reforma agrária radical. Foto: Cortesia do Arquivo Fotográfico de *Última Hora*, do Arquivo do Estado de São Paulo.

⁸¹ Entre 1950 e 1970, o número de trabalhadores rurais permanentes na Alta Mogiana diminuiu 65%, enquanto que o número de trabalhadores temporários, deslocando-se diariamente da cidade ao campo, aumentou 15%. A demanda de mão de obra foi reduzida com a concentração da terra, técnicas agrícolas mais desenvolvidas e com o uso de maquinário. São Paulo. Secretaria da Economia e Planejamento (Seplan). *Trabalho volante na agricultura paulista*. Estudos e pesquisas. Número 25. 1978. p. 220-225.

Apesar de muitas decepções, o campesinato ia à justiça com muito mais frequência entre 1961 e 1964. Como veremos no próximo capítulo, a militância rural explodiu nesse período, diminuindo o distanciamento entre os trabalhadores rurais, a justiça do trabalho e o sistema político, o que incentivou cada vez mais trabalhadores a se tornarem ativos na defesa de seus interesses. De 1960 a 1961, o número de processos rurais dobrou. No início de 1961, um maior número de trabalhadores, muitas vezes em ações coletivas, começou a aparecer na Junta do Trabalho de Ribeirão Preto. Em 1963, a taxa de crescimento diminuiu um pouco, mas o número de processos continuou a aumentar. Em 1964, no entanto, a quantidade de processos camponeses caiu, ainda que o número de processos como um todo tenha continuado a aumentar. Apesar de uma queda de 22% no número de casos rurais, o número de trabalhadores rurais a intentarem os processos ultrapassou o nível de 1963. Enquanto outros setores tiveram seus números de trabalhadores em processos aumentados, os trabalhadores rurais foram responsáveis por grande parte do crescimento na atividade da junta. Em 1962, 1963 e 1964, eles corresponderam a mais de um terço dos trabalhadores que recorreram à lei para obterem ajuda (vide Tabela 11).

A RENOVAÇÃO DA MOBILIZAÇÃO CAMPONESA

A aparente institucionalização da militância dos camponeses na Alta Mogiana refletia parcialmente as atrações do recurso legal, as esperanças de ganhar os favores das autoridades nacionais e a exaustão diante da repressão local. O clima mais calmo refletia também uma crise nacional do PCB. Em 1956 e 1957, a revelação dos crimes de Stalin envergonhou o partido, levando muitos apoiadores a questionarem seu próprio idealismo. Os líderes do partido perderam também parte de sua autoconfiança e começaram a debater as políticas e as estruturas do PCB.⁸² A primeira conferência nacional da Ultab, prevista

⁸² Sobre o impacto da morte de Stalin no Brasil, vide Raimundo SANTOS. *A primeira renovação pecebista. Reflexos do XX congresso do PCUS no PCB (1956-1957)*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988, e MEDEIROS. *História dos Movimentos*. p. 53-54. MEDEIROS assinala que, em reação à “desestalinização” do PCB, o comitê central do partido resolveu, em 1958, levar adiante formas jurídicas de luta, de maneira a construir uma frente unificada contra o imperialismo estadunidense. Do ponto de vista dos organizadores do movimento dos camponeses, essa mudança oficial apenas confirmou a estratégia que já estava em marcha, tal como refletida na campanha da Marcha da Produção. Como MEDEIROS comenta em sua tese (especialmente cap. 3), a mobilização camponesa desafiava as teses do partidão e, de fato, as tendências afirmadas pelo Comitê Central em 1958 já estava bem avançadas na prática da luta em lugares como a Alta Mogiana. Medeiros, “Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses”. p. 93-101, Paulo Ribeiro da CUNHA discute a época em seu estudo

para setembro de 1956, foi finalmente adiada por três anos, “ para garantir uma melhor preparação da Conferência, a partir das fazendas e usinas”. Sem fundos, Tibúrcio e Portela, presidente e secretário da Ultab, abandonaram suas atividades, e voltaram a trabalhar na roça. Apenas Lyndolpho Silva continuou a atuar em nível nacional. *Terra Livre*, que era publicado duas vezes por mês, começou a aparecer irregularmente em 1956 com apenas oito edições nos dois anos seguintes. Ainda assim, o movimento continuou a crescer, com inéditos congressos camponeses estaduais ocorridos ao final de 1956 nos estados de Alagoas, Mato Grosso, Minas Gerais, Espírito Santo, Goiás e Maranhão. Além de difundir o movimento fora de sua base, em São Paulo e no Paraná, a Ultab continuou a tentar influenciar políticos da capital em favor de legislação regulamentando as condições de trabalho dos assalariados e pequenos proprietários e a eleição de representantes congressuais que apoiassem suas reivindicações. Nas poucas edições de *Terra Livre* que apareceram durante esse período, muitos artigos eram dedicados à campanha para a aprovação de uma nova lei do trabalhador rural, o projeto 4264-A, que buscava dar um fim à exclusão dos trabalhadores rurais em todas as provisões da CLT. Em junho de 1957, no entanto, um congresso ainda dominado pelos interesses dos donos de terra votou contra o projeto, por uma diferença de 40 votos. Em setembro, *Terra Livre* denunciou o ministro do trabalho Fernando Nóbrega, um escolhido de João Goulart, que havia aprovado uma decisão de negar reconhecimento a um sindicato rural na cidade de Bragança Paulista. Essa decisão enraiveceu os editores, pois dava apoio a uma posição defendida por Francisco Malta Cardoso, da SRB, e mostrava como os aliados do PTB não eram dignos de confiança. Esses eventos deram ímpeto a uma campanha para se elegerem candidatos “nacionalistas” – os que criticavam o imperialismo estadunidense e apoiavam a reforma agrária e o trabalhismo rural – nas eleições estaduais e municipais de 1958.⁸³

Aconteceu longe demais, anotando como a “Declaração Política de Março de 1958” dos dirigentes comunistas orientava os militantes a seguirem uma estratégia “cautelosa e não radical” dado o atraso e pouca organização das massas rurais.

⁸³ Sobre a conferência da Ultab, veja “Em setembro a primeira conferência da Ultab”. *TL*. Ano VII, n.64, abril de 1956, p. 1. “Adiada a Conferência da Ultab”. *TL*. Ano VII, n.68, 2ª quin. de julho de 1956, p. 1. “Convocada para setembro a conferência da Ultab”. *TL*. Ano X, n.86, março de 1959, p. 1. Sobre as conferências estaduais, vide “Realizadas importantes conferências de lavradores e trabalhadores agrícolas em vários Estados”. *TL*. Ano IX, n. 76, jan., 1957, p. 4. Sobre mudanças internas da Ultab, vide Transcrição SILVA. Parte 1. p. 21-22; Transcrição PORTELA. p. 20-22 e Paulo Ribeiro da CUNHA. *O camponês e a história: a construção da Ultab e a fundação da Contag*. São Paulo: Instituto Astrojildo Pereira, 2004). Sobre o projeto de lei dos trabalhadores rurais, vide “É preciso defender o projeto de Getúlio: milhares de cartas e telegramas poderão fazer a balança pender a favor dos trabalhadores rurais”, *TL*. Ano VIII, n.71, 1ª quin. de setembro de 1956, p. 1. Woodruff WALKER, Rio de Janeiro, to Department of State. Despacho número

No meio da campanha, Luís Carlos Prestes reapareceu, após mais de dez anos na clandestinidade. A imprensa, se não o público, revelou-se fascinada por essa narrativa de luta pelo progresso socioeconômico do Brasil e pela dignidade nacional. Candidatos como Adhemar de Barros e Luís Tenório de Lima, o líder trabalhista e comunista, aceitaram seu apoio como membros aliados das “forças nacionalistas, democráticas e patrióticas”. Barros, que estava concorrendo de novo para governador de São Paulo, apareceu na capa de *Terra Livre*, sob a manchete “Por medidas de reforma agrária, pela aplicação das leis trabalhistas no campo”. Enquanto alguns candidatos apoiados pelo PCB ganharam a eleição, Barros chegou ao segundo lugar, depois de Carlos Alberto Alves de Carvalho Pinto, o escolhido de Jânio Quadros, que estava vagando o posto. No espírito de cooperação da época, Prestes enviou a Carvalho Pinto um telegrama, dando-lhe os parabéns por sua posse, em janeiro de 1959. Outros vencedores das eleições em São Paulo incluíram anticomunistas que mesmo assim apoiaram a reforma das leis trabalhistas do campo. Dois deputados estaduais e um deputado federal foram eleitos por um novo partido político criado em 1958, por um político que há tempos cortejava o voto do campesinato, Hugo Borghi. O partido se chamava PTR – Partido Trabalhista Rural, demonstrando como se havia passado a valorizar temas camponeses e simbolizando o número crescente de opções políticas disponíveis para os trabalhadores do campo. No início dos anos de 1960, o número de representantes do PTR na assembleia estadual e no congresso nacional aumentou.⁸⁴

Não apenas o contexto nacional se tornou mais favorável a reformas no final dos anos de 1950, como a situação internacional mudou dramaticamente, com a vitória em Cuba do movimento revolucionário de Fidel Castro no final de 1958. Esse evento ajudou a fazer com que a reforma agrária se tornasse, para as potências capitalistas, uma necessidade fundamental para ajudar a prevenir as revoluções camponesas do século 20 em lugares tão distantes como o Vietnã e o Quênia. No Brasil, os cidadãos liam na imprensa popular tratamentos simpáticos das guerrilhas cubanas e, em fevereiro de 1959, ficou-se sabendo do dramático

20. 5 de julho de 1957. RG59, DF 732.001. DS/USNA. Sobre o Ministério do Trabalho, vide “Ministro do Trabalho (PTB) Cria Embaraços à Sindicalização Rural”. *TL*. Ano X, n.82, nov., 1958, p. 1.

⁸⁴ Sobre a volta de Prestes, vide, por exemplo, “Prestes a *Última Hora*: ‘A Carta de Vargas foi um Grande Legado ao Brasil!’”. *Última Hora*. 26 de março de 1958. p. 2. Sobre Barros e a campanha, vide, por exemplo, “Dez Mil Trabalhadores do Campo no Comício de Adhemar de Barros”. *TL*. , set. de 1958, p. 2. “Por Medidas de Reforma Agrária, Pela Aplicação das Leis Trabalhistas no Campo”. *TL*. out. de 1957. p. 1. e “Telegrama de Prestes aos Novos Governadores”. *TL*. fevereiro de 1959. p. 4. Uma lista de vencedores está em “Candidatos Nacionalistas Eleitos em Nosso Estado”. *TL*. nov. de 1958, p. 1. Sobre Borghi e o PRT, vide “Borghi”. In: *DHBB*. p. 421 e QUADROS V & VI. In: Sampaio. *Adhemar*.

programa de desapropriações que havia sido realizado lá.⁸⁵ Mais tarde, a atenção da imprensa passou para o Engenho da Galileia, há muito desativado em Pernambuco. Lá, 50 quilômetros a oeste de Recife, cerca de 150 famílias de moradores camponeses unidas em sua SAPPP – Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco lutaram para permanecer na terra. A imprensa vinculada com a oligarquia rural o chamou de liga camponesa, lembrando o movimento comunista pós-guerra de tentar desmoralizar a opinião pública. Em fevereiro, contudo, a liga ganhou causa no judiciário com a representação de seu advogado e presidente de honra, o carismático Francisco Julião. Mobilizados para pressionar o governo estadual e apoiar uma medida de desapropriação, os camponeses ficaram conhecidos internacionalmente quando o governador Cid Sampaio tomou posse da terra e a distribuiu aos membros do grupo SAPP. Em curto prazo, outras ligas começaram a se formar em Pernambuco e Paraíba. Outros governos estaduais e o governo federal aumentaram a velocidade do processo legislativo, aprovando novos regulamentos da propriedade e do trabalho rural, muitos deles assistidos pelo governo estadunidense, ansioso em evitar novas revoluções, como a de Cuba, no hemisfério.⁸⁶

⁸⁵ Sobre as revoluções camponesas, vide Eric WOLF. *Guerras camponesas do século XX*. (São Paulo: Global Editora e Distribuidora Ltda., 1984). Sobre cuba, vide por exemplo, “Fidel Castro Inicia a Distribuição de Terras a Milhares de Camponeses”. *Última Hora*. p. 4, 1º. de fevereiro de 1959.

⁸⁶ A imprensa cobriu esses eventos extensivamente. Em um aceno incomum ao populismo, o conservador *O Estado de S. Paulo* solicitou e publicou uma série de artigos escritos pelo próprio Julião. Francisco JULIÃO. “As Ligas Camponesas I: a tragédia do agricultor sem terra”. *OESP*, 8 de dezembro de 1959. p. 8, “As Ligas Camponesas II: organizam-se os arrendatários”. *OESP*, 9 de dezembro de 1959. p. 4 e “As Ligas Camponesas III: o papel das ligas nas eleições”. *OESP*, 10 de dezembro de 1959. p. 6. Outros exemplos de cobertura da imprensa contemporânea incluem Gonçalo DUARTE. “Ligas Camponesas”. *O Observador: Econômico e Financeiro*. Rio de Janeiro. 24: 286. Dezembro de 1959. p. 29-32 e Antônio Callado. *Tempo de Arvaes: a revolução sem violência*. (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980). [Originalmente publicado como uma série de artigos publicados no *Jornal do Brasil* entre 7 de dezembro de 1963 e 19 de janeiro de 1964]. Alguns estudos das ligas e Julião são Elide Rugai Bastos. *As ligas camponesas*. (Petrópolis: Vozes, 1984). Fernando Antônio Azevedo. *As ligas camponesas*. (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982). A autobiografia de Julião é dada de maneira provocadora numa entrevista feita em 1977. Francisco JULIÃO, entrevistado por Aspasia Camargo, Yxcatepec, México. Dezembro de 1977. Centro de Pesquisa e Documentação (CP/DOC), Fundação Getúlio Vargas (FGV), Rio de Janeiro. Dezembro de 1977. Camargo escreveu a verbete temático sobre as Ligas para a versão online do *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro* do CP/DOC, disponível em <http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes_html/7794_1.asp> Outra análise recente está em Anthony W. Pereira. *The End of the Peasantry*. (Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1997). Sobre os interesses dos Estados Unidos, vide Joseph A. Page. *The Revolution That Never Was: Northern Brazil, 1955-1964*. (New York: Grossman Publisher, 1972). Trechos destes e outros textos sobre as ligas podem estar encontrados na coleção: A questão agrária no Brasil, v. IV – *História e natureza das ligas camponesas*. João

A ascensão das ligas camponesas de Julião e de partidos como o PTR, confirmam que, no fim dos anos de 1950, o PCB estava longe de ser a única organização buscando atrair a participação do campesinato e resolver suas preocupações, uma condição que ajudaria a aumentar a atividade e o escopo do movimento camponês nos anos de 1960. Durante os anos de 1950, o PCB havia ajudado a dar forma a uma diversidade de reivindicações e exigências dos lavradores e trabalhadores agrícolas. Como escreve Medeiros, “é ininteligível fora da ação do PCB” o conflito agrário da época. O partido havia unido militantes de todo o país, e facilitado a criação de organizações camponesas. Com suas ações e debates, o PCB havia ajudado a semente do movimento camponês a nascer e a árvore a crescer, mais do que qualquer outra entidade no Brasil.⁸⁷

Em setembro de 1959, o partido retomou seu lugar como vanguarda do movimento, ao promover o primeiro encontro nacional da Ultab. Organizada em São Paulo, a 1ª Conferência Nacional da Ultab reuniu delegados de 122 associações de lavradores e sindicatos de trabalhadores agrícolas em formação, todos afiliados à Ultab. Dezesete estados estavam representados. Apesar desses números, um tom de preocupação sobre a fraqueza do movimento caracterizou os procedimentos. Se levarmos em conta que a maioria dos brasileiros ainda trabalhava no campo, milhares de sindicatos deviam ter sido organizados desde a conferência de 1954. Os delegados discutiram o desafio, e Sebastião Dinart defendeu a necessidade de se aceitar a orientação dos operários industriais, mais organizados, para que se pudessem vencer as dificuldades em se identificarem os “líderes naturais” dentre o campesinato. A “Carta sobre Reforma Agrária” foi o documento central que saiu da conferência. Nela, Ultab destacou reforma agrária como medida desenvolvimentista e democrática. A distribuição das terras dos 30 mil latifundiários (definidos como proprietários de mais que 1 mil hectares) seria o melhor maneira de estimular produção, desenvolver o mercado doméstico e cumprir os deveres da constituição para justiça social.

A reforma agrária necessária ao nosso país deve levar à democratização da propriedade da terra, acabando com os privilégios da minoria de latifundiários e transformando em proprietários de uma gleba aos milhões de camponeses sem terra.

Somente duas das nove questões levantadas na conclusão da carta eram direcionados aos trabalhadores agrícolas assalariados, apelando para a criação

Pedro STEDILE, (org.) São Paulo: Editora Expressão Popular, 2002. Estou grato pelas leituras críticas de Sarah Sarzynski, (“History, identity and the struggler for land in northeastern Brazil”. Tese de doutorado em História, University of Maryland, 2008)

⁸⁷ Nesse sentido, estamos de acordo com MEDEIROS, “Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses”, p. 13.

de um “estatuto único” para avançar e proteger seus direitos e dedicando à organização “a defesa intransigente do direito constitucional da livre organização dos assalariados agrícolas em seus sindicatos rurais e dos camponeses em suas associações”. A carta sinalizou a intenção de organizar outra conferência nacional. Devido às dificuldades financeiras, o PCB não conseguiu publicar uma nova edição de *Terra Livre* até janeiro, quase quatro meses depois do fim da conferência.⁸⁸

Sebastião Lopes representou Ribeirão Preto na 1ª Conferência Nacional da Ultab. Desde sua expulsão do sindicato e do partido, Nazareno Ciavatta havia tido diversos empregos, demonstrando as dificuldades enfrentadas pelos militantes camponeses durante esse momento de relativa estabilidade para o movimento. Trabalhou como cortador de cana em várias fazendas, mas descobriu que podia ficar no mesmo emprego por no máximo uma semana, antes de ser identificado, e demitido. “Fui perseguido, foi bastante difícil, porque, o sujeito, depois que ele fica fichado como comunista”, tem dificuldades em se estabelecer. Em 1958, no entanto, o juiz Oliveira Coutinho encontrou-se com ele, na frente de um café chamado “A Única”, e ofereceu-se para ajudá-lo a encontrar um emprego estatal no Departamento de Estradas de Rodagem. O juiz apreciava o papel que Ciavatta havia tido na oposição ao pedido de que ele fosse removido da Junta de Trabalho. Esse emprego ajudaria, finalmente, Ciavatta a conseguir um cargo de confiança na prefeitura, onde diferentes políticos utilizaram seu currículo de defensor dos direitos dos camponeses para angariar votos. Esses políticos haviam ajudado Ciavatta a escapar da perseguição de Giroto e do PCB, ele acreditava. “Giroto queria que eu ficasse por aí cortando cana, andando por aí, fazendo alguma agitação besta, pra cair preso, pra ele voltar a falar pro partido que eu estava funcionando, mesmo expulso do partido. Porque o partido me expulsou, mas não falou nada pra ninguém, ficou bonzinho”.⁸⁹ Se verdade ou mentira, esse tipo de mito de corrupção era também um legado do PCB. No início dos anos de 1960, enquanto a competição crescia pela predominância sobre o movimento camponês, que o PCB tanto havia ajudado a promover, essas imagens influenciaram o comportamento da Ultab.

⁸⁸ Sobre a conferência, vide “Convocada para setembro, a conferência da Ultab”. p. 1. Sebastião Dinart dos SANTOS. “O Problema da organização rural”. p. 1. “Decidido no Conselho de Representantes da Ultab Organizar a Luta por Medidas de Reforma Agrária”. p. 4. Todos os artigos in: *Terra Livre*. Março de 1959. “Carta Sobre Reforma Agrária”. *Terra Livre*. Janeiro de 1960. p. 10. MEDEIROS. *História dos Movimentos*. p. 51-52.

⁸⁹ Transcrição GERALDO. 3B: 3.

7. OS PRIMEIROS FRUTOS: A COLHEITA DE SINDICATOS DE TRABALHADORES RURAIS

Ao final de 1959, depois de dez anos de ausência, Irineu Luís de Moraes retornou a Ribeirão Preto. Aos 47 anos de idade, Moraes já era um veterano da luta dos camponeses de São Paulo e do Paraná. Sentia-se em casa em Ribeirão Preto, onde havia participado da greve da Companhia de Força e Luz de 1945, e ainda recordava o tempo em que organizara as ligas camponesas de Dumont e de outras cidades da Alta Mogiana. Com toda essa experiência, lembra-se de ter encontrado poucos vestígios das organizações que havia penosamente ajudado a fundar no pós-guerra. No campo e na cidade, o partido havia-se tornado inativo. “Nada estava organizado”, lembra Moraes. Antigos companheiros que encontrou em Ribeirão Preto reclamavam que um representante do PCB havia passado pela área coletando doações, mas “não tinha feito nada”. Pior, Moraes acrescenta, “ninguém sabia onde ele vivia”. Líderes comunistas locais tinham-se acomodado com o *status quo*, Moraes concluiu, “e deixado o partido ir às favas”. Na área das grandes fazendas, Moraes ouviu falar de Nazareno Ciavatta e do sindicato rural de Ribeirão Preto; entretanto, nunca encontrou sinal do sindicato e muito menos de Ciavatta. “Em minha opinião, Ciavatta como presidente do sindicato, não tinha feito nenhum avanço com as massas porque quando cheguei a Ribeirão Preto, não havia nenhum sinal da sua existência”. Desgostoso com o moribundo partido local, Moraes resolveu o reconstruí-lo.¹

Ainda que com desesperança, Moraes, ao reiniciar suas atividades na Alta Mogiana, foi beneficiado pelo próprio contexto, dramaticamente diferente, que agora tinha de enfrentar. Na verdade, desde que deixara Ribeirão Preto, suas próprias ações tinham ajudado a criar uma situação muito mais favorável para a mobilização do campesinato. Ao organizar as ligas camponesas, os posseiros em Porecatu e as ações dos colonos em Valparaíso, Araraquara e outros municípios, Moraes havia contribuído para o sucesso da conferência de 1954, na qual Ciavatta uniu sua voz ao movimento camponês. Antes que Ciavatta fosse afastado do movimento, sua militância ajudou a estabelecer a Junta do Trabalho em Ribeirão Preto, uma instituição que talvez tenha contribuído para o declínio da militância na região (veja Figura 3).² Já no fim da década, os es-

¹ WELCH e GERALDO. *Lutas camponesas*. p. 159-62.

² Coincidentemente, *TL* (fevereiro de 1960, 2) comemorava a influência do tribunal, que havia promovido a autoconfiança dos trabalhadores rurais, na mesma época em que Moraes não havia encontrado “nada” acontecendo. Nos seis primeiros meses de 1959, o jor-

forços coletivos desses homens, e de outros, tinham ajudado a tornar a sindicalização rural um assunto de interesse para estudantes, padres, profissionais, operários e políticos de quase todo o espectro ideológico. O próprio Moraes havia demonstrado como a questão era agora de interesse geral, ao formar uma aliança com fazendeiros de São José do Rio Preto. De maneira característica, ainda que ideologicamente problemática, a narrativa de Moraes, de como ele, sozinho, havia reconstruído o partido, enfatiza seu papel *individual* ao reviver o espírito *coletivo* dos militantes desgarrados. No entanto, até mesmo seu retorno a Ribeirão Preto, justificado em sua narrativa como fruto de sua personalidade errante, talvez se explique mais pelo ressurgimento da Ultab, em torno da conferência de setembro de 1959. Não podemos esquecer que foi por determinação do comitê central que Moraes havia sido enviado a quase todos os locais em que tinha estado nos últimos 15 anos. Ou seja, parece mais provável que sua ida a Ribeirão Preto tenha decorrido de ordens para revitalizar o partido.

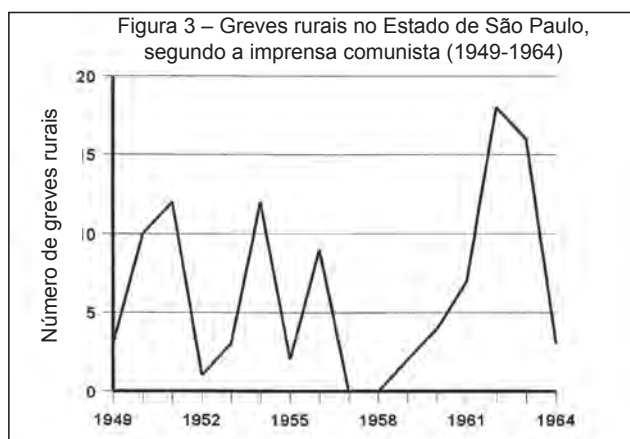


Figura 3

nal relata, o sindicato de Ribeirão Preto havia ajudado muitos trabalhadores a vencerem disputas judiciárias contra 14 diferentes fazendas da região de Alta Mogiana. “Sem dúvida, essas vitórias, vividas por eles mesmos, são o maior ensinamento de que só através da organização e da luta é possível defenderem seus direitos, interesses e reivindicações”. In: (“Causas ganhas pelos associados do Sindicato Rural de Ribeirão Preto.” *TL*. v. 11. n. 88. fevereiro de 1960, p. 2).

Dada sua reputação como militante na área, Moraes diz ter sido fácil juntar alguns poucos aliados para ajudá-lo a planejar um churrasco, com o objetivo de unir defensores da renovação do partido. Membros do partido, como Antônio Giroto e Luciano Lepera (um comunista, candidato à reeleição pelo PTB) foram contrários ao piquenique. Satisfeitos com os pequenos avanços obtidos nas áreas eleitorais e judiciárias, sentiam-se ameaçados pelo agressivo estilo de Moraes. Entretanto, os tempos eram outros e os preparativos para o piquenique foram em frente. Embora o PCB estivesse tecnicamente na ilegalidade, a tolerância demonstrada para com o partido pelo Presidente Kubitschek e pelo Vice-Presidente Goulart dava mais espaço aos militantes para operarem abertamente, sobretudo em municípios como Ribeirão Preto, onde havia uma classe operária de proporções consideráveis, além de estudantes e de uma classe média mais independente da classe dominante dos fazendeiros e usineiros. Donos de lojas e açougueiros que conheciam e confiavam em Moraes doaram carne e outras provisões; os outros gastos foram cobertos pela venda de ingressos para o evento. No dia escolhido, companheiros e amigos se reuniram debaixo de mangueiras, em um terreno baldio nos arredores de Vila Tibério, para comerem carne assada, beberem cerveja e falarem sobre política, das dez horas da manhã até às cinco da tarde.³

Para Moraes, o churrasco foi um sucesso. Ele havia pretendido construir o partido “de baixo ou de cima” e, no fim do piquenique, uma diretoria provisória e um novo comitê organizacional foram selecionados dentre os membros de um grupo de fervorosos partidários. Doutor Clarimundo Soares, médico, tornou-se primeiro secretário. Outros diretores eram estudantes universitários, tais como Pedro Alves de Azevedo e sua mulher Marisa, além de alguns professores. De acordo com Moraes, ele era o único membro da classe trabalhadora. “De trabalhadores só tinha eu”, disse. “O resto eram pequenos burgueses: tinha médicos, tinha professores. Mas eles eram um grupo entusiasmado e jovial”. A única nota de rancor veio do grupo de Lepera, que defendia que o evento fosse usado para arrecadar fundos de campanha. Moraes pouco sabia sobre Lepera, mas se opunha a dar os ingressos a alguém que primeiro se opôs ao evento, e agora parecia estar somente interessado em tirar vantagem da grande virada. Depois do churrasco, o novo comitê relatou sua formação a líderes estaduais, e começou uma intensa rodada de reuniões, muitas delas na casa de Moraes e sua esposa Sebastiana. O sucesso do comitê levou a hierarquia do partido a romper laços com o inativo grupo de Giroto, de modo a reconhecer o novo grupo de

³ Transcrição MORAES, parte 1, p. 39. Transcrição Giroto. Luciano Lepera. Entrevistado pelo autor. Ribeirão Preto, 18 de outubro de 1988. Veja também WELCH e GERALDO, *Lutas camponesas*, p. 161-66.

militantes. Enraivecido, Giroto estimulou lutas entre facções, o que desanimou Moraes e o levou a focar menos de sua energia no comitê local, e mais na organização dos camponeses. “Fui trabalhar no campo”, lembra, “para evitar um confronto com eles”.⁴

Esta, talvez, também seja uma lembrança equivocada. A lógica sugere que, dadas as habilidades e os interesses de Moraes, ele tenha organizado os trabalhadores com total apoio dos burocratas do PCB, tanto locais, quanto estaduais e nacionais. O período mais ativo do movimento camponês ainda estava por começar, e os líderes da Ultab eram capazes de compreender essa situação, pois estavam mais bem posicionados do que Moraes. Após o aparente sucesso da Liga Camponesa do Engenho Galileia, em Pernambuco, o líder Francisco Julião incentivou a formação de ligas em muitos Estados nordestinos, e tornou-se um porta-voz nacional da reforma agrária radical. Quanto mais o movimento crescia, mais ameaçada sentia-se a Igreja Católica: Julião, com seu estilo quase messiânico, forçou a Igreja a demonstrar que era ela, e não as ligas camponesas, a instituição que estava ao lado dos peões, e que merecia sua confiança. Portanto, a Igreja Católica, com presença nacional consolidada, logo começou a investir na organização dos camponeses⁵. Com competidores tão formidáveis, o PCB não tinha mais como certa sua predominância no movimento. Em diversos lugares, animosidades se desenvolveram entre essas três forças; de tempos em tempos, alianças estratégicas também se formaram. Em resposta, o governo federal buscou controle efetivo sobre o movimento, aprovando legislação rural e um programa de formação de sindicatos rurais.

Em um contexto de rivalidade organizacional e aceitação oficial, o movimento camponês rurais cresceu como nunca. Finalmente, as sementes da luta camponesa, que haviam sido cultivadas tão penosamente por militantes como Moraes, haviam dado flores, na forma de um número sem precedentes de sindicatos de trabalhadores rurais em formação. Em pouco tempo, o ministério do trabalho reconheceu dezenas de STRs, finalizando a incorporação dos camponeses no contexto do populismo rural. Na base, Moraes não mais se encontrava sozinho na colheita dos frutos de uma longa luta. Em Celso Ibson de Syllos, um padre católico que se havia tornado militante no início de 1962, Moraes encontrou um rival à sua altura. Moraes e padre Celso eram dois dos militantes mais influentes na região de Alta Mogiana, até o colapso da república populista com o golpe militar, que retirou o Presidente João Goulart do poder, em 1964.

⁴ *Lutas camponesas*, p. 161-62. Transcrição Giroto.

⁵ Regina Reyes MORAES. *De corpo e alma: Catolicismo, classes sociais e conflitos no campo*. (Rio de Janeiro: Graphia, 1997).

Tendo Ribeirão Preto como centro de suas atividades, o partido, a Igreja, os agricultores e os políticos – representantes de todos os principais agentes nacionais – buscaram o apoio dos camponeses e o direito de intermediar negociações em nome dessa classe em formação tão significativa, os objetivos da mobilização rural mudaram da resolução dos problemas imediatos para a ênfase na incorporação estatal dos trabalhadores rurais, revelando tendências que ajudam a explicar a resistência do movimento depois da tomada do poder pelos militares.⁶

MOBILIZANDO OS TRABALHADORES DO AÇÚCAR

Antes que padre Celso se tornasse militante, e antes que a ênfase se transferisse para a necessidade de se formarem sindicatos rurais, Moraes havia dado um novo início à mobilização dos trabalhadores do corte e das usinas da cana-de-açúcar próximos a Sertãozinho, Barrinha e Pontal, um aglomerado de municípios localizado a oeste de Ribeirão Preto. Embora as duas zonas fossem muito próximas, esta parte da região da Alta Mogiana era muito diferente de Ribeirão Preto. Como no resto da região, o café predominou em Sertãozinho até os anos de 1930. Desde então, a terra, exausta, foi vendida para colonos e investidores que plantavam algodão, marcando o fim da era do café. Após a II Guerra Mundial, os lucros do algodão caíram, a cana-de-açúcar cresceu em importância e várias usinas de açúcar foram construídas na área. Buscando uma atividade econômica de maior escala, os usineiros compraram terra, de modo a aumentar o seu controle sobre a quantidade de cana a ser processada, e assegurar o trabalho ininterrupto das usinas. Já em 1944, a área plantada com cana era maior do que a área com café; dez anos mais tarde, o açúcar cobria quase três vezes mais terra do que o café e algodão. Em 1956, uma fumaça escura e densa subia ao céu das múltiplas chaminés das sete usinas de açúcar da região. Ironicamente, o sucesso da revolução socialista em Cuba estimulou uma nova rodada de crescimento na produção de açúcar, em razão do boicote dos Estados Unidos ao açúcar cubano, criando oportunidades para outros exportadores. O Brasil aumentou sua cota no mercado estadunidense de açúcar de 0% em 1960 para 6,4% em 1962. Assim, as usinas aumentaram sua produção, chegando ao limite. Uma reação típica foi a da Usina São Geraldo, de Sertãozinho: a produção anual pulou de 150 mil sacas de 60 quilos em 1954 para mais de 400 mil em 1964.⁷

⁶ Transcrição MORAES, parte 1. Celso Ibson de SYLLOS, transcrição de entrevista com o autor (Transcrição SYLLOS). São Paulo, 19 de janeiro de 1989. AEL/Unicamp.

⁷ As crescentes fortunas da cana-de-açúcar surgidas nesse período ajudaram a acelerar o abandono da cultura do café, e o crescimento da produção de açúcar, na região de Alta Mogiana.

O impressionante desenvolvimento da economia açucareira na região dependia de muita mão de obra, e a densa população rural atraiu Moraes para a área em 1960. Já percebeu que foi um “centro de concentração de camponeses”: “trabalhadores de usinas”, “trabalhadores agrícolas”, “sitiantes”, “lavradores”, “arrendatários” e “empregados dos engenhos”. Deixando Ribeirão Preto atrás, Moraes foi “pra minha frente específica, que é o campo”. Em 1959, o censo indicava a presença de cerca de dez mil empregados rurais trabalhando na área, em três cidades da sub-região. Somente em Sertãozinho, 97% da força de trabalho rural era considerada permanentemente empregada em 1940. Em 1960, entretanto, as estatísticas caíram para menos de 40%. Durante o mesmo período, a população de camponeses do município quase duplicou, crescendo de 3.979 para 6.268. Uma grande proporção de trabalhadores rurais era considerada agora como sendo de empregados temporários; somavam 3.835 trabalhadores, mais de 60% de todos os trabalhadores rurais empregados. Durante os anos de 1960, tanto o número total de trabalhadores rurais quanto à proporção entre empregados temporários e permanentes manteve-se constante. A história era semelhante em zonas açucareiras de todo o Estado. Entre 1958 e 1968, a proporção de trabalhadores temporários e permanentes pouco mudou, enquanto que o número total de trabalhadores envolvidos com a produção do açúcar cresceu de 26.240 para 48.843, imitando a experiência de Sertãozinho nos anos de 1950.⁸

Para Moraes, o tamanho e a diversidade da força de trabalho açucareira apresentavam problemas que ele já havia encontrado antes. Ele havia passado grande parte da sua carreira recente organizando os colonos que trabalhavam no café; agora se preparava para agitar os cortadores e processadores de cana-de-açúcar. A moderna indústria açucareira com que ele se deparava era produto dos anos de 1940. Muitas usinas eram altamente capitalizadas, com grandes áreas de terra, e contratavam colonos para plantar cana-de-açúcar para alimentar a agroindústria. Em contraste com os colonos do café, os colonos da cana

Vide Roberto Ferreira do AMARAL, org. *Diagnóstico: Sexta Região Administrativa: Ribeirão Preto*. (São Paulo: SEPLAN, agosto de 1972). 4/15-4/23. Vide também José Jorge GEBARA. “A estrutura agrária do município de Sertãozinho: Evolução, Caracterização e Efeitos.” Dissertação de Mestrado. Escola de Administração de Empresas da FGV, 1976. p. 20-31. Octavio IANNI. *Origens agrárias do Estado Brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 41-9. Francisco Ribeiro da SILVA. “A lei americana sobre o açúcar – ‘Sugar Act’ – seus propósitos e como funciona.” *Brasil Açucareiro*. (Rio de Janeiro). 4 abril de 1971 p. 10.

⁸ Transcrição MORAES, parte 1. p. 40. Mais informações sobre Sertãozinho na tabela 6. In: IBGE. *Censo Agrícola do Estado de São Paulo: Recenseamento de 1960*. Rio de Janeiro: 1963. IANNI. *Origens Agrárias*. p. 64. Tendências comparativas nacionais são discutidas em José César GNACCARINI. *Estado, Ideologia e Ação empresarial na Agroindústria açucareira do Estado de São Paulo*. (São Paulo: n.p., 1972). cópia mimeografada. p. 194.

ganhavam salários com base nos preços correntes do mercado, a partir de uma porcentagem do que eles produziam. Enquanto os colonos ganhavam como parceiros, aqueles que eram empregados nas usinas trabalhavam como os verdadeiros operários da indústria, ganhando seus salários regularmente e com relações trabalhistas reguladas pela CLT.

Esse sistema mudou gradualmente depois de 1944, com uma emenda ao Estatuto da Lavoura Canavieira de 1941, especificando que os colonos de São Paulo tinham os mesmos direitos legais que os seus irmãos e irmãs que trabalhavam nas usinas em função do produto do seu trabalho, a cana, ir direto para o processamento industrial. Nas disputas trabalhistas, durante os anos de 1950, os tribunais geralmente reconheciam a lei com a sua emenda. Quando, em 1957, o TST – Tribunal Superior do Trabalho ratificou, por unanimidade, a interpretação da CLT afirmando que o trabalhador agrícola tinha os mesmos direitos que o da indústria, se o produto do campo fosse destinado à indústria, o jornal *Terra Livre* argumentou que os trabalhadores das fazendas e os das usinas poderiam articular ações conjuntas, pois tinham igualdade perante a lei. O jornal lamentava, no entanto, que a maioria dos trabalhadores da indústria do açúcar não estivesse ciente dos seus direitos. Pior ainda, os usineiros tentavam burlar a lei, passando a propriedade e a administração dos campos a terceiros, muitas vezes sócios do negócio.⁹

Alguns donos já experimentavam algumas tecnologias para reduzir sua dependência de trabalhadores permanentes, tanto nas operações agrícolas quanto industriais. Exceto por algumas poucas inovações na eficiência do transporte da cana do campo para a usina, entretanto, a colheita continuou a depender do trabalho manual até os anos de 1990. Em 1959, uma conferência da FESTIAESP – Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores da Indústria de Alimentação do Estado de São Paulo, chefiada pelo comunista Luís Tenório de Lima, priorizou

⁹ A legislação trabalhista aplicada à indústria açucareira em São Paulo é discutida de maneira sucinta em Luiz Robert de Rezende PUECH. *Direito Individual e Coletivo do Trabalho (Estudos e Comentários)*. (São Paulo: Revista dos Tribunais, 1960). p. 184-96. (Agradeço a John French por essa citação.) Vide também A. F. CESARINO JÚNIOR. “Situação dos Colonos paulistas em face do Estatuto da Lavoura Canavieira.” *Revista de Direito Social*. 4:19. abril-junho de 1943. p. 70-91. BERALDO *et al.* *O Colono Paulista*. A emenda é registrada em “Artigos 19 a 26 do Decreto Lei No. 6.969, de 19 de outubro de 1944.” *RLT*. 16:181. maio de 1952. p. 261-2. Tentativas de burlar a lei são exemplificadas pelos casos seguintes: “Propriedade rural – Finalidades, Processo TST No. 4.823/51.” *RLT*. 17:189. janeiro de 1953. p. 17-8. “Carpa da Cana, Processo TRT/SP No. 3.634/58”. *RLT*. 22:245/6. janeiro-fevereiro de 1958. p. 59-60. A decisão do Tribunal Superior do Trabalho de 14 de novembro de 1957 é analisada em “Trabalhador da lavoura de cana tem iguais direitos que os operários da usina de açúcar”. *TL*. fevereiro de 1959. p. 4. Vide também GEBARA. “A Estrutura agrária do Município de Sertãozinho”. p. 34-6.

a meta de assegurar aos cortadores da cana-de-açúcar todos os direitos especificados para eles na CLT. Como consequência, Tenório de Lima e o sindicato participaram de dezenas de ações dos trabalhadores do corte de cana.¹⁰

Um entendimento destas condições, e de suas implicações na organização, moldou a estratégia de Moraes na região. Inicialmente, ele atuou como sempre tinha feito quando chegava a uma cidade alvo pela primeira vez: procurava pessoas que sabia serem comunistas, ex-comunistas ou simpatizantes; inquiria para saber sobre as condições locais e preocupações; e então pagava rodadas nos botecos frequentados pelos trabalhadores rurais. Bebia pinga e cerveja com eles e desenvolvia vagarosamente uma familiaridade com o lugar e as pessoas. Finalmente, a atmosfera do bar servia à sua função, e ele se encontrava com um pequeno grupo de pessoas em locais e horários agendados, assim formando a célula de ação do partido. O trabalho de organização foi demorado e qualquer avanço dependia na construção de relações de confiança. “Tem que dormir junto com camponês, comer junto com camponês, passar as consequências com eles, tudo, viver com eles, ganhar a confiança deles, porque eles são muito desconfiados”. Após conquistar alguma legitimidade em Sertãozinho, Moraes mudou-se para Pontal, onde passou mais ou menos pelo mesmo processo. Em Barrinha, foi ajudado por um residente comunista bastante popular, com o qual organizou uma reunião de 200 trabalhadores das usinas. “Agora”, disse Moraes, “formar sindicato estava difícil porque já estava havendo despedida de trabalhador das usinas”. Os trabalhadores das usinas tinham, claramente, o direito legal de formar um sindicato, mas os usineiros dificultavam o quanto podiam, demitindo aqueles que sabiam serem simpatizantes da sindicalização. Os usineiros “fizeram um controle aí danado”, observou Moraes. Nessa situação, não tinha nada melhor a fazer que mudar para outra área.¹¹

No ano seguinte, em 1961, Moraes continuou a falar com diversos trabalhadores rurais, tanto os temporários quanto os que tinham vínculos empre-

¹⁰ “Já nos anos de 1950, a crescente instabilidade do trabalho e a demagogia trabalhista provocaram as primeiras tentativas isoladas de mecanização”. Vide Luís Antonio Ribeiro PINTO. “Colheita da cana-de-açúcar”. *Brasil Açucareiro*. abril de 1977. Reeditado em *Diário da Manhã*. (Ribeirão Preto) 13 de setembro de 1977. p. 7. No entanto, devido às condições do solo e ao receio de danificar colheitas do segundo e do terceiro corte, o trabalho manual ainda predominou nos anos de 1990, quando a introdução de novas colheitadeiras mecânicas ameaçou a sobrevivência de milhares de trabalhadores sazonais. Vide o Epílogo. Sobre Festiasp, vide abaixo e Fátima Regina de BARROS. “A organização sindical dos trabalhadores rurais: Contribuição ao estudo do caso do Estado de São Paulo, entre 1954-1964”. Dissertação de Mestrado. Universidade de Campinas, 1986. p. 111 n. 37. Ibiapaba MARTINS. “Proletariado e inquietação Rural”. *Revista Brasiliense*. n. 42. julho-agosto de 1962. p. 62-81. Nesta época, Martins era procurador geral da República.

¹¹ Transcrição MORAES, parte 1. p. 40-3.

gáticos, empregados do campo e da usina. Ele pensava que a informalidade de sua organização incomodava os trabalhadores, e fazia com que se mantivessem quietos. “Falei com eles sobre os direitos deles e tentei convencê-los que eles podiam melhorar sua situação, se todo o mundo trabalhasse junto”, disse Moraes. “Os trabalhadores já estavam reunindo comigo há mais de um ano (...) porque os trabalhadores no começo não falam, escutam, mas não falam. Quando os trabalhadores começam a falar é porque estão desenvolvendo e aí a gente até gosta”. Ele tentou uma nova tática: registrar o grupo em um cartório de Sertãozinho. Um anúncio apareceu no jornal local: “Formada Associação de Trabalhadores Agrícolas de Sertãozinho”. “Não tinha valor nenhum jurídico”, disse Moraes, “mas a gente achou que ia ajudar”.

Moraes e os comunistas locais fizeram o mesmo em Barrinha. “Agora aí eu comecei a sentir um negócio”, Moraes comentou. “No começo havia uma certa satisfação dos trabalhadores reunir comigo, depois os trabalhadores vinham na reunião muito triste, ficavam assim um olhando no outro”. A reação mista revelou como os militantes teriam que ficar espertos sobre os interesses diversos dos camponeses.

Quando os via na rua, Moraes perguntava àqueles que haviam parado de comparecer às reuniões por que não vinham mais. Alguns não conseguiam comparecer por razões pessoais, mas outros diziam ter abandonado o grupo por não compartilharem dos mesmos problemas dos outros. Moraes refletiu sobre a diversidade dos trabalhadores que pretendia atender, os distintos tipos de trabalho que eles realizavam, e a variedade de modos como se relacionavam com a usina. Alguns simplesmente cortavam cana, moravam na cidade e se moveram de uma fazenda para outro entre junho e setembro, na época da colheita; outros moravam na propriedade da usina, e trabalhavam durante todo o ano em várias tarefas, realizando mesmo trabalhos industriais na usina; outro grupo cultivava a cana nas fazendas em tempo integral. Cada grupo tinha seu próprio conjunto de necessidades e exigências; algumas cargos tinham definições diferentes perante a lei. “Com os trabalhadores você tem que falar férias, 8 horas, aumento de salário”, disse Moraes. “Mas com os meeiros, parceiros e sitiantes, não havia interesse por essas questões. Com eles, era necessário falar sobre aumento dos preços de venda e como obter crédito barato.” Nessa situação, a única solução era dividir a associação em duas categorias, uma questão fundamental, que não havia sido ignorada pelos organizadores das Conferências da Utab de 1954 ou de 1959.¹² No dia 7 de maio, um grupo de 500 trabalhadores se reuniu

¹² Transcrição MORAES p. 42. Os participantes da conferência de fundação haviam sido designados a nove grupos de trabalho diferentes, incluindo comissões que examinavam os problemas específicos dos trabalhadores das usinas de açúcar, dos assalariados agrícolas, dos trabalhadores contratados, como os colonos, posseiros, arrendatários e parceiros, e dos trabalhadores do ca-

em Pontal para formar novamente a Associação dos Trabalhadores em Usinas de Açúcar e da Lavoura Canavieira. O presidente nomeado foi Antônio Paulo Dias, um trabalhador rural talhado para o posto por Moraes. Associações similares foram formadas em Sertãozinho e em Barrinha.¹³

Para Moraes, a associação servia para ajudar os camponeses a defenderem e ampliarem seus ganhos no local de trabalho. Depois do sucesso no campo econômico, o partido deveria chamá-los para ajudarem na revolução política que orientava a política do PCB. Este princípio de ir passo a passo deu tanta força a Moraes que, anos mais tarde, ao recordar os acontecimentos na Alta Mogiana, ele estava seguro de que as associações levaram a greves bem sucedidas antes de se envolverem em política. Mas, ironicamente, a primeira ação substancial das associações de camponeses da região de Sertãozinho foi politicamente motivada, oferecendo outro exemplo de como os assuntos político-econômicos e partidários estavam interligados na era da República Populista.

A CRISE DA SUCESSÃO PRESIDENCIAL DE 1961

Na manhã de 25 de agosto de 1961, poucos meses antes da fundação das associações de camponeses de Sertãozinho, Jânio Quadros renunciou à Presidência da República. Em 24 horas, ele havia retornado para sua casa em São Paulo, entrado em seu fusca branco, e saído de férias.¹⁴ O ato repentino e dramático do Presidente pegou a população de surpresa. Constitucionalmente, o poder passava para o Vice-Presidente, que deveria cumprir o restante do mandato presidencial, mas o vice, eleito junto com Jânio Quadros em outubro de 1960 era João “Jango” Goulart, líder do Partido Trabalhista Brasileiro acusado pelos conservadores de ser amigo dos comunistas e de getulistas. Quando Jânio Quadros renunciou, Goulart estava fora do país em uma viagem oficial à República Popular

cau. “Debatem os trabalhadores agrícolas seus problemas e reivindicações”. *UH*. 21 de setembro de 1954. p. 8.

¹³ Transcrição MORAES, parte 1. “Assembleia de Fundação da Associação dos Trabalhadores Agrícolas de Ituverava”. *TL*. março de 1961. p. 2. “Fundada a Associação dos Trabalhadores Agrícolas de Igarapava”. *TL*. maio de 1961. p. 2. “Pontal: Criada a Associação dos Trabalhadores em Usinas de Açúcar”. *TL*. junho de 1961. seção central. “Lavoura Canavieira: Convite dos Trabalhadores”. *TL*. julho de 1961. p. 7. “Associação dos Trabalhadores em Usinas de Açúcar e da Lavoura Canavieira: Reuniões em Sertãozinho e em Ituverava”. *DM*. 19 de agosto de 1961. p. 6.

¹⁴ Um relato em detalhes da renúncia pode ser obtido em John DULLES. *Unrest in Brazil: Political-Military Crises, 1953-1964*. (Austin: University of Texas Press, 1970). p. 114-56. Sobre a crise política resultante, em 1961, vide Amir LABAKI. *1961: A crise da renúncia e a solução parlamentarista*. (São Paulo: Brasiliense, 1986).

da China. Três influentes ministros militares se opuseram à sucessão de Goulart e, fazendo-se valer da sua ausência, desafiaram o processo constitucional. Tropas federais foram mobilizadas no Rio Grande do Sul, em São Paulo, em Santa Catarina e na Guanabara, mas a sua lealdade era incerta. A maré mudou contra os golpistas quando o Terceiro Exército, no Rio Grande do Sul, uniu-se ao governador do Estado – Leonel Brizola, cunhado de Jango – na defesa da Constituição. Veiculando sua campanha da legalidade pelo rádio, Brizola incitou o povo a se mobilizar em defesa do processo constitucional. Respondendo a esse chamado, o PCB instruiu seus militantes a mobilizarem o público, desafiando os ministros e mostrando apoio popular a Goulart e à transição legal do poder.¹⁵

No fim, os oponentes de Goulart não conseguiram apoio suficiente para impedir sua sucessão. No entanto, forçaram o Vice-Presidente e seus aliados a aceitarem um compromisso. Revertendo décadas de tradição de presidencialismo forte, a Constituição foi emendada para criar a posição de primeiro-ministro. Nomeado pelo Presidente e confirmado pelo congresso, o primeiro-ministro selecionava os membros do gabinete e governava o país por meio deles. Aceitando esse acordo relutantemente, João Goulart tomou posse como Presidente no dia 7 de setembro. Tancredo de Almeida Neves, um político moderado do PSD de Minas Gerais, foi nomeado primeiro-ministro.¹⁶

Ainda que essas maquinacões tenham inibido o poder de João Goulart, o movimento popular pela legalidade continuou com força total. Em Ribeirão Preto, no mesmo dia em que Goulart foi empossado, centenas de pessoas se espremeram na Praça XV de Novembro, no centro da cidade, para realizar um “Comício para legalidade”. Nas fotos da concentração publicadas no jornal *Terra Livre*, cartazes das associações de trabalhadores rurais de Sertãozinho, Pontal e Barrinha predominavam. Como prova da força do apoio dado a Jango e do sucesso comunista na reconstrução de uma frente popular, a prefeitura tornou-se o quartel general da Frente Democrática pela Legalidade. As fotografias sugerem que os cortadores da cana e trabalhadores da usina, organizados por Moraes na zona de Sertãozinho, constituíam boa parte da nova frente.¹⁷

Em outubro, uma vez que a posição de Goulart parecia segura, Moraes mobilizou os trabalhadores do açúcar mais uma vez, de modo a assegurar que a nova administração ficasse ciente das suas necessidades e exigências, e também que se

¹⁵ Vide, por exemplo, “Luta pela legalidade!”. *Novos Resumos* (Rio de Janeiro). 1-7 setembro de 1961. p. 1. “Jango é o Presidente de fato e de direito”; “Jânio aprovou a reforma agrária e foi obrigado a renunciar”. *TL*. agosto de 1961. p. 1 e 6.

¹⁶ LABAKI. 1961: p. 102-33. Moniz BANDEIRA. *O governo João Goulart: As lutas sociais no Brasil, 1961-1964*. (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983). p. 43-53.

¹⁷ “Alta Mogiana desenvolve grandes lutas camponesas”. *TL*. setembro de 1961. p. 3. Transcrição MORAES, parte 1. p. 42-3.

lembrassem de seu apoio à sucessão constitucional. No dia 15 do mês, mais de mil trabalhadores da agroindústria, incluindo mais de cem mulheres, reuniram-se no centro de Sertãozinho para manifestarem apoio a um telegrama que Moraes e Nestor Veras, outro importante militante comunista entre os camponeses do Estado, haviam preparado para enviar a João Goulart. Vindos das cidades vizinhas, eles ouviram Moraes ler o telegrama, o qual pedia que o Presidente os ajudasse a acabar com o desemprego, assegurasse o salário mínimo e transformasse as suas associações em sindicatos reconhecidos. Um pedido final era a abolição da prática, recentemente adotada pelos empregadores rurais, de deduzir o aluguel do salário.¹⁸

Eventos como esse incentivavam o Presidente a resistir os limites do novo sistema parlamentarista. Enquanto o novo gabinete adotava rapidamente um programa reformista de governo, Goulart desafiou o gabinete a ser mais abrangente nas suas propostas, e agressivo na sua realização. O congresso, onde os representantes conservadores predominavam, resistiu à mudança e, enquanto Neves preferia negociar e ceder ao legislativo, Jango em geral defendia uma ação mais rápida e uma mudança mais ampla. Era um negócio arriscado, pois um comportamento similar havia levado Jânio Quadros à renúncia. (Apenas dois dias antes da renúncia, o Jânio Quadros sofreu uma derrota no congresso quando reprovou sua polêmica proposta de reforma agrária, contribuindo para a sua frustração). Goulart calculou que, para governar, necessitava expandir a sua base de apoio. Para atingir esse objetivo, desenvolveu um pacote de reformas. “As reformas de base”, como ficaram conhecidas, foram apresentadas primeiro pelo Tancredo Neves. Elas incluíam intenções vagas de reformar a estrutura fundiária brasileira e os sistemas bancário, administrativo, financeiro e eleitoral. Estas ideias tinham suas origens nos estudos da CEPAL, que argumentavam que o desenvolvimento bem sucedido da América Latina requeria fundamentalmente uma reforma na estrutura de base da economia e dos sistemas políticos de cada nação. No Brasil, onde a agricultura tinha um papel tão importante na economia política, a questão da reforma agrária tornou-se o assunto mais debatido da época. Finalmente, quase todas as facções políticas defendiam a reforma agrária, mas poucos concordavam quanto aos meios para realizá-la, e muito menos quanto aos objetivos dessa política.¹⁹

¹⁸ “Alta Mogiana desenvolve grandes lutas camponesas”. *TL*. setembro de 1961. p. 3. “Usineiros desrespeitam salário mínimo”. *TL*. outubro de 1961. p. 2. No segundo artigo, as associações dos trabalhadores rurais das seguintes cidades são mencionadas: Pradópolis, Guariba, Pitangueiras, Pontal e Barrinha. A manifestação contou com o apoio de sindicatos urbanos industriais, especialmente do sindicato da indústria de alimentos de Ribeirão Preto e do presidente da federação estadual, Luís Tenório de Lima.

¹⁹ A melhor análise do debate da elite sobre a reforma agrária, especialmente durante as presidências de Jânio e Jango, é a de CAMARGO. “A questão agrária”. 168-224. Vide também

O DEBATE SOBRE A REFORMA AGRÁRIA

Uma das questões mais polêmicas presente em todo o debate da reforma agrária era sobre a necessidade de se emendar a Constituição de 1946. A previsão do artigo 147, uma norma padrão de “bem-estar social” aplicada a todo uso da terra, possibilitava que o governo “promovesse a justa distribuição da propriedade, com igual oportunidade para todos”. Entretanto, o artigo 141 reconhecia o direito à propriedade privada e, no parágrafo 16, ordenava que o proprietário previamente recebesse “justa indenização em dinheiro” por qualquer desapropriação promovida pelo Estado por “necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social”. Informado pelo idealismo católico e capitalista, a constituição afirmava um princípio jurídico contraditório: que a terra era um recurso *comunitário* sujeito a domínio *individual*. Na conferência da Ultab de 19 de setembro de 1959, a revogação do parágrafo 16 do artigo 141 havia emergido como prioridade máxima para o movimento. Os delegados da conferência recomendavam trocá-lo por cláusulas que determinassem o preço das terras de acordo com o valor (geralmente baixo) declarado ao fisco pelos proprietários, a ser pago em títulos da dívida pública, e não em dinheiro. Dada a inflação e a dívida pública, os ativistas da Ultab argumentavam, o governo não conseguiria nunca compensar as desapropriações a “taxas justas”, se os pagamentos fossem em dinheiro. Além disso, o ingresso do governo no mercado de propriedades rurais talvez determinasse uma espiral inflacionária de especulação de terra, o que poderia causar ainda mais danos aos esforços de reforma. Estas concessões às forças do mercado e aos direitos da burguesia talvez tenham manchado a estrutura ideológica dos comunistas que geriam a Ultab, mas o comprometimento do PCB com a política de coalizão exigia tais concessões.²⁰

Em setembro, duas semanas após sua posse e dois anos depois da conferência da Ultab, Goulart refletia vagamente a linha da Ultab em um discurso. O presidente indicou que uma mudança constitucional seria requerida se o Congresso não encontrasse na constituição sua “dimensão mais ampla das conquistas sociais que ela encerra” para compor um estatuto significativo da reforma agrária, “refletindo as aspirações do povo”. Ao contrário da Ultab e de João Goulart, o gabinete de Tancredo Neves evitava se engajar publicamente sobre o assunto, preferindo uma atitude pragmática face à hostilidade do congresso a qualquer reforma que não passasse de ajustes técnicos e regulamentares. Entretanto, dez dias mais tarde, Neves uniu-se ao coro daqueles que viam a reforma

Marta CEHELKY. *Land Reform in Brazil: The Management of Social Change*. Boulder: Westview, 1979.

²⁰ “Alta Mogiana desenvolve grandes lutas camponesas”. *TL*. setembro de 1961. p. 3.

agrária como uma questão popular. Ele descreveu a reforma agrária como “um dos itens de prioridade absoluta na agenda do Governo”. O primeiro-ministro enfatizou seu plano como um que possibilitará “a integração do homem do campo à nossa vida econômica (...) como um dos fatores de equilíbrio de nossa estabilidade social, como um ato de justiça social”.²¹ No discurso de Neves, a abordagem vaga de Vargas em relação ao problema do “homem do campo” tomou o lugar da ênfase dada por Jango à reforma agrária.

No início dos anos de 1960, esse debate acirrado agradava a poucos ouvintes. Na época, os desafios duais de melhorar a produtividade agrícola e a qualidade de vida dos camponeses fundiram-se em uma única preocupação.

Francisco Julião, o presidente honorário da SAPP, merece muito crédito por essa tendência. Ele articulava um discurso de reforma agrária radical: a territorialização imediata de propriedades, supostamente particulares, pelos camponeses sem-terra. A natureza revolucionária de sua posição, associada ao então recente sucesso da liga camponesa do Engenho Galileia mudou o debate da reforma agrária, que deu uma guinada para a esquerda. Depois de voltar de uma visita a Cuba, Julião advogou a imediata distribuição de terra àqueles que nela trabalhavam, apropriando uma expressão anarquista do século XIX. O exemplo da desapropriação de terras em Pernambuco inspirou-o a propor esse modelo como sendo o ideal para todo o Brasil. Onde os governos falhavam em responder às exigências de desapropriação dos camponeses, ele pedia ação direta. Dessas escolhas nasceu uma frase que se tornou popular entre os militantes: expropriação de terra “na lei ou na marra”. Ao contrário dos teóricos do PCB, Julião – que era membro do PSB – acreditava que os camponeses, e não os proletários da indústria, tinham o maior potencial de liderar uma revolução popular no Brasil. Ele desconfiava da propensão dos membros do PCB a formarem alianças com a classe média, e acreditava que os camponeses, se bem organizados, seriam capazes de depor o regime burguês. Na prática, entretanto, a maior parte das organizações de ligas tentava agir dentro da lei, como fazia, inclusive, o próprio Julião – que era advogado. Como deputado estadual e (desde 1962) deputado federal, ele defendia o legislativo como sendo o maior símbolo da democracia no Brasil. Entretanto, a sua retórica ferina concedeu-lhe atenção crescente por parte das autoridades brasileiras e estadunidenses, enquanto que seu carisma e estilo quase messiânico atraíram o apoio dos camponeses e trabalhadores rurais desesperados e esperançosos.²²

²¹ “Discurso do Presidente João Goulart por ocasião do 15º. aniversário da constituição de 1946”. *Jornal do Brasil*. 19 de setembro de 1961. “Discurso do Primeiro-Ministro Tancredo Neves na Câmara dos Deputados para apresentar o plano de ação político-administrativo do governo”. *Jornal do Brasil*. 29 de setembro de 1961. In: CAMARGO. *A questão agrária*. p. 190.

²² “Francisco JULIÃO”, transcrição de entrevista com Aspásia Camargo, Yxcatepec, México,

Uma das medidas conservadoras que contava com maior apoio era a chamada “revisão agrária”, posta em prática em São Paulo pelo governador Carvalho Pinto e seu secretário da agricultura, José Bonifácio Coutinho Nogueira, no fim do ano de 1960. A reforma proposta passou por oito meses de debates e modificações. Ainda que a Faresp se opusesse à versão final, protestando contra a cobrança progressiva de impostos sobre as terras improdutivas, a nova lei satisfazia muitos interesses dos donos de terra. Ela estava não somente em conformidade com o artigo 141 da Constituição, como definia somente pagamentos a preço de mercado, requerendo que o Estado também pagasse por qualquer melhoria feita na terra, bem como por todos os custos relacionados à transação imobiliária. A cobrança progressiva de impostos a que se opunha a Faresp impôs pouca ameaça à vasta maioria de donos de terra, pois apenas a pequena porção de proprietários que possuíam 4.000 hectares ou mais tinham de pagar um alto imposto anual, de 5% ou 6%. Um censo de 1956 mostrou que apenas 0,3% dos donos de terra tinham mais de 3.000 hectares, enquanto que cerca de 95% dos proprietários paulistas tinham propriedades menores do que 300 hectares. Estes estariam sujeitos a uma taxa de 2%. O dinheiro seria usado para adquirir terra, a ser distribuída entre os camponeses mais necessitados. As decisões sobre essas compras e redistribuições seriam feitas pelo Conselho de Revisão Agrária.²³

Nenhum representante dos camponeses foi convidado a participar do conselho, enquanto que a Faresp, a SRB e todos os outros grupos de donos de terra no estado tinham o direito de mandar um representante de sua escolha. Naturalmente, a Ultab de São Paulo condenou a nova lei. Quando a

dezembro de 1977. CPDOC/FGV – História Oral (Transcrição JULIÃO). JULIÃO, “Carta de Emancipação”. *Novos Rumos*. suplemento especial de 8-14 de dezembro de 1961. p. 6-7. MEDEIROS. *História dos Movimentos*. p. 54-6. Uma parte do eventual declínio em popularidade de Julião deve-se à ineficácia de sua estratégia de organização. Logo após a desapropriação do Engenho Galileia, o vice-cônsul americano visitou o local, descrevendo depois uma cena preocupante, com agrônomos do governo monitorando os movimentos dos camponeses e pouca produtividade: “Os membros das ligas, agora ajudados e orientados pelo Estado, estavam perdendo interesse nos programas radicais de seus líderes”. Além disso, o cônsul citava o Governador Sampaio, que lhe disse que estava “na verdade, fazendo um favor ao proprietário. O Estado havia encontrado uma maneira de comprar-lhe a fazenda, um homem velho, abandonado por seus filhos, que haviam preferido o luxo da vida na cidade. A plantação estava falida; o proprietário, doente, e cansado de lutar contra a liga por tantos anos; e, ainda que os filhos – proprietários ausentes – protestassem, nós estávamos na verdade fazendo-lhes um favor”. Edward WALTERS (Recife) para o USDS, Despacho número 9, “*The ligas of Pernambuco and Brazil*”. RG 59, DF 832.062/9-760, DS/USNA (2417).

²³ Larissa Mies BOMBARDI. *O Bairro Reforma Agrária e o processo de territorialização camponesa*. (São Paulo: Annablume, 2004). Apesar dos equívocos históricos, este estudo geográfico documenta bem a função prática da Revisão Agrária de Carvalho Pinto.

lei foi primeiramente proposta, entretanto, *Terra Livre* publicou um resumo do projeto, e pediu aos leitores que comentassem. Após a aprovação da lei, arrendatários e posseiros de leste a oeste do Estado começaram a relatar que a lei auxiliava os especuladores de terra, que reagiram à sua aprovação com expulsões de residentes de suas terras. Em 1961, *Terra Livre* descrevia a lei como uma “armadilha” criada para “enganar” os camponeses, e fazê-los acreditar que o governador estava do seu lado, quando na verdade estava ajudando os “usurpadores”.²⁴

O CONGRESSO DE BELO HORIZONTE DE 1961

Em 15 de novembro, a posição dos camponeses em relação à reforma agrária recebeu atenção sem precedentes, quando cerca de 1.500 delegados camponeses se reuniram em Belo Horizonte, a capital do estado de Minas Gerais, para participarem do Primeiro Congresso de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas. Resultado de um trabalho de mobilização nacional instigado pela Ultab, foi realizado em um prédio público fornecido pelo governador José de Magalhães Pinto. O congresso marcou um momento transcendente na longa luta do campesinato por legitimidade política. Nesse congresso, reuniram-se centenas de representantes dos sindicatos de trabalhadores rurais em formação, associações de trabalhadores rurais, ligas camponesas, organizações estudantis e grupos da Igreja Católica de todo o país. Embora estivessem acostumados a décadas de discursos sobre as necessidades do “homem do campo”, até então nenhum Presidente ou funcionário de alto escalão tinha encarado uma assembleia de camponeses. Dessa vez, em Belo Horizonte, tanto o Presidente Goulart como o primeiro-ministro Neves e o governador Magalhães Pinto se apresentaram aos camponeses. “O Estado não podia mais ignorar o avanço do movimento social no campo”, observou Luiz Flávio Carvalho Costa; “tornava-se necessário entrar por esse terreno em franca disputa”. Com seu avanço, também avançou

²⁴ Uma cópia fiel da lei pode ser encontrada em “A Revisão Agrária de São Paulo”. ASP 8:4, abril de 1961. p. 1-20. Sobre o censo rural, vide “Quadro II: Propriedades e divisão das áreas que ocupam – 1956”. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. In: Moisés VINHAS. *Operários e camponeses na revolução brasileira*. (São Paulo: Fulgor, 1963). p. 79. Sobre a oposição entre a Faresp e a Ultab, vide *Consulado Geral Americano (AmConGen)*, São Paulo, para USDS. “São Paulo Quarterly Review – Fourth Quarter 1960”, Despacho número 252, RG 59, DF 832.00/1-361, DS/USNA (2412). “Debate com urgência do projeto de lei sobre loteamento de terras”. *TL*. abril de 1960. p. 7. “Camponeses desmascaram a ‘Revisão Agrária’ de Carvalho Pinto”. *TL*. setembro de 1961. p. 8. Uma incisiva crítica feita por um contemporâneo pode ser encontrada em Caio PRADO JÚNIOR. “A reforma agrária e o movimento nacional” (publicada originalmente em 1960). In: *A questão agrária*. p. 126-41.

sua agenda de reforma agrária radical. Depois do congresso, como enfatiza a socióloga Leonilde Medeiros, “não era mais possível resolver a questão agrária com medidas locais” e parciais, como a Revisão Agrária de São Paulo, ou a desapropriação do Engenho Galileia em Pernambuco. Depois do congresso, “profundas transformações da estrutura agrária tornaram-se questões essenciais para o desenvolvimento nacional”.²⁵

No fechamento da conferência, em 17 de novembro, diante de uma multidão estimada em sete mil pessoas, Goulart mudou o seu discurso do texto preparado e apoiou a proposta de emenda da Constituição defendida por Julião. “Para uma reforma agrária que atenda realmente aos interesses nacionais”, disse Goulart,

que atenda aos camponeses brasileiros, temos de considerar seriamente, como disse há pouco o deputado Julião, a reforma da nossa Constituição, a instituição de princípios constitucionais que permitam que essa reforma agrária se faça em termos de realidade, especialmente em termos que atendam aos agricultores brasileiros

Neste texto, preparado pelo próprio presidente, ele aprovava o movimento rural, chamando-o de “pedra angular do regime democrático”, e obrigando-se a fazer todo o possível “para que os trabalhadores rurais brasileiros possam em breve ver transformada em realidade as suas justas reivindicações”. Concluindo, ele convidava os diretores do congresso a visitá-lo na capital, para discutir “os resultados deste memorável conclave realizado pelos trabalhadores do campo”.²⁶

Os líderes do movimento camponês que eram fiéis ao PCB acreditaram que suas ações para apoiar a posse de João Goulart – como as greves organizadas

²⁵ Luis Flávio COSTA, org. *O Congresso Nacional Camponês: Trabalhador rural no processo político brasileiro*. (Rio de Janeiro: Sociedade do Livro, Editora Universidade Rural, 1993). p. 10. MEDEIROS. *História dos Movimentos*. p. 60. Detalhes sobre o congresso podem ser obtidos no suplemento de 12 páginas do periódico semanal do PCB, *Novos Rumos*, de 8-14 de dezembro de 1961 (*NR-ss*) e *TL*, novembro de 1961. Nestor VERAS, “O congresso camponês em Belo Horizonte”. *Revista Brasiliense*. número 39. janeiro-fevereiro de 1962. p. 94-9. José CHASIN, “Contribuição para a análise da vanguarda política do campo”. *Revista Brasiliense*. 44. novembro-dezembro de 1962. p. 102-29. SIGAUD. “Congressos camponeses”. p. 6-7. MEDEIROS. *História dos movimentos*. p. 56-60. Relatórios sobre o número de delegados presentes variam entre 1.038 pessoas em um dia (CHASIN, 105) e números gerais de 1.600 pessoas (*Novos Rumos*) e de 1.800 pessoas (*Terra Livre*). Esta última estimativa é provavelmente exagerada para efeito político pelos autores das manchetes do jornal. Apesar do número apresentado por Chasin ser menor, o mesmo autor considera que o número geral deva ter sido de mais de 1.500 delegados. Aceito esse último número, em consideração à natureza científica da análise desse autor.

²⁶ O discurso de Goulart está em “Reforma da constituição para a reforma agrária”. *NR-ss*. p. 8. Vide também, COSTA, *O Congresso Nacional Camponês*, p. 101-104.

por Moraes – provaram o valor do movimento junto aos funcionários do governo, e iniciaram uma nova era na luta pela democracia. H. Sosthenes Jambo, diretor executivo do jornal *Terra Livre*, escreveu:

Essa nova etapa, que nasceu da derrota do grupo golpista diante das lutas do povo em defesa da legalidade democrática, durante a última crise político-militar, tem como marco bem claro o 1º Congresso Nacional de Camponeses, que forçou o primeiro-ministro Tancredo Neves a se afundar na cadeira e pôr as mãos na cabeça sob o peso da responsabilidade que 40 milhões de camponeses ali representados, colocavam nas costas dos poderes públicos.

A mobilização dos trabalhadores rurais em razão do processo de sucessão presidencial ajudou-os a alcançarem um novo nível de colaboração e incorporação com o Estado, Jambo argumentou. O próprio congresso reafirmou essa aliança, insistiu mais tarde Julião, afirmando que havia movido o presidente “a decretar imediatamente a sindicalização rural”. Na verdade, Goulart não “decretou” formalmente a sindicalização rural até assinar o ETR em março de 1963. No entanto, seu governo foi capaz de acelerar o reconhecimento dos sindicatos rurais nos meses subsequentes ao congresso camponês. Portanto, a transformação de Goulart parece ter sido mais gradual do que Jambo e Julião recordam. Enquanto o tempo passava e sua política se enfraquecia, o presidente deve ter voltado o seu olhar para Belo Horizonte para buscar inspiração, vendo uma oportunidade de segurar esse crescente movimento social como aliado político.²⁷

Os comentários de Jambo revelam sua confiança no poder da militância do campesinato como um complemento do discurso. A imagem de Tancredo Neves, com os cabelos rareando, as mãos cobrindo o rosto, em um súbito entendimento do enorme desafio apresentado pela reforma agrária, oferece uma vívida representação da questão.

Durante o congresso, os camponeses e suas reivindicações eram uma constante preocupação para Neves, envolvendo-o numa visão alternativa de um mundo de descontentamento e de luta. Em uma série de deliberações coletivas organizadas durante o congresso, centenas de trabalhadores rurais deram seu testemunho sobre a sua perspectiva da realidade da vida rural por todo o país. Suas histórias de abuso, exploração, mortalidade infantil, fome e exaustão contrastavam dramaticamente com as benesses paternalistas do “clá fazendeiro”. Dezenas de comissões examinaram este testemunho e propuseram soluções, garantindo às reclamações dos pobres uma legitimidade sem precedentes. Foi

²⁷ Sosthenes JAMBO. “Uma nova etapa no processo revolucionário brasileiro”. *TL*. novembro de 1961. p. 1. Transcrição JULIÃO. p. 124, 133-2.

quase como se houvesse sido finalmente levado a cabo uma pesquisa sobre os trabalhadores rurais, iniciada por Vargas, em 1942. Entretanto, Jambo enganou-se ao pensar que sua teia de fatos fosse suficientemente forte para pegar Neves. O primeiro-ministro deixou o congresso como um opositor radical à reforma agrária, da mesma forma como havia chegado. Vendo Neves escapar da pressão *Terra Livre* voltou-se contra o primeiro-ministro, exigindo sua “substituição por um gabinete democrático e popular, que não represente nem os interesses da burguesia reacionária, nem os interesses dos latifúndios”.²⁸

A declaração final do congresso demonstrava considerável sofisticação. Dividida em três partes, exigia: 1) a “radical transformação da atual estrutura do país, com a liquidação do monopólio da propriedade das terras exercido pelos latifundiários, principalmente com a desapropriação, pelo governo federal”; 2) “soluções que possam melhorar as atuais condições de vida e de trabalho das massas camponesas” e 3) apresentava estratégias específicas para se alcançarem esses objetivos.²⁹ A maioria dos relatos do evento dá grande importância ao primeiro item, argumentando que se sobrepujava ao segundo, demonstrando a influência predominante de Julião no congresso e sucesso em deslocar o PCB como líder da luta camponesa. Medeiros e Costa questionaram a última impressão, arguindo que a declaração de Belo Horizonte sobre a reforma agrária não era substancialmente diferente das propostas que o PCB já havia declarado em várias conferências, inclusive na conferência nacional da UItab de setembro

²⁸ JAMBO. “Uma nova etapa”. De opinião contrária, NEVES. “Reforma agrária radical só com governo popular e nacionalista”. *TL*. novembro de 1961. p. 2.

²⁹ Em resumo, a declaração conclamava o movimento camponês a lutar pelas seguintes reivindicações: I. Transformação radical da estrutura agrária: a) liquidação do latifúndio; b) maximização do acesso à terra pelos trabalhadores. II. Melhoria das condições de vida e trabalho das massas camponesas: a) respeito pelas organizações de classe independentes, livres e democráticas; b) extensão das leis trabalhistas existentes para os trabalhadores rurais e elaboração de um estatuto trabalhista rural específico; c) garantia das liberdades sindicais e reconhecimento imediato das associações existentes e d) fornecimento de assistência econômica aos camponeses. III. Reforma agrária radical com uma estratégia conjunta: a) modificação do artigo 141, parágrafo 16 da Constituição de 1946; b) censo de todas as propriedades de mais de 500 hectares; c) desapropriação da terra improdutiva das propriedades de mais de 500 hectares, a começar pelas mais próximas de áreas urbanas e de linhas de transporte; d) compensação dos proprietários de terras desapropriadas com títulos da dívida pública, de longo prazo e juros baixos; e) censo de toda terra pública não reivindicada; f) apropriação da terra devoluta ao domínio federal; g) introdução de impostos territoriais progressivos, com anistia aos pequenos proprietários; h) regulamentação das vendas e arrendamentos de terras agrárias; i) distribuição gratuita de terra pública não ocupada; j) proibição da especulação com terras distribuídas; l) outorga de escritura a posseiros e proteção contra usurpadores e m) estabelecimento de cooperativas de camponeses. In: “Reforma agrária radical com destruição do latifúndio”. *NR-ss*. p. 3-4.

de 1959, que produziu a Carta sobre a Reforma Agrária. Em ambos os casos, uma reforma agrária radical havia sido definida pela eliminação dos grandes latifúndios, e a distribuição das terras desapropriadas e públicas sem utilização “para os que nelas trabalham” e para os camponeses sem-terra em geral. Como em 1959, a declaração de Belo Horizonte exigia uma emenda constitucional determinando o valor venal (dado por fins de cálculo de imposto) para as vendas das terras desapropriadas e que se permitisse o pagamento “em títulos federais da dívida pública em longo prazo e a juros baixos”.

Segundo um participante nas discussões da comissão que preparou a declaração, o nó da discordância foi uma das táticas. Os delegados comunistas acharam útil destacar a luta para medidas parciais, como a melhoria das condições de arrendamento e parceria dos camponeses, enquanto Julião condenou a proposta como “medida inoportuna e inútil e mesmo reacionária” por significar um reconhecimento da legitimidade de relações de exploração. A maioria aceitou sua argumentação. Embora Julião não pareça ter alterado significativamente a linha do PCB quanto à reforma agrária, Medeiros e Costa concordam que a pressão dos delegados da Liga Camponesa assegurou que a exigência de uma reforma agrária radical “fosse a parte principal” da declaração, e aguçou a preocupação com as reivindicações trabalhistas para o segundo plano.³⁰

É verdade que três quintos do documento trata da reforma agrária, mais da metade desta discussão está focada na estratégia, em grande parte direcionada aos passos a serem seguidos para que fosse colocada em prática imediatamente. Dois quintos da declaração consiste em exigências específicas para o “amplo, livre e democrático direito de organização independente dos camponeses, em suas associações de classe”, a extensão das leis trabalhistas para regular os trabalhadores rurais, a elaboração de uma lei para regular o trabalho rural e outras medidas reformistas que intentavam melhorar as condições dos trabalhadores rurais. Sentado lado a lado com Julião, o secretário recém-eleito da Ultab, Nestor Veras, fechou a conferência dizendo:

Julgamos necessário lutar sem desfalecimento pela conquista de todas as medidas parciais, por menores que sejam, no sentido não só de através delas irmos abrindo caminho para a conquista da reforma agrária completa e radical que almejamos, como também, para ir melhorando as terríveis condições de vida e de trabalho a que estão submetidas presentemente as grandes massas trabalhadoras do campo do Brasil.

O discurso de Veras, assim como a declaração em si, não embasam a afirmação do sociólogo Fernando Antônio Azevedo, de que os delegados das Ligas

³⁰ A citação do participante, Professor Dr. Armênio Guedes, está em COSTA, *O Congresso Nacional Camponês*, p. 16. MEDEIROS. *História dos Movimentos*. p. 59.

“conseguiram empolgar o plenário, (...) derrotando as propostas elaboradas pelo PCB”.³¹

De fato, muitos trabalhos acadêmicos sobre o congresso passam a imagem inexata de que o evento serviu de arena para a luta entre a Ultab e as Ligas, “um verdadeiro bate-boca entre líderes camponeses autênticos”, como descreve o historiador John W. F. Dulles. “No Congresso de BH”, o cientista político Paulo Ribeiro da Cunha escreveu, “as divergências mais significativas ocorreram entre a linha política do PCB e as Ligas Camponesas”. Houve, com certeza, diferenças táticas e filosóficas entre os delegados das ligas e os comunistas, como o debate sobre se fossem os camponeses ou os proletários a vanguarda revolucionária ideal, mas o resultado mais notável foi a realização de colaboração entre grupos de várias perspectivas no discussão de um assunto tão polêmico como a questão agrária. Por um lado, os delegados mostraram uma capacidade bastante madura de engajar o debate democrático. Na maioria, os delegados da Ultab escutaram as críticas dos delegados das Ligas e muitos concordaram em dar ênfase a reforma agrária radical. Por outro lado, o PCB demonstrou sua capacidade de manter sua liderança na prática de sua política de Frente Única, uma nova linha desenvolvida pelo partido na Declaração de Março de 1958, reafirmada em seu V Congresso em 1960 e feito manifesto no congresso camponês de 1961. Do início até o fim do congresso, a proposta da Ultab foi a acumulação de forças, a inclusão de todos os grupos, especialmente as Ligas. A maior prova disso foi a escolha do Julião como presidente da Comissão de Reforma Agrária que escreveu a declaração. O partido abriu mão no nível da direção, confiante de sua predominância da base. O objetivo da mobilização seria a reforma agrária, sim, mas o veículo seria o movimento dirigido pelo partido – sindicatos de trabalhadores rurais – e não as Ligas.³²

³¹ VERA, Nestor. “Mobilizar, esclarecer e organizar as massas camponesas”. *TL*. novembro de 1961. p. 8. AZEVEDO. *As ligas camponesas*. p. 90.

³² DULLES. *Unrest in Brazil*. p. 161. CUNHA, *Aconteceu longe demais*. p. 99. Em exemplo contrastante de solidariedade e intercâmbio, os dois jornais do PCB, *Novos Rumos* e *Terra Livre*, publicaram regularmente tanto artigos de autoria de Julião como reportagens sobre sua atuação junto às ligas camponesas. Vide, por exemplo, JULIÃO. “Organização dos assalariados agrícolas, nova etapa das ligas camponesas”. *NR*. 15-21. dezembro de 1961. p. 8. Giocando DIAS. “Francisco Julião, os comunistas e a revolução brasileira”. *TL*. agosto de 1962, suplemento. A resposta de JULIÃO está em: “Giocondo Dias, os Comunistas e a revolução brasileira”. *NR*. 10-16 de agosto de 1962. p. 3. A cooperação se estendia do abstrato ao concreto. Em março de 1962, por exemplo, Silva e outros líderes do PCB se juntaram a Julião ao comemorarem a abertura do escritório da liga em São Paulo. Vide “Ligas Camponesas come to São Paulo”. *AmConGen* para USDS, “*Weekly summary*” número 14, despacho número 334, RG 59, DF 732.00/4-462 (1577), DS/USNA. Em seu *Aconteceu longe demais*, CUNHA traz uma importante reavaliação do congresso camponês no contexto do desenvolvimento teórico e organizativo do PCB depois das revelações dos crimes do Stalin em 1956 (2007, p. 96-108).

Infelizmente, anos mais tarde, alguns intelectuais voltaram a utilizar a ideia de disputa aparentemente sob a impressão de que isso poderia lançar luz sobre a incapacidade da esquerda de impedir o golpe militar de 1964. A filósofa Marilena Chauí, por exemplo, descreveu o debate entre Julião e Veras como briga destrutiva. Dada as simpatias a favor da classe trabalhadora dos analistas, vale notar que sua representação do congresso como um campo de batalha alimentava a imagem negativa que os inimigos do movimento sempre defendiam. Em dezembro de 1961, por exemplo, um funcionário da embaixada estadunidense escreveu a Washington sobre o congresso utilizando a seguinte linguagem: “Francisco Julião desempenhava um papel de destaque no Congresso, mas tinha a competição de Lyndolpho Silva, presidente da Ultab, controlada pelos comunistas”. Ainda assim, no mesmo despacho, o funcionário escreveu que um suplemento especial sobre o congresso, do semanário comunista *Novos Rumos*, “dá tanto espaço à Ultab quanto a Julião”.³³

A história não impediu que João Pedro Stedile, um coordenador nacional do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em sua seleção de artigos para um recente livro sobre as Ligas, já que a maioria dos textos enfatiza o sentido das brigas entre as organizações. Para Stedile, contudo, o motivo não foi de encontrar uma desculpa para o golpe, mas em afirmar as Ligas, e não o PCB, como raiz fundamental do MST. Alguns críticos como estes perderem, na memória do congresso, a oportunidade para reconhecer o espetacular sucesso do evento, ao reunir, pela primeira vez, “todas as correntes no Brasil que estavam interessadas na reforma agrária”, como o próprio Julião mais tarde ressaltou. Na plenária final, Julião expressou sua confiança de que a reforma agrária radical seria logo posta em prática, agora que “os mais humildes e explorados da pátria, os camponeses sem terra, haviam encarado os mais altos poderes da República”. Os fatos demonstram que Julião, Silva e muitos outros terminaram o congresso aceitando a unidade. “Os camponeses estão unidos de norte a sul até a vitória final contra o latifúndio”, disse Silva ao *Terra Livre* na conclusão do evento.³⁴

³³ Marilena CHAUI. *Seminários*. (São Paulo: Brasiliense, 1982). p. 68-73. Harry WEINER (Segundo Secretário, Embaixada Americana, Rio de Janeiro) para a USDS, “First National Congress of Farmers and Agricultural Workers”. Despacho número 495, RG 59, DF 832.062/12-1961, DS/USNA. Boa parte da confusão de Chauí sobre o significado do congresso vem do fato de que ela data o evento, erroneamente, como tendo ocorrido em novembro de 1962, e não em 1961.

³⁴ STEDILE, *A questão agrária*. CHAUI (1982) apresenta Veras como adversário do Julião quando de fato foi um dos quadros da liderança do PCB mais comprometido com a centralidade do camponês na luta revolucionária. Vide seu ensaio “O papel dos camponeses na revolução” *Novos Rumos* 3 a 9 de junho, 1960 in SANTOS, org., *Questão agrária e política: autores pecevistas* Seropédica: Edun 1996, p. 55-66. Transcrição JULIÃO, 133. Lindolfo

A discórdia mais significativa revelada no congresso não foi a dos grupos que colaboraram na liderança do movimento camponês – todos provaram serem perfeitamente capazes de se envolverem no combate intelectual –, mas a dos líderes e seguidores, entre os delegados da base camponesa e os líderes comunistas, socialistas, religiosos e estatais. A questão do papel desorientador dos chamados “agentes de mediação” tem sido uma preocupação principal do sociólogo José de Souza Martins, que começou a publicar no tema a partir dos anos de 1980, sendo crítico do PCB, por sinal, sem desenvolver nenhuma pesquisa histórica de sua atuação.³⁵

Quanto a esse assunto, Jambo, na *Terra Livre*, deu um sucinto depoimento da imagem que os líderes da Ultab esperavam passar do congresso:

A disposição de luta e a consciência política demonstradas pelos delegados do homem rural brasileiro, ombro a ombro com líderes operários e estudantis, e com o apoio das mais amplas camadas progressistas da nossa sociedade, deu início, em Belo Horizonte, à nova etapa do processo democrático brasileiro.

Este processo permitia, continua Jambo, que “o povo discutisse os seus problemas, deliberasse e forçasse o Governo a raciocinar na base das reivindicações das grandes massas”. Jambo alegou que a declaração final do congresso foi elaborada de baixo para cima, com delegados expressando suas preocupações e criando medidas para resolvê-las. Como foi dito acima, os delegados puderam articular seus problemas em uma série de “tribunais;” depois, as “comissões” examinaram os dados. É o último passo – o processo de construção da declaração a partir dos fatos – que não encontra sustentação nos registros. De fato, na mesma página em que consta o artigo de Jambo, outra história contradiz sua narrativa de um processo de baixo para cima, ao afirmar que a declaração final foi “baseada em teses apresentadas pela Ultab”. Além disso, uma pesquisa realizada entre os participantes do congresso mostrou correlações diversas entre a declaração e as preocupações dos delegados.³⁶

A pesquisa realizada por José e Hanna P. Chasin durante o congresso de Belo Horizonte oferece um olhar revelador sobre o evento, a partir de perspec-

SILVA. “Camponeses estão unidos de norte a sul até a vitória final contra o latifúndio”. *TL*. novembro de 1961. p. 7.

³⁵ José de Souza MARTINS, *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Editora da Vozes, 1981. Nesta obra seminal do estudo de movimentos sociais no campo no Brasil, por exemplo, o Martins aproveitou a pesquisa de alguns orientandos para oferecer um equivocado relato da Guerra do Capim de Santa Fé do Sul, erroneamente chamando o líder Jôfre Corrêa Netto um “dos poucos líderes camponeses autênticos” do PCB.

³⁶ JAMBO. “Uma nova etapa”. p. 1. “1.800 delegados camponeses exigiram em Belo Horizonte a reforma agrária”. *TL*. novembro de 1961. p. 1. CHASIN. “Contribuição para a análise”.

tiva dos camponeses participantes do congresso. O casal Chasin era membro de um grupo de estudantes de São Paulo ligado ao PCB. Chamado de Centro Popular de Cultura lembrava uma organização da Nova Esquerda dos Estados Unidos, os SDS – Estudantes por uma Sociedade Democrática. Os Chasins e outros realizaram dois projetos em Belo Horizonte. O primeiro era uma peça de teatro baseada na dramatização do confronto entre camponeses arrendatários de terra e as autoridades em Santa Fé do Sul, São Paulo; o outro era uma radiografia da “vanguarda política do campo”. A pesquisa destaca-se, sem precedentes, no registro documental do início do movimento camponês nacional. Embora os elaboradores peçam desculpas pelas lacunas da pesquisa como estudo científico, o próprio conhecimento dessas dificuldades dá aos leitores a informação contextualizada necessária para extrair um retrato da base do trabalhismo rural de 15 estados e de variados serviços rurais. Embora quase 10% (120) dos 1.500 delegados tenham sido entrevistados, o casal Chasin sentiu que apenas 90 questionários eram confiáveis. Portanto, os resultados são baseados nas entrevistas realizadas com 90 delegados, no dia 16 de setembro de 1961.³⁷

Os Chasins descobriram que 92% deste grupo trabalhava na agricultura com apenas 14% sendo proprietários de terra. Dos entrevistados, 34% foram identificados como trabalhadores assalariados, 28% posseiros e 31% ganhavam a vida em algum tipo de parceria agrícola. Baseando-se nesses dados, os Chasins ofereceram um esquema preliminar da vanguarda da mobilização camponesa. A maioria trabalhava mais de 10 horas por dia e ganhava menos que um salário mínimo. A maioria era de homens de 40 anos, casados com esposas em torno dos 30 anos, pais de uma média de 7 filhos. Três quartos eram analfabetos, embora a maioria tenha estudado um pouco. Havia a mesma porcentagem de eleitores devidamente registrados. Embora o congresso de Belo Horizonte tenha sido considerado a primeira dessas reuniões, os Chasins descobriram que os 90 pesquisados tinham experiência considerável nos movimentos camponeses. Dos entrevistados, em torno de 30 dos 50 delegados dos estados das regiões centro e sudeste, alegavam ter mais de cinco anos de experiência como militantes. Dos 90 entrevistados, apenas 27 eram novatos com menos de um ano de experiência no movimento, enquanto que metade já era militante há cinco ou mais anos. Mesmo com o relativo alto nível de militância, apenas metade desses delegados se descreveu como representantes oficiais das organizações campone-

³⁷ O centro, e sua publicação, os *Cadernos do Povo Brasileiro*, são o assunto principal do ensaio de Chauí, criticado anteriormente. O ensaio não é, como ela admite, uma história social ou política da era, mas uma análise discursiva do período, no qual ela tenta não “atribuir ao passado um sentido que, quando era presente, ele não teve”. Nesse contexto, ela ajuda a preservar a perspectiva de rivalidade então gerada pelos oponentes do movimento camponês. *Seminários*. p. 11-2.

sas. Pela pesquisa do casal Chasin, ficamos impressionados com a maturidade, experiência e adequação ocupacional da maior parte dos delegados.



De 1959 a 1964, Jôfre Corrêa Netto (centro) desfrutou de notoriedade como militante camponês no estado de São Paulo, especialmente depois de ter sido baleado em uma disputa territorial em Santa Fé do Sul. Ele trabalhou de perto com Lyndolpho Silva (à esquerda de Jôfre), principal articulador dos trabalhadores rurais junto ao PCB. Em 28 de dezembro de 1960, Silva liderou a delegação de trabalhadores rurais e urbanos, que vemos na foto, com uma campanha bem divulgada, pedindo a liberação de Jôfre da cadeia de Mirassol, São Paulo. Três dias mais tarde, este foi libertado. Foto: Cortesia do Arquivo Fotográfico da *Última Hora*, do Arquivo do Estado de São Paulo.

A biografia coletiva oferecida pela pesquisa fornece um quadro de referência para um segundo grupo de estatísticas quanto ao passo que os delegados viam como necessários “para corrigir a situação das áreas rurais imediatamente”. Este grupo de respostas oferece um desafio à contenção de Jambo, de que os procedimentos foram realizados de maneira democrática. A pesquisa mostra que 58 dos 90 participantes indicaram a reforma agrária como sua principal prioridade. Embora esteja de acordo com a declaração final do congresso, tal medida estava na boca de todos. De fato, um nome comum dado ao evento é o de “Congresso da Reforma Agrária”. Mais interessante é o segundo grupo de números, refletindo o significado que alguns desses participantes davam à palavra reforma. Apenas 16 dos 90 definira reforma agrária radical como “a obtenção de terras; aproveitamento das terras abandonadas e devolutas”. Como se nota acima, o ataque aos latifundiários e imperialistas era crucial às perspectivas dos líderes da Ultab e das Ligas, mas apenas quatro

entrevistados mencionaram a abolição do latifúndio e o confisco das propriedades de estrangeiros. Os informantes fazem menção a apenas mais uma prioridade da declaração: o direito de se organizar. A prioridade de “promover a união dos homens do campo e travar a luta por suas reivindicações” foi mencionada 13 vezes, reporta Chasin. “Formar cooperativas” foi mencionado por nove delegados. Entretanto, “sindicalização” aparece apenas três vezes, e apenas um delegado acreditava que “realizar outros congressos de camponeses” ajudaria a mudar a vida rural. Entre as medidas menos frequentes estavam “fazer a revolução” (três vezes) e “obter o direito de voto para os analfabetos” (uma vez). Em outras palavras, apenas uma minoria dos delegados entrevistados articulava exigências como aquelas que eram centrais na declaração de encerramento do congresso.

Uma exigência que obtinha apoio considerável – assistência governamental – recebeu menor atenção na declaração do congresso. A pesquisa mostrava que 43 informantes mencionaram alguma forma de assistência técnica, financeira, educacional ou legal por parte do governo como sendo importante para o movimento camponês. Para muitos entrevistados, assistência era concreta, reconhecível e prática. Era também consistente com as normas, e com décadas de cultura paternalista. Outra questão revelada é que a maioria dos informantes acreditava que dar assistência era, e deveria ser, uma prioridade das organizações de trabalhadores rurais já existentes. Enquanto que o apoio para a organização não surgiu como uma das “medidas a serem tomadas imediatamente para corrigir a situação das áreas rurais”, os delegados tinham ideias específicas sobre o que “o movimento camponês pode fazer atualmente pela concretização das transformações que julga necessárias no campo”. Nesse caso, 31 dos 90 informantes deram ênfase “à união de todos os trabalhadores do campo”, enquanto que outros 11 pensavam que “organizar associações de classe” era mais importante. Quanto a esse assunto, Chasin nota algumas tendências regionais, com os delegados do norte e nordeste dando ênfase a alguma forma de assistência, e os do sul e leste (inclusive São Paulo, Paraná e Minas Gerais) dando maior importância a exigências para autonomia, tais como o direito de se organizar. A considerar todas as respostas, há pouco apoio direto nessa pesquisa tanto para as demandas gerais quanto para as específicas da declaração de Belo Horizonte.

A questão da liderança tem confundido o estudo do movimento camponês brasileiro. Da mesma forma, ela confundiu os militantes na época. Jambo e o PCB acreditavam que “líderes operários e estudantis” eram fundamentais; Julião e a Igreja, como veremos, acreditavam que “líderes naturais”, com uma história de atividade econômica camponesa, eram os mais adequados para a tarefa. Ao contrário, argumentou um cientista social holandês em uma análise contemporânea, o fator decisivo ao explicarmos as ações das organizações de

camponeses brasileiros não é o conhecimento da classe dos seus líderes, mas sua habilidade de articular uma rede de conexões junto às fontes de poder locais, estaduais e federais. Um estudo do movimento, de 1964 a 1985, corroborou essa visão, listando conexões externas como sendo um dos cinco fatores-chave para se determinar a natureza da organização trabalhista rural – não somente quem é o líder, mas sua rede de conexões e o que estas conexões podem realizar. Se o sociólogo Martins tivesse pesquisado o congresso, teria que avaliar os “agentes de mediação” como reveladores da visão camponesa e a liderança do evento como delegados e assim obstáculos da realização desta visão.³⁸

Esse ponto de vista parece ser confirmado pela experiência histórica do campesinato no congresso de Belo Horizonte. Para a maior parte dos delegados entrevistados, medidas concretas e pragmáticas tinham mais interesse do que objetivos grandiosos. Entretanto, eles demonstravam considerável interesse em desenvolver relações com a classe operária e o movimento estudantil. Ambos os grupos poderiam beneficiar o movimento camponês, unindo-se aos campesinato (“dar colaboração, solidariedade”) e dando apoio. Que tipo de apoio? De acordo com Chasin, os camponeses queriam aproveitar a educação política dos trabalhadores urbanos e a formação intelectual dos universitários (“esclarecer e propagar ideias, participar de reuniões de camponeses, fazer propaganda da Reforma Agrária”). Portanto, talvez a evidente distância entre os líderes e os seguidores seja menos problemática do que a princípio podemos pensar. Os delegados parecem ter aceitado a ideia de que os líderes do congresso tinham uma melhor ideia de exatamente quais medidas precisavam ser determinadas como objetivos comuns. Esse é o modo como o trabalho político ocorre: às vezes os líderes vão muito mais à frente do que os seguidores, às vezes eles estão atrás; às vezes, seus objetivos são conflitantes; às vezes, os líderes não são capazes de ouvir; e, às vezes, os dois trabalham bem juntos. O Congresso de Belo Horizonte parece ter sido um exemplo das duas últimas possibilidades.

REAÇÕES AO CONGRESSO DE BELO HORIZONTE

O Presidente João Goulart deixou Belo Horizonte impressionado com a liderança demonstrada por Julião. No encerramento de seu discurso, ele publicamente convidou Julião e outros diretores do congresso a irem visitá-lo. Em dezembro, como lembra Julião, Tancredo Neves convidou uma comissão a Bra-

³⁸ GALJART. “Class and ‘following’ in Rural Brazil”. p. 3-23. Bjorn MAYBURY-LEWIS. *The politics of the possible: The Brazilian Rural Workers’ Trade Union Movement, 1964-1985*. Filadélfia: Temple University Press, 1994; MARTINS. *Reforma agrária*.

sília, inclusive Julião e ao menos outros dois importantes organizadores do congresso: padre Francisco Pessoa Laje, de Minas Gerais, e José Porfírio da Paz, um líder camponês influente que, em 1957, com a ajuda do PCB, havia conseguido criar um domínio camponês de dez mil quilômetros quadrados em Formosa e Trombas, no Estado de Goiás. Depois de uma conversa em grupo com Neves sobre os resultados do congresso, Julião encontrou-se separadamente com Goulart na residência presidencial, a Granja do Torto. Na reunião, como lembra Julião, os dois discutiram a reforma agrária, política e sindicalização. Goulart queria que Julião o auxiliasse na formação de uma aliança – entre o PSB e PTB – para eleger deputados simpatizantes da causa nas eleições legislativas de novembro de 1962. Entretanto, não houve compromisso, e Julião diz que, embora a ideia de unir-se a outros parecesse interessante, os objetivos de Goulart eram fundamentalmente diferentes dos seus próprios. Jango não era socialista, e sua ideia de reforma agrária era muito mais limitada do que a que apoiava Julião. Este apoiava limites na quantidade de terra que uma pessoa podia possuir, uma ampla desapropriação de terras e sua distribuição entre os camponeses, enquanto que João Goulart “estava interessado em aplicar o programa da Aliança para o Progresso, fazer uma reforma fiscal e democratizar as relações entre camponeses e senhores da terra, melhorando, por conseguinte, de certo modo, a situação dos camponeses nas regiões onde havia mais conflitos”. Julião acreditava que Goulart queria que ele seguisse as diretrizes, para ajudá-lo em seus planos políticos, em troca de transformar as Ligas Camponesas em sindicatos e de usá-las para distribuir assistência governamental. Mas Julião rejeitou esse passo, temendo virar pelego do governo e abandonar a causa maior de uma reforma agrária radical.³⁹

Essa foi uma reunião crucial na história do movimento camponês. Militantes comunistas queriam negociar com Jango, ao aceitar meias-medidas, na esperança de alcançarem mudanças mais profundas no futuro. Os militantes da Igreja, como o padre Laje, defendiam ideias semelhantes; entretanto, os católicos mais conservadores, como veremos, entendiam que algumas medidas de João Goulart eram demasiado radicais para seu gosto. Por outro lado, durante um bom tempo Julião permanecia fiel aos seus princípios, desencadeando uma série de conflitos com o Presidente e seus aliados. Foi fazer treinamento militar em

³⁹ Transcrição JULIÃO. p. 142. Depois nas reuniões, o jornalista Antônio Callado obteve entrevista com Julião, que afirmou que Goulart “quis transformá-lo em pelego rural”, ao que ele se havia recusado. Depois, Julião ofereceu esta elaboração: “Eu vi o movimento sindical batante controlado, o chamado fenômeno do peleguismo, e o que eu mais temia era justamente que esse fenômeno pudesse se alastrar e ir até o campo, mediatizando grande massas camponesas que necessitavam desesperadamente da terra. Esse foi o meu temor, que explica o meu distanciamento para como Jango. Comecei a criticar publicamente essas posições do Jango”. CALLADO. *Tempo de Arraes*. p. 85-6.

Cuba, voltando ao Brasil para formar o Movimento Revolucionário Tiradentes – MRT. Contraditoriamente, foi eleito deputado federal em outubro de 1962. Mas seu brilho político começava a esmaecer. Os debates técnicos que ele tinha com a Ultab, e estrategistas do PCB, como Giocondo Dias, eram um sinal do esforço no sentido de trazer Julião de volta para dentro do grupo ou de isolá-lo. Foi expulso da direção das Ligas. Influenciado pelo novo desejo do governo de incorporar o movimento camponês, o centro da luta foi aos poucos se distanciando das reivindicações defendidas por Julião e se dirigindo à arregimentação dos trabalhadores rurais sob um sistema hierárquico de sindicatos, federações e uma confederação nacional, cada uma delas atrelada ao Ministério do Trabalho. As consequências foram desastrosas para as Ligas Camponesas. Enquanto mantinha distância das influências corruptas da política e da burocracia, em sua relutância frente ao troca-troca político, Julião tornou-se irrelevante à luta camponesa já em 1963.⁴⁰

Todos esses acontecimentos chamaram a atenção dos terratenentes. Quando o presidente Goulart e os delegados camponeses em Belo Horizonte apareceram na primeira página dos jornais falando sobre reforma agrária, os fazendeiros decidiram agendar o seu próprio congresso nacional. Unidos na estrutura corporativista da CRB – Confederação Rural Brasileira, que a SRB tivesse condenada como fascista quando decretado pelo Vargas em 1945 – os donos de terra, em 1962, estavam mais bem organizados, e seu ponto de vista era mais homogêneo do que antes. Nos dias 24 e 25 de janeiro, a CRB sediou a sexta conferência nacional dos ruralistas, no Rio de Janeiro. Nas palavras do presidente da CRB, Íris Meinberg, a conferência tinha o “singular objetivo” de deixar avisados o público e os funcionários do governo sobre a perspectiva “das Classes diretamente responsáveis pela chamada produção primária do país”. Em uma referência velada ao congresso camponês, ele criticou os “fins puramente demagógicos”, o qual havia dado “de alto conteúdo emocional” à reforma agrária.⁴¹

⁴⁰ Um evento fundamental no processo de isolamento de Julião foi o assassinato, ocorrido em abril de 1962, de um líder de uma liga camponesa, no estado da Paraíba. o João Pedro Teixeira Goulart compareceu a um protesto contra o assassinato, que havia sido encomendado, visando acabar com a liga, por um proprietário de terra. Como Julião se negava a negociar com a administração, o governo usou a ocasião para dar destaque à posição dos militantes comunistas envolvidos direta ou indiretamente com o movimento. Vide Bernadete Wrublewski AUED. *A vitória dos vencidos* (Partido Comunista Brasileiro – PCB e Ligas Camponesas, 1955-64). (Florianópolis: Editora da UFSC, 1986). p. 51-72. Vilma KELLER e César BENJAMIN. “Julião, Francisco”. In: BELOCH e ABREU, eds. DHBB. p. 1659-60. Vide também o documentário de Eduardo COUTINHO, *Cabra marcado para morrer* VHS. 120 m. Rio de Janeiro, Globo Vídeo, 1984. Uma avaliação crítica do Julião e as ligas encontra-se em CUNHA, *Aconteceu longe demais*. p. 106-107.

⁴¹ Íris MEINBERG. “Discurso”. In: *A reforma agrária na VI Conferência Rural*. (Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, Serviço de Informação Agrícola, 1962). p. 25-33. Outros sete discursos constam desse volume.

Afirmava, no entanto, que a CRB apoiava a reforma agrária, desde que fosse cuidadosamente planejada, e que os donos das terras desapropriadas fossem compensados. Como exemplo ideal, endossava a Revisão Agrária de São Paulo, especialmente por sua prudente implementação – “prevendo a criação anual de apenas mil pequenas propriedades, de forma que o custo unitário elevar-se-á a um milhão de cruzeiros”. Em contraste com a declaração de Belo Horizonte, Meinberg apoiava a manutenção da Constituição de 1946, e insistia que esta não precisava de nenhuma emenda. Em relação às manobras da SRB na época do governo Vargas, Meinberg também declarou que a CRB era “inteiramente favorável à sindicalização do trabalhador do campo”. A sindicalização rural, como a urbana, disse Meinberg, “será nos campos um poderoso instrumento de paz social”. Em contraste, a declaração dos camponeses enfatizava a necessidade de sindicatos rurais independentes e autônomos, como fontes de liberação dos trabalhadores rurais. Em outra contradição, Meinberg rejeitou a ideia de se estenderem as regras da CLT ao campo, recomendando, em vez disso, a criação de um corpo legal específico, que atendesse às peculiaridades e complexidades da vida rural brasileira. No documento publicado como resultado da conferência, diversos representantes dos terra-tenentes regionais – incluindo o presidente da Faresp, Clóvis de Salles Santos – ofereceram colocações similares.

Uma manifestação do Presidente Goulart, na conclusão da conferência da CRB, capitalizava habilmente sobre o apoio dos fazendeiros às duas reformas principais. Goulart elogia a plateia, “aqueles que pensam no seu país mais do que nos seus interesses pessoais imediatos”. A melhor reforma agrária, alegou, seria a exploração racional da agricultura, que geraria o crescimento e o aumento da qualidade de vida do trabalhador, com melhores salários e condições. Evitando o polêmico assunto da reforma constitucional, enfatizou como, por meio de “critério literal” da lei, seria possível assegurar uma significativa redistribuição de terras. “A desapropriação de apenas 10% da área agricultável do nosso território custaria cerca de dois trilhões de cruzeiros”. Embora a terra em questão permanecesse um assunto polêmico, Goulart pressentiu um consenso construído acerca da sindicalização rural. “Para obter essas leis, que espero sejam conquistadas no atual governo, já contamos com a contribuição valiosa dos líderes da lavoura nacional, e com a vontade, tantas vezes manifestada, dos trabalhadores rurais”. Para ele, como para os fazendeiros, os sindicatos rurais eram um modo de “arregimentação dos trabalhadores dos campos”. A sindicalização permitiria ao Estado “disciplinar” as “relações entre empregados e empregadores (...), que serão mais um instrumento de efetiva paz social”⁴².

⁴² João GOULART. “Discurso.” In: *A reforma agrária na VI conferência*. p. 9-14.



O Ministro do Trabalho Franco Montoro (centro) reúne-se com líderes sindicais em setembro de 1961. Montoro favoreceu os organizadores católicos, ao abrir as portas para a legalização da formação de sindicatos rurais em junho de 1962. Foto: Cortesia do Arquivo Fotográfico da *Última Hora* do Arquivo do Estado de São Paulo.

Em fevereiro, o gabinete de Tancredo Neves iniciou um sério debate sobre as propostas de reforma agrária. Como esperado, as emendas constitucionais receberam muita atenção. Alguns ministros apoiavam mudanças semelhantes àquelas propostas em Belo Horizonte. Entretanto, o consenso foi construído em torno da alteração de outro artigo constitucional – o que se referia ao imposto territorial rural. Pela Constituição de 1946, o imposto servia para apoiar os municípios; pela proposta do ministro da Agricultura, Armando Monteiro Filho, um bem-conhecido dono de usinas de açúcar do Nordeste, o dinheiro seria arrecadado pelo governo federal e usado para pagar terras desapropriadas. Para administrar os fundos e toda a agenda da reforma agrária em geral, uma nova agência seria estabelecida, a Superintendência da Política Agrária (Supra). Nesse contexto, o Ministro do Trabalho, André Franco Montoro, líder paulista do PDC, propôs regulamentar a lei de sindicalização rural decretada por Vargas em 1944 (número 7.038) e dar apoio administrativo ao projeto número 94/61, uma lei abrangente sobre o trabalho rural, até então em análise no congresso.

Lyndolpho Silva não considerava desengenhosa a proposta de Montoro, dado o fato de que a regulamentação necessária para a implementação do Decreto Lei 7.038 já havia sido promulgada em março de 1945. “Essa decisão

do ministro cheira a capitulação diante das resoluções do último congresso dos latifundiários, realizado no Rio de Janeiro”, escreveu Silva. “Mas os trabalhadores não aceitarão essa medida. Eles querem é o reconhecimento imediato dos sindicatos rurais”. Entretanto, até mesmo as propostas menos radicais do gabinete receberam resistência significativa no congresso. Seria ainda necessária continuada pressão dos camponeses mobilizados e de suas redes de líderes, para que o processo fosse acelerado, e que se transformassem planos e propostas em ações concretas.⁴³

Em São Paulo, como em outros Estados, o ritmo da mobilização rural aumentou consideravelmente depois do congresso de Belo Horizonte. Em 1962, dezenas de novas associações rurais foram fundadas, e muitas desejavam se tornar oficiais como sindicatos de trabalhadores rurais. Por todo o país, distintas organizações de vanguarda tomaram o comando do movimento. Em São Paulo, a Ultab estabeleceu rapidamente sua presença como líder; em Minas Gerais, os ativistas católicos tiveram sucesso ao formarem as uniões mais incipientes; e no Rio Grande do Sul, o governador Brizola apoiava o Master – Movimento dos Agricultores Sem Terra. Como a probabilidade de reconhecimento crescia, a competição pelos corações e mentes dos camponeses e a participação do aparato estadual e federal se intensificaram. Enquanto as Ligas Camponesas tentaram se espalhar pelo Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná, sua base de apoio mais forte manteve-se em Pernambuco. Como a estrela de Julião havia esmaecido, e os camponeses haviam perdido este interlocutor nos corredores do poder, a influência das ligas declinou se comparada à dos grupos comunistas e católicos. A Igreja logo se estabeleceu como a mais rica, mais organizada e mais efetiva das competidoras. Movida por uma ideologia anticomunista e pela doutrina social cristã datada do século XIX, ela confrontou agressivamente as Ligas, a Ultab e o Master. Em estados como São Paulo, onde os comunistas tinham historicamente sido mais ativos, a Igreja Católica estimulou um período de intensa rivalidade.⁴⁴

⁴³ CAMARGO (“A questão agrária”. p. 158-71, 194-201.) dá detalhes sobre o debate entre ministros e legisladores. Para maior informação sobre o contexto, vide Segadas VIANNA. *O Estatuto do Trabalhador Rural*. Mozart Vitor RUSSOMANO. *Comentários ao Estatuto do Trabalhador Rural*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1969. p. 3-14. PRICE. “*Rural Unionization in Brazil*”. p. 8-12. A Supra era seguidamente descrita como a “Superintendência da Reforma Agrária”, mas a lei que a instituiu, em outubro, chamava-a de “Superintendência da Política Agrária”. Vide a seguir e Capítulo 8. O conhecimento dos fatos e a reação da Ultab estão registrados em SILVA. “Querem dar um golpe na sindicalização rural” e “Reconhecimento dos Sindicatos Rurais”. TL. fevereiro de 1962. p. 2, 6.

⁴⁴ Um resumo do contexto nacional pode ser encontrado em MEDEIROS. *História dos movimentos*. p. 75-79.

A MILITÂNCIA CATÓLICA ENTRE OS CAMPONESES

Na região Alta Mogiana, a militância da igreja católica tomou forma na pessoa do padre Celso Ibson de Syllos. Do congresso de Belo Horizonte até a chegada de padre Celso, no início de 1962, o mais importante militante da região – Irineu Luís de Moraes – tinha mudado o foco de suas atividades da realização de manifestações para organização de sindicatos em formação. No setor agrícola, o melhor momento para agir era o da colheita. No caso do açúcar, no estado de São Paulo, esse período ia de junho a setembro. No caso do café, a época da colheita ia de julho a agosto. Como bem sabiam os trabalhadores do açúcar, a melhor época para se fazerem exigências era justamente quando a cana estava alta, madura e pronta para o corte. Se o corte não acontecesse, então o xarope de dentro da cana começaria a se estragar, diminuindo o valor da colheita. Momento crucial semelhante ocorria na colheita do café: se os frutos não fossem colhidos quando estivessem maduros, os pés de café perdiam em produtividade, diminuindo a quantidade de café a ser aproveitado em colheitas futuras.⁴⁵ Os meses de outubro a abril apresentavam poucas oportunidades para greves efetivas e outras ações coletivas, mas isso não queria dizer que as organizações rurais devessem parar completamente. Na verdade, Moraes estava muito ocupado construindo apoio para uma marcha, marcada para março, exigindo o pagamento do salário mínimo nas fazendas de açúcar de Sertãozinho, Pontal e Barretos, quando ouviu falar pela primeira vez de padre Celso.⁴⁶

No início de fevereiro, padre Celso voltou para Ribeirão Preto depois de uma ausência de 18 meses. Nascido em 1929, o padre era natural do interior de São Paulo, um dos nove filhos sobreviventes de dois professores primários de São José do Rio Pardo. Influenciado por um irmão mais velho, padre Celso ingressou no seminário de Campinas, quando tinha 14 anos. Aos 25, tornou-se padre da diocese de Ribeirão Preto, mas o arcebispo, Dom Luís de Amaral Mousinho, tinha outros planos para o brilhante e obcecado jovem. Em agosto de 1956, Dom Luís designou padre Celso para trabalhar no *Diário de Notícias*, o jornal diário da arquidiocese. Nomeado editor em dezembro, a tenacidade de padre Celso trouxe uma mudança notável no foco do jornal. Antes um repositório de notícias familiares e de propaganda religiosa, com a página primeira dedicada à história de Nossa Senhora Aparecida, padroeira do Brasil, e a última página dedicada a itens como tricô e artesanato, o jornal mudou profundamen-

⁴⁵ “Estudo de 33 propriedades típicas do Estado de São Paulo”. *ASP* 9:8 (agosto de 1962) p. 10-11; e FAO *et al.* “Estudo de 33 propriedades cafeeiras”. p. 66-67.

⁴⁶ Sobre as atividades de Moraes neste período, vide “Pontal: Usinas de açúcar não pagam salário mínimo aos trabalhadores”. *TL*. janeiro de 1962; e “Camponeses de Barreto vão lutar para não morrer de fome”. *TL*. fevereiro de 1962.

te, e começou a cobrir as notícias locais, incentivando uma maior tomada de consciência do grande público, e responsabilidade frente aos assuntos do dia. No editorial do primeiro dia do ano de 1959, padre Celso escreveu orgulhosamente:

durante o ano de 58, o *DN* lutou ombro a ombro com o operariado ribeirão-pretano, defendendo suas causas justas. Por diversas vezes, fomos obrigados a suportar incompreensões de alguns, e mesmo desonestidades de outros, por nos definirmos a favor da classe operária, que atravessa atualmente um período dos mais graves.

A partir de 1959, padre Celso expandiu a cobertura do jornal para notícias mundiais, com especial atenção à Revolução Cubana. Em 1961, foi à Europa, onde recebeu treinamento intensivo em técnicas de organização sindical, jornalismo, propaganda e marxismo, na Universidade Gregoriana, em Roma, e em escolas trabalhistas na Alemanha Ocidental.⁴⁷

Durante sua ausência, o *Diário de Notícias* continuou a ser editado, sob a direção do padre Angélico Sândalo Bernardino, e com as claras bênçãos de Dom Luís, tomando o partido dos oprimidos. Entretanto, foi a volta do padre Celso que marcou a mudança da diocese de uma mera advocacia jornalística para a franca agitação política. “Lutaremos com todas as forças pela justiça social”, escrevia padre Celso ao voltar de sua viagem, em fevereiro de 1962. “Tudo faremos”, continua ele, “para que o *DN* esteja na linha de frente, comandando campanhas, colaborando decisivamente para a concretização das teses populistas e cristãs”. A educação política e a sindicalização do campesinato eram elementos centrais dessas doutrinas. “A Igreja Católica do Brasil ficou com medo [da influência das ligas camponesas e dos comunistas sobre os trabalhadores rurais], e começou a haver uma reação de formação de sindicatos”, explicava o ex-padre quase 25 anos depois. “A Igreja começou a ter influência nos camponeses”.⁴⁸

Frente ao aumento da importância das ligas camponesas em Pernambuco, os líderes da Igreja no Estado vizinho de Rio Grande do Norte organizaram uma equipe de sindicalização rural, em 1960. A equipe procurava conter o aumento do poder das ligas no estado e, a partir de agosto de 1961, estimulou a

⁴⁷ Transcrição SYLLOS. p.1-3; “P. Celso retorna ao Brasil”. *Diário de Notícias (DN)*. 27 de janeiro de 1962; e “O ex-padre Celso lembra sua experiência jornalística”. *Jornal de Ribeirão*. 21-27 de agosto de 1988. p. 9. Editorial. *DN* 1º de janeiro de 1959. p. 2. No início do ano de 1962, o jornal havia decidido condenar o governo cubano em um júri simulado educacional, no qual padre Celso serviu de promotor de justiça. Vide “Tribunal julgou problema cubano”. *DN*. 15 de fevereiro de 1962. p. 6.

⁴⁸ Vide a útil e concisa história do *DN* em “Um jovem muda a feição do jornal” e “Apesar dos pesares, chega-se ao fim 63” *Jornal de Ribeirão*. 21-27 agosto de 1988. p. 3. Editorial. *DN*. 6 de fevereiro de 1962. Sobre Julião e o treinamento de padre Celso, vide transcrição SYLLOS. p. 3.

igreja do Paraná, onde as ligas começavam a surgir, e do Rio Grande do Sul, onde a Master estimulava o conflito de classes rurais, a organizarem as “frentes agrárias”. Com o crescimento da agitação pela reforma agrária e o aumento da militância comunista no campo, a comissão central da CNBB – Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros encontrou-se no Rio de Janeiro, no dia 5 de outubro, e lançou uma declaração, exigindo a formação de uma rede nacional de frentes agrárias. Em uma referência velada aos comunistas, os bispos disseram que a campanha de sindicalização rural era “digna de ser estendida a todos os centros rurais, sobretudo quando agitados por reivindicações justas, mas conduzidas com segundas intenções”. Com poucas exceções, a campanha da Igreja levou à formação de associações rurais, que acomodavam facilmente os interesses dos empregadores. Tipicamente, os padres começavam a organizar esses sindicatos com a informação dos fazendeiros locais, pedindo-lhes que selecionassem possíveis participantes da sua força de trabalho e que subsidiassem o desenvolvimento de serviços sociais para seus “agregados”. Para a maioria dos padres e fiéis, a prática servia à ideologia católica, com a sua rejeição da luta de classes e sua ênfase na comunidade.⁴⁹ Em São Paulo, uma situação semelhante precedeu o retorno de padre Celso, criando um cenário onde sua marca única de militância se destacaria mais tarde.

No contexto dos preparativos para o congresso camponês de Belo Horizonte, a Igreja se moveu rapidamente para estabelecer sua presença no interior de São Paulo. Em setembro e outubro de 1961, a FECOESP – Federação de Círculos Operários do Estado de São Paulo, ligada à Igreja, fundou associações de camponeses em sete cidades, incluindo Presidente Prudente, Marília e São José do Rio Preto – todas essas cidades importantes para a militância da Ultab. Presidindo a federação estava José Rotta, um sitiante e comerciante de Presidente Prudente, que mais tarde colaboraria com o regime militar que depôs João Goulart. No dia 9 de novembro, Rotta fundou a FTRSESP – Federa-

⁴⁹ CNBB, citada em “A igreja e a situação do meio rural brasileiro: Declarações da Comissão Nacional dos Bispos no Brasil”. *DN*. 14 de novembro de 1962. p. 2. Sobre as frentes agrárias, vide AmConsul. Curitiba para a USDS. Despacho no. D-14, RG 59, DF 832.062/8-3061 (2417); e AmConsul. Porto Alegre para USDS. “Criação da Frente Agrária Local”. Despacho no. 50, RG 59, DF 832.401/3-0262 (1577). Ambos DS/USNA. Como base do confronto dos esforços da Igreja, o conselheiro de Curitiba escreveu: “Quando se tornou evidente que o Congresso dos Trabalhadores do Paraná [ligado à Ultab e às ligas] ocorreria, os bispos católicos de quatro das maiores cidades do norte do Paraná decidiram criar sua própria organização rural, e concretizar sua existência ao mesmo tempo e no mesmo lugar que o congresso”. Uma cronologia bastante útil dos acontecimentos nacionais pode ser encontrada em: Abdias Vilar de CARVALHO. “Cronologia dos fatos da igreja católica no meio rural”. In: Vanilde PAIVA (org). *Igreja e questão agrária*. (São Paulo: Loyola, 1985). p. 104-109. Vide também o ensaio de CARVALHO sobre esse período: “A igreja católica e a questão agrária”. esp. p. 92-101.

ção dos Trabalhadores Rurais e Similares do Estado de São Paulo, tornando-se seu presidente. No dia seguinte, em uma conferência planejada e anunciada há tempos pela Ultab, reuniram 189 delegados das organizações camponesas de São Paulo, visando à eleição de representantes para o Congresso de Belo Horizonte. Também fundaram a Fataesp – Federação de Associações de Trabalhadores Agrícolas do Estado de São Paulo, com a presidência de José Alves Portela e Irineu Luís de Moraes como secretário. Nenhuma das federações tinha reconhecimento legal, mas elas intensificaram a rivalidade entre católicos e comunistas por um eventual reconhecimento.

No dia 12 de novembro, dias antes do Congresso de Belo Horizonte, Rotta viajou para Ribeirão Preto, a fins de fundar uma série de “associações profissionais de trabalhadores rurais”. A cerimônia de fundação aconteceu em um anfiteatro público, apresentando oradores como o prefeito, vereadores, o líder da associação dos fazendeiros, o diretor da associação dos comerciantes e industriais e alguns líderes sindicais. Trabalhadores e um “grande número de fazendeiros” de Sertãozinho, São Joaquim da Barra, Franca, Brodósqui, Batatais e de outras cidades da região de Alta Mogiana estavam também presentes. Como um relato do evento explica, os regulamentos das novas associações foram “lidos e aprovados pela assembleia, sem discussão”. O vereador Said Issa Halah, advogado de um sindicato rural ligado à Ultab, mas até então ainda não reconhecido pelo governo, pediu para falar aos presentes, mas “Rotta negou-lhe a chance de falar, devido ao adiantado da hora”.⁵⁰

⁵⁰ Sobre a FTRSESP católica, vide Araguaya Feitosa MARTINS. “Alguns aspectos da inquietação trabalhista no campo”. *Revista Brasiliense*. 40 (março/abril de 1962). p. 132-41. Quanto à Fataesp ligada à Ultab, vide “Federação das associações do campo é o próximo passo dos lavradores”. *TL*. outubro de 1961. p. 3. “Conferência de lavradores paulistas propõe desapropriação da grande propriedade agrícola: Interesse social”. *TL*. Dezembro de 1961. p. 6. O evento fundador de Ribeirão Preto está noticiado em “Trabalhadores rurais se unem para a conquista da justiça”. *DN*. 14 de novembro de 1961. p. 1. A escolha do momento para esses atos, e esses artigos, contradizem contundentemente a alegação do cientista político Neale J. PEARSON, de que Julião e Silva planejaram o congresso de Belo Horizonte como uma resposta ao sucesso dos esforços de organização dos católicos. Na verdade, foi o contrário. PEARSON conduziu uma enorme pesquisa no Brasil em 1965, logo após o golpe militar, quando o conservador Rotta havia se apoderado do movimento nacional. Ainda que a tese de PEARSON seja de grande valor, é manchada pelo contexto da época – a repressão tornou impossível o contato com os militantes da Ultab e a análise de documentos que não estavam disponíveis. PEARSON foi obrigado a depender de informações prestadas por Rotta e por outros informantes conservadores. Um desses informantes contou-lhe que Portela era “estivador no Rio de Janeiro” com nenhum conhecimento da área rural, que a federação de Rotta era a única com “acesso direto na assembleia estadual” porque Rotta havia sido eleito suplente em 1962. O deputado estadual Luciano Lepera, entre outros, deu à Ultab e seus organizadores uma representatividade muito mais direta na assembleia. PEAR-



O Presidente João Goulart (à direita, à frente) tentou preservar a república populista de Vargas. No 1º de maio de 1963, no discurso representado nesta foto, Goulart disse a uma assembleia de operários sindicalizados que “a paz social de um país não pode mais ser construída sobre a miséria da classe trabalhadora e muito menos sobre a da classe rural”. Foto: Cortesia do Arquivo Fotográfico da *Última Hora*, do Arquivo do Estado de São Paulo.

Em dezembro, os dois grupos entraram em conflito, quando a Usina Perdigão, localizada perto de Ribeirão Preto, foi à falência, devendo seis meses de salário para mais de 200 trabalhadores do campo e da usina. Enquanto, a Ultab e o presidente dos trabalhadores do setor de alimentos, Tenório de Lima, pediam a desapropriação da usina e o seu repasse para os trabalhadores, o advogado da associação rural ligada à Igreja, Edmur Gonçalves de Oliveira, uniu-se ao padre Ângelo Pino e aos dirigentes dos fazendeiros da FSC – Frente Social Cristã. O advogado do sindicato dos alimentícios, Ibiapaba Martins, que havia participado das negociações, ficou impressionado com a disposição de padre Ângelo em dar cobertura moral e intelectual aos usineiros. Aparentemente, o juiz da junta do trabalho, Décio de Toledo Leite, achava a presença do padre repelente, pois Martins alegou que o juiz pediu para que padre Ângelo se retirasse da audiência. Mas a FSC tinha aliados poderosos no Ministério do Tra-

SON, Neale J. “Small Farmer and Rural Worker Pressure Groups in Brazil”. Tese (Doutorado em Ciências Políticas). Universidade da Flórida. 1967. p. 245-265.

balho e no IAA – Instituto de Açúcar e Alcool, e estes usaram suas conexões para ajustar um acordo para os trabalhadores afastados, que era melhor do que a equipe da Ultab tinha sido capaz de oferecer. Em meados de janeiro, a frente anunciou que o Ministro do Trabalho, Franco Montoro, e os representantes da IAA, tinham obtido um acordo para os trabalhadores. Estes não só receberiam seus pagamentos, como teriam ajuda dos donos da usina, que concordaram em encontrar trabalho na região para eles. Comparada a outras negociações, a estratégia da Igreja, de resolver o problema de cima para baixo, havia produzido resultados notáveis, no curto espaço de três meses.⁵¹

Padre Celso chegou de volta em Ribeirão Preto logo após o acordo ser anunciado. Padre Celso aprovou o método superficial e paternalista por algum tempo, pois ele parecia funcionar bem. No fim de fevereiro, publicou uma declaração do Frei Celso Maria, o diretor da FECOESP, que fazia uma interpretação da Encíclica *Mater et Magistra*, do Papa João XXIII, consistente com a visão paternalista da FSC. “Os protagonistas do progresso econômico e social e da elevação cultural nos meios rurais”, escreveu frei Celso, citando a encíclica “devem ser os próprios interessados, quer dizer, os lavradores”. Esses protagonistas deveriam se reunir em times de fazendeiros e trabalhadores cristãos, assegurando que o “reino da anarquia” terminasse com a orientação neutra da Igreja. Até o fim de abril, o *Diário*

⁵¹ Sobre o caso Perdigão, vide “Trabalhadores da Perdigão serão pagos: Importante decisão do Instituto do Açúcar e do Alcool – Frente Social Cristã mereceu elogios dos representantes do IAA – Trabalhadores receberam a visita do procurador geral – Outros detalhes sobre o rumoroso caso da Usina Perdigão”. *DN*. 16 de janeiro de 1962, p. 6. “Ribeirão Preto: 1000 trabalhadores querem a posse da Usina Perdigão”. *TL*. v. 12, n. 106, dezembro de 1961, p. 1. Em seus artigos, tanto a Igreja quanto o PCB trabalharam com representações da consciência dos camponeses: os “agricultores [que] bateram palmas” dos católicos, e os trabalhadores “querendo a posse da usina” dos comunistas. O comentário de MARTINS está em seu artigo “Proletariado e Inquietação Rural”. A solução judiciária defendida pelo sindicato – o principal instrumento oficial de poder do movimento comunistas – oferecia uma alternativa mais lenta em contraste com os meios tradicionais empregados pela FSC, baseados na relação patrão-cliente. Os registros da junta de trabalho mostram que diversas ações coletivas, envolvendo mais de 300 indivíduos e milhões de cruzeiros, não foram resolvidas até março de 1964. Vide Processos 911/61, 944/61, 964/61, 970/61, todos na caixa 139 (listados aqui em parênteses depois do número do processo), e 926/61 (81), 985/61, 986/61 (140), 1027/61 (140) e 1011/61 (99), no arquivo do JT/RP. Este processo, dramático e interessante, merece estudo mais aprofundado. Por exemplo, em July 1961, *Diário de Notícias* relatou, que os trabalhadores já estavam há seis anos aguardando o reconhecimento de seu sindicato pelo Ministério do Trabalho. A mesma reportagem afirmou que as ligas camponesas e outros “líderes incompetentes ou aventureiros interessados unicamente em proveitos pessoais ou políticos” “surgiram como consequência da falta de atenção do governo para com os problemas dos rurícolas” mas “é certo que tal movimento já trouxe um lado positivo e que é justamente ter agitado um problema tão importante e tão oportuno”. Welson GASPARINI. “Sindicalização e Reforma Agrária para o trabalhador” *DN*, 6. 4 de julho, 1996, p. 6.

de *Notícias* publicou artigos sobre os esforços da FSC para ajudar os trabalhadores rurais em Cravinhos, uma cidade localizada poucos quilômetros ao sul de Ribeirão Preto. Padre Celso estava estrategicamente ausente dessas ações, enquanto seu colega, padre Ângelo, permanecia como o representante da arquidiocese junto à frente. Em Cravinhos em fevereiro, a FSC fundou uma associação profissional de trabalhadores rurais. Dentre as atividades relatadas, estão o estabelecimento de um clube de tênis, a denúncia das condições das estradas locais e a promoção de um fórum de discussão para os candidatos da política local. A lista refletia a influência predominante dos fazendeiros, dos profissionais liberais e dos políticos sobre a pretensa associação de camponeses.⁵²

Em meados de 1962, após uma série de acontecimentos, padre Celso rompeu com a FSC e com sua visão de harmonia social num contexto muito próximo ao conceito do clã fazendeiro. De acordo com suas reminiscências, ele tornou-se desgostoso com a relutância do grupo em formar sindicatos e decidiu rejeitar de vez a ajuda dos fazendeiros. Ele lembra que resolveu se recusar a continuar discutindo suas ideias com eles. “Vamos parar com isso”, padre Celso se lembra de ter dito ao grupo. “Aí, eu me neguei a continuar o diálogo com eles”, continuou. “Falei: ‘nós vamos nos encontrar um dia lá na roça. Vamos ver na prática o que vai acontecer’”. Em contraste com a tradição local da Igreja, padre Celso começou a ver que os interesses dos trabalhadores e fazendeiros diferiam, e que, para que os interesses dos camponeses fossem ouvidos, estes deveriam se organizar sozinhos. Repelidos por esse argumento, os fazendeiros acusaram-no de propagar o comunismo. Sentiam-se escandalizados, lembra padre Celso, e foram ao arcebispo pedir que reprimisse o impetuoso padre. Entretanto, Dom Luís permaneceu firmemente ao lado de padre Celso, declarando que a FSC estava acabada, e apoiando padre Celso na formação de um grupo novo e mais radical, a FAP – Frente Agrária Paulista. Como padre Celso conta, desde então, até o golpe militar de 1964, ele dedicou-se à luta camponesa.⁵³

Há várias lembranças equivocadas nos relatos de padre Celso. A primeira é a afirmação de que Dom Luís morreu antes do fim de abril, meses antes de qualquer sinal da FAP aparecer em registro, enquanto que as histórias da FSC continuaram a aparecer no *Diário de Notícias*. Na verdade, parece mais provável que a morte de Dom Luís tenha inspirado a mudança de padre Celso. Por

⁵² Transcrição de SYLLOS, 5. Frei Celso [Maria]. “Procuram-se líderes Cristãos para o campo”. *DN*. 25 de fevereiro de 1962. p. 4. (Frei Celso dá uma versão mais extensa de seu ponto de vista em seu livro *Os Cristãos e o sindicato na cidade e o campo*. São Paulo: Saraiva. 1963.). Sobre Cravinhos, vide, por exemplo, Gilberto BELLINI. “Fundada associação profissional dos trabalhadores rurais”. *DN*. 8 de fevereiro de 1962. p. 5. “Trabalhadores rurais fundam clube”. *DN*. 1º de abril de 1962. p. 7.

⁵³ Transcrição SYLLOS. p. 5-8.

alguma razão, a arquidiocese ficou sem arcebispo até setembro, deixando um vazio de poder na hierarquia local. Ainda mais, padre Celso afirma ter assistido o prelado em seu leito de morte. Padre Celso viu-se como o herdeiro do comprometimento de Dom Luís com a transformação social. Em um editorial em honra da memória do arcebispo, padre Celso escreveu que Dom Luís havia dito para ele que a próxima campanha deveria ser trazer ordem para as múltiplas iniciativas sociais da região. O padre também afirmou ser impelido a continuar uma linha de cruzada evangélica.⁵⁴

RECONHECENDO OS SINDICATOS RURAIS

Assim inspirado, padre Celso encontrou-se no mês seguinte com o ministro do Trabalho, Franco Montoro. Como presidente do PDC, quando foi deputado federal pelo estado de São Paulo e como membro do gabinete de Tancredo Neves, Montoro era o político católico mais influente e de maior destaque do Brasil. Dado o idealismo pragmático dos democratas cristãos, não é de surpreender que Montoro defendesse no gabinete a sindicalização dos camponeses. O assunto ressurgiu após o pronunciamento do Presidente João Goulart por ocasião do 1º de maio. Pela primeira vez, Goulart comprometia seu governo publicamente com a implementação de uma reforma agrária radical, inclusive a revisão da Constituição, para eliminar o requerimento de pagamento em dinheiro pela terra desapropriada. A nova agressividade de João Goulart alarmou o gabinete de Neves, que se opôs à modificação constitucional. Com medo de que os ganhos comunistas junto aos trabalhadores rurais pudessem dar ao Presidente o apoio de que precisava para forçar a aprovação de suas reformas pelo Congresso, o conselho de ministros reuniu-se em 11 de maio para discutir suas reações à nova iniciativa de Jango. Montoro mostrou ao mesmo tempo inquietação pela aparente anarquia causada pelas ações dos militantes rurais dos comunistas e Ligas Camponesas e o desejo de lidar com o problema construtivamente. Renegava enfaticamente os sindicatos não ofi-

⁵⁴ Transcrição SYLLOS. p. 9. Editorial. “Dom Luís e nós”. *DN*. 26 de abril de 1962. p. 3; e “Trabalhadores rurais ingressam no sindicato: Estão dispostos a conseguir justiça social”. *DN*. 29 de maio de 1962. p. 6. Outro sinal de que padre Celso se tornou mais radical durante este período é seu editorial “Igreja contra o capitalismo”. *DN*. 22 de maio de 1962. p. 2. As originais ideias progressistas de Dom Luís serviram também de inspiração para Waldemar Rossi, um cortador de cana, nascido em Sertãozinho, que foi diretor da Juventude Operária Católica de Ribeirão Preto (1959) e da Região Sudeste (1960-4). Waldemar ROSSI, transcrição de entrevista realizada por Ralph Della Cava, Universidade de São Paulo, 31 de maio de 1983. (A transcrição foi preparada por John French).

ciais que “sem nenhum aspecto jurídico, sem nenhuma responsabilidade e sem nenhum direito de representação, promoviam movimentos e exigências que servem mais como agitação do que exigências para o alcance de direitos efetivos”. Em vez de pressionar pela supressão do movimento, Montoro defendia a criação de um movimento rural controlado pela introdução dos sindicatos sancionados pelo Estado.⁵⁵

Um domingo mais tarde, ainda no mês de maio, Montoro convidou o jovem padre a sua residência, em São Paulo, para discutir o problema do camponês. Como padre Celso lembra, Montoro explicou que o governo planejava autorizar a sindicalização rural, mas não sabia muito bem como fazê-lo. Devido aos seus laços com a Igreja Católica, Montoro expressou seu desejo de poder contar com padres militantes como Celso para registrar os sindicatos antes de que os comunistas o fizessem. Além disso, Montoro perguntou a padre Celso qual sua reação à proposta dos Círculos Operários de definirem o território dos sindicatos rurais de acordo com os limites diocesanos. Padre Celso sabia que a ideia de criar bases limitadas pela jurisdição das dioceses era de José Rotta. Ele explicou que Rotta tendia a promover associações centralizadas nas cidades, dominadas pela burguesia e não pelos camponeses. Dando o exemplo da FSC de Cravinhos, padre Celso argumentou que essas associações tinham pouco apelo para os camponeses. Uma vez que todos os sindicatos oficiais tinham registros segundo os limites de cada município, padre Celso aconselhou Montoro a seguir às mesmas regras para estabelecer os sindicatos rurais. Senão, argumentou, eles seriam muito frágeis, e não poderiam oferecer muito àqueles que mais precisavam de assistência. O padre

⁵⁵ Sobre Montoro, vide Transcrição SYLLOS, 58. LABAKI. 1961: *A crise da renúncia*. p. 130. Jorge Miguel MAYER e Ivan JUNQUEIRA. “Montoro, Franco”. *DHBB*. p. 2266-68. CAMARGO (*A questão agrária*. p. 198) afirma que João Goulart deu seu apoio à emenda constitucional no congresso de Belo Horizonte, mas os registros não sustentam essa afirmação. Sobre a data de maio, vide Marieta de Moraes FERREIRA e César BENJAMIN. “Goulart, João”. *DHBB*. p. 1513. O discurso de primeiro de maio é resumido em AmEmbassy para USDS. President Goulart Continues to Agitate for “Basic Reforms”. Aerograma 489 (daqui por diante citado da seguinte forma: A-489), RG 59. DS 732/00/5-1962 (1578). DS/USNA. Citado do Conselho de Ministros, Brasília, 11 de maio, 1962, transcrição 3, p. 14-16, citado em Anthony PEREIRA, “The Unions Under the Ancien Regime”, 30 de novembro, 1989, p. 17 (cópia mimeografada). O apoio de Franco Montoro à legislação social rural encontrou expressão durante a presidência de Juscelino, quando Montoro foi nomeado vice-secretário da Comissão de Assistência ao Trabalhador Rural, organizada em 1957 pelo ministro do Trabalho Parsifal Barroso e deputado gaúcho Fernando Ferrari. Durante uma audiência que durou uma semana em São Paulo, Lyndolpho Silva da Ulta, e José Eduardo Reis, do sindicato de trabalhadores rurais de Franca, participaram como testemunhas. Vide “Reuniu-se novamente a Comissão de Assistência ao Trabalhador Rural”. *NH*. 26 de julho de 1957.

pediu que o ministro desse continuidade ao processo de regulamentação dos sindicatos de trabalhadores rurais, mas que não esperasse muito de um movimento dominado pela Igreja em São Paulo. Ao seguir a estratégia de Rotta, o papel da Igreja junto aos trabalhadores rurais não havia avançado significativamente.⁵⁶

Estimulado pela reunião com Montoro, e confiante de que as regras de reconhecimento sindical seriam logo decretadas, padre Celso visitou Cravinhos no fim de maio. À revelia da FSC, padre Celso tomou a liderança, ao transformar a associação de trabalhadores rurais em um sindicato. Encontrando-se, no domingo, dia 27, com “inúmeros trabalhadores, pertencentes às diversas fazendas da região”, padre Celso e o vereador Fioravante Manella, de Cravinhos, e Welson Gasparini, de Ribeirão Preto, reivindicaram para si a fama de haver criado o primeiro sindicato de trabalhadores rurais reconhecido da região. “Seremos uma força poderosa na luta pela Justiça Social”, padre Celso disse à multidão, que nunca foi enumerada. “Já estamos em plena luta para conquistar os direitos sagrados que a natureza humana e as leis lhes concederam”. A fundação do sindicato marca o primeiro comprometimento público do padre Celso com a luta dos trabalhadores rurais, e suas palavras de luta soaram em um tom mais militante que qualquer uma previamente utilizada pela FSC. Embora o padre e seus colegas não fossem camponeses, eles demonstraram solidariedade para com os trabalhadores, com um discurso na primeira pessoa do plural. “Unidos representaremos uma força tão grande que seremos capazes de conseguir aquilo que sempre tivemos como um ideal e como um sonho”, disse Gasparini. “Dentro de princípios democráticos, os trabalhadores da zona rural saberão construir um mundo melhor”. (Gasparini, que era um jovem e enérgico advogado e publicou artigos de reportagem frequentemente nas páginas do *Diário de Notícias*, foi a única personalidade que fez a transição da FSC para a FAP.) Com a fundação do sindicato de Cravinhos, Gasparini e padre Celso se distanciaram dos elementos mais conservadores da arquidiocese. Lendo as entrelinhas dessas declarações, pode-se notar a continuidade da iniciativa urbana e a natureza patrão-cliente do novo sindicato, mas também é clara uma mudança significativa: o fim da dominação dos fazendeiros nas associações católicas de trabalhadores e o início da militância católica na sindicalização dos trabalhadores rurais.⁵⁷

Ainda assim, o total afastamento de padre Celso de uma visão mais conservadora não estava completo. Somente em julho, o *Diário de Notícias* incluiu

⁵⁶ Transcrição SYLLOS, p. 34-35, 58-59. Para mais informações sobre Rotta, vide as referências prévias neste livro; vide MARTINS. “Alguns aspectos da inquietação trabalhista no campo”. p. 132-41. BARROS. “A organização sindical”. p. 104-21.

⁵⁷ “Trabalhadores rurais ingressam no sindicato; Estão dispostos a conseguir justiça social”. *DN*. 29 de maio de 1962.

alguma referência a FAP, e o jornal só passou a demonstrar uma maior preocupação da arquidiocese com relação ao campesinato após essa data.⁵⁸ Antes disso, em junho, uma série de confrontações entre a Igreja e os comunistas incitou padre Celso a iniciar uma ação social muito mais agressiva. O evento chave, o qual padre Celso omite na narrativa de sua radicalização, foi a greve organizada em Sertãozinho por Irineu Luís de Moraes. Pela primeira vez, os dois homens estavam em conflito direto, colocando em teste suas habilidades de organização.

Padre Celso ainda estava na Europa, quando Moraes começou a organizar os trabalhadores das usinas de açúcar de Sertãozinho na defesa da sucessão de Goulart à Presidência. Na chegada de padre Celso a Ribeirão Preto, entretanto, *Terra Livre* publicou um artigo protestando contra os baixos salários pagos pelas usinas de Sertãozinho e Pontal. No fim do primeiro semestre, com a cana crescida e os canaviais densos e impenetráveis, começou-se a falar cada vez mais em iniciar uma greve. Em 9 de junho, com as usinas, fornalhas e os caldeirões prontos para ferver caldo de cana, a aguardar a primeira entrega da cana crua e recém-cortada, os cortadores não foram para o canavial, mas para Sertãozinho. Enchendo a praça da prefeitura, a grande massa dos trabalhadores de Sertãozinho, Barrinha, Pontal, Jaboticabal e Guariba exigia aumento salarial e a abolição da dedução do aluguel. Uma comissão formada por quatro trabalhadores rurais, Moraes e o vereador Halah entraram na prefeitura para se reunirem com os donos das usinas Santa Elisa, Albertina, Santo Antônio, São Francisco, São Geraldo e Bela Vista. Eles fecharam um acordo: os salários subiriam 45% e a dedução do aluguel seria eliminada, se os donos recebessem um aumento comparável em preço junto ao IAA. Esta prática de colaboração entre trabalhadores e usineiros logo se tornou um padrão da indústria.⁵⁹

⁵⁸ “Hoje haverá reunião dos trabalhadores: Frente agrária estará em Jardinópolis”. *DN*. 8 de julho de 1962, é a primeira história a mencionar a frente agrária, e só no dia 8 de agosto que o padre Celso publicou um editorial explicando o radical programa da frente. Vide a seguir e João Carlos Caio MAGRI. “Frente Agrária Paulista e sindicatos rurais, duas realidades”. *DN*. 8 de agosto de 1962. p. 11.

⁵⁹ “Pontal; Usinas de açúcar não darão salário mínimo” *TL*. Janeiro de 1962. p. 7. Transcrição de Moraes. Parte 1. p. 43-44. De acordo com o registro “Alta Mogiana: 6 mil trabalhadores em greve derrotam império dos usineiros”, *TL*. agosto de 1962. p. 5, o acordo determinou o pagamento de Cr\$ 65,10 por hora, pagamentos diários de Cr\$ 250,60 e pagamentos mensais de Cr\$ 15.610,00 ou Cr\$ 203,00 por tonelada de cana cortada durante as horas normais do dia. Uma vez que as taxas de varejo, ou seja o pagamento por tonelada, oferecia aos empregadores muitas oportunidades de remunerar insuficientemente os trabalhadores, os grevistas insistiam que os cortadores deveriam ser pagos por hora trabalhada e não por tonelada. Confirmações futuras destes eventos aconteceram em uma entrevista com Halah. Said Issa HALAH, entrevistado pelo autor, Ribeirão Preto. 28 de junho de 1991. SIGAUD relata que este padrão de negociação na indústria açucareira do nordeste em *Greve dos Engenhos*, da mesma forma, o faz PEREIRA. *The End of Peasantry*. Para saber da experiência trabalhadora

A estipulação final eventualmente levou a uma séria crise. A IAA não estava obrigada a cumprir o acordo estipulado em Sertãozinho; nem os trabalhadores estavam obrigados a retornar aos campos sem o cumprimento dos novos termos. Iniciou-se um jogo de espera, que custou caro a todas as partes envolvidas, enquanto a cana esperava ser cortada, perdendo seu valor a cada dia, e adiando a segunda e terceira colheitas. Com o passar dos dias, a subsistência diária dos grevistas ficava mais problemática, e alguns deles começaram a furar a greve. Em 17 de junho, uma segunda disputa aconteceu em Sertãozinho, quando três das 600 famílias de cortadores protestaram em frente à prefeitura, exigindo que as usinas iniciassem imediatamente suas operações e promovessem assistência pública para o combate da fome. Conscientes de sua dependência das usinas e dos trabalhadores sazonais, o prefeito e a câmara dos vereadores concordaram em dar a cada família vales de até Cr\$ 1.400,00, que poderiam ser usados para comprar mantimentos nas lojas locais. Em um dia, mais de Cr\$ 250.000,00 haviam sido distribuídos pelo chefe de polícia, Ruy de Biagi.⁶⁰

Nesta batalha, a qual finalmente resultou em salários mais altos para os trabalhadores, padre Celso resolveu atacar a “infiltração comunista”. Argumentou que os camponeses eram vítimas dos agitadores comunistas, não dos ambiciosos donos de usinas. Nomeou “vários elementos declaradamente comunistas”, tais como Moraes, no *Diário de Notícias*, e acusou-os de semearem a discórdia junto aos cortadores de cana, “promovendo reuniões (...), insuflando-os a movimentos grevistas e de protestos”. “Lamentavelmente”, disse um vereador, citado pelo jornal, “o desemprego e a conseqüente fome do povo têm sido eficazmente explorados pelos elementos da extrema esquerda que infestam a região, usando a humildade e simplicidade do trabalhador como instrumentos capazes de realizar seu desejo de subverter a ordem social”.⁶¹ Ainda que isso fosse ver-

da indústria de açúcar, vide José Sergio Leite LOPES. *O vapor do diabo: trabalho dos operários de açúcar*. (Rio de Janeiro: editora Paz e Terra, 1978).

⁶⁰ José TEODORO. “Usinas de açúcar começam a funcionar”. *DN*. 23 de junho de 1962. p. 3; e “Sertãozinho e Pontal: Levanta-se o povo contra a carestia”. *TL*. julho de 1962. p. 8. Com Cr\$ 1.400, uma cuidadosa dona de casa poderia comprar comida suficiente para alimentar uma família de cinco pessoas com arroz e feijão e carne para três dias da semana. Para uma lista anual dos preços de comida no varejo, vide a tabela xxv-5, in LUDWIG. *Brazil: A handbook of Historical Statistics*. p. 450.

⁶¹ TEODORO. “Usinas de Açúcar”; Geraldo Paulo Nardelli de Sertãozinho é o vereador citado na reportagem. Outra greve significativa de junho, a qual parece não ter envolvido nem o padre Celso nem Moraes, aconteceu na Fazenda Amália em Santa Rosa de Viterbo. Com a ajuda de Tenório de Lima e da federação dos trabalhadores da área de alimentos, 12 mil trabalhadores assalariados do enorme complexo Matarazzo, abrangendo a fazenda e duas usinas, ganharam um aumento de 50% e a eliminação de uma dedução salarial de 33% pela moradia na fazenda. “Greve derrotou império Matarazzo em ‘Santa Rosa de Viterbo’”. *TL*. julho de 1962. p. 1.

dade, por mais que se pudesse acusar os comunistas de serem “malandros”, a sua maneira de organizar e liderar os camponeses provara ser mais eficaz do que qualquer coisa que a igreja houvesse tentado na região até aquele momento. O poder conseguido no acordo com a usina Perdigão não havia sido reproduzido por padre Celso. Em Sertãozinho, o padre havia feito uma lista de exigências dos trabalhadores por pagamento e sustento, apresentado como um confronto entre a Igreja e os “elementos comunistas” – e a Igreja havia perdido. Apenas depois deste acontecimento foi que padre Celso dedicou-se de todo à rivalidade contra Moraes e a Fataesp. Com o tempo, ele desenvolveu estratégias de organização que provaram ser mais resistentes que as dos outros grupos.

A transição de padre Celso para a militância camponesa não poderia ter ocorrido em melhor momento. Quase no fim de junho, o ministro Montoro baixou a portaria número 209-A, detalhando o processo de reconhecimento dos sindicatos rurais de acordo com o decreto do trabalho rural de novembro de 1944. A nova regulamentação intensificava a corrida pela legalização das mais variadas organizações rurais até então estabelecidas. Dois anos mais tarde, depois dos militares tomarem o poder, José Rotta vangloriou-se para representantes estadunidenses, dizendo que sua federação de trabalhadores rurais estava em muito melhor posição do que a Ultab, quando esta regulamentação foi decretada. Isto se deve ao fato dos Círculos Operários da Igreja terem concentrado seus esforços no estabelecimento de “sindicatos em formação”, enquanto que os comunistas haviam criado associações civis. Rotta ainda afirmava que a força comunista no campo vinha de seus laços com o Ministério do Trabalho e a Supra, não do seu apelo junto aos camponeses. Rotta talvez estivesse falando sobre si mesmo, entretanto. Enquanto o democrata cristão Montoro controlou o ministério, as organizações ligadas à Igreja tinham chances muito melhores de serem reconhecidas pelo governo. Este era o plano de Montoro, como foi mostrado na reunião com padre Celso e na aparição junto a Rotta durante a manifestação do 1º de maio.⁶²

Grupos não pertencentes à Igreja criticaram a portaria de Montoro. Silva da Ultab acreditava que a regulamentação 209-A serviria aos interesses dos

⁶² A Portaria 209-A do Ministério do Trabalho foi publicada em 20 de junho de 1962. Montoro uniu-se a Rotta em uma comemoração do 1º de maio patrocinada pela Igreja em frente à Catedral da Sé, em São Paulo. Muitos oradores clamaram pela extensão dos direitos trabalhistas para os trabalhadores rurais, e Montoro prometeu sindicatos para eles. O adido do trabalho do consulado estadunidense Jack Liebof enfatizou que dez mil trabalhadores compareceram ao evento, enquanto que apenas mil apareceram na manifestação pelo dia do trabalho patrocinada pelo PCB. AmConGen, São Paulo, para a USDS. Funcionário do trabalho em exercício Richard E. Ginnold entrevistou Rotta em São Paulo, em 4 de agosto de 1964. Vide AmbEmbassy a USDS. “Rural Workers Reaction to Alliance for Progress Program” . A-370. 20 outubro 1964. LAB 10 BRAZ (1283). DS/USNA.

empregadores em vez dos empregados. Ela requeria a criação de sindicatos separados para cada uma das distintas categorias de produção – distinguindo os trabalhadores do café dos colhedores de algodão, por exemplo, mesmo que eles trabalhassem na mesma fazenda. Isto diluiu a influência que talvez os trabalhadores tivessem, se organizados em um mesmo sindicato. Ironicamente, a SRB também atacou a portaria, revelando ou uma fissura na recente solidariedade da classe dos donos de terra, ou a tradicional estratégia da SRB, de apoiar verbalmente as reformas propostas – como eles fizeram na conferência da CRB de janeiro – e então, opor-se a sua implementação. O advogado e fazendeiro Virgílio dos Santos Mangano esculhambou Montoro, alegando que seus regulamentos ignoravam o fato de que o decreto-lei número 7.038 tinha sido substituído pelo decreto-lei número 8.127, o qual garantia os direitos de organização aos trabalhadores rurais e colocava essas organizações sob o guarda-chuva do Ministério da Agricultura. Como ministro do Trabalho, Montoro não tinha direito nenhum de sindicalizar os camponeses, argumentava Santos Mangano. Ainda mais, os trabalhadores rurais não tinham maturidade e educação para dirigirem seus próprios sindicatos. Estes eram velhos argumentos, lembrando os protestos da SRB dos anos de 1940. Santos Mangano concluiu seu ataque a Montoro incitando seus colegas fazendeiros a bloquearem o registro das regulamentações. As críticas à portaria 209-A contribuíram para o crescimento das tensões entre o presidente e o seu gabinete, e Goulart tornou-se mais insistente em implementar as reformas de base e restaurar completamente o poder do presidente. Montoro e o resto do gabinete de Neves finalmente abdicaram em 12 de junho, mas o ministro fez bom uso de suas últimas semanas no gabinete. Embora Lyndolpho Silva exigisse que o ministro “reconheça a todos os sindicatos rurais sem discriminação de ordem ideológica, política ou religião”, durante seus últimos 23 dias no cargo, o ministério de Montoro reconheceu 11 sindicatos de trabalhadores rurais apenas no Estado de São Paulo, quase todos eles organizados pela ala da Igreja liderada por Rotta.⁶³

⁶³ As críticas de SILVA estão em “A portaria 209-A e a unidade dos trabalhadores”. *TL*. novembro de 1962. As de SANTOS MANGANO em “A sindicalização rural”. *A Rural*. junho de 1962. p. 71. Um editorial formalizou as reclamações de Santos Mangano como sendo a linha oficial da SRB. “Proletariado e política”. *A Rural*. agosto de 1962. p. 3. Os sindicatos formaram-se em Presidente Prudente, Assis, Guariba, Juquia, Lins, Matão, Porto Feliz, Marília, Piracicaba, São João da Boa Vista e Rio das Pedras. Eles eram afiliados a grupos chefiados por Rotta: FECOESP e a Federação de Trabalhadores Agrícolas do Estado de São Paulo (FETAESP). Os organizadores da UItab já vinham atuando nessas cidades há muito tempo, mostrando como era importante ter conexões com o ministério do trabalho. Durante o restante do ano de 1962, apenas mais cinco sindicatos rurais foram reconhecidos pelo ministério em São Paulo. Estes foram o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Capivari, Santa Bárbara d’Oeste, São Pedro e Jaboticabal. Os primeiros

A FRENTE AGRÁRIA PAULISTA

Na região de Alta Mogiana, o assistente principal de Montoro era João Carlos de Souza Meireles, filho de um importante fazendeiro e chefe político da UDN em Batatais. Em 29 de junho, Meireles viajou para Ribeirão Preto de seu escritório em São Paulo para ajudar padre Celso a organizar os sindicatos nas cidades de Orlândia e Bonfim Paulista. Junto com um representante da FNT – Frente Nacional de Trabalho, ligado à Igreja, Meireles insuflou uma multidão de mais de dois mil “homens do campo” a “unirem-se à classe trabalhadora para exigir” seus direitos a férias, horas extras e o fim de condições “calamitosas”. Uma semana mais tarde, as palavras “Frente Agrária Paulista” apareceram pela primeira vez no *Diário de Notícias*. Desde então, a FSC desapareceu das notícias, e todo o crédito pela campanha para a organização rural feita pela Igreja foi para a FAP.⁶⁴

Padre Celso serviu a FAP como presidente e João Carlos Caio Magri, um jovem advogado com carro, levou o padre para muitas das missões nas comunidades rurais. Dois outros participantes regulares eram Gasparini e Antônio Duarte Nogueira, um médico. Como Gasparini, que já havia sido membro da câmara dos vereadores, Nogueira tinha aspirações políticas. (Começando com a eleição de Gasparini em outubro de 1964 e durando até 1983, Gasparini e Nogueira foram eleitos prefeitos de Ribeirão Preto, revezando-se em mandatos consecutivos. Gasparini também foi eleito prefeito em 1989 e 2005.) A formação profissional de muitos líderes da FAP mostra que a campanha da Igreja para os camponeses, como a dos comunistas, foi construída na presunção de que eram necessários laços políticos e econômicos mais amplos. Como líder, padre Celso buscou construir redes que pudesse usar para atrair seguidores e lidar com as suas preocupações. Ele encontrou-os em Meireles, Gasparini e Nogueira.⁶⁵

Dois dias depois da primeira menção da FAP, uma explicação maior sobre a organização apareceu nas páginas do *Diário de Notícias*. Em 10 de julho, um editorial a descrevia como uma organização “integrada por líderes cristãos e democratas que estão visitando a zona rural, alertando trabalhadores e proprietários, para a necessidade de uma arregimentação de emergência para exigir do Governo Federal a política ruralista que as necessidades da nação estão

quatro estavam associados com Rotta e o último com Moraes. Vide BARROS “A organização sindical dos trabalhadores rurais”. p. 114-16.

⁶⁴ Sobre Meireles, vide BELLINI. “Respeito aos trabalhadores rurais” e “Organizou-se frente agrária estadual”. *DN*. 29 de janeiro de 1963.

⁶⁵ Sobre Gasparini e Nogueira, vide “E Ribeirão escolheu Gasparini”. *Jornal de Ribeirão*. 20-26 de novembro de 1988.

exigindo”. Referenda-se a FSC em uma maneira oculta, a editorial mencionou “alguns fazendeiros” como pessoas que “estão compreendendo a importância do movimento que atravessamos e a necessidade de um movimento de união, de todas as forças rurais, junto ao governo para exigir uma política de apoio à lavoura, como fórmula necessária para restabelecer o equilíbrio entre a cidade e o campo”. Viu a sindicalização dos trabalhadores rurais como “um grande passo para a promoção da nossa lavoura”. Algumas semanas mais tarde, Magri definiu melhor a diferença da FAP, a escrever que “a politização do trabalhador rural” foi essencial “para transformá-lo numa força autêntica do mundo agrário que no seu devido tempo pressionará os feudalismos financeiros, as rotinas e improvisações político-administrativas”. Adotando uma perspectiva similar à visão do PCB, Magri escreveu que “somente tal politização conseguirá reerguer a imensa estrutura agro-pastoril e retirá-la da fase medieval em que se encontra em nossa país”. Para Magri o sindicato não serviria para fomentar a luta de classes, mas “para evita atritos entre classes”. “Lutaremos por sindicatos rurais”, Magri escreveu, “livres de mercenários marxistas e de pelegos do capitalismo liberal”. Para a FAP, a opção foi a terceira via entre os comunistas e capitalistas.⁶⁶

Sob a direção do padre Celso, a FAP era definitivamente uma das frentes agrárias mais militantes formadas pela Igreja. As frentes no Paraná, Rio Grande do Sul e Goiás foram iniciadas pelos bispos, e viam-se como organizações de assistência social rural, similares a FSC. Seguindo a liderança de Montoro, entretanto, eles eventualmente apoiavam a formação de sindicatos de trabalhadores rurais. Por outro lado, a FAP mantinha uma perspectiva anticomunista, que a distinguia da ala mais radical da Igreja Católica: a AP – Ação Popular, um grupo de jovens que se separou da corrente mais socialmente consciente controlada pela Igreja, a AC – Ação Católica, na época. De acordo com o cientista político Neale Pearson, a AC e os aliados de Rotta viam padre Celso como “um oportunista que queria dominar as organizações rurais com as quais ele se associava”. Logo depois do golpe, um desses informantes descreveu padre Celso como “um pensador superficial sobre o problema da sindicalização rural; tudo o que ele pensa são greves e divisão de terras; ele não pensa sobre cooperativas, crédito rural e marketing”. Estas críticas revelam as forças regionais e nacionais trabalhando contra a FAP. O modo mais válido de descrever a FAP é examinar sua experiência histórica no comprometimento com os camponeses e os militantes de esquerda e de direita da região de Alta Mogiana.⁶⁷

⁶⁶ Sobre a FAP, vide PADRE CELSO. “Problemas no campo” *DN*. 10 de julho de 1962. p. 5. MAGRI. “Frente Agrária Paulista”.

⁶⁷ PEARSON. “Small Farmer and Rural Worker”. p. 247-48. Para mais informações sobre as frentes agrárias, AP e AC, vide *ibid.* p. 79-83, 223-48. Thomas C. BRUNEAU. *Catholicis-*

CONFLITOS CATÓLICOS E COMUNISTAS

A primeira prova da FAP aconteceu em Pradópolis, localizada ao sudoeste de Ribeirão Preto, um pouco ao leste de Cravinhos. Pradópolis havia sido recém-incorporada em 1960, declarando sua independência dos seus vizinhos já estabelecidos, Sertãozinho e Guariba. Batizada em honra à empreendedora família Prado, que desenvolveu uma enorme fazenda de café a partir do século 19, a cidade foi uma das primeiras da região a fazer a transição do café para a cana-de-açúcar. A primeira usina de açúcar foi construída no fim dos anos de 1940, produzindo 2.694 toneladas de açúcar e 150.350 litros de álcool em 1948. Nos anos de 1950, a fazenda e a propriedade foram vendidas para Nelson e Orlando Ometto – irmãos e pioneiros na empreitada açucareira de Piracicaba, São Paulo. Eles detinham o controle da usina e terras que a cercavam, bem como da cidade, onde eles se revezaram no posto de prefeito até os anos de 1970. Sob sua administração, a Usina São Martinho viu até 1977 um aumento de mais de mil vezes em sua produção, chegando a produzir três milhões de toneladas de açúcar e cem mil litros de álcool. De 1950 a 1977, apenas um desafio ameaçou o império dos Ometto: uma greve organizada por Moraes em 1962.⁶⁸

Moraes organizou a greve em julho, logo após encerrar a disputa em Sertãozinho. Como em Sertãozinho, o apelo de Moraes fez mais sucesso entre os cortadores de cana sazonais que viviam fora da usina. Durante a época da colheita, uma usina do tamanho de São Martinho tinha uma média de 500 trabalhadores na usina e 3 mil trabalhadores no campo; entre eles, o maior número era de cortadores de cana. Moraes também conseguiu atrair o apoio dos operários que trabalharam dentro da usina por causa do seu status de trabalhadores da indústria frente à lei trabalhista. Embora a vitória em Sertãozinho tenha dado aos trabalhadores em Pradópolis um poderoso argumento a favor do ajuste da equivalência salarial e de condições, o plano de Moraes encontrou oposição não só dos irmãos Ometto e da polícia, mas também por parte dos trabalhadores aliados a padre Celso.

mo Brasileiro em época de transição. (São Paulo: Loyola, 1974). p. 139-93; Scott MAINWARING. *The Catholic Church and Politics in Brazil, 1916-1985.* (Stanford: Stanford University Press. 1986). p. 64-66 e Reginaldo B. DIAS. *A cruz, a foice o martelo e a estrela: a tradição e renovação da esquerda na experiência da Ação Popular.* Tese (Doutorado em História). Unesp, 2004.

⁶⁸ A venda foi registrada em “Vendida uma das mais famosas fazendas de café em São Paulo”. *OESP*. 11 de abril de 1950. p. 6. Histórias mais elaboradas são encontradas em “História da Usina São Martinho” e “Pradópolis, um município integrado” em *Usina São Martinho: Elo da integração regional*. p. 2,11. Sobre a greve, vide Transcrição MORAES pt.1. p. 44-47; e Transcrição MORAES parte 3. p. 25-29. Vide “Alta Mogiana: 6 mil trabalhadores”.

Padre Celso lembra ter previsto o crescimento do movimento grevista de Moraes na região da indústria açucareira. A FAP respondeu organizando os trabalhadores da área de São Martinho. Os líderes da FAP queriam ajudar os trabalhadores a melhorarem suas condições, mas ao mesmo tempo evitar o crescimento da influência do PCB na região. Preocupações políticas e a falta de experiência levaram a FAP a formar alianças com os contratadores – conhecidos como “gatos” – invés de tratar direto com os trabalhadores que eles empregavam. Alguns trabalhadores eram empregados permanentes, e viviam dentro da propriedade da usina, mas a maioria dos cortadores de cana era transportada para o campo todos os dias pelos gatos. Sendo os donos dos caminhões usados para transportar a cana do campo para a usina, os gatos organizavam e comandavam grupos de trabalhadores, que eles traziam para os canaviais das cidades vizinhas. Embora mais próximos dos trabalhadores do que os donos dos canaviais, os gatos preenchiam o papel de gerentes intermediários na estrutura da indústria açucareira brasileira. A Igreja desenvolveu influência junto a esse grupo, enquanto que Moraes dizia-se representante dos interesses dos próprios cortadores.⁶⁹

Orientados por padre Celso, os gatos disseram aos trabalhadores que esperassem que os Ometto oferecessem salários e condições competitivas. Se os Ometto recusassem, padre Celso aconselhou-os a entrarem na justiça de Ribeirão Preto para solicitarem vencimentos justos. Moraes, entretanto, mostrava-se tipicamente impaciente com tais táticas. Ele acreditava que, quando viesse o momento de agir em grupo, tudo deveria acontecer rápida e decisivamente. Quando um grupo de quase mil cortadores entrou em greve, ele não se surpreendeu quando um outro grupo, leal aos contratadores, continuou a cortar. Incentivado por Moraes, os grevistas invadiram os campos, forçando os outros a pararem de trabalhar e aderirem à greve ou caírem fora. “É errado, mas precisou fazer”, disse Moraes. “Quer dizer, jogar a massa contra a massa. A turma entraram neles de pau, foram todo mundo, fizeram correr, fizeram eles abandonar o serviço e fizeram eles parar na marra. Ou vocês param ou então apanham. Era muita gente (...) Aí houve a greve”. Do campo, o grupo marchou para dentro da usina, e os operários pararam de processar a cana, em solidariedade aos cortadores. Algo em torno de 300 homens, mulheres e crianças armados de facões e da convicção da justiça de sua luta, invadiram o pátio da usina. Embora a polícia tenha chegado de diversas cidades da região, os irmãos Ometto não queriam confronto. De acordo com Moraes, nem queira a polícia,

⁶⁹ “História da Usina São Martinho”. Sobre os gatos em Pernambuco, vide SIGAUD. *Os clandestinos e os direitos*. p. 49-82. Vide transcrição MORAES, parte 1. p. 28-29.

que parecia consciente da justiça da causa dos manifestantes.⁷⁰ Face a esses dramáticos acontecimentos, Orlando Ometto estava especialmente ansioso para negociar um acordo. Quando Moraes, Halah e uma comissão de trabalhadores se encontraram com ele, este aceitou o mesmo acordo feito em Sertãozinho, e escreveu um contrato para abalizar suas palavras. Significativamente, Ometto concordou em abolir o sistema dos gatos, contratando diretamente os cortadores como empregados da usina. Este foi um avanço notável, representando a abolição de um dos aspectos mais exploratórios da indústria açucareira.⁷¹

Para padre Celso, as derrotas enfrentadas nas guerras do açúcar em Sertãozinho e Pradópolis significavam que a FAP necessitava de uma mudança de estratégia. Padre Celso entendeu que a organização necessitaria construir apoio entre os trabalhadores de forma vagarosa e cautelosa, de modo a contra-atacar a influência comunista. Em agosto, o grupo reorientou seu trabalho para o desenvolvimento de “líderes naturais”. Certas formas de comportamento ajudariam a identificar tais líderes, disse padre Celso. “É aquele que de repente tem coragem de falar, de perguntar, de discutir muitas vezes, de tentar explicar para os outros aquilo que eu falava que os outros não entendiam, ele mesmo tomava a palavra. E, o fato dele voltar na segunda reunião, voltava na terceira, os outros falhavam e ele vinha sempre, não falhou mais”. Padre Celso imaginou que levaria um ano para encontrar e treinar tais líderes, e mais um ano para institucionalizar sindicatos camponeses e preparar o terreno para a luta. Líderes naturais ajudariam a estabelecer “um sindicalismo autêntico e não mutilado”, ele escreveu. Autênticos sindicatos promoviam “o homem da roça e sua integração na sociedade do trabalho, da escola, da civilização, da cultura”. Este tipo de sindicato iniciou-se com “a politização integral dos trabalhadores da roça”, não com a formação de sindicatos preocupados apenas com a luta por salários mais altos. O objetivo não foi a sindicalização em si, mas “o solidarismo humano e cristão a fim de conseguir uma reforma profunda na própria estrutura rural”. Em outras palavras, padre Celso pretendia tirar a ênfase da sindicalização, favorecendo, em vez disso, o aumento da consciência dos camponeses, sua incorporação sociopolítica e a construção da sociedade de bem-estar para todos. Tal estratégia refletia o repúdio da regra comum, que dava mais importância, na época, à sindicalização.⁷²

⁷⁰ Transcrição SYLLOS. p. 23-25; Transcrição MORAES parte 1. p. 45.

⁷¹ Transcrição MORAES parte 1. p. 1, p. 46-47, parte 3. p. 26-28; e “Alta Mogiana: 6 mil trabalhadores”. Entrevista com HALAH; e Túlio Marco Rampazzo (advogado da Usina São Martinho, 1950-1952), entrevistado pelo autor, Pradópolis, 23 de julho de 1991.

⁷² Transcrição SYLLOS. p. 6. Gilberto BELLINI. “FAP administrará cursos a camponeses: Trabalhadores serão recepcionados dia 9”. *DN*. 23 de agosto de 1962. p. 8; e Padre Celso. “Sindicalização Rural”. *DN*. 13 de outubro de 1962. p. 2.

Padre Celso apresenta uma narrativa idealizada de como a FAP colocou essa mudança de direção em prática. Diferentemente de Moraes, padre Celso diz ter evitado os bares de esquina. Em vez disso, os organizadores da FAP se encontravam com os trabalhadores rurais nas encruzilhadas, onde alguns tinham a tendência de se reunirem durante os domingos, para venderem produtos e trocarem notícias. Quando Magri e padre Celso se dirigiam aos trabalhadores rurais, eles partiam da suposição de que os camponeses estavam desesperados e cansados de suas vidas. “Nada mudou nesse tempo todo”, lembra ter dito. “Trabalhando de sol a sol é a vida de vocês. Vocês não têm nem documento de trabalho, o fazendeiro faz o que quiser de vocês”, continuava. Eles retornaram aos mesmos lugares, rodando de semana em semana, falando aos trabalhadores por toda a região de Alta Mogiana. Artigos do *Diário de Notícias* mostram que padre Celso e Caio Magri visitaram repetidamente Cravinhos, Brodósqui, Batatais, São Joaquim da Barra, Igarapava, Franca, Jardinópolis e ainda outras cidades. Como conta padre Celso, foi apenas depois que ele e Caio Magri ganharam a confiança dos ouvintes que o assunto dos sindicatos foi levantado. “Então”, padre Celso lembra ter dito, “vocês têm que se unir porque união é força”.

A reportagem da época revela uma história diferente, entretanto. Uma manchete da primeira aparição da FAP em Jardinópolis, por exemplo, diz: “Trabalhadores rurais buscam sua promoção: Mulheres da roça também querem sindicato”. No artigo, afirma-se que 400 trabalhadores “vibravam com o movimento desencadeado pelo padre Celso em busca da sindicalização” (Dentre os mais ansiosos pela formação de um sindicato, estava uma senhora que trabalhava como catadeira de algodão.) Aparentemente, não era necessário evitar falar em sindicalização, como afirmou mais tarde padre Celso. Certamente, era mais fácil para o padre Celso do que fora para Moraes. Moraes tendia a evitar o assunto nas reuniões. Em vez disso, falava nas vantagens da solidariedade, e raramente sentia-se seguro o suficiente para revelar sua afiliação ao PCB. A batina de padre Celso anunciava sua subordinação a uma alta autoridade, assegurando aos camponeses que, como padre católico, ele não poderia ser comunista, mesmo se falasse de sindicatos. A Igreja associava constantemente o comunismo com o demônio; os fazendeiros faziam o resto, associando os sindicatos ao comunismo. Então, como explicaram padre Celso e Moraes, para muitos camponeses os organizadores de sindicatos estavam a serviço do demônio, e muitos trabalhadores, conseqüentemente, evitavam-nos. Padre Celso, ecoou Moraes quando dizia que um dos problemas maiores foi superar o medo dos camponeses. “Eles tinham medo dos seus chefes e medo do comunismo. Como eu era padre, era mais fácil superar a [última] objeção”.⁷³

⁷³ Transcrição SYLLOS. p. 6, 89; e Antônio Crispim da CRUZ, transcrição da entrevista do autor, Ribeirão Preto, 31 de março de 1989, AEL/Unicamp. Sobre Jardinópolis, vide “Tra-

CÍRCULOS DE POLITIZAÇÃO

Durante essas viagens pela estrada, padre Celso e Magri identificaram um grupo de indivíduos aparentemente dotados de habilidades naturais de liderança. No domingo, 9 de setembro, a FAP convidou-os para se reunirem na sede da organização, na Rua São Paulo, 716, em Ribeirão Preto, para estudar formas de transformar a sua situação e estabelecer sindicatos rurais. Durante o restante do ano, um número cada vez maior de camponeses compareceu às outras nove reuniões dominicais dos “círculos de politização” do escritório da FAP. Como parte da primeira sessão, os líderes receberam serviço de atendimento médico – de médicos e dentistas que doavam seu tempo à FAP – e assistiram a aulas de doutrina social da Igreja, leis trabalhistas e de sindicalização rural. A ênfase dada à sindicalização não corresponde às reminiscências de padre Celso sobre o plano da FAP. Embora ele falasse de um processo em etapas – primeiro líderes e depois sindicatos – os dois, na verdade, parecem ter andado de mãos dadas. O artigo anunciando a primeira reunião da FAP revela outra ideia errônea, insistindo que a escola da FAP “não aceita interferência de maneira alguma, de partidos políticos, candidatos ou pessoas diretamente interessadas nas eleições”. A presença do vereador e aspirante a deputado estadual Gasparini contradiz essa afirmação. Ainda assim, é interessante considerar a intenção irônica dessas contradições. Os dirigentes da FAP queriam apresentar a organização ao público como uma instituição “pura”, não “corrompida” pelos partidos políticos – mesmo que ela estivesse “politizando” os trabalhadores.⁷⁴

Apesar desses passos bem considerados, e do aumento do apoio federal para a sindicalização rural, o trabalho de padre Celso seguia passos imprevi-

balhadores rurais buscam sua promoção: Mulheres da roça também querem sindicato”. *DN*. 11 de julho de 1962. p. 5-6. Sobre a recepção de comunistas e católicos, vide Transcrição MORAES parte 1. p. 47-65; e Transcrição SYLLOS. p. 14-15.

⁷⁴ Transcrição SYLLOS. p. 82-84. A primeira reunião local foi anunciada em Gilberto BELLINI. “FAP administrará cursos a camponeses: Trabalhadores serão recepcionados dia 9”. *DN*. 23 de agosto de 1962. p. 8. Representantes das seguintes 19 cidades confirmadamente compareceram à reunião: Cravinhos, Bonfim Paulista, Orlândia, Serra Azul, Guairá, Sales Oliveira, Brodóqui, Guataparã, Dumont, Domingos Vilela, São Simão, Luís Antônio, Altinópolis, Santo Antônio de Alegria, Jardinópolis, Sertãozinho, Pontal e Batatais. A última reunião de 1962 foi registrada em “Frente Agrária reuniu camponeses: Dom Ângelo prestigia o movimento”. *DN*. 25 de dezembro de 1962. p. 8. Participando do décimo quarto círculo, que aconteceu em 21 de abril de 1963, estavam 34 líderes rurais de sete cidades distintas: Batatais, Cravinhos, Sales Oliveira, Bonfim Paulista, Jardinópolis, São Simão e Ribeirão Preto, que se juntou ao grupo. Vide “FA está em plena ação lutando pela promoção do trabalhador rural”. *DN*. 23 de abril de 1963. p. 5-6. Um sindicato de Ribeirão Preto que era leal a padre Celso havia se organizado no ínterim e tinha se afiliado a frente no sábado, dia 2 de março de 1963. Vide “Instalou-se a Frente Agrária Regional: A primeira diretoria foi empossada”. *DN*. 5 de março de 1963. p. 8.

síveis no fim do ano de 1962 e início de 1963. Confrontos de todos os tipos cresciam na região, com um dos incidentes que obteve maior publicidade acontecendo em Jardinópolis. Como padre Celso havia descoberto em julho, um grupo misto de colonos, cortadores de cana, colhedores de algodão e trabalhadores da fazenda estavam ansiosos para organizarem um sindicato. Padre Celso talvez tenha tentado adiar o estabelecimento de um sindicato até que os líderes tivessem sido identificados e treinados, mas outros grupos não dividiam suas prioridades, e forçaram a FAP a agir mais rápido. Confrontos estagnaram várias das reuniões que a FAP organizou em Jardinópolis, incluindo a primeira, dificultada pela suspeita aparição de “duas possantes motoniveladoras”. Mesmo sendo domingo, as máquinas trabalhavam furiosamente, fazendo um “tremendo barulho” no, até então, tranquilo lugar. Uma reportagem do *Diário de Notícias* não identificou os responsáveis pelo barulho, mas especulou que a culpa fosse talvez dos “proprietários inconformados com esta campanha”, ou das autoridades da cidade, que se opunham às atividades da FAP. Dois meses mais tarde, na terceira visita registrada à cidade, o *Diário de Notícias* deu nomes. O presidente da Câmara dos Vereadores, Olímpio Freiria Filho, e o advogado Holanda Noir Tavella, ex-assessor jurídico de Nazareno Ciavatta afiliado do sindicato da Ultaf de Ribeirão Preto, pareciam estar por trás das dificuldades da FAP em Jardinópolis.⁷⁵

A FAP alega ter iniciado o movimento pela sindicalização rural em Jardinópolis, mas no domingo, 2 de setembro, na reunião agendada para eleger os representantes para o sindicato em construção, Freiria Filho e Tavella tomaram a liderança e tentaram desautorizar os ativistas da FAP. Embora Tavella antes estivesse ligado ao PCB, ele e Freiria Filho aparentemente pareciam estar agindo independentemente. Tavella tinha experiência no movimento, e tanto direito de estar presente quanto padre Celso. Devido à FAP ter escolhido como local para o evento a Prefeitura, não havia razão para Freiria estar indisponível no momento. Sentados lado a lado à mesa estavam padre Celso, Magri e Eréas de Oliveira Vianna, o advogado da FAP. Freiria Filho e Tavella encarando em torno de 200 camponeses, na sua maioria de pé.

Tavella presidiu, passando por cima dos procedimentos, aceitando nomeações para presidente e secretário do sindicato. O correspondente do *Diário de Notícias*, Gilberto Bellini, escreveu que:

dois senhores, trabalhadores rurais, foram colocados nos dois referidos postos; porém, lá ficaram mudos e impassíveis, enquanto o Dr. Tavella

⁷⁵ A reunião do dia 8 é registrada em “Trabalhadores rurais buscam sua promoção”. e Tavella aparece em Gilberto BELLINI. “Camponeses querem sindicato em Jardinópolis: FAP continuará apoiando o movimento iniciado”. *DN*. 5 de setembro de 1962. p. 6.

usando da palavra iniciou novas explicações a respeito do Sindicato como estivesse divagando um pouco.

Logo depois, Freiria Filho começou a ler em voz alta o estatuto do sindicato, mas “após cerca de 20 minutos, quase ninguém dentro da sala se interessava mais pela leitura”, o Bellini relatou. “Alguns trabalhadores se retiraram, outros sentaram e outros ainda fizeram rodinhas discutindo outros problemas enquanto o Sr. Freiria Filho diligentemente lia”. Finalmente, padre Celso falou, denunciando os estatutos lidos por Freiria Filho como sendo desatualizados, afirmando ser urgente a nomeação de um chapa de dirigentes. No olhar do Bellini, “Quando padre Celso iniciou seu discurso, todos trabalhadores que estavam sentados se levantaram, os que estavam nas imediações voltaram e se aproximaram do orador”. Eles aplaudiram sua moção, mas Tavella e Freiria Filho a rejeitaram. Acostumado com os trabalhadores, Freiria Filho protestou dizendo que não havia quorum daqueles que haviam assinado o pedido patrocinado pela FAP para realizar a reunião. Nesse momento, Magri pediu um recesso e uma nova assembleia para o dia 23 de setembro, na igreja local, onde o Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura, da Pecuária e da Indústria Rural seria formado. Quando Tavella tentou matar a moção, mas “os presentes iniciaram tão grande manifestação de solidariedade ao [padre Celso] que nada pôde ser entendido” e Tavella desistiu. Três semanas mais tarde, a FAP levou a cabo o plano do Magri, sem interferência.⁷⁶

A história de Jardinópolis demonstra a interação de diversas forças. Notícias sobre os movimentos sociais no campo e seus sucessos se espalharam pela região de Alta Mogiana. Padre Celso aparecia na cidade e oferecia apoio e proteção da Igreja na fundação de uma organização. Um número significativo de trabalhadores rurais, algo em torno de 30 homens e duas mulheres, aplaudiam a ideia e mostravam interesse suficiente, coragem e alfabetização para assinar uma nota pública – publicada no jornal local e no *Diário de Notícias* – anunciando seu desejo de formar um sindicato. Políticos locais tentavam impedir, mas demonstravam-se ineptos, e a Igreja conseguia completar seu plano. Na narrativa, os desejos dos trabalhadores parecem se modelar à história, e ainda assim a maioria deles aparece apenas como espectadores, aplaudindo aqui, olhando ali, sem sua própria voz. Os nomes do bravo grupo de peticionários estão documentados, mas um dos principais registros deixados atrás é de um grupo de seguidores ainda em busca de um líder de confiança que poderia falar no nome deles.

⁷⁶ O registro de BELLINI sobre esse encontro está em “Camponeses querem sindicato em Jardinópolis”. O início da reunião da FAP, mostrando ao público os nomes daqueles que assinaram está em BELLINI. “Camponeses elegerão diretoria: FAP apoia a criação do sindicato”. *DN*. 31 de agosto de 1962. p. 6. Paulo Freitas da Silva foi o primeiro presidente do sindicato de Jardinópolis.

CRESCE A OPOSIÇÃO AOS FAZENDEIROS

Enquanto que a FAP e a Ultab lutavam para construir sua legitimidade na liderança do movimento camponês colocando os trabalhadores a cargo do movimento, a SRB cultivava a imagem dos camponeses como sendo seguidores ignorantes. Desde as primeiras discussões de sindicalização rural na época de Vargas, a SRB sustentava que os trabalhadores tinham muito pouca educação, formação e preparação para administrarem suas próprias organizações. No contexto da Guerra Fria, a situação política em 1962 intensificou os ataques dos fazendeiros. Para eles, os camponeses eram tão indiscriminados na sua escolha de líderes que os sindicatos serviriam apenas ao propósito dos comunistas para fomentar a luta de classes, promover a “anarquia rural” e criar um estado de caos, gerando mais poder para o PCB. Para apoiar esses argumentos, a SRB desenvolveu uma história conveniente, ainda que incorreta, sobre a experiência estadunidense. Um editorial da SRB alegava que “dispondo de um proletariado agrícola com baixíssima porcentagem de analfabetos, nem assim admitiram os Estados Unidos a sindicalização rural”. Os estadunidenses com seu “espírito prático” eram espertos o suficiente para entender que sindicatos poderiam ter uma influência desestabilizadora no setor agrícola, base da sua economia nacional. Sob esta luz, era mais que absurdo que o Brasil cogitasse a sindicalização de seu campesinato, com sua falta de educação, que o fazia suscetível à manipulação de “forças subversivas”. Em fato, a sindicalização rural não era proibida nos Estados Unidos, mas sim deixada de fora das primeiras leis trabalhistas, como a Lei Wagner – uma situação não muito diferente dos silêncios sobre o trabalhador rural na CLT brasileira. Só que, na lei comum praticada nos EUA, a não estar dentro não significa estar proibida, como na lei romana praticada no Brasil. Ironicamente, na mesma época em que a SRB estava negando a existência de tal movimento nos Estados Unidos, o movimento dos trabalhadores rurais estava preste a entrar em sua era mais ativa e bem sucedida de militância. Em 1962, depois de muitas décadas de luta, ascensão e queda de várias organizações, o famoso líder sindical estadunidense César Chávez, fundou a *National Farm Workers' Association* (Associação Nacional de Trabalhadores Rurais).⁷⁷

A oposição da SRB à sindicalização rural parecia particularmente forçada no fim de 1962, devido ao poder do Presidente João Goulart e ao medo da

⁷⁷ A crítica a SRB foi colhida de Ellen Bromfield GELD. “Sindicalização dos operários rurais”. *A Rural*. agosto de 1962. p. 12; Editorial “As classes produtoras e a situação política” *A Rural*. janeiro de 1963. p. 3. Para uma pequena história sobre a organização dos trabalhadores rurais nos Estados Unidos, e da Califórnia em particular, vide Cletus E. DANIEL. “Cesar Chávez and the Unionization of California Farmworkers”. Daniel CORNFORD (org) *Working People in California*. (Berkeley: University of California Press 1995). p. 371-404.

SRB de perder sua influência na vindoura eleição de outubro para os cargos de governador e deputado. Em setembro, o congresso cedeu à exigência de Jango, de um plebiscito sobre a readoção do presidencialismo. Eles também garantiram o direito de nomear um primeiro-ministro interino e um gabinete, sem submeter seus candidatos à aprovação do Senado. O curso dos acontecimentos preocupava profundamente e ofendia os líderes da SRB. Seu ex-presidente, Renato Costa Lima, mal tinha sido nomeado ministro da Agricultura, pelo primeiro-ministro, Francisco de Paula Brochado da Rocha, que estava no poder depois da saída de Tancredo Neves, em julho, quando foi forçado a se afastar, com a dissolução do gabinete em setembro. Em uma estratégia de confronto após outra, Goulart ameaçou usar seus poderes executivos para pôr em prática alguns aspectos do seu programa de reformas básicas, forçando o congresso a tomar medidas concretas no sentido de aprovar legislação, inclusive uma variedade de medidas relacionadas à reforma agrária. Os líderes fazendeiros da SRB chamavam de demagogos aqueles políticos que apoiavam a reforma agrária e a sindicalização rural. Eles eram os subversivos, que manipulavam perigosamente as massas sem educação. A hostilidade expressa em relação aos políticos populistas, em 1962, contrastava enormemente com as táticas de construção de coalizão adotadas pela Faresp e alguns membros da SRB no contexto da marcha da Produção de 1958. Sua mudança de postura refletiu o aumento da independência dos políticos pró-trabalho. Ao menos em algumas partes de São Paulo – incluída a região de Alta Mogiana – os populistas não mais dependiam, para vencer, de alianças com o poder conservador instituído. Isso era especialmente verdade em São Paulo, onde os defensores dos trabalhadores rurais Luciano Lepera e Luís Tenório de Lima (ambos comunistas) ganharam a eleição para a Câmara dos Deputados sob a sigla do PTB. Estas vitórias e outras, incluindo a eleição para governador de Pernambuco de Miguel Arraes, defensor do trabalho rural, prometiam um apoio governamental significativo para as exigências dos camponeses e menos necessidade de compromisso entre os militantes trabalhistas e os conservadores do PSD e da UDN.⁷⁸

⁷⁸ Infelizmente, oponentes desafiaram os mandatos de Lepera e Tenório de Lima, e também de mais dois deputados federais e estaduais. Em 21 de novembro, o Tribunal Superior Eleitoral declarou suas eleições nulas. Eles foram acusados de serem membros do PCB e inelegíveis, mesmo tendo concorrido pela sigla do PTB. Vide “Eleitos candidatos populistas”. *TL*. Novembro de 1962. p. 4; e AmConGen, São Paulo para USDS. “Communists Candidates Barred from Office”. A-160, RG 59, DF 732.00/11-2962, DS/USNA. Em Goiás, o primeiro presidente da Ultab, Geraldo Tibúrcio, foi eleito vereador em Anápolis e José Porfírio da Paz foi eleito deputado estadual. Vide “Bartolomeu reeleito em Amaro Leite”. *TL*. fevereiro de 1963. p. 6. Os Estados Unidos estavam preocupados com a inclinação à esquerda da política brasileira, mas acreditavam que o governo brasileiro “continuará... a ser um parceiro dos Estados Unidos”. AmEmbassy, Rio de Janeiro para USDS. “Some Election Results and First

Como nos Estados Unidos, uma combinação de pressão social e mudança nas políticas públicas foram importantes para o movimento camponês e, no fim de 1962, as duas convergiram para inspirar uma nova série de reformas, que desafiaram os protestos da SRB. Em novembro, por exemplo, o ministro do Trabalho João Pinheiro da Silva Neto lançou uma nova regulamentação, para a formação de sindicatos rurais, substituindo aquelas do seu predecessor, com regras que tanto padre Celso quanto Lyndolpho Silva pensavam ser de mais fácil implementação. Um político de Minas Gerais e confidente de Goulart, Pinheiro Neto, tornou-se figura-chave no debate da reforma agrária desta época, até o golpe militar. Enquanto os representantes da Embaixada dos Estados Unidos viam Pinheiro Neto como ingênuo e facilmente ludibriado pelos comunistas, o próprio Pinheiro Neto acreditava na importância do PCB e viria a ser um aliado útil no esforço de Goulart no sentido de realizar reformas estruturais que finalmente reduziriam o apelo da retórica revolucionária junto às massas. Suas portarias agradavam ao PCB no que tange a eliminação da necessidade de formar sindicatos separados para cada tipo de atividade agrícola, que constava das regulamentações de Montoro. Entretanto, a portaria número 355-A, de 20 de novembro, que implementou decreto-lei número 7.038, de 1944, dividia o trabalho rural em duas grandes categorias: indústrias extrativas (madeiras e de mineração), pecuária, agrícola e produtores autônomos (parceiros e arrendatários). Em uma crítica implícita às regulamentações editadas pelo ex-ministro Montoro, padre Celso escreveu, “agora, com a nova Portaria, tudo parece ser simplificado, e a intenção evidente do governo é facilitar a organização das classes rurais”.⁷⁹

Uma segunda portaria, número 356-A, de 21 de novembro, incluía instruções passo a passo para elaborar a primeira reunião, divulgar a primeira reunião, realizar uma eleição, registrar os membros, elaborar estatutos e submeter a papelada para reconhecimento oficial do Ministério do Trabalho, inclusive

Thoughts Thereupon”. A-508, RG 59, DF 732.00/11-562, DS/USNA. Para as mudanças na sorte de Goulart e da reforma agrária, vide FERREIRA e BENJAMIN. *Goulart*. p. 1513-14; CAMARGO. *A questão agrária*. p. 202; “Renato da Costa Lima no ministério da agricultura”. *A Rural*. agosto de 1962. p. 4-6; e “Discurso do sr. Renato da Costa Lima”. *A Rural*. abril de 1963. p. 8-9.

⁷⁹ Vide cópia da Portaria 355-A em “Regulamenta a sindicalização rural”. *TL*. dezembro de 1962. p. 4. e As atitudes dos Estados Unidos em relação a Pinheiro Neto estão registradas em AmEmbassy, Rio de Janeiro para USDS. “Conversations with João Pinheiro Neto” e “Evaluation of Minister of Labor”. A-505 e A-506. 5 de novembro de 1962. RG 59, DF 832.06 (2416). DS/USNA. As reflexões de Pinheiro Neto sobre a época podem ser encontradas em *Jango: Um depoimento pessoal*. (Rio de Janeiro: Record. 1993). Vide Mônica KORNIS e Leda SOARES. “Pinheiro Neto, João”. *DHBB*. p. 2738-40. Para padre Celso, vide “Sindicatos na roça”. *DN*. novembro de 1962. p. 2.

modelos de formulários e uma amostra de hipóteses de acontecimentos. Um suplemento especial de quatro páginas da edição de fevereiro de 1963 de *Terra Livre* continha cópias de todos estes documentos e formulários, com lacunas em branco para o preenchimento dos nomes das pessoas, lugares e datas, bem como um resumo das instruções para o processo completo.⁸⁰

Depois de tantos anos de obstáculos, as novas regras deixaram as barreiras abertas para qualquer um que pudesse juntar um mínimo de 50 trabalhadores rurais vivendo e trabalhando na mesma área municipal. Sob essas regras que continuaram valendo até junho de 1963, mais de cem sindicatos foram reconhecidos nacionalmente, com 20 adicionados à lista somente em São Paulo. Nesse meio tempo, centenas de outros começaram a se organizar seguindo os procedimentos de reconhecimento formal. As novas regras trouxeram a primeira grande colheita de frutos das sementes plantadas por João Guerreiro Filho e outros nos anos de 1940.

A SUPRA SE ESTABELECE

O ano terminou com vantagens adicionais para a campanha camponesa. Dezembro viu a criação de duas novas instituições, uma agência governamental e uma organização cívica, cada uma destinada a ter papéis principais no movimento dos trabalhadores rurais de São Paulo. Para apressar a agenda de implementação das reformas de base, a administração de João Goulart pediu o aumento dos poderes do executivo para decretar leis relacionadas com a legislação do trabalho rural, o controle dos arrendamentos, desapropriação de terra e a criação de uma agência para administrar esses projetos. Temendo uma perda de controle sobre a reforma agrária, o congresso tentou acomodar Goulart, ao determinar a criação da Supra, uma agência promovida inicialmente pelo gabinete de Tancredo Neves, em fevereiro. Em dezembro, o ex-secretário da agricultura do governador Brizola, o nacionalista João Caruso, tornou-se o primeiro superintendente da Supra. A revista da SRB alertava os fazendeiros: o aspecto “mais importante e perigoso” da Supra era seu dever de encorajar a “equidade social”, ao “promover a justa distribuição de propriedade, atrelando seu uso ao bem-estar social”. Com a contínua procrastinação do congresso sobre a reforma agrária, Caruso mandou estabelecer o Departamento de Promoção e Organização Rural (Depror), de modo a encorajar o crescimento de

⁸⁰ Vide Portaria 356-A em “Instruções para a organização de sindicatos rurais”. *TL*. fevereiro de 1963. suplemento especial. BARROS, “A organização sindical”. contem tabelas úteis sobre as associações e sindicatos rurais formados e reconhecidos entre 1955 e 1964.

associações de camponeses e sindicatos de trabalhadores rurais, grupos que ele esperava que apoiassem o pacote de reformas básicas. Durante o ano seguinte, a Supra viria a desempenhar um papel central entre os movimentos sociais no campo brasileiro.⁸¹

Dezembro também viu a FAP fazer uma audaciosa jogada para se colocar em direta competição com a Federação dos Círculos de Trabalhadores de Rotta. No dia de Natal, Souza Meirelles, padre Celso e um grupo de padres do mesmo pensamento, simpatizantes e líderes do movimento sindical dos trabalhadores rurais, se encontraram no colégio São Bento, em São Paulo, para formar uma organização estadual. Esperavam que uma presença estadual colocasse a FAP a par do novo e santificado movimento trabalhista rural. Neale Pearson alega que a FAP “nunca foi capaz de construir uma organização forte”, culpando os conflitos pessoais e a pouca quantidade de pessoal. Talvez tenha sido verdade em outras partes do estado, mas na sua base na Alta Mogiana, a FAP era extremamente forte. Para ajudar a organização estadual, o grupo local de padre Celso mudou seu nome para Frente Regional de Ribeirão Preto, em março de 1963, instalando um novo corpo de diretores. Os novos dirigentes refletiam o aumento da polarização entre os grupos de ativistas trabalhistas e os fazendeiros, pois somente restou o Souza Meireles – um filho de fazendeiro – de ligação direta com a classe dos proprietários de terras. Igualmente, nenhum trabalhador rural sentou-se à mesa da direção. Havia apenas acadêmicos, jornalistas, estudantes, políticos e o presidente de honra, o arcebispo Ângelo Rossi, o prelado que substituiu o falecido Dom Luís. Diplomáticamente, a diretoria também incluiu um representante da polícia local, Zenon Batista Sitrangulo. Em uma fotografia da reunião, um cartaz proclama “A Paz é Fruto da Justiça”. Dessa maneira, no início de 1963, padre Celso estava no lugar certo para tomar vantagem da enxurrada de novas leis, instituições e forças políticas favorecendo, assim, a dramática expansão do movimento camponês.⁸²

⁸¹ A Supra havia sido criada no dia 11 de outubro de 1962, pela lei delegada número 11, que foi regulamentada pelo decreto-lei número 1878-A, de 13 de dezembro. Ela combinava departamentos de diversos ministérios, incluindo a SSR, o Instituto Nacional de Imigração e Colonização, o Conselho Nacional de Reforma Agrária e o Estabelecimento Rural de Tapajós (a antiga plantação de borracha da Ford). A começar em 1963, o Depror trabalhou com a Consir, Comissão Nacional de Sindicalização Rural, para fortalecer a sindicalização rural. Vide CAMARGO. *A questão agrária*. p. 202-207. e Leonide Sérvolo MEDEIROS e Brás José de ARAÚJO. “Superintendência da Política Agrária (Supra)”. *DHBB*. p. 3284-3285. O alerta da SRB está em “Leis delegadas nos. 8, 9, 10 e 11”. *A Rural*. dezembro de 1962. p. 5.

⁸² Sobre a fundação da FAP estadual, vide “Líderes sindicais rurais chegaram a diversas conclusões classistas”. *DN*. 11 novembro de 1962. p. 12. Gilberto BELLINI. “Cria-se em São Paulo a FAP (estadual): Interior está participando das reuniões”. *DN*. 4 de dezembro de 1962. p. 6; e “Organizou-se Frente Agrária Estadual”. *DN*. 29 janeiro de 1963. p. 6. Sobre a FAP

O mesmo não se pode dizer de Moraes e da Ultab. Enquanto as fortunas do grupo da Igreja cresceram, os grupos comunistas pareciam declinar. A manchete de março de *Terra Livre* anunciava em letras garrafais que a polícia ameaçava prender “o líder camponês Irineu de Moraes”. Moraes acusou o Deops, agora dirigido pelo recentemente eleito governador Adhemar de Barros, de persegui-lo. Contava ter que se disfarçar toda vez que viajava de ônibus de uma reunião de trabalhadores para outra, porque a polícia estadual havia começado a parar os ônibus na estrada para capturá-lo. Quando estava na cidade ou com os trabalhadores, Moraes estava “protegido pela massa camponesa”. Sem dúvida, em fevereiro, a SRB registrou um pedido a Barros para “prevenir o alastramento da desordem que se quer implantar nesta unidade da Federação, impedindo a ação dos elementos revolucionários extremistas que a chefiam”. Mário Bugliani, um cortador de cana que se tornou presidente do sindicato de trabalhadores rurais de Pontal, que Moraes havia ajudado a criar, sofreu ameaças parecidas. O delegado de Pontal, Ítalo Pachioni, ameaçou prender 42 famílias que marchavam para reclamar contra demissões da usina Bela Vista em razão de atividades sindicais, e chamou um contingente da polícia de Ribeirão Preto, armado com rifles e metralhadoras para ajudá-lo. Dessa maneira, enquanto um delegado sentava com padre Celso na diretoria da FAP, outros membros da polícia se moviam para suprimir os militantes da Ultab. “Sindicato rural ali só forma o dos padres”, *Terra Livre* citou o delegado de Altinópolis. “Camponês não tem direito de formar sindicato, porque os camponeses são comunistas”.⁸³

Esta reviravolta transpirou, como havia sido previsto pelos reformistas. O caminho reformista para a mudança estrutural no campo foi a revolução “branca”, que ajudaria a impedir uma revolução “vermelha”. Como a campanha para a sindicalização tornou-se mais oficial e formalizada, os militantes comunistas foram marginalizados e tornaram-se alvos para a repressão. Ainda assim, os tempos haviam mudado, pois a repressão parecia esporádica, em vez de sistemática, como no passado. É bastante notável que Moraes se sentisse seguro na cidade e entre os camponeses, pois significa que o Deops estava limitado a operar em estrada aberta, fora da jurisdição das autoridades locais. Ainda mais, haviam sido as condições excepcionais em que Adhemar de Barros havia sido eleito, e suas alianças com os fazendeiros, que haviam ativado o Deops. A histó-

regional, vide “Instalou-se frente agrária regional: A primeira diretoria foi empossada”, *DN*. 5 de março de 1963. p. 8. De acordo com Syllos, pouco sobrou da carreira política de Sousa Meireles, embora mais tarde ele tenha tornado-se um bem sucedido barão de terra no Estado do Amazonas. Transcrição SYLLOS. p. 82-83.

⁸³ Sobre a perseguição de Moraes e a situação em Pontal e Altinópolis, vide “Ribeirão Preto: líder camponês Irineu de Moraes ameaçado de prisão”. *TL*. março de 1963. p. 8. Sobre Barros e a SRB, vide *A Rural*. fevereiro de 1963. p. 32, citada em STOLCKE. *Coffe Planters*. p. 113.

ria de Bugliani, de confronto em Pontal, terminou não com a prisão em massa dos camponeses, mas com a polícia de Ribeirão Preto, reconhecendo o fardo das famílias despedidas. A polícia “ajudou-os a arranjar serviço, levando-os de caminhão para as fazendas, desmascarando totalmente o delegado reacionário”. Aparentemente, o delegado Sitrangulo viu-se do lado da justiça, em vez de simplesmente como um partidário da FAP. Um mar de mudanças havia modificado as relações sociais no interior de São Paulo desde que Moraes reaparecera em Ribeirão Preto. A maré poderia virar para qualquer lado, levando o movimento radical a uma costa segura, ou atirando-o ao mar, para que se afogasse.⁸⁴

⁸⁴ Sobre o incidente em Pontal, vide “Polícia protege camponeses da fúria feudal”. *TL*. março de 1963. p. 8.

8. DECEPADO A MACHADADAS: A REPRESSÃO DE UM MOVIMENTO CRESCENTE

No dia 26 de dezembro de 1963, Otávio Sampaio da Silva pediu ajuda ao Presidente Goulart para aliviar o sofrimento de trabalhadores rurais desesperados da cidade de Batatais, na região da Alta Mogiana. Sampaio se apresentava como “dirigente da Associação Profissional de Trabalhadores Rurais de Batatais, órgão técnico e consultivo do estado no estudo e solução dos problemas que se relacionam com a respectiva categoria”. Colono do cultivo de café em Batatais, Sampaio tinha adquirido experiência como líder dos trabalhadores rurais na frente agrária de padre Celso. Ele poderia ter sido presidente de um sindicato, mas como explicava em sua petição a Goulart, a intervenção “de outras lideranças não identificadas com o meio agrícola que se apossaram da Carta Sindical expedida pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social em detrimento dos reais interesses dos trabalhadores”. Ainda assim, ele se sentia na obrigação de defender os trabalhadores rurais de sua região.

Sampaio explicava que 150 dos 500 membros da associação haviam sido demitidos e expulsos das fazendas onde trabalhavam após terem exigido o pagamento do salário mínimo, férias, descanso semanal e “outros direitos elementares dos trabalhadores”. Ao mandar embora esses 150 colonos contratados, os fazendeiros haviam desalojado 650 outros membros de suas famílias. Sampaio chamava ainda atenção para o fato de que seus infelizes associados eram apenas parte de um total de mais de 2.500 camponeses desempregados vivendo em Batatais. Todos eles se encontravam “em habitações insalubres e precárias”, sem fonte de renda há vários meses. Sampaio descrevia a reação dos “senhores proprietários agrícolas” frente aos “anseios de justiça e equidade” dos trabalhadores como “primária e violenta”, contribuindo para o “agravamento da tensão social com danos irreparáveis para o equilíbrio e a convivência entre o capital e o trabalho”. Ainda que a associação tivesse apresentado reclamações contra os fazendeiros junto à Justiça do Trabalho, os acordos eram “sistematicamente frustradas em ações intermináveis e estocadas pela inflação”. Sampaio avisava Goulart de que seus companheiros trabalhadores estavam tão desesperados que quase nada os impedia que apelassem para comportamentos criminosos para que pudessem sustentar suas famílias. Apenas a caridade de bons vizinhos e os fundos angariados pela Frente Agrária Regional de Ribeirão Preto, haviam, até então, impedido que esses trabalhadores famintos explodissem em revolta. Não seria mais sensato, escrevia

Sampaio, que o Presidente investigasse o problema do trabalho rural em Batatais, por meio de sua agência de política agrária (Supra)?¹

Não era a primeira vez que um camponês apelava para um Presidente brasileiro pedindo ajuda. Quase três décadas antes, como vimos no Capítulo 2, o colono João Francisco Thomaz havia ajudado a apressar a criação de uma legislação trabalhista rural, ao escrever a Vargas para solicitar “uma clareza dos nossos direitos (...), nossos deveres, proceder, agir de acordo” com os desejos do Presidente. Em 1934, Thomaz se apresentou como porta-voz de outros trabalhadores rurais e em 1963, era efetivamente um porta-voz dos colonos. Enquanto Thomaz pedira que o Presidente criasse leis, Sampaio pedia a Goulart que fizesse com que leis já existentes fossem cumpridas. Além disso, na época em que Sampaio se dirigia ao Presidente, uma agência executiva especial – a Supra – já existia especialmente com esse propósito. Os tempos haviam mudado. No entanto, como podemos ver pelas frustrações manifestadas por Sampaio, muitas coisas continuavam iguais. Os fazendeiros continuavam se comportando com impunidade, demitindo colonos quando estes pediam que seus direitos fossem respeitados, desafiando a autoridade dos forasteiros, abandonando caprichosamente seus próprios valores paternalistas ao rejeitarem as exigências de seus “filhos malcriados”, e expulsando-os da Casa Grande para que se virassem sozinhos. Esses elementos de continuidade do passado faziam com que os camponeses se sentissem tão vulneráveis quanto antes e, sem dúvida quanto aos benefícios do aparato legal corporativista dos sindicatos e dos códigos trabalhistas sendo construídos, na época, em seu nome.

A petição de Sampaio e a história de sua ascensão à liderança trabalhista revelam tanto as conquistas como os desafios da militância camponesa no Brasil, 15 meses antes dos militares deporem João Goulart, decependo o movimento camponês como um jardineiro que poda árvores com um machado. Sampaio era um líder extraordinário, um dos mais honestos e resistentes criados pelo *boom* de mobilização que precedeu 21 anos de ditadura. Sua transição, de cabeça de uma grande família de colonos para o papel de militante trabalhista rural havia sido dramática e deliberada. No caminho, ele havia atraído o apoio de centenas de camponeses, ao lutar contra proprietários de terra intransigentes, funcionários públicos corruptos e militantes comunistas rivais. Ele não apenas escreveu a João Goulart, como visitou o Presidente, em Brasília, em uma delegação composta por representantes da Igreja e do campesinato. Seus apelos ajudaram a convencer Goulart a planejar sua malfadada visita a Ribeirão Preto, para inaugurar o escritório da Supra.

¹ “Líder rural adverte João Goulart contra perigos da revolta popular.” *Diário de Notícias*, 28 de dez; 1963. p. 6.

Em meados de 1963, o movimento havia sido totalmente legalizado pelo ETR; em dezembro, representantes dos camponeses de todo o Brasil se encontraram no Rio de Janeiro para fundar a Contag; no início de 1964, a intervenção favorável da Supra havia quase que eliminado completamente as rivalidades entre facções, e dado início a um período de rápida formação e reconhecimento de sindicatos. Esses eventos conferiram influência e prestígio inéditos a Sampaio e a outros militantes.

No entanto, como Sampaio e outros militantes sabiam, os fazendeiros estavam extremamente desgostosos com o novo *status* do movimento camponês, e poucos trabalhadores rurais haviam realmente se beneficiado, apesar de todo o progresso legal e institucional. Em abril de 1964, quando os conspiradores do golpe vieram à região da Alta Mogiana, a árvore do movimento camponês foi cortada, e teve seus galhos podados na véspera da colheita. Restaram apenas tocos e um tronco com suas raízes segurando no solo. Esperava-se, assim, que a base remanescente pudesse ser utilizada para silenciar o descontentamento social e dirigir a discussão dos problemas do campesinato para setores distantes do debate político. Das poucas árvores sobreviventes, restaram Sampaio e seu sindicato de Batatais.²

A FORMAÇÃO DE UM LÍDER CAMPONÊS

A história de Sampaio, de como ele se tornou um líder local dos camponeses, tem características comuns com a seleção deliberada de líderes orgânicos. Ao competir por espaço contra comunistas, fazendeiros reacionários, oportunistas políticos e o clero conservador, padre Celso e seus colegas da Frente Agrária tentaram identificar um ponto focal único, que tivesse maior possibilidade de sucesso em todas as frentes. Após consultas junto aos participantes da Frente Agrária, inclusive o político João Carlos de Souza Meireles que representava uma esperança para o movimento, os organizadores decidiram dar ênfase ao

² Poderíamos citar outros indivíduos importantes, como Antônio Crispim da Cruz, de Cravinhos. Sampaio morreu no início da década de 1980, após mais de 20 anos na liderança do sindicato de Batatais. Crispim – nascido em 1934 – ainda estava em atividade nos anos de 1990. Vide, por exemplo, Gilberto BELLINI. “Trabalhadores rurais estão unidos no sindicato e lutarão pela justiça”. *DN*, 10 de abr., 1962. p. 6. Jorge MARTINS. “Trabalhadores rurais ingressam no sindicato: Estão dispostos a conseguir justiça social”. *DN*, 29 de maio de 1962. p. 6. Padre Celso considerava Crispim como “muito radical.” Celso Ibson de SYLLOS, Entrevistado pelo autor. São Paulo. 19 e 26 janeiro 1989. Transcrição p. 13. (de agora em diante, Transcrição SYLLOS.) Antônio Crispim da Cruz, transcrição de entrevista com o autor, Ribeirão Preto, 31 de março de 1989. AEL/Unicamp (de agora em diante, Transcrição CRISPIM). A história de Sampaio teve, intencionalmente, muita repercussão na época.

reconhecimento do sindicato de trabalhadores rurais de Batatais. Eles estimavam que um sindicato formado e solidificado de cima para baixo, com líderes naturais e fortes, e de baixo para cima, com a participação ativa e voluntária da classe trabalhadora, poderia ser “uma cidade na colina”, um ponto de referência para guiar e promover a formação de outros sindicatos camponeses.³

A seleção de Sampaio e de Batatais, uma cidade localizada 50 quilômetros à nordeste de Ribeirão Preto, não foi por acaso. Enquanto era empregado da Fazenda Boa Esperança localizada perto da cidade, Sampaio já vinha reclamando das práticas injustas dos fazendeiros da área. Meireles podia confirmar essas afirmações, pois seu pai, Antônio Josino Meireles, era proprietário de fazenda, e tinha uma reputação de reacionário e de inimigo dos sindicatos, tratando seus trabalhadores injustamente.⁴ Dessa maneira, o fazendeiro e sua fazenda eram alvo de acusações e considerados como maus, enquanto que Sampaio representava o bem. Casado com Elvira Maria Sampaio da Silva e pai de 12 filhos, Sampaio era um colono da lavoura de café. Lutando para sobreviver, quando encontrou padre Celso pela primeira vez, no ano 1962, ele enfrentava dificuldades para sobreviver. No dia 4 de agosto, um sábado, o padre se dirigiu à praça central de Batatais, a Praça Pio XII, de carona na boleia de um caminhão. Como ficou claro em seu discurso, presenciado por Sampaio e por cerca de 400 outros ouvintes, aquele lugar havia sido selecionado não apenas devido a sua localização central, mas também porque representava um gesto de desafio ao padre local.

De frente para a praça, podia-se ver a Igreja São Sebastião, um edifício decorado, com um altar importado de mármore e uma série de painéis impressionantes, representando a crucifixão. O renomado artista Cândido Portinari – nascido na cidade vizinha, de Brodósqui – era também comunista e simpaticante do movimento camponês – havia pintado os painéis em 1954. Tipicamente, o padre da localidade se havia aliado aos fazendeiros, cujas contribuições tinham financiado a construção da igreja, um monumento de pedra fria ao sofrimento de Jesus. Ao aparecer num caminhão sujo de terra roxa em frente à igreja, padre Celso queria desafiar o padre local e dar ênfase às diferenças entre o catolicismo que ele pregava e aquele ensinado aos fazendeiros, dentro da

³ Sobre Batatais e Sampaio, vide em seguida. Vide também “Fazendeiro desacatou líder rural”. *DN*, 26 de mai., 1963. p. 6. Transcrição Syllós, 56.

⁴ *Notícias de Hoje* condenava o pai de Souza Meireles em 1953, por ter usado um padre para, em suas confissões, espionar os trabalhadores da Fazenda Boa Esperança sobre suas atividades políticas. “Um padre a serviço do tatuíra”. *NH*, 27 de agosto de 1953. O artigo se refere a Meireles como “tatuíra”, filhote de tatu, um apelido insultuoso. (Obrigado a John French pela citação.) Souza Meireles filho devia ter motivos sérios para ressentimentos contra o pai, a ponto de haver permitido essa campanha.

igreja matriz. Na presença de Sampaio e de outros trabalhadores, padre Celso criticou as “tremendas injustiças cometidas em nome do Cristianismo contra o trabalhador”.⁵ A demonstração teve impacto considerável sobre os trabalhadores que foram à praça, e, duas semanas depois, no sábado de 19 de agosto, padre Celso e os outros voltaram a Batatais para oferecer uma missa alternativa para um número ainda maior de camponeses, que se dividiram em duas humildes capelas da vizinhança, e um ponto de encontro numa encruzilhada.

Dr. Vicente Tassinari, o coordenador da Frente Agrária de Batatais, havia feito preparativos para as manifestações e para a missa de agosto. Durante o serviço religioso, Tassinari observou quem havia comparecido e identificou camponeses de diversas fazendas da região, inclusive a Fazenda Boa Esperança. Nas semanas seguintes, ele continuou a incentivar a formação de um sindicato rural na região.⁶ Como era previsível, o Partido Comunista já havia formado uma associação rural em Batatais. Em 1954, Arlindo Teixeira, um militante do partido, havia até mesmo solicitado reconhecimento formal de sua associação como sindicato junto ao Ministério do Trabalho. Isso também estava de acordo com as intenções de padre Celso – a Frente Agrária optava, geralmente, por organizar os camponeses de áreas que haviam sido alvo de atividades do PCB. Um dos objetivos fundamentais da Igreja era, afinal, o de neutralizar o movimento rural comunista. O sucesso do programa de “pacificação” da Frente Agrária, segundo o que Caio Magri afirmou em uma assembleia de cerca de 70 trabalhadores rurais, “dependerá do desmascaramento de elementos comunistas, que vêm insuflando o trabalhador para atitudes drásticas, com anarquia e violência”. Iniciou-se um programa de treinamento em círculos políticos, dos quais, Otá-

⁵ Vide transcrição SYLLOS, 47-8. A manifestação na praça central foi anunciada por Gilberto BELLINI. “Campanha do sindicalismo rural continua: Batatais e Guairá receberão FAP”. *DN*, 1º de ago; 1962. p. 7. Ela foi posteriormente relatada por BELLINI “FAP quer redenção do camponês: Camponeses querem seu sindicato”. *DN*, 7 de ago., 1962, p. 2-11. Além de Syllos e de Caio Magri, falaram também Dr. Vicente Tassinari e os estudantes universitários Terezinha Gasparini e Fernando Vidal Martin de Melo. Mais sobre as pinturas e Portinari, que morreu em 6 de fevereiro de 1962, em “Mestre Candinho: Farda Filosófica”. *Tribuna Ribeirão*, dezembro de 1996. Gerson KNISPEL. “Portinari”. *Revista Brasiliense*, 40 (março/abril de 1962). p. 18-25. À medida em que a região se desenvolveu e o café foi sendo substituído pelo cultivo da cana, a igreja foi rebatizada de Matriz de Bom Jesus da Cana Verde.

⁶ Os trabalhadores das seguintes fazendas assistiram à missa nas capelas de Batatais (Capela da Santana do Estreito e Capela da Limeira): Boa Esperança, São Pedro, Santana do Estreito, Limeira, Santa Tereza, dos Enganos, da Mata, Boa Vista, Santa Helena, Califórnia, Floresta e Batatais. Na encruzilhada, ou Beco do Macaco, Tassinari encontrou trabalhadores das fazendas seguintes: Santo Antônio da Ilha, da Mata e Santana. Vide “Em Batatais e Orlândia: Camponeses cerram fileiras em torno da FAP; Nada impedirá a criação do sindicato rural”. *DN*, 21 de ago., 1962. p. 6. Outras atividades foram noticiadas por Tomaz Roberto RODRIGUES. “Sindicato de Batatais recebe mais adesões”. *DN*, 27 de set., 1962. p. 3.

vio Sampaio tornou-se um membro regular extraordinário, seguindo cursos de doutrina social católica, de sindicalização e de legislação trabalhista rural.⁷

A transformação de Sampaio, de colono à líder camponês, ocorreu num contexto de mudanças nacionais significativas. No início de dezembro, Goulart aumentou o salário mínimo e criou o abono de Natal, equivalente ao salário de um mês que todos os empregadores deviam pagar.⁸ Em 6 de janeiro de 1963, um plebiscito devolveu a João Goulart a integralidade dos poderes presidenciais. Em 21 de janeiro, a Ultab promoveu uma assembleia em São Paulo, na qual delegados de nove estados foram instruídos sobre como obter reconhecimento de sindicatos pelos novos regulamentos. Assim puderam comemorar suas vitórias e reafirmar seu comprometimento com a “luta pela aplicação” da Declaração de Belo Horizonte.⁹ Em fevereiro, a nova maioria populista na Câmara dos Deputados aprovou o Estatuto do Trabalhador Rural – ETR e, em 2 de março, João Goulart assinou a lei. Quando a lei entrou em vigor, no dia 18 de junho, o ETR simbolizava o coroamento de mais de duas décadas de debate entre as elites, disputas legislativas, e manifestações dos camponeses, em defesa da formalização dos direitos camponeses. Fruto de muitos ramos, o estatuto de base continuou em vigor até o fim do século, dando forma às vidas dos trabalhadores rurais e fazendo com que o Brasil fosse o país com o maior movimento sindical de trabalhadores rurais do Ocidente.¹⁰

⁷ Arlindo Teixeira revelou a campanha inicial do PCB. Transcrição de entrevista com o autor, Ribeirão Preto, 18 de outubro de 1988. p. 10-1. Transcrição Syllós. p. 15; 57. Syllós discute a tática de confronto da igreja. Caio Magri citado em BELLINI. “FAP exige justiça social para a roça: Camponeses lutarão por sua promoção”. *DN*, 22 de ago., 1962. p. 7. O anúncio e o programa dos círculos foram divulgados em BELLINI. “FAP administrará cursos a camponeses”. Sampaio aparentemente perdeu os primeiros dois eventos, em setembro, mas consta da lista do terceiro encontro, realizado no domingo de 21 de out., 1962. Vide “Camponeses da FAP ouviram diretor do HC”. *DN*, 23 de outubro de 1962. p. 8. Das outras 13 sessões, Sampaio não compareceu apenas à sexta (18 de novembro de 1962) e à décima segunda (3 de maio de 1963); seu filho mais velho, Sebastião, foi em seu lugar.

⁸ A Ultab enfatizou a aplicabilidade da medida aos trabalhadores rurais em “Direitos dos Trabalhadores da Roça”. *TL*, fevereiro de 1963. p. 2. A SRB descreveu as medidas como “mais um ônus na vida econômica e financeira das Empresas, já tão sobrecarregadas de compromissos e obrigações impostas pelos poderes públicos”. R. H. CHALMERS. “O que representará o 13º salário para seu negócio.” *A Rural*, v.42, n.499, (novembro de 1962). p. 57.

⁹ “Assembleia da Ultab: Intensificar a luta pela reforma agrária e pela sindicalização rural”. “Plano de trabalho para 1963 da união dos lavradores e trabalhadores agrícolas do Brasil”. *TL*, fevereiro de 1963. p. 8. As federações rurais e associações dos seguintes Estados são mencionadas: Pará, Ceará, Goiás, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Mato Grosso e Paraná.

¹⁰ O ETR foi objeto de diversos estudos jurídicos (discutidos abaixo), mas não foi escrito nenhum relato histórico de sua dimensão social ou legislativa, a despeito de sua grande importância. Em 1995, havia 3.200 sindicatos representando dez milhões de camponeses in-

O ESTATUTO DO TRABALHADOR RURAL

Quando o ETR tornou-se lei, a legislação trabalhista rural tinha poucos oponentes. Quase todos se pronunciavam a favor da lei do trabalho rural; no entanto, diferentes grupos e indivíduos imaginavam diferentes conteúdos para essa lei. Por conveniência, podemos dividir essas perspectivas da lei em três categorias. A burguesia rural favorecia uma legislação que lidasse com o camponato como um elemento de influência na produtividade de suas fazendas. Essa categoria de lei definia critérios para a saúde e o bem-estar de alguns trabalhadores rurais, especificando códigos de saneamento para suas residências e higiene para seus corpos. Os legisladores supunham que camponeses limpos e saudáveis trabalhariam melhor. A mais notável dessas medidas é o Decreto 24.637 de 1934, que oferecia compensação para trabalhadores rurais e urbanos por ferimentos sofridos no trabalho. Essa lei, assim como outras, não ameaçavam as relações sociais no campo e tinha pouco impacto sobre a vida dos trabalhadores rurais. Uma segunda categoria de legislação social procurava tornar as condições de vida e de trabalho no campo mais próximas das condições urbanas, “fixando” os camponeses no campo e desestimulando sua migração para as cidades e centros urbanos. Nessa categoria, encontramos o direito ao salário mínimo e ao descanso semanal. Até mesmo Carlos Lacerda (UDN-RJ), um político profundamente urbano e anticorporativista, havia criado uma lei rural nesse sentido quando foi deputado, em 1955.

O ETR pertencia a uma terceira categoria, mais polêmica. As propostas incluíam características das outras categorias, juntamente com uma estrutura que incorporava e dava maior poder ao camponês através da sindicalização. No início de 1962, como vimos anteriormente, o órgão representante da classe dos proprietários, o CRB, havia aprovado esse tipo de lei, por considerar ser melhor que houvesse uma estrutura sindical controlada oficialmente, em lugar da mobilização anárquica que se acreditava haver em muitas fazendas. Conforme veremos, grupos como a SRB que se encontravam à margem da estrutura corporativista, opunham-se veementemente ao ETR.¹¹

O próprio legislativo vinha lidando com o problema do trabalho rural desde a época da abolição da escravatura. Ao examinar o progresso obtido no século XX, os analistas do ETR associam, geralmente, o surgimento do estatuto ao

tegrados formalmente ao MSTR – Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais. Vide Contag. *Anais do VI Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais*. Brasília: Contag, 1995 e Rudí RICCI. *Terra de ninguém: Representação sindical rural no Brasil*. (Campinas: Editora da Unicamp, 1999).

¹¹ Uma breve descrição da posição de diferentes grupos sobre legislação rural pode ser encontrada em STOLCKE. *Caféicultura*, p. 216-21.

processo histórico de propostas e contrapropostas, que começou em 1903 com a lei de sindicalização rural (número 979). O processo passa pelo decreto-lei de Vargas (número 7.038, de 1944) e pela malfadada lei 4.264, de 1954, até chegar ao projeto do estatuto (número 1.837), proposto em maio de 1960, pelo representante do Rio Grande do Sul, Fernando Ferrari. Desde seus primeiros anos como deputado, durante a presidência de Vargas, até seus últimos anos na Câmara, no mandato de João Goulart, Ferrari havia obtido uma reputação de defensor da legislação trabalhista rural. Um livro reunindo seus discursos sobre o assunto, *Escravos da Terra*, publicado postumamente (ele morreu em maio de 1963, em um acidente de avião), demonstra que Ferrari era ouvinte privilegiado dos anseios dos camponeses e de seus líderes, tais como Benedito Pereira Serra, presidente da organização estadual da Ultab do Pará. Um orador habilidoso, Ferrari utilizava argumentos que refletiam quase todos os motivos para se aprovar esse tipo de lei. Assim como Vargas, acreditava que ela frearia o êxodo rural e via no estatuto uma maneira de fortalecer a industrialização, criando uma nova classe de consumidores rurais, tal como pensavam os desenvolvimentistas. Bem como os proprietários, considerava o estatuto como uma maneira de se assegurar a paz social e de se disciplinar os processos de produção rural. Assim como outros políticos, esperava aumentar seu eleitorado, evitando utilizar as tradicionais redes clientelistas de captação de votos. Assim como a CNBB, esperava mobilizar as classes pobres do campo e lutar contra o comunismo. Finalmente, assim como os comunistas, ele via na lei uma abordagem possibilitando o aumento do poder do camponês, anulando o legado da escravidão. Essas diferentes convicções trouxeram ideias e estruturas variadas para o debate legislativo sobre o ETR.¹²

Apesar dos esforços de Ferrari, nenhuma lei podia satisfazer todas as expectativas contraditórias de objetivos tão diversos. Em 1944, a SRB apoiou o decreto de sindicalização rural, desde que ele não previsse instrumentos para a arrecadação de fundos, essencialmente impossibilitando as organizações camponesas. Mas o ETR previa o imposto sindical, que custeava os sindicatos através do pagamento de um dia-salário por ano por trabalhador dentro

¹² Sobre a lei de Lacerda, vide CATHARINO. *O trabalhador rural brasileiro*. p. 40-41. Sobre história legislativa, vide *ibid* (inclui uma análise detalhada sobre a proposta de Ferrari de 1956, número 1.938). Segadas VIANNA. *O Estatuto do Trabalhador Rural*. p. 35-47. Mais sobre Ferrari em *Escravos da Terra*. Rio de Janeiro: Globo, 1963. A carta da Ultab está nas páginas 107-108. Renato LEMOS e Elias FAJARDO. “Ferrari, Fernando”. In: BELOCH e ABREU, org. *DHBB*. p. 1256-7. Outra visão do processo legislativo pode ser obtida no estudo de Marta CEHELKY sobre o ET, que estava em discussão na mesma época que o ETR, mas que não foi adotado até meados de 1964. Da autora, vide *Land Reform in Brazil*, especialmente o capítulo 3.

da jurisdição do sindicato, mesmo para os que não pertenciam à organização (artigo 135). O ETR também tornava mais fácil a conversão de associações, muitas organizadas segundo a CRB, pelo decreto-lei número 8.127 de 1945, em sindicatos (artigo 141). Isto veio a se concretizar logo em seguida, o que criou uma nova fonte de irritação para a SRB. Para os trabalhadores, a nova lei agrupava e expandia uma grande variedade de direitos e deveres já existentes, fazendo com que se adequassem às realidades agrárias mais especificamente do que nas definições da CLT. Essas questões incluíam o direito a férias remuneradas (artigos 43-48), aviso prévio (artigos 90-94), descanso semanal (artigo 42), contratos individuais (Título IV) e coletivos (Título V). Enquanto a lei focalizava o trabalhador rural assalariado, outras categorias do campesinato também foram contempladas, como “os colonos ou parceiros, os pequenos proprietários rurais, empreiteiros, tarefeiros e as pessoas físicas que explorem as atividades previstas no art. 30 desta lei, estes com menos de cinco empregados a seu serviço” (Art. 160).

Os fazendeiros haviam conseguido até então evitar que os trabalhadores rurais tivessem uma carteira profissional, mas o ETR ordenava que ela fosse distribuída gratuitamente para todos os trabalhadores maiores de 14 anos (artigos 11-24). De posse da carteira de trabalho, todos os trabalhadores teriam uma cópia de seu contrato de trabalho, e das leis aplicáveis, assim como um histórico de sua vida profissional – semelhante às cadernetas agrícolas fornecidas aos colonos desde os anos de 1920. O ETR também incluía novos direitos para trabalhadores rurais, tais como a jornada de oito horas (artigos 25-27), proteção contra a exploração do emprego da mulher grávida e casada (artigos 54-56) e a proibição contra que menores realizassem tarefas de grande esforço físico ou insalubres (artigos 57-61). Digno de nota, o artigo 179 estendia para os trabalhadores rurais as provisões da CLT não definidas no ETR. Assim, em 1963, a proposta, discutida desde muito tempo, de se estender os direitos do trabalhador urbano ao trabalhador rural, e de se criar uma lei que regulasse as relações de trabalho no campo, havia se tornado uma realidade. Tratava-se de uma lei longa e complexa, que logo foi analisada em detalhe pelos juristas, que a submeteram a múltiplas interpretações.¹³

Ainda que muitos aspectos da lei mereçam atenção, as cláusulas que mais geraram conflito diziam respeito à compensação. O ETR estabelecia novos

¹³ A cópia da lei usada aqui está em FERRARI. *Escravos*. p. 167-216. Um dos exames mais completos e pioneiros da lei é de Segadas VIANNA. *O Estatuto do Trabalhador Rural*. Em RUSSOMANO. *Comentários ao estatuto do trabalhador rural*, o autor faz uma discussão que remonta à primeira Constituição, e a uma lei de 1837, número 108, que regulava o trabalho contratado. O livro inclui cópias das portarias e decretos de 1963 a 1967, regulando ou modificando o ETR.

parâmetros de compensação, que podiam aumentar os valores obtidos pelos camponeses. Como no passado recente, os trabalhadores rurais deveriam receber ao menos o salário mínimo regional, ajustado periodicamente por comissões do governo e por decretos presidenciais. Mas o ETR limitava os descontos que podiam ser deduzidos dos salários antes do pagamento. Antes, as despesas com comida, vestuário, saúde e transporte podiam ser deduzidas do salário do trabalhador rural; o ETR limitava a dedução a gastos com aluguel e comida. Conforme discutimos no capítulo anterior, os fazendeiros, em geral, reagiam a exigências dos trabalhadores, com relação ao pagamento do salário mínimo, com dedução de gastos com moradia dos salários. Até o ETR, os empregadores podiam deduzir até um terço do salário dos trabalhadores no pagamento de aluguel. Com o ETR, no entanto, as deduções foram limitadas a 20% do salário mínimo – não 20% do salário do trabalhador – e os proprietários não podiam cobrar em dobro ou triplo de uma família com dois ou mais membros contratados (artigo 29). Se a moradia não oferecesse um mínimo de dignidade ou de funcionalidade, o aluguel sequer podia ser cobrado (artigo 32).

Além do aluguel, os fazendeiros também começaram a considerar o produto da lavoura de subsistência dos colonos como parte de seu pagamento, mas o ETR proibia essa prática, a menos que expressamente prevista por um contrato de parceria em separado (artigo 41). Ou seja, os valores de aluguel e usufruto, utilizados tradicionalmente pelos proprietários para compensar e reter colonos, haviam sido limitados pelo ETR, perdendo frequentemente sua força compensatória. Essa lei poderia, por exemplo, ter feito grande diferença na vida de João Anunciato, conforme discutimos no Capítulo 6. Por fim, o ETR garantia “estabilidade” – proteção contra demissão – para todos os trabalhadores com mais de dez anos de serviço para a mesma fazenda (artigos 95 a 102). À medida que foram surgindo sindicatos e a luta do campesinato se intensificou, a lista de exigências sempre incluía compensações ou ajustes que correspondessem ao menos aos parâmetros do ETR. Quando os fazendeiros se sindicalizaram, no entanto, eles buscaram maneiras de reduzir sua dependência de empregados residentes, escapando das definições da lei. Enquanto ambas as classes se habituavam às novas regras, o ETR intensificou o êxodo rural, que já havia começado há muito tempo, contradizendo, ironicamente, as intenções de seus autores, que imaginavam que a lei fixaria os trabalhadores no campo.¹⁴

¹⁴ Além dos contrastes vistos nos capítulos precedentes, podemos ver como os trabalhadores rurais eram tratados pela justiça antes do ETR em Luiz Roberto Rezende PEUCH. *Direito individual e coletivo do trabalho* (estudo e comentários). São Paulo: Revista dos Tribunais, 1960. p. 178-83. (Agradeço a John French pela referência.)

REAÇÕES AO ETR

De fato, a alegação de que os fazendeiros reagiram ao ETR demitindo empregados permanentes incomodou o SRB. Em uma polêmica em agosto, o presidente da SRB Sálvio de Almeida Prado rejeitou a acusação. Não era a lei que levava os empregadores a demitirem empregados, e sim a economia do café. Sem acesso a crédito com juros baixos, e sofrendo com a regulamentação dos preços e com os impostos sobre o comércio, nada mais natural do que mandar trabalhadores supérfluos embora para proteger a viabilidade econômica das fazendas. Os motivos dos fazendeiros que mandaram embora colonos foram mal entendidos. Não foi uma resposta da lei em si, mas da incerteza que a lei criou. Eles nada tinham a temer dos empregados permanentes que foram o maior alvo do ETR. Com sua longa associação à fazenda, dizia Almeida Prado, esses são os “bons” trabalhadores: “se eles são bons trabalhadores, nada mais justo e inteligente do que os conservar”, afirmava Prado. No ano seguinte, no entanto, *A Rural* publicou uma série de estudos do ETR, dando ênfase a maneiras de se burlarem suas provisões, especialmente por reconfiguração da mão de obra em categorias não previstas pela lei: “todo o Estatuto foi estruturado para o atendimento do trabalhador rural, empregado, ou seja, aquele trabalhador vinculado a um contrato de trabalho, sujeito a uma subordinação hierárquica perante o seu empregado, sujeito a horário e consequente fiscalização”, escreveu o advogado da SRB, João Batista Camargo. “No âmbito das relações autônomas de trabalho encontramos diversas figuras contratuais, como a empreitada, a parceria, o arrendamento (...) que (...) não deixaram de ter referências no Estatuto do Trabalhador Rural”. As edições seguintes da revista traziam modelos de contratos para proprietários, minimizando o impacto da lei sobre suas operações. Um dos modelos fazia com que o trabalhador declarasse que a casa em que ia residir era estruturalmente sólida, e que promettesse não reclamar sobre sua choupana.¹⁵

Quando o ETR entrou em vigor, em 17 de junho, os fazendeiros de São Paulo e do Paraná estavam no meio de uma campanha para atrair a atenção do governo. O início dos anos de 1960 foi uma época difícil para o café brasileiro. O excesso de café de baixa qualidade havia levado ao declínio dos preços internacionais, e, para combater essa tendência, o IBC – Instituto Brasileiro do Café e a administração de João Goulart investiram em um programa de regulamentação do produto, o GERCA – Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura. De meados de 1962 a 1967, o GERCA pagou para que os proprietários elimi-

¹⁵ Almeida PRADO. “A situação da lavoura em face do Estatuto do Trabalhador Rural”. *A Rural*, agosto de 1963. v.43, n.508, p. 47. CAMARGO. “Campo de aplicação do Estatuto do Trabalhador Rural”. *A Rural*, agosto de 1964. v.44, n.520, p. 24-26. E, em edições subsequentes, artigos com o mesmo título.

nassem pés de café de baixa produtividade, diversificassem o uso da terra e plantassem variedades de café de melhor qualidade. O período de erradicação mais intensa foi de junho de 1962 até o fim de 1963, quando milhões de arbustos foram arrancados. O financiamento para o programa vinha do imposto sobre a exportação do café, motivo de ressentimento para os fazendeiros. Eles desconfiavam que parte do fundo era desviado para outros usos, e deram ao imposto a alcunha de “confisco cambial”. Em junho de 1963, quando o governo anunciou as taxas de impostos e de câmbio para a colheita de 1963/64, os plantadores se revoltaram em protesto, exigindo uma diminuição. Em imitação da classe operária mais organizada, os cafeicultores formaram o CGC – Comando Geral do Café, para coordenar seus protestos. Quando João Goulart rejeitou suas exigências, os fazendeiros da região paralisaram a atividade comercial no campo.

O cônsul estadunidense em São Paulo via nessa disputa sobre questões regulamentares “um dos fatores mais importantes no rápido crescimento de um movimento de direita anti-Goulart em São Paulo”. Após alguns dias, no entanto, o CGC negociou um acordo com o GERCA, assegurando finalmente a diminuição exigida pelos fazendeiros, e, em setembro, a administração concedeu-lhes um aumento dos preços para o mercado interno de 25%, prometendo eliminar a quota de contribuição de 1964. No mesmo período, a demanda internacional aumentou, e os preços subiram. “Como as exportações aumentaram”, afirma a antropóloga Verena Stolcke, “em resposta à crescente demanda internacional, e os preços internacionais subiram consideravelmente, os cafeicultores, especialmente de São Paulo, não tinham mais razões de queixa”.¹⁶

No entanto, eles encontraram motivo para queixa, quando os trabalhadores começaram a exigir que se aplicasse o ETR. Em um editorial de agosto, Almeida Prado considerava o ETR como o produto de “demagogia eleitoral”, e esculachava a lei por irrefletidamente aplicar parâmetros urbanos ao campo. “A lei aprovada para a atividade rural é uma cópia fiel do regime de trabalho das cidades, apresentando-se como um dos mais graves e difíceis problemas a serem resolvidos no presente contexto”, concluía Almeida Prado. Apesar do projeto de lei para o ETR ter sido debatido desde 1960, Almeida Prado afirmava que a medida não tinha sido adequadamente examinada, e que ela tinha sido aprovada rápido demais. Stolcke sustenta que não foi a rapidez com que o ETR foi aprovado, mas o fato de que a SRB tinha muito pouca influência no processo de sua elaboração, que incomodava Almeida Prado. Essa atitude não contradizia comportamentos passados, pois poucas questões haviam indignado

¹⁶ As portarias que regulamentavam o ETR eram as de número 346 e 347, de 17 de junho de 1963. STOLCKE. *Coffee Planters*. p. 111-112. AmConGen, São Paulo, para USDS. “*Coffee prices become political issue*”. Aerograma 3 (citado de agora em diante como A-3). 6 de julho de 1963. RG 59. IncoCoffee BRAZ (3510). DS/USNA.

mais Francisco Malta Cardoso, ativista da SRB, do que exclusão do grupo do processo de criação do estatuto. Apesar da melhora nos indicadores econômicos do café, os porta-vozes da SRB afirmavam que suas margens de lucro eram pequenas demais, impedindo que obedecessem à lei. Uma vez que eram “subordinados” a “acontecimentos econômicos” sobre os quais não tinham controle, os fazendeiros tinham de “reduzir suas responsabilidades”, convertendo seu “fundo de mão de obra dispensável”. Ou seja, tinham de demitir trabalhadores para protegerem seus lucros.¹⁷

A posição dos cafeicultores foi fortalecida pelos efeitos da erradicação do café, segundo Arnaldo Borba de Moraes, secretário da SRB. Ao arrancarem tantos pés de café em tão pouco tempo, os fazendeiros afirmavam não haver saída a não ser a demissão de colonos, produzindo o primeiro superávit de mão de obra desde a Grande Depressão (que a SRB admita). “Há uma massa colossal de homens do campo desempregados, andando de cá para lá com suas famílias”, afirmava Moraes. “Se o Governo não melhorar o preço do café, nada os cafeicultores poderão fazer, a não ser admiti-los somente na época da colheita do produto, como sempre procederam, pois a cultura não suporta a despesa da manutenção dos mesmos durante todo o ano”. O problema não era o estatuto em si, porque a solução para o problema seria um aumento nos rendimentos dos cafeicultores. Com maior renda, os fazendeiros não teriam motivo para demitir empregados, segundo o argumento de Almeida Prado. Na verdade, quando o presidente da FTRSESP, José Rotta, criticou os cafeicultores por reagirem ao ETR com demissões, Almeida Prado respondeu convidando Rotta a juntar-se à SRB, “formar ao lado dos empregadores e exigir das autoridades os direitos da classe rural, da qual é integrante”. Nos anos seguintes, Rotta provou ser um aliado melhor do que os militantes comunistas para os cafeicultores.¹⁸

Logo após a entrada em vigor da lei, os comentaristas examinaram o ETR intensivamente. Apesar de anos de discussão, e dos inúmeros projetos de lei que foram desenvolvidos, muitos simpatizantes sentiam-se tão perplexos quanto os cafeicultores de São Paulo com a forma final que tomou o tão esperado Código do Trabalho Rural. Quando o ETR foi publicado, Caio Prado Júnior, o renomado historiador e editor brasileiro, notou que sua promulgação tinha sido “quase de surpresa”. Apesar de ser “o mais importante acontecimento relativo às tão apregoadas reformas de base”, ele ressalta que “desinteresse (...) cercou a [sua] elaboração”. Ele acreditava que a fascinação do público com a

¹⁷ Almeida PRADO. “Legislações trabalhistas.” *A Rural*. v.44, n. 600 agosto, 1963, p. 3. STOLCKE. *Coffee Planters*. p. 110.

¹⁸ Arnaldo de Borba MORAES. “Os agricultores e o Estatuto do Trabalhador Rural”. *A Rural*. v.43,n597, julho,1963, p. 55. PRADO. “A situação da lavoura.” Em abril de 1965, com os militares no poder, Rotta tornou-se presidente da Contag.

reforma agrária, especialmente com a distribuição de terras, levou observadores a subestimar a utilidade do ETR. Apesar de analistas posteriores, como Leonilde Medeiros, afirmarem que a aprovação do ETR simbolizava a falência do movimento popular e de suas tentativas de promoção de mudanças através da distribuição de terras, Caio Prado acreditava que o ETR traria a reforma agrária, ao ajudar os trabalhadores dos maiores latifúndios do Brasil, que poderiam reivindicar de seus empregadores melhores condições e salários. Aplicando os termos do liberalismo econômico, ele via a mão de obra rural sindicalizada força geradora de trabalhadores mais felizes e saudáveis, com maior eficiência rural, e uma expansão do mercado de terras, diminuindo preços e possibilitando que trabalhadores se tornassem proprietários e produtores.¹⁹

Caio Prado Júnior conhecia bem a sociedade rural; ele escreveu seguidamente sobre ela, e sua revista – a *Revista Brasiliense* – frequentemente tratava das questões do campo. Além disso, Caio Prado tinha se criado numa fazenda paulista, e, apesar de descender de alguns dos maiores proprietários de terra do Brasil, tinha-se tornado comunista (ainda que indisciplinado), e estava comprometido com estudos que poderiam criar mudanças sociais radicais. Seus comentários sobre o ETR refletiam um ponto de vista bem informado, de um intelectual independente de esquerda. Ele acreditava que a lei era importante – “uma verdadeira complementação da lei que aboliu a escravidão em 1888” – e, no entanto, problemática. Para ele, sua definição de trabalhador rural deixava de fora muitas formas de emprego do campo:

As relações de trabalho e emprego assumem muitas vezes grande complexidade, pois a remuneração do trabalhador se faz por diferentes formas, como sejam com uma parte do produto, com o direito de ocupar com atividades próprias certas áreas da propriedade, etc.

Como vimos, os fazendeiros aprenderiam a usar o ETR e suas definições limitadas em proveito próprio. Além disso, a lei não dava conta da diversidade local e regional da agricultura brasileira, priorizando regras universais, que provaram ser pouco úteis na prática, em muitas situações. Apesar destes e de outros problemas, os capítulos da lei versando sobre sindicalização levaram Caio Prado a incitar os camponeses e seus representantes a utilizarem o ETR para canalizar seu novo poder, de maneira a assegurar o cumprimento das partes úteis do estatuto e a reforma das regras de pouca utilidade. A regulamentação dos sindicatos no estatuto era o coração da lei, a parte que permitia que trabalhadores livres

¹⁹ Caio PRADO JÚNIOR. “O Estatuto do Trabalhador Rural”. *A questão agrária*. p. 142-160. Dois estudos sociológicos contemporâneos são: J. V. Freitas MARCONDES. “O Estatuto do Trabalhador Rural e o problema da terra”. *Cadernos Brasileiros* (Rio de Janeiro) 5:4. 1963. p. 55-59; e PRICE. *Rural Unionization in Brazil*. Vide MEDEIROS. *História dos movimentos*. p. 81.

participassem do sistema corporativista. Se usassem seu poder corretamente, afirmava Caio Prado, sua pressão terminaria destruindo os grandes latifúndios, legado da era da escravatura, e que ainda eram um grande fardo que impedia o progresso do país.²⁰

A análise de Caio Prado afastava-se dos teóricos do PCB em diversos aspectos. Ele não concordava que a parceria fosse um vestígio do feudalismo, e sim um acordo muitas vezes melhor para o pequeno agricultor do que o contrato de trabalho assalariado. Ou seja, Caio Prado contestava a doutrina marxista da proletarização, e acreditava que aqueles que conseguiam evitar a dependência de salários eram mais livres do que os assalariados. Para Caio Prado, os sindicatos rurais prometiam servir como veículos para a articulação da voz coletiva dos vários segmentos do campesinato. A posição do partido sobre os sindicatos era mais ambígua. Grande parte dos teóricos da esquerda apoiava a ideia de “a terra para os que nela trabalham” – reforma agrária. Mas, isso foi por ser consciente na destruição do latifúndio porque imaginavam que o processo histórico levaria a maioria dos camponeses a uma transformação essencial para construir a ditadura do proletariado. “Se as massas camponesas não se organizarem em Sindicatos Rurais”, comentou *Terra Livre*, “a Lei será letra morta na maior parte do território brasileiro, onde os patrões terão todos os meios para burlar os direitos de seus empregados, senhores que são do poderio econômico e, até certo ponto, da Justiça”. Tanto para o partido como para Caio Prado, os aspectos organizacionais do ETR tornaram-se sua característica mais importante.²¹

No ETR, o processo de formação de sindicatos (Título VI) era facilitado com relação ao das portarias de novembro de 1962, elaboradas por Pinheiro Neto, o ministro do Trabalho. Os camponeses de todo o país usaram as regras de 1962 para se agruparem em quatro grandes categorias, ganhando reconhecimento oficial para mais de cem sindicatos, 20 dos quais sediados em São Paulo. As regras de junho de 1963 do ETR eliminavam a limitação das categorias ocupacionais e davam maior ênfase à localização. Agora, todos os camponeses de um determinado município teria que agrupar em um único sindicato, desde que prestassem “serviços a empregador rural, em propriedade rural ou prédio rústico, mediante salário em dinheiro ou ‘in natura’, ou parte ‘in natura’ e parte em dinheiro”. A definição foi suficientemente grande para incluir a vasta categoria dos “produtores autônomos”. Comentou o grande especialista Segadas Vianna: “Abrange, assim, além do tarefeiro, o parceiro agrícola e pecuário e traz ao proprietário rural uma série de obrigações, tais como preenchimento de

²⁰ PRADO JÚNIOR. “O Estatuto do Trabalhador Rural.” p.142-144.

²¹ Cícero VIANA. “Sem Sindicatos a lei está morta”. *TL*. v.14.n.124, julho, 1963, p. 2.

carteira profissional, fornecimento de moradia condigna, estabilidade e garantia de salário mínimo ao trabalhador”. Ainda assim, a sindicalização continuou de vento em popa, tanto que 270 sindicatos de trabalhadores rurais (STRs) haviam sido reconhecidos ao final de 1963, com mais 555 grupos aguardando reconhecimento. De fato, muitos deles foram “Sindicatos dos Produtores Autônomos”. Robert Price, do Land Tenure Center da Universidade de Wisconsin, calculou que, ao final de 1963, havia sindicatos de trabalhadores rurais reconhecidos ou em processo de reconhecimento em 22% (827) dos 3.719 municípios brasileiros. Em julho, Pinheiro Neto foi nomeado diretor da Supra e, na qualidade de superintendente, manifestou a intenção da agência de ajudar a trabalhar o trabalho rural em sindicatos em 2 mil desses municípios. Ao final de abril de 1964, 1.604 organizações sindicais haviam sido fundadas e reconhecidas, com mais dezenas em processo de formação.²²

A organização dos sindicatos de trabalhadores rurais reconhecidos acabou trazendo algumas das mudanças previstas por Caio Prado. O ETR só tinha força na medida em que legitimizava sindicatos. Reagindo à sindicalização, os empregadores rurais acabaram alterando seus métodos de produção e modernizando suas plantações. Muitos deles não queriam lidar com as exigências dos trabalhadores, que questionavam sua autoridade e paternalismo. Na época, um agrônomo de São Paulo supôs que o aspecto mais importante da lei era seu potencial de transformação das relações de poder no campo. O estatuto colocava mais autoridade para “tomar decisões” nas mãos dos trabalhadores, redistribuindo o poder que retirava dos proprietários. Isso poderia aumentar a “flexibilidade” da “rígida estratificação social” da agricultura brasileira, e acelerar as transformações sociais e tecnológicas, tais como a “emigração” de trabalhadores e o aumento dos investimentos dos proprietários em máquinas, em detrimento de “insumos” humanos.

²² VIANNA. *O Estatuto*. p. 81. Composta por de unidades do ministério da agricultura, como a SSR e a Comissão de Sindicalização Rural, a Supra tornou-se uma significante jogadora na política rural sob a orientação de Pinheiro Neto. Vide Capítulo 7. Mônica KORNIS e Leda SOARES. “Pinheiro Neto, João”. *DHBB*. p. 2738-40; e Leonide Sérulo MEDEIROS e Brás José de ARAÚJO. “Superintendência da Política Agrária (Supra). *DHBB*. p. 3284-95. Para as regulamentações do ETR, vide “Como fazer eleição no sindicato rural”. *TL*. outubro de 1963. suplemento especial. BARROS, “A Organização Sindical”. p. 158-59, que consistem em tabelas úteis sobre os sindicatos e associações criados e reconhecidos entre 1955 e 1964. Para a tabela de PRICE, vide *Rural Unionization*. apêndice 2; e para outros números do sindicatos, vide tabela 18 em PEARSON. *Small Farmers and Rural Workers*. p. 257-58. Vide DULLES. *Unrest in Brazil*. p. 220-75; e CAMARGO. *A questão agrária*. p. 203-22.



João Pinheiro Neto (à frente, à direita) recebeu as boas vindas dos camponeses em Sapê, Paraíba, logo após sua nomeação para a direção da Supra, em julho de 1963. Foto: Cortesia do Arquivo Fotográfico da *Última Hora*, do Arquivo do Estado de São Paulo.

Mas o poder que o ETR dava aos camponeses não era forte o suficiente para sustentar sua “fixação” ao campo: não era capaz de impedir as forças econômicas que atraíam os trabalhadores às zonas urbanas e levavam os proprietários a investirem em tecnologias que reduzissem sua dependência do trabalho de residentes. “A soma dessas forças é mais poderosa do que o próprio Estatuto no seu papel de acelerar o processo de mudanças sociais e tecnológicas no meio rural do país”, afirmava o agrônomo. “Oportuno é reconhecer-se, entretanto, que o Estatuto deverá contribuir também para a intensificação desse processo”. De fato, na segunda metade de 1963, a lei e os tribunais contribuíram para a expulsão formal de quase 200 trabalhadores de 16 fazendas na região da Alta Mogiana. Os dois casos mais dramáticos vão de outubro a dezembro, envolvendo 140 residentes, trabalhadores da cana, demitidos por Matarazzo da Fazenda Amália, de Santa Rosa de Viterbo; e 14 famílias de colonos do café, demitidas por Meireles, da Fazenda Boa Esperança. Conforme vimos, ambas as plantações eram cenários de considerável conflito, a primeira, alvo de atividades da Ultab, e a segunda, alvo de agitação promovida pela FAP.²³

²³ Antônio Dinaer PITERI. “O Estatuto do Trabalhador Rural: Problemas de aplicação e prováveis consequências socioeconômicas”. *ASP* n. 9, jan-fev, 1964, p. 3-4. Os casos de dispensas discutidos foram fruto de um exame completo dos registros da Justiça do Trabalho de Ribeirão Preto, conduzido pelo autor e Vilma Welch, em 1991. Os casos contados foram aqueles em que a demissão dos trabalhadores foi homologada pela justiça, um procedimento que extingue a possibilidade do trabalhador fazer futuras queixas contra o empregador, em troca de um pagamento de rescisão,

Como Caio Prado e o agrônomo tinham previsto, o ETR trouxe mudanças nas relações sociais nas fazendas brasileiras. Onde os trabalhadores eram organizados, onde eles exigiam seus direitos de acordo com o ETR, suas exigências resultavam numa inversão dos objetivos originais da lei. “Até 1963 não existia lei para o trabalhador. (...) Foi aplicado depois o Estatuto do Trabalhador Rural”, afirmava Antônio Crispim da Cruz, da FAP. “Antes não existia, a lei não determinava, não dava direito nenhum para o trabalhador rural”. Apesar do equívoco inerente à observação de Crispim, fica claro que o advento do ETR foi um marco na história do movimento dos trabalhadores rurais. Ainda assim, vale a pena lembrar que esse foi um processo gradual. Em 1963, poucos trabalhadores de uma pequena parcela das centenas de estabelecimentos rurais da região foram vítimas do potencial irônico do ETR. Em diversos casos, o ETR ajudou a apressar a transição do colonato ao sistema de trabalho sazonal, conhecido como “volante”. Mais tarde, os trabalhadores volantes receberiam a alcunha pejorativa de “boias-frias”. Por outro lado, o ETR apenas deu forma a uma transição que já se desenhava: foi a ganância e a hostilidade dos fazendeiros com relação à lei e aos que reivindicavam sua proteção que os levou a abolirem o colonato em 1970.²⁴

Na avaliação do ETR, é mais certo enfatizar a ironia da história que a intenção do Estado de agradar a burguesia rural ou dos fazendeiros de evitarem a lei. Analistas como Francisco Alves, Claudinei Coletti, Rudá Ricci e Maria Aparecida de Moraes Silva estão equivocados quando dizem, como escreve Silva:

Este estatuto não deve ser considerado como um meio de melhorar as condições de vida dos trabalhadores; ele representou justamente o contrário, pois regulamentou a intensificação da exploração da força de trabalho.²⁵

em uma única parcela. O artigo 179 do ETR fez com que esse procedimento estivesse disponível para os demitidos em uma extensão das previsões da CLT para os casos de trabalho rural. As histórias de Matarazzo e Batatais são discutidas mais tarde neste capítulo.

²⁴ Transcrição Crispim. p. 10. Stolcke concorda que o ETR “fomentou a intensa hostilidade [dos fazendeiros] contra o governo Goulart” e que era “uma ameaça legítima aos seus privilégios”. STOLCKE. *Cafecultura*. p. 224. Uma especialista em “boias-frias”, Maria Conceição D’Incao, argumenta que estão errados aqueles que culpam a ETR de agravar o êxodo rural. Mesmo assim, documenta que, entre 1958 e 1970, a proporção de colonos e parceiros agrícolas com famílias trabalhando nas fazendas de café em São Paulo caiu de 67.4% para 8.2% da força de trabalho. Vide. Maira Conceição D’INCAO. *O “boia-fria”: Acumulação e miséria*. Petrópolis: Vozes, 1975. p. 117. Porém, afirmamos que a lei fazia muito pouco, a menos que os trabalhadores organizados insistissem na sua aplicação.

²⁵ Maria Aparecida de Moraes SILVA. *Errantes do fim do século*. São Paulo: Editora Unesp, 1998. p. 64. Vide também, Francisco J. C. ALVES. “Modernização da agricultura e sindicalismo: lutas dos trabalhadores assalariados rurais da região canavieira de Ribeirão Preto”. Tese (doutorado em Ciências Sociais), Unicamp - Universidade de Campinas, 1991; Claudinei COLETTI. *A estrutura sindical no campo: a propósito da organização dos assalariados rurais na região de Ribeirão Preto*. Campinas: Editora da Unicamp, 1998; RICCI. *Terra de ninguém*.

Fazendo suas conclusões nos anos de 1990, quando a agricultura brasileira estava em crise profunda, eles confundiram o presente com o passado. Em contra distinção destes estudiosos das relações de trabalho no campo, a história coloca o ETR como grande conquista do movimento camponês, oferecendo o melhor caminho possível para desenvolver condições saudáveis de vida e trabalho para os trabalhadores agrícolas e pequenos produtores. A despeito da visão histórica, temos que reconhecer que os regulamentos apresentados foram cogitados, em sua grande maioria, para trazer benefícios para aos camponeses, a agricultura e à nação.

ORGANIZAÇÃO EM BATATAIS

Esses processos nacionais influenciaram de maneira significativa a organização dos camponeses em 1963. Apesar da maior parte dos esforços ter continuado sob a regulamentação das portarias de Pinheiro Neto e do decreto de 1944, o clima de mobilização se intensificou à medida que os militantes esperavam a entrada em vigor do ETR. Logo após a assinatura da lei por Goulart em março, a campanha da FAP em Batatais ganhou em velocidade. A história dos esforços de Otávio Sampaio nessa cidade oferece um estudo de caso dos problemas que os trabalhadores e líderes tiveram de enfrentar para evitar que a lei se tornasse “letra morta”. Ao estimular a formação de um sindicato em Batatais, o padre Celso estava arriscando enfrentar oposição dos cafeicultores reacionários e dos militantes comunistas. Na campanha da frente agrária para adotar o exemplo de Batatais como modelo, a cidade foi escolhida para dar início a uma campanha regional pelo pagamento de salários mínimos e pela elaboração de contratos por escrito. No calor escaldante de uma tarde de domingo de março, Sampaio falou em praça pública pela primeira vez, dirigindo-se a três mil trabalhadores rurais reunidos em frente à prefeitura. Apenas duas horas depois, ele escrevia seu nome no formulário de solicitação de registro junto ao Ministério do Trabalho do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Batatais. Ainda que muitos outros também se tenham manifestado naquele dia, a ocasião marcou o *début* de Sampaio, natural da cidade.

Logo após a manifestação, o *Diário de Notícias* entrevistou Sampaio e sua mulher sobre sua popularidade como líderes sindicais. Elvira Sampaio, 46, mãe de 19 filhos, admitia temer tanto a vingança dos fazendeiros, aponto de ter “um sonho horroso” e de “perder a ideia de tanto pensar”. Sampaio confiava em Jesus, numa breve referência às ideias que viriam logo formar a base da chamada Teologia da Libertação. “Será que [Jesus] está gostando de ver ‘nóis’ sofrer? Não acredito, por isto lutamos pela nossa liberdade, pelos nossos direitos

e pela Justiça Social”.²⁶ O seu primeiro teste de fé na luta por justiça viria logo em seguida.

Nas semanas seguintes, Sampaio, padre Celso e Tassinari encontraram-se com colonos em meia dúzia de lugares diferentes, com o objetivo de prepararem a ação. No fim da tarde de 24 de maio, Sampaio parou de trabalhar e, acompanhado por um grupo de camponeses, aproximou-se a sede da fazenda, onde encontrou Antônio Bartolomeu Sobrinho, administrador da Fazenda Boa Esperança. Sampaio se apresentou como presidente do sindicato de Batatais, entregando um papel com as exigências do grupo. Eles queriam o pagamento mensal (e não bimestral) do salário mínimo, e a assinatura de contratos por escrito, em conformidade com a lei. Sobrinho não quis saber das exigências do grupo, e gritou com Sampaio na frente dos outros. Menos de dois dias depois, o proprietário Antônio Josino Meireles retirou todos os privilégios de trabalho de Sampaio e de sua família.²⁷

Impedido de colher e cultivar os dez mil pés de café que a família tinha sob seus cuidados de acordo com seu contrato, Sampaio viu os piores temores de sua esposas se confirmarem. Ainda assim, Sampaio dedicou-se à luta contra Meireles. Dentro de poucos dias, ele viajou a Ribeirão Preto, e, com a ajuda de Caio Magri, advogado da FAP, processou a Fazenda Boa Esperança, exigindo sua readmissão e os seus direitos, de acordo com a lei: salário mínimo, compensações por salários de anos anteriores, e o décimo terceiro salário, que o João Goulart tinha estabelecido. Incentivado por padre Celso e pela frente, ele também entrou com um pedido de arbitragem do Estado em negociações contratuais junto a outras oito fazendas de Batatais – um dissídio coletivo. Sampaio e padre Celso alegavam que, como os colonos das nove fazendas estavam coletivamente insatisfeitos com os termos de suas contratações, eles desejavam que o delegado regional do trabalho mediasse as negociações. Tiveram seus nomes listados na petição 117 camponeses. Como o ETR só entraria em vigor no mês seguinte, a frente agrária baseou seu pedido no decreto-lei número 9.070, de 1946, que regulava as greves e disputas coletivas. O processo afirmava que os

²⁶ A cerimônia inicial foi anunciada em “Frente Agrária promoverá concentração. Dois novos sindicatos serão criados”. *DN*. 24 de fev. 1963. p. 7. Trabalhadores e palestrantes vieram de Jardinópolis, Sales Oliveira, Altinópolis, Brodósqui, Ribeirão Preto, Dumont, Guataparã, Bonfim Paulista e, claro, de Batatais. Vide “Frente Agrária estará amanhã em Batatais: Cria-se sindicato e realiza-se concentração”. *DN*. 2 de mar. 1963. p. 9.

²⁷ As preparações são objeto do artigo “Camponeses de Batatais receberão frente agrária hoje e amanhã” e BELLINI, Gilberto. “Camponeses de Batatais: Unam-se que a vitória está próxima”. *DN*. 11 de mai, 1963. p. 5. Os acontecimentos de 24 de maio são reconstituídos de “Fazendeiro desacatou líder rural” e da peça de defesa escrita por Divo Marino e submetida ao Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo no processo de Otaviano Sampaio contra a Fazenda Boa Esperança. Processo 854/63. Caixa 175. JT/RP (adiante, o Caso MARINO).

colonos de Batatais queriam aumento do pagamento diário de Cr\$ 150,00 para Cr\$ 400,00, contratos por escrito, respeito ao direito de assembleia, e melhoria das condições de moradia.²⁸



Presidente João Goulart assina o regulamento da Supra, em novembro de 1963, sob o olhar de um sorridente Pinheiro Neto (centro). Foto: Cortesia do Arquivo Fotográfico da *Última Hora*, do Arquivo do Estado de São Paulo.

Enquanto Sampaio e padre Celso esperavam o pronunciamento do tribunal e do Ministério do Trabalho, Meireles e os outros fazendeiros se uniram para reprimir a paralisação. Perto dali, na Fazenda Boa Vista, o fazendeiro Irineu Marques perseguiu sete famílias de colonos, conhecidos membros do sindicato em formação, proibindo que trabalhassem na lavoura, e congelando sua linha de crédito na loja da fazenda. Quando o dissídio coletivo foi levado à justiça em junho, os fazendeiros foram forçados a lutar em uma frente ampla. Os administradores das fazendas Califórnia e Floresta bloquearam a entrada dos militantes da frente agrária, enviados para obter informações para a audiência, ameaçando-os até que fossem embora. Depois, durante a audiência de 7 de junho, os fazendeiros de oito das nove fazendas citadas a comparecerem não se apresentaram à justiça, o que freava na prática o progresso das negociações. Enquanto isso, Sampaio foi alvo de tratamento especial. Ainda que impedido

²⁸ “Fazenda Boa Esperança declara guerra a frente agrária”. *DN*. 31 de mai., 1963. p. 6. As outras fazendas eram Boa Vista, Capão Grande, Califórnia, Floresta, Bela Vista, Caridade, Limeira e Moradinha. “Fazendeiros decepcionaram trabalhadores”. *DN*. 8 de jun., 1963. p. 6.

de trabalhar e de receber seu salário, Sampaio continuou vivendo na fazenda, pois seu contrato só terminava em outubro; no entanto, Meireles puniu-o com a imobilidade, proibindo-o de utilizar o caminhão do leite para se deslocar até a cidade. Assim, Sampaio se viu obrigado a percorrer a trilha de 15 km a pé. Protegido contra piores crueldades, devido – talvez – ao fato de ser um líder conhecido, e a sua associação com o filho de Meireles, ele enfrentou ainda maior indignidade quando seu contrato finalmente terminou. Em 8 de outubro, a polícia local expulsou-o à força, juntamente com sua família e quatro outras, suspeitas de apoiarem o sindicato e a negociação de contratos. Com a colusão de um juiz local, os fazendeiros então os puseram numa lista negra, impedindo que encontrassem trabalho na região.²⁹

Enquanto a disputa coletiva e o processo de Sampaio iam percorrendo o labirinto do sistema judiciário do trabalho, o episódio produziu vários efeitos previstos por padre Celso. A frente agrária usou o conflito em Batatais como um farol para chamar atenção e obter apoio de políticos reformistas e do público. Uma eleição municipal estava prevista para o dia 13 de outubro, e a frente decidiu apresentar um candidato a prefeito de Ribeirão Preto. Ao selecionar Welson Gasparini, um popular jornalista, vereador e militantes da frente agrária, padre Celso e os outros esperavam colher os frutos de seu trabalho no campo. Em junho, uma caravana dos líderes da frente, incluindo Sampaio, viajou a Brasília para se encontrar com João Goulart. No dia 5 de junho, na Granja do Torto, relataram ao Presidente os acontecimentos relativos ao movimento camponês na região de Alta Mogiana, convidando-o a vir a Ribeirão Preto.³⁰ Ainda que o encontro não tenha trazido nenhuma solução, o *Diário de Notícias* aproveitou ao máximo o encontro da associação da frente agrária com o popular presidente. Duas semanas depois, no dia 18 de junho, o ETR entrou em vigor, o que gerou a impressão de que a visita da FAP é que havia obtido a aprovação de uma lei de significado histórico. Nos meses seguintes, Gasparini identificou-se cada vez mais com o pacote de reformas do presidente, e apareceu em público com Sampaio e outros líderes camponeses. A campanha de Gasparini, estudadamente organizada e desenvolvida por padre Celso, tinha por objetivo

²⁹ O aprofundamento do conflito foi reportado em “Fazendeiro desacatou líder rural”; “Colonos tiveram liberdade cerceada”. *DN*. 9 de jun., 1963. p. 6; e “Fazendeiros decepcionaram trabalhadores”. A Igreja começou acusando autoridades em “Lei funcionou (de novo) contra justiça: Fazendeiro Josino consumou reintegração”. *DN*. 8 de out, 1963. p. 8; “Fazendeiro Josino quis ver casebre vazio: Aparato policial na expulsão do camponês”. *DN*. 11 de out, 1963. p. 6; e “Juiz de paz faz guerra contra camponeses”. *DN*. 25 de out, 1963. p. 8. Vide o Caso MARINO.

³⁰ “Jango recebeu CGT e a frente agrária”. *DN*. 7 de jun., 1963. p. 8; e “JG recebeu convite dos camponeses”. *DN*. 16 de junho de 1963. p. 1.

vencer a eleição para prefeito por uma pequena margem, baseada no apoio sólido das zonas rurais do município. Nas comunidades de Guatapar, Bonfim Paulista e Dumont, a frente agrária trabalhou diligentemente para assegurar a lealdade dos pequenos proprietários e dos trabalhadores rurais.

Apenas dois dias antes da eleio, o Tribunal Regional do Trabalho deu ganho de causa a Sampaio, e o *Diário de Notícias* publicou a bem-sucedida defesa do advogado Divo Marino. Usando o ETR, Marino argumentava que, como militante sindical, Sampaio tinha proteo contra demissão sem justa causa. Ele, assim como os outros trabalhadores, tinha direito a aviso prévio ou ao pagamento de uma indenizao por não t-lo recebido. O tribunal ordenava que Meireles pagasse o sério mínimo a Sampaio, o décimo terceiro srio e valores retroativos referentes a férias remuneradas. Como os outros trabalhadores também eram membros do sindicato, a justiça determinou que Meireles pagasse uma multa pela sua demissão. A notícia dessa decisão, assim como a intensa campanha da frente, ajudou a eleger Gasparini, que venceu seus adversários, políticos mais experientes, por uma margem reduzida. Para expressar seu reconhecimento do significado simbólico da luta de Sampaio, Gasparini visitou Batatais no dia de sua eleio.³¹

Nessa eleio, os candidatos com apoio dos comunistas tiveram resultados tão ruins quanto os que estavam no campo da mobilizao camponesa. O candidato a prefeito, Antônio Carlos Santana, editor do *Diário da Manhã*, de Ribeirão Preto, concorria frente a uma coalizão PTB-PSB, obtendo um distante quinto lugar. Guilherme Simões Lopes, o candidato a vice da esquerda, chegou em sexto. Tanto Gomes como Santana apoiavam o movimento dos trabalhadores rurais – o *Diário da Manhã* havia patrocinado debates públicos a respeito de problemas nacionais para “estudantes, operários, camponeses e o povo”. Mas nem esse jornal, nem seu editor, petebista convicto, conseguiram obter o afeto desses grupos. As atividades do PCB não eram mais realizadas em Ribeirão Preto, e sim em outros municípios da região da Alta Mogiana. Ao demonstrar a base de força do partido junto aos trabalhadores agroindustriais, a maior parte dos sucessos de organizao no campo do ano de 1963 envolvia operários das usinas de auar e, por extensão, os cortadores de cana. Na fazenda dos Matarazzo (Amlia, em Santa Rosa de Viterbo), seis mil trabalhadores ameaçaram paralisao novamente em abril. Em maio, 12 greves afetaram as usinas de

³¹ A estratégia da Igreja foi revelada na Transcrio SYLLOS, p. 25-26; e GASPARINI, Welson, entrevistado pelo autor, Ribeirão Preto, 25 de julho de 1991. Vide o resumo da eleio em “Povo consagrou Gasparini”. *DN*. 17 de out, 1963. O candidato que ficou em segundo lugar, Paulo Gomes Romeo, que desfrutava do apoio do partido republicano e da social democracia dos fazendeiros, perdeu por apenas 322 votos. “Resultado final das eleioes em Ribeirão Preto”. *DN*. 20 de out, 1963. p. 3. Vide o Caso MARINO.

açúcar de São Paulo, e, em julho, a Federação dos Trabalhadores da Indústria Alimentícia, de Luís Tenório de Lima, juntamente com a associação de proprietários de usinas, assinou o primeiro acordo geral do estado. Outra greve, mais conhecida, ocorreu em Pernambuco, em maio daquele ano, reunindo 200 mil trabalhadores do açúcar, e chefiada por Gregório Bezerra, o legendário líder do PCB. Mas, em Ribeirão Preto e em seu subúrbio rural, onde o café e os pequenos produtores haviam mantido sua predominância, a Ultab tinha perdida sua vantagem com relação à FAP de padre Celso.³²

As mudanças no governo nacional influenciaram também a militância local em 1963. Desde a restauração dos poderes presidenciais de João Goulart, o partido, e não a Igreja, havia criado laços de amizade com políticos e altos funcionários. Ainda que *Terra Livre* noticie a fundação de muitas organizações camponesas muitos estados do país, fica também claro que, durante os meses que levaram ao golpe militar, o PCB gozava de um relacionamento mais íntimo do que nunca com o poder. Naturalmente, os líderes do partido, inclusive o presidente da Ultab, Lyndolpho Silva, procuraram usar essas conexões, tanto quanto as mobilizações populares, para promover a revolução. Em suas memórias, Pinheiro Neto relata os encontros regulares entre Goulart e líderes trabalhistas de esquerda, tais como Tenório de Lima. Em uma ocasião, o chefe do PCB, Luís Carlos Prestes, pediu a Pinheiro Neto que entregasse uma mensagem ao Presidente, que o Pinheiro Neto fez. Em janeiro, Goulart indicou Almino Monteiro Álvares Afonso, um deputado trabalhista amazonense bastante popular, para o Ministério do Trabalho. Líder do PTB no Congresso em 1962, Almino Afonso havia apoiado a polêmica condenação governamental do bloqueio estadunidense a Cuba, e, como ministro do Trabalho, em abril de 1963, ele havia reconhecido legalmente a CGT, dominada

³² Sobre as decepções quanto à eleição, vide “Como podem os ribeirão-pretanos votar em candidatos que não apoiam as reformas de base (agrária, urbana, bancária, etc.), quando as esperanças de melhores dias estão justamente nessas reformas?”, bem como, em outros artigos em *A Tarde*, um suplemento especial sobre a eleição de DN. 5 de ago, 1963. p. 3. “Resultado final das eleições”; e Guilherme Simões GOMES. entrevistado pelo autor, Ribeirão Preto. 22 de maio de 1991. A citação é “Estudantes, Operários, Camponeses e Povo Debaterão os Grandes Problemas Nacionais. Convocação de todas as forças populares para o comício de sábado – Leonel Brizola confirmou sua presença” *Diário da Manhã*, 26 junho 63, p. 8. Para a série de oito reportagens sobre a análise do ETR: vide Rafael RAYA JÚNIOR. “Estudos do Estatuto do Trabalhador Rural”. DN. julho de 1963. Sobre as lutas do açúcar, vide STOLCKE. *Coffee Planters*. p. 111; “Fazenda Amália: Seis mil trabalhadores irão à greve em defesa de seus direitos”. NR. p. 19-25 de abr, 1963; “Santa Rosa do Viterbo: Trabalhadores farão nova greve contra o império Matarazzo”. TL. maio de 1963. p. 4; e “Trabalhadores paulistas do açúcar conquistam 80% de reajuste salarial” NR. 28 de jun – 4 de jul, 1963.

pelo novo PCdoB – Partido Comunista do Brasil. Essa medida distanciou-o da administração. Durante o exercício de Almino, Sérgio Luís Rocha Veloso foi nomeado chefe da CONSIR – Comissão Nacional de Sindicalização Rural. A Consir se responsabilizou pela administração da formação e reconhecimento de novos sindicatos rurais. Impressionado com a capacidade de organização e com a presença nacional da Ultab, Veloso relatou posteriormente sobre a maneira como isso influenciou o trabalho da comissão. “Achava que eles trabalhavam melhor do que os outros grupos”, Veloso disse a um historiador estadunidense, em 1968. Preocupado com o crescente poder político do PDC (aliado da FAP) na região da Alta Mogiana, Veloso enviou o comitê regional do partido um pacote de material para o registro de sindicatos rurais, inclusive uma carta sindical para o sindicato da Batatais, que o partido havia tentado registrar inicialmente em 1954.³³

O estatuto do sindicato de Batatais tinha sido publicado oficialmente no dia 16 de julho e, de acordo com a lei, a Ultab tinha quatro meses (120 dias) para realizar uma assembleia e eleger os representantes. Mas ninguém tomou a iniciativa de fazê-lo, antes da aproximação do prazo final, em novembro. No início de novembro, uma comissão de oito homens, liderados por Arlindo Teixeira, um comunista que vivia em Batatais e trabalhava como carpinteiro em diversas fazendas, tentou chegar a um acordo com padre Celso. Eles tinham os documentos necessários para legalizar o sindicato, afirmava Teixeira, e, se padre Celso entrasse em acordo, eles deixariam a documentação com ele. O acordo consistia em dividir a direção do sindicato entre a Igreja e o PCB. Eles propunham apoiar uma chapa conjunta de candidatos para os cargos do sindicato, três da FAP e três do partido. Ao transformar a associação em um sindicato legalizado, todos se beneficiariam com as proteções federais e com os recursos financeiros previstos no ETR. No entanto, padre Celso se esquivou de aceitar a oferta de Teixeira. Ele acreditava que a FAP tinha poder suficiente sozinha, e adotou uma postura tudo ou nada, exigindo que Teixeira entregasse os documentos. Teixeira recusou, afirmando que o partido precisava de apenas 50 assinaturas para obter a aprovação do Ministério do Trabalho. Isso daria ao partido total controle sobre o sindicato, tirando-o das mãos da Igreja. Seguindo esse plano, o partido publicou um anúncio no jornal de Batatais, no dia 24 de novembro. O anúncio convocava todos os trabalhadores rurais a participarem da

³³ Para entender este período de ascensão da sorte do PCB no governo, vide João PINHEIRO NETO. *Jango: Um depoimento pessoal*. Rio de Janeiro: Record, 1993. p. 80-85; e Mônica KORNIS e Leda SOARES. “Alfonso, Almino”. *DHBB*. p. 28-29. Veloso é citado em DULLES. *Unrest in Brazil*. p. 220-221. Moraes alega que o ministro mandou “umas dez ou 12 cartas, prontinhas, tudo pronto, a ata da reunião, era só assinar e tinha que ter 50 pessoas no mínimo”. Transcrição MORAES, parte 3. p. 30.

reunião da “União dos Trabalhadores Assalariados Rurais e Colonos”, no sábado, primeiro de dezembro.³⁴

Furioso, padre Celso escreveu um incisivo artigo no *Diário de Notícias*, denunciando o jogo de poder dos comunistas. Na reportagem, o padre revelava os problemas enfrentados por Sampaio e pela frente, tentando conseguir reconhecimento há mais de um ano para sua União dos Trabalhadores da Agricultura, Pecuária e Indústrias da Extração – um nome mais apropriado ao período anterior, do decreto lei número 7.038, do que as regras do ETR. Padre Celso culpava o favoritismo demonstrado pelo Ministério do Trabalho com relação à Ultab como um dos motivos para os obstáculos enfrentados. A associação de Sampaio era a única organização trabalhista legítima em Batatais, afirmava padre Celso. O grupo de Teixeira nada havia feito desde 1954, e poucos de seus membros originais viviam agora na região. Para piorar ainda mais as coisas, o homem que aparecia como signatário do anúncio do jornal afirmava não ter conhecimento do anúncio nem do sindicato, e jurava que seu nome havia sido usado sem o seu conhecimento. Ao revelar essas descobertas, padre Celso convocava os trabalhadores de Batatais a aparecerem no encontro e rejeitarem unanimemente os impostores comunistas.

Naquele sábado, mais de cem trabalhadores compareceram no lugar da reunião, Rua Doutor Amador de Barros, 417. O partido chamara Irineu Luís de Moraes para tomar frente da assembleia, mas o padre Celso desafiava a agenda. Ao ouvirem Moraes e padre Celso trocarem acusações, propôs-se um voto considerando o encontro como não representativo e ilegítimo, e a dissolução da assembleia. Aceita a proposta, um grupo se juntou a padre Celso, Sampaio e Tassinari, que se retiraram do recinto. O grupo de Moraes e Teixeira tentou constituir quorum de novo no dia 15 de dezembro, mas, com padre Celso e Sampaio protestando do lado de fora do prédio, a reunião contou com apenas três participantes. A tentativa comunista de influenciar o movimento sindical dos colonos em Batatais tinha sido um fiasco. A frente agrária conseguiu bloquear todas as tentativas. Aparentemente, o momento dos comunistas na

³⁴ O lançamento oficial está registrado em “Demitido a carta sindical do Sindicato dos Assalariados Agrícolas e Colonos de Batatais, 10 de maio de 1963”. *Diário Oficial da União*. 16 de julho de 1963. p. 6159. Algumas confusões não resolvidas sobre esta data vêm das listas de reconhecimento do sindicato desenvolvidas por BARROS. “A organização sindical”, na página 164 há um reconhecimento datando de 15 de março de 1963 para o Sindicato de Trabalhadores rurais de Batatais. De acordo com o ETR, apenas o último nome seria permitido. A disputa entre o PCB e a Igreja é revelada na Transcrição TEIXEIRA. p. 19. Transcrição SYLLOS. p. 11-12, 57-58; e “Camponeses armam expectativa em Batatais: Auxiliares do PC tentam ‘golpe’ sindical. Graves denúncias apresentadas a reportagem pelo atual presidente da Frente Agrária regional de Ribeirão Preto”. *DN*. 1º de dez; 1963. p. 8.

cidade já tinha terminado. Após o término da validade do estatuto da Ultab, Sampaio redigiu uma solicitação de reconhecimento da sua associação (de 500 membros) junto ao Ministério do Trabalho.³⁵

A demonstração pública de hostilidade e rivalidade em Batatais escondia uma atitude de relutante respeito entre os dois grupos. Em seu ataque mais inflamado contra o partido, por interferir na associação de trabalhadores de Batatais, padre Celso se dirigia a Moraes não apenas pela alcunha de praxe – “o notório comunista” – mas também como “o autêntico líder”. Anos depois, padre Celso refletiu que o trabalho do PCB “era muito difícil”. “O partido fez um trabalho na roça. Eles eram clandestinos; qualquer coisa, eram presos, viviam presos. Eles foram pioneiros heroicos desde 1921”. Apesar da amarga competição da FAP, Moraes admitiu mais tarde admirar o sindicato de Batatais. “Eles tinha uma ligação muito boa em Batatais”, afirmou Moraes. “O camponês presidente lá, muito católico, ligado ao padre Celso, ficou lá impenetrável pra qualquer ideologia, estranha a dele lá. Por sinal, era um grande sindicato. E reivindicatoriamente, eles trabalhavam bem”. Depois da polêmica sobre o reconhecimento, Antônio Giroto, do comitê regional do partido, encontrou-se com padre Celso, para fazer um apelo no sentido de acabar com os confrontos. Giroto se ofereceu para entregar a padre Celso o documento sindical vencido, e deixar o sindicato de Batatais nas mãos da frente. “Não aceitei. ‘A carta não é daqui’”, padre Celso lembra-se de ter dito, “é com os camponeses de Batatais, eu não tenho nada que ver com isso”.³⁶

Ainda que os registros mostrem que tanto padre Celso como Moraes deram ênfase a atividades de criação de sindicatos, tanto um como outro, em suas recordações dessa época, dão privilégio a atividades de conscientização. Algumas fontes documentais sustentam esse ponto de vista. Em rivalidade com a Ultab, padre Celso e a FAP dedicaram considerável energia tentando obter o controle dos sindicatos. No entanto, ainda assim, a principal atividade ininterrupta da frente foi a série de “círculos de politização” patrocinados domingo após domingo. Na época, sabia-se que Moraes organizava trabalhadores em

³⁵ Padre Celso deu vazão a sua frustração em “Camponeses armam expectativa em Batatais.” Sobre a disputa, vide “Confirmam-se denúncias da Frente Agrária: Camponeses não permitirão nenhum ‘golpe’. Presidente da FA expôs manobras divisionistas preparadas por elementos diretamente ligados à Ultab (pró-Comunista)”. *DN*. 3 de dez; 1963. p. 1. O pedido de Sampaio de 16 de dezembro de 1963 foi reimpresso em “Camponeses repudiam golpes sindicais: Elementos do PC continuam abusando”. *DN*. 17 de dez., 1963. p. 6.

³⁶ Sobre a resolução da disputa e as avaliações posteriores dos participantes, vide “Camponeses armam expectativa em Batatais”; Transcrição SYLLOS. p. 14-15, 58; Transcrição MORAES parte 3. p. 22; e Antônio GIROTTO, entrevistado pelo autor, Ribeirão Preto. 19 de outubro de 1988. p. 20-21.

sindicatos, mas este mais tarde protestou que a conscientização tinha de preceder a criação de instituições. A conscientização da classe trabalhadora devia vir da luta, pensava. Se a luta tinha por consequência a formação de um sindicato, tanto melhor. Da maneira como Moraes encarava a questão, no entanto, o trabalho fundamental do militante consistia em estimular conflitos que ajudassem no desenvolvimento de uma identidade proletária. Era fútil construir sindicatos primeiro, para depois utilizá-los para a resolução de disputas judiciais. Padre Celso fez comentários semelhantes na época, alegando que o mais importante era a educação política da classe trabalhadora, para ajudar “o homem do campo a se integrar na sociedade”. As semelhanças entre os dois homens e seus movimentos podem parecer surpreendentes, dada a ênfase dos estudos acadêmicos sobre as tensões entre a Igreja e o PCB.³⁷

A FORMAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES ESTADUAIS E NACIONAIS

Enquanto os padres de esquerda, como padre Celso, e os militantes comunistas, como Moraes, eram capazes de encontrar pontos em comum que permitissem a convivência em nível local, havia uma acirrada guerra fria entre o partido e os elementos mais conservadores da Igreja Católica em nível estadual e nacional. Nesses níveis, o ETR motivou uma disputa entre os dois grupos para estabelecer e controlar organizações trabalhistas estaduais e nacionais.

José Rotta, o líder do Círculo Operário Católico, continuou a pressionar a agenda anticomunista da Igreja em São Paulo. Como já havia ocorrido dois anos antes, Rotta tentou desviar a atenção pública da Utab, em 1963 – quando os militantes estavam se preparando para estabelecer uma confederação nacional de acordo com as regras do ETR – para se posicionar em desafio ao partido. A nova organização devia se chamar Contag – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. Dado o crescente papel desempenhado pela legislação federal junto à sociedade rural, e o debate sobre reforma agrária em curso, a presença de uma entidade representativa do campesinato, reconhecida legalmente, e de âmbito nacional, era muito importante para todos os envolvidos na questão agrária e a reorganização da vida rural. A Contag oferecia a primeira oportunidade para que o campesinato se tornasse uma parte oficial do processo de constituição de políticas. A pressão política dos fazendeiros já era bastante organizada, e sua or-

³⁷ Os dois organizadores discutem as diferenças na Transcrição SYLLOS. p. 14, 22; e Transcrição MORAES parte 3. p. 24. RICCI (p. 54-80), por exemplo, destaca as diferenças das práticas sindicais da Igreja e do PCB. A tensão entre comunistas, católicas e protestantes (“crentes”) faz parte fundamental do estudo do nordeste da antropóloga Regina Reyes NOVAES, *De corpo e alma: catolicismo, classes sociais e conflitos no campo*. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 1997.

ganização civil oficial, a CRB, estava se preparando para tornar-se a CNA, Confederação Nacional da Agricultura, em conformidade com as regras do ETR. A CNA deveria ser o órgão dos empregadores a ser incorporado por reconhecimento do Ministério do Trabalho. Nem que fosse apenas para se alçar ao mesmo nível organizacional que o dos fazendeiros, os defensores do campesinato precisavam construir seu movimento através de uma série de passos essenciais, em obediência ao exigido pelo ETR. Para formar a Contag, eles necessitavam de ao menos três federações estaduais, e, para estabelecer essas federações, eles precisavam ao menos de cinco sindicatos reconhecidos em cada estado. Assim, o poder potencial da Contag aumentava o valor do investimento mínimo necessário, se o movimento fosse apostar na criação de sindicatos e federações.

Em junho, logo após a entrada em vigor do ETR, José Alves Portela, da Ultab, anunciou planos para um encontro estadual da FATAESP, em 8 de setembro de 1963, a qual, apesar de fundada em 1961, ainda não tinha sido reconhecida. Um mês depois, numa repetição dos eventos que precederam o congresso de Belo Horizonte, Rotta marcou um encontro rival para o mês anterior, apenas uma semana antes do encontro de Portela. Sem deixar por menos, *Terra Livre* chamou Rotta de “pelego” e um “ilustre desconhecido (...) comerciante falido que resolveu ser ‘líder’ camponês, conseguindo até mesmo registrar uma ‘federação’”. O jornal ainda publicou a fotografia de Rotta, avisando aos leitores que tomassem cuidado com os pelegos da sindicalização rural. Rotta respondeu à altura, atacando a Ultab, tachando a FATAESP de “comuno-janguista” e acusando o governo de João Goulart de favorecer os esquerdistas e ignorar os “sindicatos cristãos”. Após o encontro, realizado em Araraquara, da FATAESP – Federação de Trabalhadores Agrícolas do Estado de São Paulo, organização de que Rotta fazia parte, *Terra Livre* dedicou uma página inteira à ridicularização do encontro, que considerava ilegítimo e antidemocrático. Apenas 80 pessoas compareceram, afirmava o artigo, e as fotografias mostravam que os participantes bem-vestidos – segundo o jornal, fazendeiros, padres e advogados – eram maioria tanto na plateia como na diretoria do evento. (É claro que o partido também tinha aliados entre os fazendeiros, advogados, e até mesmo entre o clero.) *Novos Rumos* afirmava que Rotta havia negado credenciais e a oportunidade de falar aos 23 representantes da FATAESP e da Ultab que haviam participado da reunião. Reportagens de órgãos simpatizantes contaram uma história diferente, afirmando que, além dos nove padres, oito agrônomos e diversos advogados presentes, haviam participado também 189 delegados de 69 sindicatos rurais, reconhecidos ou não. Provavelmente, as duas versões são errôneas. Mas as fontes estão de acordo quanto ao fato de que membros da SRB, inclusive Francisco Toledo Piza, desempenharam um papel de destaque no congresso. Isso não

está em contradição com a ideologia colaboracionista de Rotta, nem com a condenação da luta de classes, por parte da Igreja.³⁸

A hostilidade do partido com relação à assembleia da Fetaesp pode ser um caso semelhante ao da fábula “A Raposa e as Uvas”, pois, no dia 17 de agosto, o Ministério do Trabalho surpreendeu a todos, com o reconhecimento formal da federação de Rotta, como sendo a instância máxima dos sindicatos dos trabalhadores rurais no Estado de São Paulo. As razões para essa atitude são complexas. Tecnicamente, o ETR permitia que múltiplas federações se formassem em cada estado, desde que elas representassem categorias claramente distintas do trabalho rural, e que agrupassem cinco ou mais sindicatos de uma dada categoria. No entanto, o ETR não especificava nenhuma categoria, e, como tinha entrado em vigor tão recentemente, ninguém tinha certeza quanto à correta nomenclatura de suas federações e sindicatos. A Igreja tinha a vantagem de ter a Fetaesp – uma federação de “trabalhadores agrícolas” – porque essa instituição usava as mesmas palavras de significado amplo e geral que o ETR. Já a Ultab, com a Fataesp – uma federação de *associações* – não representava nenhuma categoria específica, e não tinha lugar na estrutura corporativista. Também, o ponto de vista político, o mês de agosto era uma época interessante para as questões nacionais. Goulart tinha acabado de dar o cargo do radical Almino Afonso ao moderado Amaury de Oliveira e Silva, como ministro do Trabalho, na esperança de reduzir a influência comunista, que tinha crescido durante o exercício de Afonso. Dar legitimidade ao grupo de Rotta pode ter sido uma oportunidade de reafirmar o seu apoio à Igreja. Ao reconhecer a Fetaesp, Silva criava uma clara distinção entre o seu exercício e o do ministro anterior. Um especialista na questão trabalhista do consulado americano em São Paulo, Jack Liebof, especulava que a Fetaesp havia obtido o reconhecimento em troca de cooperação com o ministério, ao bloquear a participação comunista em sua conferência. Seja como for, a mudança de ministro realizada por João Goulart trouxe-lhe

³⁸ Os ataques satíricos da Ultab a Rotta estão em “Camponeses em Araraquara desmascaram o ‘congresso’ do Rota” e “Camponeses de batina motorizados”. *TL*. Suplemento Especial. v.14,n.127, out., 1963, p.2. Vide “Mais de 40 sindicatos exigem: Expulsão já do pelego José Rotta”. *TL*, v.14,n.127, out., 1963, p. 4. Vide “Comerciante falido negou credencial a legítimos trabalhadores da terra”. *NR*. 13-19 de setembro de 1963. p. 6. e SILVA, Lindolfo. “Congresso Particular de Araraquara”. *NR*. 18-24 de outubro de 1963. p. 6. Um resumo sobre os registros na imprensa de maior circulação está no item 11 do AmCoGen, São Paulo, para USDS. *Weekly Summary* No. 88. 6 de setembro de 1963. RG 59. Pol 2-2 BRAZ (3384). DS/USNA. Para as acusações de Rotta contra a Ultab, vide José ROTTA “Discriminação contra sindicatos cristãos”. *OESP*. 8 de agosto de 1963. p. 7. Claro que havia alguma verdade nas suas alegações. Dos 47 sindicatos rurais registrados em 1963 em São Paulo, apenas quatro eram afiliados à federação conservadora de Rotta.

poder de barganha junto a um importante inimigo. Para conserva sua legitimidade junto aos trabalhadores, Liebof avisou que “Rotta, geralmente conservador, terá de adotar uma posição mais militante em favor de melhores condições de trabalho e de vida para os trabalhadores rurais”. No final de setembro, no entanto, Rotta ainda não tinha permitido que nenhum dos sindicatos oficiais organizados pela Ultab se afiliasse junto à Fetaesp. Conforme o aviso do cônsul, fazê-lo implicaria em risco de desequilibrar o número de delegados, até então mantido a seu favor. Na verdade, Rotta havia também bloqueado a participação de sindicatos católicos rivais, criando obstáculos para a afiliação de qualquer sindicato organizado pela FAP na região da Alta Mogiana.³⁹

Os Estados Unidos incentivavam essa política de enfrentamento em muitos níveis e lugares. A pior área era o Nordeste, onde a popularidade e o radicalismo das Ligas Camponesas e o crescimento excepcional da Ultab haviam levado o governo dos Estados Unidos a implementarem os primeiros programas da Aliança para o Progresso. Sob o guarda-chuva da aliança, diversas agências da Guerra Fria vieram trabalhar na região, inclusive a CIA, o AIFLD – Instituto Americano de Desenvolvimento do Trabalho Livre, e o programa “Food for Peace” (Alimentos para a Paz). Para diminuir o apelo das ligas, o governo norteamericano enviou dinheiro a grupos ligados à Igreja, sobretudo ao SORPE – Serviço de Orientação Rural de Pernambuco, liderado pelo padre Paulo Crespo. Em São Paulo o ICT – Instituto Cultural do Trabalho, financiado pela AIFLD e pela CIA, patrocinou diversos projetos, inclusive treinamento para Rotta e um projeto do “Food for Peace” em Marília que, de acordo com os documentos dos Estados Unidos, “ajudava o sindicato do trabalhador rural da região em seus esforços para se organizar”. Logo após a tomada de controle da Supra por Pinheiro Neto, o adido trabalhista dos Estados Unidos, John Fishburn, pressionou para que os sindicatos católicos fossem favorecidos, em detrimento dos comunistas, no processo de reconhecimento oficial. Inicialmente, Pinheiro Neto disse a Fishburn que os fundos da Supra “seriam disponibilizados a todos que o requeressem”. Pinheiro Neto disse também que planejava “reconhecer todos os sindicatos organizados pelos comunistas ou pela Igreja”, e que sua superintendência não podia “fazer distinções” entre eles. Mas

³⁹ Sobre o reconhecimento da Fetaesp e sua reunião de Araraquara, vide item 7 em AmCoGem, São Paulo, para USDS. *Weekly Summary No 86*. 23 de agosto de 1963. RG 59, POL 2-1 BRAZ (3833), DS/USNA. Uma lista de sindicatos afiliados está em AmConGen, São Paulo, to USDS. *List of Labour Federations in São Paulo State*. RG 59, LAB 3-2 BRAZ (3576), DS USNA. Também pode ser porque os sindicatos da FAP não queriam se associar com Rotta. “Eu não participei desse congresso [de Rotta] e nem um líder meu participou”, padre Celso lembra, “porque a gente não participava da linha da federação. Eram reacionários mesmo, era um acerto com os fazendeiros, não era de briga. Os problemas maiores eram escamoteados, escondidos, não se trabalhava os problemas.” Transcrição SYLLOS. p. 34.

Fishburn manifestou seu descontentamento com a resposta e, ao fim do encontro, Pinheiro Neto tinha “mudado sua posição e afirmado que, embora não pudesse negar reconhecimento a quem o requeresse, ele podia negar a transferência de fundos, se ficasse claro que quem os solicitava era comunista”. Ainda assim, Fishburn duvidava da sinceridade do anticomunismo de Pinheiro Neto, e fez o que pôde para fortalecer o movimento ligado à Igreja. Era um negócio frustrante, no entanto. Para os Estados Unidos, o movimento da Igreja era muito difuso e fraco para desafiar competentemente a Ameaça Vermelha representada pelo PCB.⁴⁰



Ex-adido trabalhista dos Estados Unidos no Brasil, John Fishburn, perto de sua casa em Woodstock, Virginia, 27 de abril de 1985. Foto: Cliff Welch.

Fishburn havia tentado deixar claro para Pinheiro Neto a importância de se reconhecer apenas as federações da Igreja, de maneira que os comunistas pudessem ser impedidos de participar da fundação da Contag. Quando os dois se

⁴⁰ Sobre a SORPE e os Estados Unidos, vide Joseph PAGE. *The Revolution That Never Was*. p. 74, 129-34 e Moniz BANDEIRA. *O governo Goulart*. p. 70. Os registros do Departamento de Estado americano que padre Crespo era um visitante regular do consulado em Recife e da embaixada no Rio de Janeiro. Sobre o ICT e a AIFLD em São Paulo, vide AmEmbassy para USDS. *Labor: Rural Workers Reaction to the Alliance for Progress Program*. A-370. 20 de outubro de 1964. RG 59. LAB 10 BRAZ (1283). DS/USNA. Sobre Fishburn, vide AmEmbassy para USDS, A-301. 30 de agosto de 1963. RG 59. LAB 3-2 BRAZ (3576). DS/USNA. Comentários sobre o movimento da Igreja, vide AmConsul, Recife, para USDS. *Weekly Summary No 3*. A-7. 26 de julho de 1963. RG 59 POL 2-3 DRAZ (3835). DS/USNA.

encontraram, no final de agosto, cinco federações já tinham sido reconhecidas. Pinheiro Neto aceitava a caracterização feita por Fishburn: as federações de Pernambuco, Rio Grande do Norte e São Paulo eram ligadas à Igreja, e as do Paraná e do Rio de Janeiro eram ligadas aos comunistas. As federações da Ultab não podiam mais receber reconhecimento, insistia Fishburn. Quando as negociações de planejamento da cerimônia da Contag foram realizadas, no entanto, uma aliança entre a Ultab e as ligas tinham conseguido o reconhecimento de uma nova federação no Estado da Paraíba. Ainda que Pinheiro Neto tivesse assegurado a Fishburn que a Supra era responsável por 80% do orçamento destinado à promoção do movimento sindical dos trabalhadores rurais, o Ministério do Trabalho detinha total controle sobre a oficialização do movimento. Fishburn deve ter ficado bastante irritado ao saber que o ministro do Trabalho Amauri Silva havia se encontrado, no dia 23 de novembro, com Lyndolpho Silva, Antônio Mendonça Conde (Paraná) e Everaldo Silveira (Rio de Janeiro), representantes da Ultab. Além deles, haviam participado representantes das federações ligadas à Igreja do Rio Grande do Norte e de São Paulo, para planejar a convenção de inauguração da Contag. Em uma longa e rancorosa reunião, que incluía também a presença de Sérgio Veloso, da Consir, e o funcionário da Casa Civil José Augusto, o ministro do Trabalho examinou o regulamento número 346 do ETR, decidindo que o Ministério só reconheceria cinco categorias de federações: as de trabalhadores na lavoura, as de trabalhadores na pecuária, as de trabalhadores na produção extrativa rural, as dos trabalhadores autônomos e as dos pequenos proprietários. Dessa maneira, era possível reconhecer um máximo de cinco federações por estado. O Ministro decidiu também permitir a participação de todos os delegados das federações que tinham solicitado reconhecimento ao Consir até a data do congresso, que foi marcada para os dias 20 a 22 de dezembro no Rio de Janeiro. Se as solicitações de duas federações da mesma categoria fossem encaminhadas, não se contariam os votos de nenhuma das duas delegações. Isso gerou um frenesi de atividade e formação de federações.⁴¹

⁴¹ Sobre Fishburn e Pinheiro Neto, vide AmEmbassy. A-301. O desenvolvimento da aliança entre a liga e a federação dos sindicatos do PCB na Paraíba é discutida em AUED. *A vitória dos vencidos*. p. 56-68; e no depoimento de Francisco Assis Lemos, a transcrição do depoimento conduzido pelo CPDOC/FGV em 1978. Sobre o planejamento da reunião da Contag, vide “Federações de todo país integrarão a ‘CNTA’”. *TL*. dezembro de 1965. p. 5. Novembro também trouxe a criação do fundo de bem-estar social dos trabalhadores rurais, para prover benefícios médicos e de aposentadoria aos camponeses. Um diplomata americano notou o apoio de Goulart à lei, que apenas regulamentava os artigos do ETR, como sinal de sua demagogia. “A decretação de leis desta época”, escreveu o adido do trabalho em exercício Haroldo Shapiro, “serve apenas como indício do interesse de Goulart em construir e monopolizar uma base política rural mais articulada”. A medida, que recebeu pouca atenção da imprensa, não entraria em vigor até janeiro de 1965. AmEmbassy Rio de Janeiro para USDS. *Presidente Asina Decreto*

Para acomodar as novas categorias, a Fataesp foi dissolvida, e seus organizadores se dedicaram a reconfigurar as associações de trabalhadores rurais da Ultab, para assegurar que seus militantes tivessem suas federações, em conformidade com o regulamento número 346 do ETR, para que pudessem ter representação nos encontros da Contag. Por exemplo, a FTRAESP – Federação de Trabalhadores Rurais Autônomos do Estado de São Paulo, foi reconhecida pelo Ministério do Trabalho no dia 16 de dezembro, apenas 4 dias antes do congresso da Contag. Na primeira referência à FTRAESP a aparecer na imprensa, uma reportagem do semanal *Novos Rumos* de janeiro afirmava que as origens do grupo datavam de 1960, quando parceiros e arrendatários tinham começado a se organizar. Em outubro de 1963, continuou o artigo, 11 sindicatos de trabalhadores autônomos haviam recebido reconhecimento do Ministério, e fundado a federação. Em dezembro, nove outros sindicatos tinham se juntado a eles, e os 20 sindicatos solicitado reconhecimento, concedido por Silva em 16 de dezembro. Dois dos delegados da FTRAESP na conferência da Contag eram Nestor Veras, dirigente da Ultab no estado de São Paulo, e João Bistaffa, outro militante comunista de longa data, de Bragança Paulista, que tinha sido diretor da Fataesp.⁴²

O CONGRESSO DE FUNDAÇÃO DA CONTAG

Quando o encontro da Contag foi finalmente realizado no Rio de Janeiro, 33 federações de 19 estados enviaram delegados. A participação de dez federações não foi permitida devido a presença de federações concorrentes da mesma categoria de camponeses. Assim, 24 delegados dos 19 Estados foram inscritos com voz e voto. Destes, 12 foram de federações da Ultab, organizadas em dez estados, fazendo com que 50% dos participantes que estavam lá fossem do PCB. Mais seis federações inscritos de cinco Estados estavam afiliadas com a Ação Popular, um novo grupo de jovens de esquerda da Igreja Católica, e assim geralmente na solidariedade com a agenda do PCB. As demais federações estavam ligadas a várias frações da Igreja Católica, inclusive Fetaesp do Rotta. Para eleger a diretoria da Contag, uma única chapa foi lançada com candidatos das federações vinculadas ou com Ultab ou com AP. Entre os nove membros da direção, Lyndolpho Silva foi

sobre Bem-Estar Rural. A-636. 22 de novembro de 1963. RG 59, LAB 5 BRAZ (4205). DS/USNA.

⁴² A história da FTRAESP está em “São Paulo: 518 mil trabalhadores rurais autônomos já têm sua federação”. *NR*. 31 de jan – 6 de fev; 1964. p. 6. Sobre Pernambuco, vide PEARSON. *Small Farmers and Rural Workers*. p. 269, n. 4.

eleito presidente e Nestor Veras tesoureiro geral, dando ao PCB controle da pauta e dos fundos. Os registros do Consir ainda não foram divulgados, dificultando a conferência destes dados.⁴³

Segundo o “Relatório sobre a Fundação da Contag” que Silva produziu em 1965, das 23 federações que votaram, 15 uniram camponeses na categoria de trabalhadores, ora “agrícolas”, ora “na lavoura”, ora “rurais”, ora “na agricultura”, que se tornaria a denominação geral adotada para todas. Seis das 23 eram federações de trabalhadores na posição econômica de “produtores autônomos”, uma de “pequenos lavradores” e outra de “pequenos proprietários rurais”. A maioria dos camponeses representados, então, fizeram parte do campesinato que o partido buscou mobilizar para enfrentar o latifúndio. Para Silva, a Contag nasceu gigantesca, representando “cerca de oitocentos sindicatos e aproximadamente 1 milhão de associados”. No capítulo dois do relatório, Silva abordou “A organização sindical rural de base até 31/03/1964”, em tabelas anotadas que mostram, estado por estado, o nome do sindicato, o número do processo de seu reconhecimento, o estado do reconhecimento, a data da publicação no *Diário Oficial da União* de sua carta sindical e sua afiliação. Baseado na memória do militante, eram quase 1.200 sindicatos formados, com a maioria dos campos de informações preenchidos. Apesar desta evidência, não é fácil determinar quantas dessas sindicatos e federações surgiram da luta dos camponeses e não da pasta de um advogado trabalhista. Para a ditadura, contudo, não houve muita questão: a partir de abril de 1964, dois terços das federações que participaram na fundação da Contag foram declaradas “federações fantasmas” e fechadas.⁴⁴

Mas é importante notar que, com relação à FTRAESP, assim como no caso de outras federações, o PCB havia há muito apoiado grupos de arrendatários e parceiros que eram bastante explorados pelos proprietários. Muitos sindicatos afiliados da FTRAESP tinham considerável experiência e não podiam ser clas-

⁴³ Existe um relatório que documenta a fundação da Contag, que usei como base desta sinopse do congresso. O “Relatório sobre a fundação da Contag” foi escrita em 1965 “na clandestinidade por Lyndolpho Silva a pedido de um membro da direção do PCB”. Essencialmente uma longa lista de entidades sindicais organizadas na época, suas afiliações e suas relações com as federações que fundaram a Contag, foi publicado em Lyndolpho SILVA. *O camponês e a história: a construção da Ultab e a fundação da Contag nas memórias de Lyndolpho Silva*. Paulo Ribeiro da CUNHA (org.). São Paulo: Instituto Astrojildo Pereira, 2004. p. 21 e 185-270. Como o único documento do evento, escrito por uma pessoa profundamente interessada, tem que ser utilizado com atenção crítica. Mesmo assim, é de imenso valor. Para a AP, vide reginaldo Benedito DIAS. “A história da Ação Popular nas memórias de Herbert de Souza” *Diálogos*. (Marin-gá) v. 11, n. 3, p. 163-98, 2007.

⁴⁴ SILVA. *O camponês e a história*. p.186-88, 207 e 208-70. Sobre a retirada dos certificados das “federações fantasmas”, vide DULLES. *Unrest in Brazil*. p. 222.

sificados como fantasma. O sindicato de produtores autônomos do município de Santa Fé do Sul, por exemplo, tinha se formado durante uma disputa por terras, iniciada em 1957. Em 1959, o conflito se intensificou, quando Jôfre Corrêa Netto, líder dos camponeses, foi alvo de um jagunço e dezenas de arrendatários foram expulsos de suas terras pelas manobras do Paulo Vanzolini, enviado especial do governador José de Carvalho Pinto. Em outras palavras, apesar da FTRAESP ter sido formada às pressas, o movimento dos camponeses ligados ao PCB já tinha uma longa e importante história em São Paulo, e também no Paraná, onde participantes da Guerra de Porecatu se haviam unido outros posseiros descontentes para formar outra federação.⁴⁵

Na verdade, as orientações do Ministério do Trabalho para a formação de federações foram deliberadamente facilitadas para “aumentar a composição da Contag”, segundo *Terra Livre*. Dada a extensão e a duração do investimento da Ultab no movimento camponês, não era de se surpreender que fossem capazes de tirar vantagem dessas novas regras, formando rapidamente novas federações. De fato, as preocupações de Fishburn, sobre a influência dos comunistas, provou ser bem fundada, pois a Ultab fez um bom trabalho e as vezes foi a única alternativa para muitos camponeses. Foi por ser efetivo e dedicado e não corrupto que membros do PCB obtiveram uma posição de poder ao final da assembleia da constituição da Contag.

Existem vários relatos secundários da reunião de fundação da Contag. Em geral, eles contam como a Ultab e a AP formaram uma aliança de conveniência para possibilitar a criação de uma chapa liderada por Lyndolpho Silva, para obter o controle da organização. O historiador John Dulles, por exemplo, conta a história desta maneira:

A Ação Popular tinha nove federações; os comunistas (Ultab), com o maior número de sindicatos, tinha nove também; e os cristãos que não estavam ligados à AP tinham nove. Apesar da AP e dos comunistas terem mostrado intensa rivalidade no momento de formar sindicatos, eles chegaram a um acordo durante a conferência (...) Esse acordo deu os cargos superiores aos comunistas.

Escrevendo logo após o evento, o analista Robert Price oferece uma descrição semelhante:

⁴⁵ A organização incluía o sindicato de Santa Fé comandado por Olímpio Pereira Machado, que tinha sido por muito tempo ativo no movimento dos arrendatários nessa distante cidade do oeste de São Paulo. Vide Clifford Andrew WELCH. “O atentado: tentando encontrar a História nos relatos de um assassinato que não houve”. Projeto História (São Paulo) n. 35, dez, 2007, p. 63-95. Também, Cliff WELCH. “Jôfre Corrêa Netto, the Fidel Castro of Brazil” In: BEATTIE, Peter. *Modern Brasil: The Human Condition*. (Scholarly Resources Press, 2004); Cliff WELCH & Toni PERRINE, *Grass War! Peasant Struggle in Brazil* (New Yorker: The Cinema Guild, 2001).

Nas eleições de dezembro de 1963 para a direção da Contag, o grupo comunista Ultab conseguiu o controle da confederação. Os participantes da eleição eram os delegados de 29 federações de 19 estados, e diretores de 743 sindicatos rurais, 263 deles reconhecidos, compostos por elementos políticos representando a Ultab, a Ação Popular, de católicos radicais, e os elementos cristão-democratas. Parece que uma aliança entre a Ação Popular e a Ultab foi capaz de derrotar o grupo da Igreja, representante aparente de apenas duas federações.

O cientista político Neale Pearson afirma ainda que os grupos reformistas de São Paulo e do Rio Grande do Norte “foram vencidos pelas manobras dos comunistas da Ultab, aliados aos líderes de esquerda do MEB”. O MEB, Movimento de Educação de Base, era um grupo ativista católico, fundado em 1960, cujos participantes pertenciam à AP. Ou seja, apesar da diferença nos detalhes, a maioria dos analistas concorda que os movimentos camponeses comunista e da esquerda católica colaboraram para adquirir o controle da Contag.⁴⁶

Esses relatos dão a impressão de que os militantes comunistas tiveram uma atuação especialmente conivente e manipuladora na obtenção do controle da Contag. Como era de se esperar, o correspondente de *Terra Livre* via as coisas de maneira diferente:

Todas as correntes que trabalham na organização dos camponeses estiveram presentes e tomaram parte do estudo e debates das questões, num entrosamento tranquilo e seguro, do que resultou a apresentação de uma única chapa, eleita sem qualquer restrição, pela unanimidade do plenário

⁴⁶ DULLES. *Unrest in Brazil*. p. 222; e PRICE. *Rural Unionization*. p. 64-5. Tanto PEARSON quanto o historiador Thomas BRUNEAU alegam que uma reunião das federações de trabalhadores rurais católicos em Natal, Rio Grande do Norte, em julho de 1963, levou à fundação da confederação do trabalho rural que precedeu a Contag. O governo recusa-se a reconhecer esta organização, eles alegam, porque os comunistas foram impedidos de comparecerem. A reunião de julho realmente aconteceu e os comunistas foram impedidos de participarem, mas também o foram os movimentos católicos reacionários, como o de Rotta e a Frente Agrária Gaúcha. A reunião parece ter sido precariamente organizada e poucos compareceram, uma perspectiva confirmada pelo consulado americano em Recife, fora isso apoiou a reunião. Em vez de fundar uma confederação, a reunião de Natal concluiu pelo pedido da fundação de uma entidade. PEARSON. *Small Farmers and Rural Workers*. p. 267-69; e BRUNEAU. *Catolicismo brasileiro em época de transição*. (São Paulo: Loyola. 1974). p. 178. Sobre a visão do consulado, vide item 2 em AmConsul, Recife, para USDS. *Weekly Summary No. 3*. A-7. 26 de julho de 1963. RG 59. POL 2-3 BRAZ (3835). DS/USNA. Entretanto, o Cônsul Geral Edward Rowell preencheu um relatório detalhado sobre a fundação da Contag em 25 de outubro, em Recife, pelos grupos de trabalhadores rurais de orientação católica, um acontecimento não mencionado em outras fontes. AmCoGen, Recife, para USDS. *The National Confederation of Workers in Agriculture: Background, Formation, and Struggle for Control*. A-63. 12 de dezembro de 1963. RG 59. LAB 3-2 BRAZ (3576). DS/USNA.

que não só a aclamou, como confirmou a unidade em torno dos seus representantes, depositando o voto na urna.

Assim como Price, *Terra Livre* afirma que delegados de 29 federações em 19 estados estavam presentes, além dos representantes de 263 sindicatos reconhecidos e 480 ainda no processo de o serem. Nem *Terra Livre* nem *Novos Rumos* tinham nada a dizer sobre as “correntes” que cada federação representava. No entanto, esses discursos dos vencedores concordam com as observações dos críticos, de que apenas uma chapa foi apresentada para o voto dos delegados, um sinal, ou de unanimidade – segundo a Ultab – ou de conluio – segundo os anticomunistas.⁴⁷

Conforme vimos, a forte rivalidade para ganhar uma posição melhor na possibilidade de segurar controle da organização caracterizou a segunda metade de 1963. Cada lado sujou suas mãos no jogo político. No entanto, a partir da perspectiva do presente, a Ultab parece ter se comportado de maneira mais limpa. Como era típico da Guerra Fria, os anticomunistas tinham, em geral, mais recursos, e os utilizaram para conter tanto os esquerdistas e nacionalistas quanto os comunistas, sempre que puderam, contradizendo seu discurso democrático com suas ações autoritárias. Rotta, por exemplo, se recusou a reconhecer os sindicatos da FAP na Fetaesp, e negou credenciais à Ultab na conferência de Araraquara. Por outro lado, a Ultab e o PCB podiam se valer de uma tradição de liderança no movimento e, apesar das dificuldades financeiras e dos constantes obstáculos, de conferências abertas a todos os que requisitavam direito de comparecer. Rotta, padre Crespo e outros militantes da Igreja conservadora, assim como seus aliados rurais, foram todos convidados a participar da assembleia da Contag. Ainda que muitos militantes e líderes do partido dessem as boas vindas a elites simpatizantes que queriam se aliar, eles procuraram construir a força dos movimentos dos trabalhadores rurais através de alianças horizontais. Muitas vezes, as alianças da classe dominante tinham provado ser

⁴⁷ “Foi conquistada com lutas a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura”. *TL*. v.14, n.130, jan. 1964, p. 5. Somando-se a Silva, que foi nomeado presidente, os novos diretores da Contag, suas afiliações (quando conhecidas) e suas bases de atividade eram: primeiro vice-presidente Manoel Gonçalo Ferreira (Igreja, Pernambuco); segundo vice-presidente José Leandro Bezerra da Costa (Ultab, Ceará); terceiro vice-presidente José Gomes Novaes (desconhecida, Alagoas); secretário geral Sebastião Lourenço de Lima (AP-Igreja, Minas Gerais); primeiro secretário José Rodrigues dos Santos (Ultab, Paraná); segundo secretário João de Almeida Cavalcanti (Ligas e Sorpe, Paraíba); tesoureiro geral Nestor Veras (Ultab, São Paulo); e segundo tesoureiro Manoel Lito Muniz (desconhecida, Bahia). Contag foi formalmente reconhecida por Goulart em 31 de janeiro de 1964, por meio de um Decreto-Lei Presidencial, No. 53.517. Vide Contag. “Trabalhadores criam confederação”. *Contag: 30 anos de luta*. Brasília: Gráfica Sindical. 1993. p. 10.

frágeis e efêmeras. Em 1963, no entanto, a Ultab gozava de acesso sem precedentes à administração de João Goulart.⁴⁸

Os contatos do PCB junto ao governo federal fortaleceram a habilidade do PCB de negociar com rivais, especialmente aqueles com que seus militantes tinham trabalhado anteriormente, o que incluía muitos católicos. Padre Francisco Pessoa Laje, de Minas Gerais, tinha assumido um papel de liderança, juntamente com os comunistas, no Congresso de Belo Horizonte de 1961, e, na reunião de fundação da Contag no Rio, continuou a desempenhar um papel de destaque. Durante o período que levaria à fundação da Contag, *Terra Livre* publicou um artigo sobre padre Laje e outros padres que davam ênfase a correntes progressivas na Igreja Católica. “A Igreja Católica deve estar ao lado da revolução”, observou padre Laje. Os outros padres mencionados eram padre Arquimedo Brunos, do Ceará, padre Alípio de Freitas, Bispo Jerônimo de Sá Cavalcanti, da Bahia, e irmão Carlos Josaphat, de São Paulo, que patrocinava a FAP. “Se Cristo voltasse à terra”, comentou o *Terra Livre*, citando um padre francês em visita ao Brasil, “seria acusado de comunista”.⁴⁹

Como demonstra o resultado do encontro da Contag, a Ultab também tinha amigos entre os leigos católicos do grupo da AP. Segundo o relatório de Silva, quatro dos nove diretores da Contag, e cinco dos nove efetivos eleitos no congresso de dezembro pertenciam a esse grupo. O próprio Rotta mais tarde acusou um terceiro diretor, o segundo secretário João de Almeida Cavalcanti, da Paraíba, de ser um instrumento nas mãos do SORPE de padre Crespo, que também foi avaliação do Silva. Quer dizer, a chapa única organizada pela Ultab se abriu para incluir o inimigo. Dos diretores da AP, um era Sebastião Lourenço de Lima, de Minas Gerais que se tornou secretário geral da Contag; o outro era Manoel Gonçalo Ferreira, de Pernambuco, que se tornou primeiro vice-presidente. Antes do encontro, Ferreira – que era presidente da federação dos trabalhadores rurais do estado – aceitou uma posição de primeiro vice-presidente de uma confederação dominada pela Igreja – a CNTA – fundada às pressas sem apoio do governo no dia 25 de outubro, no Recife. Quando a futilidade desse esforço se tornou aparente, Ferreira entrou em negociação com a Ultab. Em troca de apoio da Ultab para sua eleição como membro da direção da Contag, Pearson afirma que Ferreira concordou nomear o presidente do sindicato de trabalhadores rurais de Igarauçu, ligado aos comunistas, como primeiro vice-presidente de sua federação. O côm-

⁴⁸ Relatos da conferência estão em “Foi conquistada com lutas.”, “Contag: Poderoso instrumento de luta nas mãos dos trabalhadores do campo” *TL*. v 14, n. 30, jan. 1964, p. 1; e “Contag: contecimento marcante”. *NR*. 17 dez.– 2 jan., 1964.

⁴⁹ Sobre o padre Lage, vide “Se Cristo voltasse à terra seria acusado de Comunista”. *TL*. Suplemento Especial, out, 1963. p. 8.

sul dos Estados Unidos no Recife conta uma versão um pouco diferente da mesma história, afirmando que Ferreira “não tinha nunca sido considerado um homem de convicções fortes”, e que ele foi atraído para a chapa Ultab-AP com “favores políticos e os salários exorbitantes oferecidos a quem quer que aceitasse o cargo”. Seja como for, as conexões burocráticas superiores da Ultab ajudaram Ferreira a decidir colaborar com o partido. Mesmo que isso o tenha alienado dos setores conservadores da Igreja, a aliança entre padres como Laje e a Ultab deve ter-lhe oferecido algum conforto.⁵⁰

O fato de que padres oferecessem conforto e proteção a comunistas preocupava um segmento crescente da hierarquia católica em 1963. Um membro do crescente grupo de influentes críticos de padres como Laje era o arcebispo de Ribeirão Preto, Ângelo Rossi. Ainda que Rossi fosse um dos principais autores do Plano de Emergência da CNBB, em 1962, ele e outros líderes da Igreja estavam cada vez mais alarmados com a crescente influência dos comunistas. Passaram a temer que a agitação social dos padres radicais favorecesse, “inevitavelmente, a implantação do comunismo no país”, ajudando a causar a deterioração da ordem social que criava oportunidades para os comunistas, que eram mais bem organizados. O exemplo da fundação da Contag, que demonstrava evidentemente a habilidade do partido de derrotar o grupo da Igreja através de manobras, servia de base a essas preocupações. Na verdade, criou-se um mito entre os padres, de que todas as correntes da Igreja tinham tido seu acesso à Contag impedido, ainda que isso não fosse verdade. Para padre Celso, a atitude conservadora de Rossi ameaçava acabar com grande parte do trabalho realizado por ele junto à Frente Agrária Paulista. No final do ano, padre Celso começou a desenvolver uma reação indireta ao conservadorismo de Rossi, publicando uma variedade de artigos surpreendentemente argumentativos nas páginas do *Diário de Notícias*. Em outubro, uma série de dez artigos foi publi-

⁵⁰ Os comentários de Rotta sobre Cavalcanti estão em AmCoGen, São Paulo, para USDS. *Elections in National Confederation of Agricultural Workers (Contag)*. A-191. 7 de janeiro de 1965. RG 59 AGR 9 BRAZ (467). DS/USNA. No relatório de Silva, o nome de Ferreira é Manoel Gonçalves Ferreira. O presidente da Igarçu era Antônio Guedes, um líder camponês, como Ferreira, que tinha sido sindicalizado nos últimos anos. PEARSON. *Small Farmers and Rural Workers*. p. 260, n. 4 e 270, conta a história por de trás dos bastidores sem citar qualquer fonte; AmEmbassy A-63 discute a conferência de outubro. A análise do cônsul Eduardo Rowell está em AmCoGen, Recife, para USDS, *Recent Changes in Rural Union Structure and Leadership in Pernambuco*. A-88. 4 de fevereiro de 1964. RG 59. LAB 3-2 BRAZ (1282). Levantando perguntas sobre ambos relatos é um relatório de Rowell que afirma ser uma visão geral das rivalidades entre comunistas e católicos no trabalho rural em Pernambuco, mas não oferece nenhuma prova que corrobore o relato de Pearson. AmCoGen, Recife, para USDS. *The Current Contending Forces in Rural Union Activity in Pernambuco*. A-60, 4 de dezembro de 1963. RG 59. LAB 2 BRAZ (3576). DS/USNA.

cada, sob o título “Trabalhismo sem disfarce”. Esses artigos argumentavam que a recente doutrina social da Igreja, como a expressa na bula “*Pacem in Terris*”, do Papa João XXIII, e o próprio “Plano de Emergência”, de Rossi, davam forma aos mais sinceros movimentos sociais do Brasil. “Demonstramos”, afirmava no prefácio, “que, em obediência ao magistério eclesiástico a Frente Agrária de Ribeirão Preto tem promovido a sindicalização rural, a formação de líderes e a conscientização dos trabalhadores, segundo os ditames e ensinamentos da doutrina social cristã”.⁵¹

Após o congresso de fundação da Contag, as tensões dentro da arquidiocese cresceram. Elas se tornaram tão conhecidas que o outro jornal diário de Ribeirão Preto, o *Diário da Manhã*, ligado ao PTB, entrevistou Rossi sobre os problemas. Numa sofisticada crítica aos militantes católicos, Rossi afirmou que padre Celso tinha sua total confiança. Rossi desejava que padre Celso se tornasse membro de sua nova iniciativa, o Secretariado da Ação Social, que absorveria a frente e acolheria padre Celso como membro de sua diretoria, passando as operações quotidianas a leigos. Rossi argumentava que os padres deveriam se concentrar no mundo espiritual, e não no temporal. Em outras palavras, padre Celso estava sendo demovido e sua principal criação – a FAP – dissolvida. Desafiando Rossi até o fim, padre Celso escreveu um editorial de Natal que era quase sacrilégio. “Quem é comunista?”, perguntava no título. “Nós estamos, de fato, sob a ameaça comunista”, escreveu. “Mas, não por causa da linha evangélica autêntica de muitos bispos e padres (...), não porque a Igreja tivesse traído a sua missão, não porque os operários se agrupam em sindicatos, para defender os seus direitos”. A culpa desse estado de coisas repousava sobre os “homens que adoram o dinheiro (...), eles que criam a confusão, que [se deu para] implantar o nazismo na Alemanha, é assim que (...) trabalham para a implantação de comunismo em nossa terra!”. O fato de que os capitalistas haviam sido incapazes de resolver os sérios problemas sociais e econômicos do Brasil deixavam a porta aberta para a agitação comunista, o que criava a necessidade de que a Igreja se envolvesse com o mundo real. Naquele Natal de 1963, a menos de cem dias do golpe militar, poucos reconheceriam a precisão e previsão da epístola de padre Celso.⁵²

⁵¹ MAINWARNING. *The Catholic Church and Politics*. p. 50-9; e “ROSSI, Angelo”. *DHBB*. p. 3019. Em novembro de 1964, depois do golpe militar, Rossi foi promovido a arcebispo de São Paulo e Integrado na a CNBB. Sobre o fechamento da igreja, vide Abdias Vilar de CARVALHO. “Cronologia dos fatos da igreja católica no meio rural”. *Igreja e questão agrária*. (São Paulo: Loyola. 1985). p. 109; e BRUNEAU. *Catolicismo brasileiro*. p. 178. Para o padre Celso, vide “Trabalhismo sem disfarce”. Texto No. 8. “Frente Agrária nega trabalho e fomentam miséria”. *DN*. 15 de outubro de 1963; e Transcrição SYLLOS.

⁵² Vide editorial “Nosso comentário: Quem é comunista?”. *DN*. 24 de dezembro de 1963. p.

UNIDOS NA SUPRA

Dessa vez, Moraes viajou a Dumont em uma Kombi. A estrada de terra dava voltas na colina no flanco de um longo vale, e o ar tinha o doce aroma do trabalho das usinas de açúcar. Era um sinal de como o açúcar tinha tomado o lugar do café, nos anos 20 em que Moraes tinha vindo por último a Dumont – num pequeno trem de carga – para ajudar a dar início à Liga Camponesa. As colinas eram de um verde mais claro agora, mas o vento que atravessava os mares de cana desenhava contrastes entre as folhas verdes e a terra roxa. Era uma bela paisagem, e mais bela ainda a razão para a visita a Dumont, naquele dia de março de 1964. Um envelope, cuidadosamente guardado no banco ao seu lado, trazia todos os documentos necessários para a fundação do primeiro STR de Dumont. O pacote de documentos tinha demorado muito a chegar, mas Moraes estava finalmente podendo ver os resultados de todo o árduo e perigoso trabalho, que tanto ele como outros haviam dedicado à criação de uma organização formal para os camponeses.⁵³

Desta vez, Moraes estava em Dumont na qualidade de agente da Supra, o ramo executivo designado para implementar as políticas agrárias de João Goulart. No início do ano, diversos funcionários do governo tinham chegado a Ribeirão Preto, para estabelecer um escritório regional da Supra. A delegacia tinha uma missão ampla – incluindo a identificação de propriedades subutilizadas a serem desapropriadas e a implementação de serviços de saúde para os trabalhadores rurais –, mas sua prioridade em São Paulo era a sindicalização dos camponeses. O diretor estadual da Supra, o escritor e promotor da liberdade de expressão Mário Donato, determinou o objetivo de formar 252 sindicatos de trabalhadores rurais em 1964, com cada um dos nove escritórios regionais da Supra em São Paulo encarregado de realizar uma quota de 28 sindicatos. O chefe da Supra, João Pinheiro Neto, tinha indicado Donato – nascido em Campinas, em 1915 – devido a suas convicções políticas, e não a seu conhecimento da sociedade rural. Como escritor, Donato tinha se envolvido na política ao defender os direitos dos presos políticos do Brasil, uma causa que o tinha posto em contato com os comunistas e feito dele, aos olhos do Deops, um comunista também. Mas, assim como Pinheiro Neto, Donato via na Supra uma maneira

4; e Raul MACHADO. “D. Angello Rossi: A militância política social dos sacerdotes existe por falta de quadros leigos”. *DN*. 5 de janeiro de 1964. p. 7.

⁵³ Transcrição MORAES parte 3, p. 30; e “Fundado o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Dumont pela Supra e Ultab: Grande número de camponeses presentes – um minuto de silêncio pela morte de agente da Supra – diretoria”. *DN*. 5 de março de 1964. p. 8. Os diretores do sindicato incluíam: Vitório Negre, presidente; Pedro Salla, primeiro secretário; Nobre José Lourenço, segundo secretário; Argemireo Polegato, tesoureiro; Antônio Bovo; e João Quintana.

de resolver parte dos problemas dos camponeses antes que a miséria e o desespero levassem-nos à rebelião. Assim, Donato dirigiu também sua equipe no sentido de “reorganização e dinamização dos Sindicatos existentes”, informar e educar os trabalhadores e líderes trabalhistas sobre a lei, e alfabetizá-los, usando os métodos de Paulo Freire, o inovador pedagogo brasileiro.⁵⁴

Os objetivos políticos orientavam também a ênfase dada pela Supra aos sindicatos rurais. Seguindo ideias desenvolvidas pelos elaboradores de políticas da era Vargas, a administração de João Goulart queria que os novos sindicatos rurais registrassem trabalhadores como eleitores, para ajudar a diminuir a influência dos fazendeiros. Se por um lado a falta de um movimento trabalhista rural viável havia dificultado a implementação desse plano por Vargas, a presença de um movimento camponês cada vez mais autônomo e exigente, durante a presidência de Jango, gerou maior pressão para que o Estado interviesse e arregimentasse o movimento sob orientação do governo. A questão da reforma agrária dividia os legisladores, frustrando as tentativas da administração de implementar suas “reformas de base”. Usando seus poderes executivos, João Goulart aplicou maior pressão sobre o Congresso no dia 24 de janeiro, ao assinar uma declaração de entendimento entre os três ministros militares e a Supra para cooperarem na desapropriação e redistribuição de terras nas proximidades das vias de transporte brasileiras: estradas, ferrovias e hidrovias. Quanto maior o número de pequenas propriedades rurais criadas, afirmava o Presidente, mais produtivo e democrático se tornaria o país. (Quando a imprensa começou a falar de um plano do governo para desapropriar uma faixa de 20 quilômetros de terras, Luís Carlos Prestes entrou em contato com Pinheiro Neto para recomendar que a faixa fosse reduzida a uma largura de dez quilômetros, pois a faixa maior afetaria um grande número de pequenos proprietários. Pinheiro Neto afirma que João Goulart acatou prontamente a crítica.) Do ponto de vista dos elaboradores de políticas, os sindicatos de trabalhadores rurais poderiam reivindicar naturalmente a reforma agrária. Dessa maneira, a Supra teria amplas e

⁵⁴ “O superintendente da Supra, João Pinheiro Neto falará hoje no salão nobre da associação comercial”. *DN*. 31 de janeiro de 1964. p. 1; e PINHEIRO NETO. *Jango*. p. 72-81; DEOPS. *Plano de trabalho da delegacia estadual da Supra em São Paulo para o ano de 1964*. São Paulo. s.d. Arquivo do Projeto “Brasil: Nunca Mais”. Vol. 7. arquivo 144. AEL/Unicamp (citado adiante como B:NM número do volume/ número do arquivo). Donato havia sido representante da União Nacional dos Estudantes (UNE), que a polícia considerava como uma das frentes do PCB. Vide “Cópia autenticada do relatório reservado do Deops no. 6: Quem é Mário Donato?”. B:NM 7/158; e a “Defesa de Dante Delmano ao Tribunal Superior Militar”. 29 de novembro de 1971. B:NM 12/160. Além do escritório de Ribeirão Preto, oito outros escritórios regionais da Supra foram criados em São Paulo, Taubaté, Campinas, São José do Rio Preto, Araçatuba, Presidente Prudente, Bauru e Itapetininga. Vide “Plano de trabalho da delegacia estadual da Supra”. B:NM 7/144.

difíceis responsabilidades, que iam da formação de sindicatos e da educação de camponeses até a localização, desapropriação e distribuição de terras.⁵⁵

Na liderança do amplo esforço da Supra na região da Alta Mogiana, encontrava-se Hans Alfred Rappel, um agrônomo do Rio de Janeiro. Designado ao posto por Donato, Rappel buscou centralizar todas as atividades regionais relacionadas ao campesinato sob sua orientação. Para realizar esses objetivos, ele buscou obter a ajuda de Moraes e de padre Celso, além de organizações de estudantes, políticos e jornalistas. O advento da Supra prometia alterar dramaticamente a dinâmica da luta rural na região. Ela dava apoio federal a pessoas que haviam, alguns meses antes, sido perseguidas como subversivas. Como comentou padre Celso em um editorial sobre a Supra,

Até hoje, nunca se viu nenhuma medida governamental que tivesse fornecido à realidade brasileira tais e tão promissoras possibilidades. Se o atual Governo central estiver realmente disposto a penhorar-se no propósito de levar avante o conteúdo do novo Decreto de Lei Delegada, então veremos surgir em nosso país uma era nova, totalmente revolucionária em sentido econômico e, sobretudo, em sentido social. Será o início da redenção do povo brasileiro, cuja mais expressiva porção demográfica está radicada, quando não escavizada, na roça.

A Supra também auxiliava padre Celso a se manter no jogo, tornando-o menos dependente da Igreja e do arcebispo Rossi. Desde o início, jovens com preocupações sociais e camponeses militantes acolheram a agência entusiasticamente. Diversos militantes escreveram à superintendência, pedindo material de leitura, oficinas sobre legislação e documentos para a formação de sindicatos. Dezenas de jovens profissionais e estudantes, tais como Sidney Vassimon, um residente médico do prestigioso Hospital de Clínicas de Ribeirão Preto, e Vanderlei Caixe, um jovem estudante de Direito, se ofereceram para trabalho voluntário junto à Supra.⁵⁶

⁵⁵ Até o fim do mandato de Goulart, em janeiro de 1965, o ministro do trabalho Amauri Silva queria que a SUPRA criasse dois mil sindicatos rurais, estabelecesse quinhentas novas sedes da junta do trabalho, estimulasse a pressão para a aplicação das leis trabalhistas e registrasse três milhões de eleitores. “Supra: Máquina de corrupção e subversão”. *OESP*. 3 de mar. 1964. p. 3. Vide PRICE. *Rural Unionization in Brazil*. p. 68-70; e o discurso de 13 de março de Goulart, reproduzido em PINHEIRO NETO. *Jango*. p. 185-202. Sobre o acordo de 24 de janeiro, vide telegrama 1554. AmEmbassy. Rio de Janeiro, para USDS. 25 de janeiro de 1964. RG 59 E 12-2 BRAZ (695). DS/USNA.

⁵⁶ “Inquirição: Depoimento do Sr. Hans Alfred Rappel”. 30 de junho de 1964. B:NM 2/144. PADRE CELSO. “Supra: Redenção da roça”. *DN*. 14 de outubro de 1963. p. 4. Depois do golpe militar, a polícia interrogou Vassimon e perguntou se ele teria sido forçado a trabalhar para a Supra. Bem ao contrário, Vassimon respondeu, ele é que havia buscado ser voluntário. “Termo de declaração de Sidney Gomes Vassimon”, 26 junho 1964, B:NM 9/144. Sobre Vanderlei Caixe, vide entrevista feita pelo autor, Ribeirão Preto. 11 de junho de 1997.

Como Moraes viria a descobrir, as atividades do organizador de camponeses haviam mudado depois do aparecimento da Supra na região. Um aspecto importante era o fato de que a agência unificava e coordenava os esforços das duas alas chefiadas por padre Celso e por Moraes, trazendo o movimento camponês sob uma única égide. Moraes tirou total proveito da ajuda prestada pela agência. “As coisas melhoraram muito para mim”, lembra-se. Além das Kombis, a Supra fornecia assessoria jurídica e auxílio na formação de sindicatos rurais. Esse auxílio incluía um *Guia para a Organização de Sindicatos Rurais*, que vinha acompanhado de todos os formulários necessários para o registro de um sindicato, e o *Catecismo do Trabalhador Rural*, um resumo introdutório às regras do ETR, respondendo perguntas frequentes sobre legislação. Ambas as publicações eram mais acessíveis do que qualquer outra publicação anterior da lei, tanto na imprensa do movimento quanto na imprensa geral. Ainda que nem Moraes nem padre Celso tenham se tornado empregados da superintendência, ambos serviram como consultores da Supra, e, quando Moraes viajava para a superintendência, ele recebia diárias 20% mais altas do que o salário mínimo. Com a intenção de utilizar seu conhecimento especializado, Rappel acreditava que Moraes era mais adequado para atividades de agitação e registro, e padre Celso e seus voluntários da FAP para o trabalho de treinamento de líderes e de fortalecimento dos sindicatos enquanto instituições. “Cada qual com seu campo de influência”, afirmava Rappel. Com a existência da Supra, a atividade coordenada era mais frequente do que os confrontos de rivais do período anterior.⁵⁷

Na quarta-feira, 4 de março, quando Moraes voltou da fundação do sindicato de Dumont, a Supra tinha mais um sindicato a incluir em sua quota anual. Ao longo dos anos, o sindicato de Dumont ajudou na negociação entre seus membros e proprietários e empregadores, conseguindo ajustes de salários e administrando programas de saúde, em especial para aqueles que trabalhavam nos campos de cana-de-açúcar das imediações. Mas o período de transição, desde a fundação do sindicato até o seu funcionamento efetivo, foi muitas vezes demorado e dificultoso. No momento em que Moraes estava entregando a documentação necessária ao reconhecimento do sindicato, chegaram notícias da Fazenda Boa Fé de que dez colonos residentes tinham sido demitidos sumariamente ao pedirem um aumento, no dia 3 de março. De uma hora para outra, esses homens estavam sem emprego, e suas famílias sem moradia.⁵⁸

⁵⁷ Transcrição MORAES parte 3. p. 20-30. “Termo de declaração de Adhemar Teixeira de Moraes”. 10 junho de 1964. B:NM 9/144. Adhemar Moraes era o chefe administrativo do escritório da Supra de Ribeirão Preto. Vide B:NM 7/144, 12/144, para cópias dos panfletos. Citação de Rappel em “Depoimento” B:NM 2/144.

⁵⁸ Sobre Dumont, vide “Fundado o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Dumont”; e Néelson Luís GUINDALINI, entrevistado pelo autor, Dumont. 13 de maio de 1995. Sobre a disputa de Boa Fé, vide Eurípede RESENDE *et alii*. *Fazenda Boa Fé*. 422/64. JT/RP.

Os trabalhadores do açúcar na região estavam preocupados com o retorno das injustiças durante os dois anos seguintes à vitoriosa greve de Pontal, de 1962. Se, por um lado, essa mobilização bem sucedida tinha incentivado os trabalhadores da Usina São Martinho a entrarem em greve, exigindo paridade com seus vizinhos, em 1964 os salários e condições da São Martinho eram bem melhores do que os das outras usinas e fazendas dos arredores. Os trabalhadores da São Martinho recebiam um pagamento mínimo de Cr\$ 1.259, ao passo que os outros usineiros e fazendeiros de cana de Sertãozinho, tais como João Marchesi, proprietário da Fazenda Boa Fé, pagavam menos do que a metade desse valor. Marchesi era um homem de bastante influência na região. Em dezembro, ele tinha recebido o título honorário de Cidadão de Ribeirão Preto. Além da Boa Fé, ele era proprietário das fazendas Aparecida e São João, e da Usina Barbacena, além de possuir seu próprio banco (o Banco Marchesi). No entanto, problemas trabalhistas nas usinas da região estavam se tornando comuns. Em fevereiro, um grupo de cerca de 300 trabalhadores, contratados para o plantio da cana da Usina São Geraldo, abandonou o serviço e divulgou o ocorrido, através de uma manifestação no centro de Ribeirão Preto. De acordo com os jornais, esses trabalhadores também estavam exigindo paridade com os trabalhadores da São Martinho, e a eliminação do sistema de gatos, uma concessão de considerável importância, obtida pelos trabalhadores daquela usina, dois anos antes. Todos esses casos difíceis levaram os líderes sindicais de Pontal, Barrinha, Ribeirão Preto e Sertãozinho a solicitarem à Supra que intervisse e ajudasse com sessões de treinamento.⁵⁹

A CONTRARREVOLTA DOS MILITARES E FAZENDEIROS

Enquanto Rappel se preparava para atender aos líderes sindicais, um grande evento público, que serviria de trágico pretexto para o golpe militar de daí a 18 dias, ocorreu na Praça Cristiano Ottoni, do Rio de Janeiro. Às oito da

⁵⁹ Sobre Rappel, vide “Inquirição: Depoimento da Srta. Miriam Di Salvi”. B:NM 2/144. Sobre Marchesi, vide “Marchesi denominado cidadão da cidade”. *DN*. 20 de dezembro de 1963. p. 5. Di Salvi era a assistente executiva de Rappel. A carta dos líderes rurais foi assinada por Mário Bugliani de Pontal, Manoel da Silva de Barrinha, Sebastião Lopes de Ribeirão Preto e Antônio Conte de Sertãozinho. Vide BUGLIANI *et al* para Donato, “Curso com os dirigentes sindicais da Alta Mogiana”. Ribeirão Preto. 3 de fevereiro de 1964. B:NM anexo 4971. Dos quatro, pelo menos Lopes e Bugliani estavam ligados à Ultab. Sobre Ribeirão Preto, vide “Centenas de camponeses invadem a cidade reclamando contra dispensa maciça em uma usina de açúcar”. *DN*. 1º de fevereiro de 1964. p. 8; e “Camponeses desejam equiparação à São Martinho: Advogados prestam informações sobre o assunto”. *DN*. 2 de fevereiro de 1964. p. 8.

noite de sexta-feira, dia 13 de março, João Goulart discursou para uma multidão estimada em 200 mil pessoas, muitos dos quais eram funcionários federais. Na sua dramática retórica, Goulart criticou o artigo 141 da Constituição Federal, alegando que ela “legaliza uma estrutura socioeconômica já superada; uma estrutura injusta e desumana”, e insistindo que ela fosse objeto de uma emenda. A seu lado, encontravam-se Lyndolpho Silva e Luís Tenório de Lima, comunistas e porta-vozes dos camponeses. Para algumas pessoas, sua presença se somava ao mau agouro das palavras do Presidente, que anunciava sua intenção de lutar pela eliminação da linguagem constitucional que exigia que o governo pagasse em dinheiro pelas terras desapropriadas. “Reforma agrária, como consagrado na Constiuição, com pagamento prévio e a dinheiro, é negócio agrário, que interessa apenas ao latifundiário, radicalmente oposto aos interesses do povo brasileiro”, afirmou. O momento era de reforma, disse: “Sem reforma constitucional, trabalhadores, não há reforma agrária autêntica”. Diante da multidão que aplaudia, Goulart anunciou que havia acabado de assinar o tão esperado decreto da Supra, abrindo o caminho legal para distribuir as terras ao lado das estradas. O decreto não era reforma agrária em si, mas “o primeiro passo: uma porta que se abre à solução definitiva do problema agrário brasileiro”.

Como garantir o direito de propriedade autêntica quando, dos 15 milhões de brasileiros que trabalham a terra, no Brasil, apenas dois milhões e meio são proprietários? (...) A reforma agrária só prejudica a uma minoria de insensíveis, que deseja manter o povo escravo e a Nação submetida a um miserável padrão de vida.

Goulart falou que “reforma agrária deve ser iniciada nas terras mais valorizadas e ao lado dos grandes centros de consumo, com transporte fácil para o seu escoamento” e por isso planejou confiscar os latifúndios dentro de uma faixa de dez quilômetros ao longo das vias de acesso, e que distribuisse essa área a camponeses sem terra. Além disso, Goulart prometia enviar ao congresso um projeto de política agrária redirecionando a produção agrária para a produção de alimentos de consumo interno, no lugar de produtos de exportação. Finalmente, ele pedia a legalização do Partido Comunista, e prometia reformar o código eleitoral, permitindo o voto dos analfabetos.⁶⁰

⁶⁰ Detalhes do acontecimento foram retirados de DULLES. *Unrest in Brazil*. p. 269-272; Moniz BANDEIRA. *O governo João Goulart*. p. 163-65; e “Personagem 7: Luís Carlos Prestes”, in Denis de MORAES. *A esquerda e o golpe de 64*. (Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989). p. 264-65. O discurso de Goulart é reproduzido em Carlos CASTELO BRANCO. *Introdução à revolução de 1964*. vol. 2. (Rio de Janeiro: Artenova, 1975). p. 262-66; e PINHEIRO NETO. *Jango*. p. 187-202.

Se por um lado os defensores da reforma agrária radical aplaudiam o Presidente, a manifestação e o discurso de 13 de março deram aos detratores de Goulart o material simbólico e emocional de que eles precisavam para lançar a etapa final de seu ataque à administração. Uma das principais figuras que sofreram o impacto do evento foi o General Humberto de Alencar Castelo Branco, que assistiu à assembleia de seu escritório no Ministério da Guerra, um prédio que dava para a praça. Moderado entre os militares, Castelo Branco afirma ter sido convencido pela atitude radical revelada na manifestação a participar do movimento contra Goulart. Mas a conspiração contra o Presidente já estava sendo preparada de longa data, e Castelo Branco era um visitante frequente da Embaixada dos Estados Unidos, onde o Embaixador Lincoln Gordon tinha desenvolvido, desde dezembro, um “plano de contingência”, dando forma ao apoio estadunidense para um golpe de Estado no Brasil. Assim, 13 de março provou ser um dia infeliz para João Goulart, pois os eventos daquele dia alimentaram o rancor de seus oponentes. Em São Paulo, o governador Ademar de Barros acusou Jango de hipocrisia, lembrando que o Presidente possuía grandes propriedades rurais no Rio Grande do Sul, e denunciou a proposta reforma agrária como “um confisco, em violação das mais sagradas tradições jurídico-constitucionais”.⁶¹

Apesar de João Goulart ter desviado habilidosamente a acusação de hipocrisia, transferindo cinco áreas de suas duas fazendas para imediata desapropriação, ele deve ter compreendido que esse tipo de ação não lhe compraria muito tempo. No mesmo dia em que tomou essa medida, 19 de março, uma marcha de protesto de quase meio milhão de pessoas inundou o centro de São Paulo. Chamada de Marcha da Família com Deus pela Liberdade, a manifestação tinha sido organizada às pressas. Em menos de seis dias, os que iam discursar foram instruídos no sentido de acusar João Goulart de organizar um complô palaciano para se tornar ditador. Seus discursos inflamados eram de grande apelo para os ouvintes, alguns dos quais carregavam placas, advertindo sobre um iminente golpe comunista e exigindo que o Presidente renunciasse ou fosse submetido a *impeachment*. Na tensão do momento, João Goulart foi ao Congresso assegurar ao legislativo que ele não tinha intenção de prolongar seu mandato nem de operar em desobediência à lei. “Os que falam em golpismo, continuísmo ou personalismo, o fazem por conta própria, ora por imaturidade política, ora por desejarem capriciosamente desviar o grande debate em que toda a Na-

⁶¹ Sobre Castelo Branco, vide Phyllis R. PARKER. *Brazil and the Quiet Intervention*, 1964. (Austin: University of Texas Press. 1979). p. 59-61. Lincola GORDON “A Contingency Plan for Brazil”. memorando para o subsecretário do Sr. Martin, Administração das Repúblicas Americanas. 11 de dezembro de 1963. RG 59. POL 1-1 BRAZ (3836). Barros é citado em DULLES. *Unrest in Brazil*. p. 275.

ção se acha empenhada para rumos que tendem precisamente a impedir que as reformas venham por via pacífica e democrática”.⁶²

O que não ficava claro na época é há quanto tempo a direita vinha trabalhando nos bastidores para produzir uma crise política. Estudos recentes deixam claro que uma conspiração civil e militar organizada pelo exército e por organizações conservadoras, tais como o IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática, vinham organizando um complô contra João Goulart desde que ele havia assumido a presidência, em 1961. Alistando magnatas dos meios de comunicação, tais como Assis Chateaubriand Bandeira de Melo (proprietário da sensacionalista corporação de imprensa *Diários Associados*, além de estações de rádio e televisão) e donos de editoras prestigiosas, como Júlio de Mesquita Filho, do *Estado de São Paulo*, os conspiradores tentaram inicialmente influenciar a opinião pública. Eles decidiram ignorar as conquistas positivas do governo, e dar ênfase a seus fracassos. Ao mesmo tempo, deram amplo espaço aos oponentes de Goulart, e ignoraram todas as histórias mais constrangedoras de seus aliados.⁶³

Grupos de fazendeiros, tais como a Farsul – Federação dos Agricultores do Rio Grande do Sul, e a SRB, de São Paulo, deram apoio à conspiração logo de início. Um dos principais conspiradores militares, o General Olympio Mourão Filho, comandante do III Exército, com base em Porto Alegre, consultou o presidente da, A. Saint Pastous, para redigir o esboço do “Protocolos de defesa da Democracia no Brasil”. Nessa análise do estado da economia política nacional em 1962, a recente enxurrada de mobilização camponesa foi identificada como a principal ameaça. “Movimentos isolados nas zonas rurais” e “reuniões de pseudocamponeses sem terras”, escreviam os conspiradores, serviriam como “primeira fase de uma guerra revolucionária”. Pastous e Mourão Filho determinaram que ambos tinham interesse na solidificação dos laços entre as elites militar e civil de todos os setores da sociedade, para evitar uma guerra civil. Se falhassem e houvesse uma guerra civil, o inimigo intensificaria suas táticas sub-

⁶² Sobre a distribuição de terra do presidente, vide “Terras de propriedade do presidente João Goulart começarão a ser divididas dentro de 15 dias”. *DN*. 20 de março de 1964. p. 1. Sobre a marcha, vide DULLES. *Unrest in Brazil*. p. 274-78. Em Ribeirão Preto, o discurso de Goulart foi coberto em “Enganam-se os que pensam ter o chefe do executivo qualquer objetivo golpista, continuísta ou personalista”. *DN*. 21 de março de 1964. p. 1.

⁶³ Além de PARKER, *Brazil and the Quiet Intervention*, vide a história da conspiração contra Goulart detalhada minuto a minuto e bem documentada em René DREIFUSS. *1964: A conquista do Estado*. 3ª ed. (Petrópolis: Vozes. 1981), e a biografia provocativa de Assis Chateaubriand por Fernando MORAIS. *Chatô, O Rei do Brasil*. (São Paulo: Companhia das Letras. 1994). Ideias sobre a conspiração vieram de MOURÃO FILHO. *Memórias*. p. 162-197; DREIFUSS. *1964*. p. 192-196, 244-252; e Maria Celina D’ARAÚJO. Ary Dillon SOARES, e Celso CASTRO. *Visões do golpe: A memória militar sobre 1964*. (Rio de Janeiro: Relume Dumará. 1994).

versivas no campo, estimulando greves e manifestações entre os camponeses, inclusive ocupações de terras. Tais ações prolongariam a tomada de poder e gerariam conflitos, que custariam muitas vidas e perda na produção.⁶⁴

A SRB estava profundamente envolvida no complô. Em 1963, o assessor de Mourão Filho em São Paulo, General Sebastião Dalysio Menna Barreto, estava em contato regular com Sálvio de Almeida Prado, presidente da SRB. Os membros da sociedade, por razões particulares, estavam impacientes com Goulart. Ao contrário da CRB (o corpo oficial, representativo das associações de proprietários rurais), a SRB continuava a se opor ao apoio do governo à sindicalização dos trabalhadores rurais. Se por um lado a CRB apoiava abertamente os sindicatos, a SRB persistia em associá-los à “anarquia rural”. Como vinham mantendo há tempo, afirmava um editorial, “o sindicalismo nacional agrário não tem por objetivo a defesa dos justos interesses da classe proletária rural, mas a instituição de dispositivos políticos manobráveis, com fins nem sempre legítimos, pelos dirigentes federais, que vão tornando este país cada vez mais desarticulado nos seus objetivos cívicos”. Irritações crescentes levaram Almeida Prado a se juntar à conspiração contra João Goulart, e, em abril de 1963, ele se ofereceu para dividir os novos e elegantes escritórios da SRB, revestidos de madeira e localizados no centro de São Paulo, com a Liga Independente pela Liberdade, que organizaria a marcha crucial de protesto contra Goulart, no dia 19 de março.⁶⁵

Se por um lado cidades como Porto Alegre, São Paulo e Rio de Janeiro receberam especial atenção dos conspiradores, sua preocupação com a luta dos camponeses levou-os a desenvolver a conspiração também no interior. Uma vez

⁶⁴ MOURÃO FILHO. *Memórias*. p. 25-47, 158, 162-163. Para mais motivos da FARSUL, vide Cordula ECKERT. *Movimento dos Agricultores Sem Terra no Rio Grande do Sul*. A tese examina o movimento dos camponeses sem terra pela redistribuição de terra no Rio Grande do Sul, onde o simpatizante Leonel Brizola, cunhado de Goulart, era governador.

⁶⁵ Sobre Barretos e Prado, vide MOURÃO FILHO. *Memórias*. p. 183. Oficialmente, a CRB sustentou que sindicatos dos empregadores e dos empregados ajudariam a disciplinar as relações de trabalho agrícola e estimular uma maior harmonia social e produtividade econômica. Vide o discurso do presidente da CRB Íris Meinberg em “A reforma agrária” na *VI Conferência Rural*. p. 28-29, 53. “Apenas resultados benéficos podem acontecer”, o jornal da CRB opinou, em 1962: “Para os fazendeiros, eles iriam sentir a justa compensação por seus esforços e dedicação. Para o campo, que, sem as lutas de classe inglórias e improdutivas devem caminhar juntos como irmãos, terão seu potencial agrícola plenamente explorado”. “Sindicalização rural: Não há o que temer”. *O Dirigente Rural* v.1, n.7. abril de 1962, p. 5 e “Supra agradece a CRB”. *O Dirigente Rural* v.3, n. 4. janeiro de 1964, p. 13. A SRB, de outro lado, parecia se opor mais a sindicalização rural que nunca. Vide, por exemplo, o conselheiro da SRB Virgílio dos SANTOS MANGANO. “A sindicalização rural”. *A Rural*. v.43, n.508, agosto de 1963, p. 3. MOURÃO FILHO. *Memórias*. p. 183, revela o uso dos escritórios da SRB, bem como “Pronunciamentos da SRB durante a revolução redentora do país”. *A Rural* v.43, n. 517. maio de 1964. p. 28-30.

que o primeiro estágio da oposição a Goulart dava ênfase à propaganda política, os conspiradores trabalharam no sentido de estabelecer grupos que pudessem articular uma posição ideologicamente legítima, contrastando fortemente com o movimento popular. Os líderes homens da conspiração alistaram suas esposas e irmãs na campanha, muitas das quais se tornaram críticas de destaque de João Goulart. Almeida Prado, da SRB, foi entre os primeiros a lançar mão dessa estratégia, incentivando sua esposa, Sebastiana do Amaral Almeida Prado, a formar a FACUR – Fraternal Amizade Cristã e Rural, em dezembro de 1962. Em centros importantes do interior, como Ribeirão Preto, o movimento de oposição estava especialmente bem preparado. Lá, a Facur se aliou à MAF – Movimento de Arregimentação Feminina. Liderado pela irmã de um membro da “comissão revolucionária” que dirigiu o golpe em São Paulo, o MAF criou animosidade pública contra Goulart, ajudando a justificar a intervenção militar. Por causa disso, pouco antes do golpe, Mourão Filho enviou um trem de carga com armas para a região da Alta Mogiana, pela rede ferroviária que atravessava a região.⁶⁶

O GOLPE SE DESENROLA EM RIBEIRÃO PRETO

Apesar da imprensa ter monitorado a manifestação presidencial do Rio de Janeiro e a espetacular marcha de oposição em São Paulo, poucos sabiam que a elaborada rede que estava sendo tecida viria a mudar definitivamente suas vidas. Mesmo no caso dos protestos em massa, vários dias se passavam sem que houvesse repercussão local. Uma das pequenas controvérsias que surgiram envolvia o curso de treinamento que os líderes dos trabalhadores rurais da região haviam pedido que a Supra organizasse. No dia 17 de março, Rappel foi ao quartel-general da Supra em São Paulo, para receber a verba requisitada. Levando Cr\$ 700.000,00, ele voltou a Ribeirão Preto e entregou a Moraes Cr\$ 270.000,00 (cerca de US\$ 150,00) para cobrir os custos do encontro. Dois dias

⁶⁶ “FACUR: Movimento de redenção dos trabalhadores do campo”. *A Rural* v. 43, n. 510. outubro de 1963. p. 45. Sobre Ribeirão Preto, vide MOURÃO FILHO. *Memórias*. p. 219 e DREIFUSS. *1964*. Dreifuss revela detalhes sobre a MAF. Sua chefe, Antonieta Pellegrini, era irmã do proprietário e colunista de *OESP* Júlio Mesquita Filho. Mesquita era um dos quatro membros civis do Estado Maior Civil-Militar, que planejou o golpe em São Paulo. A predominância de homens conspiradores, encorajou suas irmãs, viúvas e filhas a criar organizações como a MAF para organizar a resistência da classe média conservadora católica contra o “Estado sindicalizado” de Goulart. Vide DREIFUSS, *1964*. p. 294-95, 373-77. Sobre o carregamento de armas, vide MOURÃO FILHO. *Memórias*. p. 216; e “Projetam um golpe nacional as forças da reação: vagões de armas teriam sido vistos em São Simão”. *DN*. 5 de fevereiro de 1964. p. 1.

mais tarde, na noite de 19 de março, Donato tentou encontrar Rappel com um pedido urgente. Preocupado com a manifestação de oposição, Donato procurou Rappel em sua casa, antes de finalmente encontrar sua assistente, Miriam di Silva, no escritório. O diretor da Supra aconselhou-os a suspender as aulas de treinamento, para evitar maiores polêmicas, até que a crise passasse. Mas Rappel, que recebeu a mensagem no dia 20 de março, enviou um telegrama indicando que era tarde demais para cancelar. A sessão de treinamento já estava marcada para os dias 21 e 22 de março. Além disso, escreveu, a manifestação não tinha tido maiores consequências na região. Tudo estava calmo, assegurou a seu chefe.⁶⁷

Em contraste com a prudência que Donato aconselhava, o ritmo das atividades da Supra em Ribeirão Preto tinha, na verdade, se intensificado. Enquanto voluntários ofereciam cursos sobre direito trabalhista e gestão sindical para líderes dos trabalhadores de toda a região da Alta Mogiana, Rappel dirigiu-se a Altinópolis, para registrar mais um sindicato rural. O dia mais importante para a Supra ainda estava por vir: na quinta-feira, dia 24 de março, dezenas de pessoas participaram do primeiro encontro geral para organizar o escritório regional. Editores, como Antônio Carlos Santana do *Diário da Manhã*, participaram, assim como advogados, líderes sindicais urbanos, estudantes de Medicina e Odontologia, e outros interessados. Como explicava Rappel, os estudantes de Medicina deveriam auxiliar na assistência à saúde dos camponeses; os de Odontologia, na sua higiene oral; os estudantes de Humanas, nas suas necessidades educacionais e na alfabetização; e os editores, nas necessidades de promoção do movimento. Os sindicalistas davam apoio estratégico e político; e os advogados tomariam conta de seus processos trabalhistas e de outros problemas jurídicos. Aparentemente impassível frente aos eventos nacionais, o grupo planejou marcar a inauguração formal da Supra local quando da visita de João Goulart a Ribeirão Preto, prevista para dia 12 de abril. Para pagar pela grande manifestação de camponeses que se esperava organizar em homenagem a Goulart, padre Celso pediu a Rappel Cr\$ 2.500.000,00 (cerca de US\$ 1.400,00).⁶⁸

⁶⁷ Leitores em Ribeirão Preto seguiram os acontecimentos nacionais pelas primeiras páginas dos jornais, com manchetes tais como “Será assinado no dia 13 de março próximo o decreto de desapropriações de terras”. *DN*. 16 de fevereiro de 1964. p. 1; e “Todas as atenções do país voltadas para Rio com a realização do comício de reformas de base”. *DN*. 13 de março de 1964. p. 1. Os interrogadores da polícia extensivamente questionaram Rappel e sua assistente sobre a sessão de treinamento e a disputa com Donato. Esta afirmação foi construída dos testemunhos de Rappel e Di Salvi encontrados em B:NM 2/144.

⁶⁸ Depoimento Rappel. B:NM 2/144. Compareceram ao curso 28 militantes camponeses. Embora não consta registro de seus nomes, era possível determinar que pelo menos quatro dos presentes eram de Bonfim Paulista, três de Franca, quatro de Ituverava, quatro de São Joaquim da Barra, três de Pontal, três de Barrinha, cinco de Sertãozinho, e dois de Guataporã.

Se por um lado o ritmo dos eventos nacionais parecia tanto acelerar como alterar a agenda da Supra, aqueles que apoiavam a conspiração contra o Presidente apressaram simultaneamente suas atividades. Depois do sucesso da Marcha da Família, eles solidificaram seus planos e marcaram o golpe secretamente para o dia 1º de abril. Com a tomada de poder pelos militares já preparada, os grupos civis receberam ordens para intensificarem a pressão sobre as autoridades leais ao Presidente. A situação chegou ao limite em Ribeirão Preto, assim como em outros lugares, no fim do mês de março. “Nas vésperas da revolução”, diz padre Celso, “já havia todo um trabalho da burguesia e dos fazendeiros de organizar um movimento contra a esquerda”. A primeira batalha ocorreu no sábado, dia 28 de março, no Colégio Marista. Em um debate patrocinado pelo MAF, padre Celso enfrentou o inimigo. Para estimular o confronto, o MAF convidou o padre Masueto, um sacerdote reacionário de São Paulo, para pôr na defensiva tanto padre Celso como seus aliados, inclusive o Prefeito Gasparini. Falando do pódio, Masueto acusou padre Celso de ser um “assalariado de Moscou”. O padre militante tinha se safado desse tipo de acusação antes, mas não estava preparado para a provocação que ocorreu, quando agitadores tentaram comprar uma briga com o prefeito. Os agitadores não permitiram que Gasparini falasse, gritando “burro”, empunhando bastões, e atacando aqueles que tentaram defender o prefeito e padre Celso. O conflito só se encerrou com a chegada da polícia.⁶⁹

As atividades religiosas do dia seguinte fizeram com que padre Celso esquecesse os eventos de sábado. Moraes, por outro lado, só ficou sabendo dos eventos naquele domingo. Descansando em sua pequena casa de blocos nos arredores de Ribeirão Preto, Moraes estava escutando uma reportagem sobre o confronto no rádio quando recebeu um telegrama de São Paulo, ordenando que participasse de uma reunião de emergência do comitê central do PCB. Às cinco da manhã no dia seguinte, dia 30 de março, ele saiu de Ribeirão Preto de carro, juntamente com outro membro do partido, doutor Clarimundo Soares. Chegando à capital, dirigiram-se à sede estadual do partido, que ficava no

Os recibos daqueles que fizeram a prestação de contas inclui o número de passagens para cada uma dessas cidades. O recibo, assinado por Moraes, mostra que Cr\$ 79.610,00 dos Cr\$ 270.000,00 requisitados para o curso foi gasto com passagens. “Recibo das despesas do curso com os dirigentes sindicais da Alta Mogiana”. B:NM 2/144; e “O presidente da república viria dia 12 de abril a Ribeirão Preto para inaugurar agência da Supra”. *DN*. 25 de março de 1964, p. 8. O planejamento para a visita de Goulart é discutido em Transcrição SYLLOS, p. 67-70; e depoimento Rappel. B:NM 2/144.

⁶⁹ Os incidentes de 28 de março estão reportados em “O prefeito Welson Gasparini violentamente ofendido em reunião ontem à noite, sendo-lhe negada a palavra”. *DN*. 29 de março de 1964, p. 8. e Transcrição SYLLOS, p. 41-42. Vide “Os acontecimentos lamentáveis de sábado: Exposição ampla do Prefeito Welson Gasparini. *DN*. 31 de março de 1964, p. 8.

décimo quarto andar do Edifício Martinelli, na Rua São Bento, no centro do distrito comercial, disfarçada como “escritório eleitoral”. Ao chegarem, o salão estava quase cheio, com 70 companheiros vindos de todos os cantos do Estado. No entanto, o encontro mal começou, quando um jovem chegou correndo e gritando para chamar a atenção. Ele avisou que todos deveriam fugir imediatamente, pois a polícia estava se preparando para invadir o prédio. Como lembra o Moraes, o jovem afirmava ter recebido a informação de um funcionário do secretário de justiça do Estado. “E nós aí não procuramos elevador, desceu tudo pela escada, o elevador encheu logo, não cabia e fomos descendo pela escada, 14 andares”. No caminho, Moisés Vinhas, um jornalista e militante, disse a Moraes e Soares: “Façam estoque de gasolina, enche bastante o tambor de gasolina. Preparação!”⁷⁰

Ao chegarem à rua, eles se separaram, e pequenos grupos de homens ficaram esperando, para ver se a informação do rapaz estava correta. De uma distância segura, eles puderam assistir enquanto a polícia invadia o alto e imponente edifício. Moraes lembra ter ficado muito irritado. Na última hora, o partido agora esperava que seus militantes revertissem anos de estratégia. “Agora, até ontem vocês eram contra, agora mandam fazer estoque de gasolina. Aonde, de que jeito? De hoje para amanhã?” Considerando esse dilema no caminho de volta a Ribeirão Preto, decidiram falar com padre Celso. Moraes encontrou o padre no dia 31 de março, no escritório do *Diário de Notícias*, na Rua Visconde de Inhaúma, 67. Moraes contou-lhe o que havia acontecido em São Paulo, e, pela primeira vez, revelou que ele e cerca de 30 camponeses e outros militantes haviam participado de treinamento militar, em uma fazenda perto de Altinópolis, por diversas semanas. Com um golpe militar de direita acontecendo, Moraes pediu a cooperação de padre Celso no planejamento da resistência. Se padre Celso usasse sua influência para preparar a greve geral de Ribeirão Preto, Moraes e seu grupo guerrilheiro tentariam neutralizar a polícia nas cidades vizinhas.⁷¹

⁷⁰ Embora padre Celso continuasse a guiar a Frente Agrária, o arcebispo de Ribeirão Preto Ângelo Rossi tinha ordenado a direção da organização a um leigo, Duarte Nogueira, mais cedo no mesmo ano. Desde essa época, o padre tinha saído do escritório da Frente Agrária e voltado a morar na paróquia de Vila Seixas em Ribeirão Preto. Transcrição SYLLOS. p. 73; e “O DN circulará a partir do dia 1º de março pleno êxito nas gestões de domingo último”. *DN*. 25 de fevereiro de 1964. p. 8. Sobre as atividades de Moraes, vide Transcrição MORAES parte 1. p. 91-92; e MORAES e VIANA. *Prestes*. p. 177-81. Para a citação de Vinhas, vide transcrição MORAES parte 1. p. 92.

⁷¹ Para as revelações de Moraes sobre o campo de treinamento para a guerrilha, vide transcrição MORAES parte 1. p. 65-66, 89-90, e parte 3. p. 32. Mais sobre o campo pode ser encontrado em transcrição GIROTTO. p. 22; e Transcrição TEIXEIRA, p. 22-23. “Era besteira”, disse Teixeira sobre a guerrilha. “Apenas serviu para nos prejudicar. Eu participei lá também. Mas era bobagem, completa porcaria”.

Padre Celso ficou surpreso com o que ouviu. Apesar dos jornais reacionários, como a *Tribuna da Imprensa*, de Carlos Lacerda, e os *Diários* de Assis Chateaubriand terem escandalizado os leitores ao mencionarem exércitos revolucionários de camponeses no interior do país, padre Celso havia ignorado o alarma, convencido de que, se tais exércitos existissem, eles seriam ineficazes. Afinal, o Brasil não era uma ilha das proporções de Cuba. Mas Moraes confirmou os relatos e, além disso, pediu que o padre ajudasse. Em vez de discutir sobre as guerrilhas, padre Celso se lembra de ter dito a Moraes que era ridículo achar que se podia organizar uma greve geral da noite para o dia. O movimento dos trabalhadores não era suficientemente coeso. Além disso, o apoio popular ao seu trabalho ainda era muito superficial. “O que devo fazer?” perguntou. “Começar um movimento no meio da manhã, quando todos estão dormindo, ou ouvindo quietos o rádio, em suas casas, assustados?” Mas o apoio de padre Celso às reformas de Goulart e à revolução brasileira eram inabaláveis. Sabendo do risco que estava correndo, ele ainda decidiu seguir seus princípios e publicar e distribuir um jornal se opondo ao golpe. Com a guarda policial vigiando o jornal do lado de fora de seu escritório, ele e sua equipe imprimiram uma edição de oito páginas. Enquanto a polícia estava distraída, eles jogaram centenas de cópias por cima do muro de trás do prédio. Mas poucas cópias foram distribuídas antes que as autoridades descobrissem o esquema. O chefe de polícia deve ter ficado furioso ao ler as manchetes da primeira página: “Lute pela Paz!” e “Declarada a Greve Geral!”⁷²

A edição de 1º de abril foi a última editada por padre Celso. No início da manhã, o ataque, coordenado pela direita, de vários alvos estratégicos em toda a nação, havia cumprido sua função. Com mínima resistência, o golpe estava completo; João Goulart foi deposto em menos que dois dias. Em São Paulo, dez mil guardas civis, sob o controle do Governador Adhemar Barros, invadiram os escritórios dos meios de comunicação impressos e eletrônicos, prenderam líderes sindicais, e localizaram militantes comunistas. Em Ribeirão Preto, a polícia ocupou o escritório do *Diário de Notícias*, impedindo que o jornal publicasse novas edições até o dia 12 de maio; a polícia fechou também o *Diário da Manhã* antes que sua edição de 1º de abril fosse ao prelo, e não permitiu o reinício de sua publicação até o dia 31 de maio. No escritório do *Diário de No-*

⁷² Transcrição SYLLOS. p. 72; e DN. 1º de abril de 1964. p. 1. Sobre a resistência armada, vale a pena lembrar a experiência do partido com a resistência dos camponeses de Porecatu (cap. 4) e de Formoso e Trombas. Segundo várias fontes vinculadas ao próprio partido, o PCB manteve um setor militar, o TE – Trabalho Especial, que ficou responsável por desenvolver a capacidade revolucionária dos quadros. Vide S. MALINA. *O último secretário*. Organização Francisco Inácio de Almeida. (Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, 2002) e CUNHA, *Aconteceu longe demais*.

tícias, a polícia apreendeu todas as cópias do jornal de fevereiro a março, não deixando nenhum vestígio do registro periódico desses meses críticos.⁷³

DECEPANDO A MACHADADAS A MOBILIZAÇÃO CAMPONESA

O escritório da Supra também foi invadido, fechado, e sua equipe foi interrogada. Aqui, também, a polícia confiscou tudo. O novo regime usou os documentos apreendidos para desacreditar a agência e o movimento camponês na imprensa; funcionários também utilizaram esses papéis para iniciar processos criminais contra a agência e seu pessoal. Todos os envolvidos foram acusados de subversão de acordo com a lei de segurança nacional, e, por oito anos, o governo militar perseguiu Donato e os outros. Em São Paulo, assim como em outros estados, a Supra foi selecionada como alvo privilegiado da repressão, pois tinha conseguido, em um curto prazo de tempo, apaziguar a rivalidade entre as diversas facções dedicadas a mobilizar os camponeses, ajudando-os a obter um nível nunca antes visto de unidade. Esse movimento cada vez mais consolidado ameaçava tornar-se cada vez mais poderoso e eficaz, intensificando a ansiedade da classe rural dominante. Se por um lado muitos acontecimentos levaram os proprietários de terra a se oporem ao regime de João Goulart, o potencial poder de unificação da Supra assustava-os de verdade. Quem controlasse o governo federal controlava a Supra e os militares e fazendeiros desejavam esse controle.⁷⁴

Como fica demonstrado com a participação da SRB no golpe, os cafeicultores de São Paulo se achavam especialmente ameaçados pela intervenção estatal em suas relações sociais de trabalho. A ameaça dessa intervenção sempre inspirou suas críticas mais acerbas, dirigidas ao governo. Mas a gota d'água veio com a criação da Supra. Dada a extraordinária independência das agências do executivo sob a constituição de 1946, a Supra ameaçava desestabilizar o equilíbrio de forças em detrimento da mais tradicional classe privilegiada do Brasil. Nessas circunstâncias, a própria democracia havia subvertido a ordem social e perturbado o caminho próprio do progresso político e econômico. Eles repudiavam a Supra e repudiavam o sistema que a dera à luz. Opondo-se a um sistema que já se prolongava por 30 anos, desde a era Vargas, os latifundiários e a

⁷³ A conspiração civil-militar em São Paulo está detalhada em MOURÃO FILHO. *Memórias*. p. 169-288; SAMPAIO. *Adhemar de Barros e o PSP*. p. 103-105; e DREIFUSS. 1964. p. 376-96. Sobre Ribeirão Preto, vide “Em 64, uma paralisação indesejável”. *Jornal de Ribeirão*. 21-27 de agosto de 1988. p. 4; e “Diário da Manhã”. DN. 31 de maio de 1964. p. 1.

⁷⁴ Sobre a campanha contra a Supra, vide. B:NM 144; Clifford Andrew WELCH. “Rivalidade e unificação: mobilizando os trabalhadores rurais na véspera do golpe de 1964”. *Projeto História* (São Paulo) n. 29, t.2, 2004, p. 363-90 e CAMARGO. *A questão agrária*. p. 203-05.

burguesia agrícola declaravam-se revolucionários. Vitorioso no campo de batalha, e determinado a estabelecer um governo que protegesse seus privilégios e propriedade, tomaram o poder.⁷⁵

Em junho de 1972, o Superior Tribunal Militar indeferiu o processo do governo contra a Supra. De acordo com o tribunal, os funcionários estavam apenas obedecendo as orientações da lei – haviam obedecido, e não violado a ordem jurídica.⁷⁶ A essas alturas, no entanto, o estrago estava feito. Os novos governantes compreenderam que, se diferentes resultados eram desejados, então a lei devia ser modificada e outra equipe montada para executá-la. Em abril de 1964, João Pinheiro Neto foi substituído pelo Coronel Vital Queiroz e, finalmente, encarcerado como um dos 102 inimigos do Estado, de acordo com as determinações do primeiro de uma série de “atos institucionais”. Devido a suas conexões com a elite, Pinheiro Neto foi logo libertado. Ele teve de enfrentar três processos, porém foi absolvido em um deles e os demais foram suspensos. Uma punição foi aplicada, no entanto: Pinheiro Neto foi proibido de ter carreira política, jornalística ou acadêmica. A Supra também foi desmantelada. Um dos primeiros atos do Coronel Queiroz foi rescindir o decreto de 13 de março, terminando planos para desapropriar a faixa de terras em torno das vias de transporte. Em novembro, a Supra foi transformada em duas novas agências, o Inda – Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário, e o Ibra – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, nenhum dos quais promovia a sindicalização rural. Sob uma nova lei, o Estatuto da Terra, publicado naquele mês, o Ibra e o

⁷⁵ “A lavoura paulista repudia o decreto da Supra e ‘reafirma seu pensamento em favor de uma reforma agrária justa e real’”. *A Rural* v.44, n. 515, abril de 1964. p. 6. “Venceu-se, em dois dias”, escreveu Almeida Prado da SRB, “a batalha militar, que se constituiu a primeira fase da revolução, (...) que, agora vitoriosa, tem um completo programa de reivindicações a cumprir.” Do editorial assinado. “Da Marcha da Família à revolução vendedora”. *A Rural* v.44, n.517. maio de 1964. p. 3. Outros exemplos claros de como os conspiradores viam-se como revolucionários estão representados nos títulos de suas memórias. Vide, por exemplo, MOURÃO FILHO. *Memórias: A verdade de um revolucionário*; Hernani D’AGUIAR. *A revolução por dentro*. (Rio de Janeiro. 1976). Para mais informação sobre as intenções da SRB, vide “Pronunciamentos da SRB durante a revolução redentora do país”. *A Rural* v.44, n.517. maio de 1964. p. 28-30.

⁷⁶ O julgamento do tribunal merece ser gravado aqui. “Considerando que a Supra, organização a que serviam os acusados”, escreveu Dr. Waldemar Torres da Costa, vice-presidente da banca, “era uma instituição oficial, criada pelo Governo Federal, em 11-10-62, e que tinha como uma de suas finalidades a criação de sindicatos rurais, destinados a amparar os trabalhadores interiores; Considerando que os acusados limitavam-se a cumprir ordens emanadas do alto (...). Acordam, à unanimidade, os Ministros do Superior Tribunal Militar, em negar provimento ao apelo do MP, para confirmar a respeitável decisão apelada, pelos seus fundamentos, que são jurídicos, e pela fidelidade à prova dos autos”. Apelação No. 39.067 – Estado de São Paulo. Superior Tribunal Militar, Rio de Janeiro. 2 de junho de 1972. B:NM 12/144.

Inda estimulariam a colonização de terras no interior distante. Aqui começou o apoio oficial à migração e colonização que seriam finalmente responsabilizadas pelo desastre ecológico e humano da Bacia Amazônica nos anos de 1980.⁷⁷

Muitos dos sindicatos criados pelos funcionários da Supra no primeiro trimestre de 1964 não foram reconhecidos pelos militares, mas dissolvidos. As sementes da mobilização camponesa, plantadas nos anos de 1940, quando eram apenas mudas, e cultivadas durante anos de luta, foram devastadas pelo regime militar, com galhos inteiros arrancados dos troncos. Todos os funcionários da Contag foram julgados subversivos, e 23 das 33 federações estaduais foram julgadas “fantasmas” e apagadas do registro do Ministério do Trabalho. Dentro de um ano, o regime fechou 2.381 sindicatos de produtores autônomos, pequenos proprietários, trabalhadores agrícolas e rurais pela mesma razão, deixando o país com apenas cerca de 490 sindicatos funcionando em agosto de 1965. As pessoas envolvidas com as organizações que foram fechadas foram presas ou forçadas a se esconderem ou deixarem o país. Lyndolpho Silva, Nestor Veras e Luís Tenório de Lima não foram presos, mas tiveram seus direitos políticos revogados pelo regime. Silva foi para o exterior, mas Veras – assim como José Alves Portela e outros – entrou para a clandestinidade. Acostumado a viver clandestinamente, Irineu Luís de Moraes escapou de ser preso, escondendo-se em uma fazenda de Altinópolis por três meses. As associações de camponeses e os sindicatos que ela havia ajudado a fundar em Pontal, Sertãozinho, Cajuru e Altinópolis foram todos fechados. Mário Bugliani, o presidente do sindicato de Pontal que Moraes havia auxiliado, também escapou de ser preso. Ele escondeu-se na distante Ituverava. Assim como muitos militantes, Moraes e Bugliani sentiram-se logo frustrados com o regime militar, que suprimia toda forma de ação coletiva. Em 1967, Bugliani uniu forças com outros ativistas descontentes, como Vanderlei Caixe e Áurea Moretti, para fundar a FALN – Frente Armada de Libertação Nacional, um grupo de guerrilheiros que foi especialmente ineficaz, e finalmente eliminado por um destacamento policial em 1969, resultando na prisão de Moraes e Bugliani.⁷⁸

⁷⁷ Tomás Pompeu Acióli BORGES. “Estatuto da Terra”. *DHBB*. p. 1203-05; MEDEIROS *et al.* “Superintendência”. *DHBB*. p. 3284; KORNIS e SOARES. “Pinheiro Neto”. *DHBB*. 2740; MEDEIROS. *Histórias dos movimentos*. p. 85-88 e Octavio IANNI. *A luta pela terra*. (Petrópolis: Vozes. 1978).

⁷⁸ Estatísticas sobre a repressão dos sindicatos não estão disponíveis. Estes números vêm da tabela 18 em PEARSON. “Small Farmers and Rural Worker”. p. 258, a qual cita “Governo fecha os sindicatos do peleguismo”. *Tribuna da Imprensa*. 30 de março de 1964 e de DULLES. *Unrest in Brazil*. p. 222, que tem uma nota de rodapé sobre o fechamento das federações. Transcrição MORAES parte 1. p. 89-93. Lindolfo SILVA. Transcrição SILVA. Transcrição PORTELA. Vide AmConGen, São Paulo. para USDS. “The Revolution’s Impact on São Paulo Labor”. A-8. 10 de julho de 1964. RG 59, LAB 2 BRAZ (1282). DS/USNA. Sobre a FALN, vide “Pro-

Padre Celso Ibson de Syllos e seus companheiros da Frente Agrária Paulista sofreram destinos significativamente diferentes. Depois do golpe, padre Celso passou o mês de abril escondido num santuário franciscano: uma pousada em Petrópolis. Em maio, ele voltou, relutante, a Ribeirão Preto, onde descobriu, para sua surpresa, que a polícia não tinha ordem de prisão contra ele. Antônio Ribeiro de Andrade, o capitão de polícia, avisou padre Celso, no entanto, que grupos armados poderiam estar à sua procura, e aconselhou o padre a ficar na cúria da arquidiocese por algum tempo. Sempre desafiador, o padre se recusou a ficar longe das ruas, e exigiu ser ou preso ou deixado em paz. Assim, no dia 3 de maio, a polícia prendeu-o e o confinou ao quartel da brigada, junto com outros supostos agitadores e comunistas, o que foi mais do seu agrado – pelo menos, ficou assim lembrado por ele uns 25 anos depois do ocorrido. Ele tinha se oposto ao golpe, e queria ser tratado como todos os outros inimigos do novo regime. No final, ele foi mais bem tratado do que a maioria. Com toda a disciplina conspiratória e liderança militar do golpe, a tomada de poder tinha também suas ineficiências e pontos fracos. “Fiquei muito bem instalado”, afirma, descrevendo a prisão militar improvisada. “Foi um mês de confraternização da esquerda, festiva, de Ribeirão Preto”.⁷⁹

A festa terminou para padre Celso no dia 4 de junho. Um dos últimos prisioneiros políticos a ser capturado, ele esteve entre os últimos a serem liberados, para entrar no mundo alterado do Brasil pós-Jango. O novo governo tinha restringido severamente todo tipo de atividade política, e qualquer pretensão de se expandir o movimento camponês ou agitar do lado de fora do sistema judiciário do trabalho encontrava pronta resistência. O padre tentou se ajustar à nova situação, mas sentia-se especialmente frustrado, pois o arcebispo Rossi recusava sua volta à edição do *Diário de Notícias*. Padre Angélico Sândalo Bernardino era agora responsável por esse cargo, como quando padre Celso fora à Europa. Restrito às atividades de padre da paróquia de Vila Seixas, em Ribeirão Preto, padre Celso se rebelou. No dia 26 de junho, o *Diário da Manhã* publicou seu “Sermão da Montanha”. Nesse texto, padre Celso usava habilidosamente as palavras do apóstolo Mateus para condenar o governo militar e todos os que se acomodavam com ele. “Concretamente”, concluía o sermão, “no Brasil de hoje, o cristão que *se conforma* com a atual ordem e com a estrutura social, que não luta por profundas modificações a favor dos menos afortunados, é o cristão que *ainda não* pode participar do Santo Sacramento” (itálicos no original). Frustra-

cesso contra a Frente Armada de Libertação Nacional”. B:NM 65; MORAES, Irineu Luís de. transcrição MORAES. parte 2. p. 39-49. Áurea Moretti PIRES. entrevistada pelo autor, Ribeirão Preto. 11 de junho de 1997; entrevista com CAIXE; “Anos de Chumbo”. *Folha de S. Paulo*. seção de Ribeirão Preto. 25 de maio de 1997. p. 1-22; e GORENDER. *Combate nas Trevas*.

⁷⁹ Transcrição SYLLOS. p. 75-76.

do, padre Celso encontrou maneiras de se expressar e de agir, até abandonar a batina, em 1967.⁸⁰

Os militares intimidaram líderes da frente agrária, como Otávio Sampaio, de Batatais, e Antônio Crispim da Cruz, de Cravinhos, mas, no final, permitiram que continuassem a exercerem as funções de presidentes de seus respectivos sindicatos. Na verdade, se por um lado os militares destruíram a Supra, fecharam centenas de sindicatos, e forçaram os comunistas notórios a buscarem a clandestinidade, por outro eles não arrancaram totalmente as árvores do movimento camponês. Significativamente, alguns sindicatos locais e federações estaduais continuaram a existir, o ETR não foi abolido, a Contag não foi eliminada e foi mantida uma política de reforma agrária.

Nas recordações de Crispim a respeito do golpe, a legitimidade fundamental do movimento merece destaque. No dia 1º de abril, a polícia chegou a sua casa orientada por seu patrão, o proprietário da Fazenda São José de Colônia Preta. Como sua casa servia de escritório do sindicato, a polícia revirou-a, recolhendo papéis e quebrando os móveis, em busca de documentos escondidos, armas e explosivos. Eles levaram Crispim à delegacia de Ribeirão Preto, onde diversos agentes do Deops o interrogaram. Para cada acusação, ele protestava não ter feito nada de ilegal. O fazendeiro que o tinha denunciado é que havia violado a lei, ao maltratar seus empregados, pagando mal, e “até proibiu o padre de entrar na fazenda pra socorrer uma família lá que estava passando fome”. Nas memórias de Crispim, essa acusação transformou a polícia de inquisidores em advogados. “O capitão do exército pegou e perguntou para ele se era verdade tudo que eu estava dizendo, ele pegou e disse: Infelizmente é verdade”. Aparentemente, a polícia considerou as acusações de Crispim emocionantes e legítimas, porque, algumas horas depois, ele foi liberado para ir para casa.⁸¹

Essa anedota abre uma janela para que possamos observar as razões por que os camponeses não se rebelaram para defender a administração de João Goulart ou para rejeitar o regime militar. Por um lado, a repressão foi seletiva, permitindo que militantes, como Crispim e Sampaio, voltassem a seus afazeres, e reprimindo radicais e figurões, como João Pinheiro Neto, Francisco Julião e Lyndolpho Silva. Aparentemente, os militares estavam em busca de uns poucos e seletos líderes, não de todo o movimento. Por outro lado, os militares coor-

⁸⁰ Sobre o jornal da Igreja, vide “*Diário de Notícias* comemora 37 anos, sob a direção do arcebispo de Ribeirão Preto”. *DN*. 1º de julho de 1964. p. 4. Sobre o sermão de padre Celso, vide Transcrição SYLLOS. “Crônica religiosa; Momento de Deus; Confusão de revisão”. *DN*. 26 de junho de 1964. p. 2. No início de 1998, o ex-padre Celso foi morto em um acidente automobilístico no Brasil.

⁸¹ Transcrição CRISPIM. p. 15-20.

denaram uma campanha eficaz, confundindo, dividindo e surpreendendo seus inimigos populistas. Os golpistas agiram tão rapidamente que ninguém teve tempo de organizar manifestações de protesto, como tinham feito os comunistas anteriormente, durante a crise da sucessão de 1961.

É difícil dizer como o campesinato poderia ter reagido a tal chamado. A petição que Sampaio enviou a Jango, em dezembro de 1963, mostra como a vida se tinha tornado difícil para muitos camponeses. João Goulart pode ter ajudado a criar a estrutura sindical dos camponeses, mas isso trouxe resultados ambíguos, e os trabalhadores não podem ser responsabilizados por sua ambivalência com relação ao governo. As leis reconheceram os sindicatos, mas que poderes tinham estes para ajudá-los quando eram demitidos? Os processos trabalhistas eram apenas uma solução parcial. Na verdade, os sindicatos devem ter parecido bastante impotentes, pois eram, juntamente com as leis e os tribunais, constantes objetos de desafio por parte dos fazendeiros. João Goulart dizia que queria romper os antigos laços entre patrão e cliente, presentes na sociedade rural tradicional, mas, em março de 1964, seus sindicatos ofereciam pouca coisa para substituir essas relações mais confiáveis, ainda que abusivas.⁸² Muitos sindicatos nem tinham iniciado suas atividades quando a ofensiva militar começou. Talvez não fossem sindicatos “fantasma”, como os classificaram os militares, mas, no momento de ganhar o controle da Contag, a base tinha certamente sido ignorada. A ênfase foi deslocada, de anos de luta clandestina e de base, para uma estratégia de cima para baixo, baseada na luta pelo controle da Contag e da Supra. Quando João Goulart caiu, essas organizações foram derrubadas com ele, deixando um pequeno suprimento de sindicatos bem enraizados. Talvez os mais fortes dentre eles fossem os que se abstiveram da disputa envolvendo a Contag. É o caso dos sindicatos da FAP na região da Alta Mogiana.

Se por um lado Crispim e Sampaio achavam que os militares permitiram seu retorno à atividade devido ao bom trabalho que estavam realizando, fica claro que cada lado tinha ideias diferentes sobre a tarefa dos líderes dos camponeses e dos sindicatos. Crispim e Sampaio queriam ajudar os trabalhadores e pequenos produtores a melhorarem suas vidas, tarefa a que se dedicaram. Mas o regime militar gradualmente elaborou uma política que estabeleceu a prioridade de desenvolver meios mais eficazes e racionais para explorar os recursos do Brasil, tanto humanos quanto naturais. Do ponto de vista deles, o movimento sindical dos trabalhadores rurais poderia ajudar a realizar uma maior eficiência, contendo greves, canalizando reclamações pelos tribunais, treinando trabalhadores no manuseio de maquinário e disponibilizando serviços locais que

⁸² Este tópico é retomado em WELCH. “Os com-terra e sem-terra de São Paulo. Meu argumento é que o MST acaba conseguindo criar as condições para ser um novo padroeiro.

aliviassem alguns dos abusos decorrentes da transição de um setor agrícola dependente de trabalho manual para um dependente de energia mecanizada. Em fevereiro de 1965, o ministro do Trabalho, Arnaldo Sussekind, um informante de longa data dos adidos trabalhistas dos Estados Unidos no Brasil, reformou o ETR, para eliminar as cinco categorias de atividade profissional rural que haviam sido estabelecidas anteriormente. Isso forçou trabalhadores com diferentes problemas e perspectivas a se unirem em um único sindicato por município, pondo os camponeses uns contra os outros e causando incontáveis problemas internos para o movimento. Para seu crédito, Crispim e Sampaio continuaram fiéis às suas visões dos deveres de um líder sindical, mantendo-se dentro do sistema para poder modificá-lo.⁸³

O mesmo não se pode dizer de José Rotta. Ele se tornou o líder sindical favorito dos militares, após a deposição de João Goulart. Com todos os seus diretores foragidos, a direção da Contag lhe foi entregue, e Rotta continuou a receber treinamento e financiamento dos Estados Unidos. Em abril de 1965, o ministro Sussekind permitiu que Rotta planejasse sua transição, de diretor interino indicado, para presidente eleito da Contag. Mesmo com a participação de apenas 11 federações reconhecidas, Pearson alega que Rotta assegurou-se de que os delegados das federações em que não confiava não pudessem participar, informando-os do encontro quando já era tarde demais. Através dessa intriga, Rotta excluiu as federações católicas mais progressivas, dos estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Bahia e Ceará, comprando-se assim mais dois anos de presidência. Sob seu reinado, o movimento camponês se fragmentou. Os líderes dos sindicatos locais se sentiam tão desgostosos com a confederação que romperam seus laços com ela, até que se lançou uma campanha para tirar Rotta da presidência. A antiga frente agrária de padre Celso, Crispim e Sampaio se reuniu e, juntando-se a outras forças progressivas do Rio Grande do Sul e de Pernambuco, desafiou a liderança de Rotta. Na eleição de 1967, Rotta foi derrotado por uma chapa liderada pelo presidente da federação de Pernambuco, José Francisco da Silva. A partir daí, a Contag cresceu gradualmente em força, e a estrutura de sindicatos e federações passou a ter mais sentido para seus membros.⁸⁴

⁸³ Transcrições SYLLOS e Crispim. MEDEIROS. *História dos Movimentos*. p. 92-95.

⁸⁴ MEDEIROS. *História dos Movimentos*. p. 88-95; PEARSON. "Small Farmers and Rural Worker". p. 271-73; AmEmbassy, Rio de Janeiro, para USDS. "Rural Workers Reaction to Alliance for Progress Program". A-370. 20 de outubro de 1964. RG 59. LAB 10 BRAZ (1283); e AmEmbassy, Rio de Janeiro, para USDS. "Labor Developments Since New Regime Installed". A-295. 25 de setembro de 1964. RG 59. LAB 2 BRAZ (1282), ambos DS/USNA; e Transcrição SYLLOS. p. 65-66. As federações que colaboravam com Rotta em 1965 eram aquelas de Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraíba, Sergipe, Rio Grande

O campesinato precisava de uma estrutura de apoio depois da tomada de poder pelos militares. As condições miseráveis com altas taxas de desemprego, descritas por Sampaio em sua petição de dezembro ao Presidente João Goulart, atingiram um número cada vez maior de trabalhadores, pois cada vez mais fazendeiros se aproveitavam da lei e do excesso de mão de obra. Tornou-se mais eficaz e econômico para eles demitir trabalhadores residentes e expulsar suas famílias, contratando-os de volta como trabalho esporádico, volante ou sazonal. Conforme vimos, em 1970, o sistema do colonato já estava quase extinto em São Paulo, assim como o cambão e morador típicos dos engenhos do Nordeste. Consequentemente, milhões de camponeses se mudaram para as cidades, inundando os mercados de trabalho dos setores comercial e de serviços, quando não conseguiam trabalho como boias-frias em zonas rurais. Essas condições permitiram que algumas famílias progredissem, ao ganharem acesso a serviços urbanos, tais como escolas para seus filhos. Outras famílias, no entanto, a mudança para a cidade levou à posterior migração para a região amazônica, ainda não totalmente colonizada. Para a maioria, o emprego urbano e rural em condições irregulares não permitia que obtivessem renda superior à necessária para a mais básica sobrevivência. Os bons líderes sindicais, como Sampaio, continuaram a fazer tudo o que podiam com os recursos à sua disposição, de forma a fornecer aos trabalhadores serviços jurídicos e médicos, cultivando as árvores da sindicalização rural ao longo dos anos da ditadura.⁸⁵

do Norte e Paraná. Depois da sua queda, Rotta reaparece como presidente do sindicato rural de Capivari, São Paulo.

⁸⁵ Sobre a história recente do trabalhismo rural no Brasil, vide, por exemplo, D'INCAO. O "Boia-fria": Acumulação e miséria. 8ª edição, (Petrópolis: Vozes, 1975); Juarez Rubens Brandão LOPEZ. *Do latifúndio à empresa: Unidade e diversidade do capitalismo no campo*. 2ª edição, (Petrópolis: Vozes, 1976); Moacir PALMEIRA. "The Aftermatch of Peasant Mobilization: Rural Conflict in the Brazilian Northeast Since 1964". In: *The Structure of Brazilian Development*. New Brunswick: Transaction Books, 1979. p. 71-97. MAYBURY-LEWIS. *The Politics of the Possible*; PEREIRA. *The End of Peasantry*; HOUTZAGER. *Os últimos cidadãos* e WELCH. "Os com terras e sem terra".



EPÍLOGO: OS CAMPONESES DE SÃO PAULO E A TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA

Irineu Luís de Moraes voltou por um curto período à luta dos trabalhadores rurais de São Paulo, quando o movimento se reavivou, em 1984. Os tempos eram outros se comparados aos anos de 1970, quando tinha sido vítima dos agentes do Deops. O Brasil agora se aproximava do estágio final de um processo gradual de transição, chamado “abertura”. Uma anistia geral, concedida em 1979, havia permitido que ex-militantes, como Lyndolpho Silva e Francisco Julião, retornassem do exílio e voltassem, com prudência, à vida política. Os governadores estaduais e legisladores foram escolhidos em eleições diretas em 1982, pela primeira vez desde 1965, e um punhado de novos partidos políticos havia substituído a rígida estrutura bipartidária imposta anteriormente pelo regime. Manifestações pelas “diretas já” exigiam eleições presidenciais, mas os militares recusaram fazer essa concessão. Em vez de eleições presidenciais diretas, em janeiro de 1985, houve uma eleição indireta para presidente, depois da qual o regime militar pretendia se retirar do poder. A eleição resultou na escolha do primeiro presidente civil em 21 anos: Tancredo de Almeida Neves, o primeiro-ministro de João Goulart de 1961 a 1962.¹

A vida dos camponeses também havia mudado. O projeto de modernização dos militares afetou profundamente a vida e trabalho dos trabalhadores rurais da região de Ribeirão Preto. Os militares haviam procurado resolver a crise de energia dos anos de 1970 com o desenvolvimento de automóveis movidos a álcool de cana-de-açúcar, incentivando uma mudança que traria menos dependência do petróleo importado. Através de subsídios e mercados garantidos, o programa catalisava a indústria do açúcar da região de Alta Mogiana, que logo se tornaria o maior produtor de açúcar e álcool do país. Ao longo de uma década, a monocultura da cana-de-açúcar tomou conta da região, territorializando a terra, acabando com qualquer diversidade de culturas agrícolas e concentrando o controle dos usineiros sobre a região. As cidades mais que dobraram de

¹ Transcrição MORAES, parte 2. Neves, depois de longa doença, morreu no dia em que deveria tomar posse como Presidente, e seu parceiro de candidatura, José Sarney, tornou-se o primeiro presidente civil pós-golpe, em abril de 1985. Tancredo Neves tinha inspirado o povo e representava a mudança depois do regime militar, mas Sarney tinha apoiado os militares e sua ascensão à presidência representou a continuidade do passado e decepcionou a população. Vide SKIDMORE, *The Politics of Military Rule in Brazil*.

tamanho, com a emigração de centenas de milhares de trabalhadores, especialmente para a colheita da cana e para o serviço nas usinas. Para descrever essa prosperidade, baseada que estava no complexo agroindustrial das fazendas de cana-de-açúcar e nas eficientes usinas de álcool e açúcar, a região foi apelidada de “Califórnia Brasileira”. Outros a chamavam de “ABC rural”, referindo-se ao maior complexo industrial brasileiro, localizado nos três subúrbios de São Paulo (Santo André, São Bernardo e São Caetano). Foi a partir do ABC que os trabalhadores da indústria metalúrgica reavivaram o movimento sindical brasileiro, em 1979, dando à luz o inovador PT – Partido dos Trabalhadores, que surgiu das bases trabalhadoras. A partir do ABC rural, na região de Ribeirão Preto, o movimento sindical dos trabalhadores rurais renasceu, desafiando não apenas os militares, mas também as novas tendências de poder civil.²

A GREVE DE GUARIBA DE 1984

Moraes tinha 73 anos em 1984. Ainda forte depois de décadas de luta, pouco desmoralizado pelas disputas faccionais dos comunistas, ele ficou feliz em ver a explosão de militância entre os cortadores de cana em Guariba, uma cidade de 25 mil habitantes, localizada cerca de 40 km a sudeste de Ribeirão Preto. No dia 15 de maio, um movimento paredista que tinha começado no dia anterior em Guariba tornou-se conhecido em todo o Brasil, quando os meios de comunicação relataram o sangrento conflito entre milhares de trabalhadores

² Sobre o projeto de manifestação agrícola da ditaduras, vide Wenceslau GONÇALVES NETO. *Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira 1960-1980*. (São Paulo: HUCITEC, 1997). Sobre a Alta Mogiana, vide Maria Conceição D’INCAO. “O movimento de Guariba: O papel acelerador da crise econômica”. *Política e Administração* 2. julho-setembro de 1985. p. 201-22; MEDEIROS. *História dos Movimentos*. p. 133-35; e Mayla Yara PORTO. “De boias-frias a cortadores de cana: O direito ao progresso com desordem na região de Ribeirão Preto”. Dissertação (Mestrado em Direito) USP. 1993. p. 8-12. Sobre o ABC e o PT, vide Margaret KECK. *The Workers Party and Democratization in Brazil*. (New Haven: Yale University Press. 1992). Sob a direção da Contag, os trabalhadores da cana-de-açúcar em Pernambuco começaram uma série de greves anuais em 1979 que são normalmente associadas com o crescimento da militância trabalhista rural. Embora essas greves fossem de grande significância, envolvendo dezenas de milhares de trabalhadores, ocorreram em obediência aos parâmetros legais e não tiveram a mesma influência em longo prazo do ciclo de greves de São Paulo, iniciado em 1984. Um argumento quase oposto é feito por PEREIRA. *The End of the Peasantry*, que ressalta o caso de Pernambuco como “exemplar” (p. 6). Vide também Cândido GRZYBOWSKI. “Rural Workers’ Movements and Democratization in Brazil. In: Jonathan Fox (org). *The Challenge of Rural Democratization: Perspectives from Latin America and the Philippines*. (London: Frank Cass. 1990). p. 35.

azonais do corte da cana e dezenas de policiais. Naquela manhã, piquetes nas estradas conseguiram convencer milhares de cortadores de quatro usinas a aderirem à greve. Explorados pela agência local de água e saneamento, a Sabesp, os grevistas na cidade queimaram seu escritório e destruíram o reservatório de água local. A multidão havia começado a ameaçar um supermercado, propriedade de um gato malvisto pelos trabalhadores, quando um contingente da PM abriu fogo, matando um observador inocente. O grito “mataram um peão!” estimulou uma revolta e o povo atacou a polícia. Os manifestantes mataram um cachorro-policia! que havia sido solto sobre a multidão, e três policiais foram vítimas de pedradas. Um número estimado de 30 pessoas sofreu feridas graves, inclusive 19 vítimas de bala. As autoridades logo culpavam agitadores de fora, mas a imprensa, os líderes rurais e os novos políticos sabiam que a responsabilidade repousava sobre as péssimas condições de moradia e trabalho dos trabalhadores da cana³.

Os trabalhadores haviam passado uma frustrante safra sem receber nenhuma resposta a seus protestos contra uma modificação, realizada em 1982, do processo de trabalho, que permitia que seu pagamento fosse reduzido no mesmo tempo que aumentasse a carga de trabalho. Os cortadores também rejeitavam a exclusão da proteção legal de que gozavam os trabalhadores rurais permanentes (decreto 5.889, de 1973). Condenavam as condições de moradias impostas a centenas de trabalhadores – empilhados em celeiros, e tomando banho em tonéis utilizados pelo gado. Além disso, seus baixos salários faziam com que incorressem em débito junto aos comerciantes locais. Seu protesto de 1984 havia começado com o início do período da colheita, na segunda feira de 14 de maio, quando 17 turmas de cortadores de cana interromperam o trabalho, nas fazendas da Usina São Martinho. Na madrugada do dia seguinte, organizaram piquetes, para impedir que os gatos carregassem novos grupos de trabalhadores às fazendas das usinas Santa Aélia, São Carlos, Bonfim e Santa Luzia, para não falar de São Martinho. O apoio à paralisação aumentou entre os trabalhadores, assim como a oposição dos usineiros. Fizeram com que a Sabesp cortasse o fornecimento de água, e que os supermercados interrompessem a liberação de crédito, enfurecendo os grevistas e transformando a Sabesp e certos mercados em alvos estratégicos. Queimar a Sabesp significava destruir os registros de suas dívidas junto à agência; o mesmo valia para o ataque à loja. A polícia veio proteger tanto a propriedade da classe dominante quanto sua prerrogativa de administrar suas usinas e fazendas como bem entendessem. O ataque da polícia mostrou como havia pouca tolerância

³ Sobre o movimento grevista vide o excelente estudo de Maria Antonietta Gomes PENTEADO. *Trabalhadores da cana: protesto social em Guariba – maio de 1984*. (Maringá: Eduem, 2000). O homem morto era Amaral Uaz Meline, um trabalhador aposentado.

com relação aos “convencidos” boias-frias. Esta designação era usada pejorativamente, reduzindo-os a um objeto pouco atraente e inanimado, questionando sua própria humanidade.⁴

Poucos tinham previsto a habilidade dos trabalhadores eventuais de dar início a uma série de eventos tão chocantes. Não havia sindicatos nem grupos reconhecidos envolvidos na organização das manifestações daquele primeiro dia. Ainda assim, 24 horas depois, quase dez mil trabalhadores haviam aderido à greve. Inspirados pelo exemplo de Guariba, cinco mil apanhadores de laranjas da cidade vizinha de Bebedouro entraram em greve no dia 15 de maio, e, quando a disputa de Guariba havia sido resolvida, no dia 17 de maio, os cortadores de cana de mais cinco municípios da região e das usinas de estados vizinhos haviam começado a fazer exigências semelhantes. Pararam mais de 25 usinas. No final de junho, havia relatos de 24 conflitos – incluindo 19 greves – envolvendo quase 50 mil trabalhadores. Ao longo da década, dezenas de milhares de trabalhadores rurais assalariados de toda a região se mobilizaram, fazendo novas exigências e pedindo o cumprimento de antigos acordos. Em 1987, por exemplo, mais de cem mil trabalhadores de 42 municípios entraram em greve. Eles deixaram claro que, na nova era democrática, os trabalhadores volantes de São Paulo esperavam tratamento igual àquele dispensado aos trabalhadores rurais permanentes, mostrando sua determinação em definir a democracia como a rejeição da condição de marginalidade a que a ditadura militar os havia condenado. Sua insistência em igualdade forçou mudanças profundas no movimento sindical dos camponeses e na indústria do açúcar, e eventualmente alimentou um movimento ainda mais radical que exigia a redistribuição de terra, a luta pela reforma agrária.⁵

Apenas os próprios trabalhadores e uns poucos antigos militantes, como Moraes, sabiam que os cortadores tinham capacidade de agir e dar forma à história. Dentre as memórias que guardavam alguns dos mais antigos grevistas, estava a história de mobilização pré-1964 da região. Lembravam-se de uma vitoriosa greve de 1961, e relataram à cientista social Maria Conceição D’Incao

⁴ Este resumo é derivada dos detalhes dados em PENTEADO. *Trabalhadores da cana*. p. 26-89; “Um morto e 30 feridos num dia de muita violência em Guariba”. *A Cidade*. 16 de maio de 1984. p. 16. D’INCAO. “O movimento de Guariba”; Maria Conceição D’INCAO e Moacyr Rodrigues BOTELHO. “Movimento social e movimento sindical entre os assalariados temporários da agroindústria canavieira no Estado de São Paulo”. In: Emir Sader (org). *Movimentos sociais na transição democrática*. (São Paulo: Cortez. 1987). p. 53-81; e Francisco José da Costa ALVES. *Modernização da agricultura e sindicalismo: Lutas dos trabalhadores assalariados rurais da região canavieira de Ribeirão Preto*. Dissertação. (Mestrado em Ciências Econômicas) Unicamp. 1991. (Agradecimentos a Michael Hall pelo envio de cópia da dissertação).

⁵ MEDEIROS. *História dos Movimentos*. p. 132-209; e PORTO. *De boias-frias a cortadores de cana*. p. 10.

sobre os distantes acontecimentos: “A memória dessa greve”, afirma, “embora fragmentada, está bastante presente nos trabalhadores mais velhos. E acredita-se que ela tenha um papel importante nos acontecimentos de Guariba” de 1984, pois provava sua habilidade para organizar uma ação coletiva eficaz. Foi a única memória de militância que ela encontrou durante um estudo de campo sobre trabalho sazonal na região, realizado de 1981 a 1984. Isso apesar do envolvimento significativo desde 1979 dos organizadores da CPT na conscientização dos trabalhadores volantes da região.⁶

Não encontrando outras informações mais detalhadas, D’Incao reconstruiu o evento de 1961 a partir de resquícios de memórias que seus informantes ainda tinham guardados. Disseram que alguns líderes de uma zona rural de Barrinha tinham convocado a greve, para exigir um aumento após a valorização do açúcar no mercado, que piquetes haviam sido armados em estradas, e que todos os trabalhadores de Guariba e Barrinha haviam aderido. Duas gerações de trabalhadores rurais haviam ajudado a manter a memória viva até 1984. Digno de nota é o fato de que muitos dos líderes da manifestação de 1984 eram trabalhadores mais velhos, que se lembravam do evento de 1961, e projetavam uma imagem do passado como melhor do que o presente. “Os homens mais velhos, pais de família”, escreveu D’Incao, “são os responsáveis pela construção do código que orientou a luta desses trabalhadores.” Esses trabalhadores mais velhos eram os “principais responsáveis pela elaboração de quase todas as exigências que os trabalhadores apresentaram a seus empregadores”. Eles se sentiram “fortalecidos pela memória de uma época em que viviam melhor”. Jovens líderes, tais como Elio Neves, presidente do STR de Araraquara e tesoureiro da FETAESP, levavam memórias de militância transmitidas por seus pais. “Estou acostumado a me considerar uma extensão de meu pai”, afirmou Neves, que se lembrava bem da perseguição sofrida por seu pai por suas atividades como militante do movimento comunista rural, no final dos anos de 1950 e início dos 1960.⁷

⁶ PENTEADO. *Trabalhadores da cana*. p. 175-78 e Pe José Domingues BRAGHETO. Entrevistado pelo autor. São Paulo, 13 set. 2004.

⁷ A nostalgia dos trabalhadores remete ao “tempo da fartura”, expressão que a antropóloga Verena Stolcke encontrou utilizada frequentemente entre os cortadores da cana de São Paulo na sua pesquisa sobre a política no início dos anos de 1970. Ela viu que era um modo dos trabalhadores identificarem os ganhos da época trabalhista quando comparada com os anos dos militares, o qual eles caracterizavam como “tempo de dinheiro”. Os cortadores não queriam dizer que eles tivessem dinheiro, mas que os valores da cultura de mercado tinham tomado conta e fizeram de seus corpos produtos de consumo. Vide Verena MARTINEZ-ALIER e Armando BOITO JUNIOR. “The Hoe and the Vote: Rural Labourers and the National Election in Brazil in 1974. *Journal of Peasant Studies* 4:3. abril de 1977. p. 151-154. A Fundação Ford apoiou a pesquisa de campo de D’Incao, conduzida enquanto ela trabalhava no Centro de Estudos da Cultura Contemporânea (CEDEC), é intitulado “Participação social e trabalhadores

A SEMENTE FOI PLANTADA

Moraes tinha memórias mais específicas do início da década de 1960. Ele tinha sido um dos principais instigadores da mobilização rural na área antes da chegada ao poder dos militares. Na verdade, a rica história do movimento rural de Guariba sustenta a tese central deste livro: de que a semente do contemporâneo movimento camponês havia sido plantada em décadas anteriores. Continuidades surpreendentes conectam Guariba ao passado. Guariba era uma das cidades onde Moraes militou quando trabalhava em 1960 e 1961 para estabelecer organizações de trabalhadores da cana, em usinas de Sertãozinho, Pontal, Barrinha e Pradópolis. Na época, a heterogeneidade da economia regional havia fragmentado seus esforços, mas, gradualmente, ficou claro que os cortadores de cana eram os mais interessados naquilo que ele tinha a dizer. Moraes encontrou líderes dispostos nas pessoas de Jorcelindo de Souza e de Mário Bugliani, que se tornaram presidentes, respectivamente, das associações de trabalhadores das usinas e fazendas de açúcar de Barrinha e Pontal. Após a luta pela sucessão de Goulart em setembro, os trabalhadores de Guariba tinham se juntado a uma multidão de mil trabalhadores rurais de Pitangueira, Pradópolis, Pontal e Sertãozinho, em um protesto em outubro, exigindo melhores salários e o direito de organizar sindicatos rurais.⁸

A verdadeira onda de greves da região veio em 1962, e não em 1961. Em junho, os cortadores de cana que viviam em Guariba estavam entre os seis grupos de trabalhadores de usinas que interromperam o trabalho nos campos e usinas das antigas agroindústrias de Santa Elisa, Albertina, Santo Antônio, São Francisco, São Geraldo e Bela Vista. Em julho, notícias de seu sucesso haviam se espalhado entre os trabalhadores das fazendas da Usina São Martinho, e estes também entraram em greve. Como vimos no Capítulo 7, ambas as greves conseguiram aumentos de salário e promessas de melhorias nas condições de trabalho. Tanto em 1962 quanto em 1984, os trabalhadores residentes em Guariba entraram em greve contra as usinas São Martinho e Santa Elisa.

assalariados temporários da agricultura”. Seu artigo de 1985, “O movimento de Guariba”, discute suas descobertas sobre a greve de 1961 na página 214. Sobre o papel dos veteranos, vide D’INCAO e BOTELHO. “Movimento social e movimento sindical”. p. 61-66. Sobre Neves, vide NEVES, Elio. entrevistado pelo autor, Araraquara. 22 de julho de 1997.

⁸ Vide capítulo 7 e “Usineiros desrespeitam salário mínimo”. *TL*. outubro de 1961. p. 2; “Alta Mogiana: 6 mil trabalhadores em greve derrotaram império dos usineiros”. *TL*. agosto de 1962. p. 5 e José TEODORO. “Usinas de açúcar começaram a funcionar”. *DN*. 23 de junho de 1962. p. 3. Moraes faleceu em dezembro de 1996, e Bugliani faleceu em setembro de 1989. Um dos seus camaradas da FALN – Forças Armadas de Libertação Nacional, Áurea MORETTI PIRES, alega que Bugliani serviu com o ponto de referência para os militantes de Guariba. “Eles costumavam se reunir na casa dele em Sertãozinho para discutir estratégias e táticas”, Moretti contou-me. Áurea Moretti Pires, entrevistada pelo autor, Ribeirão Preto. 11 de junho de 1997.

A greve de Guariba foi excepcional pelo número de trabalhadores temporários envolvidos, sua solidariedade frente à dura repressão e a independência de suas ações iniciais. Ainda assim, não era a primeira vez que trabalhadores dessa categoria haviam agido coletivamente, sem participação externa. Em 1962, Moraes estava descansando em sua casa em Ribeirão Preto quando o proprietário da Fazenda São Martinho, Orlando Ometto, veio pedir que fosse ajudar a conter a greve iniciada pelos próprios cortadores de cana. Moraes e Said Issa Halah tomaram logo o controle das negociações. A greve de 1984 de Guariba teve um início semelhante, também iniciada e instigada pelos cortadores de São Martinho, e logo foi posta sob o controle dos líderes de sindicatos. Na manhã de 16 de maio, o Neves e o presidente do STR de Jaboticabal, Benedito Guimarães Magalhães, organizaram uma assembleia no estádio municipal de Guariba. Os trabalhadores aprovaram formalmente a greve e aceitaram a lista de exigências para negociação preparada por funcionários do sindicato. Apesar de ambas as ações parecerem espontâneas e autônomas, ambos tinham sido precedidos pelo intenso contato com organizações de camponeses: a Ultab em 1962 e a FETAESP em 1984.



O presidente da Federação dos Sindicatos dos Empregados Rurais do Estado de São Paulo, Elio Neves, fotografado durante uma entrevista de julho de 1997. Ele tornou-se um líder de destaque dos trabalhadores eventuais durante a greve de Guariba, de 1984. Foto: Cliff Welch.

Houve negociações em que estiveram envolvidos os administradores e advogados do sindicato em ambos os casos. Ainda assim, os cortadores de cana se envolveram mais no processo durante os eventos de 1984 do que em 1962. A assembleia de 16 de maio elegeu o comando de greve, um comitê de 15 representantes das turmas de cortadores. Em 1962, não foi eleito um comando, mas em 1984 foi criado também uma comissão de greve, composta de cortadores, para participar nas negociações. Quando os usineiros pediram mais tempo, em 1984, os campos da cana começaram a ser queimados, pelos trabalhadores, de maneira a evitar que os proprietários prolongassem as negociações. O secretário estadual de relações trabalhistas, Almir Pazzianoto Pinto, manifestou preocupação, ao afirmar que “os cortadores de cana e os colhedores de laranja formam uma massa sem cabeça e sem rumo.” Mas, incendiar os canaviais para intimidar os patrões era um método testado e aprovado de resistência entre trabalhadores rurais, desde que a colheita comercial da cana-de-açúcar havia sido desenvolvida pela primeira vez, 700 anos antes, no Mediterrâneo. Após a concessão das exigências pelos usineiros, os grevistas votaram para aprovar o “Acordo de Guariba”, e voltar ao trabalho.⁹

Se por um lado a greve de 1984 em Guariba incluía uma ampla lista de reivindicações, englobando questões relativas a compensação, condições e processos de trabalho, as exigências dos grevistas de 1962 eram menos complicadas, mas semelhantes. Suas preocupações coincidiam em três áreas principais: como medir a produtividade, proibir deduções e ganhar representação. Os trabalhadores sazonais de 1984 receberam crédito por exigências que iam além dos parâmetros institucionais e jurídicos então existentes. Queriam que mudanças de aspectos importantes do processo de trabalho fossem permitidas, e que sua classe passasse a ser reconhecida como composta por trabalhadores rurais regulares, com todos os direitos e benefícios, apesar do padrão sazonal de trabalho. De maneira semelhante, nas greves de 1962, os cortadores também queriam uma mudança no processo de trabalho e em sua posição jurídica. Em 1984, os trabalhadores queriam a volta de um sistema, que designava 5 faixas de 1,5 m da cana para serem colhidas. Eles se queixavam de que o sistema de faixas de 2 m, imposto em 1983, era exaustivo e diminuía sua produção diária. Este sistema exigia que carregassem a cana nos braços por mais 3 m para empilhá-la na faixa central, de maneira que fosse recolhida e levada ao engenho. Queriam ser pagos por metro cortado e não por peso. Em 1962, os trabalhadores queriam que os pagassem por hora, e não por tonelada, e exigiam a

⁹ Pazzianoto em *A Folha de S. Paulo*. 17 de maio de 1984, citado em ALVES. “Modernização da agricultura e sindicalização”. p. 146. Sobre o acordo de Guariba, vide a mesma fontes p. 133-40; e D’INCAO. “O movimento de Guariba”. p. 215-16. O presidente do grupo de empregadores, FAESP – Federação Agrícola do Estado de São Paulo, era Fábio de Sales Meireles.

eliminação dos gatos como atravessadores, além da abolição das deduções por aluguel. Queriam ser então como os operários de usinas – empregados diretos das empresas. Essas eram exigências definidas pelos próprios trabalhadores, que lutaram para que se concretizassem.¹⁰

Não fica claro o quanto cada grupo de grevistas estava comprometido com a ideia de formar sindicatos. Comentários de delegados do congresso de 1961, em Belo Horizonte, sugerem que não era dada muita importância aos sindicatos em si. Mas os delegados dos cortadores de 1962 pareciam compreender os benefícios da organização e desejavam a incorporação que seria assegurada pela formação de sindicatos. Com Moraes, da Ultab, articulando os interesses de trabalhadores durante a onda de greves de 1962, havia certamente a exigência de que se formassem sindicatos. Em 1984, os trabalhadores eventuais de Guariba demonstraram também uma ambiguidade pragmática com relação à questão de se formarem sindicatos. Tecnicamente, sua cidade ficava na jurisdição territorial do STR de Jaboticabal, liderado por Magalhães. Ele tinha atuado no movimento trabalhista antes do golpe de 64, mas nada tinha feito por trabalhadores migrantes. Foi a CPT, na tradição de Padre Celso, que organizou encontros na região para conscientizar o público e os cortadores sobre a necessidade de mobilizar para superar sua exploração. O envolvimento de Magalhães na greve de Guariba tinha sido apoiado por Neves, que tinha mais visão, e que assumiu a responsabilidade pela região, na qualidade de funcionário da FETAESP, de sua base no STR de Araraquara. Ao que tudo indica, Magalhães tinha atingido uma posição de comando através de apadrinhamento junto a José Rotta, pois o Círculo de Trabalhadores deste último tinha atuado na região antes do golpe. Na verdade, antes de Franco Montoro ter saído do Ministério do Trabalho, em junho de 1962, Rotta havia ganhado reconhecimento para um sindicato de trabalhadores rurais de Guariba. Seja como for, com seu comando participante nas negociações, os grevistas de Guariba aceitaram a intervenção dos sindicalistas. Foi somente após a ratificação do acordo, quando a questão de como assegurar seu cumprimento entrou em pauta, que os trabalhadores sazonais resolveram formar um sindicato próprio.¹¹

Um dos problemas herdados do passado era a restrição territorial de ações sindicais. Sob o ETR, tanto sindicatos de patrões como de empregados tinham

¹⁰ Restaurar o sistema de cinco faixas havia se tornado uma grande questão na região, tanto que a Fataesp já havia adicionado o item à lista de exigências trazidas para as negociações anuais com a Faesp e o secretário de relações trabalhistas do Estado.

¹¹ Sobre Moraes, vide Capítulo 7. Sobre Neves e Jaboticabal, vide “Movimento social e movimento sindical” e BOTELHO. p. 138-140 e PENTEADO. *Trabalhadores da cana*. p. 176-77. Sobre Magalhães e Rotta, vide ALVES. “Modernização da agricultura e sindicalização”. p. 111. n. 1; e BARROS. “A organização sindical dos trabalhadores rurais”. p. 115. n. 45.

de ser designados a municípios específicos. Dentro desse território, só um sindicato podia operar, lidando com as necessidades de todos os trabalhadores. Esse princípio era denominado de “unicidade”. Essa política tinha suas origens na era Vargas, e já fazia parte da CLT de 1943. Tornou-se uma questão para debate em 1944, com o decreto da sindicalização rural, o qual era criticado pela SRB, como vimos no Capítulo 2. Queriam que os sindicatos fossem organizados por categorias de cultivos ou por atividades agrícolas, como cafeicultores ou pecuaristas. Mas Vargas queria enfraquecer esses grupos de interesse, preferindo o modelo corporativista de segmentação geográfica dos grupos. Nesse contexto, líderes do movimento dos camponeses reconheciam benefícios na unicidade, pois esta ajudava a equilibrar o poder dos patrões, mais ricos e organizados, e o dos empregados, dentro de uma mesma região. Mas eles compreendiam também que um fracionamento debilitante da categoria poderia resultar da limitação de um sindicato por região, que fosse obrigado a representar os interesses de grupos camponeses tão diversos como trabalhadores assalariados e pequenos agricultores. No final de 1963, como vimos no capítulo 8, o Ministério do Trabalho havia permitido que os sindicatos se especializassem em quatro categorias, desde que cada uma limitasse suas atividades à defesa de interesses de suas categorias definidas, dentro das fronteiras de um território designado. A partir da perspectiva de líderes como Lyndolpho Silva, esta determinação do ministro Amauri Silva prometia ajudar a fortalecer o movimento, ao permitir que os trabalhadores de interesses semelhantes se unissem e evitassem que grupos rivais organizassem sindicatos competidores, que poderiam enfraquecer a predominância do PCB.

As dificuldades da STR de Magalhães lidar com os volantes, se dava em função de reformas que o governo militar colocara em andamento para enfraquecer o movimento camponês. Alguns exemplos são a portaria número 71, de fevereiro de 1965, que eliminava as categorias que antes permitiam a flexibilidade do movimento em lidar com a complicada estrutura do emprego rural brasileiro; o decreto-lei número 751, de agosto de 1969, que criava uma lei especial para os trabalhadores temporários que afastou ainda mais os trabalhadores migrantes permanentes; a lei de 1971 das cooperativas (decreto-lei número 5.764), que definia cortadores sócios como não empregados, muito embora na realidade; e o decreto-lei número 5.889, de 1973, que definia os trabalhadores rurais como tendo possibilidade de participarem de atividades sindicais só da mesma forma que aqueles que trabalhavam na agricultura em tempo integral em base anual e não eventual. Vagarosamente mas de forma segura, o governo militar dividiu a classe camponesa, transformando os sindicatos em espaços de privilégios relativos e relegando os “boias-frias” para os marginais. Esta mudança não foi desejada pelo movimento pré-golpista. Ao contrário, Moraes e outros líderes haviam trabalhado arduamente para manter categorias que pudessem

acomodar os trabalhadores sazonais, mesmo que eles aceitassem as limitações territoriais impostas pelo conceito de unicidade.¹²

Nos anos seguintes à fundação da Contag, em 1963, vários grupos lutaram pelo alinhamento dos camponeses. Em São Paulo, como vimos, dois grupos da Igreja e o Partido Comunista eram especialmente ativos. Na época da greve de Guariba, novos grupos haviam aparecido em cena. A abertura e as restrições impostas nos sindicatos oficiais, combinados aos evidentes problemas dos trabalhadores migrantes e da capacidade óbvia para luta; trouxeram muitas organizações para a região de Ribeirão Preto. Um dos grupos católicos era a CPT, atuante no estado de São Paulo desde 1979. Embora o objetivo de reforma agrária animasse a CPT, seus organizadores na região logo se ajustaram às ambições proletárias dos trabalhadores sazonais. A maior parte desses trabalhadores inicialmente rejeitava a ideia de se identificarem com o campesinato, e sonhavam em encontrar trabalho decente, estável e adequadamente pago na agricultura ou na indústria. As atividades trabalhistas rurais da CUT na época, uma nova organização trabalhista nacional e radical, fortemente vinculado ao PT – também apareceram em cena. Depois da greve de maio, estes dois grupos desenvolveram importantes grupos de seguidores entre os cortadores de Guariba. No fim do ano, quando as eleições do sindicato foram realizadas, cada grupo tinha sua chapa de candidatos. A chapa da CPT, encabeçada por José Laurents Júnior, venceu, mas não impediu o líder da facção da CUT, José de Fátima Soares, de tomar a iniciativa enquanto o ministro do Trabalho considerava o pedido de reconhecimento do sindicato. Desta forma, em 3 de janeiro de 1985, apenas doze dias antes da eleição presidencial nacional, os militantes de Guariba começaram uma greve na entressafra por estabilidade e emprego durante todo o ano.¹³

Apesar do apelo aparente da CPT e da CUT, os sindicatos oficiais foram dinâmicas durante a ditadura. Do golpe até 1979, a Contag havia se transformado dramaticamente em consequência das políticas de crescimento do regime. Através do MSTR – Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais, ela estava destinada a tornar-se a maior confederação do Brasil, representando 13

¹² As leis estão resumidas de MEDEIROS. *História dos movimentos*. p. 95-132; D'INCAO e BOTELHO. "Movimento social e movimento sindical". p. 56-57; PORTO. "De boias-frias a cortadores de cana". p. 58; ALVES. "Modernização da agricultura". p. 168. Cópias das leis e regulamentos datadas de depois de 1970 podem ser consultadas no apêndice de RUSSO-MANO. *Comentários ao Estatuto do Trabalhador Rural*.

¹³ Sobre a CPT e a CUT em geral, vide MEDEIROS. *História dos Movimentos*. p. 111-14, 150-155. Sobre a entrada dos grupos na Guariba, vide ALVES, "Modernização da agricultura" p. 119-23 e PENTEADO. *Trabalhadores de cana*. p. 218-19. Sobre a greve de janeiro, vide D'INCAO. "O movimento e Guariba". p. 217-18.

milhões de membros, mas de três mil sindicatos, e 24 federações estaduais. Ela deve muito desse enorme crescimento às funções sociais que foram conferidas aos sindicatos pela primeira vez pelo ETR, aumentadas pelo regime militar com o Funrural – Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural em 1971. Com a distribuição dos fundos para assistência médica, odontológica, jurídica e de aposentadoria, permitia aos sindicatos servirem como principal agência de serviço social para a população carente da zona rural. Infelizmente, ela também permitiu que alguns deles se tornassem feudos corruptos, já que as deduções da folha de pagamento obrigavam os trabalhadores a contribuírem com o FUNRURAL, enquanto que os próprios sindicatos controlavam o dinheiro e decidiam quem era qualificado para receber os serviços. Era um sistema puramente corporativista, ajustando-se perfeitamente à estrutura hierárquica que a sindicalização do movimento trabalhista pré-golpe ajudara a construir.¹⁴

Mas o “assistencialismo”, como a tendência de transformar sindicatos em agências de bem-estar social ficou conhecida, não foi suficiente para enfrentar a exploração dos camponeses. No fim dos anos de 1970, sindicalistas de Pernambuco organizaram a maior greve rural do Brasil desde 1964, ganhando o apoio de cem mil trabalhadores e deixando ociosas dezenas de usinas de açúcar, em uma ação cuidadosamente elaborada para se encaixar nas restritivas leis brasileiras sobre greves. Esta ação, a qual foi bem sucedida, foi seguida por outras, e a experiência inspirou um ressurgimento da militância trabalhista rural em outras regiões do Brasil. Em São Paulo, vários sindicalistas radicais, como Elio Neves, viajaram para o nordeste para apoiar e aprender com os militantes de lá. Eles eram “socializados” pelo contato com as greves de Pernambuco, mas grandes diferenças nas condições impediram que a experiência se tornasse um modelo de militância. No entanto, as greves de Pernambuco inspiraram uma série de reuniões para discutir os problemas dos trabalhadores do açúcar, e para disseminar um discurso provocativo. Em razão dessas reuniões, os dirigentes da Fetaesp estavam prontos para intervir na greve de Guariba e satisfazer a multidão na assembleia do dia 16 com uma sistematização de 14 demandas. Entretanto, as origens corporativas da instituição, e a inércia institucional, evitaram que ela se mantivesse à frente da luta dos cortadores.¹⁵

¹⁴ Sobre o Funrural o assistencialismo (também chamado de sindicalismo do aparelhismo e dos resultados), vide Peter P. HOUTZAGER. *Os últimos cidadãos: conflitos e modernização no Brasil rural (1964-1965)*. Rio de Janeiro: Globo, 2004. MAYBURY-LEWIS. *The Politics of the Possible*. p. 63-98. Uma visão crítica dessa tendência é oferecida por MEDEIROS. *História dos Movimentos*. p. 92-111. Clifford A. WELCH. “Camponeses: Brazil’s Peasant Movement in Historical Perspective (1946-2004)”. *Latin America Perspective* (Beverly Hills, LA). v. 36, n. 4, p. 1-27. 2009a.

¹⁵ Sobre a greve de Pernambuco, vide SIGAUD, *Greve nos Engenhos*; e PEREIRA. *The End of the Peasantry*. Alguns dos presidentes dos sindicatos da Fetaesp resistiram às mudanças inspi-

Em vez de apoiar a greve de janeiro, a Fetaesp reprimiu-a. Enquanto a CUT buscou construir a liderança de Fátima, a Fetaesp trabalhou com o prefeito de Guariba para terminar com o conflito, oferecendo cestas de comida, pagamentos para sustentar os que estavam desempregados e promessas de estudar o problema. Incerta sobre o que fazer, a facção da CPT inclinou-se para o lado da Fetaesp. Os políticos entraram em cena, com o PT apoiando CUT e Fátima e denunciando aqueles que faziam acordos, e a Fetaesp aliada ao PMDB – que estava tentando ao poder nacional pela eleição indireta de Tancredo Neves, e tinha pouco interesse em se incomodar com disputas trabalhistas regionais. Como a greve de Guariba começou a inspirar paralisações em Barrinha, Jaboticabal, São Joaquim da Barra, Sertãozinho e Monte Alto, colocando 30 mil pessoas fora do trabalho, os donos das 37 usinas de açúcar da região exigiram intervenção militar. Em 12 de janeiro, o governo obrigou-os com um forte ataque contra os grevistas de Guariba. Os PMs correram pelas redondezas com suas armas, invadindo as casas dos piqueteiros e bombardeando com gás lacrimogêneo, para que a greve terminasse. De fato, muitos grevistas desistiram, a greve entrou em colapso e a indústria do açúcar voltou ao normal. Há pouca dúvida de que as brigas entre a CUT, a CPT e a Fetaesp contribuíram para a derrota da greve, da mesma forma que as rivalidades dos ativistas católicos, comunistas e políticos populistas anos antes havia ajudado a fortalecer a mão dos golpistas.¹⁶

O movimento pré-1964 deixou heranças positivas e negativas para a transição democrática dos anos de 1980. Trata-se de uma história de luta, de um

radadas pelas greves porque eles estavam permanentemente empregados e os sócios como os pequenos produtores mais ou menos contentes. Em 1982, entretanto, a Fetaesp uniu-se a CPT e membros do PMDB – cujo líder estadual, André Franco Montoro, que se candidatou nas primeiras eleições diretas para governador desde o golpe militar – começaram a organizar um encontro para tratar os problemas dos cortadores. Depois que Montoro foi eleito, seu secretário do trabalho hospedou em setembro de 1980, o primeiro de uma série de Encontros dos Volantes em Ribeirão Preto. Como as conferências da Ultab dos anos de 1950, estas reuniões incluíam a participação de boias-frias; diferentemente daquelas conferências, as reuniões dos anos de 1980 eram mais influenciadas pelas ideias dos militantes de base e dos próprios trabalhadores. D’Incao acredita que as reuniões permitissem que os cortadores de Guariba e os catadores de Bebedouro coordenassem suas greves. Vide D’INCAO. “O movimento de Guariba”. p. 212; e PORTO. “De boias-frias a cortadores de cana”. p. 84-86. Vide entrevista de Neves.

¹⁶ Isso não significa que a Fetaesp tenha traído os trabalhadores. Na avaliação de alguns observadores, a CUT e o PT estavam equivocados em apoiar a liderança de Fátima, que logo se revelaria oportunista e vazia de compromisso com a luta. Entrevistas MORETTI e NEVES; e Lílian Arruda MARQUES. (assistente da política salarial da Contag e ex-membro da Fetaesp) entrevistada pelo autor, Brasília. 17 de junho de 1997. Sobre a greve entre as colheitas, vide D’INCAO. “O movimento e Guariba”. p. 217-18; ALVES. “Modernização da agricultura e sindicalização”. p. 180-89; e PORTO. “De boias-frias a cortadores de cana”. p. 89-90.

sistema jurídico e de representação sindical legados às próximas gerações. Em um momento de crise e oportunidade, a memória mostrou ser duradoura. Ela transcende os limites da lei, mas não só. A história atropela a inércia dos sindicatos, inspirando os trabalhadores sazonais a lutarem contra a exploração capitalista e por melhores condições. Embora o regime militar tenha modificado a lei para marginalizar estes trabalhadores, os cortadores ainda viam valor em muitas das suas provisões. Eles queriam que a lei os visse como trabalhadores, como quaisquer outros, mesmo que eles tivessem um ritmo sazonal de trabalho. Mais que tudo, eles queriam se encaixar na indústria do açúcar de forma regular, empregados por todo o ano, renovando o solo, plantando e se ocupando com outras tarefas entre as colheitas; este era o objetivo principal da greve de janeiro – serem considerados trabalhadores rurais e não “boias-frias” pela lei sindical. Enquanto alguns sindicalistas ignoravam os trabalhadores sazonais, outros buscavam meios de defender as necessidades dos volantes. O sindicato de Elio Neves, por exemplo, estava pronto para quando a greve de maio chegasse. Entretanto a hierarquia da Contag, agia estritamente de cima para baixo. Isto permitiu que os burocratas do trabalho justificassem a supressão de uma greve regional de modo a fortalecer os laços institucionais do sistema confederativo com o governo civil recém-eleito. O PCB – com exemplos como a guerra de Porecatu e a marcha da Produção – tinha já desenvolvido claramente essa tendência. Quando Lyndolpho Silva, da Ultab, se tornou o primeiro presidente da Contag, em 1963, uma tradição autoritária populista se estabeleceu, a ser consolidada logo depois pela instalação de José Rotta (1964-1968). Talvez inconscientemente, o terceiro presidente da Contag, José Francisco da Silva, estivesse se comemorando tanto às boas como às más heranças do passado quando recebeu o Lyndolpho para ajudar a celebrar sua quinta reeleição em abril de 1980, onde ele ficou por mais de 20 anos (1968-1989).¹⁷

CAMPESINATO COMO AGENTE HISTÓRICO

As ondas grevistas de 1962 e 1984 engajaram indivíduos específicos em tempos e lugares específicos. Estas greves ocorreram principalmente por causa da convergência de forças em espaços e tempos particulares. Na medida em que fatores históricos tiveram um papel nesses eventos, nós podemos traçar uma longa linha de antecedentes para o comportamento dos camponeses de Guariba, desde os escravos africanos, que contribuíram para o movimento abolicionista, até os imigrantes – colonos grevistas, que apoiaram os movimentos

¹⁷ Sobre Silva, vide *O Trabalhador Rural* maio-junho de 1980, p. 1-27.

socialistas e de oposição (ou da situação) nos anos de 1910 e 1920; ao corporativismo dos anos de 1930, que iniciou o processo de formalização da participação dos trabalhadores rurais na política econômica. Os camponeses tinham se tornado objeto de rivalidade entre as classes dominantes, e o novo regime de Getúlio Vargas dera uma forma ao campo de luta do campesinato que viria a afetar as vidas dos trabalhadores rurais pelas gerações seguintes. Na CLT de 1943, e no decreto da sindicalização rural de 1944 e da organização de vida rural de 1945, Vargas começou a estabelecer os parâmetros para a luta, determinando que a sindicalização e o associativismo do campesinato significavam sua incorporação – e sua incorporação significava que eram alguém. Em condições de oportunidades limitadas, pequenos proprietários de terra, como João Guerreiro Filho, e trabalhadores rurais, como Pedro Salla, aproveitaram a oportunidade de incorporação ao formarem ligas camponesas. Esses homens exerceram sua *agency* fizeram-se agentes políticos da história, aumentando o número de camponeses que seguiriam sua iniciativa por toda a década de 1950 – usando a lei, a justiça, a mobilização, o voto e a promessa de incorporação para aumentar suas oportunidades e superar um péssimo ambiente de produção e trabalho. Essa tendência continuou a se desenvolver até que, no início dos anos de 1960, já se podia falar em um movimento nacional do campesinato no Brasil. Em 1962 e 1963, o movimento gerou seus primeiros frutos, no rápido reconhecimento dos sindicatos de trabalhadores rurais, na aprovação do ETR e na formação da Contag. Essas ações, leis, mobilizações e organizações enraizaram a luta de Guariba em um passado substancial.

Na contínua história de luta, instituições, leis e personalidades contradizem algumas das conclusões daqueles que estudam os “novos movimentos sociais”, como tem sido categorizada a greve de Guariba de 1984. Embora D’Incao tenha registrado a memória de seus informantes das ações de 1961 e 1962, e reconhecido que esta memória tenha um “papel importante”, ela argumenta que a greve de 1984 aconteceu *apesar* da contribuição histórica do movimento trabalhista. Como outros estudiosos, D’Incao associa o ETR, a Contag e todo o aumento do movimento trabalhista do início dos anos de 1960 com as ligas camponesas de Julião, e não com a Ultab. O movimento histórico que ela descreve era, como as ligas camponesas, enraizado na resistência à proletarianização. “O camponês ideal, que tem caracterizado historicamente o sindicalismo rural brasileiro, tem impedido a definição de políticas de trabalho e práticas adequadas a situações específicas de puramente receber salário”. Portanto, ela argumenta, o ETR privilegiou os trabalhadores da agricultura que eram permanentes, como os colonos, enquanto que marginalizou os trabalhadores temporários, como os “boias-frias”. De modo similar, o ET – Estatuto da Terra, “conquistado pelo recém-nascido movimento trabalhista rural”, enfatizava

as necessidades dos camponeses que dependiam mais do usufruto da terra para seu sustento que de salários. Excluída do movimento trabalhista rural estava a população cada vez maior de trabalhadores temporários e eventuais, como os cortadores de Guariba, que não tinham ninguém com quem contar, a não ser eles próprios. De uma hora para outra, em 1984, tornam-se agentes históricos em seus próprios termos, uma transição para a “subjetividade” sem precedentes na história moderna do campesinato brasileiro.¹⁸

Pelo exame cuidadoso dos movimentos sociais antigos, este livro demonstra alguns problemas desta teoria de novos movimentos sociais. No tempo em que surgiram o ETR e a Contag, as ligas de Julião tinham sido marginalizadas, e, como uma organização comunista, a Ultab tinha pouco motivo para se opor à proletarização, quando seus diretores tomaram controle da Contag. Com sua base em São Paulo e suas forças entre os operários do campo e das usinas de açúcar, a Ultab trouxe o viés da classe trabalhadora para a Contag. O que quer que tenha acontecido para afastar os sindicatos da representação dos interesses dos trabalhadores temporários aconteceu durante os governos militares. O regime substituiu os comunistas por conservadores católicos, especialmente aqueles ligados a Rotta, que certamente traziam uma perspectiva pequeno burguesa para a Contag. Em seguida, o regime modificou o ETR, em uma série de portarias, decretos e leis para marginalizar a crescente categoria de trabalhadores eventuais da estrutura corporativista. Na medida em que havia um problema relacionado aos “boias-frias” antes do golpe, o movimento dos trabalhadores rurais havia tentado resolvê-lo. O regime militar, entretanto, tentou varrer os problemas para debaixo do tapete, mesmo que eles os aumentassem em tamanho e complexidade com suas políticas de expansão e intensificação agrícola.

Em 1984, os camponeses de São Paulo tinham memórias e estruturas que podiam usar para divulgar suas necessidades. Eles influenciaram a transição democrática, insistindo que suas preocupações fossem ouvidas entre a cacofonia dos recém-mobilizados, grupos civis conscientes de seus direitos. Seus protestos ajudaram a chamar a atenção para a reforma agrária, como questão central que o novo governo civil teria que enfrentar, e sua exigência por representatividade virou um desafio para a estrutura corporativista dos sindicatos. Já em setembro de 1984, uma reunião regional de trabalhadores rurais em Sertãozinho produziu o Manifesto de Sertãozinho. O documento tinha por

¹⁸ D'INCAO. “O movimento e Guariba”. p. 206; e D'INCAO e BOTELHO. “Movimento social e movimento sindical”. p. 55. Uma avaliação maior da literatura dos “novos” movimentos sociais é Cliff WELCH. “Camponeses: Brazil; Peasant Movement in Historical Perspective.” *Latin American Perspective* (Beverly Hills, California) v. 36, n. 4. p. 125-55, julho, 2009. Aprovada como lei em novembro de 1964, depois do movimento camponês havia sido esmagado pelos militares, o ET estava longe de ser uma conquista do movimento.

objetivo fortalecer os organizadores de base e suas perspectivas nos debates agendados para o quarto congresso nacional da Contag, que aconteceria em maio de 1985. Eles exigiam um comprometimento da Contag com a criação de comissões para ajudar no cumprimento de contratos, maior liberdade para os sindicatos locais em mobilizar os trabalhadores para greve e a eleição direta tanto dos representantes dos sindicatos quanto dos representantes do governo. O manifesto uniu-se a outros de todo o país, em um esforço para democratizar a Contag, da mesma forma como o Brasil estava em processo de ser redemocratizado. Mas, assim como os militares haviam resistido às eleições diretas para presidente, os líderes da Contag descartavam as críticas, tomando a iniciativa. Eles propuseram a solidariedade a todos os militantes por trás da campanha da Contag para um PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária. Esta estratégia “dividiu para conquistar” com sucesso os apoiadores de uma mudança interna na Contag.¹⁹

Durante a constituinte de 1988, entretanto, a Contag perdeu seu poder majoritário no movimento camponês. Um *lobby* renovado de donos de terra, a UDR – União Democrática Ruralista esvaziou a PNRA, e enfraquecendo as conquistas centrais da constituição de 1946, tais como os artigos limitando os direitos de propriedade para aqueles cuja prática da agricultura não promovesse o bem-estar social, e cláusulas do ET de 1964, que permitiam o pagamento da terra desapropriada em bônus e não em dinheiro. Ainda que a Contag tenha sido bem sucedida em proteger a inclusão da reforma agrária na constituição e em algumas reformas na lei trabalhista, como o benefício da aposentadoria para os camponeses, estes resultados descontraídos levaram à perda da presidência da Contag por José Francisco da Silva, e fortaleceram os grupos competidores. Em 1989, a CUT formou o DNTR – Departamento Nacional do Trabalho Rural, sob a direção de Avelino Ganzer, um pequeno produtor em Santarém, Pará, com a intenção de usar o DNTR para construir um movimento trabalhista rural paralelo, que talvez provasse ser popular o suficiente junto aos camponeses para drenar e destruir a Contag. O número de sindicatos de trabalhadores rurais afiliados à CUT cresceu, mas nem sempre se desligavam da Contag. Dessa forma, em 1995, os líderes da CUT, e seus aliados na própria Contag, ganharam a eleição para a diretoria da confederação. Nesse meio tempo, Elio Neves e outros líderes sindicais do estado de São Paulo, como o já envelhecido militante da FAP, Antônio Crispim da Cruz, buscaram uma estratégia pluralista para a CUT junto às bases. Trataram de por fim ao monopólio da unicidade, fundando o movimento dos SER – Sindicatos de Empregados Rurais, para me-

¹⁹ Contag, *Anais: IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais*. Brasília: Gráfica e Papelaria Tipogresso. 1985; e Contag, *Contag: 30 anos de luta*. Brasília: Gráfica Sindical. 1993.

lhor acomodar os que recebiam salário, como os “boias-frias”. Em 1989, esses dirigentes sindicais ajudaram a fundar a Feraesp – Federação de Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo, uma federação estadual autônoma. Diferentemente do DNTR da CUT, os líderes da Feraesp negavam-se a se associar à Fetaesp. Através da pressão das bases, o sistema corporativista do passado foi gradualmente cedendo a um regime mais pluralista.²⁰

Os camponeses de São Paulo também ajudaram a apressar as mudanças na história da agricultura do estado. Os escravos africanos ajudaram a acabar com o sistema escravocrata e os trabalhadores livres contratados ajudaram a “fazer” o colonato. No início do século XX, os protestos dos colonos e os interesses dos fazendeiros convergiram para se estabelecerem processos de formalização das relações de trabalho rural, de modo a fortalecer as fazendas como empresas lucrativas capitalistas. Uma simbiose desenvolvida então entre os colonos bem sucedidos, fazendeiros interessados em alienar propriedade, e um Estado interessado em aumentar a renda da economia rural. Como os colonos, junto com outros descendentes e dependentes, haviam crescido em número, eles formaram um novo eleitorado para aqueles que desejavam levar adiante a política de desenvolvimento econômica do Estado. Isso ajudou na recuperação do estado de São Paulo frente à Grande Depressão, ao liberar mais terras para o cultivo de algodão, cana-de-açúcar e outras culturas.

Mais notavelmente ainda, durante a era Vargas, o campesinato paulista lutou na revolta constitucionalista e procurou pôr em prática as novas leis trabalhistas e associativismo do Estado Novo. Depois da II Guerra Mundial e a queda de Getúlio, o café e a cana-de-açúcar competiam por trabalhadores durante a época da colheita, e o mercado da mão de obra de imigrantes voltou a crescer. Nesse contexto, os camponeses começaram a tomar partido dos novos benefícios jurídicos que lhes haviam sido conferidos, ajudando a quebrar os laços patriarcais, enfraquecer o colonato e levar os fazendeiros a investir mais dinheiro em novas técnicas agrícolas.

O lugar das máquinas na agricultura brasileira estimulou muitos conflitos entre “boias-frias” e usineiros. De engenhos a vapor, as máquinas se tornaram um componente normal da vida no complexo agroindustrial da produção paulista de açúcar. O Manifesto de Sertãozinho havia reivindicado uma moratória dos investimentos em dispositivos de mecanização do campo, mas a tendência ia em direção oposta. Quanto mais trabalhadores migrantes protestavam contra suas condições e exigiam estabilidade no trabalho, tanto mais investiam os

²⁰ Sobre o fim dos anos de 1980, vide PORTO. “De boias-frias a cortadores de cana”. p. 280-87; e D’INCAO e BOTELHO. “Movimento social e movimento sindical”. p. 74-80. Sobre os anos de 1990, vide Avelino GANZER. entrevistado pelo autor, Taguatinga. 18 de julho de 1997; entrevista de Neves; e Airton FALEIRO. entrevistado pelo autor, Brasília. 18 de julho de 1997.

usineiros na aquisição de novas máquinas. “O grande impulso para a mecanização foram as greves, indenizações trabalhistas, o problema social dos cortadores de cana”, segundo um gerente da Usina da Pedra. “Acabamos deixando todos esses problemas nas mãos do governo”. Em 1996, 65% da colheita da usina São Martinho era feita por máquinas, transformadas pelos próprios proprietários brasileiros em colheitadeiras de competitividade internacional. Em 2006, 92% da colheita estava mecanizada e a meta da empresa é de 100%. Uma única colheitadeira substituiu o trabalho de pelo menos cem cortadores. Sem empregos que substituíssem aqueles perdidos para as máquinas, os cortadores desempregados se tornaram os principais militantes do movimento social que mais cresceu nos anos de 1990: o movimento dos sem terra, um esforço para pressionar o governo a fornecer terra a cada família que manifestasse interesse em roçar. Com tantos sócios sofrendo privações, os líderes sindicais como Neves se tornaram organizadores de acampamentos semelhantes aos do MST. Centenas de trabalhadores desempregados ocuparam diferentes áreas do Estado para forçar o governo a redistribuir terras improdutivas.²¹

Como em outras épocas, as ações dos camponeses foram decisivas nos períodos de 1962 e 1984, pois forçaram reações que contribuíram significativamente para mudar os rumos do país. Por um lado, estas ações confundiram-se com a ascensão de João Goulart ao poder em 1961, e, por outro, coincidiram com o movimento de transição para o governo civil, duas décadas mais tarde. A ascensão do movimento camponês levou os proprietários de terras a promover, juntamente com outros segmentos conservadores da sociedade brasileira, a deposição de Jango, em 1964. Similarmente, a mobilização dos “boias-frias”, fustigou os acontecimentos históricos nos meados dos anos de 1980 que desembocariam na redemocratização do país. Por força de suas ações, o movimento dos trabalhadores rurais se organizou e cresceu. Sua capacidade de resistência e influência se fortaleceu como nunca dantes, deixando para a história revelar às novas gerações de brasileiros a grandeza de suas ações na luta pela democratização do Brasil.

²¹ Sobre a mecanização, vide José Graziano SILVA. *Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura*. São Paulo: Hucitec. 1981; PORTO. “De boias-frias a cortadores de cana”. p. 15-19; e ALVES. “Modernização da agricultura e sindicalização”. p. 288-307. Sobre o MST, vide ALVES. p. 307-309; MEDEIROS. *História dos movimentos*. p. 147-150; e Jack HAMMOND. *The Landless Workers’ Movement of Brazil*. Trabalho apresentado no Congresso da Associação dos Estudos Latino Americanos, Guadalajara. México. abril 1997, mimeografado. Vide Sérgio Luís dos SANTOS. (gerente de mecanização da Usina da Pedra), entrevistado por Sebastião Geraldo e Cliff Welch, Serrana. 11 de julho de 1997; e Entrevista NEVES. Geraldo e Welch fizeram outras entrevistas sobre o MST com os trabalhadores rurais e líderes na região durante junho e julho de 1997. Maurílio de Oliveira MELLO. “Colheita de cana-de-açúcar nas áreas atuais e de expansão”. Trabalho apresentado ao APTA. Campinas 2006: Acesso em out. 2009. <http://www.apta.sp.gov.br/cana/anexos/PPaper_sessao/_/maurilio.p.y>.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LISTA DE SIGLAS BIBLIOGRÁFICAS

AEL/UNICAMP – Arquivo Edgard Leuenroth, Universidade de Campinas
ASP – Agricultura em São Paulo
B: NM – Brasil: Nunca Mais
CPDOC/FGV – Centro de Pesquisa e Documentação, Fundação Getúlio Vargas
DF – Decimal File
DHBB – Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro
DM – Diário da Manhã
DN – Diário de Notícias
DS/USNA – Department of State, United States National Archives
ECLA – Economic Commission on Latin America
FL – Folha de Londrina
FSP – Folha de São Paulo
HAHR – Hispanic American Historical Review
JT/RP – Junta de Trabalho, Ribeirão Preto
LAP – Latin American Perspectives
LARR – Latin American Research Review
NH – Notícias de Hoje
OESP – O Estado de São Paulo
PF – Post File
RG – Record Group
RLT – Revista Legislação Trabalhista
RSRB – Revista da Sociedade Rural Brasileira
TL – Terra Livre
TRE/SP – Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo
USDS – United States Department of State

ARQUIVOS E COLEÇÕES DE FONTES PRIMÁRIAS PESQUISADAS

Arquivo da Arquidiocese de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto
Arquivo da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, Brasília
Arquivo da Primeira Junta de Conciliação e Julgamento, Ribeirão Preto

ARQUIVO NACIONAL DO BRASIL, RIO DE JANEIRO

Fundo da Secretaria da Presidência da República,
Ministério de Trabalho, Indústria e Comercio
Secretaria de Justiça e Negócios do Interior do Estado de São Paulo
Arquivo do Tribunal Regional Eleitoral, São Paulo
Casa de Cultura, Ribeirão Preto
Casa Rui Barbosa, Rio de Janeiro
CEDIC - Centro de Documentação e Informação Científica, São Paulo

Clifford Andrew Welch

CP/DOC – Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas
National Agricultural Library, Beltsville, Maryland.
United States National Archives, Washington, DC
Brazilian Post and Decimal Files, Department of State (1930-1965)

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Bibliotecas, Faculdade de Direito, Largo de São Francisco

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS, SÃO PAULO

Centro de Memórias
Arquivo Edgard Leuenroth
Brasil: Nunca Mais

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA”

CEDEM - Centro de Documentação e Memória, São Paulo
DATALUTA JORNAL – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária, Presidente Prudente

DIÁRIOS, REVISTAS, JORNAIS E BOLETINS CONSULTADOS

Agricultura em São Paulo

Boletim de Agricultura

Boletim Eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo

Brasil Rural

Diário da Manhã

Diário de Notícias

O Dirigente Rural

O Estado de S. Paulo

Folha de S. Paulo

Folha de Londrina

A Lavoura

A Rural

Notícias de Hoje

Novos Rumos

Relatório da Diretoria da CAIC

Revista da Sociedade Rural Brasileira

Revista Brasiliense

Revista de Direito Social

Revista Legislação do Trabalho

Terra Livre

Última Hora

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADELMAN, Jeremy. Against Essentialism: Latin American Labour History in Comparative Perspective. A Critique of Bergquist. *Labour/Le Travail*, n.27, p.175-184, 1991.

ALEXANDER, Robert J. *Juscelino Kubitschek and the Development of Brazil*. Athens: Ohio, University Center for International Studies, 1991.

- ALVES, Francisco José da Costa. *Modernização da agricultura e sindicalismo: lutas dos trabalhadores assalariados rurais da região canavieira de Ribeirão Preto*. Mestrado. (Dissertação em Ciência Econômica) – Universidade de Campinas, Campinas, 1991.
- ANDRADE, Manuel Correia de. *The Land and the People of Northeast Brazil*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1980.
- _____. *A terra e o homem no Nordeste*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1963.
- ARAÚJO, Rosa Maria. *O batismo do trabalho: experiência de Lindolfo Collor*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.
- AUED, Bernardete Wrublewski. *A Vitória dos Vencidos*. Partido Comunista Brasileiro - PCB - e Ligas Camponesas, 1955-1964. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1986.
- AZEVEDO, Fernando Antônio. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- BAER, Werner. *Industrialization and Economic Development in Brazil*. Homewood, IL: Richard D. Irwin, 1965.
- BAK, Joan. Cartels, Cooperatives, and Corporations: Getúlio Vargas in Rio Grande do Sul on the Eve of Brazil's 1930 Revolution. *Hispanic American Historical Review*. v.63, n.2, p.255-275, mai. 1983.
- BANDEIRA, Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964*. 6.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.
- BARRIGUELLI, José Claudio. (Org.) *Subsídios a história das lutas no campo em São Paulo (1870-1956)* 2v. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, Arquivo de História Contemporânea, 1981.
- BARRETO, Leda. *Juliano, nordeste, revolução*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.
- BARROS, Fátima Regina de. *A organização sindical dos trabalhadores rurais: contribuição ao estudo do caso do estado de São Paulo entre 1954-1964*. Dissertação. (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade de Campinas, Campinas, 1986.
- BASTOS, Elide Rugai. *As ligas camponesas*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- BEATIE, Peter. Was Távora There? *New York Review of Books*, 7 nov. 1991.
- BELOCH, Israel; ABREU, Alzira Alves de. eds. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, 1930-1983*. 4v. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1984.
- BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *O governo Kubitschek*. Desenvolvimento econômico e estabilidade política (1956-1961). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- _____. *A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- _____. *O PTB e o trabalhismo: partido e sindicato em São Paulo (1945-1964)*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- _____. *O PTB e o trabalhismo*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- BERALDO, João Marcos. *O colono paulista e o Instituto de Açúcar e Alcool*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1945.
- BERGQUIST, Charles. Latin American Labour History in Comparative Perspective: Notes on the Insidiousness of Cultural Imperialism, *Labour/Le Travail*. n.25, p.189-198, 1990.
- BERGSON, Joel; CANDAL, Arthur. Industrialization: Past Success and Future Problems. In: ELLIS, Howard S. *The Economy of Brazil*. Berkeley: University of California Press, 1969. p.29-73.
- BERLIN, Ira. Time, Space, and the Evolution of Afro-American Society on British Mainland North America." *American Historical Review*, n.85, v.1, p.44-78, fev. 1980.
- BERNARDES, Lysia Maria Cavalcanti. O problema das "frente pioneiras" no estado do Paraná. *Rev. Brasileira de Geografia*, v.15, n.3, p.335-381, jul.-set. 1953.
- BERNARDES, Nilo. Expansão do povoamento no estado de São Paulo. *Rev. Brasileira de Geografia*, v.14, n.4, p.426-454, out.-dez. 1952.

- BERNARDO, João Batista. *O político Cândido Torquato Portinari*. São Paulo: Popularis, 1983.
- BESSE, Susan K. *Restructuring Patriarchy: The Modernization of Gender Inequality in Brazil, 1914-1940*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1996.
- BEZERRA, Gregório. *Memórias: segunda parte, 1946-1969* 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- BLAIR, Thomas Lucien. Social Structure and Information Exposure in Rural Brazil. *Rural Sociology*, v.25, n.1, p.65-75, mar. 1960.
- BOITO, Armando. *O Golpe de 1954: a burguesia contra o populismo*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- BOMBARDI, Larissa Mies. *O Bairro Reforma Agrária e o processo de territorialização camponesa*. São Paulo: Annablume, 2004.
- BOSCO, Santa Helena; NETTO, Antônio Jordão, *Migrações*. Estudo especial sobre as migrações internas para o Estado de São Paulo e seus efeitos. Setor de Estudos e Pesquisas Sociológicas, Departamento de Imigração e Colonização, Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, 1967.
- BRANDÃO, Octavio. *Combates e batalhas: memórias*. v. 1. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.
- BRANDÃO, Lopes; JUAREZ, Rubens. *Do latifúndio à empresa: unidade e diversidade do capitalismo no campo*. 2.ed. Petrópolis: Vózes, 1976.
- BRANT, Vinícius Caldeira. Do colono ao boia-fria: transformações na agricultura e constituição do mercado de trabalho na Alta Sorocabana de Assis. *Estudos CEBRAP*: p. 37-91., n.19, jan.-mar. 1977.
- BRASIL, A. P. O salário mínimo na lavoura paulista. *Revista da Legislação Trabalhista*. Out. de 1941.
- BRASIL. Comissão de Desenvolvimento Industrial. *O problema da alimentação no Brasil*. Rio de Janeiro, 1954.
- BRASIL. Comissão Especial de Estudo para a Sindicalização Rural. O problema da sindicalização rural. *A Lavoura*. v.47, p.4-78, abril-junho, 1943.
- BRASIL. *Consolidação das Leis do Trabalho*, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943.
- BRASIL. Ministério da Agricultura. *A reforma agrária na VI Conferência Rural*. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola, 1962.
- BRITISH CHAMBER OF COMMERCE OF SÃO PAULO AND SOUTHERN BRAZIL. *Personalidades no Brasil*. São Paulo: [s.n.], 1933.
- BRUNEAU, Thomas C. *Catolicismo brasileiro em época de transição*. São Paulo: Loyola, 1974.
- CABELLERO, Manuel. *Latin America and the Comintern, 1919-1943*. New York: Cambridge University Press, 1986.
- CAGNO, Carmen, et al. *Ribeirão Preto: memória fotográfica*. Ribeirão Preto: Colégio Ltda, 1985.
- CALAZANS, Julieta. *Cartilha sindical do trabalhador rural*. Serviço de Assistência Rural, Natal, Rio Grande do Norte, 1961.
- CALLADO, Antônio. *Tempo de Arraes: a revolução sem violência*. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- CAMARGO, Aspásia de Alcântara. Autoritarismo e populismo: Bipolaridade do sistema político brasileiro. *Dados*, n.12, 1976.
- . A questão agrária: crise de poder e reformas de base (1930-1964). In: FAUSTO, Boris. *História geral de civilização brasileira*. Tomo III. O Brasil republicano, vol. 3, Sociedade e política (1930-1964). 3. ed. São Paulo: Difel, 1986. p.121-224.
- CAMARGO, José Francisco de. *A cidade e o campo: O êxodo rural no Brasil*. Rio de Janeiro: Livro Técnico, 1968.
- CARNEIRO, Honório de Souza. A CAIC: Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização, 1928- 1961. Dissertação. (Mestrado em Sociologia) - Universidade de São Paulo, Araraquara, 1985.

- CARNEIRO, Maria Esperança Fernandes. *A revolta camponesa de Formoso e Tombas*. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 1986.
- CARONE, Edgard. *O P.C.B. (1922-1943)*. v.1. São Paulo: Difel, 1982.
- CARVALHO, Abdias Vilar de. A igreja católica e a questão agrária. In: PAIVA, Vanilda (Org.) *Igreja e questão agrária*. São Paulo: Loyola, 1985. p. 68-109.
- CARVALHO, Hermani de. *Sociologia da vida rural brasileira: subsídios para o seu estudo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1951.
- CASTELLO BRANCO, Carlos. *Introdução à revolução de 1964*. v.2. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.
- CATHARINO, José Martins. *O trabalhador rural brasileiro*. Proteção jurídica. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1958.
- CAVALCANTI, Coutinho. *Um projeto de reforma agrária*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1959.
- CAVINO, Rômulo. Proteção social ao trabalhador agrícola. *Rev. do Serviço Público*, p.25-28, abr. 1950.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. 29.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1985.
- CEHELKY, Marta. *Land Reform in Brazil: The Management of Social Change*. Boulder, Colo: Westview Press, 1979.
- CÉSAR, Afonso. *Política cifrão e sangue: documentário do 24 de agosto*. Rio de Janeiro: Editorial Andes, 1955.
- CHASIN, José. Contribuição para a análise da vanguarda política do campo. *Revista Brasiliense*, n.44, p.102-129, nov.-dez. 1962.
- CHAUI, Marilena. *Seminários*. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- CHAVES NETO, Elias. *Minha vida e as lutas de meu tempo*. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.
- COHEN, Yousef. *The Manipulation of Consent*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1990.
- COLETTI, Claudinei. *A estrutura sindical no campo: a propósito da organização dos assalariados rurais na região de Ribeirão Preto*. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.
- COLNAGHI, Maria Cristina. *Colonos e poder: a luta pela terra no sudoeste do Paraná*. Mestrado. (Dissertação de História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1984.
- CONCEIÇÃO, Manuel da. *Essa Terra é Nossa: Depoimento Sobre a Vida e as Lutas de Camponeses no Estado do Maranhão*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA, 4. , 1985, Brasília. *Anais...* Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais. Brasília: Gráfica e Papelaria Tipogressos Ltd, 1985.
- _____. *Anais...* Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais. Brasília: Nossagráfica, 1995.
- _____. *Contag: 30 anos de luta*. Brasília: Gráfica Sindical. 1993.
- CONFEDERAÇÃO RURAL BRASILEIRA. *A reforma agrária no VI Conferência Rural*. Rio de Janeiro: Serviço de informação Agrícola, 1962.
- CONNIFF, Michael L. The Tenentes in Power: A New Perspective on the Brazilian Revolution of 1930. *Journal of Latin American Studies*. v.10, n.1, p.61-82, 1977.
- CORRÊA, Anna Maria Martinez. *A rebelião de 1924 em São Paulo*. São Paulo: HUCITEC, 1976.
- COSTA, Emilia Viotta da. *The Brazilian Empire*. Chicago: University of Chicago, 1985.
- COSTA, Luís Flávio Carvalho. (Ed.). *O Congresso Nacional Camponês: trabalhador rural no processo político brasileiro*. Rio de Janeiro: Universidade Rural, 1993.
- _____; Raimundo SANTOS (orgs). *Política e reforma agrária*. Rio de Janeiro: MAUD, 1998.

- CROSS, Gary. Time, Money, and Labor History's Encounter with Consumer Culture. In: RUSTIN, Michael; GRAZIA, Victoria de. *International Labor and Working Class History*. n.43, p.2-30, 1993.
- CRUZ, Adelina Alves Novaes e., et al., (Ed.). *Impasse na democracia brasileira, 1951-1955: coletânea de documentos*. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação. Fundação Getúlio Vargas, 1983.
- CUNHA, Paulo Ribeiro da. *Aconteceu longe demais: A luta pela terra dos posseiros de Formoso e Trombas e a política revolucionária do PCB no período 1950-1964*. Dissertação. (Mestrado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1994.
- _____. *Aconteceu longe demais: a luta pela terra em Formoso e Trombas e a revolução brasileira (1950-1964)* São Paulo: Editora da Unesp, 2007.
- D'AGUIAR, Hernani. *A revolução pro dentro*. Rio de Janeiro, 1976.
- D'ARAÚJO, Maria Celina Soares. *O segundo governo Vargas, 1951-1954*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- D'ARAÚJO, Maria Celina, et al. *Visões do Golpe: A memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- D'INCAO, Maria Conceição. *O boia-fria: acumulação e Miséria*. 8.ed. Petrópolis: Vozes, 1975.
- _____. O movimento de Guariba: o papel acelerador da crise econômica. *Política e Administração* n.1, v.2, p.201-22, jul.-set. 1985.
- _____; BOTELHO, Moacyr Rodrigues. Movimento Social e Movimento Sindical entre os Assalariados Temporários da Agroindústria Canavieira no Estado de São Paulo. In: SADER, Emir. *Movimentos Sociais na Transição Democrática*. São Paulo: Cortez, 1987. p.53-81.
- DANIEL, Cletus E. Cesar Chavez and the Unionization of California Farmworkers. In: CORNFORD, Daniel. *Working People in California*. Berkeley: University of California Press, 1995. p.371-404.
- DAVATZ, Thomas. O levante dos colonos contra seus opressores. In: Clifford A. WELCH et al (orgs). *Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas*. Coleção História Social do Campesinato no Brasil. São Paulo: Editora da Unesp, 2009, p. 241-269.
- DEAN, Warren. *Rio Claro: a Brazilian Plantation System, 1820-1920*. Stanford: Stanford University Press, 1976.
- _____. *The Industrialization of São Paulo, 1880-1945*. Austin: University of Texas Press, 1969.
- _____. The Planter as Entrepreneur: The Case of São Paulo. *Hispanic American Historical Review*, v.46, n.2, p.138-52, mai. 1966.
- DECCA, Edgar de. *1930 – O Silêncio dos Vencidos: memória, história, e revolução*. 6.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- DELFIN NETTO, Antonio; PINTO, Carlos Alberto de Andrade. The Brazilian Coffee: Twenty Years of Set-backs in the Competition on the World Market, 1945/1965. In: *Essays on Coffee and Economic Development*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro do Café, 1973. p.279-315.
- DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *PTB: Do getulismo ao reformismo (1945-1964)*. São Paulo: Marco Zero, 1989.
- DIAS, Eduardo. *Um imigrante e a revolução: memórias de um militante operário, 1934-1951*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- DIAS, Reginaldo Benedito. A história da Ação Popular nas memórias de Herbert de Souza. *Diálogos*. Maringá, PR. v.11, n.3, p. 163-198, 2007.
- DORIN, Lannoy. Notas sobre o ensino rural no estado de São Paulo. *Revista Brasiliense*, n.44, p.92-101, nov.-dez. 1962.
- DOZIER, Craig L. Northern Paraná, Brazil. An Example of Organized Regional Development, *Geographical Review*, n.46, p.319-321, 1956.

- DREIFUSS, René Armand. *1964 – A conquista do estado*. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.
- DUARTE, Gonçalo. Ligas Camponesas. *O Observador: Econômico e Financeiro*. Rio de Janeiro: v.24, n.286, p.29-32, dez. 1959.
- DUARTE, Nestor. (Ed.). *Reforma agrária*. Rio de Janeiro: Ministério de Educação e Saúde. Serviço de Documentação, 1953.
- DULLES, John W. F. *Unrest in Brazil. Political-Military Crises, 1953-1964*. Austin: University of Texas Press, 1970.
- _____. *Vargas of Brazil: A Political Biography*. Austin: University of Texas Press, 1967.
- ECKERT, Cordula. *Movimento dos Agricultores Sem Terra no Rio Grande do Sul, 1960-1964*. Mestrado. (Dissertação em Ciências de Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1984.
- FABRIS, Annateresa. *Portinari, pintor social*. São Paulo: Perspectiva, 1990.
- FALEIROS, Maria Isabel. *Percursos e percalços do PCB no campo (1922-1964)*. Tese de doutorado em Sociologia. Universidade de São Paulo, 1989.
- FARIA E SILVA, Mario Pentead de. (Ed.). *Legislação agropecuária*. Relativa ao período de 1937-1947. São Paulo: Secretaria da Agricultura, 1952.
- FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930: historiografia e história*. São Paulo: Brasiliense, 1970.
- FELISMINO, Pedro Paulo. A Guerra de Porecatú. *Folha de Londrina*. Série de 10 artigos, p.14-28, jul. 1985
- FERNANDES, Bernardo Mançano. *MST: formação e territorialização*. São Paulo, Ed. Hucitec, 1996.
- _____. Agronegócio e reforma agrária. *Anais do Encontro Nacional de Geografia Agrária*. Gramado, RS. 2004.
- FERRARI, Fernando. *Escravos da terra*. Rio de Janeiro: Globo, 1963.
- FERREIRA, Waldemar Martins. *Princípios de legislação social e direito judiciário do trabalho*. v.1. São Paulo: Editorial Ltd, 1938.
- FERREIRA, Jorge. *O imaginário trabalhista*. Getulismo, PTB e cultura política popular (1945-1964). Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2005.
- FONT, Mauricio. Coffee Planters, Politics, and Development in Brazil. *Latin American Research Review*, v.22, n.3, p.69-90, 1987.
- _____. *Coffee, Contention and Change in the Making of Modern Brazil*. New York: Basil Blackwell, 1990.
- FONTES, Paulo. *Trabalhadores e cidadãos: Nitro Química: a fábrica e as lutas operárias nos anos 50*. São Paulo: Paulo: Annablume, 1997.
- FORMAN, Shepherd. *The Brazilian Peasantry*. New York: Columbia University Press, 1975.
- FORTES, Alexandre. “Nós do quarto distrito”: a classe trabalhadora porto-alegrense e a era Vargas. Rio e Janeiro: Garamond Universitária, 2004.
- FOWERAKER, Joe. *The Struggle for Land: A Political Economy of the Pioneer Frontier in Brazil from 1930 to the Present Day*. New York: Cambridge University Press, 1980.
- FRANCO, Virgílio de Melo. *A campanha da UDN*. Rio: Zelio Valverde, 1946.
- FREI CELSO MARIA. *Os Cristãos e o Sindicato na Cidade e o Campo*. São Paulo: Saraiva, 1963.
- FRENCH, John D. Industrial Workers and the Birth of the Populist Republic in Brazil, 1945-1946. *Latin American Perspectives* v.16, n.4, p.6-28, 1989.
- _____. *The Brazilian Workers' ABC: Class Conflict and Alliance in Modern São Paulo*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1992.
- _____. Workers and the Rise of Adhemarista Populism in São Paulo, Brazil, 1945-1947. *Hispanic American Historical Review*, v.68, n.1, p.1-43, fev. 1988.

- GALJART, Benno. Class and 'Following' in Rural Brazil. *América Latina*, v.7, n.3, p. 3-23, jul.-set. 1964.
- GARCIA, Maria Angélica Momenso. As Greves de 1912 e 1913 nas Fazendas de Café de Ribeirão Preto. *Estudos de História*, Franca, v.2, n.2, p.167-179, 1995.
- GEBARA, José Jorge. *A estrutura agrária do município de Sertãozinho: evolução, caracterização e efeitos*. Dissertação. (Mestrado em Agronomia) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, 1976.
- GERALDO, Sebastião. Relatório para o exame geral de qualificação para obtenção do grau de mestre em ciências da comunicação. Universidade de São Paulo, 1988.
- _____. *Comunicação Oral: O Resgate da Memória Proletária em Ribeirão Preto*. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.
- GIFUN, Frederick Vincent. *Ribeirão Preto, 1880-1914: The Rise of a Coffee County or the Transition to Coffee in São Paulo as Seen Through the Development of its Leading Producer*. Tese. (Doutorado em História) - University of Florida, Gainesville, 1972.
- GIOVANETTI NETTO, Evaristo. *O PCB na Assembleia Constituinte de 1946*. São Paulo: Novos Rumos, 1986.
- GNACCARINI, José Cesar. *Estado, ideologia e ação empresarial na agroindústria açucareira do estado de São Paulo*. São Paulo, 1972.
- GOMES, Angela Maria de Castro. Confronto e compromisso no processo de constitucionalização. In: FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III, O Brasil Republicano, v.3, *Sociedade e política (1930-1934)*. 3.ed. São Paulo: Difel, 1986. p.7-74.
- _____. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Vertice/IUPERJ, 1988.
- _____. LOBO, Lúcia Lahmeyer; COELHO, Rodrigo Bellingrodt Marques. *Burguesia e Trabalho: política e legislação social*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.
- _____. Revolução e restauração: a experiência paulista no período da constitucionalização. In: *Regionalismo e centralização política: partidos e constituinte nos anos 30*. CASTRO GOMES, Angela Maria de. (Ed.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. p.237-337.
- GOMES, Iria Zanani. *1957: A Revolta dos Posseiros*. Curitiba: Crias Edições, 1986.
- GONÇALVES, Carlos W. Porto. A nova questão agrária e a reinvenção do campesinato: o caso do MST. OSAL – *Observatório Social de América Latina*. Buenos Aires. v. VI, n. 16, pp. 23-24. janeiro/abril, 2005.
- GONÇALVES NETO, Wenceslau. *Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira, 1960-1980*. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*. A esquerda brasileira das ilusões perdidas à luta armada. 2.ed. São Paulo: Ática, 1987.
- GRAMSCI, Antonio. Notes on Italian History: The City-Countryside Relationship During the Risorgimento and the National Structure. *Selections from the Prison Notebooks*. Nova York: International Publishers, 1971.
- GRYNSZPAN, Mario. O campesinato fluminense: mobilização e controle político, 1950-1964. *Rev. Rio de Janeiro*, n.1, p.19-27, abr. 1986.
- GRZYBOWSKI, Cândido. Rural Workers. Movements and Democratization in Brazil. In: FOX, Jonathan. *The Challenge of Rural Democratization: Perspectives From Latin America and the Philippines*. London: Frank Cass, 1990. p.19-43.
- GUILHERME VELHO, Otavio. *Capitalismo autoritário e campesinato*. São Paulo: Difel, 1979.
- HALL, Michael M. *The Origins of Mass Immigration in Brazil, 1871-1914*. Tese. (Doutorado em História) - Columbia University, New York, 1969.

- _____; MARTINEZ ALIER, Verena. Greves de colonos na Primeira Republica. In: SEMINARIO DE RELAÇÕES DE TRABALHO E MOVIMENTOS SOCIAIS, 2, 1979, Campinas.
- HAMMOND, Jack. *The Landless Workers Movement of Brazil*. In: Proceedings of the Latin American Studies Association Congress, Guadalajara, MX, Pittsburgh 1997.
- HARDING, Timothy Fox. *The Political History of Organized Labor in Brazil*. Tese. (Doutorado em História) - Stanford University, Stanford, 1973.
- HELLER, Frederico. O êxodo do campo como fator de desenvolvimento. *Sociologia*, v.5, n.1, p.57-67, 1943
- HEWITT, Cynthia. Brazil: The Peasant Movement in Pernambuco, 1961-1964. In: LANDSBERGER, Henry A. *Latin American Peasant Movements*, Ithaca: Cornell University Press, 1969. p. 374-98.
- HIPPOLITO, Lucia. *PSD: De Raposas e Reformistas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- HOLLOWAY, Thomas H. *Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo, 1886-1930*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1984.
- _____. *Immigrants on the Land. Coffee and Society in São Paulo, 1886 1934*. Chapel Hill: University of North Carolina, 1980.
- HOMEN DE MELLO, Fernando B. A política econômica e o setor agrícola no período pós-guerra. *Revista Brasileira de Economia*, v.33, n.1, p.33-35, jan.-mar. 1959.
- HUBER, Evelyne; STEPHENS, John D. Conclusion: Agrarian Structure and Political Power in Comparative Perspective. In: HUBER, Evelyne; SAFFORD, John D. (Org.). *Agrarian Structure and Political Power: Landlord and Peasant in the Making of Latin America*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1995. p.183-232.
- IANNI, Octavio. *A luta pela terra*. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1981.
- _____. *Origens agrárias do estado brasileiro*. (São Paulo: Brasiliense, 1984.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Agrícola do Estado de São Paulo. *Recenseamento de 1960*. Rio de Janeiro, 1963.
- _____. *Censo Demográfico: Estado de São Paulo, Tomo 1, v.25*. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Estatística, Serviço Nacional de Recenseamento, 1954.
- INSTITUTO DE DIREITO SOCIAL. *Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Direito Social*. 4v. Rio de Janeiro: Serviço de Estatístico da Previdência e Trabalho, 1943-1945.
- IOKI, Zilda Gricoli. *Igreja e camponeses: teologia da libertação e movimentos sociais no campo Brasil e Peru. 1964-1986*. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 1996.
- JAMES, Daniel. *Something Old, Somethings New? The Emerging Parameters of Latin American Labor History*. Princeton University, 9 abr. 1993.
- JAMES, Preston E. The Coffee Lands of Southeastern Brazil. *Geographical Review*, n.22, p.225-244, 1932.
- JESUS, Carolina Maria de. *A Child in the Dark*. New York: E. P. Dutton, 1962.
- JOINT BRAZIL/UNITED STATES ECONOMIC DEVELOPMENT COMMISSION. *The Development of Brazil*. Washington, D.C: U.S. Government Printing Office, 1954.
- KAREPOVS, Dainis. *A esquerda e o parlamento no Brasil: o Bloco Operário e Camponês (1924-1930)*. Tese. (Doutorado em História). USP-Universidade de São Paulo. 2001.
- KATZMAN, Martin T. Social Relations of Production on the Brazilian Frontier. In *The Frontier: Comparative Studies*. vol. 1, eds David H. Miller and Jerome Steffen. Norman: University of Oklahoma Press, 1974. p.275-296.
- KECK, Margaret. *The Workers Party and Democratization in Brazil*. New Haven: Yale University Press, 1992.
- LABAKI, Amir. *1961: a crise da renúncia e a solução parlamentarista*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

- LA CAVA, Gloria. As origens da emigração italiana para a América Latina após a segunda guerra mundial. *Novos Cadernos*, n.2, p.49-77, 1988.
- LAMOUNIER, Maria Lúcia. *Da escravidão ao trabalho livre*. Campinas: Papirus, 1988.
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o sistema representativo no Brasil*. Rio de Janeiro: Alfa-Omega, 1975.
- _____. *Coronelismo: The Municipality and Representative Government in Brazil*. New York: Cambridge University Press, 1977.
- LECOCQ-MULLER, Nice. Contribuição ao estudo do norte do Paraná. *Boletim Paulista de Geografia*, n.22, p.55-97, 1956.
- LEFF, Nathaniel. *Economic Policy-Making and Development in Brazil, 1947-1964*. New York: John Wiley & Sons, 1968.
- LEITÃO, Evaristo; CAVINA, Rômulo; PALMEIRA, João Soares. *O Trabalhador Rural Brasileiro*. Rio de Janeiro: Departamento de Estatística e Publicidade, Ministério de Trabalho, Indústria e Comércio, 1937.
- LEITE, José Ferrari. *A ocupação do Pontal do Paranapanema*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1998.
- LENHARO, Alcir. *Sacrilização da política*. Campinas: Papirus, 1986.
- _____. A terra para quem nela não trabalha. *Rev. Brasileira de História*, v.6, n.12, p.47-64, mar-ago. 1986.
- LEVI, Darrell E. *The Prados of São Paulo. An Elite Family and Social Change, 1840-1930*. Athens: University of Georgia Press, 1987.
- LEWIN, Linda. *Politics and Parentela in Paraíba: A Case Study of Family-Based Oligarchy in Brazil*. Princeton: Princeton University Press, 1987.
- _____. The Oligarchical Limitations of Social Banditry in Brazil: The Case of the 'Good' Thief Antônio Silvino. *Past and Present*. n.82, p.116-146, fev. 1979.
- LICHTENSTEIN, Nelson. *The Most Dangerous Man in Detroit. Walter Reuther and the Fate of American Labor*. New York: Basic Books, 1995.
- LIMA, Lorenço Moreira. *A coluna Prestes. Marchas e combates*. 3.ed. São Paulo: Alfa Omega, 1979.
- LINHARES, Maria Yedda e SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *História da agricultura brasileira: combates e controvérsias*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1988.
- _____. *Terra prometida: uma história da questão agrária*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1999.
- LOBATO, José Bento Monteiro. *Zé Brasil*. Rio de Janeiro: np., 1951.
- LONER, Beatriz Ana. O PCB e a linha do manifesto de agosto: Um estudo. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Campinas, 1985.
- LOPES, Juarez Rubens Brandão. *Do latifúndio à empresa: Unidade e diversidade do capitalismo no campo*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1976.
- LOPES, Waldemar. O projeto do código rural. *Boletim do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio*, v.10, n.109, p.145-169, set. 1943.
- LOVE, Joseph L. *Locomotiva: São Paulo na federação brasileira, 1889-1937*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1982.
- _____. *São Paulo in the Brazilian Federation, 1889 1937*. Stanford: Stanford University Press, 1980.
- _____. Verena Stolcke, and Mauricio Font. Commentary and Debate. *Latin American Research Review*, v.24, n.3, p. 127-158, 1989.
- LUDWIG, Armin K. *Brazil: A Handbook of Historical Statistics*. Boston: G. K. Hall, 1985.
- MACAULAY, Neill. *The Prestes Column: Revolution in Brazil*. New York: New Viewpoints, 1974.
- MACHADO, Maria Helena. *O Plano e o Pânico: Os Movimentos Sociais na Década da Abolição*. Rio de Janeiro: UFRJ; São Paulo: EDUSP, 1994.

- MAINWARING, Scott. *The Catholic Church and Politics in Brazil, 1916-1985*. Stanford: Stanford University Press, 1986.
- MALLON, Florencia E. *Peasant and Nation: The Making of Postcolonial Mexico and Peru*. Berkeley e Los Angeles: University of California, 1995.
- _____. Peasants and Rural Laborers in Pernambuco, 1955-1964. *Latin American Perspectives*, v.5, n.4, p. 49-70, 1978.
- MARANHÃO, Ricardo. *Sindicatos e Democratização (Brasil 1945/1950)*. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- MARCONDES, J. V. Freitas, O Estatuto do Trabalhador Rural e o Problema da Terra. *Cadernos Brasileiros*, v.5, n.4, p. 55-59, 1963.
- MARGOLIS, Maxine L. *The Moving Frontier. Social and Economic Change in a Southern Brazilian Community*. Gainesville: University of Florida Press, 1973.
- MARQUES, Acrísio. *Relatório do Departamento de Terras e Colonização do Estado do Paraná em 1947*. Curitiba: DTC, 1947.
- MARTINEZ-ALIER, Verena; BOITO JUNIOR, Armando. The Hoe and the Vote: Rural Labourers and the National Election in Brazil in 1974. *Journal of Peasant Studies*, v.4, n.3, p.147-170, abr. 1977.
- MARTINS, Araguaya Feitosa. Alguns aspectos da inquietação trabalhista no campo. *Rev. Brasiliense*, n.40, p.132-141, mar-abr. 1962.
- _____. *Revolução branca no campo*. São Paulo: Brasiliense, 1962.
- MARTINS, Ibiapaba. Proletariado e inquietação rural. *Rev. Brasiliense*, n.42, p.62-81, jul.-ago. 1962.
- MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- _____. *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus, 1997.
- _____. *O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta*. 2ª ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1999.
- _____. *Reforma agrária: o impossível diálogo*. São Paulo: Editora da USP, 2000.
- _____. A vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira. In: *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. Fernando A. NOVAIS (coordenador geral); Lília Moritz SCHWARCZ (orgs.). São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- MARX, Karl. The Eighteenth Brumaire of Louis Bonaparte In: FERNBACH, David. *Surveys from Exile*, v.2, p.143-249. New York: Vintage Books, 1974.
- MAXWELL, Kenneth. The Mystery of Chico Mendes. *New York Review of Books*, 28 March 1991. p.39-48.
- MAYBURY-LEWIS, Biorn. *The Politics of the Possible: The Brazilian Rural Workers' Trade Union Movement, 1964-1985*. Philadelphia: Temple University Press, 1994.
- MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. *História dos Movimentos Sociais no Campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989.
- _____. *Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses: Os comunistas e a constituição de classes no campo*, Tese de Doutorado, Ciências Sociais, Unicamp, 1999.
- MEINBERG, Iris. Discurso. In: *A Reforma Agrária na VI Conferência Rural*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, Serviço de Informação Agrícola, 1962.
- MELLO, Maurílio de Oliveira. Colheita de cana-de-açúcar nas áreas atuais e de expansão. Trabalho apresentado ao APTA. Campinas 2006. Disponível em http://www.apta.sp.gov.br/cana/anejos/PPaper_sessao/_maurilio.p.y. Acesso em out. 2009.
- MENDES, Chico. *Fight for the Forest: Chico Mendes in his own words*. London: Latin American Bureau, 1989.

- MESSIAS, Rosane Carvalho. *O cultivo do café nas bocas do sertão paulista: Mercado interno e mão-de-obra no período de transição – 1830-1888*. São Paulo: Editora da Unesp, 2003.
- MOISES, José Álvaro. *Greve da massa e crise política: estudo da greve dos 300.000 em São Paulo – 1953-1954*. São Paulo: Pólis, 1978.
- MORAES, Clodomir Santos de. Peasant Leagues in Brazil, In: STAVENHAGEN, Rodolfo. *Agrarian Problems and Peasant Movements in Latin America*. New York: Doubleday, 1970. p. 453-501.
- MORAES, Denis de. *A Esquerda e o Golpe de 64*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo 1989.
- _____; VIANA, Fernando. *Prestes: lutas e autocríticas*. Petrópolis: Vozes, 1982.
- MORAIS, Fernando de. *Olga*. 13.ed. Rio de Janeiro: Globo, 1986.
- _____, *Chatô, o Rei do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- MORAES FILHO, Evaristo de. *O problema do sindicato único no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1952.
- MORISSAWA, Mitsue. *A história da luta pela terra e o MST*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2001.
- MOTA, Lourenço Dantas. (Org.). *A História Vivida: Documentos Abertos*. v.1. São Paulo: O Estado de São Paulo, 1981.
- MOURÃO FILHO, General Olympio. *Memórias: a verdade de um revolucionário*. 4.ed. Porto Alegre: 1978.
- MULLER, Nice L. *Sítios e sitiantes no estado de São Paulo*. São Paulo: VSP Boletim, 1951.
- NEGRO, Antonio Luigi. *Linha de montagem: o industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.
- NICHOLLS, William H. The Agricultural Frontier in Modern Brazilian History. The State of Paraná, 1920-1960. In *Cultural Change in Brazil: Papers from the Midwest Association for Latin American Studies*, October 30-31, 1969. Muncie, IN: Ball State University, 1969. p.36-64.
- NOVAES, Regina Reyes. *De corpo e alma: Catolicismo, classes sociais e conflitos no campo*. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Barbárie e Modernidade: as transformações no campo e o agrogócio no Brasil. *Terra Livre* (São Paulo). v.21, p. 113-58, 2004.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Department of Economic and Social Affairs. Joint Working Group of the Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico do Brasil. Economic Commission on Latin America. Part I: The Economic Development of Brazil. In: *Analyses and Projections of Economic Development*. New York, 1956.
- _____. Economic Commission on Latin America. In: *Theoretical and Practical Problems of Economic Growth*. Santiago, 1951.
- _____. Economic Commission on Latin America. Part I. The State of São Paulo: Prospects for Production; Part II: a) Case Study of 33 Coffee Farms; b) Analysis of the Functions of Production. In: *Coffee in Latin America: Productivity, Problems and Future Prospects*. New York, 1958.
- _____. Food Administration Organization. Economic Commission on Latin America. Instituto Brasileira do Café. Secretaria da Agricultura de São Paulo. Divisão da Economia Rural. *A indústria do café em São Paulo*. São Paulo, 1961.
- PAGE, Joseph A. *The Revolution That Never Was: Northern Brazil, 1955-1964*. New York: Grossman Publisher, 1972.
- PAIVA, Ruy Miller et al, *Setor agrícola do Brasil*. Comportamento econômico, problemas e possibilidades. São Paulo: Secretária da Agricultura, 1973.
- PAIVA, Vanilda. (Org.). *Igreja e Questão Agrária*. São Paulo: Loyola, 1985.
- PALMEIRA, Moacir. The Aftermath of Peasant Mobilization: Rural Conflict in the Brazilian Northeast since 1964. In AGUIAR, Neuma, *The Structure of Brazilian Development*. New Brunswick: Transaction Books, 1979. p.71-97.

- PARKER, Phyllis R. *Brazil and the Quiet Intervention, 1964*. Austin: University of Texas Press, 1979.
- PEARSON, Neale J. *Small Farmer and Rural Worker Pressure Groups in Brazil*. Tese (Doutorado em Ciências Políticas) - University of Florida, Gainesville, 1967.
- PENTEADO, Maria Antonieta Gomes. *Trabalhadores da cana: protesto social em Guariba – maio de 1984*. Maringá: Eduem, 2000.
- PEREIRA, Anthony W. *The End of the Peasantry: The Rural Labor Movement in Northeast Brazil (1961-1984)*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1996.
- PINHEIRO NETO, João. *Jango: Um Depoimento Pessoal*. Rio de Janeiro: Record, 1993.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio; HALL, Michael M. (Ed.) *A classe operária no Brasil (1889-1930)*. 2v. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.
- PINHO, Péricles Madureira de. *O problema da sindicalização rural*. Rio de Janeiro: s.n., 1939.
- PIMPÃO, Hirose. Proteção jurídica ao trabalhador rural. *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*, p.131-140, 1944.
- PRADO JUNIOR, Caio. *A questão agrária*. 4.ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- PREBISCH, Raul. *The Economic Development of Latin America and its Principal Problems*. Nova York: Lake Success, 1950.
- PRESTES, Luis Carlos. Como enfrentar os problemas da revolução agrária e anti-imperialista. *Problemas* n.9, abr. 1948.
- PRIORI, Ângelo Aparecido. *A revolta camponesa de Porecatu: a luta pela defesa da terra camponesa e a atuação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) no campo (1942-1952)*. Tese. (Doutorado em História). Universidade Estadual Paulista – Campus de Assis. 2000.
- PRICE, Robert E. *Rural Unionization in Brazil*, The Land Tenure Center, Madison: University of Wisconsin, 1964.
- _____. *The Death of Luigi Trastulli and Other Stories*. New York: State University of New York Press, 1991.
- PORTELLI, Alessandro. Uchronic Dreams: Working Class Memory and Possible Worlds. In: SAMUEL, Raphael; THOMPSON, Paul. *The Myths We Live By*, New York: Routledge, 1990, p. 143-160.
- PORTO, Mayla Yara. *De boias-frias a cortadores de cana: O Direto ao Progresso com desordem na região de Ribeirão Preto*. Dissertação. (Mestrado em Direito) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.
- PUECH, Luiz Roberto de Rezende. *Direito Individual e Coletivo do Trabalho: Estudos e Comentários*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1960.
- RAMOS, Augusto. *O Café no Brasil e no estrangeiro*. Rio de Janeiro: Santa Helena, 1923.
- RABELLO, Ophelina. *A rede sindical paulista: tentativa de caracterização*. São Paulo: Instituto Cultural do Trabalho, 1965.
- REVKIN, Andrew. *The Burning Season: The Murder of Chico Mendes and the Fight for the Amazon Rain Forest*. Boston: Houghton Mifflin, 1990.
- REZENDE, Puech Luis Roberto de. *Direito individual e coletivo do trabalho: Estudos e comentários*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1960.
- RICCI, Rudá. *Terra de ninguém: representação sindical rural no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.
- ROCHA, Frances. *Conflito social e dominação*. Um estudo sobre as leis de regulação das relações de trabalho na empresa agrícola, 1897-1930. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1982.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. O PCB: os dirigentes e a organização. In: FAUSTO, Boris. História geral da civilização brasileira. Tomo III, v.3. *O Brasil republicano*. Sociedade e política (1930-1964). 3.ed. São Paulo: DIFEL, 1986.

- ROLIM, Frei Antonio. *Levantamento sociorreligioso da arquidiocese de Ribeirão Preto, estado de São Paulo*. Arquidiocese Católica de Ribeirão Preto, 24 jun. 1963.
- ROSTOW, W. W. *The Stages of Economic Growth*. A Non-Communist Manifesto. New York: Cambridge University Press, 1960.
- ROWE, J. W. F. *The World's Coffee*. A Study of the Economics and Politics of the Coffee Industries of Certain Countries and of the International Problem. London, n.p., 1963.
- RUSSOMANO, Mozart Victor. *Comentários ao Estatuto do Trabalhador Rural*. 2v., 2.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1969.
- SALES, Apolônio. *O Ministério da Agricultura no governo Getúlio Vargas (1930-1944)*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação, 1945.
- SAMPAIO, Aluysio. *O que é reforma agrária*. São Paulo: Fulgor, 1962.
- SAMPAIO, Regina. *Adhemar de Barros e o PSP*. São Paulo: Global Editora, 1982.
- SAMUEL, Raphael; THOMPSON, Paul. (Ed.) *The Myths We Live By*. Nova York: Routledge, 1990.
- SANTOS, Oto. O programa do partido, a questão agrária, a organização e a luta dos camponeses. *Problemas* n.64, p.244-54, jan. 1955.
- SANTOS, Raimundo. Camponeses e democratização no segundo debate agrarista. In: SANTOS, Raimundo; CARVALHO, Luís Flávio de; SILVA, Francisco Teixeira da. (Orgs.) *Mundo rural e política: ensaios interdisciplinares*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1999. p.35-58.
- _____. *A primeira renovação pecebista*. Reflexos do XX Congresso do PCUS no PCB (1956-1957). Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988.
- _____. (org.) *Questão agrária e política: autores pecebistas*. Seropédica: Edur, 1996.
- SANTOS, Raimundo. A primeira renovação pecebista. *Reflexos do XX Congresso do PCUS no PCB (1956-1957)*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988.
- SÃO PAULO (Estado). Secretária da Agricultura. *Legislação agropecuária: relativa ao período de 1937-1947*. FARIA E SILVA, Mario Penteadó de. (Org.) São Paulo, 1952.
- SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Economia e Planejamento. *Diagnóstico: sexta região administrativa*. AMARAL, Roberto Ferreira do. (Org.) Ribeirão Preto, ago. 1972.
- SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Economia e Planejamento. *Trabalho volante na agricultura paulista: Estudos e pesquisas*, n.25. São Paulo, 1978.
- SARZYNSKI, Sarah R. *History, identity and the struggle for land in northeastern Brazil, 1955-1985*. Tese. (Doutorado em História) University of Maryland, College Park, 2008.
- SAUNDERS, V. D. A Revolution of Agreement Among Friends: The End of the Vargas Era. *Hispanic American Historical Review*. v.44, n.2, p.197-213, mai. 1964.
- SHIRLEY, Robert W. Patronage and Cooperation: An Analysis from São Paulo State. In: STRICKEN, Arnold; GREENFIELD, Sidney M. *Structure and Process in Latin America*, Albuquerque: University of New Mexico, 1972. p.139-158.
- _____. Law in Rural Brazil. In: MARGOLIS, Maxine. *Brazil: Anthropological Perspectives*. New York: Colombia University Press, 1979. p.343-362.
- _____. *The End of Tradition: Cultural Change and Development in the Município of Cunha*, São Paulo. New York: Columbia University Press, 1971.
- SIGAUD, Lygia. Congressos camponeses (1953-1964). *Reforma Agrária*, v.11, n.6, p.3-8, nov.-dez. 1981.
- _____. *Greve nos Engenhos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- _____. *Os clandestinos e os direitos*. Estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco. São Paulo: Duas Cidades, 1979.
- SILVA, Francisco Ribeiro da. A lei americana sobre o açúcar. 'Sugar Act' seus propósitos e como funciona, *Brasil Açucareiro*. Rio de Janeiro, 4 abr., p.10, 1971.

- SILVA, José Gomes da. *Noções sobre associativismo rural: organização da classe rural brasileira*. Secretária da Agricultura, Centro de Treinamento de Campinas, 1962.
- SILVA, José Graziano da. *Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura*. São Paulo: HUCITEC, 1981.
- SILVA, Lyndolpho. *O camponês e a história: a construção da ULTAB e a fundação da CONTAG*. Paulo CUNHA (org.) São Paulo: Instituto Astrojildo Pereira, 2004.
- SILVA, Maria Aparecida de Moraes. *Errantes do fim do século*. São Paulo: Editora da Unesp, 1998.
- SIMÃO, Assis. O voto operário em São Paulo. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. v.1, n.1, p.130-141, dez. 1956.
- SKIDMORE, Thomas E., *The Politics of Military Rule in Brazil, 1964-1985*. New York: Oxford University Press, 1988.
- _____. *Politics in Brazil (1930-1964): An Experiment in Democracy*. New York: Oxford University Press, 1967.
- SOARES, Gláucio Ary Dillon. *Sociedade e política no Brasil*. São Paulo: DIFEL, 1973.
- SOBRINHO, Octavio Teixeira Mendes. *Planejamento da fazenda de café*. Separata do Boletim de Agricultura. Diretoria de Publicidade Agrícola: Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, 1962.
- SODEIRO, Fernando Pereira. *Direito agrário e reforma agrária*. São Paulo: Legislação Brasileira, 1968.
- SOUZA, Amaury de. The Cangação and the Politics of Violence in Northeast Brazil. In: CHILCOTE, Ronald. *Protest and Resistance in Brazil and Angola*. Berkeley: University of California Press, 1972.
- SOUZA, Duarte Carlos de. *O trabalho agrícola no Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1925.
- SOUZA, Márcio. *A expressão amazonense*. São Paulo: Alfa-Omega, 1977.
- SOUZA, Maria de Carmo Campello de. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)*. São Paulo: Alfa-Omega, 1983.
- SPRUIT, Troy. *Ribeirão Preto Labor Court Analysis*. Grand Valley State University, 14 abr. 1993.
- STEDILE, João Pedro. (Org.) *A questão agrária*. IV: História e natureza das Ligas Camponesas, 1954-1964. São Paulo: Expressão Popular, 2002.
- STOLCKE, Verena; HALL, Michael. The Introduction of Free Labor on São Paulo's Coffee Plantations, *Journal of Peasant Studies* v.10, n.2/3, p.184-205, jan.-abr. 1983.
- _____. *Cafecultura: Homens, Mulheres e Capital (1850-1980)*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- _____. *Coffee Planters, Workers and Wives*. New York: St. Martin's Press, 1988.
- SZMRECSANYI, Tomas. O desenvolvimento da produção agropecuária (1930-1970), In: FAUSTO, Boris. História geral da civilização brasileira. Tomo III, vol. 4. *O Brasil republicano: Economia e cultura (1930-1964)*. 2.ed. São Paulo: Difel, 1986. p.107-207.
- TAYLOR, Carl C. A contribuição da sociologia à agricultura. *Sociologia*, v.5, n.1, p.1-55, 1943.
- TOPLIN, Robert Brent. Upheaval, Violence, and the Abolition of Slavery in Brazil: The Case of São Paulo. *Hispanic American Historical Review*, v.49, n.4, p.639-655, 1969.
- TORRES, Vasconcelos. *Ensaio de sociologia rural brasileira*. Rio de Janeiro: A. Coelho Branco Filho, 1943.
- VANGELISTA, Chiara. *Os Braços da Lavouira: Imigrantes e "Caipiras" na Formação do Mercado de Trabalho Paulista (1850-1930)*. São Paulo: Hucitec, 1991.
- VARGAS, Getúlio. *A Nova Política do Brasil*. 11v. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938-47.
- _____. *A campanha presidencial*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1951.
- _____. *A política trabalhista no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1950.
- _____. *O governo trabalhista no Brasil*. 4v. Rio de Janeiro: José Olympio, 1952-1969.

- VASCONCELLOS, Maria Therezinha de. *Transcurso do primeiro decênio da Junta de Conciliação e Julgamento de Ribeirão Preto*. Ribeirão Preto, [1967?].
- VERAS, Nestor. O congresso camponês em Belo Horizonte. *Rev. Brasiliense*, n.39, p.43-50, jan.-fev. 1962.
- VIANA, José de Segadas. *O Estatuto do Trabalhador Rural e sua Aplicação: comentários à Lei no. 4.214 de 2 de março de 1963*. 2.ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos SA, 1965.
- VILACA, Marcos; ALBUQUERQUE, Roberto. *Coronel, coronéis*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1965.
- VINHAS, Moisés, *O Partidão: A Luta por Um Partido de Massas, 1922-1974*. São Paulo: Hucitec, 1982.
- _____. *Operários e Camponeses na Revolução Brasileira*. São Paulo: Fulgor, 1963.
- WALKER, Thomas. *From Coronelismo to Populism: The Evolution of Politics in a Brazilian Municipality, Ribeirão Preto, São Paulo, 1910-1960*. Tese. (Doutorado em Ciências Políticas) - University of New Mexico, Albuquerque, 1974.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *World-Systems Analysis: An Introduction*. Durham, NC: Duke University Press, 2004.
- WATSON, James B. *Way Station of Westernization: The Brazilian Caboclo*. In: Institute for Brazilian Studies. WATSON, James B.; SHERRER, Theresa Davidson.; THOMAS, Earl W. Nashville: Vanderbilt University Press, 1953. p.9-55.
- WATSON, Virginia Drew. An Example of Rural Brazilian Acculturation in Southern Rural Brasil. *Rural Sociology*, v.7, n.4, p.375-384, 1942.
- WEFFORT, Francisco. As origens do sindicalismo populista no Brasil: a conjuntura do após-guerra. *Estudos CEBRAP*, n.4, abr.-jun. 1974.
- _____. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- WEINSTEIN, Barbara. *For Social Peace in Brazil: Industrialists and the Remaking of the Working Class in São Paulo, 1920-1964*. Chapel Hill: University of North Carolina, 1996.
- WELCH, Cliff. Camponeses: Brazil's Peasant Movement in Historical Perspective. *Latin American Perspectives*. Beverly Hills, Califórnia. v.36, n.4, Issue 167, p.126-55. Julho, 2009.
- _____. Jôfre Corrêa Netto, the Fidel Castro of Brazil In: BEATTIE, Peter. Ed. *The Human Tradition in Modern Brazil*. Wilmington, DE : Scholarly Resources, 2004, p. 207-239.
- _____. Rivalry and Unification. Mobilising Rural Workers in São Paulo on the Eve of the Brazilian Golpe of 1964. *Journal of Latin American Studies*. Londres. n.27, p.161-187, 1995.
- WELCH, Cliff. Labor Internationalism: U.S. Involvement in Brazilian Unions, 1945-1965. *Latin American Research Review*, v.30, n.2, p.61-89, 1995.
- _____. Jofre and the Brazilian Revolution: Peasant Mobilization, Land Reform, and History in São Paulo, Brazil. In: ANNUAL LATIN AMERICAN LABOR HISTORY CONFERENCE, 13, 1996, Durham, N.C. Duke University: 19-20 abr.
- _____. Rivalry and Unification. Mobilising Rural Workers in São Paulo on the Eve of the Brazilian Golpe of 1964. *Journal of Latin American Studies* n.27, p.161-187, 1995.
- _____. ; GERALDO, Sebastião. *Lutas camponesas no interior paulista: memórias de Irineu Luis de Moraes*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- _____. ; PERRINE, Toni. *Grass War! Peasant Struggle in Brazil*. VHS/DVD.32 min. New York: The Cinema Guild, 2001.
- WELCH, Clifford Andrew. O atentado: Tentando encontrar a História nos relatos de um assassinato que não houve. *Projeto História*. São Paulo, n.35, p. 63-95, 2007.
- _____. Os com-terra e sem-terra de São Paulo: retratos de uma relação em transição (1945-1996). In: Bernardo Mançano FERNANDES & Leonilde Sérvolo de MEDEIROS (orgs). *Lutas cam-*

- ponesas contemporâneas. Condições, dilemas e conquistas. O campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980.* v.1, p. 139-70. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009.
- _____. Internacionalismo trabalhista: O envolvimento dos EUA nos sindicatos brasileiros, 1945-1964. *Perseu: História, Memória e Política.*, v.3, p.184 - 219, 2009.
- _____. Movimentos sociais no campo até o golpe militar de 1964: A literatura sobre as lutas e resistências dos trabalhadores rurais do século XX. *Revista Lutas e Resistências.* Londrina, PR. v. 1, n. 1, pp. 60-75. Setembro, 2006.
- _____. Rivalidade e unificação: mobilizando os trabalhadores rurais na véspera do Golpe de 1964. *Projeto História.* São Paulo, SP. n. 29, t.2, p. 363-90, 2004.
- WIRTH, John. *The Politics of Brazilian Development.* Stanford: Stanford University Press, 1970.
- WOLFE, Joel. *Working Women, Working Men: São Paulo and the Rise of Brasil's Industrial Working Class, 1900-1955.* Durham, NC: Duke University Press, 1993.
- WOODARD, James P. "Coronelismo in theory and practice: evidence, analyses and argument from São Paulo. *Luso-Brazilian Review.* Madison, WI, EUA. v. 42, n.1. p. 99-117. 2005.
- YOUNG, Jordan M. *The Brazilian Revolution of 1930 and the Aftermath.* New Brunswick, NJ: Rutgers University Press, 1967.
- ZAIDAN FILHO, Michel. *PCB (1922-1929).* Na busca das origens de um marxismo nacional. São Paulo: Global, 1985.

ENTREVISTAS

A asterisco (*) indica as entrevistas que estão disponíveis em forma de transcrição e fita gravada no Arquivo Edgard Leuenroth da UNICAMP. O (+) indica as entrevistas disponíveis no Centro de Documentação e Pesquisa da Fundação Getúlio Vargas no Rio de Janeiro.

- BRAGHETO, Pe. José Domingos. Entrevistado pelo autor. São Paulo, 13 set. 2004.
- CAIXE, Vanderlei. Entrevistado pelo autor. Ribeirão Preto, 11 jun. 1997.
- CIAVATTA, Nazareno. Entrevistado pelo autor. Ribeirão Preto, 20 out. 1988.*
- CIAVATTA, Nazareno. Entrevistado por Sebastião Geraldo. Ribeirão Preto, n/d 1988.
- CORRÊA NETO, Jofre. Entrevistado pelo autor. Ribeirão Preto, 24 ago. 1988.
- CRUZ, Antônio Crispim da. Entrevistado pelo autor. Ribeirão Preto, 31 mar. 1989.*
- DESTERRO, Zildete Ribeiro do. Entrevistado pelo autor. Ribeirão Preto, 5 jul. 1989.
- FALEIRO, Airton. Entrevistado pelo autor. Brasília, 18 jul. 1997.
- FISHBURN, John. Entrevistado pelo autor. Virginia, EUA 27 abr. 1985.
- GASPARINI, Welson. Entrevistado pelo autor. Ribeirão Preto, 25 jul. 1991.
- GERALDO, João. Entrevistado pelo autor. Ribeirão Preto, 7 jul. 1989.
- GIROTTO, Antônio. Entrevistado pelo autor. Ribeirão Preto, 19 out. 1988. *
- GIROTTO, Antônio. Entrevistado por Sebastião Geraldo. Ribeirão Preto, 28 nov. 1988.
- GOMES, Guilherme Simões. Entrevistado pelo autor. Ribeirão Preto, 22 mai. 1991.
- GUERREIRO FILHO, João. Entrevistado pelo autor e Sebastião Geraldo. São Paulo, 11 jul. 1989.
- GUINDALINI, Nelson Luis. Entrevistado pelo autor. Dumont, 13 mai. 1995.
- HALAH, Said Issa. Entrevistado pelo autor. Dumont, 28 jun. 1991.
- JULIÃO, Francisco. Entrevistado por Aspasia Camargo. Yxcatepec, Morelos, México, dez. 1977. +
- LEMONS, Francisco de Assis. Entrevistado por Eduardo Raposo. João Pessoa, jan. 1978.+
- LEPERA, Luciano. Entrevistado pelo autor. Ribeirão Preto, 18 out. 1988.
- LEPERA, Luciano. Entrevistado por Sebastião Geraldo. Ribeirão Preto, n/d 1988.
- MARQUES, Lilian Arruda. Entrevistado pelo autor. Brasília, 17 jul. 1997.

Clifford Andrew Welch

- MORAES, Irineu Luís de. Entrevistado pelo autor e Sebastião Geraldo. Ribeirão Preto, 27 mai. 1989.
- MORAES, Irineu Luís de. Entrevistado pelo autor. Ribeirão Preto, 22 ago. 1988.*
- MORAES, Irineu Luís de. Entrevistado por Sebastião Geraldo. Ribeirão Preto, 20 fev. 1989.
- MORETTI PIRES, Áurea. Entrevistado pelo autor. Ribeirão Preto, 11 jun. 1997.
- NEVES, Elio. Entrevistado pelo autor. Araraquara, 22 jun. 1997.
- PORTELA, José Alves. Entrevistado pelo autor. São Paulo, 23 ago. 1988.*
- RAMPAZZO, Túlio Marco. Entrevistado pelo autor. Pradópolis, 23 jul. 1991.
- SALLA, Pedro. Entrevistado pelo autor. Dumont, 14 mai. 1995.
- SANTOS, Sérgio Luís dos. Entrevistado pelo autor e Sebastião Geraldo. Serrana, 11 jul. 1997.
- SILVA, Lyndolpho. Entrevistado pelo autor. São Paulo, 16 ago. 1988.*
- SILVA, Lyndolpho. Entrevistado pelo autor. São Paulo, 18 jul. 1989.
- SIVIERO, Natal. Entrevistado pelo autor. Ribeirão Preto, 20 out. 1988.*
- SIVIERO, Natal. Entrevistado por Sebastião Geraldo. Ribeirão Preto, 1988.
- SYLLOS, Celso Ibson de. Entrevistado pelo autor. São Paulo, 19 e 26 jan. 1989.*
- TEIXEIRA, Arlindo. Entrevistado pelo autor. Ribeirão Preto, 18 out. 1988.*

ÍNDICE REMISSIVO

abertura 131; 222; 273; 313; 419; 429.
abono de natal 143; 360.
Ação Popular (AP) 340-341; 388-391.
Afonso, Almino Monteiro Álvares 378.
agency 40-42; 433.
agroindústria 30-31; 34, 119; 252; 275; 280-281; 283; 298; 304; 377; 420; 422; 424; 436; 445; 447.
Água Branca 237-238.
Água de Mandacuru 165.
Água de Pelotas 165.
Água de Tenente 162; 165.
Águas do Rondon e Baiana 169.
Alagão, Antônio 143.
Alagoas 185; 207; 248; 288; 392.
Alberto Moreira 45-46; 89.
Aleixo, Luís 62
Alencar, Antônio Gondim de 263.
Aliança Liberal (AL) 71; 79; 82-83; 281.
Aliança para o Progresso 320; 385.
Alta Araraquarense 264
Alta Mogiana 40; 58; 60-61; 66; 136-137; 140-142; 144-145; 147-148; 154; 159; 241-242; 260; 264; 270-272; 274; 277; 279; 283; 286-287; 293-294; 296-297; 302-305; 325; 328; 335; 339-341; 343-344; 347; 349; 352; 355; 357; 371; 376-377; 379; 385; 398; 400; 405-407; 415; 419-420; 424; 428.
Alta Paulista 226.
Altinópolis 271; 279; 345; 353; 374; 406; 408; 412.
Alves, Antônio 169.
Amaral, Manoel Alves do 172.
Amaral, Telesforo Correia do 243.
Anaconi, Luiz 271.
Anápolis 349
Andrade, Antônio Ribeiro de 413.
Andrade, Vasco de 57; 122.
Ângelo, Antônio 167; 174.
anticomunista 254; 263; 289; 324; 340; 382; 392.
Anunciato, João 284-285; 364.
aparelhismo 430.
Apucarana 262.
Araçatuba 209; 215; 225-227; 231; 397.
Araguaia 171.
Aranha, Osvaldo 205; 219-220.
Arapongas 181.
Araraquara 55; 73; 101; 119; 130; 143; 293; 383-385; 392; 423; 424; 427; 443; 458.

Araras 70.
Araújo, Aparecido de 146-147.
Armour 45.
Arraes, Miguel 349.
arrendatários 28; 96; 107; 131; 149; 161; 209-210-214; 242; 248; 250; 252; 290; 298; 301; 308;
316; 350; 388-390.
assalariados agrícolas 80; 90; 145; 231-232; 242; 250; 269; 292; 301; 313.
Assis Lemos, Francisco de 387.
assistencialismo 39; 430.
Associação Comercial e Industrial Ribeirão Preto 279.
Associação dos Lavradores de Coqueiros do Distrito Federal 229.
Associação dos Trabalhadores em Usinas de Açúcar e da Lavoura Canavieira 302.
Associação Profissional de Trabalhadores Agrários de Guararapes 255.
Associação Profissional de Trabalhadores da Indústria de Fabricação de Óleo de Algodão 101.
Associação Profissional de Trabalhadores Rurais de Batatais 355.
atestado ideológico 195.
audiência 279; 285; 329; 333; 375.
Augusto, José 387.
Avanhandava 143.
Avé-Lallemant 50.
Azevêdo, Fernando Antônio 25; 36; 270; 290; 312; 441.
Azevêdo, Pedro Alves de 295.
Bahia 96; 104; 207; 222; 242; 246; 248; 270; 292; 393; 416.
Bandeirante do Norte 151.
Barbosa, Antônio 169
Barreto, Sebastião Dalysio Menna 404;
Barretos 45-47; 67; 71-74; 88-89; 209; 219; 244; 249-250; 325; 404.
Barrinha 144-145; 260; 279; 297; 300-304; 335; 400; 406; 423-424; 431.
Barro do Pirai 229.
Barros, Adhemar de 134; 139; 141-142; 145; 149-150; 170; 195; 239; 254-255; 257-258; 289; 353;
402; 410; 454.
Barros, Herculano Alves de 170; 181.
Barros, João Alberto Lins de 86.
Barroso, Parsifal 333.
Bauru 143; 262; 397.
Bebedouro 422; 431.
Beco do Macaco 359;
Bernardes, João 152.
Bergquist, Charles 42-43.
Bernard, Miguel 131.
Bernardes, Artur 70.
Bernardes, Lysia Maira Cavalcanti 168.
Bernardino, Angélico Sândalo 326; 413.
Bernardo, Francisco 166.
Bezerra, Gregório 25; 36; 158; 174; 378.

Biagi, Ruy de 336.
Billar, José 162; 188;
Birigui 265.
Bistaffa, João 388.
Bloco Operário e Camponês (BOC) 75-82; 146; 250.
boia-fria 34; 282; 372; 417; 420-423; 428; 431; 432; 443; 445
Bonardelli, Eugenio 60-61; 63.
Bonfim Paulista 279; 339; 345; 374; 377; 406.
Borges, Pompeu Accioly 218.
Borghi, Hugo 140-142; 149-150; 244-245; 289.
Borsari, Silvio 265.
Bovo, Antônio 396.
Bragança Paulista 288; 388.
Brandão, Octávio 77.
Brasília 29; 333; 356; 376; 392; 431; 435-436; 439; 444.
Brizola, Leonel 303; 378; 404.
Brodóski 144; 279; 328; 344-345; 358; 374.
Brunos, Arquimedo 393.
Bugliani, Mario 353; 354; 400; 412, 424.
Buriti 143.
Buxbaum, Edgard 244.
caboclo 10; 45; 53; 88; 98; 456.
Café Filho, João 260.
Cafelândia 262.
caipira 10; 53; 168; 241; 243-244; 257; 270; 456.
Caixe, Vanderlei 398; 412-413; 457.
Cajuru 412.
Calabrese, Roque 213.
Callado, Antônio 290; 320.
camarada 53-54; 73-74; 86; 88; 90; 131; 162; 188; 233; 252; 281; 424.
Camargo, Aspásia 15; 27; 290; 306.
Camargo, João Batista 365.
Camargo, Lázaro Bueno de 167.
cambão 157, 417.
Campinas 13; 15; 24; 39; 51-52; 54-55; 70-71; 98; 124; 130; 140; 143; 155; 217; 220; 300; 325;
361; 372; 396-397; 437; 439-442; 448-450; 454.
Campos, Milton 258.
capangas 54; 56; 61; 62; 98; 151-152.
Capivari 233; 338; 417.
Cardenas, Lázaro 114.
Cardoso, Fernando Henrique 255.
Cardoso, Francisco Malta 104; 109; 114; 122; 155; 211; 236; 288; 267.
Cardoso, Leônidas 244; 255.
Cardoso, Newton 170.
carpa 93; 299.
carta sindical 355; 379; 389.

carteira profissional 115; 119; 363; 377.
Caruso, João 351.
Carvalho Pinto, Carlos Alberto Alves de 289.
Carvalho, Afrânio de 154.
Carvalho, Euzébio de 167.
Carvalho, Filogônio Teodoro de 71; 73.
Casa Robim 142.
Castelo Branco, Humberto de Alencar 402.
Castelo Branco, Maria Bernadete 97.
Castro, Aginaldo Caiado de 235.
Catedral da Sé 337.
Cavalcanti, Deocleciano Holanda de 273.
Cavalcanti, Jerônimo de Sá 393.
Cavalcanti, João de Almeida 392-393.
Celestino (José Ferreira de Souza) 151-153; 166-167; 176.
Centenário do Sul 153; 161; 165; 169.
Central Única dos Trabalhadores (CUT) 15; 429; 431; 435-436.
Centro Popular de Cultura (CPC) 316.
Cerqueira Cesar, José Alves de 70.
Cesarino Júnior, A. F. 283; 299.
Chagas (doença) 95.
Chasin, José and Hanna P. 309; 315-319; 444
Chauí, Marilena 314.
Chaves Neto, Elias 145; 164-165; 179; 189; 444.
Chávez, César 348; 445.
Ciavatta, Nazareno 223-225; 241-243; 256; 292-293; 346; 457.
clá fazendeiro 107; 147; 170; 263; 310; 331.
Clevelândia Territorial e Agrícola Ltda (CITLA) 167; 169.
clientelismo 40; 362.
Clube 3 de Outubro 86.
Código Civil 91.
código rural 109; 112; 114; 116; 120-121; 450.
Coelho, Danton 260.
Colégio Marista 407.
Colégio São Bento 352.
Colina 129; 222; 358; 396.
Collor, Lindolfo 82; 84; 94; 441.
colonato 49; 51-53; 56; 60; 62-64; 88; 160; 162; 178; 202; 227; 284; 372; 417; 436.
colonos 48-66; 68-70; 80-81; 88; 90; 93; 96; 98; 112; 122-124; 130-131; 137; 143; 149; 154; 160-161; 167-168; 178; 180; 182; 200; 202-205; 208; 220-222; 226-228; 231; 233; 241; 242; 252; 262-265; 268-269; 271-272; 277; 279; 282-286; 293; 297-299; 301; 346; 355-356; 363-365; 367; 371-372; 37-376; 379-380; 399; 432-433; 436; 444; 448.
Coluna Prestes 75; 430; 450.
Comissão do Festival do IV Centenário 255.
Comissão Econômica da América Latina (CEPAL) 197-198; 201; 217-218; 220; 304.
Comissão Mista de Terras (CMT) 161.

Comissão Nacional de Política Agrária (CNPA) 216; 218.
 Comissão Nacional de Sindicalização Rural (CNSR) 352; 379.
 Comissão Pastoral da Terra (CPT) 11; 35.
 Companhia Agrícola de Imigração e Colonização (CAIC) 130.
 Companhia Agrícola Dumont 61.
 Companhia Agrícola Junqueira 284.
 Companhia de Força e Luz 293.
 Companhia de Terras do Norte de Paraná (CTNP) 160.
 Confederação Geral do Trabalho (CGT) 79-80; 376; 378.
 Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) 23; 55; 384; 392; 439; 444.
 Confederação Nacional da Agricultura (CNA) 382.
 Confederação Rural Brasileira (CRB) 126; 321; 444.
 Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros (CNBB) 327.
 confisco cambial 197; 199-201; 204-205; 220; 262; 265; 366.
 Congresso Brasileiro de Direito Social 104; 449.
 Congresso da Reforma Agrária, vide Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas
 Congresso de Belo Horizonte, vide Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas
 Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas 313; 316-317; 320; 325; 375; 385.
 Congresso Rural Camponês 149-150.
 Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) 114; 118; 268; 443.
 coronelismo 61; 65-68; 88; 90; 133; 135; 137-139; 146; 159; 195; 208; 254; 257; 449; 456.
 Corrêa Netto, Jôfre 13; 315; 317; 390; 456-457.
 Corrêa, Anna Maria Martinez 71-72; 444.
 Correia, Manoel Jacinto 152; 157; 185.
 cortadores de cana 27; 224-225; 277; 279; 336; 341-342; 346; 377; 420-426; 429; 431; 436-437; 453.
 Costa Lima, Renato da 349-350.
 Costa, Jerônimo Inácio da 173.
 Costa, José Leandro Bezerra da 392.
 Costa, Miguel 86-87.
 Costa, Waldemar Torres da 411.
 Coutinho, Alfredo de Oliveira 277.
 Cravinhos 61; 141; 260; 279; 331; 333-334; 341; 344-345; 357; 414.
 Crespo, Paulo 385.
 Crósio, Henrique 146-147.
 Cruz, Antônio Crispim da 344; 357; 372; 414; 435, 457.
 Cruz, Osvaldo 265.
 Cunha, Manoel Marques da 164.
 Cunha, Paulo Ribeiro da 16; 37; 217; 229; 287; 288; 313; 389.
 Curitiba 35; 168; 170; 172; 184; 327; 443; 446; 449; 461.
 Cury, Jamil 224.
 D'Assumpção, Paulo 263.
 Davatz, Thomas 49-50.
 Delfim Netto, Antônio 198-201; 221; 239; 445.
 Denis, Pierre 54.
 Departamento de Ordem Política e Social do Estado de São Paulo (Deops) 42; 171; 180; 184-186;
 213; 224-225; 232; 250; 255; 353; 396-397; 414; 419.

Desterro, Zildete Ribeiro do 15; 222.
Di Silva, Miriam 406.
Diários Associados 403.
Dias, Antônio Paulo 302.
Dias, Eduardo 188-89; 209.
Dias, Giocondo 313; 321.
D'Incao, Maria Conceição 27; 34; 282; 372; 417; 420; 422-424; 426; 429; 431; 433-434; 436; 445.
dissídio coletivo 374-375.
Dourados 143.
Duarte, Nestor 154; 155; 275.
Dutra, Eurico Gaspar 139; 209; 213.
Egas, Eugênio 64.
empate 177.
empreitada 52; 178; 180; 227; 341; 365.
empreiteiro 94; 99; 27; 178-179; 184; 190; 363.
Echenique, Silvio da Cunha 111; 121.
Encontro dos Volantes 431.
Engenho Galiléia 181; 296; 306; 307; 309.
Escavandela, Miguel 102.
Espírito Santo 248; 288; 360.
Estado Novo 100; 104; 106; 108; 110; 114; 116; 121; 128; 131; 136; 139; 165; 206; 212; 436.
Estados Unidos da América (EUA) 10; 17; 43; 66; 117; 133; 202; 209; 226; 348; 457.
Estatuto da Lavoura Canavieira (ELC) 270; 283; 299.
Estatuto da Terra (ET) 411-412; 433.
Estatuto do Trabalhador Rural (ETR) 22; 92; 121; 125; 216; 281; 324; 360; 362-363; 365; 367-369;
371-372; 378; 429; 450; 454.
Estrada de Ferro São Paulo-Paraná 161.
Facci, Quintino 271-272.
Facó, Rui 277.
Fairbancks, João C. 104-107; 111; 211.
Faleiro, Airton 436.
Faria, Rocha 170.
fascismo 115; 125; 130.
Faustino, João 175.
favela 134.
fazenda 22-23; 31-34; 45-54; 57-62; 65-66; 68-69; 81; 83; 86; 88-89; 91; 93-98; 105-
107; 115; 117; 126; 129-131; 135; 137; 146-147; 150; 152; 162-163; 169-170; 173-175;
177-184; 188; 194; 197; 201-205; 207-210; 212; 214; 221-228; 231; 233; 239; 241-242-
; 245; 251; 252; 267; 269; 271-272; 275-277; 280-285; 288; 292-294; 299; 301; 307; 325; 3-
34; 336; 338; 341; 346; 354-355; 358-359; 361; 364-365; 368; 371-372; 374-379; 399-400; 402; 408;
412; 414; 420-421; 424-425; 436; 447; 455.
Fazenda Aguapeí 226.
Fazenda Amália 336; 371; 378.
Fazenda Boa Esperança 358-359; 371; 374-375.
Fazenda Boa Fé 399-400.
Fazenda Boa Vista 61; 91; 375.

Fazenda Dumont 129; 222.
 Fazenda Iracema 59; 221.
 Fazenda Lagoa 284-285.
 Fazenda Macaúbas 61.
 Fazenda Martinópolis 223-225.
 Fazenda Santa Cruz 222.
 Fazenda Santa Guilhermina 98.
 Fazenda Santa Helena 228.
 Fazenda Santa Theresa 146.
 Fazenda São João 222.
 Fazenda São José de Colônia Preta 414.
 Fazenda São Sebastião do Alto 271.
 Fazenda Tabapuã 173.
 fazendeiros 7; 10; 22; 24-28; 30-33; 40-41; 44-45; 47-58; 60-70; 79; 83; 85; 87-90; 93-94; 100-101;
 104-109; 112-114; 117-118; 120-126; 128; 130; 135; 137-141; 146-148; 150; 154-155; 161; 166; 171-
 172; 174-175; 178; 190; 197-201; 203-214; 216; 219-221; 223; 235-238; 242; 261-267; 270; 272;
 274; 277-278; 281-282; 284; 294-295; 321-322; 327-331; 334; 338; 340; 344; 348-349; 351-353;
 355-358; 363-368; 372-373; 375-377; 382-383; 385; 397; 400; 403-404; 407; 410; 415; 417; 436.
 Federação Agrícola do Estado de São Paulo (FAESP) 426-427.
 Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo (Faresp) 126; 149; 205; 218-220; 244;
 262-266; 307-308; 322; 349.
 Federação de Associações de Trabalhadores Agrícolas do Estado de São Paulo (Fataesp) 328; 337;
 383-384; 388; 427.
 Federação de Círculos Operários do Estado de São Paulo (Fecoesp) 319; 327; 330; 338.
 Federação de Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (Feraesp) 23; 435-436.
 Federação de Trabalhadores Agrícolas do Estado de São Paulo (Fetaesp) 338; 383-385; 388; 392;
 423; 425; 430-431; 436.
 Federação dos Agricultores do Rio Grande do Sul (Farsul) 403-404.
 Felismino, Pedro Paulo 151; 153; 162.
 Fernandes, Bernardo Mançano 10; 11; 13; 16; 168; 415; 446.
 Fernandes, Décio 146-147.
 Ferrari, Fernando 275; 333; 362.
 Ferreira, Bonifácio 46; 88.
 Ferreira, Manoel Gonzalo 392; 393.
 Figueiredo, Francisco Lourenço 167; 174.
 Fishburn, John 385-387; 390; 457.
 Font, Maurício 47; 65; 70; 130; 450.
 Força Pública 167; 172; 174.
 formadores de café 179.
 Franca 59; 271; 273; 328; 333; 344; 406; 447.
 Franco, Virgílio de Mello 136.
 Fraser, Simon Joseph (Lord Lovato) 160.
 Freire, Paulo 397.
 Freiria Filho, Olímpio 346-347.
 Freitas, Alípio de 393.
 French, John D. 14; 43; 59; 100; 125; 131; 134; 136; 140; 145; 147; 196; 225; 233; 255; 273; 299;

332; 358; 364; 447; 457.
Frente Agrária (FA) 327; 335; 339; 345; 352-353; 355; 357; 359; 373-376; 380-381; 395; 408; 414; 416; 327;
Frente Agrária Gaúcha 391.
Frente Agrária Paulista (FAP) 331; 334-335; 339-348; 352-354; 359-360; 371-374; 376; 378-379; 381; 385; 392-395; 399; 413; 415; 435.
Frente Armada de Libertação Nacional (FALN) 412-413; 424.
Frente Nacional de Trabalho (FNT) 339.
Frente Social Cristã (FSC) 329-331; 333-334; 339-340.
Frigorífico Anglo 45; 73; 209.
Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural) 430.
Gajardoni, Ângelo 170.
Gajardoni, Arildo (Strogof) 174.
Ganzer, Avelino 435-436.
Garcez, Lucas Nogueira 254.
Garcia, José Engracia 146.
Gasparini, Terezinha 359.
Gasparini, Welson 330; 334; 376; 407.
gato 178-180; 342-343; 400-421; 427.
Gavião Peixoto 143.
Geraldo, João 222.
Geraldo, Sebastião 9; 14; 23; 37; 45; 59-60; 130-131; 137; 142-143; 151; 194; 223; 256; 171; 437; 457-458.
Getulista 257; 302.
Gifun, Frederick 66.
Ginnold, Richard E. 337.
Giroto, Antônio 223-224; 242; 256; 271; 276; 278; 292; 295-296; 381; 408; 457.
Goiânia 34; 443.
Goiás 34; 74; 159; 187; 230; 242; 246; 248-250; 288; 320; 340; 349; 360; 443.
golpe militar de 1964 9; 33; 232; 314; 331.
Gomes, Eduardo 195.
Gomes, Guilherme Simões 377-378; 457.
Gordon, Lincoln 402.
Goulart, João Belchior Marques ("Jango") 9; 21-22; 25; 33; 38; 44; 185; 218-219; 222-223; 225; 235-239; 257-261; 273; 288; 295-296; 302-306; 308-310; 319-322; 327; 329; 332-333; 335; 338; 348-351; 355-356; 360; 362; 365-366; 372-379; 383-384; 386-387; 392; 396-398; 400-410; 413-417; 419; 424; 437; 441; 452.
Grande Depressão 367; 436.
Granja do Torto 320; 376.
grileiros 160-161; 167; 171-172; 174; 181.
Guairá 345; 359.
Guanabara 229; 303.
Guará 144.
Guaraci 161; 164; 166; 169.
Guarapiranga 141.
Guararapes 225; 255.

Guariba 27; 265; 304; 335; 338; 341; 420-427; 429-434; 445.
Guatapar 141; 208; 260; 279; 245; 374; 377; 406.
Guedes, Antônio 394.
Guerra da Corria 153; 156.
Guerra de Porecatu 151; 153; 156; 158; 162; 164; 167-173; 177; 181; 190-191; 227; 263; 390; 432; 446.
Guerreiro Filho, João 13; 23; 58; 129-132; 193-194; 240-241; 351; 433; 457.
Guerrilhas 289; 409.
Guindalini, Nelson Luis 129; 131; 154; 399; 458
Haddad, Moisés Miguel 96
Halah, Said Issa 279; 328; 335; 343; 425.
Hall, Michael M. 13-14; 48; 53; 55; 59; 61; 63; 76; 79-80; 422; 448; 453; 455.
higienizao 76.
Holloway, Thomas H. 31; 51-53; 57; 59-60; 62; 64-65; 68; 93; 208; 282; 284; 448.
homem do campo 85; 94; 103; 105; 136; 149; 150; 261; 263-265; 276; 306; 308; 382.
Ibicaba 49-50
Iecca, Eugenio 98
Igarau 393-394.
Igarapava 271; 273; 302; 344.
Igreja Católica 28; 38; 296; 308; 324-327; 333; 340; 382; 388; 393; 395.
imposto sindical 123; 362.
imposto territorial 323.
Indenizao 86; 173; 218; 220; 281; 305; 377.
Instituto Americano de Desenvolvimento do Trabalho Livre (AIFLD) 385-386.
Instituto Brasileiro de Ao Democrática (IBAD) 403.
Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) 411.
Instituto Brasileiro do Café (IBC) 198; 201; 365; 445.
Instituto Cultural do Trabalho (ICT) 385; 453.
Instituto de Açúcar e lcool (IAA) 178; 283; 330; 442.
Instituto de Direito Social 104; 115; 449.
Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA) 411.
Intentona Comunista 193.
Internacional Comunista (Comintern) 78-79; 143; 155; 250; 443.
Itapetininga 397.
Jaboticabal 265; 335; 338; 425; 427; 431.
Jacarezinho 262.
Jaguapit 161; 164; 166; 169-170; 172; 181.
Jambo, H. Sosthenes 310-311; 315; 317-318.
Jardinópolis 222; 279; 335; 344-347; 374.
Jau 70.
Julião, Francisco – vide Paula, Francisco Julião Arruda de
Junqueira, Alkinder 218.
Junqueira, Celso Torquato 130.
Junqueira, Joaquim Diniz da Cunha (Quinzinho) 61; 66-67.
Junta de Conciliao e Julgamento de Ribeirão Preto 278-279; 456
Justiça do Trabalho 96; 104; 108; 273-275; 277; 279-280; 287; 355; 371.

Karepovs, Dainis 16; 76-77; 80; 82; 143.
Kubitschek, Juscelino 257-262; 266; 273; 275; 295; 333; 441; 442.
Lacerda, Carlos 238; 361-362; 409.
Laje, Francisco Pessoa ("Padre Laje") 320; 393.
latifundiários 24; 84; 134; 147; 151; 153; 155-157; 161; 167; 170-171; 190; 250-252; 257; 267;
270; 291; 311; 317; 324; 410.
Latifúndio 10-11; 78; 97; 212; 220; 230; 245; 251; 311; 314-315; 318; 368-369; 389; 401; 417;
443; 450.
Laurents Júnior, José 429.
lavrador 28-29; 37; 48; 77; 97; 139; 149; 156; 163; 199; 205; 215; 229; 233-234; 241; 247-249;
252; 256; 262; 264-265; 270; 287-288; 291; 298; 308; 328; 330; 360; 389.
Lei dos Dois Terços 103.
Leite, Artur 54.
Leoncini, Augusto 284.
Lepera, Luciano 277; 295; 328; 349; 458.
Liebof, Jack 337; 384.
Liga Agrícola Brasileira 67.
Liga Camponesa 23; 24; 26; 148; 152; 170; 213; 290; 296; 306; 312; 321; 396.
Liga Camponesa de Dumont 23; 43; 131-132; 134-135; 137; 144-145; 193; 210-211.
Liga de Defesa Paulista 147.
Liga Democrática 143.
Liga Nacionalista 68; 70-71.
Liga para a Emancipação Nacional 255.
Lima, Luis Tenório de 289; 299; 304; 349; 378; 401; 412.
Lima, Queiroz 95; 98.
Lima, Sebastião Lourenço de 392-393.
Londrina 33; 151-152; 162-163; 166; 169; 173-174; 176; 180; 182; 184-187; 263; 439; 440; 446.
Lopes, Isidoro Dias 70-71.
Lopes, Lucas 266.
Lopes, Sebastião 277; 292; 400.
Lourenço, Nobre José 396.
Love, Joseph 31; 59; 65; 73; 130; 159-160; 450.
Lunardelli, Geremia 65; 69; 151-153; 158-159; 161; 167; 169-170; 173; 180; 182-183; 190; 226-228.
Machado, Cristiano 195.
Machado, Maria Helena 16; 48-49.
Machado, Olímpio Pereira 390
Maciel Filho, João Soares 216.
Magalhães Pinto, José de 308.
Magalhães, Benedito Guimarães 425.
Magalhães, Paulo Reis 101.
Magano, Virgílio dos Santos 268; 338; 404.
Magri, João Carlos Caio 335; 339.
Maia, Francisco Prestes 255.
Manifesto de Agosto 155-158; 176; 183; 188; 193; 217; 222; 248; 251; 450.
Manifesto de Sertãozinho 434-436.
Maranhão 36; 97; 135; 194; 196; 246; 288; 444.

Marcha da Família com Deus pela Liberdade 402-411
Marcha da Produção 262-266; 287; 349; 432.
Marcha para Oeste 97; 105.
Marchesi, João 400.
Marcondes Filho, Alexandre 108.
Maria, Celso (Frei Celso) 330-331; 447.
Marília 225; 262-263; 327; 338; 385.
Marimbondo 143.
Maringá 184; 389; 421.
Marino, Divo 374; 376-377.
Marques, Irineu 375.
Marques, Lilian Arruda 431; 458.
Martínez-Alier, Verena - vide Stolcke, Verena
Martinópolis 214; 224.
Martins, Ibiapaba 300; 329; 451.
Martins, José de Souza 25-26; 30; 39; 84-85; 118; 161-162; 315; 319; 451.
Masueto (Padre) 407.
Matarazzo, Francisco 65.
Mato Grosso 93; 242; 246; 248; 273; 288; 360.
Maybury-Lewis, Bjorn 319; 417; 430; 451.
Medeiros, Leonilde Sêrvolo de 29; 35; 156; 225; 415; 451.
meeiros 28; 131; 211-212; 230; 252; 301.
Meinberg, Iris 219-220; 321-322; 404; 451.
Meireles, Antônio Josino 358; 374.
Meireles, Fabio de Sales 426.
Meireles, João Carlos de Souza 339; 357.
Mello, Luíz Vicente Figueira de 112; 120.
Melo, Assis Chateaubriand Bandeira de 403.
Melo, Celso Cabral de (Capitão Carlos) 176; 182; 184-189; 191.
Melo, Fernando Vidal Martin de 359.
Mendes, Chico 24; 177; 451; 453.
Mendonça, Antônio 387.
Menezes, Luís 175.
Mesquita Filho, Júlio de 69; 403; 405.
Miguelópolis 144; 148; 225.
Minas Gerais 88; 93; 115; 134; 178; 207; 242; 246; 248; 259; 288; 303; 308; 318; 320; 324; 350;
360; 392-393; 416.
Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio 15; 84; 103; 453.
Mioto, Albiono Tremschini 146.
Mogi Guaçu 88.
Monte Alegre 61.
Monte Alto 431.
Monte Aprazível 233-234; 259.
Monte Azul Paulista 267.
Monteiro Filho, Armando 323.
Monteiro, Rego 109; 111-112.

Montoro, André Franco 239; 323; 330; 332-334; 337-340; 350; 427; 431.
morador 24; 86; 183; 290; 417.
Moraes, Arnaldo Borba de 367.
Moraes, Clodomir Santos de 144; 451.
Moraes, Irineu Luís de 9; 13; 21; 37; 45; 47; 88; 101; 142; 142; 151; 241; 264-265; 279; 293; 325;
328; 335; 380; 412-413; 419; 438; 457-458.
Morro Agudo 271; 273.
Mourão Filho, Olympio 25; 403-405; 410-411; 452.
Mousinho, Luís de Amaral 325.
Movimento de Arregimentação Feminina (MAF) 405; 407.
Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER) 324; 327.
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) 9; 15; 23; 29; 37; 142; 247; 314; 415;
422; 437.
Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais (MSTR) 37; 40; 352; 361; 387; 420; 429.
Muniz, Manoel Lito 392.
Nagayochi, Ihigayochi 285.
Nantes, Marciano Martins 98.
Nascimento, Elias 99.
Negre, Vitório 131; 396.
Neves, Elio 423; 425; 430; 432; 435.
Neves, Tancredo de Almeida 303; 419.
Nobrega, Fernando 288.
Nogueira, Antônio Duarte 339.
Nogueira, Duarte 408
Nogueira, José Bonifácio Coutinho 307.
Nordestinos 87; 207-208; 221; 246; 257; 296.
Novaes, José Gomes 392.
Oliveira, Ariovaldo Umbelino de 168; 452.
Oliveira, Catalino de 262.
Oliveira, Henrique Batista Silva 139
Oliveira, José Dário de 95-96.
Oliveira, Minervino de 80.
Omegna, Nelson 272.
Ometto, Orlando 341-343; 425.
operariado rural 106; 236.
operário agrícola 91; 113.
operário rural 28.
Organização para Agricultura e Alimentos das Nações Unidas (FAO) 201-203; 220; 226; 325.
Orlândia 339; 345; 359.
Ortiz, José 174; 176.
Ourinhos 179.
Ouro Verde 178.
Pachioni, Ítalo 353.
Pacto de Unidade Intersindical (PUI) 233.
Padilha, Hilário Gonçalves 164; 165.
Palma, Sebastião 66.

Pará 171; 248; 360; 362; 435.
 Paraíba 35;37; 38; 207; 209; 248; 290; 321; 371; 387; 392; 393; 417; 450.
 Paraná 34; 151; 153-154; 156-163; 165-169; 176-180; 186-187; 191; 210; 226-227; 242; 246; 248;
 253; 262-263; 273; 288; 293; 318; 324; 327; 340; 360; 365; 387; 390; 392; 417; 442; 444; 446;
 449; 451-452.
 Paranaíba 168;173;187.
 Paredes, João André Dias 175.
 Parque do Ibirapuera 242.
 Partido Comunista do Brasil (a partir de sua fundação em 1922 até 1960) e Partido Comunista Bra-
 sileiro (a partir de 1960) (PCB) passim
 Partido Comunista do Brasil (PCdoB – est. 1960). 171; 378
 Partido Democrata Cristão (PDC) 239; 258; 323; 332; 379.
 Partido Democrático (PD) 67; 75-77; 79-81; 83; 86; 146.
 Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) 431.
 Partido dos Trabalhadores (PT) 254; 420; 429; 431.
 Partido Popular (PP) 72-73.
 Partido Republicano (PR) 66-73.
 Partido de Representação Popular (PRP) 254
 Partido Republicano Paulista (PRP) 66-73, 254
 Partido Republicano Trabalhista (PRT) 254; 289
 Partido Social Democrático 137; 139-141;144;146-149; 167; 195; 254; 257-258; 261; 303; 349; 448.
 Partido Social Progressista 139; 195.
 Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) 137-141; 143; 148; 193; 195; 215; 217; 219; 223; 235; 254-
 259; 261; 273; 288-289; 295; 302; 320; 349; 377-378; 395; 442; 445.
 Partido Trabalhista Nacional (PTN) 147-149; 170; 254-255.
 Partido Trabalhista Rural (PTR) 289; 291
 Pastous, A. Saint 403.
 Patronato Agrícola 56-57; 62-63; 68; 78.
 Paula, Francisco Julião Arruda de 24; 29; 132; 143; 286; 290; 296; 306; 313-314; 414; 419.
 Paz, José Porfírio da 257; 320; 349.
 Pearson, Neale J. 328; 340; 352; 370; 388; 391; 393-394; 412; 416; 452.
 pelego 142; 177; 195; 209; 235; 273; 320; 340; 383; 384.
 Pellegrini, Antonieta 405.
 Pereira, Anthony W. 27; 290; 451.
 Pernambuco 24; 27; 34; 86; 111-112; 181; 207; 232; 242; 248; 290; 296; 306-307; 309; 324; 326;
 342; 349; 378; 385; 387-388; 392-394; 416-417; 420; 430; 448; 450; 455.
 Petrobrás 217; 219; 254-255.
 Petrópolis 26; 34; 75; 98; 167; 193; 216; 282; 290; 315; 372; 403; 412-413; 417; 442-444; 446;
 449-451.
 Pindamonhangaba 232
 Pinha, Hilário Gonçalves (Itagiba) 153; 157; 165-166; 170; 174; 227.
 Pinho, Péricles Madureira de 101; 104; 107; 453.
 Pino, Ângelo 329.
 Pinto, Almir Pazzianoto 426.
 Pirassununga 142.
 Pires, Áurea Moretti 16; 413; 424.

Pitangueiras 304.
Plano de Emergência de 1962 394-395.
Polegato, Argemireo 396.
Polícia Militar 174; 227.
Pomar, Pedro 170-171.
Pontal 98-99; 141; 210-213; 260; 271; 279; 297; 300; 302-304; 325; 335-336; 345; 353-354; 400; 406; 412; 424.
Pontim, Antônio 146.
Portaria N. 14 de 1945 124, 277; . N. 71 de 1965 428; N. 209-A de 1962 337-338; N. 355-A de 1962 350; N. 356-A de 1962 350-351.
Portela, José Alves 210-211; 213-215; 222; 231-233; 249; 251; 266; 270; 288; 328; 383; 412; 458.
Portelli, Alessandro 26-27; 74; 189; 453.
Portinari, Cândido 15; 144; 358-359; 442; 446.
posseiro 34-35; 99; 151; 157; 159; 164-166; 169-172; 174-175; 177; 179-184; 187; 189-190; 225-226; 229; 248; 250; 252; 293; 301; 308; 311; 316; 390; 447.
Praça Cristiano Ottoni 400.
Praça Pio XII 358.
Praça Rocha Pombo 186.
Praça XV de Novembro 142; 303.
Prado Júnior, Antônio 130.
Prado Júnior, Caio 30; 165; 267; 308; 367-368.
Prado, Antônio de Almeida 139.
Prado, Paulo 222.
Prado, Ricardo de Almeida 72.
Prado, Sálvio de Almeida 365; 404.
Prado, Sebastiana do Amaral Almeida 405.
Pradópolis 304; 341; 343; 424; 458.
Presidente Prudente 11; 13; 16; 98; 162; 166; 210-211; 214; 230; 327; 338; 397; 440.
Prestes, Júlio 80.
Prestes, Luís Carlos 74; 78; 81; 130; 136; 139; 144; 155-157; 165; 256; 289; 378; 397; 401.
Price, Robert E. 270; 324; 368; 370; 390-392; 398; 453.
Primeira República 55; 133; 448.
Quadros, Jânio 127; 134; 239; 254; 256-257; 289; 302; 304.
Queirós Telles, Antônio de 178; 205-207; 238.
Queiroz Lima, José de 95; 98.
Queiroz, Vital 411.
Quintana, João 396.
Quirino, Joaquim 228-231.
Ramos, Augusto 58.
Rampazzo, Túlio Marco 343.
Raposo, Ben-Hur 108; 110; 120.
Rappel, Hans Alfred 398
Rebelião de 1924 71; 444.
Recife 226; 233; 246; 290; 307; 386; 391; 393-394.
redemocratização 24; 115.
reformas de base 26; 35; 304; 338; 351; 367; 378; 397; 406; 443.

Regente Feijó 162; 164; 166.
 Rego Monteiro, Luís Augusto do 109; 111-112.
 República Populista 128; 133; 141; 150; 244; 296; 302; 329.
 Requeijo, Celsus Pimenta 277.
 resistentes de Porecatu 182; 191.
 Revolta Constitucionalista de 1932 44.
 Revolução Cubana 24; 326.
 Ribas, Manuel 161-163.
 Ribeiro, Flávio 170; 186.
 Rio de Janeiro 15-16; 25; 27; 30-31; 33-36; 38-39; 49; 55; 58; 66; 69; 76; 80; 82; 84; 90; 94-95; 98; 101; 103-104; 107; 109; 121; 133; 136; 138-139; 141; 146; 151; 154; 158; 164; 185; 191; 193-194; 196-198; 201-203; 205; 208; 216-217; 219; 226; 229; 231; 233; 235; 238; 242; 246; 248; 253; 256; 258; 261-261; 264; 266; 270; 272-273; 275; 280-281; 288; 290; 296; 298; 303; 309; 314; 321; 324; 327; 328; 336; 349-350; 357; 360; 362; 368; 379; 382; 386-388; 398; 400-401; 403-405; 411; 416-417; 430; 439-457.
 Rio Grande do Norte 248; 326; 387; 391; 417; 443.
 Rio Grande do Sul 34; 74; 79; 82; 93; 111; 121; 161; 187; 197; 242; 246; 248; 259; 303; 324; 327; 340; 362; 402-404; 416; 441; 446.
 Rio Parapanema 152; 170
 Rocha Filho, Euzébio Martins de 255-256.
 Rocha Neto, Bento Munhoz da 176.
 Rocha, Francisco de Paula Brochado da 349.
 Rocha, Hércules de Macedo 263.
 Rodrigues, Flávio 207.
 Rolândia 262.
 Romualdi, Serafino 273.
 Rossi, Ângelo 352; 394; 408.
 Rossi, Waldemar 332.
 Rotta, José 327-328; 333-334; 337-340; 352; 367; 382-385; 388; 391-394; 416-417; 427; 432; 434.
 Rowell, Edward 391; 394.
 Russomano, Ofélio 146.
 Sá, Gilberto Crockett de 234.
 salário mínimo 86; 104; 113; 118; 142; 149; 194-196; 217; 219; 224; 233; 237; 245; 267-269; 271-272; 285; 304; 316; 325; 335; 355; 360-361; 364; 370; 374; 377; 399; 424.
 Salgado, Plínio 261.
 Salla, Pedro 131; 145; 210; 241; 396; 433.
 Salles, Apolônio 120.
 Sampaio, Cid 290.
 Santa Catarina 246; 303; 441.
 Santa Fé do Sul 176; 315-317; 390.
 Santa Rosa de Viterbo 256; 260; 336; 371; 377.
 Santana, Antônio Carlos 377; 406.
 Santarém 435.
 Santo Anastácio 99; 210-215.
 Santos 54; 97; 140; 162.
 Santos, Benedito dos 175.

Santos, Clóvis de Salles 263; 322.
Santos, José Rodrigues dos 392.
Santos, Sebastião Dinart dos 73; 244; 249; 291-292.
Santos, Valdomiro dos 175.
São João da Boa Vista 233; 271; 338.
São Joaquim da Barra 137; 143; 328; 344; 406; 431.
São José do Rio Pardo 325.
São José do Rio Preto 95; 264; 294; 327; 397.
São Martinho 223; 341-343; 400; 421; 424-425; 437.
São Paulo passim.
São Sebastião 271; 280; 358.
São Simão 141; 148; 260; 279; 345; 405.
Sarney, José 419.
Schmidt, Francisco 58-59; 61-63; 67; 68-69.
Segadas Vianna, José de 121; 125; 215-216; 218; 324; 362-363; 369.
Sergipe 207; 210; 248; 417.
Serra Azul 141; 260; 279; 345.
Serra, Benedito Pereira 362.
Serrana 141; 224; 260; 279; 437; 458.
Sertãozinho 140-141; 148; 223; 260; 271; 279; 297-304; 325; 328; 332; 335-337; 341; 343; 345;
400; 406; 412; 424; 431; 434; 436; 447.
Serviço de Orientação Rural de Pernambuco (Sorpe) 385-386; 392-393.
Serviço de Economia Rural (SER) 109; 110; 120
Serviço Social Rural (SSR) 216; 352; 370.
Shirley, Robert W. 132-133; 253; 454.
Sigaud, Lygia 16; 27; 34; 225; 243; 452.
Silva Neto, João Pinheiro da 350.
Silva, Clemente José da 146.
Silva, Elvira Maria Sampaio da 358.
Silva, José Francisco da 416; 432; 435.
Silva, Lindolfo - vide Silva, Lyndolpho
Silva, Lyndolpho 37-38; 144; 225; 229-231; 233; 247; 249; 250; 264; 267; 288; 314; 317; 323; 333;
338; 350; 378; 387-390; 401; 412; 414; 419; 428; 432; 458.
Silva, Luciano Pereira da 121.
Silva, Luís Duarte da 264.
Silva, Mendes Baptista da 112.
Silva, Otávio Sampaio da 355.
Silva, Paulo Freitas da 347.
Simões, Belmiro 72.
sindicato 13; 21; 23; 29; 33; 35; 39-41; 43-44; 78-79; 82; 84; 94; 100-102; 104; 106-108; 111-
112; 118-120; 122-124; 127; 135-136; 142-144; 194-196; 209; 222-224; 226; 228-237; 241-242;
246;;249; 254; 262-263; 265; 270-279; 285-286; 288; 291-294; 296-297; 299-300; 304; 308; 310;
313; 320-335; 337-340; 343-348; 350-351; 353; 355-364; 368-370; 373-377; 379-385; 387-393;
395-399; 404; 406; 411-412; 414-417; 422; 424-425; 427-435; 442; 447; 450-451.
Sindicato dos Empregados Rurais (SER) 435.
Sindicato dos Trabalhadores Rurais 273; 278; 285; 338; 373; 396; 399.

sindicato misto 107; 111.
 Sindicato rural 262; 288; 293-294; 328; 353; 359; 370; 406; 417.
 sitiante 130-131; 154; 161; 211; 262; 277; 281; 298; 301; 327; 452.
 Sitrangulo, Zenon Batista 352.
 Siviero, Natal 223-225; 256.
 Skidmore, Thomas E. 25-26; 115; 217; 219; 239; 261; 419; 455.
 Soares, Clarimundo 295; 407.
 Soares, José de Fátima 429.
 Sobrinho, Antônio Bartolomeu 374.
 Socialista 36; 59-60; 62-63; 76; 137; 220; 297; 315; 320; 432.
 Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) 42; 93; 107; 109; 121; 125-126.
 Sociedade Promotora da Imigração 52.
 Sociedade Rural Brasileira (SRB) 15; 25; 121; 127; 139; 155; 218; 220; 268; 439; 441.
 Souza, Haroldo Francisco de 172.
 Souza, Jorcelindo de 424.
 Souza, Washington Luis Pereira de 57; 67.
 Stédile, João Pedro 291, 314
 Stolcke, Verena 41; 48-52; 55; 60; 65; 81; 130; 195; 201; 221; 281-282; 284; 353; 361; 366-367;
 372; 378; 423; 450; 451; 455.
 Superintendência da Política Agrária (Supra) 22-23; 33; 42-43; 270; 323-324; 337; 351-352; 356-
 357; 370; 385; 387; 396-401; 404-407; 410-412; 414-415.
 Superior Tribunal Militar 411.
 Sussekind, Arnaldo 416.
 Syllos, Celso Ibsen de (Padre Celso) 13; 21; 42; 296-297; 325-327; 330-337; 339-347; 350; 352-353;
 355; 357-359; 373-376; 378-382; 385; 394-395; 398-399; 406-409; 413-414; 416; 427; 458.
 Tassinari, Vicente 359; 374; 380.
 Taubaté 397.
 Tavares, Mario 139-141.
 Tavella, Holanda Noir 275; 279; 346.
 Távora, Euclides 177.
 Távora, Juarez 258.
 Teixeira, Arlindo 88; 359-360; 379.
 Teixeira, João Pedro 321.
 terra roxa 129; 358; 396.
 terras devolutas 98; 161; 165; 168-169; 181; 183.
 Thomaz, João Francisco 91-92; 356.
 Tibúrcio, Geraldo 229; 231; 249-250; 261; 288; 349.
 Toledo Leite, Décio de 329.
 Toledo Piza Sobrinho, Luís de 235.
 Toledo Piza, Francisco 383.
 Toledo Piza, Vladimir de 255; 264.
 Torres Filho, Arthur 107; 109.
 trabalhador agrícola 76; 269; 299; 444.
 trabalhador rural 23; 25; 28; 30-31; 36; 40-41; 82; 84; 89; 93-94; 97; 101-102; 108; 110-111; 115; 121;
 125; 133; 150; 216; 236; 243; 246; 248; 264; 268-269; 277; 281; 288; 302; 309; 324; 333; 340; 345;
 348; 352; 360-365; 367-369; 371-372; 378; 385; 399; 429-430; 432; 443-445; 449-450; 453-454.

trabalhismo 84; 100; 108; 120; 138-139; 143; 193-196; 218; 225; 237; 239; 240; 252; 254-255; 257; 273; 288; 316; 349; 394-395; 417; 420; 442; 447.

trabalhista 11; 14; 21-23; 30; 36; 42-43; 47; 55; 78; 82-83; 89; 100; 104; 111; 113; 119; 121; 130-131; 137-139; 142; 144; 147; 149; 170; 193-196; 215-216; 219; 223; 225-226; 235; 237; 241; 246; 251; 253-255; 257-258; 267; 269; 272-273; 275-276; 279-280; 282-283; 289; 299-300; 311-312; 319; 326; 328; 334; 337; 341; 345; 348-349; 352; 356; 360-362; 367; 378; 380; 382; 384-386; 389; 397-398; 400; 406; 415-416; 420; 423; 426-427; 429-431; 433; 435-436; 439; 451; 456.

Trench, Heros 229-230; 250.

Tribuna da Imprensa 409; 412.

Tribunal Regional do Trabalho (TRT) 268-269; 299; 374; 377

Tribunal Regional Eleitoral (TER) 15; 145; 261; 439-440.

Trombas e Formoso, Goiás 187.

Trovato, Salvador 146.

Troya, Moisés Lupion de 167.

Tupi 164.

Turato, Miguel 96-97

União Democrática Nacional (UDN) 136-137; 139-141; 146; 148; 195; 219; 238; 240; 258; 260-261.

União Democrática Ruralista (UDR) 435.

União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) 33; 38; 215; 229-230; 248-254; 261; 266-267; 270; 272; 277; 287-288; 291-292; 294; 296; 301; 305; 307-308; 311-315; 317; 321; 324; 327-330; 333; 337-338; 346; 348-349; 353; 360; 362; 371; 378-385; 387-394; 396; 400; 425; 427; 431-434.

União Geral dos Trabalhadores (UGT) 131; 142; 145.

unicidade 428-429; 435.

Unidade dos Trabalhadores de Barretos 209.

União Internacional Sindical dos Trabalhadores Agrícolas e Florestais (UISTAF) 226; 230; 232.

Usina Barbacena 400.

Usina Barreiros 270.

Usina Bela Vista 353.

Usina da Pedra 224; 272; 437.

usina de açúcar 101; 224; 299; 341; 400.

Usina Perdígão 329; 330; 337.

Usina São Geraldo 297; 400.

Usina São Martinho 341-343; 400; 421; 424; 437.

Usineiro 104; 281; 295; 297; 299-300; 304; 329; 335; 400; 419; 412; 424; 426; 436.

Valente, Carlos Otávio Bezerra 173.

Valparaíso 225-231; 259; 293.

Vangelista, Chiara 53; 56.

Vargas, Getúlio 15; 35; 42; 79; 82; 91; 103; 134; 193-197; 201; 206; 211; 215; 219; 224; 237; 244; 246; 290; 433; 439; 440-441; 445; 447; 454; 457.

Vasconcellos, Maria Therezinha de 456.

Vassimon, Sidney 398.

Velha República 65; 67.

Velloso, João 146-147.

Veloso, Sérgio Luís Rocha 378-379; 387.

Vera, Nestor – vide Veras, Nestor 33; 211; 213; 232; 249; 304; 309; 312; 388; 392; 412

vereador 80; 138; 145; 147-148;170; 259; 275; 277; 328; 334-336; 339; 345-346; 349; 376.
Vergueiro, Nicolau Pereira de Campos 49-50.
Viana, Coutinho Sampaio 102.
Vianna, Eréas de Oliveira 346.
Vieira Neto, José Rodrigues 170.
Vila Seixas 408; 413.
Vinhas, Moisés 157; 308; 408.
Viradouro 144.
Volante 221; 286; 372; 417; 422-423; 428; 431-432; 454.
Wainer, Samuel 244.
Walker, Thomas 61; 65; 88; 90; 133; 137-138; 146; 159; 195; 257; 288; 456.
Whately, Alberto 112-113; 178; 221.
Zaidan Filho, Michel 77-78; 80; 457.











unesp 



Programa de Pós-graduação
em Geografia



Ministério do
Desenvolvimento Agrário

